DIÁRIO OFICIAL

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Belém, quinta-feira
12 de março de 2020

ANO CXXIX DA IOE
130º DA REPÚBLICA
Nº 34.140

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

144 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO
GABINETE DO GOVERNADOR ..... - PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 4
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO ..... - PÁG. 6
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 6
AUDITORIA GERAL DO ESTADO ..... - PÁG. 7
FUNDAÇÃO PARÁPAZ ..... - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO ..... - PÁG. 12
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO ..... - PÁG. 15
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 15
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 16
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 16

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA ..... - PÁG. 16
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. ..... - PÁG. 19

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA ..... - PÁG. 20
HOSPITAL OPHIR LOYOLA ..... - PÁG. 27
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ ..... - PÁG. 27
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ ..... - PÁG. 30
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA ..... - PÁG. 31

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES ..... - PÁG. 35
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 35
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS ..... - PÁG. 36

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA ..... - PÁG. 36
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ ..... - PÁG. 37
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 37
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 39

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ..... - PÁG. 40
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 41

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL ..... - PÁG. 42
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ ..... - PÁG. 43
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 43
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ..... - PÁG. 45
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 46
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA ..... - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA ..... - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA ..... - PÁG. 53
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ ..... - PÁG. 54
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES ..... - PÁG. 54

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO ..... - PÁG. 55
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO ..... - PÁG. 55

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO ..... - PÁG. 56
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 62

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA ..... - PÁG. 64
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ ..... - PÁG. 65

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS ..... - PÁG. 65

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ ..... - PÁG. 66
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 67
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 67
NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES ..... - PÁG. 67
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO-CREDCIDADÃO ..... - PÁG. 67

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS ..... - PÁG. 67
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ ..... - PÁG. 69
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 69

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ..... - PÁG. 69
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS ..... - PÁG. 70
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 70

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER ..... - PÁG. 70

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO ..... - PÁG. 71

TRIBUNAIS DE CONTAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 71

MINISTÉRIO PÚBLICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 73
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ..... - PÁG. 74

MUNICÍPIOS ..... - PÁG. 85
PARTICULARES ..... - PÁG. 91
EMPRESARIAL ..... - PÁG. 91

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Lúcio Dutra Vale
Vice-Governador

Daniel Barbosa Santos
Presidente da Assembleia Legislativa

Leonardo de Noronha Tavares
Presidente do Tribunal de Justiça

Jeniffer de Barros Rodrigues
Defensora Pública Geral do Estado

Gilberto Valente Martins
Procurador Geral de Justiça

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Jorge Luiz Guimarães Panzera
Presidente

Robson Jorge dos Santos Marques
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

Raimunda Helena Nahum Gomes
Diretora de Documentação e Tecnologia

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
PABX: 4009-7800 - FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES
91 4009-7810 | 4009-7819
cm x coluna R$ 75,00
(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS RÁPIDO E MAIS SEGURO.

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE
Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES
(91) 4009-7842 / 4009-7819 | ioepa.gov@gmail.com | www.ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR
Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
Vice-Governador: Lúcio Dutra Vale
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: Parsifal de Jesus Pontes
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO
Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601 / 3342-5672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE
Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ
Secretário: João Chamon Neto

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZÔNAS
Secretário: Henderson Lira Pinto

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ
Secretário: José Antonio Azevedo Leão

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA
Secretário: Ricardo Brisolla Balestreri
Tel.: (91) 3342-0353 / 98404-6851

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE
Auditor: Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE
Auditor: Arthur Houat Nery de Souza
Tel.: (91) 3216 8883 / 8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ
Presidente: Raimunda Rocha Teixeira
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD
Secretária: Hana Sampaio Ghassan
Tel.: (91) 3289-6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Presidente: Jorge Luiz Guimarães Panzera
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP
Presidente: Bernardo Albuquerque de Almeida
Tel.: (91) 3366-6100 / 6118 / 6144

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
Presidente: Silvio Roberto Vizeu Lima
Tel.: (91) 3182-3500 / 3501

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA
Diretor Geral: Evanilza da Cruz Marinho Maciel
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA
Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ
Presidente: Braselino Carlos Assunção da Silva
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA
Presidente: Cilene Moreira Sabino Oliveira Bittencourt
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA
Secretário: Alberto Beltrame
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA
Diretor Geral: José Roberto Lobato de Souza
Tel.: (91) 3265 6529/6530

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA
Presidente: Alessandra Lima Leal
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN
Secretário: Antonio de Pádua de Deus Andrade
Tel.: (91) 3218-7800 / 7846 / 7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH
Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON
Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP
Secretário: Hugo Yutaka Suenaga
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL
Gerente Executivo: Felipe Coêlho Picanço
Tel.: (91) 3342-0151 / 3342-0152

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA
Diretor Geral: Geovanny Farache Maia
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER
Presidente: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins
Tel.: (91) 3256-0150 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS
Secretário: José Mauro Ó de Almeida
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio
Presidente: Karla Lessa Bengtson
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP
Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM
Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/(91) 3342-5672

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM
Comandante Geral: CEL. BM Hayman Apolo Gomes de Souza
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
Delegado Geral: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN
Diretor Superintendente: Marcelo Lima Guedes
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP
Secretário: Jarbas Vasconcelos do Carmo
Tel.: (91) 3239-4229/4230 - Publica: (91) 3239-4253

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Secretária: Úrsula Vidal Santiago de Mendonça
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP
Presidente: João Augusto Vieira Marques Junior
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES
Superintendente: Maria da Glória Boulhosa Caputo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM
Secretário: Parsifal de Jesus Pontes
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA
Presidente: Hilbert Hil Carreira do Nascimento
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC
Secretária: Elieth de Fátima da Silva Braga
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA
Reitor: Rubens Cardoso da Silva
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER
Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA
Presidente: Miguel Fortunato Gomes dos Santos Júnior
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO
Gerente Executivo: Tercio Junior Sousa Nogueira
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH
Secretário: Hugo Rogério Sarmanho Barra
Tel.: (91) 4009-2700 / 2722 / 2723 / Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME
Secretário: Iran Ataide de Lima
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ
Presidente:
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC
Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ
Presidente: Cintya Silene de Lima Simões
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA
Presidente: Francisco Alves de Aguiar
Tel.: (91) 3205-4020/4054/4055.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP
Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA
Presidente: José Antonio De Angelis
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB
Presidente: Adler Gerciley Almeida da Silveira
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO
Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET
Secretário: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA
Presidente: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
Presidente: Marcos Antonio Brandão da Costa
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL
Secretário: Arlindo Penha da Silva
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Secretário: André Orengel Dias
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

LEI N° 9.019, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Institui a Semana Estadual de Incentivo ao Cooperativismo no Estado do Pará.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituída a Semana Estadual de Incentivo ao Cooperativismo no Estado do Pará, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de julho.

Parágrafo único. A Semana Estadual de Incentivo ao Cooperativismo passa a integrar o calendário oficial de eventos do Estado do Pará.

Art. 2º A Semana Estadual de Incentivo ao Cooperativismo tem como diretrizes e objetivos:

I - estimular ações educativas visando à conscientização da importância do cooperativismo;

II - promover debates, palestras e outros eventos que esclareçam sobre políticas públicas voltadas à consolidação e à expansão de ações cooperativistas;

III - apoiar iniciativas do cooperativismo, nos termos da Lei nº 7.780/2013;

IV - divulgar a importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Art. 3º O Poder Executivo poderá firmar convênios e parcerias com entidades sem fins lucrativos e instituições que tratem do tema relativo ao cooperativismo, com vistas à implementação de atividades, palestras e afins que deem efetividade ao evento instituído por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de março de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

Protocolo 532858

DECRETO Nº 597, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) orgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R$ 1.883.400,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso V da Lei Orçamentária nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R$ 1.883.400,00 (Hum Milhão, Oitocentos e Oitenta e Três Mil, Quatrocentos Reais), para atender à programação abaixo:

R$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011545114897645 - SEDOP	0101	449051	200,00
141012012615088238 - SEDAP	0101	339140	153.000,00
702012212815088887 - CODEC	0261	339039	48.000,00
901011030215078288 - FES	0103	334041	100.000,00
901011030215078288 - FES	0103	335043	1.582.200,00
TOTAL			1.883.400,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente, conforme estabelecido no artigo 43, § 1°, inciso III, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, através da(s) unidade(s) orçamentária(s) abaixo discriminada(s):

R$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
071011545115087556 - SEDOP	0101	449051	200,00
141012012212978338 - SEDAP	0101	339033	55.000,00
141012012212978338 - SEDAP	0101	339039	98.000,00
702012212212978338 - CODEC	0261	339047	48.000,00
901011030115078874 - FES	0103	339030	722.886,85
901011030115078874 - FES	0103	449052	200.000,00
901011030215077582 - FES	0103	449051	212.264,82
901011030215078289 - FES	0103	449052	250.000,00
901011030215078877 - FES	0103	449051	297.048,33
TOTAL			1.883.400,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 11 de março de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

HANA SAMPAIO GHASSAN

Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo 532859

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº 611/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2020/205388,

R E S O L V E:

autorizar ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS, Delegado-Geral de Polícia Civil, a viajar para São Paulo-SP, no período de 13 a 16 de abril de 2020, a fim de participar da *"55º Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil-CONCPC"*, devendo responder pelo expediente do Órgão, no impedimento do titular, DILERMANO GOMES TAVARES, Delegado-Geral Adjunto.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 612/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2020/201894,

R E S O L V E:

autorizar HANA SAMPAIO GHASSAN, Secretária de Estado de Planejamento e Administração, a viajar para Brasília-DF, no dia 11 de março de 2020, a fim de participar de Reunião Técnica, assessorando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, devendo responder pelo expediente do órgão, na ausência da titular, OTAVIO OLIVA NETO, Secretário Adjunto de Modernização e Gestão Administrativa.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.

PARSIFAL DE JESUS PONTES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 613/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2020/205066,

R E S O L V E:
autorizar JARBAS VASCONCELOS DO CARMO, Secretário de Estado de Administração Penitenciária, a viajar para São Paulo-SP, no período de 12 a 17 de março de 2020, a fim de cumprir agenda institucional, devendo responder pelo expediente do órgão, na ausência do titular, ARTHUR RODRIGUES DE MORAES, Secretário Adjunto.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 614/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/195966,
R E S O L V E:
exonerar JOSE MARIA CAMPOS RODRIGUES JUNIOR do cargo em comissão de Secretário de Gabinete, código GEP-DAS-011.1, com lotação na Secretaria de Estado da Fazenda.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 615/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,
R E S O L V E:
tornar sem efeito a Portaria nº 606/2020-CCG, de 10 de março de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.139, de 11 de março de 2020, que exonerou NICOLAU EURIPEDES BELTRÃO PAMPLONA, e nomeou CLÁUDIA MARCELLA PELOSO DE SOUSA para exercer o cargo em comissão de Assistente de Hospital Regional, código GEP-DAS-012.3, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 616/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 571/2020-GS/SEDUC,
R E S O L V E:
I. exonerar MÁRCIO PEREIRA DE SOUSA do cargo em comissão de Coordenador do Núcleo de Disciplina e Ética, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, a conta de 11 de março de 2020.
II. nomear EDILENA LOURDES BARROS DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Coordenador do Núcleo de Disciplina e Ética, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Educação, a conta de 11 de março de 2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 617/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,
R E S O L V E:
I. exonerar ARIEL DENNIS SANTOS SILVA do cargo em comissão de Coordenador de Tecnologia Aplicada à Educação, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Educação.
II. nomear JO ELDER VASCONCELOS para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Tecnologia Aplicada à Educação, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Educação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 618/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2020/201021,
R E S O L V E:
exonerar IEGO ALEXSSANDER ROCHA ALEXANDRE do cargo em comissão de Supervisor Museológico, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Cultura, a contar de 6 de março de 2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 619/2020-CCG, DE 11 DE MARÇO DE 2020

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2020/201021,
R E S O L V E:
nomear IEGO ALEXSSANDER ROCHA ALEXANDRE para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Cultura, a contar de 6 de março de 2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

ERRATA DO ITEM II DA PORTARIA Nº 285/2020-CCG, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº. 34.108, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020.

Onde se lê: *"(...) a contar de 3 de fevereiro de 2020."*
Leia-se: *"(...) a contar de 2 de março de 2020."*
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Abertura de Licitação - Pregão Eletrônico SRP/CCG/PA-01/2020

A Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará avisa que realizará licitação, no tipo menor preço por lote, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na locação eventual de veículos automotores terrestres de médio e grande porte, com motoristas e fornecimento de combustível, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) e da minuta do instrumento contratual, que passam a fazer parte integrante do Edital, independentemente de transcrição.
Entrega do Edital: A partir do dia 12/03/2020 no site: www.comprasnet.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br
Local da Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 24/03/2020
Hora da Abertura: 10:00 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)
PARSIFAL DE JESUS PONTES
Chefe da Casa Civil

Protocolo 532860

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 157/2020 – CMG, 11 DE MARÇO DE 2020
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO: O Processo nº 2020/198829 - CMG, datado de 10/03/2020
RESOLVE
I – Conceder Suprimento de Fundos à Servidora ALANA CRISTIAN ARAÚJO DUARTE, Assessor Administrativo II, Matrícula Funcional nº 6402709/1, portadora do CPF nº 006.418.572-92.
II – O valor do Suprimento corresponde a R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com pronto pagamento.
III – A despesa a que se refere o item anterior correrá por conta de recursos próprios do Estado e terá a seguinte classificação:
Funcional Programática - 04.122.1297.8407
Natureza de Despesa: 339030 – R$ 2.000,00 – Materiais de Consumo
339039 - R$ 2.000,00 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte: 0101
IV – O valor referido ao item II vincula-se ao seguinte prazo:
- Período de Aplicação 30 (trinta) dias a contar da data da emissão da OB e,
- Prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020.
OSMAR VIEIRA DA COSTA JÚNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 532466

DIÁRIA

PORTARIA Nº 158/2020 – CMG, 11 DE MARÇO DE 2020
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.
CONSIDERANDO: O Processo nº 2020/186370 - CMG, datado de 05/03/2020
RESOLVE:
I – Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao militar abaixo mencionado por ter que seguir viagem para o município de SALINÓPOLIS/PA, a fim de participar de audiência de instrução e julgamento, nos autos do Processo nº 0036461-35.2015.814.0048.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIA
CAP QOPM RG 35475 RUBENS ALAN DA COSTA BARROS	57198361/1	687.849.882-15	24/03 a 25/03/2020	1,5 (Completa)

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020
OSMAR VIEIRA DA COSTA JUNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 532643

PORTARIA Nº 159/2020 – CMG, 11 DE MARÇO DE 2020
O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e.
CONSIDERANDO: O Processo nº 2020/193176 - CMG, datado de 09/03/2020
RESOLVE:
I – Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos militares abaixo mencionados por terem seguido viagem para o município de ABAETETUBA/PA, a serviço do Governo do Estado.

NOME	MF	CPF	PERÍODO	DIÁRIA
TEN CEL QOPM RG 27273 CASSIO TABARANÃ SILVA	5807867/1	630.340.932-68	07/03/2020	1,0 (Alimentação)
CAP QOPM RG 35489 ANTONIO DOS ANJOS BARBOSA JUNIOR	57198666/1	823.700.602-04		
2º SGT PM RG 18134 ELVIS DA SILVA MONTEIRO	5196132/1	370.453.002-63		
3º SGT PM RG 24360 GIOVANI FERREIRA DE SOUSA	5696712/1	425.630.892-04		
CB PM RG 33046 MARCOS PAULO SILVA DO NASCIMENTO	54193024/1	516.746.102-20		
CB PM RG 32763 MARCOS ALEXANDRE MARTINS PIRES	54194761/1	845.574.512-68		

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 11 DE MARÇO DE 2020
OSMAR VIEIRA DA COSTA JUNIOR – CEL QOPM R/R RG 9916
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 532800

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA

PORTARIA Nº 117/2020-PGE/GAB., de 09 de março de 2020
O Procurador-Geral do Estado, no exercício da competência que lhe confere o parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 41, de 29 de agosto de 2002,
CONSIDERANDO a necessidade de revisar a Lei 6.813, de 25 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado ;
RESOLVE:
Art. 1º Designar, os servidores Paula Pinheiro Trindade (Presidente), identidade funcional nº 57193427/1; Jefferson Ferreira Coelho, identidade funcional nº 54191253/4; Maria Clara de Azevedo Fonseca, identidade funcional nº 57191389/1; Roberta Ferreira da Silva, identidade funcional nº 57202674/2 e Helcio Mauro da Costa Carvalho, idetnidade funcional nº 3082806/1, para integrar a Comissão da revisão da Lei 6.813, de 25 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado
Art. 2º A Comissão terá duração de 60 dias, podendo ser prorrogada por igual período.
Art. 3º A constituição da Comissão não implica em aumento de despesa, em atendimento ao Decreto nº 001, de 02 de janeiro de 2019.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
RICARDO NASSER SEFER
Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 532417

PORTARIA Nº 120/2020-PGE.G., de 11 de março de 2020.
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais …
RESOLVE:
EXCLUIR, da PORTARIA Nº 091/2020 PGE.G, de 27.02.2020, as férias referente ao período aquisitivo 2018/2019, da Procuradora do Estado, Barbara Nobre Lobato, identidade funcional nº 8400600/1.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 532556

DIÁRIA

PORTARIA Nº 119/2020-PGE.G., de 10 de março de 2020
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 02 ½ diárias ao servidor Antônio Paulo Moraes das Chagas, Procurador do Estado, identidade funcional nº 5402808/1, para participar do VIII Encontro Nacional de Procuradores Fiscais, no período de 25 a 27.03.2020.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Recife/PE
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

PORTARIA Nº 121/2020-PGE.G., de 11 de março de 2020
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 02 ½ diárias ao servidor João de Paiva Gouveia Neto, Procurador do Estado, identidade funcional nº 5930953/1, para participar do VIII Encontro Nacional de Procuradores Fiscais, no período de 25 a 27.03.2020.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Recife/PE
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

PORTARIA Nº 122/2020-PGE.G., de 11 de março de 2020
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais...
RESOLVE:
CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 02 ½ diárias à servidora Christianne Sherring Ribeiro, Procurador do Estado, identidade funcional nº 5819156/1, para participar do VIII Encontro Nacional de Procuradores Fiscais, no período de 25 a 27.03.2020.
Local de origem: Belém/PA
Local de destino: Recife/PE
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 532802

FÉRIAS

PORTARIA Nº 123/2020-PGE.G., de 11 de março de 2020
A Procuradora-Geral Adjunta Administrativa, no uso das suas atribuições legais …
RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a servidora, Sueny Maria dos Santos Imbiriba, id. funcional nº 446530/2, no período de 13.04 a 12.05.2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ADRIANA FRANCO BORGES GOUVEIA
Procuradora-Geral Adjunta Administrativa

Protocolo: 532691

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA

Portaria AGE Nº 127/2020-GAB, de 10 de março de 2020.
Dispõe sobre Comissão Setorial de Implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito da AUDITORIA GERAL DO ESTADO-AGE, encarregada de realizar a implementação do (PAE).
O Sr. ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Decreto de Nomeação, publicado no D. O. E. nº. 33.774 de 07 de janeiro de 2019;
Considerando os arts. 1º e 21 da Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 2.176, de 12 de setembro de 2018, o qual dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das autarquias, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, do Poder Executivo do Estado do Pará;
Considerando o dever da Administração Pública de promover a gestão dos documentos públicos, e ainda a necessidade de modernizar a tramitação de documentos na Administração Pública Estadual, visando a economicidade e a otimização dos recursos, facilitando ainda a rastreabilidade dos documentos, a segurança, a confiabilidade e a integridade da informação;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir no âmbito da AUDITORIA GERAL DO ESTADO-AGE, a Comissão Setorial para Implementação do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), com as seguintes atribuições:
I - a Comissão Setorial deverá realizar a revisão do Organograma da AUDITORIA GERAL DO ESTADO-AGE, na plataforma do Governo Digital;
II - definir os usuários e nível de acesso;
III - definir escopo do plano piloto;
IV - definir o treinamento de usuários multiplicadores;
V - implantar o piloto, ajustar a utilização conforme resultados do piloto;
VI - avaliar a implantação e implementar para os demais setores;
VII – receber sugestões, reclamações ou queixas de qualquer servidor usuário do Sistema PAE sobre a sua utilização e funcionamento;
VIII – analisar as determinações e orientações emanadas do órgão gerenciador do PAE, transmitindo-as aos demais servidores do órgão programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre ele emitir parecer;
IX – realizar reuniões e treinamentos sempre que demandados ou necessários ao conhecimento de novas orientações ou funcionalidades do Sistema;
X - exercer a orientação, coordenação e supervisão das atividades de implementação do PAE.
Art. 2º Nomear a Comissão Setorial para Implementação do Processo Administrativo Eletrônico, no âmbito desta AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE, para, sob a presidência do primeiro, realizar a implementação do (PAE) com os seguintes servidores:
1 - Roberto Carlos Alves Mendes, matrícula nº 8011818/3 – Gestor Setorial do PAE;
2 - Fabíola de Almeida Evangelista, matrícula nº 55588395/1– Cogestor Setorial do PAE;
3 – Alessandra Miranda de Macedo Martins, matrícula nº 57175740/1- Membro;
4 – Keytson Deny Gomes Portugal, matrícula nº 5929454/2 - Membro;
Art. 3º Compete ao Gestor Setorial do PAE:
I - convocar os demais membros, sempre que necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Setorial/PAE;
II - abrir, presidir e encerrar as reuniões da Comissão Setorial, dando publicidade das deliberações tomadas aos demais servidores da AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE, através de comunicados em seu sítio eletrônico, ou, pessoalmente, por outro meio de comunicação;
III – resolver e esclarecer as questões e dúvidas levantadas pelos servidores sobre o uso do sistema de processo administrativo eletrônico, verbalmente ou por escrito;
IV - determinar a realização de diligências junto Secretaria de Estado de Administração (SEAD), na qualidade de órgão gerenciador do PAE, necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Comissão Setorial/PAE;
V - praticar os demais atos necessários ao bom andamento dos trabalhos da Comissão Setorial/PAE.
Art. 4º São atribuições do Cogestor Setorial do PAE:
I – substituir o Gestor Setorial do PAE, quando este estiver impossibilitado de exercer suas atribuições;
II - auxiliar o Gestor Setorial do PAE em suas atribuições;
II - elaborar as atas das reuniões da Comissão Setorial/PAE.
Art. 5º São atribuições dos demais membros da Comissão:
I – participar das reuniões da Comissão Setorial/PAE, quando convocados, analisando e opinando sobre a pauta discutida;
II - auxiliar o Gestor Setorial do PAE em suas tarefas conforme delegadas.
Art. 6º A Comissão Setorial/PAE terá prazo de 90 (noventa dias) para realizar avaliação de implementação do plano piloto, devendo implementar nos demais setores da AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE, em concordância com o § 1º do Art. 35 do Decreto 2.176, de 12 de setembro de 2018.
Art. 7º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê Ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Auditor Geral do Estado

Protocolo: 532498

ADMISSÃO DE SERVIDOR

ERRATA
Portaria AGE Nº 100/2020-GAB e Portaria AGE Nº 101/2020-GAB de 18/02/2020, publicadas no D.O.E. Nº 34.122 de 19/02/2020.
Onde se lê:
27 a 29/02/2020
Leia-se:
11 a 13/03/2020
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
GIUSSEPP MENDES
Auditor Geral do Estado

Protocolo: 532503

DIÁRIA

Portaria AGE Nº 130/2020-GAB, de 10 de março de 2020.
O AUDITOR GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com o Decreto Estadual Nº 734/1992, de 07/04/1992 e Orientação Normativa AGE Nº 001/2008, de 01/03/2008 e considerando os autos do Processo N° 2020/151750.
RESOLVE:
CONCEDER ½ (meia) diária à servidora Aline Di Paula Vianna Lafayette da Silva, matrícula nº 5950203/1, ocupante do cargo de Assessor Superior I, a serem arbitradas de acordo com as diárias do Grupo C, Nível II do Anexo I da PORTARIA Nº 278, de 23 de outubro de 2019, no dia 17/03/2020, com o objetivo de participar da 1ª Reunião Extraordinária em 2020 da Rede de Corregedorias.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
GIUSSEPP MENDES
Auditor Geral do Estado

Protocolo: 532500

ENTIDADE ANALISADA: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS – SEDOP.
PROGRAMA ASFALTO NA CIDADE
UG: 220101
UF: PA
AUDITORIA SOBRE O CONTRATO Nº 056/2016

I - OBJETIVO DO TRABALHO:
Realizar Auditoria sobre a documentação relativa ao **Contrato nº 056/2016**, do **Processo 2015/459123 – Concorrência Pública nº 36/2015**, assinado entre a **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP**, e a empresa **RODOPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA.**, cujo o objeto é a "***execução da obras de Recuperação e pavimentação asfáltica de vias urbanas com CBUQ na região de integração do GUAMÁ total de 50 km, no Estado do Pará***". Contrato este sobre obras relativas a Função Programática **PAVIMENTACAO, RECUPERACAO E DRENAGEM DE VIAS URBANAS - ASFALTO NA CIDADE** do Programa **MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO URBANO**, desenvolvido e administrado pela **SEDOP** em diversas cidades do Estado do Pará.

II - ESCOPO DO TRABALHO:
Foram analisados 11 volumes do **Processo 2015/459423** contidos em nove pastas, numeradas da página 1 (datada em 19/10/2015) até a de número 3436 (datada em 15/02/2019), organizadas segundo critério de ordem cronológica, contendo desde os preparatórios do processo licitatório, a licitação e todas as suas fazes, a formalização do contrato e alterações, medições, pagamentos e todos documentos relativos a execução do objeto contratado.
O processo licitatório, percursor e gerador do **Contrato nº 056/2016**, não foi objeto de análise detalhada, visto sua intempestividade diante da execução do seu objeto, que assume maior importância diante do volume de recursos empregados e de seu efeito junto às comunidades atendidas.
O **Contrato nº 056/2016** foi assinado com a vencedora do certame licitatório a empresa **RODOPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA,** em 15/09/2016 ao custo de **R$ 19.137.593,56**. Em 20/09/2016 através da Portaria nº 661/2016 (fl.1321 vol VI). se designou o servidor Raimundo Maria Miranda de Almeida, detentor da matricula 54185514/5, como único fiscal do Contrato nº 056/2016, tendo tomado ciência em 26/09/2016.
Além da parte documental houve a realização de oitivas com os Srs. Raimundo Maria Miranda de Almeida e José Bernardo Macedo Pinho, que du-

rante a execução das obras, do programa Asfalto na Cidade, eram servidores e fiscais dos Contratos da SEDOP.
Ressalta-se que toda a análise foi efetuada sobre a documentação contida no processo, cabendo ainda a realização de vistorias e laudos técnicos de engenharia, nos municípios atendidos, para a comprovação efetiva dos achados de auditoria contidos neste trabalho.

III-RESULTADO DOS EXAMES:

A Concorrência Pública nº 036/2015-SEDOP/PA, que originou o Contrato nº 056/2016 contém dispositivos de observância obrigatória na execução do Contrato. Desta forma cabe elencar alguns itens contidos no Edital que terão relevância na análise do trabalho.
O primeiro ponto a se destacar do Edital se refere ao item:

1. DO OBJETO

a. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia para Recuperação e pavimentação asfáltica de vias urbanas com CBUQ na região de integração do GUAMÁ total de 50 Km, no Estado do Pará, de acordo com as especificações técnicas e detalhamentos constantes no presente Edital e seus anexos.
b. A contratação será global, abrangendo os seguintes municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapí, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia, porém a execução de cada cidade será individualizada, por meio da emissão da ordem de serviço juntamente com a relação de vias urbanas e planilha orçamentária, para o Município que, a critério técnico da SEDOP esteja apto a receber os serviços. (grifo nosso)
c. As ruas a serem contempladas com o serviço serão estabelecidas e devidamente especificadas quando da emissão da Ordem de Serviço. (grifo nosso)
A importância do item acima se reveste na obrigatoriedade de que, na emissão das ordens de serviço, os municípios e suas ruas deveriam obrigatoriamente estar especificadas.
Outro ponto importante a ser destacado no Edital é o item **10. DA ADJUDICAÇÃO**, mais especificamente o subitem:
10.5 A Contratada poderá subcontratar a execução de partes da obra **no limite de 50%** desde que previamente **autorizado pela SEDOP** mantendo-se a Contratada como única responsável pela integralidade dos serviços. (grifo nosso)
Com relação ao Contrato nº 056/2016, temos a destacar a **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**, em seus subitens:
7.4 Cumprir rigorosamente todas as exigências contidas no Edital e seus Anexos, sobretudo todas as exigências e regras estabelecidas no projeto básico;
7.20 Será admitida a cessão parcial Contratual nos termos do art. 78, VI da Lei nº 8.666/93, quando a CONTRATADA não tiver plenas condições de executar determinado lote ou trecho viário.
Os destaques acima, referentes ao Edital e ao Contrato terão relevância maior ao se analisar as medições e seus documentos.
A tabela abaixo apresenta todos os municípios, atendidos pelo Contrato, com as informações mais relevantes para a realização deste trabalho de fiscalização. Ressalta-se que a ordem apresentada dos municípios na tabela segue a mesma ordem de arquivamento do processo.

TABELA I - MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO CONTRATO Nº 056/2016

Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal			Ordem Bancária	
		Nº	Data		Nº	Valor	Data	Nº	Data
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	01/2016	16/06/16	16/05 a 16/06/16	61	649.384,00	19/09/16	2016OB01895	20/09/16
Vigia	Rodoplan	01/2016	16/06/16	16/05 a 16/06/16	63	220.792,00	19/09/16	2016OB01896	20/09/16
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	02/2016	18/07/16	17/06 a 18/07/16	71	348.360,27	27/12/16	2016OB02744 2016OB02786	29/12/16
Vigia	Rodoplan	02/2016	18/07/16	17/06 a 18/07/16	72	443.630,87	27/12/16	2016OB02737 2016OB02788	29/12/16
São Miguel do Guamá	Leal Jr.[1]	01/2016	07/11/16	05/10 a 07/11/16	1006	153.190,45	01/06/17	2017OB01022	06/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.[1]	01/2016	07/11/16	05/10 a 07/11/16	1005	586.174,20	01/06/17	2017OB01023	06/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.[1]	02/2016	09/12/16	08/11 a 07/12/16	1022	586.174,20	08/06/17	2017OB01070	08/06/17
São Miguel do Guamá	Leal Jr.[1]	02/2016	09/12/16	08/11 a 07/12/16	1023	153.190,45	08/06/17	2017OB01066	08/06/17
Santa Maria do Pará[2]	Leal Jr.[1]	03/2016	06/01/17	08/12 a 06/01/17	1042	75.545,04	31/08/17	2017OB01692	05/09/17
São Miguel do Guamá[2]	Leal Jr.[1]	03/2016	09/01/17	08/12 a 07/01/17	1055	306.380,89	09/10/17	2017OB02016 2017OB02017	11/10/17
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	03/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	79	812.793,53	11/10/17	2017OB02086 2017OB02087	17/10/17
S.Caetano de Odivelas[2]	Rodoplan	04/2016	16/09/16	18/08 a 16/09/16	80	475.809,00	24/10/17	2017OB02204 2017OB02205	26/10/17
Vigia[2]	Rodoplan	03/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	82	1.249.337,13	12/12/17	2017OB02616 2017OB02617	14/12/17
São Miguel do Guamá[2]	Rodoplan	01/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	83	451.459,28	14/12/17	2017OB02659 2017OB02660	15/12/17
Castanhal	Rodoplan	01/2018	31/01/18	02/01 a 31/01/18	87	1.110.895,43	06/03/18	2018OB00444 2018OB00445	13/03/18
Maracanã	Rodoplan	01/2018	31/01/18	02/01 a 31/01/18	88	336.114,37	06/03/18	2018OB00446 2018OB00447	13/03/18
Santa Izabel do Pará	Rodoplan	01/2018	31/01/18	02/01 a 31/01/18	89	915.256,50	06/03/18	2018OB00448 2018OB00449	13/03/18
Castanhal	Rodoplan	02/2018	05/03/18	02/02 a 05/03/18	99	1.056.455,75	21/05/18	2018OB00984 2018OB00986	23/05/18
Santa Izabel do Pará	Rodoplan	02/2018	05/03/18	02/02 a 05/03/18	100	939.811,39	21/05/18	2018OB00985 2018OB00987	23/05/18
Santa Izabel do Pará[2]	Rodoplan	03/2018	06/04/18	06/03 a 06/04/18	102	1.117.253,14	04/06/18	2018OB01115 2018OB01116	11/06/18
Castanhal[2]	Rodoplan	03/2018	06/04/18	06/03 a 06/04/18	103	1.274.193,79	04/06/18	2018OB01117 2018OB01118	11/06/18
Maracanã	Rodoplan	02/2018	05/03/18	02/02 a 05/03/18	101	72.639,40	21/05/18	2018OB01141 2018OB01142	12/06/18
São João da Ponta	Rodoplan	01/2018	30/04/18	01/04 a 30/04/18	107	1.187.129,24	12/06/18	2018OB01172 2018OB01173	14/06/18
Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal			Ordem Bancária	
		Nº	Data		Nº	Valor	Data	Nº	Data
Vigia[3]	Rodoplan	02/2018	30/04/18	01/05 a 31/05/18	108	534.250,00	14/06/18	2018OB01275 2018OB01276	25/06/18
Colares	Rodoplan	01/2018	30/04/18	01/04 a 30/04/18	109	495.050,00	14/06/18	2018OB01277 2018OB01278	25/06/18
Santa Izabel do Pará[2]	Rodoplan	01/2018	25/07/18	03/07 a 25/07/18	115	707.230,96	24/07/18	2018OB01600 2018OB01610	26/07/18
Terra Alta[2]	Rodoplan	01/2018	30/06/18	01/05 a 31/05/18	116	393.997,08	24/07/18	2018OB01603 2018OB01604	26/07/18
Santa Maria do Pará[2]	Rodoplan	01/2018	31/05/18	01/05 a 31/05/18	117	1.243.783,46	24/07/18	2018OB01598 2018OB01599	26/07/18
Vigia[3]	Rodoplan	02/2018	30/04/18	01/05 a 31/05/18	118	534.250,00	24/07/18	2018OB01601 2018OB01602	26/07/18
Colares	Rodoplan	02/2018	31/05/18	01/05 a 31/05/18	119	495.050,00	24/07/18	2018OB01607 2018OB01608	26/07/18
São João da Ponta	Rodoplan	02/2018	31/05/18	01/05 a 31/05/18	120	812.629,92	24/07/18	2018OB01605 2018OB01606	26/07/18
Inhangapi	Rodoplan	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	130	903.804,03	30/08/18	2018OB01605 2018OB01606	31/08/18
Vigia	M.N.S[4]	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	276	1.108.912,60	30/08/18	2018OB02092	05/09/18
Colares	M.N.S[4]	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	277	348.250,00	30/08/18	2018OB02093	05/09/18
Vigia	M.N.S[4]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	270	622.742,08	30/08/18	2018OB02096	05/09/18
Colares	M.N.S[4]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	272	351.449,36	30/08/18	2018OB02097	05/09/18
Inhangapi	M.N.S[4]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	267	388.301,32	30/08/18	2018OB02098	05/09/18
São João da Ponta	M.N.S[4]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	269	278.297,04	30/08/18	2018OB02099	05/09/18
Maracanã	M.N.S[4]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	278	894.800,00	05/09/18	2018OB02103	05/09/18
Inhangapi[5]	Rodoplan	01/2018	31/08/18	01/08 a 31/08/18	154	207.978,20	31/10/18	2018OB02729 2018OB02730	01/11/18
Maracanã[5]	M.N.S[4]	05/2018	31/10/18	01/10 a 31/10/18	315	300.000,00	27/11/18	2018OB03048	28/11/18

Legenda:
(1) Subrrogação parcial do contrato com a empresa Leal Jr, com anuência da SEDOP
(2) Medições que alcançaram 100% de execução da obra naquele município
(3) Apresentaram o mesmo boletim de medição para as duas medições.
(4) Sub-empreitada parcial do contrato com a empresa M.N.S Ribeiro Jr., sem anuência da SEDOP
(5) Medição referente a outro contrato – 045/2018
Destaque em vermelho para Data de Boletim de Medição = pagamentos efetuados sem cobertura contratual

Destaque em vermelho para Número da OB = Pagamentos efetuados sem retenção e recolhimento do INSS
Destaque em verde para Número da OB = Pagamentos em inconformidade com as notas fiscais referentes
Destaque em vermelho para Período de Medição= Data do boletim é anterior ao Período de Medição
Destaque em vermelho para Número do Boletim de Medição= Boletim apresentado pertence a outra medição
Obs: vide tabela anexa a este trabalho para consulta ao índice contendo a numeração das páginas do processo para cada medição e seus documentos.
Sobre as medições acima tabeladas têm-se as seguintes constatações:
1. **PAGAMENTO DE SERVIÇOS EXECUTADOS ANTES DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.**
As datas dos boletins de medição, assim como os períodos de medição para os Municípios abaixo destacados na Tabela II, são anteriores a vigência do Contrato nº 056/2016. A assinatura do Contrato se deu em 15/09/2016 e as datas dos boletins de medição destacadas ocorreram em junho, julho, agosto e setembro do ano de 2016.

Tabela II – Obras anteriores a vigência do Contrato nº 056/2016

Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal			Ordem Bancária	
		Nº	Data		Nº	Valor	Data	Nº	Data
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	01/2016	16/06/16	16/05 a 16/06/16	61	649.384,00	19/09/16	2016OB01895	20/09/16
Vigia	Rodoplan	01/2016	16/06/16	16/05 a 16/06/16	63	220.792,00	19/09/16	2016OB01896	20/09/16
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	02/2016	18/07/16	17/06 a 18/07/16	71	348.360,27	27/12/16	2016OB02744 2016OB02786	29/12/16
Vigia	Rodoplan	02/2016	18/07/16	17/06 a 18/07/16	72	443.630,87	27/12/16	2016OB02737 2016OB02788	29/12/16
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	03/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	79	812.793,53	11/10/17	2017OB02086 2017OB02087	17/10/17
S.Caetano de Odivelas[2]	Rodoplan	04/2016	16/09/16	18/08 a 16/09/16	80	475.809,00	24/10/17	2017OB02204 2017OB02205	26/10/17
Vigia[2]	Rodoplan	03/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	82	1.249.337,13	12/12/17	2017OB02616 2017OB02617	14/12/17
São Miguel do Guamá[2]	Rodoplan	01/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	83	451.459,28	14/12/17	2017OB02659 2017OB02660	15/12/17

O contrato só produz efeitos após sua assinatura, portanto, estas obras não poderiam ter sido cobertas pelo referido contrato já que foram executadas antes da sua vigência, tendo sido todas pagas sob a cobertura contratual conforme se observa pelas ordens de bancárias descritas na Tabela acima
Outra ausência importante e de observância obrigatória é da Ordem de Serviço, que não foi emitida para os municípios em questão. Vale ressaltar que essa exigência está contida no objeto do Edital de Licitação reforçada pela Cláusula 7.4 do Contrato.
RECOMENDAÇÕES:
1 Exigir a imediata devolução dos valores pagos indevidamente;
2 Abrir sindicância para apuração dos responsáveis pelos pagamentos indevidos;
3 Apurar a ocorrência de danos ao erário.
4 Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.
2. PAGAMENTOS IRREGULARES
Em 31/10/2018 às folhas 3182 do volume XI do processo, encontra-se o pedido de pagamento pela Rodoplan da "4ª medição de Inhangapi", para tanto apresenta os seguintes documentos:
- Nota fiscal nº 154 de 31/10/2018 (fl. 3184);
- Boletim de medição datado em 31/08/2018 (fl.3208-A);
- Ordem de serviço nº 45/5 datada de 28/08/2018 (fl.3208-B);
- Planilha de quantidades e preços datada de 28/08/2018 (fl.3209).

Uma observação detalhada do Boletim, da Ordem de serviço e da Planilha de quantidades e preços, se percebe claramente que os documentos se referem a outro Contrato, o de nº 45/2018 e não ao tratado neste processo que é o de nº 56/2019.
Outra questão relevante se refere à ordem de serviço em comparação ao período de medição do boletim apresentado, que foi assinada em 28/08/2018 e o período de medição se refere à 01/08 a 31/08/2018, ou seja, se conclui que o serviço já estava em andamento, quase terminado, quando a ordem foi emitida.
Em 01/11/2018 foram emitidas as OB's 2018OB02729 (fl.3213) e 2018OB02730 (fl.3214) realizando o pagamento desta medição com celeridade de um dia da data de solicitação (31/10/2018).
No dia 27/11/2018 a M.N.S. Ribeiro, sub-empreiteira da Rodoplan, solicita pagamento para a "5ª medição em Maracanã" apresentando também um boletim de medição que se refere ao contrato 45/2018 paga em 28/11/18 através da ordem bancária 2018OB03048, também um dia após a solicitação.
Outra ocorrência, de pagamentos irregulares se mostra na folha 3291 quando a Rodoplan solicita reajuste da 2ª medição em colares emitindo nota fiscal nº 164, porém a execução dos serviços foi realizada e paga à M.N.S. Ribeiro, que emitiu a nota fiscal nº 277 (fl. 2817 vol. X), sup-empreiteira da Rodoplan, portanto a solicitação e o pagamento do reajuste se faria jus à M.N.S. Ribeiro e não a Rodoplan como de fato aconteceu em 07/12/2018 através da ordem bancária OB201803158 (fl. 3335 vol. XI).
Fato idêntico ao caso anterior se dá novamente para o pedido da Rodoplan de reajuste da 1ª medição de Maracanã (fl. 3305) tendo emitido nota fiscal nº 162, serviço executado pela M.N.S. Ribeiro (nota fiscal nº 278, fl.2884 vol. X). O pagamento indevido do reajuste foi recebido pela Rodoplan através da ordem bancária nº 2018OB03160, em vez da M.N.S. Ribeiro que deveria fazer jus ao pagamento por ter sido a executora dos serviços.
Ainda foram feitas duas outras solicitações de reajustes pela Rodoplan, que se enquadram no caso de serviços realizados pela M.N.S. Ribeiro, mas que não foram pagas, estando elas nas folhas 3357 (Inahangapi) e 3384 (colares).
Fica evidente que os pagamentos foram indevidos e ilegais, além do conluio da Contratada com a Contratante, visto não ter havido controle necessário e suficiente pela SEDOP capaz de observar e evitar estas ocorrências.
RECOMENDAÇÕES:
1 Exigir a imediata devolução dos valores pagos indevidamente;
2 Abrir sindicância para apuração dos responsáveis pelos pagamentos indevidos;
3 Apurar a ocorrência de danos ao erário.
4 Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.
3. AUSÊNCIA DE RETENÇÃO DE 11% DO INSS INCIDENTE SOBRE A MÃO DE OBRA EMPREGADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
Em alguns pagamentos efetuados a Contratada não houve a retenção legal de 11% incidente sobre a parcela da mão de obra empregada na prestação dos serviços de engenharia, que deve ser recolhida em favor do INSS. Essa retenção e pagamento são obrigatórias por parte das tomadoras de serviço, incluindo as entidades do setor público, portanto não assiste razão do não recolhimento como visto em alguns pagamentos feitos durante a execução do referido Contrato, ou de não apresentarem justificativas das ausências de recolhimentos pela empresa e pela SEDOP.
Segue tabela contendo os pagamentos sem recolhimento:

Tabela III – Relação de Pagamentos sem a Retenção do INSS

Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal			Ordem Bancária	
		Nº	Data		Nº	Valor	Data	Nº	Data
S.Caetano de Odivelas	Rodoplan	01/2016	16/06/16	16/05 a 16/06/16	61	649.384,00	19/09/16	**2016OB01895**	20/09/16
Vigia	Rodoplan	01/2016	16/06/16	16/05 a 16/06/16	63	220.792,00	19/09/16	**2016OB01896**	20/09/16
São Miguel do Guamá	Leal Jr.[1]	01/2016	07/11/16	05/10 a 07/11/16	1006	153.190,45	01/06/17	**2017OB01022**	06/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.[1]	01/2016	07/11/16	05/10 a 07/11/16	1005	586.174,20	01/06/17	**2017OB01023**	06/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.[1]	02/2016	09/12/16	08/11 a 07/12/16	1022	586.174,20	08/06/17	**2017OB01070**	08/06/17
São Miguel do Guamá	Leal Jr.[1]	02/2016	09/12/16	08/11 a 07/12/16	1023	153.190,45	08/06/17	**2017OB01066**	08/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.[1]	03/2016	06/01/17	08/12 a 06/01/17	1042	75.545,04	31/08/17	**2017OB01692**	05/09/17
Vigia	M.N.S[2]	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	276	1.108.912,60	30/08/18	**2018OB02092**	05/09/18
Colares	M.N.S[2]	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	277	348.250,00	30/08/18	**2018OB02093**	05/09/18
Vigia	M.N.S[2]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	270	622.742,08	30/08/18	**2018OB02096**	05/09/18
Colares	M.N.S[2]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	272	351.449,36	30/08/18	**2018OB02097**	05/09/18
Inhangapi	M.N.S[2]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	267	388.301,32	30/08/18	**2018OB02098**	05/09/18
São João da Ponta	M.N.S[2]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	269	278.297,04	30/08/18	**2018OB02099**	05/09/18
Maracanã	M.N.S[2]	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	278	894.800,00	05/09/18	**2018OB02103**	05/09/18
Maracanã	M.N.S[2]	05/2018	31/10/18	01/10 a 31/10/18	315	300.000,00	27/11/18	**2018OB03048**	28/11/18

Legenda:
(1) Subrrogação parcial do contrato com a empresa Leal Jr, com anuência da SEDOP;
(2) Sub-empreitada parcial do contrato com a empresa M.N.S Ribeiro Jr., sem anuência da SEDOP
Na tabela III é demonstrado que os pagamentos apresentam somente uma Ordem Bancária em nome da contratada, quando o correto seriam duas OB's, uma para o INSS e
outra para a empresa.
RECOMENDAÇÃO:
1. Providenciar junto à Contratada a regularização ou comprovação dos recolhimentos.
2. Solicitar, à SEDOP, justificativas pela não ocorrência de tais recolhimentos quando do pagamento.
3. Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Federal para apuração de eventuais irregularidades.

4. AUSÊNCIA DE ATESTOS EM NOTAS FISCAIS E/OU BOLETINS DE MEDIÇÃO PELO FISCAL DESIGNADO POR PORTARIA.

Em 20/09/2016 através da Portaria nº 661/2016 (fl.1321 vol. VI) se designou o servidor Raimundo Maria Miranda de Almeida detentor da matricula 54185514/5, como único fiscal do Contrato nº 056/2016, tendo tomado ciência em 26/09/2016 (pag. 1321 – vol. VI), portanto toda a documentação referente aos boletins e notas fiscais deveriam ter os atesto do referido fiscal, porém como se observa na Tabela IV abaixo, onde 26 medições e notas fiscais possuem o atesto do Sr. José Bernardo M. Pinho, engenheiro e assessor de mobilidade da SEDOP.

Tabela IV – Medições sem atesto do fiscal designado pela Portaria 661/2016

Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal		
		Nº	Data		Nº	Valor	Data
São Miguel do Guamá	Leal Jr.	01/2016	07/11/16	05/10 a 07/11/16	1006	153.190,45	01/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.	01/2016	07/11/16	05/10 a 07/11/16	1005	586.174,20	01/06/17
Santa Maria do Pará	Leal Jr.	02/2016	09/12/16	08/11 a 07/12/16	1022	586.174,20	08/06/17
São Miguel do Guamá	Leal Jr.	02/2016	09/12/16	08/11 a 07/12/16	1023	153.190,45	08/06/17
São Miguel do Guamá	Rodoplan	01/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	83	451.459,28	15/12/17
Santa Izabel do Pará	Rodoplan	03/2018	06/04/18	06/03 a 06/04/18	102	1.117.253,14	04/06/18
Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal		
		Nº	Data		Nº	Valor	Data
Castanhal	Rodoplan	03/2018	06/04/18	06/03 a 06/04/18	103	1.274.193,79	04/06/18
São João da Ponta	Rodoplan	01/2018	30/04/18	01/04 a 30/04/18	107	1.187.129,24	12/06/18
Vigia	Rodoplan	02/2018	30/04/18	01/05 a 31/05/18	108	534.250,00	14/06/18
Colares	Rodoplan	01/2018	30/04/18	01/04 a 30/04/18	109	495.050,00	14/06/18
Santa Izabel do Pará	Rodoplan	01/2018	25/07/18	03/07 a 25/07/18	115	707.230,96	24/07/18
Terra Alta	Rodoplan	01/2018	30/06/18	01/05 a 31/05/18	116	393.997,08	24/07/18
Santa Maria do Pará	Rodoplan	01/2018	31/05/18	01/05 a 31/05/18	117	1.243.783,46	24/07/18
Vigia	Rodoplan	02/2018	30/04/18	01/05 a 31/05/18	118	534.250,00	24/07/18
Colares	Rodoplan	02/2018	31/05/18	01/05 a 31/05/18	119	495.050,00	24/07/18
São João da Ponta	Rodoplan	02/2018	31/05/18	01/05 a 31/05/18	120	812.629,92	24/07/18
Inhangapi	Rodoplan	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	130	903.804,03	30/08/18
Vigia	M.N.S	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	276	1.108.912,60	30/08/18
Colares	M.N.S	02/2018	31/07/18	01/07 a 31/07/18	277	348.250,00	30/08/18
Vigia	M.N.S	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	270	622.742,08	30/08/18
Colares	M.N.S	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	272	351.449,36	30/08/18
Inhangapi	M.N.S	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	267	388.301,32	30/08/18
São João da Ponta	M.N.S	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	269	278.297,04	30/08/18
Maracanã	M.N.S	01/2018	30/06/18	01/06 a 30/06/18	278	894.800,00	05/09/18
Inhangapi	Rodoplan	01/2018	31/08/18	01/08 a 31/08/18	154	207.978,20	31/10/18
Maracanã	M.N.S	05/2018	31/10/18	01/10 a 31/10/18	315	300.000,00	27/11/18

Nenhuma Portaria subsequente a de nº 661/2016 foi emitida para revogá-la ou mesmo modificá-la para que outro fiscal pudesse realizar as fiscalizações e os atestos referentes ao Contrato nº 056/2016.

Portanto, o Sr. José Bernardo M. Pinho assumiu uma competência de fiscal de um Contrato que não havia sido atribuída a ele e, por conseguinte o Sr. Raimundo Maria de Miranda de Almeida se omitiu da sua obrigação designada por portaria.

RECOMENDAÇÕES:

1. Proceder abertura de sindicância para apuração de possíveis responsabilidades pela ação do Sr. José Bernardo M. Pinho e pela omissão do Sr. Raimundo Maria Miranda de Almeida.
2. Apurar a ocorrência de danos ao erário.
3. Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.

5. ATUAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO COMO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

O Sr. José Bernardo que atuou, irregularmente, como fiscal do Contrato também agiu como representante da Contratada junto ao Órgão, visto que em diversas situações ao longo do processo o mesmo realizou, através de memorandos, atuações em nome da Rodoplan, como podemos citar:

- Memorando 090/2016 e 091/2016 (fl.1150 e 1154, vol. VI) solicita e justifica pedido de sub-rogação em nome da empresa Leal Jr;
- Memorando 011/2018 (fl. 2078 vol. VIII) encaminha, conforme ordem superior, determinação para publicação do reajustamento do contrato;
- Assina como testemunha um Contrato Particular de Sub-Empreitada entre as empresas Rodoplan e M.N.S Ribeiro Jr. em 07/05/2018 (documento sem numeração mas encontra-se inserido entre as fl. 2736 e 2738, vol. X), Contrato Particular este sem qualquer anuência da SEDOP.

Todas estas solicitações deveriam ter sido de iniciativa da empresa Rodoplan, porém não constam dentro do processo analisado em seus 11 volumes.

RECOMENDAÇÕES:

1. Proceder abertura de sindicância para apuração de responsabilidades pela ação do Sr. José Bernardo M. Pinho por conduta vedada pelo inciso III, art. 178 da Lei Estadual 8.510 de 24/01/1994.
2. Apurar a ocorrência de danos ao erário.
3. Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.

6. EMISSÃO DE ORDENS DE SERVIÇO EM INCONFORMIDADE COM EXIGÊNCIA EDITALÍCIA E CONTRATUAL.

As Ordens de serviço constantes no processo, em sua totalidade, não atendem as exigências do Edital que por força da **CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**, em seu subitem **7.4,** do Contrato nº 56/2016, devem obrigatoriamente, serem cumpridas.

A exigência editalícia que trata da emissão das ordens de serviço está contida no Objeto do edital nos subitens "b" e "c" transcritos a seguir:

b. A contratação será global, abrangendo os seguintes municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapí, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia, porém a execução de cada cidade será individualizada, por meio da emissão da ordem de serviço juntamente com a relação de vias urbanas e planilha orçamentária, para o Município que, a critério técnico da SEDOP esteja apto a receber os serviços. (grifo nosso)

c. **As ruas a serem contempladas com o serviço serão estabelecidas e devidamente especificadas quando da emissão da Ordem de Serviço**. (grifo nosso)

Nenhuma das exigências referentes a relação de ruas a serem contempladas nas Ordens de Serviços, emitidas em todos os 11 volumes, foram atendidas. Em uma em particular que consta da página 2480, volume IX, apresenta como data da emissão o dia 01/01/2018 (feriado universal) assinada pelo Sr. Pedro Abílio Torres do Carmo em nome do Sr. Ruy Klautau de Mendonça.

Em oitiva do Sr. José Bernardo, entre outras declarações, ele afirma que as ruas e logradouros eram determinados pelo prefeito de cada localidade diretamente à empresa que executava os serviços e que a SEDOP não participava desta decisão. Contrariando, portanto as cláusulas do Edital e do Contrato.

RECOMENDAÇÕES:

1. Abrir sindicância para apuração dos responsáveis pela conduta;
2. Apurar a ocorrência de danos ao erário.
3. Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.

7. INDÍCIOS DE MONTAGEM EM BOLETINS DE MEDIÇÃO.

Em oitiva o Sr. José Bernardo M. Pinho confirma que não havia conferência dos boletins de medição apresentados para pagamento e que os mesmos, quando necessário eram manipulados para que se adequassem com as verbas repassadas para pagamento de todas as empresas que atuavam no Programa Asfalto na Cidade.

Os fiscais só assinavam os Boletins e não participavam presencialmente da conferência e comprovação das obras para confecção do Boletins, como comprovado pelo Ofício nº 701/2019 DIFIN/GAB/SEDOP datado de 22/04/2019 que relaciona todas as diárias solicitadas, desde o ano de 2015 a 2018, pelos servidores José Bernardo e Raimundo Miranda. Este documento prova que nenhum deles esteve presente nas datas de assinatura dos boletins de medição em que atestaram execução do Contrato nº 056/2016. Mesma constatação ocorre com os Termos de Recebimento de Obras de Asfaltamento do Contrato em epígrafe, que também não coincidem as datas com viagens dos fiscais que assinam os Termos.

Outras ocorrências de montagens ficam claras nas solicitações de reajustes dos serviços já executados e pagos, como exemplo:

- Reajuste da 1ª medição em Vigia que apresenta na solicitação cópia do boletim da "medição original" (fl.2969 vol. X), porém em consulta aos documentos referentes a medição original na fl. 2419 do volume IX percebe-se que o boletim original não é o mesmo que foi apresentado na cobrança

do reajuste como se fosse cópia exata. Em confronto dos dois boletins se nota várias diferenças como: assinatura do representante da Rodoplan que não é o mesmo, valor inicial e total do boletim, percentagem de realização da medição cobrada e outros dados. Os boletins deveriam ser idênticos em tudo.

RECOMENDAÇÕES:

4. Abrir sindicância para apuração dos responsáveis pela conduta;
5. Apurar a ocorrência de danos ao erário.
6. Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.

8. PAGAMENTOS EFETUADOS VIA TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS

O Quadro abaixo elenca duas medições em que suas Ordens Bancárias não foram emitidas com o valor total das notas, foram pagas a menor, deixando uma pendência.

Quadro de medições que não tiveram seus pagamentos feitos integralmente pelas OB's

Município	Empresa	Boletim Medição		Período de Medição	Nota fiscal			Ordem Bancária	
		Nº	Data		Nº	Valor	Data	Nº	Data
Vigia	Rodoplan	03/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	82	.249.337,13	12/12/17	2017OB02616 2017OB02617	14/12/17
São Miguel do Guamá	Rodoplan	01/2016	17/08/16	19/07 a 17/08/16	83	51.459,28	14/12/17	2017OB02659 2017OB02660	15/12/17

Estas pendências, e outras ocorridas no fim do ano de 2017 com várias prestadoras de serviço da SEDOP, foram sanadas através do Ofício nº 009/2018 – DIFIN/GAB/SEDOP datada de 03/01/2018 (fl. 1834, 1835 e 1836, que determinou ao Gerente da Conta Única do Banpará que procedesse transferências da conta nº 5391539 da ag. 015 para diversas contas. Não reconhecemos esta prática como legal, visto que todos os pagamentos devem ser registrados junto ao sistema financeiro do Governo do Estado – SIAFEM.

RECOMENDAÇÕES:

1 Abrir sindicância para apuração dos responsáveis pela conduta;
2 Apurar a ocorrência de danos ao erário.
3 Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.

9. IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SUBEMPREITADA

Houveram duas cessões parciais no Contrato objeto deste trabalho. A primeira, mesmo tendo sido promovida junto a SEDOP sem pedido formal das empresas interessadas, caso tratado anteriormente em outro item deste documento, foi efetuada com a empresa Leal Jr. que atendia as exigências documentais que o caso exige, que seja a comprovação de atendimento de todas as exigências contidas no Edital de Licitação do qual a Leal foi participante devidamente habilitada no processo. A Subrrogação foi analisada pela Coordenadoria de Convênios e Contratos – CCCT, que foi de parecer favorável sendo assinados então os termos às folhas 1201 e 1209 do volume VI do processo em análise.

Posteriormente, entre as folhas 2736 e 2738 do volume X, encontrou-se um Contrato Particular de Sub-empreitada assinado em 07/05/2018, que não teve solicitação por parte das empresas participantes e anuência da SEDOP. Primeiramente a empresa não apresentou documentação que comprove que atende as exigências legais para assumir a obrigação da empresa Cedente. Porém a subempreiteira M.N.S. Ribeiro Jr. assumiu mesmo assim o montante de R$ 10.608.354, 81 referente a obras do Contrato 56/2016 e do Contrato 005/2017 de titularidade da Rodoplan.

A segunda observação sobre esta cessão é que ela ultrapassou o montante permitido pelo Edital de licitação no item 10, mais precisamente em seu subitem 10.5 que determina que a Contratada poderá subcontratar no limite de 50% da obra desde que previamente autorizada pela SEDOP.

O montante de 50% foi ultrapassado visto que a primeira cessão se deu com a Leal Jr. no percentual de 10,77%, correspondente ao valor de RS 2.060.635,23 referentes aos seguintes serviços efetuados:

- 3 medições para o município de Santa Maria total = R$1.447.893,44
- 3 medições para o município de São Miguel total = R$ 612.741,79

R$2.060.635,23

Para a segunda cessão o montante corresponde a R$9.352.666,11 perfazendo um percentual de 44,20% já incluído no cálculo o reajuste concedido de 10,5738% ao contrato em 30/05/2018, portanto somados chegam ao montante de aproximadamente 55% do Contrato. Percentual este que ultrapassa o valor permitido pelo Edital de Licitação.

RECOMENDAÇÕES:

1. Abrir sindicância para apuração dos responsáveis pela conduta;
2. Apurar a ocorrência de danos ao erário.
3. Encaminhar cópias dos autos para o Ministério Público Estadual para apuração de eventuais ilicitudes ocorridas nos âmbitos Civil e Penal.

O processo termina à pagina 3436 do volume XI ao final do ano de 2017, tendo ficado suspenso, até o momento qualquer pagamento referente a este contrato.

V – CONCLUSÃO:

Após uma minuciosa análise do Contato nº 056/2016 se constatou diversos indícios, de ações e omissões, graves por parte da SEDOP e da Contratada devendo ser objeto de ações junto a Autoridades e Órgãos competentes para apuração das impropriedades e irregularidades apontadas, na busca da responsabilização dos culpados e do ressarcimento ao erário de danos, possivelmente causados, com as práticas apontadas.

Na primeira constatação, à página 5, se constata o pagamento de obras que não foram objeto do contrato, visto terem sido executadas e medidas antes a assinatura do Contrato analisado. Todos estes pagamentos podem ser vistos elencados à Tabela II.

Ainda sob a perspectiva de irregularidades nos pagamento das medições, apresenta-se na página 6 e 12, diversas ocorrências como:

a) 2 pagamentos referentes a outro contrato;
b) Processamento dos pagamentos em 24 horas;
c) 2 Pagamentos de reajuste à empresa diversa da que executou a obra;
d) Pagamentos sem emissão de Ordens Bancárias, via transferência entre contas correntes sem registro adequado no Sistema Financeiro do Estado – SIAFEN.

Em análise, às folhas 7 e 8, sobre a obrigatoriedade de retenção de impostos e contribuições, encontrou-se discrepâncias sobre a não retenção de 11% do INSS incidente sobre a mão de obra empregada em alguns pagamentos, em particular sobre aqueles que estavam sendo objeto de sub-rogação e subempreitada. A tabela III relaciona todos os pagamentos que incorreram na ausência desta retenção.

Na Tabela IV (páginas 8 e 9) apresenta-se todas as medições que foram atestadas por fiscal que não foi designado por Portaria para proceder as fiscalizações e atestos requeridos, além do que se constatou por documento oficial da SEDOP, que o fiscal de direito (designado por portaria) e o fiscal de fato (o que atestou as notas e as medições), não se encontravam presentes nas datas de assinatura dos boletins de medição. O anexo II, deste relatório apresenta Ofício encaminhado pela SEDOP relacionando todas as diárias e os períodos de concessão de diárias referentes aos fiscais envolvidos no caso.

Na página 10 há referência a conduta de servidor atuando como representante da Contratada junto a Contratante em diversas solicitações que deveriam ter sido realizadas pela empresa prestadora dos serviços.

Tratou-se também da documentação referente a emissão das ordens de serviço, onde nenhuma das apresentadas, no decorrer do processo, atenderam as exigências editalícias de que, obrigatoriamente deveriam estar presentes a relação das vias urbanas. Em oitiva foi declarado que as ruas eram determinadas durante a execução das obras pelos prefeitos das localidades.

Ainda sobre os documentos, temos o caso tratado à página 11 dos boletins de medição, que segundo declaração em oitiva, eram manipulados para se adequarem à verba existente quando esta não era suficiente para pagar integralmente todos os serviços executados no período medido.

Por fim, analisa-se uma subempreitada realizada sem anuência formal da SEDOP, onde o montante celebrado ultrapassa o limite estabelecido de 50% de possibilidade de subcontratação do Contrato celebrado inicialmente.

Diante dos achados de auditoria, detalhados neste documento, recomendamos a abertura de Processo Administrativo de Responsabilização segundo preceitua o Art. 1º do DECRETO ESTADUAL Nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Estadual

Todas as cópias dos Autos deste Processo deverão ser encaminhadas, conforme recomendações exaradas, para as Autoridades competentes e também remetidas aos Ministérios Públicos Estadual e Federal para suas devidas providências.

Belém, 24 de maio de 2019.
MARCELO DIAS PAREDES
AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
AUDITOR GERAL DO ESTADO

Protocolo 532855

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

"Dispõe sobre a declaração de inexigibilidade de licitação para contratação de empresa de empresa especializada em banco de preço para auxílio na cotação nos processos licitatório"

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO que a prestação de serviços atendem as necessidades deste órgão e são fornecidos exclusivamente fornecidos pela empresa NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA., situada na Rua Dr. Brasilio Vicente de Castro, 111- Sala 1004; Andar 10 Cond. EUROBUSINESS CD CMRL, Campo Comprido – Curitiba - PR, CEP 81.200-526, inscrita no CNPJ nº 07.797.967/0001-95, associada da Associação Comercial do Paraná nº. 45733.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 25, I da Lei nº8.666/93 e alterações;

Acolhendo o parecer favorável da Assessoria jurídica, bem como o órgão de Controle Interno, para a contratação em questão.

RESOLVE

DECLARAR INEXIGÍVEL a realização do procedimento licitatório, e, RATIFICAR integralmente o processo de inexigibilidade de licitação que versa sobre especialização de banco de preço para auxílio na cotação nos processos licitatórios desta Fundação, no valor de R$17.600 (dezessete mil e seiscentos) reais.

Determinar a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Este ao entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 11 de março de 2020.
RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA
PRESIDENTE FUNDAÇÃO PARÁPAZ

Protocolo: 532822

DIÁRIA

PORTARIA Nº 044 DE 10 DE MARÇO DE 2020
A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE nº 33.969, de 03de setembro de 2019, bem como através da Lei 8.097 de 01 de janeiro de 2015 e ainda,
CONSIDERANDO o Art.145 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e seus parágrafos c/c o disposto no Decreto 2.819 de 06/09/94 e, ainda, de acordo com o PROCESSO 2020/193103,
RESOLVE:
Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, ½ (meia) diária a servidora RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA, ocupante do cargo de Presidente da Fundação PARÁPAZ, Identidade Funcional nº 0751936/1, CPF: 198.957.122-00, no valor de R$105,50 (cento e cinco reais e ciquenta centavos), para atendimentos articulados direcionados a população na Ação de Cidadania que ocorrerá no dia 14 de março de 2020 na E.M.E.F. PADRE BUGARELLI- estrada do Maguari, no Município de Ananindeua-PA.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SANDRA MARIA DA SILVA FERREIRA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo: 532406

PORTARIA Nº 043 DE 10 DE MARÇO DE 2020
A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto publicado no DOE nº 33.798, de 06 de fevereiro de 2019, em observância aos termos da Lei 8.097 de 01 de janeiro de 2015 e ainda,
CONSIDERANDO o Art.145 da Lei 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e seus parágrafos c/c o disposto no Decreto 2.819 de 06/09/94 e, ainda, de acordo com o PROCESSO 2020/193416,
RESOLVE:
Conceder, de acordo com as bases legais vigentes, ½ (meia) diária no valor de R$ 83,52 (oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos),com objetivo de vistoria técnica no dia 13/03/2020, na E.M.E.F.Padre Gabriel Bugarelli-Estrada do Maguari, na Ação de Cidadania a ser Realizada no município de Ananinideua-PA, aos seguintes servidores:

NOME	MATRÍCULA /CARGO	CPF
NILSON LIMA DA COSTA	5946716/3-DIRETOR	425.596.182-49
PAULO IVAN CONCEIÇÃO DE LIMA	5946741/1-ASSESSOR OPERACIONAL	648.738.542-53
JOSÉ CARLOS PEREIRA VIANA	5947153/1-SECRETÁRIO DE DIRETORIA	516.741902-63
RENATO SANTOS DA SILVA	5946708/1-COORDENADOR DE NÚCLEO REGIONAL	431.280.172-04

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDA NONATA ROCHA TEIXEIRA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARÁPAZ

Protocolo: 532403

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2015-SEAD
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, com sede na Travessa do Chaco nº 2350 – Bairro do Marco, inscrita no CNPJ/MF: 35.747.782/0001-01, nesta cidade.
CONTRATADA: POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, com sede na Rua Amália Carmona nº 234, Bairro Nova Brasília, Cidade de Santa Izabel do Pará, inscrita no CNPJ: 02.650.833/0001-23.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a Prorrogação do prazo contratual em caráter excepcional, pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL ANUAL: R$ 1.391.853,00
DATA ASSINATURA: 06/03/2020
VIGÊNCIA: 09/03/2020 a 08/03/2021
UO: 91101
Ação: 04.422.1500.8805 – Implementação da Estação Cidadania
Natureza de Despesa: 33.90.37 – Locação de Mão-de-obra
Fonte Detalhada: 0101.006361
Origem do Recurso: Tesouro Estadual
ORDENADOR: HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração.

Protocolo: 532452

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2015-SEAD
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, com sede na Travessa do Chaco, nº 2350 – Bairro do Marco, inscrita no CNPJ/MF: 35.747.782/0001-01, nesta cidade.
CONTRATADA: POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, com sede na Rua Amália Carmona nº 234, Bairro Nova Brasília, Cidade de Santa Izabel do Pará, inscrita no CNPJ: 02.650.833/0001-23.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a Prorrogação do prazo contratual em caráter excepcional, pelo período de 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL ANUAL: R$ 278.370,60
DATA ASSINATURA: 06/03/2020
VIGÊNCIA: 09/03/2020 a 08/03/2021
UO: 91101
Ação: 04.422.1500.8805 – Implementação da Estação Cidadania
Natureza de Despesa: 33.90.37 – Locação de Mão-de-obra
Fonte Detalhada: 0101.006361
Origem do Recurso: Tesouro Estadual
ORDENADOR: HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 532435

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 78/GS/SEPLAD, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições contidas na Lei nº 8.933, de 29 de novembro de 2019, resolve:
DESIGNAR o servidor EDUARDO SANCHES BAÍA DE LIMA, matrícula 5890436/2, ocupante do cargo de Gerente, padrão GEP-DAS-011.3, para exercer a gerência do Sistema de Frota de Veículos Oficiais, a partir do dia 1º de fevereiro de 2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Belém, 5 de fevereiro de 2020.
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

Protocolo: 532427

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES" – CPCRC-PA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR
CONCURSO PÚBLICO C-176
EDITAL N° 53/SEPLAD-CPCRC/PA, DE 11 DE MARÇO DE 2020
CONVOCAÇÃO PARA REALIZAR A 6ª FASE DO CONCURSO (PROVA DE TÍTULOS)
A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD e o CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES" - CPCRC/PA, no uso das atribuições legais, tornam público a CONVOCAÇÃO À 6ª FASE (PROVA DE TÍTULOS) do candidato JOÃO WECLEFF SARGES, na condição sub judice, como se segue.
Art. 1º - O candidato relacionado acima deverá no dia 17 de Março de 2020, conforme regras do item 17 do Edital n° 01/2018/ SEADCPCRC/PA, e da Resolução Específica da 6ª fase, emitida pelo CPCRC/PA, imprimir, preencher e assinar o Formulário – Prova de Título disponível na página oficial do concurso no site da FADESP e encaminhá-lo juntamente com sua documentação, obrigatoriamente por meio do serviço de Aviso de Recebimento (AR) por SEDEX, em envelope devidamente identificado e lacrado, obedecendo ao seguinte endereçamento:
DESTINATÁRIO:
FADESP - Documentos da Prova Títulos do Concurso do CPCRC
Rua Augusto Corrêa nº 1, Campus Universitário da UFPA, Bairro do Guamá, Belém-Pará, CEP 66075-110
Conteúdo: Documentos relativos à Prova de Títulos
REMETENTE:
Nome completo do candidato
Endereço completo do candidato
Art. 3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 11 de março de 2020.
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"

Protocolo: 532806

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES" – CPCRC-PA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR
CONCURSO PÚBLICO C-176
EDITAL N° 52/SEPLAD-CPCRC/PA, DE 11 DE MARÇO DE 2020
CONVOCAÇÃO PARA REALIZAR A 5ª FASE DO CONCURSO (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SOCIAL)
A Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD e o CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES" - CPCRC/PA, no uso das atribuições legais, tornam público a CONVOCAÇÃO À 5ª FASE (INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SOCIAL) do candidato JOÃO WECLEFF SARGES, na condição sub judice, como se segue:
Art. 1º – O candidato relacionado acima, conforme regras do item 16 do Edital n° 01/2018/ SEADCPCRC/PA, e da Resolução Nº 04/2018-GAB/CPCRC, de 22 de novembro de 2018, está convocado para a entrega de documentos para a investigação criminal e social, referentes ao concurso público para provimento de vagas em cargos de nível superior e de nível médio para o Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves".

Art. 2º – O candidato deverá preencher a Ficha de Informações Confidenciais (FIC), disponível no endereço eletrônico https://portalfadesp.org.br, afixar no campo indicado 01 (uma) fotografia 3x4 recente e colorida, bem como juntar os documentos necessários à investigação criminal e social, relacionados no item 16 do edital supracitado, postando-os no Correios no dia 17 de Março de 2020, obrigatoriamente por meio do serviço de Aviso de Recebimento (AR) por SEDEX, em envelope devidamente identificado e lacrado, obedecendo ao seguinte endereçamento:
DESTINATÁRIO:
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES"
Rodovia dos Trabalhadores, s/n, Benguí, CEP: 66640-000,Belém/PA.
A/C :Comissão de Investigação Criminal e Social
Conteúdo:Documentos relativos à Investigação Criminal e Social
OBS: Este envelope somente deverá ser aberto na presença da Comissão designada pela PORTARIA Nº 363/2019 – GAB/CPCRC.
REMETENTE:
NOME COMPLETO DO CANDIDATO,
Endereço completo do candidato
Art. 3º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Belém/PA, 11 de março de 2020.
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento de Administração
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"

Protocolo: 532801

EXTRATO
ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2020
PARTÍCIPES: O ESTADO DO PARÁ E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ.
OBJETO: cessão recíproca dos servidores pertencentes aos quadros permanentes dos partícipes, quando houver interesse comum e concordância do servidor.
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura, sendo permitida a sua prorrogação a partir de manifestação prévia dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser extinto a qualquer tempo mediante comunicação escrita.
DATA DA ASSINATURA: 06/03/2020
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SIGNATÁRIOS:
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
ODILON INÁCIO TEIXEIRA
Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará

Protocolo: 532527

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE MARÇO DE 2020 - DPO
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, usando das atribuições legais que lhes confere o § 1º, do artigo 42, da Lei nº 8.891, de 23 de julho de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e, considerando o(s) decreto(s) nº 511, de 20/01/2020, 526, de 29/01/2020.
RESOLVE:
I - Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do primeiro quadrimestre do exercício de 2020, de acordo com o(s) anexo(s) constante(s) desta Portaria.
II - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração

ANEXO A PORTARIA Nº 49, DE 11 DE MARÇO DE 2020

ÁREA/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GRUPO DE DESPESA/SUBGRUPO DE DESPESA	FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2020				
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
DEFESA SOCIAL						
SEGUP						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	103.560,00	0,00	103.560,00
DEA						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) PMPA	0101	0,00	0,00	103.560,00	0,00	103.560,00
GESTÃO						
SEPLAD						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Contrato Global	0301	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
POLÍTICA SOCIAL						
SESPA						
Outras Despesas Correntes		0,00	0,00	1.682.200,00	0,00	1.682.200,00
Despesas Ordinárias						
DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES	0103	0,00	0,00	1.682.200,00	0,00	1.682.200,00
Manutenção da Gestão SEPLAD		0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
	0301	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Saúde SESPA DESTAQUE RECEBIDO DO(A) FES		0,00	0,00	1.682.200,00	0,00	1.682.200,00
	0103	0,00	0,00	1.682.200,00	0,00	1.682.200,00
Segurança Pública SEGUP DESTAQUE RECEBIDO DO(A) PMPA		0,00	0,00	103.560,00	0,00	103.560,00
	0101	0,00	0,00	103.560,00	0,00	103.560,00

FONTE	1º QUADRIMESTRE - 2020				
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
0101 - RECURSOS ORDINARIOS	0,00	0,00	103.560,00	0,00	103.560,00
0103 - FES - Recursos Ordinários	0,00	0,00	1.682.200,00	0,00	1.682.200,00
0301 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
TOTAL	0,00	0,00	2.085.760,00	0,00	2.085.760,00

Protocolo 532857

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SEPLAD)
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ – DETRAN-PA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL MÉDIO
CONCURSO PÚBLICO C-177
EDITAL N° 49/SEPLAD-DETRAN/PA, DE 11 DE MARÇO DE 2020
CONVOCAÇÃO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO
A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SEPLAD e o DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN/PA, no uso das atribuições legais, tornam públicaTORNAM PÚBLICA a convocação dos (as) candidatos (as), que tiveram suas matrículas deferidas, para o Curso de Formação Profissional, regido pelo Edital nº 01/SEAD-DETRAN/PA, de 20 de novembro de 2018.
DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISISONAL
1.1. O Curso de Formação Profissional iniciará com a Aula Inaugural no dia 16 de março de 2020 que será realizada no auditório do Instituto de Ensino de Segurança Pública – IESP, localizado na BR-316, KM 13, no município de Marituba.
1.1.1 – A aula da primeira turma, com os candidatos relacionados no Anexo I deste edital, acontecerá das 9 às 12 horas.
1.1.12 - A aula da segunda turma, com os candidatos relacionados no Anexo II deste edital, acontecerá das 14 às 17 horas.
1.2. O curso de Formação será ministrado com carga horária mínima de 300 horas/aula, distribuídas em aulas técnicas e práticas, exigindo-se do aluno freqüência obrigatória mínima de 85% (oitenta e cinco por cento), por disciplina.
1.3. O candidato será avaliado no curso como APTO ou INAPTO, conforme:
a) avaliações aplicadas no decorrer do curso, cuja nota, por avaliação, será de 0 (zero) a 10 (dez), tendo o candidato que obter o mínimo de 6 (seis) para não ser inapto;
b) cumprir com todas as normas da Instituição que irá ministrar o evento para não ser inapto.
1.4. O candidato será considerado INAPTO, caso não atenda às condições do subitem 1.3 deste Edital, sendo eliminado do concurso.
1.5. Todas as despesas de transporte, hospedagem e alimentação fica a cargo do candidato.
Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Belém, 11 de março de 2020.
HANA SAMPAIO GHASSAN
Secretária de Estado de Planejamento e Administração
MARCELO LIMA GUEDES
Diretor Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará

ANEXO I
1ª TURMA

INSCRIÇÃO	NOME
041111	ABEL DE OLIVEIRA MORAIS MARTINS
043482	ADRIANA MAIA DE CASTRO
018099	ADRIANO SILVA PENHA
022333	ADRIELI LOPES DA SILVA
054564	AIRTON RENATO FARIAS DA SILVA
077658	ALAN LOBATO PINHEIRO
069887	ALERSON MONTEIRO DA SILVA
041641	ALESSANDRA BALBINA DE ALMEIDA
007548	ALESSANDRO MONTEIRO PIEDADE
006035	ALESSILVANE MARIA DE MESQUITA
029274	ALINE ALMEIDA SILVA
061085	ALLAN LEAO PANTOJA (SUB JUDICE)
078412	ALORRANE DAS NEVES MELO LIMA
103195	ALUISIUS OENNING NETO

099931	AMANDA ALVES NAZARE
118168	ANA CAROLINA DOS SANTOS MONTEIRO
008564	ANA PAULA DUARTE TEIXEIRA
001658	ANDERSON CARVALHO DA COSTA
067408	ANDERSON FELIPE SOARES PEREIRA
023407	ANDRE LUIZ CORPES DA SILVA
034590	ANTONIO ALEXANDRE RODRIGUES GOMES
070735	ANTONIO WASHINGTON NASCIMENTO RODRIGUES
066405	ARISTÓTELES NATIVIDADE BARRETO DE OLIVEIRA NETO
094938	ARNALDO FABRICIO DOS SANTOS QUEIROZ
053697	ARNALDO SANTOS PORTO MARTINS
066833	ARTUR MARCIO LOBATO TEIXEIRA
060510	ASSIS JUNIOR DA SILVA SIQUEIRA
052002	AUGUSTO CEZAR PEREIRA GONCALVES
055073	BEETHOVEN DE NAZARE DA SILVA NASCIMENTO
081605	BRENDA DE SOUZA MAIA
085385	BRENDA JUCELE FREITAS DE PAIVA
082153	BRENDO CRUZ COSTA
047983	BRISA DOS SANTOS LEITE
101848	BRUNO ALESSANDRO VIEIRA
070556	BRUNO LIMA SOUZA
016375	CAIO ENZO LIMA DA SILVA
029645	CARLOS ALBERTO MARQUES FERREIRA
077896	CARLOS ANTONIO SOARES LOPES
080249	CARLOS DIEGO SILVA DOS ANJOS
079719	CAROLINA TADAIESKY TAVARES
073714	CAROLINE SEABRA PINHEIRO
030176	CASSIA PATRICIA DOS PRAZERES SILVA
021019	CASSIANO EDSON SILVA DE SOUSA
022983	CASSIO VINICIUS DA SILVA E SILVA
012895	CID JUNIOR DA SILVA PEREIRA
000237	CLAUDIA GABRIELA DA COSTA DA ANUNCIACAO
022313	CLEISON JUNIOR BORGES DA CUNHA
023943	CLÉO ANDESON SOUSA FERREIRA
098752	CLEONILSON PARENTE NOGUEIRA
006817	CLEYTON VINICIUS CRUZ DOS SANTOS
011999	DANIEL DOS SANTOS ARAUJO
045847	DANIEL GRANHEN TAVARES DA ROCHA
076869	DANIEL SANTA BRIGIDA FERNANDES
014647	DANILO CHARLES FONTEL E SILVA
084062	DANILO LEAL ARCOVERDE
079472	DANYELLA CASTILHO DE SOUZA
084860	DAVISON KLENER RAMOS E SILVA
025305	DAYANE CORDOVIL PAMPLONA
055878	DAYRIANE DO SOCORRO DE OLIVEIRA COSTA
033219	DELTON DA ROSA BORGES
010104	DENNIS DE LIMA DUARTE
009442	DEUZIRENE CARDOSO MELO
092103	DIEGO MOREIRA DE FIGUEIREDO
077157	DIEGO OLIVEIRA LEMOS
001846	DIEGO OLIVEIRA PIMENTEL
088159	DOLCINEI AMARAL MORAES
088916	EDIELSON VELOSO MACIEL
016021	EDILENE DE SOUSA MARTINS
049736	EDILSON JOSE PEREIRA FAVACHO
080262	EDNEI JUNIOR SALDANHA DAMASCENO
069290	EDSON NOGUEIRA GOMES
076226	EDUARDA ROMELIA TRINDADE DE SOUZA
013105	EDUARDO PEPE LARRAT
066935	ELANNILSON SOZINHO AMARAL
002178	ELDEVAN CARDOSO DE FREITAS
022869	ELIAS ALMEIDA JUNIOR
036394	ELIAS FARIAS LEITAO NETO
041870	ELIENAI RUBENS SILVA DA SILVA
021354	ELIVALDO CARVALHO ROCHA
083448	ELY MAYARA DOS SANTOS SILVA
012570	FABIO FRANK SILVA SIQUEIRA
078855	FABIO KIYOSHI WATANABE
112450	FABRICIO ATHAYDE SILVA
069691	FABRICIO MARINHO SILVA DA SILVA
006310	FABRICIO ROZENDO DA COSTA
006309	FERNANDA GABRIELE BRASIL SILVA
044950	FERNANDO DE SOUSA TERAN
070912	FERNANDO MARTINS SOBRINHO NETO
040739	FRADIELE SILVA DA SILVA
092298	FRANCINALDO DE SOUZA CARVALHO
037186	FRANCISCO CHARLES CIPRIANO DE SOUZA
066351	FRANCISCO GARCIA DE MOURA
037844	FRANCISCO THOIAMY CAVALCANTE FERREIRA
003893	GABRIEL COSTA DE ALMEIDA
069346	GABRIEL DA SILVA SANTANA
073951	GERSON LIMA DOS REIS
040573	GLAYSON MAGNO GALHARDO FERREIRA
068064	GLEIDYSON ERON DOS SANTOS SILVA
102710	GUSTAVO RODRIGO SOARES ALVES
063215	HEBERTON ALBUQUERQUE ALVES
060699	HELBER LOPES DAMASCENO COELHO
107443	HENRIQUE NARDIE CORREA DA SILVA
082639	HERICLES TADEU COSTA LUCAS SILVA
071057	HUGO ARAUJO VASCONCELOS
100215	IGOR SANTOS SOARES
039475	JADAILSON FERNANDES MONTEIRO
069706	JAIR KAIO OLIVEIRA CARMO
018814	JARLIENE FONTEL OLIVEIRA
011319	JEFFERSON EDUARDO CARVALHO RAMOS
051613	JEFFERSON RODRIGUES SOUZA
049039	JESSICA MARILISE DINIZ MARTINS
015084	JHOSEPH RICARDO COSTA E COSTA
009607	JHULIANE SANTOS RODRIGUES
046474	JOANA PAULA NEVES DOS SANTOS
001353	JOANICIA SOUSA DE CARVALHO
032717	JOAO PAULO COSTA DE MENEZES
030200	JOAO PAULO DO NASCIMENTO MONTEIRO
050561	JOAO PAULO SANTA BRIGIDA COSTA
066005	JOAO PEDRO DE OLIVEIRA JUNIOR
040666	JOEL CORREA BARBOSA
101623	JOEL RIBEIRO MOURA
000518	JONAS GOMES DE MENEZES
056332	JONATHAN DA SILVA PEREIRA
105366	JORGE ELIAS DA SILVA ANGELIM JUNIOR
014667	JORGE MAGNO FERREIRA DE CARVALHO
075189	JOSE ANDRE DE OLIVEIRA NETO
048120	JOSE FRANCISCO SANTOS SOARES
021801	JOSE LEANDRO CECIM PINTO
119563	JURACI BEZERRA SILVA

ANEXO II
2ª TURMA

INSCRIÇÃO	NOME
051112	KALYNE ROSA DA SILVA
087833	KAYCEONE PANTOJA LEAO
017311	KLEBER SILVA DOS SANTOS
076299	LAIS SOBRINHO DE MEDEIROS
064865	LAIZE BORGES DA SILVA
099377	LARISSA DA SILVA CRISTOVAM TEIXEIRA
049407	LARISSA VINHOTE BRITO
013574	LEANDRO BARROS LEAL
001898	LEON DENIS DA CONCEICAO ANDRE
102698	LEONAM BRELAZ DUARTE
006069	LIDIANE MEDEIROS MACIEL COSTA
077894	LORENA DE CASSIA COSTA DO NASCIMENTO
028021	LORENA GESSICA CARVALHO DO VALE
083646	LUANA RENATA FREIRE DA LUZ
030209	LUCIANA DE SOUSA
022346	LUCIANA GONCALVES MAGNO MELO
061866	LUCIANO DA COSTA SENA
077120	LUCIDIO ELTON VASCONCELOS ARAGAO
038106	LUIZ GONZAGA RUFFEIL PIEDADE FILHO
077482	LUIZ PAULO RODRIGUES SOARES
067246	MADSON WILLIAM RIBEIRO DA SILVA
014632	MAGNO FARIAS BARROS
103222	MANOEL LAURO LAGES DE MENDONCA NETTO
045757	MANUELLA ALMEIDA CUNHA
005907	MARA NATALY CHAVES DOS SANTOS
081425	MARCELO QUARESMA MIRANDA
054930	MARCILIO DA SILVA DIAS
019424	MARCOS ELIONAI MARQUES GARCIA DE SOUZA
095638	MARCOS JEAN FONTELE SOUSA
008312	MARCOS VINICIUS CARDOSO CHAVES
037160	MARIA ANTONIA CARVALHO DA SILVA
023513	MARIA CRISTINA CORDEIRO LOPES PONTES
059546	MARIA GLACIANE OLIVEIRA FURTADO
001309	MATEUS BARBOSA PAIVA
045124	MATHEUS OLIVEIRA DE FREITAS
034951	MAYARA AZEVEDO SOUSA FERREIRA
006528	MAYCON ARAUJO DA SILVA
050478	MONYQUE BARROS CAMPOS
018124	NATALI DO SOCORRO LISBOA DA SILVA
055351	NAYRA GLAIS PEREIRA TRINDADE
001175	NEDELANDE SILVA ARRUDA
024548	NUBIA MESQUITA SOUZA
003225	ORLANDO CONCEICAO SILVA DE OLIVEIRA
054492	OSMAR CUSTODIO VILA NOVA
006212	OVIDIO GOMES BRICIO NETO
048240	PABULO BRUNO FREIRE SOUSA
031811	PALOMA MENDES DOS SANTOS
000399	PATRICIA BARBOSA LIMA DE MORAES
001085	PAULA ALICE CRUZ PAIVA REIS
053703	PAULO RENEE FERREIRA DOS SANTOS
068848	PAULO ROBERTO MELO GARCIA
079485	PAULO SERGIO PANTOJA BATISTA
009817	PEDRO CONCEICAO DA COSTA
047170	PEDRO DA SILVA LIMA JUNIOR
056670	PETERSON NAZARENO FARIAS CORREA
029227	POLICIANO BORGES LEAL
028287	RAFAEL BRAGA DA COSTA
055534	RAFAEL CARVALHO DA COSTA
021309	RAFAEL CRUZ DA SILVA
069875	RAFAEL DE ALENCAR DORN
083436	RAIMUNDO GILVANDRO DOS SANTOS PEREIRA

089258	RAIMUNDO SANTOS ARAUJO
016797	RAMOM RODRIGO ROSTAND ROLIM
102044	RAPHAEL BARBOSA LIMA
008459	RAPHAEL JOSE NOGUEIRA PINHO DOS SANTOS
028422	RAQUEL FREIRE SEGUNDO
037285	REINALDO BENTES DOS SANTOS
065484	REINALDO DA SILVA BRAZ
048230	RENAN AUGUSTO TRINDADE DA SILVA
023426	RENAN PATRICK DE CARVALHO MARCAL
079284	RENATA SANTOS DA CUNHA
029705	RHAMON ANDREW PINHEIRO DAS NEVES
069037	RICARDO MARQUES DA COSTA
099778	RITA DE CASSIA NASCIMENTO COSTA CORREIA
060013	ROAN BARBOSA DOS SANTOS
066490	ROAN DANRLEY BORGES MALCHER
056694	ROBERTO NYLANDER OHASHI
008873	ROBSON HENRIQUE RODRIGUES CRUZ
110328	RODRIGO BARROS DO AMARAL
103971	RODRIGO DOS SANTOS MENDES
112686	RODRIGO RIBEIRO MENEZES
073643	RODRIGO SERRA DOS SANTOS
036955	ROMULO HENRIQUE TAVARES UCHOA DA SILVA
028032	ROSIMEIRE GOMES RESENDE
026643	RUAN DE ASSIS PAULO
019489	RUAN VASCONCELOS CANTAO
022409	SAMARTHONY HENRIQUE DA SILVA CORDEIRO
113219	SAMIA JAMILLE MARQUES DA SILVA
045860	SAMUEL VIEIRA DOS SANTOS
060988	SHARLEY JONES VALENTE BARBOSA
097234	SIDNEY DA CONCEIÇAO DOS SANTOS
055075	TALES CUNHA DE SOUSA
059148	TAMIRES DE SOUZA LIMA MOURA
077331	TAMIRYS PEREIRA CORREA
051504	TAYSA MAYARA FERREIRA DA COSTA
006587	THIAGO DA LUZ RODRIGUES
107717	THIAGO RENDEIRO DO NASCIMENTO
040976	THIAGO YURY DIAS DOS SANTOS
065160	TRACY KETLEN DA SILVA FRANCA TAVARES
009976	VALBERTO MONTEIRO NUNES
022744	VANDERSON VALMIR MOREIRA DOS SANTOS
018015	VERENA DE FATIMA DAS CHAGAS
088727	WAGNER MOURA DE MIRANDA
006154	WELLYNGTON FIGUEIREDO GONCALVES
036678	WENDELL GONCALVES ROCHA
094129	WESLLEY RODRIGO BATISTA SOARES
100490	WILTON PIRES DE ARAUJO JUNIOR
012072	YURI TAPAJOS FELICIO

Protocolo 532856

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N.º 034, de 11 de março de 2020.
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO-IOE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 4.438, de 12 de dezembro de 1972 e pelo Decreto Estadual n.º 1.636, de 08 de junho de 2005;
Considerando o que dispõe o art. 67, §1º da Lei Federal n.º 8.666/1993 e o Decreto Estadual Nº 870, de 04/10/2013;
RESOLVE: Designar as servidoras para acompanhamento e fiscalização do contrato conforme abaixo pormenorizado a a partir de 09/03/2020 até 08/03/2020:
Fiscal: SILÉIA IZABEL SANTA BRIGÍDA GUIMARÃES, Matrícula nº. 5418841/7

CONTRATADO	CONTRATO	OBJETO	VALOR	PROCEDIMENTO
SOLUÇÕES PERFOMACE (CNPJ n.º 06.144.571/0001-86)	CTR 005/2020/IOE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA AR	VALOR TOTAL R$ 4.800,00	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2020

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA
PRESIDENTE DA IOE

Protocolo: 532461

PORTARIA N.º 035, de 11 de março de 2020.
O Presidente da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO-IOE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual n.º 4.438, de 12 de dezembro de 1972 e pelo Decreto Estadual n.º 1.636, de 08 de junho de 2005;
Considerando o que dispõe o art. 67, §1º da Lei Federal n.º 8.666/1993 e o Decreto Estadual Nº 870, de 04/10/2013;
RESOLVE: Designar as servidoras para acompanhamento e fiscalização do contrato conforme abaixo pormenorizado a contar de 31/01/2020 até 30/04/2020:
Fiscal: MÔNICA DO S. DE ALMEIDA LOBATO, Matrícula nº. 5417228/4
Suplente: CHARLES AMARAL NUNES, Matrícula nº. 3150933

CONTRATADO	CONTRATO	OBJETO	VALOR	PROCEDIMENTO
FLAVIO F. DA SILVA COMERCIO ATACADISTA (CNPJ n.º 25.406.288/0001-20)	CTR 004/2020/IOE	AQUISIÇÃO DE PAPEL OFFSET (ITEM 24)	VALOR TOTAL R$ 5.900,00	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA
PRESIDENTE DA IOE

Protocolo: 532605

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
Número: 002/2020/IOE
Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados, conforme especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência do Edital.
Local de abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 24/03/2020.
Hora da Abertura: 09:00 horas. (Horário local)
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br
UASG: 927423 – Imprensa Oficial Do Estado – IOE, localizada na Travessa do Chaco n.º 2271, Bairro: Marco – CEP: 66.093-542 – Belém-Pará;
RECEBIMENTO DE PROPOSTA: A partir do dia 12/03/2020, no site do COMPRASNET.
A íntegra do EDITAL poderá ser obtida no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, no endereço www.comprasnet.gov.br, no Portal Eletrônico de Compras do Governo do Estado do Pará (COMPRAS PARÁ), no endereço www.compraspara.pa.gov.br e no site da Imprensa Oficial do Estado no endereço www.ioepa.com.br.
Belém (PA), 11 de março de 2020.
JORGE LUIZ GUIMARÃES PANZERA
Presidente-IOE

Protocolo: 532614

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO
Número: 01/2020/IOE
Assinatura: 11/03/2020
Justificativa: Mudança da Funcional Pragmática
Dotação orçamentária para o exercício de 2020:
Fonte de Recurso: 0261.00.0000
Natureza de Despesa: 33.90.30
Programa de Trabalho: 22.122.1297.8338
Plano Interno: 412.000.8233C
Contrato: n.º 013/2019
Fundamentação legal: art. 65, §8ºda Lei n.º 8.666/93.
Contratado: R. C. V. R. DE OLIVEIRA - EPP
Ordenador: JORGE LUIZ GUIMÃRAES PANZERA

Protocolo: 532446

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
Errata da PORTARIA Nº 030 de 13 de fevereiro de 2020, que designou gerenciadores para o Sistema SIGPLAN, publicada no Diário Oficial nº 34.125 de 21/02/2020, Protocolo nº 526321.
Onde se lê: A presente Portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 02 de janeiro de 2019
Leia-se: A presente Portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 07 de janeiro de 2019
Bernardo Albuquerque de Almeida
Presidente

Protocolo: 532512

CONTRATO

PROCESSO N. 2020/135233
CHAMADA PÚBLICA N.001/2020
OBJETO:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE SAÚDE EM AMBIENTE DOMICILIAR,AOS SEGURADOS DO IASEP.
DATA DE ASSINATURA: 11/03/2020
VIGÊNCIA: 11/03/2020 A 11/03/2021
PROJETO ATIVIDADE: 8888
FONTE/RECURSO: 0261
ELEMENTO DE DESPESA: 339039

Valor estimado: 70.000,00 (Setenta Mil Reais)
CONTRATADA:CENTRO DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS RIOS VAZ EIRELLI
CNPJ N. 26.821.494/0001-69
ENDEREÇO:AV.BERNARDO SAYÃO 1330, BAIRRO JURUNAS, BELÉM/PA, CEP 66.030-120
FONE (91)3248-4391
ORDENADOR RESPONSÁVEL: BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

Protocolo: 532730

FÉRIAS

PORTARIA Nº 049 de 10 de março de 2020
CONCEDER, ao servidor JORGE JOSÉ FARO PAULO, matrícula 57232990/1, 30(trinta) dias de férias regulamentares, nos termos do art. 74 da Lei 5.810/94(RJU), no período concessivo de 17/02/2020 a 17/03/2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.
A presente portaria retroagirá seus efeitos a contar do dia 17 de fevereiro de 2020.
ANÍZIO BESTENE JÚNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 532434

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 065 DE 10 DE MARÇO DE 2020.
O Diretor de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 112/2013, de 11/04/2013 publicada no DOE nº 32.376 de 15/04/2013.
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 197 e 199 e 201 da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2019/143651, de 01/04/2019.
RESOLVE:
I – DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA, para apurar os fatos que tratam os autos do Processo acima referenciado;
II – CONSTITUIR Comissão de Sindicância composta pelos servidores Larissa Santana da Silva Trindade, Id. Funcional nº 57176283/2, ocupante do cargo de Técnico Previdenciário A; Alexandre de Almeida Leal, Id. Funcional nº 54193916/1, ocupante do cargo de Técnico de Administração e Finanças; Cynthia Simões Pereira, Id. Funcional nº 57174880/1, ocupante do cargo de Técnico de Administração e Finanças; José Tadeu de Souza Cerqueira Junior, Id. Funcional nº 57201421/2, ocupante do cargo de Técnico de Administração e Finanças; Maria de Nazaré de Ramos Santos, Id. Funcional nº 3199282/1, ocupante do cargo de Agente Administrativo; sob a Presidência da primeira e a última como suplente, apurarem os fatos que tratam o Processo nº 2019/143651, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, no prazo inicial de 30 (trinta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 10 de março de 2020.
Josino Luiz Veloso Lobato
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 532442

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV
PREGÃO ELETRONICO N° 04/2020. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Telefonista e Copeiragem.
Em razão de retificação das numerações dos itens do Edital.
ONDE SE LE: SESSAO PÚBLICA: 23/03/2020 às 09hs.
LEIA-SE: SESSAO PÚBLICA: 24/03/2020 às 09hs.

Protocolo: 532414

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO EDITAL Nº 001/2020 – IGEPREV/PA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020
A Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV/PA, no uso das atribuições conferidas pela PORTARIA Nº 063/2020, de 09/03/2020, publicado no DOE nº 34.138, de 10/03/2020, torna publica a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2020, para provimento de vagas em funções temporárias de Assistente Administrativo, Analista de Investimento, Técnico de Administração e Finanças, Técnico em Comunicação Social, Técnico em Gestão de Informática e Técnico Previdenciário A, com vencimentos de R$1.364,95 (hum mil, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) a R$4.245,29 (quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos).
As contratações, de caráter temporário, dar-se-ão no município de Belém/PA, e terão como regulamentação a Constituição Federal (art. 37, IX), Constituição Estadual (art. 36), Lei Complementar nº 07, de 25 de setembro de 1991, Decreto Estadual nº 1.230 de 26 de fevereiro de 2015, Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e Decreto nº 1.741, de 19 de abril de 2017, alterado pelo Decreto nº 261, de 12 de agosto de 2019, no que couber, de acordo com as condições estabelecidas no Edital.
As inscrições serão gratuitas e estarão abertas no período 00h01min do dia 16 de março de 2020 às 23h59min do dia 17 de março de 2020 e deverão ser efetuadas no endereço eletrônico www.sipros.pa.gov.br. Maiores detalhes sobre as vagas oferecidas e outras informações constam na íntegra do Edital.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 11 de março de 2019.
Lúcia Pampolha de Santa Brígida
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, em exercício

Protocolo: 532713

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA da Portaria 007 de 14 de Janeiro de 2020, publicada em DOE Nº 34.091 de 16 de Janeiro de 2020
Onde se lê: LUCILIO OCTAVIO NERY DA COSTA
Leia-se: LUCILIO OTAVIO NERY DA COSTA
EVANILZA DA CRUZ MARINHO MACIEL
Diretora Geral da EGPA.

Protocolo: 532746

FÉRIAS

PORTARIA Nº. 026 DE 04 DE MARÇO DE 2020.
A DIRETORA GERAL DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações,
RESOLVE:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste Órgão, conforme relação abaixo:

MATRICULA	NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERÍODO
54189550	Fauso Mendes de Paula	01/03/2019 a 28/02/2020	01/04 a 30/04/2020
51472417	Vania de Nazaré Matos da Cunha	01/01/2019 a 31/12/2019	22/04 a 20/05/2020
57197792	Renato Sales de Souza	06/04/2020 a 05/05/2020	01/12 a 31/12/2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
EVANILZA DA CRUZ MARINHO MACIEL
Diretora Geral.

Protocolo: 532689

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 398 DE 09 DE MARÇO DE 2020
DESIGNAR a servidora ADRYENNE NUNES PEREIRA, Id Func nº 54193872/1, Agente Administrativo, para responder pela Celula de Captação de Recursos e Controle da Divida/DITES, no período de 02/03/2020 a 31/03/2020, por motivo de férias da Titular ALBA NAZARE PINTO DO CARMO, Id Func nº 5615658/1.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração
PORTARIA Nº 399 DE 09 DE MARÇO DE 2020
AUTORIZAR, 30 (trinta) dias de gozo de férias à servidora DALCINETE PAMPLONA MARTINS, Id Func nº 5128218/1, Fiscal de Receitas Estaduais, lotada na CECOMT de Carajás, para serem usufruídas no período de 04/03/2020 a 02/04/2020, referentes ao exercício de 11/05/2001 a 10/05/2002.
ANIDIO MOUTINHO DA CONCEICAO
Diretor de Administração, em exercício
PORTARIA Nº 400 DE 09 DE MARÇO DE 2020
TRANSFERIR o período de gozo de férias do servidor WILSON DE OLIVEIRA LEAO, Id Func nº 5570034/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na CERAT de Santarém, do período de 02/03/2020 a 31/03/2020

para o período de 07/12/2020 a 05/01/2021, referente ao exercício de 26/11/2018 a 25/11/2019.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 401 DE 09 DE MARÇO DE 2020

INTERROMPER a contar de 04/02/2020, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 29 (vinte e nove) dias, das férias da servidora NILDA SANTOS BAPTISTA, Id Func nº 50806/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotada na Diretoria de Tributação, concedidas pela PORTARIA Nº 05 de 03/01/2020, publicada no DOE nº 34.082 de 07/01/2020, referente ao exercício de 03/12/2018 a 02/12/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 402 DE 09 DE MARÇO DE 2020

INTERROMPER a contar de 07/02/2020, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 26 (vinte e seis) dias, das férias do servidor ARNALDO RODRIGUES BOTELHO CHAVES, Id Func nº 54195229/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais-a, lotado na CERAT de Altamira, concedidas pela PORTARIA Nº 05 de 03/01/2020, publicada no DOE nº 34.082 de 07/01/2020, referente ao exercício de 30/11/2018 a 29/11/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 403 DE 09 DE MARÇO DE 2020

INTERROMPER a contar de 22/01/2020, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 21 (vinte e um) dias, das férias do servidor CARLOS EDILSON DE SOUSA MACEDO, Id Func nº 47791/1, Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na
CERAT de Capanema, concedidas pela PORTARIA Nº 2164 de 09/12/2019, publicada no DOE nº 34057 de 12/12/2019, referente ao exercício de 24/11/2018 a 23/11/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 404 DE 09 DE MARÇO DE 2020

INTERROMPER a contar de 18/02/2020, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 29 (vinte e nove) dias, das férias da servidora GENY ROLIM DA SILVA SANTOS, Id Func nº 3252310/1, Assistente Administrativo, lotada na UECOMT do Aeroporto/CECOMT Portos e Aeroportos, concedidas pela PORTARIA Nº 05 de 03/01/2020, publicada no DOE nº 34.082 de 07/01/2020, referente ao exercício de 01/02/2019 a 31/01/2020, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 405 DE 09 DE MARÇO DE 2020

INTERROMPER a contar de 27/01/2020, em caráter excepcional, por necessidade do serviço, 9 (nove) dias, das férias do servidor FREDERICO DO NASCIMENTO PAIVA, Id Func nº 5128900/1, Fiscal de Receitas Estaduais-c, lotado na Diretoria de Arrecadação e Informações Fazendárias, concedidas pela PORTARIA Nº 1824 de 08/11/2019, publicada no DOE nº 34.030 de 08/11/2019, referente ao exercício de 11/05/2018 a 10/05/2019, as quais ficam autorizadas para gozo oportuno.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 406 DE 09 DE MARÇO DE 2020

AUTORIZAR, 12 (doze) dias de gozo de férias ao servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA JUNIOR, Id Func nº 5887135/1, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, lotado na Célula de Planejamento, Monitoramento e Estudos Técnicos de Fiscalização/DFI, para serem usufruídas no período de 06/04/2020 a 17/04/2020, em virtude da interrupção das férias referentes ao exercício de 26/11/2017 a 25/11/2018, pela Decreto de 17/12/2018, publicada no DOE nº 33.762 de 18/12/2018.
ANIDIO MOUTINHO DA CONCEICAO
Diretor de Administração, em exercício

PORTARIA Nº 407 DE 09 DE MARÇO DE 2020

CONCEDER ao servidor ANDRE CARVALHO SILVA, Id Func nº 54190487/2, Auditor Fiscal de Receitas Estaduais, lotado na Diretoria de Tributação, 10 (dez) dias de Licença Paternidade, no período de 07/02/2020 a 16/02/2020.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 410 DE 09 DE MARÇO DE 2020

REMOVER, a pedido, o servidor ANTONIO BATISTA FILHO, Digitador, Id Func nº 5149622/1, da CERAT de Capanema para a CECOMT DO GURUPI.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

ERRATA

Onde se lê: PORTARIA Nº 176 de 05/02/2019
Leia-se: PORTARIA Nº 176 de 05/02/2020.

ERRATA

Onde se lê: PORTARIA Nº 179 de 05/02/2019
Leia-se: PORTARIA Nº 179 de 05/02/2020.

ERRATA

Onde se lê: PORTARIA Nº 182 de 05/02/2019
Leia-se: PORTARIA Nº 182 de 05/02/2020.

Protocolo: 532511

PORTARIA Nº 423 DE 11 DE MARÇO DE 2020

CONCEDER à servidora THAMIRIS CRISTIANE DO PRADO VAZ, Id Func nº 5945852/1, Assessor Fazendário, lotada na Diretoria de Administração, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, no período de 02/03/2020 a 28/08/2020.
SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA
Diretora de Administração

Protocolo: 532849

AVISO DE LICITAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2020

A SEFA, através de sua Pregoeira, comunica que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO - tipo menor preço, conforme abaixo:
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento da suíte de softwares SAP business objects enterprise, incluindo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, além de serviços de consultoria especializada e capacitação pelo período de 12 (doze) meses para atender as necessidades provenientes da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) desta Secretaria de Estado da Fazenda, no Estado do Pará (SEFA/PA).
DATA DA ABERTURA: 25/03/2020 - AS 10:00 HORAS.
LOCAL: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/
O Edital encontra-se acessível nos sites: http://www.sefa.pa.gov.br (link licitações) e http://www.compraspara.pa.gov.br. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, estará disponível na Célula de Licitações e Contratos/CGLC, na Avenida Visconde de Souza Franco nº 110, Bairro Reduto, CEP. 66.053-000 - Belém/PA (1º andar, corredor C – sala 02, fone: (91) 3323-5309/4245/4259), no horário de 09:00 às 17:00, em dias úteis.
ANA CORRÊA
Pregoeira

Protocolo: 532722

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 426, 11 DE MARÇO DE 2020

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA,em exercício usando de suas atribuições e, considerando o Proc. nº 182020730000339-1.
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora, ARLETE ALFAIA DA FONSECA, cargo Agente de Serviços, mat.nº3251691/1, portadora do CPF nº 124.634.932-91, Suprimento de Fundos no valor total
de R$ 500,00 (Quinhentos Reais), para suprir as despesas da CEEAT-GRANDES CONTRIBUINTES, referente ao mês de março, observando a classificação orçamentária abaixo:
17101.04.123.1508.8251 - GESTÃO FAZENDÁRIA - FONTE DE RECURSOS: 0101- 33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO.
II - Os recursos deverão ser aplicados em até 30 dias a contar da data do recebimento e a prestação de Contas deverá ser até o 5º dia útil após o período de aplicação.
Simone Maria Morgado Ferreira
Diretora de Administração

Protocolo: 532732

PORTARIA Nº 422, 11 DE MARÇO DE 2020

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, usando de suas atribuições e, considerando o Proc. nº 2020/198456
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora LEILA NOGUEIRA DA SILVA, cargo Assistente Administrativo, Mat. nº3252329/1, portadora do CPF nº 300.685.252.49, Suprimento
de Fundos no valor total de R$ 1.700,00 (Mil e Setecentos Reais), para suprir as despesas da CERAT-CASTANHAL, referente ao mês de março, observando a classificação
orçamentária: 17101.04.123.1508.8251 - GESTÃO FAZENDÁRIA - FONTE DE RECURSOS: 0101-33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO.
II - Os recursos deverão ser aplicados em até 30 dias a contar da data do recebimento e a prestação de Contas deverá ser até o 5º dia útil após o período de aplicação.
Simone Maria Morgado Ferreira
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 421, 11 DE MARÇO DE 2020

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, em exercício usando de suas atribuições e, considerando o Proc. nº 032020730001402-3.
RESOLVE:
I - CONCEDER a servidora ANA MÁRCIA MENDES BRAGA cargo Assistente Administrativo, Matricula nº5225884/1 , portadora do CPF nº 281.986.382.53, Suprimentos de Fundos
no valor total de R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), para suprir as despesas da CERAT-Marabá, referente ao mês de março, observando a classificação orçamentária abaixo:
17101.04.123.1508.8251 - GESTÃO FAZENDÁRIA - FONTE DE RECURSOS: 0101
33.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - 33.90.39 - SERVIÇO DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA
II - Os recursos deverão ser aplicados em até 30 dias a contar da data do recebimento e a prestação de Contas deverá ser até o 5º dia útil após o período de aplicação.
Simone Maria Morgado Ferreira
Diretora de Administração

Protocolo: 532569

DIÁRIA

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e, considerando o disposto no art. 1, inciso III, alínea "f" da Portaria Sefa no 451, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado no 33.804 de 14 de Fevereiro de 2019.
Simone Maria Morgado Ferreira
Diretora de Administração

PORTARIA Nº 420 de 10 de março de 2020. Autorizar 2 e 1/2 diárias ao servidor JOSE EDUARDO MIRANDA BATISTA COSTA, nº 0560796501, AUDITOR -C, CORREGEDORIA FAZENDÁRIA, objetivo de PARTICIPAR DA REUNIÃO ORDINARIA DA REDE DE CORREGEDORIAS, SOB A COORDENAÇÃO DA CONTRALODORIA GERAL DA UNIÃO, EM CUMPRIMENTO AO TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE CORREGEDORIAS, no período de 16.03.2020 a 18.03.2020, no trecho Belém - PA / Brasília - DF / Belém - PA.

PORTARIA Nº 424 de 11 de março de 2020. AUTORIZAR 1/2 diária ao servidor JOSÉ OTAVIO BANDEIRA COSTA, nº 0513239802, AUDITOR-C, CÉLULA PLANEJAMENTO MONITORAMENTO E ESTUDOS TÉCNICOS DE FISCALIZAÇÃO, objetivo de realizar visita técnica do Grupo de Análise a Projetos Incentivados - GAPI, dia 12.03.2020, trecho Belém - Tailândia - Belém.

Protocolo: 532391

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Ilma. Sra. LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NOGUEIRA, Coordenadora da CERAT Marabá, desta Secretaria de Estado da Fazenda.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal de Trânsito, decorrentes de Termos de Apreensão e Depósito, contra os sujeitos passivos abaixo relacionados:

AINF	TAD	I.E/CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL
812019510003640-3	812019390001543	15.443.138-9	WF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
812019510003647-0	812019390001519	15.513.615-1	B.B CRUZ
812019510003658-6	812019390001892	658.646.701-20	LUCIOL QUEIROZ FILHO

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação deste edital, de acordo com o que estabelece a Lei n.º 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei nº 7.078, de 28 de dezembro de 2007, o que poderá ser feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada na Rodovia Transamazônica, Km 05, Quadra Especial, Folha 30, Bairro Nova Marabá, município de Marabá (PA), findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.

LILIAN DE JESUS PENHA VIANA NOGUEIRA
Coordenadora da CERAT Marabá

Protocolo: 532499

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – CERAT REDENÇÃO

O Ilmo. Sr. ANGELO LIMA CUNHA, Coordenador da CERAT REDENÇÃO, desta Secretaria de Estado da Fazenda. FAZ SABER a todos quanto o presente Edital lerem ou dele por qualquer outro meio tomarem conhecimento, que foram lavrados Autos de Infração e Notificação Fiscal de Trânsito, decorrentes de Termos de Apreensão e Depósito, contra os sujeitos passivos abaixo relacionados:

AINF / TAD / I.E CNPJ CPF / RAZÃO SOCIAL
812019510001449-3 812019390001022-4 15.620.223-9 REDE VIP DE SUPERMERCADOS EIRELI,
812019510001469-8 812019390000728-2 15.371.497-2 J K LIMA BARROS LTDA,
812019510001789-1 812019390001264-2 15.600.590-5 I S CAMPOS ATACADISTA E DISTRIBUIDORA LTDA,
812019510001798-0 812019390001298-7 15.542.445-9 R C MENESES COMERCIAL EIRELI,
812019510002157-0 812019390001693-1 15.646.417-9 RONALDO ARRUDA DE SOUSA,
812019510002158-9 812019390001677-0 15.497.751-9 AGNALDO PEREIRA MALTA EIRELI,
812019510002159-7 812019390001678-8 15.497.751-9 AGNALDO PEREIRA MALTA EIRELI,
812019510002165-1 812019390001751-2 15.542.445-9 R C MENESES COMERCIAL EIRELI,
812019510002203-8 812019390001079-8 15.300.795-8 PEREIRA & NASCIMENTO LTDA ME,
812018510002491-2 812018390002239-0 15.442.883-3 W. J CALIXTO COMERCIO EIRELI,
812019510002793-5 812019390002121-8 15.542.445-9 R C MENESES COMERCIAL EIRELI,

O prazo para efetuar o recolhimento do crédito tributário ou apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contados a partir do 15º dia da publicação deste edital, de acordo com o que estabelece a Lei nº 6.182, de 30 de dezembro de 1998, alterada pela Lei no 7.078, de 28 de dezembro de 2007, o que poderá ser feito diretamente junto a esta Coordenação, localizada na Av. Marechal Rondon, 855 - Bairro Núcleo Urbano Redenção (PA), findo o qual sujeitar-se - a à cobrança executiva do crédito tributário.

ANGELO LIMA CUNHA
Coordenador Fazendário da CERAT Redenção

Protocolo: 532387

EDITAL DE INTIMAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO - JULGADORIA

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER, a quem possa interessar, que os Autos de Infração e Notificação Fiscal abaixo relacionados foram julgados IMPROCEDENTES, em decisões de caráter definitivo, sob amparo da Lei nº 6.182/98.

012012510006022-0; 032013510001038-4; 192017510010911-2; 662018510000020-0; 662018510000019-6; 662018510000018-8; 662018510000021-8; 662018510000017-0; 172019510000057-6; 012017510000103-4; 012019510000411-9; 012017510000095-0; 012018510001109-6; 092018510005459-2; 012018510001507-5; 012018510001035-9; 092018510000014-0; 012018510000352-2; 012018510000829-0; 012018510000801-0.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO - JULGADORIA

A secretária-geral da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao contribuinte F PIO & CIA LTDA I.E: 15.245.912-0, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 182013510001389-9 foi julgado PARCIALMENTE PROCEDENTE, com recurso de ofício ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), ficando ciente da decisão após 15 dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 40% de redução da multa, em até 30 dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou parcelar em até 60 parcelas com 30% de redução na multa (redação dada pela Lei nº 8.869/19, efeitos a partir de 15/09/19) ou, ainda, recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

ANA KÁTIA NASCIMENTO DA PAZ SARMENTO
Secretária-Geral da Julgadoria de 1ª Instância

Protocolo: 532571

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO AJUSTE DE CONTAS: 002/2020/SEFA

Objeto do Termo: Quitação de contas entre as partes, em decorrência da prestação de serviços de arrecadação e repasse de tributos estaduais com atuação nas fronteiras do Estado do Pará, objeto do Contrato n° 074/2014 a título de repactuação de preços, referente ao período de janeiro e fevereiro de 2020.
Valor Total Devido: R$ 137.018,28
Data de Assinatura: 10/03/2020
Dotação Orçamentária: 17101.04.123.1508.8251
Natureza da Despesa: 33.90.39 – Fonte de Recursos: 0176
Partes: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA e PARÁ AGS SERVIÇOS LTDA, estabelecida na Avenida Dr. Cláudio José Gueiros Leite, nº 3.115, Sala 12, no bairro do Janga, Paulista/PE, CNPJ/MF nº 04.880.588/0001-76
Ordenadora: SIMONE MARIA MORGADO FERREIRA

Protocolo: 532416

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º202001000299 de 11/03/2020 -
Proc n.º 002020730003866/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: Shirlei dos Reis Farias – CPF: 976.188.962-91
Marca: I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3 , 8V, FLEX, 4P Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º202001000301 de 11/03/2020 -
Proc n.º 032020730001141/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.
Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)
Interessado: Manoel Elias da Silva – CPF: 668.805.482-53
Marca: GM - CHEVROLET ONIX PLUS LT 1.0 Tipo: Pas/Automóvel

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º202004000514, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004439/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Benedito dos Santos Lobo – CPF: 248.425.832-15
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/Automovel/9BGJC6930FB240363

Portaria n.º202004000516, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004444/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Cleuberi Chagas Bandeira – CPF: 753.463.972-72
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/ETIOS SD PLT15 AT/Pas/Automovel/9BRB29BT4J2152862

Portaria n.º202004000518, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004443/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Sarquis Saxa Antonio da Silva – CPF: 093.293.072-72
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713MF3250368

Portaria n.º202004000520, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004441/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Raimundo Gomes Pereira – CPF: 064.395.352-34
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/ETIOS SD PLT15 AT/Pas/Automovel/9BRB29BT5J2203088

Portaria n.º202004000522, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730003335/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Claydir Rafael da Silva Viana – CPF: 886.265.632-72
Marca/Tipo/Chassi
VW/VOYAGE 1.6L MB5/Pas/Automovel/9BWDB45U6MT001825

Portaria n.º202004000524, de 11/03/2020 -
Proc n.º 10202073000620/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Sebastião Gonçalves Poubel Filho – CPF: 751.103.262-15
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/COROLLA GLI UPPER/Pas/Automovel/9BRBL3HE1J0154714
Portaria n.º202004000526, de 11/03/2020 -
Proc n.º 42020730001344/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jersonias Negreiros Barbosa – CPF: 357.893.952-87
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0FG385668
Portaria n.º202004000528, de 11/03/2020 -
Proc n.º 42020730001351/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Azanias Oliveira Benicio – CPF: 632.937.902-59
Marca/Tipo/Chassi
FORD/KA SE 1.5 SD/Pas/Automovel/9BFZH54J0F8210209
Portaria n.º202004000530, de 11/03/2020 -
Proc n.º 42020730001349/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Djalma de Andrade Figueira – CPF: 144.117.412-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD197132D3091379
Portaria n.º202004000532, de 11/03/2020 -
Proc n.º 42020730001345/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Kleberson de Brito Lima – CPF: 680.687.002-34
Marca/Tipo/Chassi
CHEVROLET/CLASSIC LS/Pas/Automovel/9BGSU19F0BC199836
Portaria n.º202004000534, de 11/03/2020 -
Proc n.º 42020730001346/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Janderson Jaime Correa de Sousa – CPF: 457.919.882-49
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/ETIOS SD XLS/Pas/Automovel/9BRB29BT2D2006299
Portaria n.º202004000536, de 11/03/2020 -
Proc n.º 102020730000700/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Edmar Lima de Aguiar – CPF: 185.136.382-34
Marca/Tipo/Chassi
VW/NOVO VOYAGE CL MBV/Pas/Automovel/9BWDB45U9HT093311
Portaria n.º202004000538, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004476/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jose Ribamar dos Santos – CPF: 050.135.932-04
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3/Pas/Automovel/8AP359A1DLU090062
Portaria n.º202004000540, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004473/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Newton Luiz Souza Bomfim – CPF: 094.363.322-20
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ESSENC 1.6 DL/Pas/Automovel/9BD19716VH3330469
Portaria n.º202004000542, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004474/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Walter Monteiro dos Santos – CPF: 016.787.792-53
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/Automovel/9BD13501YG2286465
Portaria n.º202004000544, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004468/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Ismael Cardoso Pereira Lima – CPF: 355.747.982-04
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/WEEKEND ATTRACTIVE/Pas/Automovel/9BD37412UG5087157
Portaria n.º202004000546, de 11/03/2020 -
Proc n.º 2020730004508/SEFA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2020
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Machzanor Fonseca da Costa – CPF: 157.429.032-00
Marca/Tipo/Chassi
RENAULT/SANDERO EXPR 10/Pas/Automovel/93Y5SRD04FJ745315

Protocolo: 532559

DFI/ ATO DE CREDENCIAMENTO- SINPESCA

A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições estabelecidas no artigo 20 do anexo II do Regulamento do ICMS, alterado pelo Decreto n.º 1.016 de 03 de junho de 2008 (aprovado pelo Decreto nº 4676, de 18/06/2001), CREDENCIA, através deste Ato, as embarcações pesqueiras abaixo discriminadas, filiadas ao SINPESCA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETÁRIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ: 04.575.668/0001-18 a adquirir as respectivas cotas de óleo diesel destinado a consumo próprio com isenção de ICMS, das distribuidoras de combustíveis, também credenciadas, considerando a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria de nº:311, de 30/12/2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma do disposto no inciso VII do art. 23 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Anexo I da Instrução Normativa nº 18, de 25 de agosto de 2006.

Nº	BENEFICIÁRIO	IE	EMBARCAÇÃO	Nº LACRE	COTA	CAPITANIA	SEAP
1	BRASIL COMÉRCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	15.258.089-1	PAI II	0145	51.077	021101505-9	PA0027349-7
2	BRASIL COMÉRCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	15.258.089-1	PAI III	0150	51.077	021101514-8	PA0027350-5
3	BRASIL COMÉRCIO DE PESCADOS E EXPORTAÇÃO LTDA	15.258.089-1	LÍDER V	0144	82.509	163002001-0	CE0003881-1

NOTA: A ISENÇÃO DO ICMS PREVISTA NO ARTIGO 20 DO ANEXO II DO RICMS, APROVADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 4676/2001, ALTERADO PELO DECRETO Nº 1.016, DE 2 DE JUNHO DE 2008, BEM COMO QUALQUER OUTRO BENEFÍCIO DECORRENTE, FICA CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO § 2º, INCISO I, ALÍNEA "e" E DO § 13, INCISO III DO MESMO DIPLOMA LEGAL.
MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Diretor de Fiscalização

Protocolo: 532667

DFI/ ATO DE CREDENCIAMENTO - SINPESCA

A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições estabelecidas no artigo 20 do anexo II do Regulamento do ICMS, alterado pelo Decreto n.º 1.016 de 03 de junho de 2008 (aprovado pelo Decreto nº 4676, de 18/06/2001), CREDENCIA, através deste Ato, as embarcações pesqueiras abaixo discriminadas, filiadas ao SINPESCA – SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETÁRIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ: 04.575.668/0001-18 a adquirir as respectivas cotas de óleo diesel destinado a consumo próprio com isenção de ICMS, das distribuidoras de combustíveis, também credenciadas, considerando a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria de nº:311, de 30/12/2019,do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma do disposto no inciso VII do art. 23 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e do Anexo I da Instrução Normativa nº 18, de 25 de agosto de 2006.

Nº	BENEFICIÁRIO	IE	EMBARCAÇÃO	LACRE	COTA	CAPITANIA	SEAP
1	TROPICAL PESCA LTDA	15.191.626-8	MR. Z	4793	220.228	161003953-0	PA0009404-7
2	TROPICAL PESCA LTDA	15.191.626-8	TROPICAL PESCA I	4779	197.347	021018306-3	PA0000177-8
3	TROPICAL PESCA LTDA	15.191.626-8	TROPICAL PESCAIII	4949	214.508	021018603-8	PA0000179-8

NOTA: A ISENÇÃO DO ICMS PREVISTA NO ARTIGO 20 DO ANEXO II DO RICMS, APROVADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 4676/2001, ALTERADO PELO DECRETO Nº 1.016, DE 2 DE JUNHO DE 2008, BEM COMO QUALQUER OUTRO BENEFÍCIO DECORRENTE, FICA CONDICIONADA AO ATENDIMENTO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO § 2º, INCISO I, ALÍNEA "e" E DO § 13, INCISO III DO MESMO DIPLOMA LEGAL.
MARCOS RODRIGUES DE MATOS
Diretor de Fiscalização

Protocolo: 532663

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Publicação Nº 433682 Dia: 15.05.2019
Nº DA INEXIGIBILIDADE: 016/2019
DATA: 13.05.2019
VALOR: Onde se lê: R$-100.373,29 (Cem mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos) Leia-se: R$-6.100.373,29 (Seis milhões, cem mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos).
OBJETO: Prestação dos serviços de informações de pessoas naturais e jurídicas, através de acesso a sua base de dados, as quais serão utilizadas para o fim exclusivo de apoiar os seus processos de tomada de decisões e realização de negócios.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 30 da lei federal nº 13.303/2016
CONTRATADO: SERASA S. A.
ENDEREÇO: Alameda dos Quinimuras, nº 187 – Planalto Paulista
CEP: 04068-900 São Paulo/SP
TELEFONE: 3004 7728
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva

Protocolo: 532724

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
Publicação Nº 436866 Dia: 24.05.2019
Contrato Nº: 037
Exercício: 2019
Classificação do objeto: Outros
Objeto: Prestação dos serviços de informações de pessoas naturais e jurídicas, através de acesso a sua base de dados, as quais serão utilizadas para o fim exclusivo de apoiar os seus processos de tomada de decisões e realização de negócios.
Valor Total: Onde se lê: R$-100.373,29 (Cem mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos) Leia-se: R$-6.100.373,29 (Seis milhões, cem mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos).
Data de Assinatura: 16.05.2019
Vigência: 16.05.19 a 15.05.20
Inexigibilidade de Licitação Nº 016/2019
Contratado: SERASA S. A.
Endereço: Alameda dos Quinimuras, nº 187 – Planalto Paulista
CEP: 04068-900 São Paulo/SP
TELEFONE: 3004 7728
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Protocolo: 532765

CONTRATO

Contrato Nº: 018
Exercício: 2020
Classificação do objeto: Outros
Objeto: Prestação de serviços de treinamento no modelo in company nas instalações do Banpará, com o objetivo de ensinar os funcionários da SUDEP as principais funcionalidades do sistema TOTVS Gestão de Pessoas - Completo
Valor Total: R$-45.795,74 (Quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos)
Data de Assinatura: 09.03.2020
Vigência: 09.03.2020 a 08.09.2020
Inexigibilidade de Licitação Nº 010/2020
Contratado: TOTVS S. A.
Endereço: Av. Braz Leme, Nº 1000 – Casa Verde
CEP: 02511-000 São Paulo/SP
Telefone: (11) 3981 7000
Ordenador Responsável: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Protocolo: 532526

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 02
DATA DE ASSINATURA: 09.03.2020
VALOR: R$- 373.690,49 (Trezentos e setenta e três mil, seiscentos e noventa reais e quarenta e nove centavos)
VIGÊNCIA: 19.03.2020 a 18.03.2021
OBJETO: Prestação de serviços técnicos de contabilidade especializados em cálculos trabalhistas e perícias para embasar a defesa do Banpará
JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo
CONTRATO Nº: 021
EXERCÍCIO: 2018
CONTRATADO: CONSULPER CONSULTORIA E PERÍCIA
ENDEREÇO: : Rua Turfa, nº 1274 – Bairro: Barroca
CEP: 30431-091 Belo Horizonte/MG
TELEFONE: (31) 3291 7194
ORDENADOR: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Protocolo: 532550

OUTRAS MATÉRIAS

Nota de Empenho da Despesa: Nº 019/2020
Valor: R$-319.900,00 (Trezentos e dezenove mil e novecentos reais)
Data: 03.03.2020
Vigência: 03.03.2020 a 17.04.2020
Objeto: Aquisição de (100) kits Painel de Senha sem Jornal com 5 dígitos e (100) unidades de Impressora Térmica de Senha.
Pregão Eletrônico Nº: 040/2019
Contratado: MICHELANGELO COMÉRCIO DE PAINEIS E SERVIÇOS LTDA.
Endereço: Avenida Visconde de Guarapuava, 3444 – Centro-
CEP: 80.250-220 Curitiba/PR
Telefone: (41) 3322 8038
Ordenador: Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva
Protocolo: 532566

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA N° 115 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto n° 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE N° 28.508/18.07.1997,
CONSIDERANDO o Decreto nº 1.960 de 18/01/2018, publicado no DOE nº 33.542 de 22/01/2018,
E CONSIDERANDO o teor do processo nº 2019/571295.
R E S O L V E:
CEDER, a FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ, a servidora JULIANA REGINA MOURA COUTINHO, matrícula nº 57175595/2, cargo ASSISTENTE SOCIAL, lotada no HOSPITAL REGIONAL – ABELARDO SANTOS, pelo período de 02 (dois) anos, com ônus para o órgão de destino.

PORTARIA N° 116 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Secretário de Estado de Saúde Pública, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, através do Decreto n° 2.235 de 16 de Julho de 1997, publicado no DOE N° 28.508/18.07.1997,
CONSIDERANDO o Decreto nº 1.960 de 18/01/2018, publicado no DOE nº 33.542 de 22/01/2018,
E CONSIDERANDO o teor do processo nº 2020/72019.
R E S O L V E:
CEDER, a SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER, o servidor CLAUDIO DO NASCIMENTO VALE, matrícula nº 5693594/3, cargo ECONOMISTA, lotado na DIVISÃO DE CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS, pelo período de 02 (dois) anos, com ônus para o órgão de destino.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, EM 11.03.2020.
ALBERTO BELTRAME
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
Protocolo: 532719

PORTARIA N° 0356 DE 10 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA Nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006,
E CONSIDERANDO o teor do memorando nº 263/2020.
RESOLVE:
REMOVER, a contar de 09/03/2020, a servidora PALOMA MORGADO MENDONÇA, cargo ADMINISTRADOR, matrícula n° 54186056/2 do CENTRO DE SAÚDE - ICOARACI/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL para o CENTRO SAÚDE - CREMAÇÃO/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 10.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE – SESPA

PORTARIA N° 0362 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA Nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006,
E CONSIDERANDO o teor do Memorando nº270/2020.
RESOLVE:
REMOVER, a servidora ROSÁLIA DE OLIVEIRA PONTES, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula n° 57191124/1, DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS, para a DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, com atuação no CONTROLE INTERNO.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE – SESPA

PORTARIA N° 0365 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA Nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006,
RESOLVE:
REMOVER, o servidor DEUZENEI MOURA DE OLIVEIRA, cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, matrícula n° 54192835/1, do DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, para a DIVISÃO DE CONTROLE DE CARGOS.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE – SESPA
Protocolo: 532814

PORTARIA COLETIVA N° 0363 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA Nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006 e,
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 205/2020 – GABS/SESPA.

RESOLVE:
REMOVER, os servidores relacionados abaixo do HOSPITAL REGIONAL - ABELARDO SANTOS.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	A CONTAR	PARA (NOVA LOTAÇÃO)
54190711/ 1	LUCIA HELENA MORAES DE SOUSA	ASSISTENTE SOCIAL	02/03/2020	1º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, com atuação no CCDQ
54193614/ 1	TIAGO NAZARE DO NASCIMENTO	TECNICO PATOLOGIA CLINICA	28/02/2020	7º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
54185889/ 2	MARIA DOS SANTOS PAIVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	21/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - ICOARACI/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
54189047/ 1	AUDUINA LEITAO VIANA SILVA	NUTRICIONISTA	28/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - ICOARACI/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
122297/ 1	ROBERTO SALES DA COSTA	AGENTE DE SANEAMENTO	03/03/2020	CENTRO DE SAÚDE - ICOARACI/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
57205998/ 2	MINERVANIA CARDOSO DE ALENCAR	ENFERMEIRO	09/03/2020	CENTRO DE SAÚDE - ICOARACI/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
5674182/ 2	ANTONIO SERGIO DA SILVA GASPAR	MEDICO GINECOLOGISTA	10/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA
57197567/ 1	ELIAZIB DE CASTRO NEVES	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA
76538/ 1	ELAYNE CAVALCANTE NONATO	AGENTE DE PORTARIA	17/02/2020	CENTRO DE SAÚDE – PEDREIRA, com atuação no "Projeto Viva Mais"
102920/ 1	RAIMUNDO DO ESPIRITO SANTO ALEIXO	AGENTE DE SAUDE	17/02/2020	CENTRO DE SAÚDE – PEDREIRA, com atuação no "Projeto Viva Mais"
57200273/ 2	ALDENOR PEREIRA DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	17/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA
55590021/ 2	CLAYTON MARCIO NASCIMENTO DE ALMEIDA	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA
57234090/ 1	ELIANEIDE CARDOSO DA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	18/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA
5187753/ 1	VERONICA SERAFINA SANTOS SOUSA	AGENTE ADMINISTRATIVO	20/02/2020	CENTRO DE SAÚDE – PEDREIRA, com atuação no "Projeto Viva Mais"
5529700/ 2	GRACINDA DE MARIA FERREIRA	AGENTE DE ARTES PRATICAS	28/02/2020	CENTRO DE SAÚDE – PEDREIRA, com atuação no "Projeto Viva Mais"
5134463/ 1	SANDRA HELENA MAGALHAES ALMEIDA	ENFERMEIRO	28/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA
54190735/ 2	IONE PANTOJA PIMENTEL	NUTRICIONISTA	27/02/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
5134439/ 2	EDNA SUELI GARCIA DE LIMA	ENFERMEIRO	03/03/2020	CENTRO DE SAÚDE - PEDREIRA/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
54193880/ 1	CHRISTIANO HENRIQUE PARENTE FARIAS	AGENTE ADMINISTRATIVO	04/03/2020	CENTRO DE SAÚDE - ICOARACI/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
721042/ 1	MOISES MOREIRA LIMA	AGENTE DE SAUDE	13/02/2020	CS - NOVA MARAMBAIA/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
5426430/ 2	REGINA MARQUES DE ALMEIDA	ENFERMEIRO	28/02/2020	CS - NOVA MARAMBAIA/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
57194225/ 1	JOELMA GOMES CRISPIM	PSICOLOGO	19/02/2020	CS - NOVA MARAMBAIA/ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
54192304/ 1	MARCOS WELLINGTON CARVALHO PINHEIRO	AGENTE DE PORTARIA	04/03/2020	DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, com atuação no Controle Interno
5890820/ 2	FABRICIO GONCALVES CORDEIRO	ENFERMEIRO	20/02/2020	DIRETORIA DESENVOL. E AUDIT. DOS SERV. DE SAÚDE, com atuação na CER
54192036/ 1	ELISANGELA DO CARMO DA SILVA	AGENTE DE PORTARIA	28/02/2020	DIRETORIA DESENVOL. E AUDIT. DOS SERV. DE SAÚDE
5188156/ 1	SILVIA CRISTINA HERVEY SIQUEIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO	28/02/2020	DIRETORIA OPERACIONAL
57193721/ 1	IVANETE BRITO DOS SANTOS	AGENTE DE PORTARIA	28/02/2020	DIRETORIA OPERACIONAL
57192293/ 1	ANA MARIA RABELO COSTA	FARMACEUTICO	27/02/2020	DIVISÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL TÉCNICO
3238954/ 1	ILZA PASTANA FERREIRA	ASSISTENTE SOCIAL	20/02/2020	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE, com atuação no SVO
5913104/ 1	MARCO LIVIO AMARAL DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/02/2020	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE, com atuação no SVO
57210023/ 1	MARIA ENISSANDRA ARAUJO DE LIMA	AGENTE DE ARTES PRATICAS	27/02/2020	DIVISÃO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE, com atuação no SVO
55586178/ 1	MANUELA GONCALVES DE SALES	AGENTE DE PORTARIA	03/03/2020	GABINETE DO SECRETÁRIO
54195033/ 2	FRANCISCA SANTOS DE FREITAS	ASSISTENTE SOCIAL	17/03/2020	GABINETE DO SECRETÁRIO, com atuação no NDJ
55585531/ 1	TIAGO CORDEIRO FERREIRA	AGENTE DE PORTARIA	17/02/2020	HOSPITAL REGIONAL - CAMETÁ
102881/ 1	MARIA DE FATIMA MAIA	AGENTE DE SAUDE	17/02/2020	HOSPITAL REGIONAL - SALINOPOLIS
57231619/ 1	IZABEL DE SOUSA MAIA	TECNICO DE ENFERMAGEM	27/02/2020	HOSPITAL REGIONAL – SALINOPOLIS
54190764/ 1	MARY ALVES FERREIRA	ASSISTENTE SOCIAL	28/02/2020	HOSPITAL REGIONAL - SALINOPOLIS
57193890/ 1	JOSE ORLANDO BARROS DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	27/02/2020	LABORATÓRIO CENTRAL
54192023/ 1	SHEILA DE ARAUJO NUNES	TECNICO PATOLOGIA CLINICA	27/02/2020	LABORATÓRIO CENTRAL
57194957/ 1	IZABEL CECILIA DE CASTRO TAVARES	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	28/02/2020	LABORATÓRIO CENTRAL
54194553/ 1	MILLER QUEIROZ SOUZA	TECNICO PATOLOGIA CLINICA	28/02/2020	LABORATÓRIO CENTRAL
115452/ 1	ADRIANO NUNES DA SILVA	AGENTE DE PORTARIA	28/02/2020	SEÇÃO DE TRANSPORTES
54189428/ 1	ENDERSON CLEYTON SANTOS COSTA	MEDICO	11/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - MATERNO INFANTIL
57191004/ 1	ELIZA MARIA LIMA MONTEIRO	FARMACEUTICO	20/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - MATERNO INFANTIL
57198100/ 1	PRISCILLA SOUZA ALVARES DE MELLO	ASSISTENTE SOCIAL	28/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - MATERNO INFANTIL
57231588/ 1	MARIENE SILVA FRANCO	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - MATERNO INFANTIL
5415950/ 1	JOAQUIM MARCELINO DOS SANTOS PINHO	MEDICO	18/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - PRESIDENTE VARGAS
57195695/ 2	DENISE OLIMPIA DE ANDRADE FERRAZ	MEDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA - AREA DE ATUACAO - ULTRA-SONOGRAFIA EM GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	18/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - PRESIDENTE VARGAS
57197576/ 1	MAURO AFONSO DE SOUZA MIRANDA	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - REDUTO
80845510/ 3	ROSICLEIA CHAVES SANTA BRIGIDA DE BRITO	ASSISTENTE SOCIAL	19/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - REDUTO
57194904/ 1	REGEANE MARIA LOBATO GUEDES	FARMACEUTICO	19/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - REDUTO
5347653/ 1	WAGNER WILSON SANTOS DE SOUZA	ENFERMEIRO	27/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA – REDUTO
5896278/ 1	MIRIAN CORREA DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - REDUTO
54191098/ 1	MILENA SILVA SIMAS	TECNICO EM RADIOLOGIA	28/02/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - REDUTO
5485606/ 3	PAULO SERGIO DA SILVA VILACA	MEDICO ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA	03/03/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA - REDUTO
57231577/ 1	ROSINEIDE NASCIMENTO BRANDAO VIEIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	01/04/2020	UNID. DE REF. ESPECIALIZADA – REDUTO
5065682/ 2	JOAQUIM ARAUJO DE NAZARE	AGENTE DE PORTARIA	28/02/2020	UNIDADE DE REABILITAÇÃO – PSICOSSOCIAL, com atuação na UDM/HUJBB
54194063/ 1	WALLACE VINICIUS SILVA SOUZA	AGENTE DE PORTARIA	28/02/2020	UNIDADE DE REABILITAÇÃO – PSICOSSOCIAL, com atuação na UDM/HUJBB
54184083/ 2	IVONILDES SILVA PICANCO	ENFERMEIRO	28/02/2020	UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA AIDS, com atuação na UAT
5146720/ 6	ROSANGELA SANTOS BASTOS	ENFERMEIRO	28/02/2020	UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA AIDS, com atuação na UAT
57233232/ 1	ANA MARIA TORRES DOS SANTOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/02/2020	UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA AIDS, com atuação na UAT
5483123/ 2	FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SILVA	AGENTE DE ARTES PRATICAS	19/02/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
54182981/ 2	DAISE CLENES DA SILVA FERNANDES	ASSISTENTE SOCIAL	19/02/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
5155088/ 1	DALVA GODINHO BRASIL BEZERRA	AGENTE DE PORTARIA	27/02/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
5522293/ 2	SIMONE DE FATIMA DA SILVA ABREU BARRETO	ENFERMEIRO	28/02/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
57231607/ 1	EUSIRENE LOPES GONCALVES	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/02/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
57234358/ 1	MARIA JOANA TRAVASSOS DA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM	28/02/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
57231693/ 1	MARCELO DOS SANTOS BEZERRA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02/03/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
5879400/ 3	EVILA FERNANDA LAMEIRA DE MELO SODRE	MEDICO	03/03/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II
5302200/ 2	IRAILDES DE BRITO SILVA	AGENTE DE ARTES PRATICAS	18/03/2020	UNIDADE ESPECIAL - ABRIGO JOÃO PAULO II

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE – SESPA
Protocolo: 532807

PORTARIA N° 0364 DE 11 DE MARÇO DE 2020

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela PORTARIA Nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30605 de 19.01.2006,
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 205/2020 – GABS/SESPA.
RESOLVE:
LOTAR, a contar de 28/02/2020, o servidor ALDO DE JESUS DO NASCIMENTO MORAES, cedido da SEMAS, matrícula n° 57215562/1, cargo TÉCNICO DE LABORATÓRIO, no LABORATÓRIO CENTRAL.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE – SESPA
Protocolo: 532818

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 273 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020

O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039 de 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando o teor do processo nº. 2020/113112.

RESOLVE:
DETERMINAR, de comum acordo, que a servidora LUCIANA SOARES CAVALCANTE MONTEIRO LUCIO, matrícula nº. 57234401/1, cargo de Médico, Regime Jurídico de Estatutário Efetivo, lotada na Unidade de Reabilitação - psicossocial, goze de Licença Prêmio, que lhe foi concedida através da PORTARIA Nº 844 de 22.08.2018, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará n° 33.692 de 03.09.2018, correspondente ao Triênio de 03.01.2014 a 02.01.2017, no período de 30.03.2020 a 28.04.2020 no total de 30 (Trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 532841

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 418 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 86 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda Parecer Jurídico constante no processo nº 2019/554500;
RESOLVE:
CONCEDER a servidora DENIZE VIANA SANTOS, Id. Funcional nº 54189552/1, ocupante do cargo de Médico, lotada no 11º Centro Regional de Saúde - Marabá, 180 (cento e oitenta) dias de Licença à Maternidade, no período de 06 de dezembro de 2019 a 02 de junho de 2020.
II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06 de dezembro de 2019.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
David Souza Figueiredo
Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 423 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e, CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo único do art. 86 da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda a apresentação do Atestado Médico, firmado pelo médico devidamente inscrito no CRM sob o nº 1498;
RESOLVE:
CONCEDER a servidora ROSANGELA RIBEIRO CORDEIRO, Id. Funcional nº 57196714-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada no Hospital Regional - Cametá, 180 (cento e oitenta) dias de licença à maternidade, no período de 08 de fevereiro de 2020 a 05 de agosto de 2020.
II – Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 08 de fevereiro de 2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
David Souza Figueiredo
Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

Protocolo: 532645

ERRATA

ERRATA DE FÉRIAS
Retifica-se a Portaria Coletiva n°. 204/28.02.2020, publicada no DOE N°.34.132/03.03.2020, referente a servidora CRYSTIANE LOPES CASTRO, n°.54182963-2, o período de gozo das ferias.
Onde se lê: PERIODO DE GOZO 01.04.2020 a 30.04.2020.
Leia-se: PERIODO DE GOZO 06.04.2020 a 05.05.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 532698

ERRATA DE FÉRIAS
Retifica-se a Portaria Coletiva n°. 204/ 28.02.2020, publicada no DOE N°.34.132/03.03.2020, referente ao servidor LUIZ ANTÔNIO FERREIRA, n°.5736781-1, o período de gozo das ferias.
Onde se lê: PERIODO DE GOZO 02.03.2020 a 31.03.2020.
Leia-se: PERIODO DE GOZO 16.03.2020 a 14.04.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 532404

FÉRIAS

PORTARIA N.º 414 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares da servidora RAQUEL DE JESUS MORAES GOMES, Id. Funcional nº 5908945-3, ocupante do cargo de CHEFA DE DIVISÃO TÉCNICA, lotada no 7º Centro Regional de Saúde, no período de 16 de Março de 2020 a 14 de Abril de 2020, referente ao período aquisitivo de 22 de Fevereiro de 2019 a 21 de Fevereiro de 2020, concedidas através da Portaria Coletiva nº 154/ 31.01.2020, publicado no DOE nº 34.106/03.02.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA

Protocolo: 532439

PORTARIA N.º 413 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares da servidora ARISTOLINA MARQUES GOUVEA DE ARAÚJO, Id. Funcional nº 189987-1, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no período de 01 de Abril de 2020 a 30 de Abril de 2020, referente ao período aquisitivo de 25 de Março de 2019 a 24 de Março de 2020, concedidas através da Portaria Coletiva nº 204/ 28.02.2020, publicado no DOE nº 34.132/03.03.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA

Protocolo: 532409

PORTARIA N.º 412 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares da servidora MARIA FERREIRA TEIXEIRA, Id. Funcional nº 5166624-1, ocupante do cargo de AGENTE DE ARTES PRATICAS, lotada na Unidade Mista de Marapanim, no período de 02 de Janeiro de 2020 a 31 de Janeiro de 2020, referente ao período aquisitivo de 02 de Janeiro de 2019 a 01 de Janeiro de 2020, concedidas através da Portaria Coletiva nº 1099/ 29.11.2019, publicado no DOE nº 34.047/02.12.2019.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA

Protocolo: 532401

PORTARIA N.º 411 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares a servidora LIANE COELHO GARCIA PESSOA, Id. Funcional nº 57205205-1, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotada no Centro de Atenção Psicossocial-Cremação/Atenção Psicossocial, no período de 01 de Abril de 2020 a 30 de abril de 2020, referente ao período aquisitivo de 16 de Outubro de 2018 a 15 de Outubro 2019.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
David Souza Figueiredo
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 532384

ERRATA DE FÉRIAS
Retifica-se a Portaria Coletiva n°. 053/ 03.01.2020, publicada no DOE N°.34.081/06.01.2020, referente a servidora MARIZA ROSANA LIMA SERRA, n°.87947-1, o período de gozo das ferias.
Onde se lê: PERIODO DE GOZO 03.02.2020 a 03.03.2020.
Leia-se: PERIODO DE GOZO 05.02.2020 a 05.03.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 532380

ERRATA DE FÉRIAS
Retifica-se a Portaria Coletiva n°. 053/ 03.01.2020, publicada no DOE N°.34.081/06.01.2020, referente a servidora THAIS DANIELA NOGUEIRA DE SOUZA, n°.5945861-1, o período de gozo das ferias.
Onde se lê: PERIODO DE GOZO 03.02.2020 a 03.03.2020.
Leia-se: PERIODO DE GOZO 01.02.2020 a 01.03.2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 532744

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA N.º 421 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares da servidora MARIA LUCIENE BEZERRA DE LIMA, Id. Funcional nº 57206361-1, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Unidade de Reabilitação – Demétrio Medrado, no período de 02 de Março de 2020 a 31 de Março de 2020, referente ao período aquisitivo de 21 de Outubro de 2018 a 20 de Outubro de 2019, concedidas através da Portaria Coletiva nº 154/31.01.2020, publicado no DOE nº 34.106/03.02.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA

PORTARIA N.º 422 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE/DG-TES, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº. 039/03.04. 96,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO, as férias regulamentares da servidora MARIA LUCIENE BEZERRA DE LIMA, Id. Funcional nº 57206361-1, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Divisão de Oncologia Clinica, no período de 02 de Março de 2020 a 31 de Março de 2020, referente ao período aquisitivo de 01 de Novembro de 2018 a 31 de Outubro de 2019, concedidas através da Portaria Coletiva nº154/31.01.2020, publicado no DOE nº 34.106/03.02.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/SESPA

Protocolo: 532809

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 416 DE 11 DE MARÇO 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de n° 2020/135836.
RESOLVE:
Autorizar o afastamento da servidora CICERA LIMA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Agente de Portaria, Id. Funcional nº 5166950-1, lotada no Centro de Saúde - Castanhal, a contar de 20.01.2020, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de sua Genitora.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 419 DE 11 DE MARÇO 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de n° 2020/154051.
RESOLVE:
Autorizar o afastamento do servidor WAGNER MESQUITA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Portaria, Id. Funcional nº 5115418-1, lotado no Centro Saúde - Nova Marambaia/Atenção Psicossocial, a contar de 26.12.2019, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento do seu Genitor.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

PORTARIA Nº 420 DE 11 DE MARÇO 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 039/ 03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190 de 11.04.1996 e considerando o disposto do art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o processo de n° 2020/87376.
RESOLVE:
Autorizar o afastamento do servidor FRANCISCO CARLOS DO CANTO LOPES, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, Id. Funcional nº 3208966-1, lotado na Assessória Especial, a contar de 19.01.2020, por um período de 08 (oito) dias, decorrente do falecimento de sua Genitora.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GDV/DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE / SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA, em 11.03.2020.
DAVID SOUZA FIGUEIREDO
Diretor de Gestão do Trabalho e da educação na Saúde.

Protocolo: 532615

PORTARIA Nº. 424 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, no uso da competência delegada através da Portaria nº. 050/17.01.2006, Publicado no DOE n.º 30.605/19.01.2006, e considerando os termos do Processo PAE nº. 2020/86644.
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com o artigo 93 da Lei 5.810/24.01.94, Licença Sem Vencimentos de 02 (dois) anos a servidora CLAUDIA ROCHA CALDAS, matrícula nº. 54182081/2, ocupante do cargo de Médico, lotada no Hospital Regional - Abelardo Santos, a contar de 02.03.2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.03.2020.
David Souza Figueiredo
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Protocolo: 532831

PORTARIA Nº 417 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria nº. 039/03.04.1996, publicada no DOE nº. 28.190/11.04.1996 e considerando os termos do processo n º. 2019/554348.
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com o artigo 93 da Lei 5.810 de 24.01.94, Licença Sem Vencimentos, a servidora ANA PAULA LIMA PESSOA, matrícula nº. 57234398/1, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada no Laboratório Central, por um período de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da Secretaria de Estado de Saúde Pública em: 11.03.2020
David Souza Figueiredo
Diretor de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Protocolo: 532584

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 186 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
DETERMINAR de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) FRANCISCA DA SILVA QUARESMA, matrícula 5143551-1 cargo de AGENTE DE PORTARIA regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) CAPS ICOARARI 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 08.08.11 A 07.08.14.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 01.03.2020 A 30.03.2020, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Protocolo: 532514

PORTARIA Nº. 185 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
CONCEDER de acordo com o artigo 98 da Lei nº. 5.810/ 24.01.1994, a (ao) servidora (o) LYSA KARINA CARDOSO SAMPAIO, matrícula 57197619-1 cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO regime jurídico de Estatutário Efetivo, classe "--", lotada (o) no (a) URES PRESIDENTE VARGAS 01 (um) mês de Licença Prêmio, correspondente ao triênio 09.08.13 A 08.03.16.
AUTORIZAR que o servidor goze 01 (um) mês de Licença Prêmio, no período de 22.04.2020 A 21.05.2020, no total de 30 (trinta) dias.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Protocolo: 532496

DIÁRIA

PORTARIA DE CONCESSÃO n° 163 / 2020 – 11/03/2020
O Diretor do 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE/SESPA, no uso de suas atribuições lhe conferida pela PORTARIA 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n°33.777 de 10.01.19, e tendo em vista as instruções contidas em Fundamento Legal: no Art. 145 da Lei 5.810 de 24/01/1994, DECRETO Nº 2.819 de 06 de Setembro de 1994, disciplina a concessão de DIÁRIAS em missão Oficial do Estado.

Resolve:
I – EXCLUIR, da Portaria Coletiva n° 062/2020 de 09/03/2020, publicada no DOE n°
34.118 de 13/02/2020, a servidora SILVIA REGINA PINHEIRO BESSA, que AUTORIZOU a receber 4 meias diárias
II – INCLUIR, a Servidora na Portaria Coletiva n° 0131/2020, já publicada no DOE n° 34.138 de 10/03/2020,
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
MARCO A. RODRIGUES NORMANDO
Ordenador(a) de Despesas do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 532636

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
Tornar sem efeito a portaria n°582 do dia 02 de julho de 2019, publicada no DOE de n°33914 do dia 08.07.19 que determinava 60 dias de licença prêmio para o (a) servidor (a) MANOEL MARÇAL PEREIRA, Matrícula 84883-1, no período de 26.02.2020 A 25.04.2020. Referente ao triênio 01.07.07 A 30.07.10. Devido a necessidade de serviço.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.03.20
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA
TORNAR SEM EFEITO
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
Tornar sem efeito a portaria n°583 do dia 02 de julho de 2019, publicada no DOE de n°33914 do dia 08.07.19 que determinava 60 dias de licença prêmio para o (a) servidor (a) MANOEL MARÇAL PEREIRA, Matrícula 84883-1, no período de 26.04.2020 a 24.06.2020. Referente ao triênio 01.07.10 a 30.07.13. Devido a necessidade de serviço.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.03.20
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA
TORNAR SEM EFEITO
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
Tornar sem efeito a portaria n°584 do dia 02 de julho de 2019, publicada no DOE de n°33914 do dia 08.07.19 que determinava 60 dias de licença prêmio para o (a) servidor (a) MANOEL MARÇAL PEREIRA, Matrícula 84883-1, no período de 25.06.20 a 23.08.20. Referente ao triênio 01.07.13 A 30.07.16. Devido a necessidade de serviço.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.03.20
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA
TORNAR SEM EFEITO
O DIRETOR DO 1° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições, delegadas através da Portaria no. 76/2019-CCG de 09.01.19, publicada no Diário Oficial do Estado n° 33.777 de 10.01.19.
Tornar sem efeito a portaria n°585 do dia 02 de julho de 2019, publicada no DOE de n°33914 do dia 08.07.19 que determinava 60 dias de licença prêmio para o (a) servidor (a) MANOEL MARÇAL PEREIRA, Matrícula 84883-1, no período de 24.08.2020 a 22.09.2020. Referente ao triênio 01.07.92 a 30.07.95. Devido à necessidade de serviço.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
1° Centro Regional de Saúde/SESPA em: 11.03.20
Marco Antonio Rodrigues Normando
Diretor do 1°CRS/SESPA

Protocolo: 532421

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL

DIÁRIA

Portarias Nº 160 e 161 de Diárias de 11/03/2020
Fundamento Legal: nº 5.810/94 art. 145 RJU
Objetivo: Realizar instalação dos Sistemas de informações SINAN.SIM E SINASC, conforme solicitação da SMS de São Domingos do Capim.
Servidores: Cesar Augusto Azevedo de Oliveira ag. saúde pública mat: 0498875
Elso Gomes de Menezes motorista mat: 57206404-1
Origem: Castanhal/São Domingos do Capim período: 16/03/2020
Ordenador: Marineide Rocha dos Santos

Protocolo: 532537

Portarias Nº 144 à 147 de Diárias de 11/03/2020
Fundamento Legal: Nº 5.810/94 art. 145 RJU
Objetivo: Participar do curso de Licitação e Contratos na Administração Pública na EGPA, em Belém.
Servidores: Tenille Maria Oliveira dos Santos chefe da Div. Administrativa mat: 6402938-1
Odaiza Maria Silva do Vale chefe serv. Gerais mat: 3212092
Origem: Castanhal/Belém período: 16,17,18,19 e 20/03/2020
Cícero Alves Ferreira motorista mat: 0478954 período: 16 e 17/03/2020
Benedito José de Lima da Silva motorista mat: 5705304-1 período: 18/03/2020
Elso Gomes de Menezes motorista mat: 57206404-1 período: 19 e 20/03/2020
Ordenador: Marineide Rocha dos Santos

Protocolo: 532437

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 4ª REGIONAL

DIÁRIA
PORTARIA Nº 130 DE 02 DE MARÇO DE 2020
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Participar de Reunião sobre "Ordenação, formalização e padronização dos processos de solicitação de pesquisa, estágio no âmbito da SESPA."
Origem: Capanema/PA – Destino: Belém/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Almicélia Souza de Araújo	5472288-3	Assistente Social

Período: 06/03/2020 Quantidade: 0,5 (meia) diária.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva.

Protocolo: 532694

DIÁRIA
PORTARIA Nº 061 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Orientar técnicos sobre a Implantação de Programas na Atenção Básica.
Origem: Capanema/PA – Destino: Cachoeira do Piriá/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Iolanda de Fatima Mendes da Silva	3156184-1	Odontóloga

Período: 11 e 12/03/2020 Quantidade: 1,0 (uma) diária.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva.

DIÁRIA
PORTARIA Nº 062 DE DE FEVEREIRO DE 2020
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidor do 4°CRS/SESPA que irá orientar técnicos sobre a Implantação de Programas na Atenção Básica.
Origem: Capanema/PA – Destino: Cachoeira do Piriá/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Ávila Junior de Sousa Amaral	57207813-1	Motorista

Período: 11 e 12/03/2020 Quantidade: 1,0 (uma) diária.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva.

Protocolo: 532680

DIÁRIA
PORTARIA Nº 125 DE 02 DE MARÇO DE 2020
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Identificar as dificuldades das equipes das salas de vacinação em trabalhar o SIES nas salas de vacinação; fazer as devidas correções em tempo real; possibilitar a implantação nos demais municípios.
Origem: Capanema/PA – Destino: Quatipuru/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Nádia Cristina F. Ferreira	55588852-1	Enfermeira
Célia de Freitas Pereira	57234153-1	Téc. Enfermagem

Período:16 a 20/03/2020 Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva.

Protocolo: 532702

DIÁRIA
PORTARIA Nº 120 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Realizar capacitação de ACS e Técnicos de Unidades de Saúde nos PSFGS na área urbana e rural do município para melhor desenvolver ações de prevenção e controle da Raiva e atendimento de Animais Peçonhentos.
Origem: Capanema/PA – Destino: Tracuateua/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
Pedro Geraldo Gonçalves Nogueira	1086485	Guarda de Endemias

Período:10 a 12/03/2020 Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva.

DIÁRIA
PORTARIA Nº 121 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020
Fundamento legal: Lei nº 5.810/94
Objetivo: Conduzir veículo oficial com servidor do 4°CRS/SESPA que irá realizar capacitação de ACS e Técnicos de Unidades de Saúde nos PSFGS

na área urbana e rural do município para melhor desenvolver ações de prevenção e controle da Raiva e atendimento de Animais Peçonhentos.
Origem: Capanema/PA – Destino: Tracuateua/PA.

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
João Sousa da Silva	5005236	Motorista

Período:10 a 12/03/2020 Quantidade: 2,5 (duas e meia) diárias.
Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva.

Protocolo: 532706

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 5ª REGIONAL

PORTARIA Nº 051 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDOR PARA REALIZAR SUPERVISÃO NO LABORATORIO DE ENTOMOLOGIA/IDENTIFICAÇÃO DE LARVAS DOS VETORES DOS AGRAVOS PARA VER SE AS AÇÕES EXECUTADAS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ESTABELECIDAS PELO LACEN/PA.
VEÍCULO OFICIAL L200, PLACA JVL-3694.
PERÍODO DA VIAGEM: 16 A 20/03/2020.
QUANTIDADE: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): DOM ELIZEU-PA, ULIANOPOLIS-PA, IPIXUNA DO PARA-PA, AURORA DO PARÁ-PA E MÃE DO RIO-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
FRANK JUNIOR CARVALHO COSTA	572340981	MOTORISTA

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532586

PORTARIA Nº 050 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: REALIZAR SUPERVISÃO NO LABORATORIO DE ENTOMOLOGIA/IDENTIFICAÇÃO DE LARVAS DOS VETORES DOS AGRAVOS PARA VER SE AS AÇÕES EXECUTADAS ESTÃO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ESTABELECIDAS PELO LACEN/PA.
PERÍODO DA VIAGEM: 16 A 20/03/2020.
QUANTIDADE: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): DOM ELIZEU-PA, ULIANOPOLIS-PA, IPIXUNA DO PARA-PA, AURORA DO PARÁ-PA E MÃE DO RIO-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
NALDIR OLIVEIRA CUNHA	59004721	AGENTE DE ENDEMIAS

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532581

PORTARIA Nº 048 DE 10/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: ACOMPANHAR TECNICO DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO 5º CRS/SESPA, NA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA NO HOSPITAL REGIONAL PARA FINS DE LICENCIAMENTO 2020.
PERÍODO DA VIAGEM: 16 A 20/03/2020.
QUANTIDADE: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): PARAGOMINAS -PA
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA CORREA	59441262	ASSIST. DE DIREÇÃO

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532657

PORTARIA Nº 054 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERIDORES PARA REALIZAR ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO.
VEÍCULO OFICIAL L200, PLACA JVL-3694.
PERÍODO DA VIAGEM: 23 A 27/03/2020.
QUANTIDADE: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): DOM ELISEU, ULIANOPOLIS, PARAGOMINAS E IPIXUNA DO PARÁ SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
JOÃO CARLOS RIBEIRO FIDELIS	58530102	MOTORISTA

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532721

PORTARIA Nº 053 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: REALIZAR ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO.
PERÍODO DA VIAGEM: 23 A 27/03/2020.
QUANTIDADE: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): DOM ELISEU, ULIANOPOLIS, PARAGOMINAS E IPIXUNA DO PARÁ SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
NEY TORRES SOARES	59473981	CHEFE DE DIVISÃO
EDINA ARAUJO GONÇALVES	571744831	MEDICO VETERINARIO
ERNESTINA NAZARE CARDOSO ALVES	58757491	ENFERMEIRO

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532714

PORTARIA Nº 056 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES PARA PARTICIPAR DA OFICINA DE ALINHAMENTO E PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DA REDE ESTADUAL DE OUVIDORIAS DO SUS/SESPA.
VEÍCULO OFICIAL FIAT DOBLO, PLACA QEC-6463.
PERÍODO DA VIAGEM: 17 A 19/03/2020.
QUANTIDADE: 2,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): BELÉM –PA
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
JOÃO CARLOS RIBEIRO FIDELIS	58530102	MOTORISTA

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532792

PORTARIA Nº 055 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE ALINHAMENTO E PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DA REDE ESTADUAL DE OUVIDORIAS DO SUS/SESPA.
PERÍODO DA VIAGEM: 17 A 19/03/2020.
QUANTIDADE: 2,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): BELÉM –PA
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
DEUZENIR AIRES DA SILVA	571973331	NUTRICIONISTA
MARIA DE NAZARE OLIVEIRA E SOUZA	51450311	AUX. DE SAUDE
MARIA RAIMUNDA DA COSTA FAVACHO	59072573	CHEFE DE DIVISÃO

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532784

PORTARIA Nº 057 DE 11/03/2020
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: PARTICIPAR DE TREINAMENTO REFERENTE AO SISTEMA DE MATERIAIS E SERVIÇOS-SIMAS.
PERÍODO DA VIAGEM: 22 A 23/03/2020
QUANTIDADE: 1,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA/PA
DESTINO (S): BELÉM –PA
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
NILSON PINHEIRO CHAVES	572061301	AG. DE ENDEMIAS
ANTONIEL LIMA ARAUJO	5896215	AG. ADMINISTRATIVO
NARA HELENA MIRANDA DE CARVALHO	58969241	AG. ADMINISTRATIVO

ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532816

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 033/2020, PUBLICAÇÃO Nº 528045, PUBLICADA NO DOE Nº 34.131 DE 02/03/2020, PAG.18, QUE CONCEDEU DIÁRIAS AS SERVIDORAS ANDREA OLIVEIRA DUTRA E MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA CORREA.
ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532678

TORNAR SEM EFEITO
TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 034/2020, PUBLICAÇÃO Nº 528046, PUBLICADA NO DOE Nº 34.131 DE 02/03/2020, PAG.17-18, QUE CONCEDEU DIÁRIAS AO SERVIDOR FRANK JUNIOR CARVALHO COSTA.
ORDENADOR: ADHEMAR JUNIOR SILVA DA COSTA

Protocolo: 532681

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 8ª REGIONAL

DIÁRIA

PORTARIA Nº 46 DE 11 DE MARÇO DE 2020
Objetivo: Participar da Reunião da CIR Marajó II no dia 11.
Origem: BREVES/PÁ - BELÉM/PA.
Servidor (es): Maria Ivete Queiroz Tupinambá, 1,5 Diárias de 11 a 12/03/2020
Ordenador: JUCINEIDE ALVES BARBOSA.

Protocolo: 532848

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 9ª REGIONAL

ERRATA

ERRATA DE DIÁRIA
PORTARIA Nº 57 de 12 de Fevereiro de 2020/ Publicado no Diário Oficial n° 34137 de 09 de Março de 2020.
Protocolo: 531008
Onde se lê:
Servidores:
Claudenice Ferreira Pereira Cardoso
Raimunda Elza Elane dos Santos Bernardo
Lilian Mota de Oliveira
Leia-se:
Servidores:
Claudenice Ferreira Pereira Cardoso
Lilian Mota de Oliveira
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Marcela Giovana Gusmão Tolentino de Matos
DIRETORA DO 9° CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

Protocolo: 532804

DIÁRIA

PORTARIA Nº 61 de 06 de Março de 2020.
Fundamento Legal: DECRETO N° 2819 DE 06 SETEMBRO DE 1994.
OBJETIVO: Realizar assessoria Técnica Emergencial diante do Programa de Vigilância e Controle da Hantavirose, conforme solicitação via Oficio nº 043/2020/SEMSA.
Origem: Santarém/ PA- Brasil
Destino: Novo Progresso/ PA – Brasil
Período: 21/03/2020 a 29/03/2020. N° de Diária: 8,5 (oito diárias e meia)
Servidor:
ALBERTO SOARES DA SILVA
CPF: 267.477.232-87
Matrícula: 0478194
Cargo: Agente de saúde
Ordenador: Marcela Giovana Gusmão Tolentino de Matos

Protocolo: 532772

PORTARIA Nº 62 de 06 de Março de 2020.
Fundamento Legal: DECRETO N° 2819 DE 06 SETEMBRO DE 1994.
OBJETIVO: Realizar monitoramento quanto aos Programas de Vigilância e Controle da Raiva e Leishmanioses, conforme protocolos do Ministério da Saúde e programações informadas no 1ºQDQQ/2020.
Origem: Santarém/ PA- Brasil
Destino: Alenquer/ PA – Brasil
Período: 13/04/2020 a 16/04/2020 N° de Diária: 3,5 (três diárias e meia)
Servidores:
Mara Lúcia Moraes dos Santos
CPF: 394.780.412-15
Matrícula: 541892921
Cargo: Médico Veterinário
João Pereira Monteiro
CPF: 158.880.523-87
Matrícula: 0504472
Cargo: Agente de saúde
Elizângela de Sousa Gonçalves Leal
CPF: 636.456.702-97
Matrícula: 572073451
Cargo: Agente de Endemias
Vânia Marcia Pereira Vasconcelos
CPF:205.453.122-72
Matrícula: 73504339
Cargo: Técnica em Enfermagem
Ordenador: Marcela Giovana Gusmão Tolentino de Matos

Protocolo: 532773

PORTARIA Nº 60 de 09 de Março de 2020. Fundamento Legal: DECRETO N° 2819 DE 06 SETEMBRO DE 1994.OBJETIVO:Realizar assessoria técnica para a equipe que opera nas ações de controle da Malária no município de Alenquer e subsidiar a elaboração de um planejamento para o enfrentamento conjunto da Malária no referido município. Origem: Santarém/ PA-Brasil. Destino: Alenquer/PA- Brasil. Período: 09/03/2020 a 13/03/2020. N° de Diárias: 4,5 (quatro diárias e meia). Servidores: Lázaro Brito Nogueira. CPF: 039.947.082-49.Matrícula: 0498614.Cargo: Agente de Saúde. João Portela de Azevedo. CPF: 194.791.662-91. Matrícula:00498927. Cargo: Agente de saúde. Gabriel Amancio da Silva CPF:06966470287. Matrícula: 0498704. Cargo: Agente de saúde. Ordenador: Marcela Giovana Gusmão Tolentino de Matos

Protocolo: 532557

PORTARIA Nº 59 de 06 de Março de 2020. Fundamento Legal: DECRETO N° 2819 DE 06 SETEMBRO DE 1994.OBJETIVO: Participar da Capacitação Técnica com o tema " MANEJO CLÍNICO E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO COVID-19", conforme ofício em anexo. Origem: Santarém/ PA- Brasil. Destino: Belém/PA- Brasil. Período: 10/03/2020 a 10/03/2020. N° de Diária: 1/2 (Meia diária). Servidor: Josie Giceli da Silva Vieira. CPF: 687.106.902-04.Matrícula: 5897263.Cargo: Enfermeiro. Mario da Conceição Lira Brasil CPF: 100.526.152-00.Matrícula: 1115461.Cargo: Agente de Vigilância Sanitária. Ordenador: Marcela Giovana Gusmão Tolentino de Matos.

Protocolo: 532554

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 10ª REGIONAL

Portaria n° 0155/2020, de 10/03/2020
Objetivo: Realizar supervisão direta nas ações de malária e coleta de material para estudo entomológico.
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira
Destino (s): Anapú (Garimpo do Manelão)
Servidor: 5946028/1 / LAIS ALVES KULL (Diretora da Divisão de Endemias) / 11,5 diárias (completa) de 30/03/2020 a 10/04/2020
Servidor: 0504251 / GILBERTO GIL DE ARAUJO (Agente de Saúde Publica) / 11,5 diárias (completa) de 30/03/2020 a 10/04/2020
Servidor: 0504165 / JOSÉ AMÂNCIO DA SILVA (Agente de Saúde Publica) / 11,5 diárias (completa) de 30/03/2020 a 10/04/2020
Servidor: 0504272 / FRANCISCO GONÇALVES DOS SANTOS FILHO (GUARDA DE ENDEMIAS) / 11,5 diárias (completa) de 30/03/2020 a 10/04/2020
Ordenador de Despesa:
Mauricio Miranda do Nascimento
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 531980

Portaria n° 0156/2020, de 10/03/2020
Objetivo: Conduzir viatura oficial, com servidores que irão Realizar supervisão direta nas ações de malária e coleta de material para estudo entomológico.
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira
Destino (s): Anapú (Garimpo Manelão)
Servidor: 0505756/ MANOEL DE LIMA FERREIRA (Agente de Saúde Pública) / 11,5 diárias (completa) de 30/03/2020 a 10/04/2020
Ordenador de Despesa:
Mauricio Miranda do Nascimento
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 531984

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 12ª REGIONAL

PORTARIA Nº 122 de 11 de Março de 2020.
Nome: Nalva Gomes de Souza Silva
Cargo: Enfermeira
Matrícula/Siape: 54185701-5
CPF: 245.484.132-00
Nome: Maria Cruz Marinho Silva.
Cargo: Auxiliar de Enfermagem.
Matrícula/Siape: 06039553.
CPF: 041.216.828-66.
Período: 30.03 a 03.04.2020.
Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia).
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: Xinguara
Objetivo: participar da Oficina de Formação de Facilitadores da Estratégia AIDIPI Neo promovida pela Coordenação Estadual de Saúde da Criança que será realizada em Xinguara
Ordenador de Despesas: Andréa Ribeiro da Cunha Câmara

Protocolo: 532422

PORTARIA Nº 121 de 11 de Março de 2020
Nome: Jose Divino dos Santos.
Cargo: Agente Administrativo.
Matrícula: 5897529-1.
CPF: 815.762.936-53.
Período: 30.03 a 03.04.2020.
Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia)
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: Xinguara
Objetivo: Conduzir servidores da Divisão Técnica com destino ao município de Xinguara
Ordenador de Despesas: Andréa Ribeiro da Cunha Câmara

Protocolo: 532423

PORTARIA Nº 123 de 11 de Março de 2020.
Nome: Jose Divino dos Santos.
Cargo: Agente Administrativo.
Matrícula: 5897529-1.
CPF: 815.762.936-53.
Período: 23 a 28.03.2020.
Nº de Diárias: 5,5 (cinco e meia).
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: Marabá-PA.
Objetivo: participar da Oficina Estadual de Apoio à Implantação do Novo Financiamento Federal "Previne Brasil" e participar de reunião sobre Hepatites Virais.
Ordenador de Despesas: Andréa Ribeiro da Cunha Câmara.

Protocolo: 532654

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

PORTARIA

PORTARIA Nº 127/2020-GAB/DG/HOL.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 04/01/2019, publicado no DOE n° 33.774 de 07/01/2019.
CONSIDERANDO o Decreto nº 1.960 de 18/01/2018 que dispõe sobre a cessão de servidores de Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional, publicado no DOE nº 33.542 de 22/01/2018.
CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2020/79568 de 31/01/2020 (PAE).
RESOLVE:
CEDER à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará - FSCMP a contar de 16/03/2020 por um período de 2 (dois) anos, a servidora LUANA KELLYN CARDOSO DA SILVA FERREIRA Fonoaudiólogo, matricula 57193125/2, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL com ônus para o Órgão Cessionário, conforme art. 2 º do Decreto supracitado.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola.
Em, 03 de março 2020.
JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA
Diretor Geral do HOL

Protocolo: 532697

TORNAR SEM EFEITO

Tornar sem efeito a publicação de Protocolo 528695 publicada no Diário Oficial do Estado nº 34132 de 03/03/2020, que trata da Portaria de Fiscal de Contrato nº 118/2020 – HOL, referente ao Contrato firmado com a empresa KAPA CAPITAL FACILITIES LTDA. Processo nº 2019/384127.
JOSÉ ROBERTO LOBATO DE SOUZA
Diretor Geral

Protocolo: 532458

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 126/2020 – DAF/HOL.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 17/01/2019, publicado no DOE n° 33.784 de 18/01/2019.
CONSIDERANDO os termos contidos no processo nº 2019/556122 de 11/11/2019
RESOLVE:
I-REMANEJAR a partir de 13/02/2020, o servidor LUIZ CARLOS MENDES FREITAS DO VALE, Assistente Administrativo, matrícula nº 5908301/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL da Divisão de Farmácia para o Departamento de Recursos Materiais-DRM deste Hospital.
II – Os efeitos desta Portaria são retroativos a partir de 13/02/2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
Hospital Ophir Loyola.
Em, 03 de março de 2020.
Faruk Fuad Amate
Diretor de Administração e Finanças do HOL

Protocolo: 532582

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 3
Contrato: 060/2017/FSCMP
Objeto: O Presente Termo Aditivo tem por finalidade a renovação do prazo pelo período compreendido entre 03/03/2020 a 02/03/2021, bem como com o acréscimo de quantidade de 24,60% do Contrato original, consoante dispõe, respectivamente, o artigo 57, §1º, IV, e artigo 65, inciso I, alínea 'b', e § 1º, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo objeto é o serviço de recarga em extintores para o Hospital Centenário.
Data assinatura: 02/03/2020
Contratada: EXTINORTE LTDA, CNPJ/MF n.º 05.431.093/0001-22
Endereço: Rua General Gurjão, 115, Comércio, Belém/PA, CEP: 66.017-040, telefones: (91)3241-1624
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 532821

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 76/2019-CPL/FSCMP

A Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará, por intermédio da Pregoeira designada pela PORTARIA Nº 722/2019-GP/FSCMP, torna público nova data referente ao certame licitatório, em referência, no dia 25/03/2020 às 09:30 (Horário Brasília/DF) - Tipo Menor Preço Por Lote e Item.
OBJETO: Registro de Preços em Ata, para futura e eventual "AQUISIÇÃO DE EQUIPOS COM BOMBA EM COMODATO", conforme prazos, especificações e quantitativos discriminados de acordo com Edital e seus Anexos.
LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: A abertura do certame será efetuada no site: www.comprasnet.gov.br.
O Edital poderá ser adquirido nos sites www.comprasnet.gov.br ou pelo Portal de Compras: Compras Pará: www.compraspara.pa.gov.br
Belém/PA, 10 de março de 2020.
Domenica Lucia Pinto Nascimento
Pregoeira/FSCMP

Protocolo: 531875

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa: 011/2020
Data: 10/03/2020
Valor: R$ 5.220,00
Objeto: aquisição emergencial de material e contratação emergencial de serviço, destinado à realização de procedimento cirúrgico.
Fundamento legal: com base artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e Parecer nº 041/2020/PROF/FSCMP.
Data de Ratificação: 10/03/2020
Orçamento: Funcional Programática: 10.302.1507.8288; Fontes de Recursos: 0103, 0269, 0269003264, 0269006841, 0269006842, 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superávits; Elemento de Despesa: 339030 e 339039.
CONTRATADA: NORDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, CNPJ/MF: 09.137.934/0001-44
Endereço: Enéas Pinheiro, nº 2556, Marco, CEP: 66095-130, Belém-PA, telefone: (11)3277- 3367
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 532752

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ato: 011
Número da Dispensa: 011/2020
Data: 10/03/2020
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 532756

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO CONJUNTO
Número: 004/2020/FSCMP
Data de Assinatura: 11/03/2020
Justificativa: Inclusão de Funcional Programática, Fonte de Recurso e seus respectivos superávits, constantes dos Contratos no ANEXO abaixo, consoante permite o § 8º do artigo 65 da Lei 8.666/93.
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

ANEXO DO TERMO DE APOSTILAMENTO CONJUNTO 004/2020

APOSTILAMENTO	INCLUSÕES	MODALIDADES	PROTOCOLO	CONTRATOS	EMPRESAS	OBJETO
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits	PE SRP 017/2019	2019/587101	338/2019	MEDICSTOCK COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES	Material técnico hospitalar

1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 081/2018	2019/417445	102/2019	FARMARIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Compra de material técnico hospitalar e produtos quimicos para hemodiálise
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE 095/2018	2019/272893	027/2019	COMERCIAL MOSTAERT LTDA	Compra de medicamentos
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE 009/2019	2019/287594	162/2019	PROF LAB COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	Compra de material técnico hospitalar - lancetas e tiras de glicemia (com aparelho em comodato)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE 009/2019	2019/287584	161/2019	ONCONORTE LTDA	Compra de material técnico hospitalar - lancetas e tiras de glicemia (com aparelho em comodato)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 059/2019	2019/516700	304/2019	BRASFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Compra de material técnico hospitalar - cateter e introdutor (pic)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 096/2018	2019/37374	023/2019	DCRUZ COMERCIAL HOSPITALAR LTDA EPP	Compra de álcool em gel com dispensador em comodato
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 086/2018	2019/186080	112/2019	NOVA MEDICA COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Compra de material técnico hospitalar
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 012/2019	2019/492026	280/2019	E R TRINDADE - EPP	Compra de material técnico hospitalar (diversos)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 012/2019	2019/492088	278/2019	CREMER S.A	Compra de material técnico hospitalar (diversos)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 012/2019	2019/491755	284/2019	SP COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	Compra de material técnico hospitalar (diversos)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 012/2019	2019/491723	285/2019	TRADEHOSP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - EPP	Compra de material técnico hospitalar (diversos)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 012/2019	2019/491895	281/2019	NIPRO MEDICAL CORPORATION PRODUTOS MEDICOS LTDA	Compra de material técnico hospitalar
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 064/2018	2019/66471	019/2019	FRESENIUS KABI BRASIL LTDA - CE	Compra de soluções parenterais de grande volume
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SOP 17/2019	2019/587079	339/2019	MEDIMAC COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA	Compra de material técnico hospitalar diversos

1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 017/2019	2019/587356	334/2019	FARMACEUTICA DISTRIBUIDORA LTDA	Compra de material técnico hospitalar diversos
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 017/2019	2019/588767	331/2019	A7 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	Compra de material técnico hospitalar diversos
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 012/2019	2019/492103	282/2019	NORDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	Compra de material técnico hospitalar (diversos)
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE017/2019	2019/587263	337/2019	MEDICONE PROJETOS E SOLUCOES PARA INDUSTRIA E A SAUDE LTDA	Compra de material técnico hospitalar diversos
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE017/2019	2019/588791	340/2019	POLYMEDH EIRELI	Material técnico hospitalar diversos
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE SRP 037/2019	2019/564391	249/2019	M M LOBATO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	Compra de medicamentos injetáveis
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PESRP 062/2019	2019/580378	307/2019	F CARDOSO E CIA LTDA	Compra de produtos de nutrição enteral
1º	Inclusão da funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits.	PE 086/2019	2019/185547	109/2018	ALFEMA DOIS MERCANTIL CIRURGICA LTDA	Compra de material técnico hospitalar

Protocolo: 532671

APOSTILAMENTO

Número: 1
Data de Assinatura: 10/03/2020
Justificativa: Inclusão da Funcional programática 10.302.1507.8288 e das fontes 0269008053, 0269008054, 0269008067, 0269008100, 0269008101, 0269008102 e seus respectivos superavits, consoante permite o § 8º do artigo 65 da Lei 8.666/93.
Contrato nº 199/2019/FSCMP
Inexigibilidade de icitação nº 09/2019/FSCMP
Contratado: MACEDO HOSPITALAR COMÉRCIO, REPRESENTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Ordenador: Bruno Mendes Carmona
Presidente da FSCMP

Protocolo: 532687

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 202/2020 – GAPE/GP/FSCMP,
10 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto do dia 02/05/2019, publicado no DOE n° 33.864,
Considerando a solicitação de concessão de suprimento de fundos da Gerência de Compras, através do Processo nº 2020/161825, Memorando nº 107/2020-GALM/FSCMP, de 28/02/2020;
I - CONCEDER ao servidor LUIZ GUILHERME SOUZA DA SILVA, Matrícula nº 5949536/2 Cargo de Gerente, CPF: 709.916.182-20, lotado na Gerência de Almoxarifado, no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE DE RECURSO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
10.302.1507.8288	0269	339030	R$ 2.000,00

II - ESTABELECER o prazo para aplicação do suprimento de fundo de até 45 dias, contados a partir da emissão da Ordem Bancária e para prestação de contas, 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo estabelecido para aplicação dos recursos.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 10 de março de 2020.
BRUNO MENDES CARMONA
Presidente da FSCMP

Protocolo: 532797

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2020/FSCMP
Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 078/2019 - FSCMP, Processo nº 2019/350133, homologado pela FSCMP, em 09/03/2020, publicado no IOEPA nº. 34.137.
OBJETO: Pregão, na forma Eletrônica, para SRP, tem por objeto a futura e eventual "COMPRA DE MEDICAMENTOS – "SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDES VOLUMES", para suprir a necessidade desta Fundação, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital).
VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 10/03/2020 a 10/03/2021, 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.
ENCARTE:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA, CNPJ/MF sob o nº: 49.324.221/0008-80, com sede em ALQUIRAZ/CE, na Rod. CE 040 - Km 10, nº S/N, Bairro: Jacundá, CEP: 61.700-000, doravante denominada FORNECEDOR vencedora do certame supracitado para o(s) item(ns) abaixo relacionados, do Termo de Referência (Anexo I do edital).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
01	ÁGUA DESTILADA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO COM 1000ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	7500	R$ 3,60	R$ 27.000,00
03	ÁGUA DESTILADA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO COM 250ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	75000	R$ 1.67	R$ 125.250,00
05	CLORETO DE SODIO 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO PLÁSTICO GRADUADO OU DISPOSITIVO SIMILAR, SISTEMA FECHADO COM 250ML	FRENESIUS/ FRENESIUS	75000	R$ 1,70	R$ 127.500,00

08	GLICOSE 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO EM BOLSA OU EMBALAGEM SIMILAR COM 250ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	15000	R$ 2,50	R$ 37.500,00
09	GLICOSE 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO EM BOLSA OU EMBALAGEM SIMILAR COM 500ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	7500	R$ 2,50	R$ 18.750,00
11	GLICOSE 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO EM BOLSA OU EMBALAGEM SIMILAR COM 500ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	75000	R$ 2,40	R$ 180.000,00
12	HIDROXIETILAMIDO 6%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO COM 500 ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	1500	R$ 21,25	R$ 31.875,00
13	MANITOL 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO PLÁSTICO GRADUADO COM 250ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	3000	R$ 3,40	R$ 10.200,00
14	RINGER LACTATO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO COM 500ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	45000	R$ 2,35	R$ 105.750,00
15	RINGER SIMPLES, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO GRADUADO COM 500ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	75000	R$ 2,35	R$ 176.250,00
16	SOLUÇÃO DE SORBITOL 22G+MANITOL COMPOSTO 0,5G, SISTEMA FECHADO COM 1000ML.	FRENESIUS/ FRENESIUS	750	R$ 22,75	R$ 17.062,50
TOTAL					R$ 857.137,50

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dr. BRUNO MENDES CARMONA

Protocolo: 532548

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 001/2020 - GAPRE/AJUR/HEMOPA, DE 06 DE JANEIRO DE 2020, PUBLICADA NO DOE Nº 34.082 DE 07/01/2020.

ONDE LÊ-SE:

RESOLVE:

I – INCLUIR a gratificação por Tempo Integral de que trata os dispositivos legais supramencionados, no percentual de 50% (cinquenta por cento), a contar de 01/01/2020, à servidora abaixo relacionada:

CARLA DE NAZARÉ BENJAMIN DA SILVA MARQUES (matrícula nº 5942833/1).

LEIA-SE:

RESOLVE:

I – INCLUIR a gratificação por Tempo Integral de que trata os dispositivos legais supramencionados, no percentual de 60% (sessenta por cento), a contar de 01/01/2020, à servidora abaixo relacionada:

CARLA DE NAZARÉ BENJAMIN DA SILVA MARQUES (matrícula nº 5942833/1).

Paulo André Castelo Branco Bezerra
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOPA

Protocolo: 532853

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020 – HEMOPA

OBJETO: Contratação de Laboratório(s) de Patologia Clínica ou Análises Clínicas para prestação de serviços laboratoriais de apoio de complementação às rotinas da Coordenação de Laboratórios, do Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário - BSCUP do Hemocentro Coordenador de Belém da Fundação HEMOPA e dos Hemocentros Regionais de Marabá e Santarém.
Edital disponível em: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br no Mural de Licitações.
UASG da Fundação HEMOPA: 925452
SESSÃO PÚBLICA: 26/03/2020
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Hora: 09:00 Horas. (Horário de Brasília)
Unidade orçamentária: 62201
Programa de Trabalho 10302150782930000
Fonte de Recurso: 0269001022, 0261000000 e 0103000000
Natureza de Despesa: 339030
Ordenador da despesa: Paulo André Castelo Branco Bezerra

Protocolo: 532835

SUPRIMENTO DE FUNDO

Nº DA PORTARIA: 168/2020

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor:	Cargo do servidor:	Matricula:
MAURO AUGUSTO DA ROCHA MORAES	TESOUREIRO/ TES	5630878

Natureza de Trabalho:	Fonte de Recurso:	Natureza de Despesa:	Valor:
10122129783380000	269	339030	4000,00

Observação: Nº do Processo: 2020/193329 Período de aplicação:
Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 532394

Nº DA PORTARIA: 169/2019

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor:	Cargo do servidor:	Matricula:
MARIA CHAVES ZUMERO CARDOSO	Coordenadora/COLOG	57211563/2

Natureza de Trabalho:	Fonte de Recurso:	Natureza de Despesa:	Valor:
10122129783380000	269	339030	4000,00

Observação: Nº do Processo: 2020/181337 Período de aplicação:
Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 532396

Nº DA PORTARIA: 170/2019

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor:	Cargo do servidor:	Matricula:
MARIA CHAVES ZUMERO CARDOSO	Coordenadora/COLOG	57211563/2

Natureza de Trabalho:	Fonte de Recurso:	Natureza de Despesa:	Valor:
10122129783380000	269	339036	1500,00

Observação: Nº do Processo: 2020/181471 Período de aplicação:
Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 532398

DIÁRIA

PORTARIA Nº 160 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164701/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 01/02/2020.
MARCELO SANTOS DE LIMA, CPF: 480592182-04, Motorista/GETRA, MAT.: 54263241, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532516

PORTARIA Nº 166 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164718/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 15/02/2020.
MARCELO SANTOS DE LIMA, CPF: 480592182-04, Motorista/GETRA, MAT.: 54263241, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532520

PORTARIA Nº 159 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164708/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 01/02/2020.
WALTER CUNHA BARRATA JUNIOR, CPF: 247739482-72, Motorista/GETRA, MAT.: 571752811, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020 .
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532505

PORTARIA Nº 162 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164713/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 15/02/2020.
WALTER CUNHA BARRATA JUNIOR, CPF: 247739482-72, Motorista/GETRA, MAT.: 571752811, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020 .
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532507

PORTARIA Nº 137 DE 04 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 155454/2020.
RESOLVE:Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de PARTICIPAR DA CAMPANHA EXTERNA DE CAPTAÇÃO DE CANDIATOS A DOADORES DE SANGUE NO MUNICIPIO DE ANANIDEUA/PA no dia 07/12/2019.
INALDO MARTINS DOS SANTOS, CPF: 568035242-72, Ag. Port./COLOG, MAT.: 541908661, 0,5 diaria, ALVARO FERREIRA SILVA, CPF: 947336432-68, Téc. Manut./GEINE, MAT.: 8400904, 0,5 diaria, RAIMUNDO NONATO SANTANA CAMPOS, CPF: 595247312-15, Téc. Manut./GEMAN, MAT.: 5892504, 0,5 diaria, ROSANGELA CARVALHO SANTOS, CPF: 148970082-04, Servente/COLOG, MAT.: 56133291, 0,5 diaria, IVO LAMEIRA DO AMARAL, CPF: 236557802-06, Ag. Seg./COLOG, MAT.: 70000301, 0,5 diaria, JOSE RIBAMAR SANTOS RODRIGUES, CPF: 186672952-72, Servente/COLOG, MAT.: 70001701, 0,5 diaria e SHIRLIANE SILVA DE MORAES, CPF: 847236372-49, Servente/COPA, MAT.: 571746631, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 04 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532603

PORTARIA Nº 161 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164704/2020.
RESOLVE:Conceder diária(s)ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 01/02/2020.
FRANCISCO DE ASSIS B CARVALHO, CPF: 306432102-10, Motorista/GETRA, MAT.: 541884941, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532524

PORTARIA Nº 165 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 175772/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 29/02/2020.
FRANCISCO DE ASSIS B CARVALHO, CPF: 306432102-10, Motorista/GETRA, MAT.: 541884941, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532528

PORTARIA Nº 164 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164702/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 01/02/2020.
JOAQUIM ARAUJO HENRIQUES , CPF: 108388802-15, Motorista/GETRA, MAT.: 55946261, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532536

PORTARIA Nº 163 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164717/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 29/02/2020.
EDSON CONCEIÇÃO CORREA , CPF: 293586632-00, Motorista/GETRA, MAT.: 541892371, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 10 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532533

PORTARIA Nº 172 DE 11 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 175806/2020.
RESOLVE:Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 29/02/2020.
MARCELO SANTOS DE LIMA, CPF: 480592182-04, Motorista/GETRA, MAT.: 54263241, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 11 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532587

PORTARIA Nº 171 DE 11 DE MARÇO DE 2020

O presidente do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições estatutárias.
Considerando a solicitação constante do Processo nº 164721/2020.
RESOLVE: Conceder diária(s) ao(s) abaixo relacionado(s), com o objetivo de TRANSPORTAR SERVIDORES AO MUNICIPIO DE ANANINDEUA/PA no dia 27/02/2020.
MARCELO SANTOS DE LIMA, CPF: 480592182-04, Motorista/GETRA, MAT.: 54263241, 0,5 diaria.
Gabinete da Presidência do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA - Pará, 11 de Março de 2020.
PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
PRESIDENTE

Protocolo: 532588

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 82, DE 03 DE MARÇO DE 2020

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23 de Julho de 2019, publicado no DOE-PARÁ Nº 33930 de 24 de Julho de 2019,
Considerando o disposto no Decreto n° 870, de 04 de Outubro de 2013,
RESOLVE:
Designar o Servidor Circlayton José Borges Carneiro (matrícula n° 5150060), para acompanhar e fiscalizar o seguinte contrato:
CONTRATO 59/2020- PANMEDICA NEGÓCIOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 02 Aparelhos com sistema inteligente de Hipo-Hipertermia, de uso adulto, para monitoramento de temperatura obrigatório em pacientes submetidos a intervenções cirúrgicas, para atender a demanda dos setores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, conforme especificações contidas no anexo I do edital do Pregão Eletrônico n° 01/2020.
VIGÊNCIA: início em 03/03/2020 e término em 02/09/2020.
PROCESSO Nº 334548/2019
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico Nº 01/2020
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ALESSANDRA LIMA LEAL
Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 532731

CONTRATO

CONTRATO Nº 58/2020

Objeto: A aquisição de produtos hospitalares (ataduras) para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
Valor: R$ 10.200,00 (DEZ MIL E DUZENTOS REAIS).
Data de Assinatura: 09/03/2020
Vigência: início em 09/03/2020 e término em 08/03/2021.
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP 30/2019
Orçamento: 2020
Programa de Trabalho: 64.8288 e/ou 90.8288
Natureza da Despesa: 339030
Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103
Origem do Recurso: Estadual
Contratado:
Nome: HEMOCARD COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA-ME
Endereço: Rod. BR 316, KM 03, nº 1962, térreo, sala J
Ananindeua - MG – CEP: 67133-080
TELEFONE: (91) 3276-1988, (91) 98701-6760 e (91) 99969-9898
E-mail: hemocard.bel@gmail.com
Ordenadora: ALESSANDRA LIMA LEAL

Protocolo: 532775

CONTRATO Nº 57/2020

Objeto: A aquisição de produtos hospitalares (algodão e compressa cirúrgica) para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
Valor: R$ 121.408,00 (CENTO E VINTE E UM MIL, QUATROCENTOS E OITO REAIS).
Data de Assinatura: 09/03/2020
Vigência: início em 09/03/2020 e término em 08/03/2021.
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP 30/2019
Orçamento: 2020
Programa de Trabalho: 64.8288 e/ou 90.8288
Natureza da Despesa: 339030

Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103
Origem do Recurso: Estadual
Contratado:
Nome: CREMER S. A
Endereço: AV. DAS QUARESMEIRAS, 200
POUSO ALEGRE- MG – CEP: 37.550-000
TELEFONE: (15) 3262-5549 – 3262-5589
E-mail: licita@cremer.com.br
Ordenadora: ALESSANDRA LIMA LEAL

Protocolo: 532779

CONTRATO Nº 56/2020

Objeto: A aquisição de produtos hospitalares (ataduras) para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
Valor: R$ 8.160,00 (OITO MIL, CENTO E SESSENTA REAIS).
Data de Assinatura: 09/03/2020
Vigência: início em 09/03/2020 e término em 08/03/2021.
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP 30/2019
Orçamento: 2020
Programa de Trabalho: 64.8288 e/ou 90.8288
Natureza da Despesa: 339030
Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103
Origem do Recurso: Estadual
Contratado:
Nome: XTC COMÉRCIO E INSTRUMENTOS HOSPITALARES LTDA- ME
Endereço: AV. DR. FREITAS, N° 2556, BAIRRO: MARCO
BELÉM - SP – CEP: 66.087-980
TELEFONE: (91) 3087-5307- 3246-1738
E-mail: xtchosp02@outlook.com
Ordenadora: ALESSANDRA LIMA LEAL

Protocolo: 532782

CONTRATO Nº 55/2020

Objeto: A aquisição de Compressas Cirúrgicas para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV), conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
Valor: R$ 260.850,00 (DUZENTOS E SESSENTA MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)
Data de Assinatura: 09/03/2020
Vigência: início em 09/03/2020 e término em 08/03/2021.
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP 30/2019
Orçamento: 2020
Programa de Trabalho: 64.8288 e/ou 90.8288
Natureza da Despesa: 339030
Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103
Origem do Recurso: Estadual
Contratado:
Nome: ORTOM INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA
Endereço: RUA ORTOFEN, Nº 02 A 08 – JARDIM BRASIL
PORTO FELIZ - SP – CEP: 18.540-000
TELEFONE: (15) 3262-5549 – 3262-5589
E-mail: ortofen@ortofen.com.br
Ordenadora: ALESSANDRA LIMA LEAL

Protocolo: 532786

CONTRATO N° 59/2020

Exercício: 2020
Classificação do Objeto: Outros.
Objeto: A aquisição de 02 Aparelhos com sistema inteligente de Hipo-Hipertermia, de uso adulto, para monitoramento de temperatura obrigatório em pacientes submetidos a intervenções cirúrgicas, para atender a demanda dos setores da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, conforme especificações contidas no anexo I deste contrato.
Valor Total: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil)
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 01/2020
Data Assinatura: 02/02/2020
Vigência: Início em 03/03/2020 e término em 02/09/2020.
Programa de Trabalho: 698289
Elemento de Despesa: 449052
Fonte de Recurso: 0269
Contratado: PANMEDICA NÉGOCIOS HOSPITALARES LTDA
Endereço: Rua Augusta, 1378 – Sobreloja – Conjs. A, B, C – Bairro: Consolação
SÃO PAULO – SP – CEP: 01304-001
TELEFONE: (11) 3289-4600 / (11) 98105-7550/ (11) 98105-4840
E-MAIL: pan@panmedica.com.br
Ordenadora Responsável: Alessandra Lima Leal

Protocolo: 532726

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1°
Data da assinatura: 11/03/2020.
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: O presente Termo Aditivo tem por objeto realizar a alteração do contrato n°30/2019 em razão da alteração no quantitativo do seu objeto contratual.
Contrato: n° 30/2019
Exercício: 2018
Contratado: M S DA LUZ COMERCIO E SERVIÇO
Endereço: CONJUNTO GUAJARÁ I TRAVESSA WE 63 Nº 1281 – COQUEIRO – ANANINDEUA/PA
CEP: 67.143.390
Telefone: (91) 3346-2826
E-mail: mayaraluz1988@gmail.com
Ordenadora: ALESSANDRA LIMA LEAL

Protocolo: 532819

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 69/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2019/FHCGV, Processo nº 37169/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2020.
OBJETO: Ata de Registro de Preços tem por objeto e finalidade o Registro de Preços para aquisição eventual de produtos hospitalares (ataduras) para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 30/2019 vinculada ao Processo nº 37169/2019, que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
VIGÊNCIA: 09/03/2020 A 08/03/2021
EMPRESA: HEMOCARD COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.346.825/0001-90, Inscrição Estadual nº 15.170.691-3, com sede na Rod. BR 316, KM 03, nº 1962, térreo, sala J, Ananindeua/PA, CEP: 67133-080, Telefone (91) 3276-1988, (91) 98701-6760 e (91) 99969-9898 – e-mail: hemocard.bel@gmail.com.

ITEM	SIMAS	ESPECIFICAÇÕES	APRES.	NECESSIDADE PARA 12 MESES	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	05773-8	Atadura de crepe em algodão com 13 fios, não estéril, com propriedade elástica, embalagem impermeável e individual, no tamanho: 10cm x 180cm	ROL	5.000	ANDREONI PÉROLA/LUDAN IND E COM EIRELI	R$ 0,60	R$ 3.000,00
6	05779-7	Atadura de crepe em algodão com 13 fios, não estéril, com propriedade elástica, embalagem impermeável e individual, no tamanho: 20cm x 180cm	ROL	6.000	ANDREONI PÉROLA/LUDAN IND E COM EIRELI	R$ 1,20	R$ 7.200,00
VALOR TOTAL GERAL							R$ 10.200,00

*O valor global estimado desta Ata é de R$ 10.200,00 (DEZ MIL E DUZENTOS REAIS).
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL

Protocolo: 532770

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 54/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 83/2019/FHCGV, Processo nº 179479/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2019.
OBJETO: Objeto e finalidade o Registro de Preços para aquisição eventual de Produtos utilizados no Serviço de Odontologia para atender a necessidade de 12 (doze) meses no ambulatório da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV); nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 83/2019 vinculada ao Processo nº 179479/2019 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
VIGÊNCIA: 28/02/2020 A 27/02/2021
EMPRESA: NOVA MÉDICA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 19.769.575/0001-00, Inscrição Estadual nº 15.440.338-5 , com sede no Conjunto Satélite, Travessa WE -12, Galpão A, Bairro do Coqueiro no Município de Belém, Estado do Pará – CEP: 66.670-260, Telefone (91) 3347-8469-3085-2757,e-mail: contratos@novamedicaltda.com.br; vendas@novamedicaltda.com.br

ITEM	SIMAS	DESCRIÇÃO	NECESSIDADE P/ 12 MESES	UNID	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE VI							
32	19330-5	Fio de Algodão 2-0 45cm; ag.1/2 – 2,2cm cortante	48	UND	COTTPOINT/ POINT SUTURE	R$ 3,60	R$ 172,80

33	34968-2	Seda trançada 3-0 45cm; ag.1/2 - 2,0cm cortante, com 24 envelopes	36	ENV	SILKPOINT/ POINT SUTURE	R$ 3,95	R$ 142,20
VALOR TOTAL							R$ 315,00

O valor global estimado desta Ata é de R$315,00 (Trezentos e quinze reais)
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL.

Protocolo: 532717

PORTARIA Nº 105 DE 11 DE MARÇO DE 2020.

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23 de Julho de 2019, publicado no DOE-PARÁ Nº 33930 de 24 de Julho de 2019,
Considerando o disposto no Decreto n° 870, de 04 de Outubro de 2013,
RESOLVE:
EXCLUIR DA PORTARIA Nº 50 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020, a empresa PROMEDON BELO HORIZONTE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, Processo nº 122728/2019, PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 41/2019, publicada no dia 21/02/2020, DOE nº 34.125.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ALESSANDRA LIMA LEAL
Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 532771

PORTARIA N° 104 DE 03 DE MARÇO DE 2020

A Diretora Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 23 de Julho de 2019, publicado no DOE-PARÁ Nº 33930 de 24 de Julho de 2019,
Considerando o disposto no Decreto n° 870, de 04 de Outubro de 2013,
RESOLVE:
Designar a Servidora Roseane Porfírio (matrícula n° 5419501/1) para acompanhar e fiscalizar os seguintes contratos:
CONTRATO N° 35/2020 – PROMEDON BELO HORIZONTE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALRES LTDA
OBJETO: A Aquisição de Produtos para Saúde Especializados para Urologia, cancelados no PE SRP Nº 51/2018, utilizados nos procedimentos de pacientes do SUS, por um período de 12 meses na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), conforme especificações contidas no anexo I do edital do Pregão Eletrônico n° 41/2019.
VIGÊNCIA: 03/03/2020 à 02/03/2021
PROCESSO Nº 122788//2019
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico SRP Nº 41/2019.
Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
ALESSANDRA LIMA LEAL
Diretora Presidente da FPEHCGV

Protocolo: 532764

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 52/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 83/2019/FHCGV, Processo nº 179479/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2019.
OBJETO: Objeto e finalidade o Registro de Preços para aquisição eventual de Produtos utilizados no Serviço de Odontologia para atender a necessidade de 12 (doze) meses no ambulatório da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV); nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 83/2019 vinculada ao Processo nº 179479/2019 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
VIGÊNCIA: 28/02/2020 A 27/02/2021
EMPRESA: F CARDOSO & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.949.905/0001-63, Inscrição Estadual nº 15.051.578-2, com sede na Rua João Nunes de Souza, Nº 125, BR 316 KM 08, no Município de Ananindeua no Estado do Pará, CEP: 67.033-030

ITEM	SIMAS	DESCRIÇÃO	NECESSIDADE P/ 12 MESES	UNID	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE I							
1	188439-5	Afastador labial Expandex cristal adulto	06	und	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 12,00	R$ 72,00
2	188438-7	Afastador labial Expandex cristal infantil	06	und	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 12,00	R$ 72,00
LOTE II							
3	16111-0	Broca Diamantada, Esferica nº 1011	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
4	16112-8	Broca Diamantada, Esferica nº 1012	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
5	83766-0	Broca Diamantada, Esferica nº 1013	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
6	81125-4	Broca Diamantada, Esferica nº 1014	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
7	77857-5	Broca Diamantada, Esferica nº 1016	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
8	67851-1	Broca Diamantada, Esferica nº 1019	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
9	75110-3	Broca Diamantada, Remoção nº 1045	120	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 300,00
10	945285	Broca Diamantada, Cilindrica nº 1091	30	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 75,00
11	16109-8	Broca Diamantada, Cilindrica nº 1092	30	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 75,00
12	57520-8	Broca Diamantada, Cone Invertido nº 1031	10	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 25,00
13	31583-4	Broca Diamantada, Cone Invertido nº 1033	10	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 25,00
14	16117-9	Broca Diamantada, Cone Invertido nº 1035	10	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 25,00
15	29408-0	Broca Diamantada, Acabamento nº 1111	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
16	16112-8	Broca Diamantada, Acabamento nº 1112 FF	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
17	16108-0	Broca Diamantada, Acabamento nº 1190	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
18	94536-6	Broca Diamantada, Acabamento nº 1190 F	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
19	16120-9	Broca Diamantada, Acabamento nº 2135 FF	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
20	16621-9	Broca Diamantada, Acabamento nº 3118	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
21	115152-5	Broca Diamantada, Acabamento nº 3118 F	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
22	115154-1	Broca Diamantada, Acabamento nº 3168	60	und	FAVA/ FAVA	R$ 2,50	R$ 150,00
ITENS							
34	11986-5	Abridor de Boca em Plástico	05	und	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 11,50	R$ 57,50
35	41741-6	Ácido Fosfórico 37% gel, 2,5ml	06	und	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 7,10	R$ 42,60
36	42657-1	Adesivo Dental, 4ml	06	frc	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 15,00	R$ 90,00
52	109677-0	Fluor Gel, 200ml	12	frc	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 6,45	R$ 77,40
53	16187-0	Formocresol 10ml	04	frc	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 6,50	R$ 26,00
54	11516-9	Hidroxido de cálcio PA, 10g	03	frc	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 5,50	R$ 16,50
55	24361-2	Hidroxido de cálcio (Base + Catalizador)	04	jg	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 23,50	R$ 94,00
56	113470-1	Ionômero Ionômero de Vidro (Pó + Liquido), 10g de Vidro (Pó + Liquido), 10g	15	und	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 29,00	R$ 435,00
57	11867-2	Matriz de Aço 5mm	03	und	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 2,00	R$ 6,00
59	11532-0	Paramono Clorofenol/Canforado, 20ml	02	frc	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 8,00	R$ 16,00
60	43326-8	Pasta Profilática, 90g	12	bisn	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 9,50	R$ 114,00
67	25528-9	Tricresol Formalina, 10ml	02	FRC	MAQUIRA/ MAQUIRA	R$ 7,00	R$ 14,00
VALOR TOTAL							R$ 3.758,00

O valor global estimado desta Ata é de R$3.758,00 (Três mil e setecentos e cinquenta e oito reais)
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL.

Protocolo: 532708

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 53/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 83/2019/FHCGV, Processo nº 179479/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2019.
OBJETO: Objeto e finalidade o Registro de Preços para aquisição eventual de Produtos utilizados no Serviço de Odontologia para atender a necessidade de 12 (doze) meses no ambulatório da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV); nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 83/2019 vinculada ao Processo nº 179479/2019 que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
VIGÊNCIA: 28/02/2020 A 27/02/2021
EMPRESA: AAF DO BRASIL PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.356.658/0001-91, Inscrição Estadual nº 9038691942, com sede na Rua Damaris Rosa de Menezes Monteiro, Nº 136, Parque Tecnológico Francisco Sciarra - Lindóia, no Município de Londrina no Estado do Paraná, CEP: 86031-216

ITEM	SIMAS	DESCRIÇÃO	NECESSIDADE P/ 12 MESES	UNID	MARCA/ FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE IV							
27	143436-5	Tira de lixa em aço, 12 unidades	1200	UND	AAF DO BRASIL 4X 140	R$ 5,70	R$ 6.840,00
28	163517-4	Tira de lixa para acabamento em resina composta, 150 unidades	12	CX	AAF DO BRASIL	R$ 6,89	R$ 82,68
29	150432-0	Tira em Poliéster, para acabamento	12	UND	AAF DO BRASIL	R$ 1,40	R$ 16,80
ITENS							
39	90295-0	Curativo Alveolar, 20g	02	PCT	ALVEOLIPLAST - IDONTOSUL	R$ 21,10	R$ 42,20
41	49743-6	Babador odontológico descartável 100 unidades	12	CX	BIODINAMICA	R$ 20,00	R$ 240,00
43	113468-0	Cariostático 12%, com 10ml	60	FRC	CARIOSTATIC 12% / AAF DO BRASIL	R$ 19,90	R$ 1.194,00
47	167253-3	Escova de aço para limpeza de brocas	06	UND	IODONTOSUL	R$ 4,40	R$ 26,40
49	142047-0	Espelho Bucal Plano nº 5	2400	UND	AAF DO BRASIL	R$ 4,25	R$ 10.200,00

58	161714-1	Óleo para lubrificação de caneta de alta e baixa rotação, 200ml	03	FRC	MAQSPRAY / MAQUIRA	R$ 24,19	R$ 72,57
61	16123-3	Pedra Pome pó para polimento e profilaxia, com 100g	02	FRC	AAF DO BRASIL	R$ 6,39	R$ 12,78
VALOR TOTAL							R$ 18.727,43

O valor global estimado desta Ata é de R$ 18.727,43 (Dezoito mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos)
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL.

Protocolo: 532709

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 62/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90/2019/FHCGV, Processo nº 468273/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2020.
OBJETO: A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto e finalidade o Registro de Preços para aquisição eventual de Marcapassos Temporários, para abastecer a Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), por um período de 12 (doze) meses, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 90/2019 vinculada ao Processo nº 468273/2019, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
VIGÊNCIA: 02/03/2020 a 01/03/2021
EMPRESA: BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTÍFICOS MÉDICOS E HOSPITALARES S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.848.316/0001-66, Inscrição Estadual nº 062.441.707.0023, com sede na Rua Álvaro Camargos nº 1236 – São João Batista – Belo Horizonte - MG, Telefone 31-2129-4000, e-mail: vinicius.parrela@biomedical.com.br

ITEM	SIMAS	ESPECIFICAÇÕES	NECESSIDADE PARA 12 MESES	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	121024-6	Kit para eletrodo cardíaco temporário, contendo "fio de marcapasso" medindo aproximadamente 110cm de comprimento, calibre de 5Fr, bipolar, para marcapasso transvenoso, com protetor tipo "camisinha", e devendo apresentar medida indicativa a cada 10cm de comprimento; agulha de punção venosa profunda; fio guia; dilatador + introdutor.	70	DISPOMEDICA GMBH	R$ 565,50	R$ 39.585,00
2	121024-6	Kit para eletrodo cardíaco temporário,contendo "fio de marcapasso" medindo aproximadamente 110cm de comprimento, calibre de 6Fr, bipolar, para marcapasso transvenoso, com protetor tipo "camisinha", e devendo apresentar medida indicativa a cada 10cm de comprimento; agulha de punção venosa profunda; fio guia; dilatador + introdutor.	120	DISPOMÉDICA GMBH	R$ 565,50	R$67.860,00
VALOR TOTAL GERAL						R$ 107.445,00

*O valor global estimado desta Ata é de R$ 107.445,00 (CENTO E SETE MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL

Protocolo: 532789

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 66/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2019/FHCGV, Processo nº 37169/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2020.
OBJETO: Aquisição eventual de Compressa Cirúrgica para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 30/2019 vinculada ao Processo nº 37169/2019, que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro
VIGÊNCIA: 09/03/2020 A 08/03/2021
EMPRESA: ORTOM INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.890.798/0001-45, Inscrição Estadual nº 554.088.675.116, com sede Rua Ortofen, nº 02 a 08 – Jardim Brasil, na Cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, CEP nº 18.540-000, Telefone: (15) 3262-5549 – 3262-5589 e e-mail: ortofen@ortofen.com.br

ITEM	SIMAS	ESPECIFICAÇÕES	APRES.	NECESSIDADE PARA 12 MESES	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	05787-8	Compressa cirúrgica (campo operatório), confeccionada com fios 100% algodão, não estéril, quatro camadas, com fio radiopaco e reforço de costura nas laterais permitindo uma maior segurança. Pacote contendo 50 unidades, em embalagem impermeável, no tamanho: 45 x 50cm	PCT	5.000	ORTOFEN	R$ 52,17	R$ 260.850,00
VALOR TOTAL GERAL							R$ 260.850,00

*O valor global estimado desta Ata é de R$ 260.850,00 (DUZENTOS E SESSENTA MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL

Protocolo: 532785

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 67/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2019/FHCGV, Processo nº 37169/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2020.
OBJETO: Aquisição eventual de Compressa Cirúrgica para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 30/2019 vinculada ao Processo nº 37169/2019, que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro
VIGÊNCIA: 09/03/2020 A 08/03/2021
EMPRESA: XTC COMÉRCIO E INSTRUMENTOS HOSPITALARES LTDA-ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.721.848/0001-63, Inscrição Estadual nº 15.284.376-0, com sede na Av. Dr. Freitas, n° 2556, Bairro: Marco – Belém/PA, CEP: 66.087-910, Telefone (91) 3246-1738, e-mail: xtchosp02@outlook.com.

ITEM	SIMAS	ESPECIFICAÇÕES	APRES.	NECESSIDADE PARA 12 MESES	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
05	05775-4	Atadura de crepe em algodão com 13 fios, não estéril, com propriedade elástica, embalagem impermeável e individual, no tamanho: 15cm x 180cm	ROL	8.000	MBTÊXTIL	R$ 1,02	R$ 8.160,00
VALOR TOTAL GERAL							R$ 8.160,00

*O valor global estimado desta Ata é de R$ 8.160,00 (OITO MIL, CENTO E SESSENTA REAIS).
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL

Protocolo: 532781

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2020/FHCGV

Ata de Registro de Preços Nº 68/2020, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 30/2019/FHCGV, Processo nº 37169/2019, homologado pela Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, em 14/02/2020.
OBJETO: A aquisição eventual de produtos hospitalares (algodão e compressa cirúrgica) para atender a necessidade de 12 (doze) meses nas clínicas, unidades de terapia intensiva, ambulatório, centro cirúrgico e obstétrico da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FHCGV), nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e Ata do PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 30/2019 vinculada ao Processo nº 37169/2019, que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
VIGÊNCIA: 09/03/2020 A 08/03/2021
EMPRESA: CREMER S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.641.325/0021-61, Inscrição Estadual nº 0627723470303, com sede na Av. das Quaresmeiras, 200 – Pouso Alegre – MG, CEP: 37.550-000, Telefone (47) 2123-8000 – e-mail: licita@cremer.com.br.

ITEM	SIMAS	ESPECIFICAÇÕES	APRES.	NECESSIDADE PARA 12 MESES	MARCA/FABRICANTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	05994-3	Algodão hidrófilo com 30cm de largura, branco puro, acondicionado em rolo com camada contínua, devendo esse rolo receber invólucro para proteção total do material, com peso de 500g.	PCT	7.200	DELICATO/ CREMER S/A	R$ 8,54	R$ 61.488,00

9	43626-7	Compressa cirúrgica (campo operatório), confeccionada com fios 100% algodão, não estéril, quatro camadas, com fio radiopaco e reforço de costura nas laterais permitindo uma maior segurança. Pacote contendo 50 unidades, em embalagem impermeável, no tamanho: 23 x 25cm	PCT	2.000	DELICATO/ CREMER S/A	R$ 29,96	R$ 59.920,00
VALOR TOTAL GERAL							R$ 121.408,00

*O valor global estimado desta Ata é de R$ 121.408,00 (CENTO E VINTE E UM MIL, QUATROCENTOS E OITO REAIS).
DRA ALESSANDRA LIMA LEAL
ORDENADORA RESPONSÁVEL

Protocolo: 532777

HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

DIÁRIA

PORTARIA Nº 117 DE 11 DE MARÇO DE 2020
OBJETIVO: PARTICIPAR DA OFICINA DE ALINHAMENTO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE ESTADUAL DAS OUVIDORIAS DO SUS/SESPA, PARA O ANO DE 2020, EM BELÉM/ PA.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
DESTINO(S): BELÉM /PA
SERVIDOR (ES):
LAUANA DE VASCONCELOS MOREIRA – MAT. 5951866-1
Nº 4.0 DIÁRIAS (COMPLETA)
PERÍODO: DE 16 À 19/03/2020
ORDENADOR: MARCELA RODRIGUES DOS SANTOS

Protocolo: 532799

PORTARIA Nº 118 DE 11 DE MARÇO DE 2020
OBJETIVO: CONDUZIR PACIENTE DO HR DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA AO HOSPITAL PÚBLICO DO ARAGUAIA EM REDENÇÃO - PA.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
DESTINO(S): REDENÇÃO /PA
SERVIDOR (ES):
ARQUIMEDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA – MAT. 57206672-1
Nº 1.0 DIÁRIA (COMPLETA)
PERÍODO: DE 10/03/2020
ORDENADOR: MARCELA RODRIGUES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 119 DE 11 DE MARÇO DE 2020
OBJETIVO: ACOMPANHAR PACIENTE DO HR DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA AO HOSPITAL PÚBLICO DO ARAGUAIA EM REDENÇÃO - PA.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
DESTINO(S): REDENÇÃO/PA
SERVIDOR (ES):
MARIA TAVARES CRUZ – MAT. 5088402-1
Nº 1.0 DIÁRIAS (COMPLETA)
PERÍODO: DE 10/03/2020
ORDENADOR: MARCELA RODRIGUES DOS SANTOS

Protocolo: 532811

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

CONVÊNIO

EXTRATO DE CONVÊNIO
Nº.do Convênio: 015/2020 Processo nº 2020/14832
Valor Total: R$ 12.173.811,10 (doze milhões, centos e setenta e três mil, oitocentos e onze reais e dez centavos)
Objeto: Pavimentação asfáltica da estrada vicinal Carne de Sol, localizada no município de Abel Figueiredo/PA, ligando a Vila Carne de Sol (BR-222) até o limite do Estado do Pará com o Estado do Maranhão, sentido ao município de São Pedro da Agua Branca/MA.
Data de assinatura: 11/03/2020 Prazo: 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias
Inic. de Vig.: 11/03/2020 T. Vig.: 10/03/2021
Foro: Comarca de Belém
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Unidade Orçamentária: 29101; Programa de Trabalho: 26.782.1486.7429; Natureza da Despesa: 444042; Fonte: 0124000000; Origem: Recurso Estadual; Plano Interno: 206PAVIVCAF; Ação Detalhada: 262022.
CONTRATADO:
Pers: Jurídica CNPJ: 83.211.375/0001-28 Nome: MUNICÍPIO DE ABEL FIGUEIREDO/PA. Logradouro: Avenida Alacid Nunes, nº 79 CEP: 68.527-000 Bairro: Centro Cidade: Abel Figueiredo UF: PA
ORDENADOR: ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 532808

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N° 50 DE 10 DE MARÇO DE 2020
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES, no uso de suas atribuições legais conferidas no parágrafo único do art. 138 da Constituição Estadual do Pará, de 05 de outubro de 1989 e Lei nº 5.810 de 24.01.1994;
CONSIDERANDO o processo nº 2019/453135;
RESOLVE:
1- EXCLUIR da PORTARIA Nº 68 de 04.12.2019, publicada no DOE nº 34.059 de 13.12.2019, o servidor JOÃO MARCELO GOBITSCH DE ALMEIDA, Id. Funcional nº 5899739/4.
2- INCLUIR na referida Portaria, como Presidente da Comissão o servidor JOSE SOUSA DA SILVA, Id. Funcional nº 3273172/1.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Secretário de Estado de Transportes, 10 de março de 2020.
ANTONIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE
Secretário de Estado de Transportes

Protocolo: 532600

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016 E DECRETO ESTADUAL Nº2121/2018
Critério de julgamento: menor preço - Regime de Execução da Obra: Empreitada por preço unitário - Modalidade: Pregão Presencial – Modo de Disputa: Fechado
Número: 004/2020-CPH
Processo nº 2020/130637
objeto:
O presente certame tem por escopo a contratação de empresa para a prestação de obras e serviços de engenharia para a execução da Reforma e Adequação do Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas do Município de Monte Alegre, o qual visa atender as necessidades da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará.
Entrega do Edital:
www.cph.pa.gov.br ou www.compraspara.pa.gov.br
Responsável pelo certame: CLEIDE CILENE ABUD FERREIRA
Local de Abertura: Sala de Reuniões da CPH, situada na Avenida Generalíssimo Deodoro, nº 367 - Bairro: Umarizal – CEP: 66.055-240 – Munícipio: Belém – Estado: Pará - Fones: (91) 3221-4100/4108/4109 – e-mail: licitacao@cph.pa.gov.br.
Data da Abertura: 02/04/2020 (quinta-feira)
Hora da Abertura: 09h00 (nove horas)
Orçamento:
Programa de Trabalho – 26.784.1486.7576
Natureza da Despesa – 449051
Fonte do Recurso – 0301
Valor global estimado: R$2.809.289,57
Data da Visita Técnica: 27/03/2020 (sexta - feira)
Ordenador: ABRAÃO BENASSULY NETO

Protocolo: 532457

DIÁRIA

PORTARIA Nº 021/2020-GP DE 11 DE MARÇO DE 2020.
O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Artº. 19º do Estatuto Social da CPH,
R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de diárias, referente ao deslocamento de Belém para Santarém nos dias 11/03/2020 a 13/03/2020, a serviço da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará.

SERVIDOR	CARGO	MATRÍCULA	CPF	DIÁRIAS
Zilmar Batista Paiva Junior	Assessor	5946513	005.637.563,81	2.1/2

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, 11 de março de 2020.
ABRAÃO BENASSULY NETO
Diretor Presidente

Protocolo: 532676

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 129/2020 – ARCON – PA, 10 DE MARÇO DE 2020. O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de Fevereiro de 2006; CONSIDERANDO CI N.º 22/2020-ARCON/GTH, RESOLVE: I – DESIGNAR ANDRÉ AUGUSTO PAMPLONA FREIRE, Matrícula nº 5947484/1, a responder como SUPERVISOR II desta ARCON/PA, no período a contar de 02/03/2020 a 31/03/2020, durante as férias do titular HITATIANA LACERDA DE CASTRO, matrícula n° 5945883/1. II – O efeito desta Portaria retroagirá a contar de 02/03/2020. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ, 10 DE MARÇO DE 2020. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO Diretor Geral – ARCON PA

Protocolo: 532568

ERRATA

PORTARIA N° 096/2020, PUBLICADA NO DOE ° 34.133, DO DIA 04 DE MARÇO 2020, SOBRE O NÚMERO DE PROTOCOLO 529244.
ONDE SE LÊ: período de Gozo 10.04.2020 a 08.05.2020 do servidor IANN CUSTODIO MENEZES matrícula n° 5947465/1.
LEIA SE: período de Gozo 13.04.2020 a 12.05.2020 do servidor IANN CUSTODIO MENEZES matrícula n° 5947465/1.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO-Diretor Geral – ARCON-PA.

Protocolo: 532464

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

CONTRATO

CONTRATO Nº 20/2020 - SEDAP
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 02/2020-SEDAP
Objeto: Prestação de serviço técnico especializado, incluindo a locação de espaço físico, com a estruturação de stand com montagem e desmontagem, sinalização de Stands, material de comunicação e promocional, e programação técnica, o qual será utilizado para fins próprios e exclusivos da Contratante (SEDAP) com vistas à divulgação de suas atividades institucionais, visando o atendimento do interesse público, no "II FESTIVAL INTERNACIONAL DO CHOCOLATE E CACAU – FICC – CHOCOLAT SÃO PAULO", que ocorrerá no período de 12 à 15 de março em São Paulo.
Valor Total: R$ 445.276,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais).
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 8705, Elemento de Despesa: 3390-39 e Fonte: 0335, Funcional Programática: 20.608.1491.8705.
Data Assinatura: 09/03/2020.
Vigência: 09/03/2020 a 08/06/2020
Contratado: MVU Empreendimentos Ltda.
Endereço da Contratada: Av. Soares Lopes, nº 868, andar 1, sala 03 – Centro, CEP: 45.653-005, Ilhéus, Estado da Bahia.
Ordenador: LUCAS VIEIRA TORRES

Protocolo: 532542

TERMO ADITIVO A CONTRATO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 002/2017 - SEDAP
Objeto: Prorrogar o seu prazo de vigência a contar de 03/03/2020 até 02/03/2021 e alteração qualitativa, substituindo uma caminhonete pick up por dois veículos de passeio, sem alteração de valor.
Dotação Orçamentária: Ação: 8338/Natureza da Despesa: 339033/Fonte de Recurso: 0101/Funcional Programática: 20.122.1297.8338
Valor atual do Contrato: R$ 116.636,00 (cento e dezesseis mil, seiscentos e trinta e seis reais).
Data de assinatura: 02/03/2020.
Contratado: IGOR RUSEF ROSA EIRELI
Endereço: Trav. José Pio nº 709 – Telégrafo – Belém/Pa, CEP: 66.050.240
Ordenador: HUGO YUTAKA SUENAGA

Protocolo: 532685

Segundo Termo Aditivo ao Contrato N° 046/2018 - SEDAP
Objeto: Prorrogar o seu prazo de vigência a contar de 09/03/2020 até 08/03/2021.
Dotação Orçamentária: Ação: 8233/Natureza da Despesa: 3391-39/Fonte de Recurso: 0101/Funcional Programática: 20.131.1508.8233
Valor do Contrato: R$ 60.000,00 (Estimado)
Data de assinatura: 06/03/2019.
Contratado: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
Endereço: Travessa do Chaco nº 2271, Bairro: Pedreira, Belém/Pa.
CEP: 66.093.542
Ordenador: HUGO YUTAKA SUENAGA

Protocolo: 532692

DIÁRIA

PORTARIA Nº 177/2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Reunir com o Gerente e servidores da Regional de Santarém, a fim de obter informações complementares para o Processo Administrativo Disciplinar em razão dos autos do processo 2019/546718. DESTINO: Santarém/PA PERÍODO: 24 a 27/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 3 e ½(três e meia) BENEFICIÁRIO: Rita de Cassia Duarte Franco (Assistente Administrativo) MATRICULA: 24260 ORIGEM:Belém/PA ORDENDOR:Timara Miranda
PORTARIA Nº 178/2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Reunir com o Gerente e servidores da Regional de Santarém, a fim de obter informações complementares para o Processo Administrativo Disciplinar em razão dos autos do processo 2019/546718. DESTINO: Santarém/PA PERÍODO: 24 a 27/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 3 e ½(três e meia) BENEFICIÁRIO: Delmar Miranda Queiroz (Assistente Administrativo) MATRICULA: 11053 ORIGEM: Belém/PA ORDENDOR:Timara Miranda
PORTARIA Nº 179/2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Reunir com o Gerente e servidores da Regional de Santarém, a fim de obter informações complementares para o Processo Administrativo Disciplinar em razão dos autos do processo 2019/546718. DESTINO: Santarém/PA PERÍODO: 24 a 27/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 3 e ½(três e meia) BENEFICIÁRIO: Antonio Fernando Souza Reis (Eng.º Agr.º) MATRÍCULA: 24350 ORIGEM: Belém/PA ORDENADOR: Timara Miranda
PORTARIA Nº 180/2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Complementação de diária da portaria 105/2020 , para fazer cobertura fotográfica e filmagens sobre o Seminário da IG (Identificação Geográfica) e da Visita Técnica em apoio ao desenvolvimento da cultura do cacau no Estado do Pará para publicar no site e redes sociais da Sedap, na Agência Pará e enviar à Imprensa. DESTINO: Tomé Açu/PA PERÍODO: 05/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 1 (uma) BENEFICIÁRIO: Mateus Rodrigues da Costa (Fotógrafo) ORIGEM:Belém/PA ORDENDOR:Timara Miranda
PORTARIA Nº 182/2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Acompanhar o Sr. Secretária na visita técnica e entrega de alevinos no referido município. DESTINO: Ipixuna do Pará/PA PERÍODO: 17 a 18/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 1 e ½(uma e meia) BENEFICIÁRIO: Alan Dias Pragana (Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura) MATRÍCULA: 57216927 ORIGEM: Belém/PA ORDENDOR: Timara Miranda
PORTARIA Nº 183 /2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Conduzir o Sr. Secretária que irá fazer visita técnica e entrega de alevinos no referido município. DESTINO: Ipixuna do Pará/PA PERÍODO: 17 a 18/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 1 e ½(uma e meia) BENEFICIÁRIO: Marcelo Pinto de Almeida (Motorista) MATRÍCULA: 13366 ORIGEM: Belém/PA ORDENDOR: Timara Miranda
PORTARIA Nº 184/2020 FUNDAMENTO LEGAL:Lei n 5.810/94, Art.145. OBJETIVO: Fazer visita técnica e entrega de alevinos no referido município. DESTINO: Ipixuna do Pará/PA PERÍODO: 17 a 18/03/2020 Nº DE DIÁRIAS: 1 e ½(uma e meia)) BENEFICIÁRIO: Hugo Yutaka Suenaga (Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca) MATRÍCULA:5945634/1 ORIGEM: Belém/PA ORDENDOR: Timara Miranda

Protocolo: 532796

FÉRIAS

PORTARIA Nº 066 DE 09 DE MARÇO DE 2020
A DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,
RESOLVE:
CONCEDER férias regulamentares no mês de ABRIL /2020, aos servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, conforme mapa abaixo:

Nº	MATRICULA	NOME	P. AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
1	5946952/1	ANA CRISTINA ALEXANDRA MOREIRA FARAH	01/02/19 A 31/01/20	16/03/20 A 14/04/20
2	14338/1	ANTONIO FERNANDES DE LIMA	02/03/19 A 01/03/20	01/04/20 A 30/04/20
3	57212533/1	AUGUSTO MASASHIGUE KANASHIRO MATSUNAGA	16/02/19 A 15/02/20	22/04/20 A 21/05/20
4	11525/1	BENEDITO COSTA DA TRINDADE	01/03/19 A 29/02/20	01/04/20 A 30/04/20
5	13170/1	CARLOS JORGE MARTINS BRAZ	01/04/19 A 31/03/20	01/04/20 A 30/04/20
6	6328750/1	IRACI DOS SANTOS JUNIOR	10/03/19 A 09/03/20	01/04/20 A 30/04/20
7	21415/1	JOAQUIM DA SILVA BATISTA	01/03/19 A 29/02/20	01/04/20 A 30/04/20
8	525219/2	JORGE LUIZ BOTELHO SOARES	01/02/18 A 31/01/19	01/04/20 A 30/04/20
9	57212640/1	MARCIA LIMA COSTA	12/02/19 A 11/02/20	01/04/20 A 30/04/20
10	24520/1	NAZARE DE FATIMA MARQUES DE QUEIROZ	15/06/18 A 14/06/19	01/04/20 A 30/04/20
11	5947175/1	RONAN HENRIQUE MENDES FILHO	14/02/19 A 13/02/20	01/04/20 A 30/04/20

12	23310/1	ROSIVALDO VASCONCELOS DE SOUZA	01/03/19 A 29/02/20	06/04/20 A 05/05/20
13	17620/1	SANDRA MARIA PANTOJA DE MIRANDA	01/04/19 A 30/03/20	01/04/20 A 30/04/20
14	5947763/ 1	GIULIA DOURADO SILVA	19/02/19 A 18/02/20	30/03/20 A 28/04/20
15	10120/1	SÔNIA MARIA DA SILVA SABIO	01/03/19 A 28/02/20	02/03/20 A 31/03/20

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
TIMARA DE SOUZA MIRANDA
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRO.

Protocolo: 532483

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 012/2020

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP
CESSIONÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ
OBJETO DE CESSÃO: 03 (TRÊS) MOTOCICLETAS ZK MODELO: CG 160 STARTE; ANO 2018; RP: 22764, 22765, 22766.
DATA DE ASSINATURA: 11/03/2020
VIGÊNCIA: 11/03/2020 A 31/12/2022
ORDENADOR RESPONSÁVEL: HUGO YUTAKA SUENAGA.

Protocolo: 532492

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 178/2020 DE 11/03/2020

Prazo de Aplicação : 12/03 a 09/04/2020
Prazo de prestação de contas: 05 (cinco) dias após o término da aplicação
Servidor:
-5719.7740-1 – RUY GUILHERME FERREIRA DE ALCANTARA - Motorista
Natureza da Despesa / Valor
-33.90.30 / R$ 400,00
-33.90.39 / R$ 400,00
TOTAL= R$ 800,00
Município: São Félix do Xingu/PA
Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos - Presidente

Protocolo: 532627

DIÁRIA

PORTARIA Nº 177/2020 DE 11/03/2020

OBJETIVO: Para atender à Ação de Regularização Fundiária no município de
São Félix do Xingu.
PERÍODO : 12/03 a 09/04/2020 (28,5) Diárias
SERVIDORES :
-8084.5162-1 - João Bosco Fortes de Castro Júnior - Téc.Gestão -DEAF
-316.5612-1 - João Guilherme da Silva Queiroz – Ass. Técnico
-5721.1738-1 - Brenna Thaise Rufino Monteiro – Ass.Técnico – DEAF
-8084.5201-1 - Jorge do Carmo dos Santos Farias - Ass.Técnico – DEAF
-317.0578-1 - José Luís de Moraes Pantoja – Técnico Agrimensor
-316.5973-1 - Ivone Machado da Silva – Oficial Administrativo
-316.6341-1 - Antônio Carlos Fausto da Silva – Técnico Agrícola
-8084.5160-1 - Everton Cordeiro Farias – Motorista
-5719.7740-1 - Ruy Guilherme Ferreira de Alcântara - Motorista
-315.6729-1 - Rui Jorge Nascimento Alves - Motorista
Ordenador: Bruno Yoheiji Kono Ramos - Presidente

Protocolo: 532474

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO 001/2020

CONTRATO Nº: 008/2014
CONTRATANTE: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA CNPJ: 05.089.495/0001-90
CONTRATADO: R & A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA.- - CNPJ: 04.203.287/0001-08
OBJETO: LIQUIDAÇÃO DO VALOR DE R$ 2.198,83 (dois mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), DEVIDO À CONTRATADA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO / ATIVIDADE: 21.122.1297.8338, ELEMENTO DE DESPESA: 339093, FONTE: 0661006355/0261006355
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI 8.666/93.
DATA ASSINATURA: 11/03/2020 - BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS - Presidente

EXTRATO DO TERMO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO 002/2020

CONTRATO Nº: 009/2014
CONTRATANTE: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA
CNPJ: 05.089.495/0001-90
CONTRATADO: PARVI LOCADORA LTDA.
CNPJ: 08.228.146/0001-09
OBJETO: LIQUIDAÇÃO DO VALOR DE R$ 1.426,30 (hum mil quatrocentos e vinte seis reais e trinta centavos), DEVIDO A CONTRATADA
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO / ATIVIDADE: 21.122.1297.8338, ELEMENTO DE DESPESA: 339093, FONTE: 0661006355/0261006355
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI 8.666/93.
DATA ASSINATURA: 11/03/2020 - BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS - Presidente

Protocolo: 532674

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, Autarquia Estadual, criada pela Lei nº 4.584/75, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, km 09, s/nº - Parque Guajará, como ente responsável pela política agrária paraense, NOTIFICA, através do presente EDITAL, o interessado abaixo a comparecer à sede do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, para tratar, junto à Secretaria DJ, de assunto relacionado ao Processo Administrativo de seu interesse, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação deste Edital, sob pena de arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº	INTERESSADO	MUNICÍPIO	ASSUNTO
2014/515960	SOPALM AGROINDUSTRIAL LTDA	BENEVIDES	REG. FUNDIÁRIA ONEROSA

Publique-se.
Belém (PA), 11.03.2020.
Bruno Yoheiji Kono Ramos
Presidente

Protocolo: 532509

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 0524/2020
BELÉM 03 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art 1º - Designar a servidora Hellen Cleise Martins Galvão, matrícula nº 54186941/1, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 2012/25913, firmado pela ADEPARÁ, que tem por objeto locação de imóvel do Município de Bragança.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de Março de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532494

PORTARIA Nº 0300/2020
BELÉM, 20 DE FEVEREIRO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor , ANDRÉ LUIZ BIZERRA matrícula nº 57222899, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 03/2020, firmado pela ADEPARÁ e a Empresa MEGAFASE ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 83.343.558/0001-05, que tem por objeto a prestação emergencial de empresa especializada em fornecimento, implementação e manutenção de conectividade IP(internet protocol) dedicada para todas as unidades da ADEPARÁ no interior do estado e que não possuem cobertura pela PRODEPA, por período de 180 (cento e oitenta)dias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 20 de Fevereiro de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532504

PORTARIA Nº 0511/2020
BELÉM 03 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,

RESOLVE:
Art 1º - Designar o servidor José Claudio Silva Galvão, matrícula n° 5909025/1, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 2012/72166, firmado pela ADEPARÁ, que tem por objeto locação de imóvel do Município de Capanema.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de Março de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532497

PORTARIA Nº 0477/2020
BELÉM, 02 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º - Art 1º - Designar o servidor EUSTÁQUIO NONATO SERRÃO ACIOLY, matrícula n° 5942365/1, para exercer a função de Fiscal do Termo de cooperação técnica nº 003/2018, firmado pela ADEPARÁ e a AMOSAMUR, CNPJ nº 23.042.104/0001-64, que tem por objeto a cessão de uso Gratuito de imóvel no Município de Prainha, Vila Santa Maria Uruará para uso da Adepará.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 02 de Março de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532510

PORTARIA Nº 0505/2020
BELÉM 03 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art 1º - Designar o servidor Ludelmario Soares de Melo, matrícula n° 57223479/1, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 053/2018, firmado pela ADEPARÁ, que tem por objeto locação de imóvel do município de Cumaru do Norte, Vila Serra Azul.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de Março de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532508

PORTARIA Nº 0506/2020
BELÉM, 03 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º - Art 1º - Designar o servidor MARIO ROBERTO MELO DO NASCIMENTO, matrícula n° 54187603/1, para exercer a função de Fiscal do Termo de cooperação técnica nº 02/2019, firmado pela ADEPARÁ e a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA, CNPJ nº 05.058.458.0001/15, que tem por objeto a cessão de uso Gratuito de imóvel para uso da Adepará.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de Março de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532506

PORTARIA Nº 0097/2020
28 DE JANEIRO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a servidora SUELEM MOREIRA RIBEIRO, matrícula n° 5998310/1, para exercer a função de Fiscal do Contrato Locação nº 063/2013, firmado pela ADEPARÁ , que tem por objeto locação de imóvel do município de SANTANA DO ARAGUAIA.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 28 de Janeiro de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532517

PORTARIA Nº 0519/2020
BELÉM 03 DE MARÇO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art 1º - Designar o servidor Wilson Rogério Rodrigues dos Santos, matrícula n° 55588137/1, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 18/2016, firmado pela ADEPARÁ, que tem por objeto locação de imóvel do Município de Igarapé Açú.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 03 de Março de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532513

PORTARIA Nº 0158/2020
BELÉM, 07 DE FEVEREIRO DE 2020

O DIRETOR GERAL da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ, GEOVANNY FARACHE MAIA, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 2019, publicado no DOE nº 33937 de 31 de julho de 2019.
CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013,
RESOLVE:
Art. 1º - Designar o servidor NELSON DE OLIVEIRA LEITE, matrícula n° 317578/2, para exercer a função de Fiscal perante o Acordo de Cooperação nº 001/2016, firmado pela CONAB, ADEPARÁ E A EMATER, que tem por objeto estabelecer a conjunção de esforços entre os partícipes visando promover ações e atividades voltadas para os processos de certificação dos cadastros do programa de Vendas em Balcão, levantamento da safra agrícola, levantamento de preços dos produtos agrícolas, pecuários, aquícolas e do extrativismo, divulgação e acompanhamento dos programas de apoio à Agricultura Familiar e do Agronegócio no Estado do Pará.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 07 de Fevereiro de 2020.
GEOVANNY FARACHE MAIA
Diretor Geral

Protocolo: 532482

CONTRATO

CONTRATO Nº 05/2020*
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.120.011,20
VIGÊNCIA: 05/03/2020 à 04/03/2021
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: O presente Contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, através do Pregão Eletrônico SRP nº 012/2019/PMPA.
JUSTIFICATIVA: Contratação pelo período de 12(doze) meses.
CONTRATADA: EMPRESA NORTE TURISMO LTDA, CNPJ nº 05.570.254/0001-69.
ORDENADOR: GEOVANNY FARACHE MAIA
* Republicado por incorreção

Protocolo: 532683

CONTRATO: Nº 09/2011*
VALOR MENSAL: R$ 223.794,00
VALOR TOTAL: R$ 2.685.528,00
VIGÊNCIA: 02/03/2020 à 01/03/2021
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO: aquisição de abastecimento de combustível.
JUSTIFICATIVA: Prorrogação do contrato pelo período de 12(doze) meses.
CONTRATADO: EMPRESA TICKET SOLUÇÕES HDFGTS S.A.
ORDENADOR: GEOVANNY FARACHE MAIA
*Republicado por incorreção

Protocolo: 532704

DIÁRIA

Portaria: 0647/2020 Objetivo: Realizar atendimento a produtores rurais e público em geral, assim como emissão de GTA's e demais documentos oficiais, na ULSA de Tailândia-Pa. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA Destino: TAILÂNDIA/PA Servidor: 55586101/ ELYXARLES CÂMARA DA CRUZ (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 02/03/2020 a 06/03/2020.
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532456

Portaria: 0648/2020 Objetivo: Participar de Treinamento do Programa da raiva no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: INHANGAPI/PA Destino: MARABÁ/PA Servidor: 55588125/JOYLSON BENTES CANTO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 6,5 DIÁRIAS / 15/03/2020 a 21/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532463

Portaria: 0646/2020 Objetivo: Realização de Supervisão e Acompanhamento de Atividades das unidades locais de jurisdição da Regional de Capitão Poço e outras providencias. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: CAPITÃO POÇO/PA Destino: GARRAFÃO DO NORTE, IRITUIA, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ, OURÉM, SANTA MARIA DO PARÁ, SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA Servidor: 57201929/PEDRO JULIO PEDROSA DE MIRANDA (GERENTE REGIONAL) / 4,5 DIÁRIAS / 16/03/2020 a 20/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532450

Portaria: 0649/2020 Objetivo: Conduzir servidores que irão realizar médicos veterinários para uso e implantação do sistema. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ/

PA Servidor: 57223235/HEROND DE SOUZA PONTES (MOTORISTA) / 4,5 DIÁRIAS / 02/03/2020 a 06/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532481

Portaria: 0650/2020 Objetivo: Realizar reuniões de alinhamento com produtores rurais das regiões de São Félix do Xingú, Ladeira vermelha, Lindoeste e Sudoeste, Vila Teilândia e Nereu, Taboca e Retorno Taboca. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: TUCUMÃ/PA Destino: SÃO FÉLIX DO XINGU/PA Servidor: 5947889/SÉRGIO RICARDO BENEDETTI (GERENTE REGIONAL) / 5,5 DIÁRIAS / 09/03/2020 a 14/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532501

Portaria: 0645/2020 Objetivo: Conduzir servidores da Defesa Animal da ADEPARA que realização ação de visita técnica nas sedes das Gerências Regionais. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ, SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, TUCURUÍ/PA Servidor: 57232250/WILLIAM CÉSAR SOARES LOBATO (MOTORISTA) / 5,5 DIÁRIAS / 01/03/2020 a 06/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532430

Portaria: 0642/2020 Objetivo: Participar de Treinamento do Programa da raiva no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ/PA Servidor: 54197246/ANA CARLA AZARIAS CRUZ (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 6,5 DIÁRIAS / 15/03/2020 a 21/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532378

Portaria: 0644/2020 Objetivo: Participar de Treinamento do Programa da raiva no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ/PA Servidor: 54196744/ ALEXANDRE MOURA CHAGAS (GERENTE) / 6,5 DIÁRIAS / 15/03/2020 a 21/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532385

Portaria: 0643/2020 Objetivo: Participar de Treinamento do Programa da raiva no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MARABÁ/PA
Servidor: 54181050/ARLINEA MARIA MOTA RODRIGUES (MÉDICO VETERINÁRIO) /
7,5 DIÁRIAS / 14/03/2020 a 21/03/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532382

Portaria: 0651/2020 Objetivo: Distribuir materiais de escritório, participar de reuniões com servidores e da verificação de imóveis públicos a serem disponibilizados para alocar as unidades da Adepará, da Regional de Abaetetuba nos municípios de Barcarena, Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé Miri. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: ABAETETUBA/PA
Destino: BAIÃO, BARCARENA, CAMETÁ, IGARAPÉ-MIRI, MOCAJUBA/PA
Servidor: 55588821/FABIO MACIEL FURTADO
(ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 17/02/2020 a 21/02/2020
Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 532666

OUTRAS MATÉRIAS

CITAÇÃO POR EDITAL

Pela presente, a ADEPARA - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – CITA as Empresas relacionadas no ANEXO I deste Edital, para que tomem conhecimento de que constam tramitando nesta Autarquia, processos administrativos, em seus nomes, referentes à aplicação de Autos de Infração e Multas, em decorrência do cometimento de infrações sanitárias, tipificadas na Lei 6.119/1998, os quais se encontram à disposição de V.Sas., na GEAGRO (Gerência de Controle do Comércio e Uso de Agrotóxicos Agrotóxicos) desta ADEPARÁ, localizada à Avenida Pedro Miranda, nº 1666, 2° Andar, sala 201 B – Pedreira, contato: 3210-1171, para que sejam efetuados os pagamentos das multas arbitradas ou, ainda, para que ofereça Recursos ao Diretor de Defesa e Inspeção Vegetal, no Prazo de até 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, conforme determina o artigo 72 da Lei Estadual 7.392/2010. Em caso de pagamento, o mesmo deve ser comprovado perante a GEAGRO. Caso V.Sas. tenham interesse, poderão RECOLHER o valor da multa arbitrada conforme demonstrativo no ANEXO I, através de Depósito Bancário em Conta Corrente desta ADEPARÁ, na seguinte Agência Bancária:
Banco Estado do Pará - BANPARÁ
Agência: 015
Conta Corrente n° 182909-2
CNPJ: 05470347/0001-11
Informamos, ainda, que SE NÃO FOR OFERECIDO RECURSO ou RECOLHIDO O VALOR DA MULTA NO PRAZO LEGAL, os autos do processo referente à aplicação da multa será encaminhado à Secretaria Estado da Fazenda – SEFA para INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, e posterior COBRANÇA JUDICIAL.
Belém-Pa, 10 de março de 2020.
Engº Agrº LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL
DIRETOR DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL - DDIV

ANEXO I

Nome	Auto de infração	Processo	CPF/CNPJ	Infração cometida	Valor da multa em UPF
REC MAIA COMÉRCIO ME	001/57189832/1/2019	2019/384781	17.369.338/0001-18	Art. 19, inciso II da Lei 6119/98	500
REC MAIA COMÉRCIO ME	003/57189832/1/2019	2019/383867	17.369.338/0001-18	Art. 19, inciso V da Lei 6119/98	500

Protocolo: 532611

CITAÇÃO POR EDITAL

Pela presente, a ADEPARA - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – CITA as Empresas relacionadas no ANEXO I deste Edital, para que tomem conhecimento de que constam tramitando nesta Autarquia, processos administrativos, em seus nomes, referentes à aplicação de Autos de Infração e Multas, em decorrência do cometimento de infrações sanitárias, tipificadas na Lei 6.119/1998, os quais se encontram à disposição de V.Sas., na GEAGRO (Gerência de Controle do Comércio e Uso de Agrotóxicos Agrotóxicos) desta ADEPARÁ, localizada à Avenida Pedro Miranda, nº 1666, 2° Andar, sala 201 B – Pedreira, contato: 3210-1171, para que sejam efetuados os pagamentos das multas arbitradas ou, ainda, para que ofereça Recursos ao Diretor de Defesa e Inspeção Vegetal, no Prazo de até 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, conforme determina o artigo 72 da Lei Estadual 7.392/2010. Em caso de pagamento, o mesmo deve ser comprovado perante a GEAGRO. Caso V.Sas. tenham interesse, poderão RECOLHER o valor da multa arbitrada conforme demonstrativo no ANEXO I, através de Depósito Bancário em Conta Corrente desta ADEPARÁ, na seguinte Agência Bancária:
Banco Estado do Pará - BANPARÁ
Agência: 015
Conta Corrente n° 182909-2
CNPJ: 05470347/0001-11
Informamos, ainda, que SE NÃO FOR OFERECIDO RECURSO ou RECOLHIDO O VALOR DA MULTA NO PRAZO LEGAL, os autos do processo referente à aplicação da multa será encaminhado à Secretaria Estado da Fazenda – SEFA para INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, e posterior COBRANÇA JUDICIAL.
Belém/PA, 18 de Fevereiro de 2020.
ENG.ª AGRª LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL
DIRETORA DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL

ANEXO I

Nome	Auto de infração	Processo	CPF/CNPJ	Infração cometida	Valor da multa em UPF
ROGIMAR RUARO (RANCHO ALEGRE)	001/5898310/2020	2020/80680	021.903.671-31	Art. 19, inciso XVI da Lei Nº 6.119/98	500
POLO RURAL PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA	028/5868424/2019	2019/623942	04.482.599/0001-06	Art. 19, inciso XVI da Lei Nº 6.119/98	500
ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO AGROPECUÁRIO DO NORDESTE DO PARÁ (ACANPA)	018/5868424/2019	2019/594471	23.893.604/0001-00	Art. 19, inciso XVI da Lei Nº 6.119/98	500
ANTÔNIO GOMES DE LIMA (FAZENDA LIMA)	007/5868424/2019	2019/436323	372.579.602-59	Art. 19, inciso XIII da Lei Nº 6.119/98	501
R. E. C. MAIA COMÉRCIO ME	004/57189832/2019	2019/384652	17.369.338/0001-18	Art. 19, inciso VI da Lei Nº 6.119/98	501

Protocolo: 532392

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA

Portaria: 0138 /2020 – Publicada no DOE n° 34.139 de 11/03 /2020
Onde se lê: DESIGNAR, a contar de 01/04/2020 a 30/04/2020, o Auxiliar de Administração ANTONIO EDIELSON SILVA DE MELO
Leia-se: DESIGNAR, a contar de 01/04/2020 a 30/04/2020, o Extensionista Rural II ANTONIO EDIELSON SILVA DE MELO

Protocolo: 532486

ERRATA DE PUBLICAÇÕES-PROTOCOLO Nº 531854
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 070/2020

Publicação No Doe, de 11/03/2020
Onde Se Lê: Nº de Diárias:5,0 (Cinco)
Leia Se:Nº De Diárias:4,5(Quatro e Meia)
Ordenador: CLAUDIO AUGUSTO M. DE BARROS PEREIRA.

Protocolo: 532696

CONTRATO

CONTRATO: Nº: 009/2020
Data de Assinatura: 11/03/2020
Vigência: 12/03/2020 a 11/09/2020.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de capacitação e atualização dos pregoeiros e agentes públicos responsáveis pelas contratações nos setores de compras, jurídico e controle interno da EMATER-PARÁ, sobre as mudanças na nova lei das Estatais, Lei 13.303/2016.
Dotacão Orçamentaria:
Programa: 1297
Projeto/Atividade: 8338C
Elemento de Despesa: 3390-39
Fonte de Recursos: 0661
Valor Global: R$ 8.000,00 (oito mil reais)
Contratada: Empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil – Estudos e Pesquisas na Administração Pública-INP-LTDA
Endereço: Avenida José Maria de Brito, 1707 – Jardim das Nações, Foz do Iguaçu/PR-CEP:85.864-320
Ordenador: Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Protocolo: 532469

DIÁRIA

PORTARIA DE DIARIA Nº074/2020;BENEFICIÁRIO:CELSO PAULO AFONSO JUNIOR;MATRÍCULA :5953138/1;FUNÇÃO:TÉC. EM PLANEJAMENTO-ENGº CIVIL;OBJETIVO:VIAJAR COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, PARA LEVANTAMENTO E ORÇAMENTO DA REFORMA DO RESPECTIVO ESCRITÓRIO LOCAL;PERÍODO:12.03.2020;Nº DE DIÁRIAS:0,5(MEIA);DESTINO: SÃO CAETANO DE ODIVELAS;ORDENADOR DE DESPESAS: CLAUDIO AUGUSTO MARTINS DE B. PEREIRA.

Protocolo: 532747

PORTARIA DE DIARIA Nº073/2020;BENEFICIÁRIO:CELSO PAULO AFONSO JUNIOR;MATRÍCULA :5953138/1;FUNÇÃO:TÉC. EM PLANEJAMENTO-ENGº CIVIL;OBJETIVO:VIAJAR COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU, PARA LEVANTAMENTO E ORÇAMENTO DA REFORMA DO RESPECTIVO ESCRITÓRIO LOCAL;PERÍODO:11.03.2020;Nº DE DIÁRIAS:0,5(MEIA);DESTINO: IGARAPÉ-AÇU;ORDENADOR DE DESPESAS: CLAUDIO AUGUSTO MARTINS DE B. PEREIRA.

Protocolo: 532718

PORTARIA DE DIARIA Nº075/2020;BENEFICIÁRIO:CELSO PAULO AFONSO JUNIOR;MATRÍCULA:5953138/1;FUNÇÃO:TÉC. EM PLANEJAMENTO-ENGº CIVIL;OBJETIVO:VIAJAR COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE IRITUIA, PARA LEVANTAMENTO E ORÇAMENTO DA REFORMA DO RESPECTIVO ESCRITÓRIO LOCAL;PERÍODO:13.03.2020;Nº DE DIÁRIAS:0,5(-MEIA);DESTINO:IRITUIA;ORDENADOR DE DESPESAS:CLAUDIO AUGUSTO MARTINS DE B. PEREIRA.

Protocolo: 532774

PORTARIA DE DIARIA Nº071/2020;BENEFICIÁRIO:JORRIMAR MARIANO PEREIRA;MATRÍCULA :5039150-014;FUNÇÃO:ELETRECISTA;OBJETIVO:VIAJAR COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU PARA LEVANTAMENTO E ORÇAMENTO DAS NECESSIDADES COM AVALIAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO ESCRITÓRIO LOCAL NO MUNICIPIO;PERÍODO:11.03.2020;Nº DE DIÁRIAS:0,5 (MEIA);DESTINO:IGARAPÉ-AÇU;ORDENADOR DE DESPESAS: CLAUDIO AUGUSTO MARTINS DE B. PEREIRA.

Protocolo: 532653

PORTARIA DE DIARIA Nº072/2020;BENEFICIÁRIO:JORRIMAR MARIANO PEREIRA;MATRÍCULA :5039150-014;FUNÇÃO:ELETRECISTA;OBJETIVO:VIAJAR COM DESTINO AO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, PARA LEVANTAMENTO E ORÇAMENTO DAS NECESSIDADES COM AVALIAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO ESCRITÓRIO LOCAL NO MUNICIPIO;PERÍODO:12.03.2020;Nº DE DIÁRIAS:0,5(MEIA);DESTINO:SÃO CAETANO DE ODIVELAS;ORDENADOR DE DESPESAS: CLAUDIO AUGUSTO MARTINS DE B. PEREIRA.

Protocolo: 532668

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PORTARIA

PORTARIA Nº. 0278/2020-GAB/CORREG
BELÉM/PA 03 DE MARÇO DE 2020
A Coordenação da Corregedoria desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº. 5.810/94,
RESOLVE:
Art. 1º – Reconduzir a Comissão atualmente composta pelos servidores JAIME MARCELO ESTUMANO GONÇALVES CARDOSO, Mat. nº. 57175443/2, Téc. em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário; MANOEL CRISTINO DO REGO, Mat. nº. 5495369/1, Téc. em Gestão de Meio Ambiente; e, LEIDIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, Mat. nº. 57193087/1, Téc. em Gestão Pública; para, sob a presidência do primeiro, dar continuidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, aos trabalhos de apuração em Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da PORTARIA Nº. 1925/2019-GAB/CORREG, de 12/11/2019, publicada no DOE nº. 34034 de 13/11/2019, e último ato, prorrogação pela PORTARIA Nº. 0010/2020-GAB/CORREG, de 08/01/2020, publicada no DOE nº. 34086 de 10/01/2020, referente aos fatos de que trata o Documento nº. 2019/0000030316, bem assim aqueles conexos que emergirem no decorrer das atividades.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
LÍVIO CÍCERO CAMPBELL PONTES
Corregedor da SEMAS

PORTARIA Nº. 0279/2020-GAB/CORREG
BELÉM/PA 03 DE MARÇO DE 2020
A Coordenação da Corregedoria desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 199 da Lei Estadual nº. 5.810/94,
RESOLVE:
Art. 1º – Reconduzir a Comissão atualmente composta pelos servidores JAIME MARCELO ESTUMANO GONÇALVES CARDOSO, Mat. nº. 57175443/2, Téc. em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário; MANOEL CRISTINO DO REGO, Mat. nº. 5495369/1, Téc. em Gestão de Meio Ambiente; e, LEIDIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, Mat. nº. 57193087/1, Téc. em Gestão Pública; para, sob a presidência do primeiro, dar continuidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, aos trabalhos de apuração em Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da PORTARIA Nº. 1926/2019-GAB/CORREG, de 12/11/2019, publicada no DOE nº. 34034 de 13/11/2019, e último ato, prorrogação pela PORTARIA Nº. 0011/2020-GAB/CORREG, de 08/01/2020, publicada no DOE nº. 34086 de 10/01/2020, referente aos fatos de que trata o Processo nº. 2019/0000046697, bem assim aqueles conexos que emergirem no decorrer das atividades.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
LÍVIO CÍCERO CAMPBELL PONTES
Corregedor da SEMAS

Protocolo: 529526

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 00285/2020-DGAF/GAB/SEMAS,
DE 03 DE MARÇO DE 2020
Nome: ANDERSON TAVARES DO CARMO
Matrícula: 80845771/3
Cargo: Técnico em Gestão de Meio Ambiente
Concessão: 30 (trinta) dias de Licença Prêmio
Período Aquisitivo: 1ª parcela do triênio 2009/2012
Período de Gozo: 16/03/2020 a 14/04/2020
ANA ANDREA BRITO MAUÉS
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 532405

CONTRATO

CONTRATO: 004/2020-SEMAS/PA
Objeto: Aquisição e instalação de grupo gerador carenado (cabinado) e silenciado (insonorizado), na capacidade de potência emergencial (stand-by) de 500kVA ou superior, com escapamento completo, quadro de comando e de transferência completos e entrega técnica, o qual atenderá o edifício Sede da SEMAS/PA
Valor Total: R$ 322.179,00
Vigência: 02/03/2020 a 02/03/2021
Assinatura: 02/03/2020
Pregão Eletrônico 31/2019-SEMAS/PA
Processo: 23755/2018-SEMAS/PA
Orçamento: PTRES 238338; Fonte 0116; Elemento 339039, 449052; PI 4120008338C
Contratado: DISTRIBUIDORA CUMMINS MINAS LTDA (CNPJ 19.859.784/0001-36)
Endereço: Rod. Anel Rodoviario Celso Mello Azevedo, nº 500, Bairro Olhos D'Água, CEP 30390-085, fone (91) 3073-3925, albertocampos@botelho-advogados.com.br, Belo Horizonte/MG
Ordenador: Ana Andréa Brito Maués, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 532840

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 009/2020
Contrato: 021/2015-SEMAS/PA
Justifcativa: Prorrogação de vigência
Vigência: 17/03/2020 a 16/03/2021
Assinatura: 10/03/2020
Orçamento: PTRES 278338; Fonte 0116006360; Elemento 339037; PI 4120008338C
Contratado: A. A. J. LOURENÇO & CIA LTDA - ME (CNPJ 05.619.593/0001-92)
Endereço: Tv do Chaco , nº 1847, Bairro Marco, CEP 66093-541, fone (91) 3347-6206, comercial@aajl.com.br, Belém/PA
Ordenador: Ana Andrea Brito Maués, Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 532515

AVISO DE LICITAÇÃO

COTAÇÃO ELETRÔNICA

Modalidade: Dispensa de Licitação
Número: 004/2020 – SEMAS/PA
Objeto: Serviço de locação de Micro-Ônibus por Diária
Entrega do Edital: http://web.banparanet.com.br/cotacao; http://www.compraspara.pa.gov.br e https://www.semas.pa.gov.br/licitacoes
Local de Abertura: http://web.banparanet.com.br/cotacao
Data de Abertura: 12/03/2020 às 08:00 h (Horário Local)
Responsável pelo certame: Aziel Moraes da Luz

Protocolo: 532824

DIÁRIA

PORTARIA Nº 333/2020 - GAB/SEMAS
DE 11 DE MARÇO DE 2020

Objetivo: Realizar o recebimento e vistoria de veículos
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: Marabá/PA e Redenção/PA.
Período: 12/03 a 16/03/2020 – 04 e ½ diárias.
Servidores:
- 97571370/ 2 - TIAGO VALENTE DO NASCIMENTO – (GERENTE)
- 5890346/ 2 - HUXLEY PEREIRA DOS SANTOS - (MOTORISTA)
Ordenador: ANA ANDREA BRITO MAUÉS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias.

Protocolo: 532716

PORTARIA Nº 296/2020 - GAB/SEMAS
DE 05 DE MARÇO DE 2020

Objetivo: Treinamento de Legislação Ambiental voltada para carvão vegetal, no município citado.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: Marabá/PA.
Período: 19/03/2020 a 21/03/2020 - 02 e ½ diárias.
Servidores:
- 5849012/3 - PAULO ROGÉRIO DE ALMEIDA (19/03/2020 a 21/03/2020)
Ordenador: ANA ANDREA BRITO MAUÉS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 531343

PORTARIA Nº 323/2020 - GAB/SEMAS
DE 10 DE MARÇO DE 2020

Objetivo: Realizar ação de fiscalização em área com indício de desmatamento de vegetação nativa.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA.
Destino: Mosqueiro/PA.
Período: 10/03/2020 – ½ diária.
Servidores:
55587537/1 - CARLA TATIANI DO CARMO PEREIRA - (COORDENADORA)
57175833/1 - VICTOR MENDES DA SILVA - (TÉCNICO EM GESTÃO DE AGROPECUÁRIA)
5913057/2 - JAMES LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA - (MOTORISTA)
Ordenador: ANA ANDREA BRITO MAUÉS/Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 532208

FÉRIAS

PORTARIA Nº 00329/2020-DGAF/GAB/SEMAS

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIAS, no uso de suas atribuições e;
CONSIDERANDO o Decreto nº s/n, de 09 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial nº 33.779 de 09 de janeiro de 2019;
R E S O L V E:
Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme relacionados abaixo:

MATRÍCULA	SERVIDOR	EXERCÍCIO	FÉRIAS
57192055/2	Alan José Saraiva da Silva	2019/2020	01/04/2020 A 30/04/2020
5946784/1	Aline Soares da Silva	2019/2020	01/04/2020 A 30/04/2020
8081583/3	Bernadete Santos da Silva	2019/2020	01/04/2020 A 30/04/2020
54185798/3	Erico Lamego Pereira	2018/2019	01/04/2020 A 30/04/2020
57214819/1	Fabíola Pereira de Azevedo	2019/2020	23/03/2020 A 21/04/2020
5948127/1	Francisco Alves Freire	2019/2020	10/04/2020 A 09/05/2020
5110645/1	Francisco das Chagas Lima de Souza	2018/2019	02/03/2020 A 31/03/2020
57194271/1	Jorge Paixão Costa	2019/2020	13/04/2020 A 12/05/2020
5946011/1	Lorran Will Lima dos Santos	2019/2020	01/04/2020 A 30/04/2020
5925078/4	Natalia Nagle Azevedo Silva	2019/2020	20/04/2020 A 19/05/2020
57234497/1	Tobias Brancher	2017/2018	01/04/2020 A 30/04/2020

Belém, 11 de março de 2020
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ANA ANDREA BRITO MAUÉS
Secretária Adjunta de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 532780

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 146 DE 06 DE MARÇO DE 2020

Art.1º - Conceder à servidora Ana Cláudia Chaves Simoneti, matrícula nº. 5885078, ocupante do cargo de Gerente, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio no período de 09/03 à 07/04/2020, referente ao triênio de 04/08/2008 a 03/08/2011, conforme Art.72, inciso XI, Art.77, inciso IX, Art.98, Art.99, inciso I, alínea a e o Art.100, da Lei Estadual nº. 5.810, de 24.01.1994.
KARLA LESSA BENGTSON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo: 532451

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº. 212 DE 10 DE MARÇO 2020

Prazo para aplicação (em dias) 60 (sessenta) dias
Prazo para prestação de contas (em dias) 15 (quinze) dias
Servidor – matrícula – Cargo: Estevam Jorge Cavalcante Coqueiro - 57230920 - Gerente
PTRES: 798781
Fonte: 0661
Elemento:3.33.90.36..R$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais)
Ação: 261982
Elemento:3.33.90.47..R$ 50,00 (Cinquenta reais)
Ação: 261983
KARLA LESSA BENGTSON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

PORTARIA Nº. 216 DE 10 DE MARÇO 2020

Prazo para aplicação (em dias) 60 (sessenta) dias
Prazo para prestação de contas (em dias) 15 (quinze) dias
Servidor – matrícula – Cargo: Rubens de Aquino Oliveira - 57198137 - Gerente
PTRES: 798364
Fonte: 0661
Elemento:3.33.90.30..R$ 1.800,00 (Um mil, oitocentos reais)
Ação: 241358
Elemento:3.33.90.39..R$ 1.500,00 (Um mil, quinhentos reais)
Ação: 262019
KARLA LESSA BENGTSON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo: 532436

DIÁRIA

PORTARIA Nº 198 DE 09 DE MARÇO DE 2020

Fundamento Legal: conforme o processo nº 2020/167534 e o Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
Objetivo: Conduzir veículo oficial para entregar ao servidor que irá utilizar o mesmo em agenda institucional dos servidores deste Instituto
Origem: Monte Alegre-PA
Destino: Santarém-PA
Período: 03/03/2020 - ½ (meia) diária
Servidor: Pedro Paulo de Souza Queiroz - 5942921 - Motorista
KARLA LESSA BENGTSON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo: 532851

PORTARIA Nº. 210 DE 10 DE MARÇO DE 2020

I - Autorizar o deslocamento dos servidores conforme abaixo, para o município de São Félix do Xingu/PA, de 17 a 22/03/2020:

Servidor	Objetivo
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES DE ALMEIDA, matrícula nº 5615003, cargo de Diretora.	Participar do lançamento do Projeto Territórios Sustentáveis.
DILSON NAZARENO FAVACHO LOPES, matrícula nº 5894692, cargo de Gerente.	
JAIME WANDERLEY CORRÊA NONATO, matrícula nº 5413214, cargo de Motorista.	Conduzir veículo oficial para transporte de servidor em atividade Institucional.

II - Conceder 5,5 (cinco e meia) diárias, a cada servidor, conforme o processo nº 2020/175736, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTSON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

PORTARIA Nº 201 DE 10 DE MARÇO DE 2020
Fundamento Legal: conforme o processo nº 2020/182419, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
Objetivo: Montagem de viveiro
Origem: Marabá-PA
Destino: São Félix do Xingu-PA
Período: 09 a 13/03/2020 - 4,5 (quatro e meia) diárias
Servidor: Jefferson de Melo Campos - 5909053 - Técnico em Gestão Ambiental
Emmanuell Carrolo Sobrinho - 57200772 - Técnico em Gestão de Meio Ambiente
Henrique Almeida Cardela - 5890355 - Assistente Administrativo
KARLA LESSA BENGTSON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-BIO

Protocolo: 532447

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA

PORTARIA N° 266/2020-SAGA BELÉM, 09 DE MARÇO DE 2020
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Publica e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO: a solicitação de aposentadoria por tempo de serviço.
CONSIDERANDO: ainda o reconhecimento desta Secretaria e em especial do Secretário Adjunto de Gestão Administrativa.
RESOLVE: Elogiar a servidora MARIA DE FATIMA MENDES DOS SANTOS, Psicóloga, por seu desempenho, presteza, zelo e competência profissional no período em que esteve na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 532493

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 148/2020 SAGA, PUBLICADA EM DOE Nº 34118 PUBLICADA EM 13.02.2020
ONDE LÊ: SERVIDOR (ES): SGT PM JOAQUIM DE MATOS BARREIRA JÚNIOR, CPF: 508.994.302-87
LEIA-SE: SERVIDOR (ES): SUB TEN BM JOSÉ JUNIOR DE SOUZA RAMOS, MF: 5607841-1
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 532693

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 031/2020-SEGUP
NÚMERO DO CONTRATO: 004/2018-SEGUP.
PARTES: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, CNPJ/MF nº. 05.054.952/0001-01 e a Empresa de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA, CNPJ/MF nº. 05.059.613/0001- 18
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 001/2017- SEGUP/PA.
BASE LEGAL DO APOSTILAMENTO: Parágrafo 8º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.
OBJETO CONTRATUAL, cujo objeto é prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.
OBJETIVO DO APOSTILAMENTO: Adequar a Dotação Orçamentária do instrumento Contratual, para cobertura de suas despesas no exercício financeiro de 2020.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21.101.06.122.1297.8338 Natureza da Despesa: 339039; Fonte de Recursos:0101.
Belém/PA, 10 de Março de 2020.
ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Protocolo: 532631

DIÁRIA

PORTARIA Nº254/2020–SAGA
OBJETIVO: Á Serviço da SEGUP.
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD.
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): CASTELO DOS SONHOS/ALTAMIRA/PA
PERÍODO: 14 à 15.02.2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 ½ (uma e meia)
SERVIDOR (ES): RONALDO HENRIQUE MORAES BENIGNO, MF: 5931420-1
MAURO CORREA SOUSA, MF: 5272254
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

PORTARIA Nº255/2020–SAGA
OBJETIVO: para realizar o transporte dos Servidores da Casa Militar.
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD.
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): SANTARÉM/PA
PERÍODO: 10.02.2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: ½ (meia)
SERVIDOR (ES): RONALDO HENRIQUE MORAES BENIGNO, MF: 5931420-1
EPC ARTHUR CEZAR ANAISSI DE MORAES, MF: 54196044
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

PORTARIA Nº256/2020–SAGA
OBJETIVO: para realizar o translado da aeronave Caravan de prefixo PT -PBC.
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD.
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): SANTARÉM/PA
PERÍODO: 03 à 04.02.2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02(duas) de alimentação e 01(uma) de pousada
SERVIDOR (ES): MAJ PM ALCIDES DA SILVA MACHADO JUNIOR, MF: 5773830-1
MAJ PM MARCELO PEREIRA SÁ, MF: 54197044-1
SD PM MOISÉS MEDEIROS DE MIRANDA, MF: 4220028-1
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

PORTARIA Nº257/2020–SAGA
OBJETIVO: para realizar o transporte da comitiva do Sr. Governador do Estado.
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD.
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): CAMETÁ/PA
PERÍODO: 19.02.2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: ½ (meia)
SERVIDOR (ES): HAROLDO CANIZO PEREIRA, MF: 54197238-1
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

PORTARIA Nº258/2020–SAGA
OBJETIVO: Á Serviço da SEGUP.
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD.
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): IMPERATRIZ/MA
PERÍODO: 27.02.2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01(uma) de alimentação
SERVIDOR (ES): MAJ PM ALCIDES DA SILVA MACHADO JUNIOR, MF: 5773830-1
TEN CEL PM RAUL ZÊNIO GENTIL SILVA, MF: 5615780-1
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

PORTARIA Nº259/2020–SAGA
OBJETIVO: para realizar o transporte dos Servidores da Casa Militar.
FUNDAMENTO LEGAL: decreto nº 2.819/1994 e PORTARIA Nº 278/2019-SEAD.
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO(S): SANTARÉM/PA
PERÍODO: 02.02.2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: ½ (meia)
SERVIDOR (ES): LEOPOLDO DA ROCHA BARBOSA, MF: 5950597-1
WALEN ROCHA FRIAS, MF: 5950599
ORDENADOR: ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES

Protocolo: 532805

FÉRIAS

PORTARIA Nº268/2020-SAGA
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020
CONSIDERANDO: A PORTARIA Nº 680/2019-SAGA, de 02.07.2019, publicada no DOE nº33.912, de 05.07.2019, que retificou o período de gozo das férias da servidora CLEIZE COSTA DOS SANTOS , Secretária de Gabinete, MF nº5883356/4, 2018/2019, do período de 15.07 a 13.08.2019, para 09.12.2019 a 07.01.2020.
R E S O L V E: Retificar o período de gozo de férias da servidora CLEIZE COSTA DOS SANTOS, Secretária de Gabinete, MF nº5883356/4, 2018/2019, do período de 09.12.2019 a 07.01.2020, para 22/01 a 20/02/2020, por necessidade de serviço.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 532652

PORTARIA Nº267/2020-SAGA
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020
CONSIDERANDO: O Processo nº2020/203179,Memorando nº22/2020-DAF,de 11.03.2020, e PORTARIA Nº78/2020-SAGA, de 27.01.2020, publicada no DOE nº34.100, de 28.01.2020, que concedeu férias ao servidor WAGNER LUIZ DE AVIZ CARNEIRO, Diretor, MF 5808189/7, 2019/2020, no período de 01.03 a 30.03.2020.

R E S O L V E:
Interromper as férias do servidor WAGNER LUIZ DE AVIZ CARNEIRO, Diretor, MF 5808189/7, 2019/2020, a partir de 10.03.2020.
Ficando o restante do gozo de 21(vinte e um) dias a ser usufruído em data oportuna, por necessidade de serviço.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ALAN AILTON DA SILVA GUIMARÃES
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da SEGUP

Protocolo: 532577

POLICIA MILITAR DO PARÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Comandante Geral da Polícia Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2020 – CPL/PMPA, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE CARGAS E MUDANÇAS A SEREM PRESTADAS A ESTA PMPA" e considerando o disposto no art. 5º, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.474/02 combinado com o art. 13º, inc. V do Decreto Estadual nº 534/20, bem como a PORTARIA Nº 004/2019-CPL/PMPA.RESOLVE: 01 – Homologar a decisão adotada pela Pregoeira da PMPA, designada através da PORTARIA Nº 004/2019 – CPL/PMPA, de 07 de AGOSTO de 2019, que adjudicou as propostas de preços apresentadas pelas Empresas: JOHNNY ANTONIO DA SILVA- CNPJ Nº 13.843.561/0001-02 (ITEM 1), no valore de R$ 72.999,92 (setenta e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e nov e dois centavos), e FRANCISCO E. SILVA CAPIISTRANIO EIRELI CNPJ 01.200.121/0001-40 (ITENS 2 e 3) no valor de R$ 184.500,00 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais),para o ITEM 2 e no valor de R$ 33.750,00;(trinta e três mil setecentos e cinquenta reais) para o ITEM 3. 02 – Remeter o processo licitatório ao Centro de Compras e Contratos, a fim de que sejam providenciadas as assinaturas dos contratos e emissão das respectivas notas de empenho.REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.Quartel em Belém/PA, 11 de março de 2020. JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR - CEL QOPM/Comandante Geral da PMPA

Protocolo: 532803

APOSTILAMENTO

3º APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2017 – DAL/PMPA. Pelo presente fica apostilado o Contrato Administrativo nº 054/2017-DAL/PMPA; celebrado entre a PMPA e a empresa GEOAMBIENTE SISTEMAS LTDA-EPP. Onde se lê: Programa: 1424–Governança para resultados; Ação/ PTRES: 8238–Gestão de tecnologia da informação e comunicação; Plano Interno: 4200008238C; Leia-se: Programa: 1508-Governança pública; Ação /PTRES: 8238 – Gestão de tecnologia da informação e comunicação; Plano Interno: 4120008238C; Belém/PA, 11 de março de 2020. JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM. COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 532700

3º APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2016 – DAL/PMPA. Pelo presente fica apostilado o Contrato Administrativo nº 027/2016-DAL/PMPA; celebrado entre a PMPA e a empresa SANTOS NETO E CIA LTDA-EPP. Onde se lê: Programa: 1424–Governança para resultados; Ação/ PTRES: 8238–Gestão de tecnologia da informação e comunicação; Plano Interno: 4200008238C; Leia-se: Programa: 1508-Governança pública; Ação /PTRES: 8238 – Gestão de tecnologia da informação e comunicação; Plano Interno: 4120008238C; Belém/PA, 11 de março de 2020. JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM. COMANDANTE GERAL DA PMPA

Protocolo: 532695

DIÁRIA

PORTARIA Nº 01/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Portel-PA; Destino: Belém-PA; Período: 22 a 24/01/2020; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: SGT PM Lúcio Cláudio Pantoja Seabra; CPF: 375.643.902-04; VALOR: R$ 527,52; SD PM Elion Cordeiro da Costa; CPF: 007.071.942-02; VALOR: R$ 506,40; SD PM Fábio Vieira Freitas; CPF: 005.639.262-10; VALOR: R$ 506,40; SD PM Luan Hiago Cordovil Cardoso; CPF: 018.518.572-06; VALOR: R$ 506,40; SD PM Romulo da Costa Ribeiro; CPF: 911.463.722-72; VALOR: R$ 506,40; SD PM Odil Baia Teixeira do Espirito Santo; CPF: 001.662.262-62; VALOR: R$ 506,40. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 01/1/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Bagre-PA; Destino: Breves-PA; Período: 30 e 31/01/2020; Quantidade de diárias: 01 de alimentação e 01 de pousada; Servidor: SGT PM Márcio de Sousa Cordovil; CPF: 508.093.342-91; VALOR: R$ 263,76. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 02/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Portel-PA; Destino: Belém-PA; Período: 05 a 07/01/2020; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: SGT PM Jorge Rodrigues Trindade de Souza; CPF: 349.759.262-53; VALOR: R$ 527,52; SD PM Romulo da Costa Ribeiro; CPF: 911.463.722-72; VALOR: R$ 506,40; SD PM Paulo Marcelo da Costa Dias; CPF: 018.801.732-12; VALOR: R$ 506,40; SD PM Fábio Vieira Freitas; CPF: 005.639.262-10; VALOR: R$ 506,40; SD PM Elion Cordeiro da Costa; CPF: 007.071.942-02; VALOR: R$ 506,40. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 04/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Muaná-PA; Destino: Belém-PA; Período: 23 a 25/01/2020; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: SGT PM Cleber Santos Costa; CPF: 440.816.002-44; VALOR: R$ 527,52. CB PM Genilson Valente da Cunha; CPF: 785.280.702-04; VALOR: R$ 506,40. CB PM Gleidson Belo Ferreira; CPF: 006.274.732-02; VALOR: R$ 506,40. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 05/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Santarém-PA; Destino: Itaituba-PA; Período: 21 a 23/01/2020; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: SUB TEN PM Neucicley Conceição Silva; CPF: 387.257.972-04; VALOR: R$ 527,52. CB PM Lina Kássia Azevedo Justo; CPF: 816.519.022-91; VALOR: R$ 506,40. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 06/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Bagre-PA; Destino: Breves-PA; Período: 07 a 08/02/2020; Quantidade de diárias: 01 de alimentação e 01 de pousada; Servidores: CB PM José Edilson da Conceição Sobrinho; CPF: 450.405.752-20; VALOR: R$ 253,20. SD PM Victor Santana Brasil; CPF: 000.408.742-90; VALOR: R$ 253,20. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 07/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Terra Santa-PA; Destino: Santarém-PA; Período: 26 a 28/01/2020; Quantidade de diárias: 01 de alimentação e 02 de pousada; Servidores: SGT PM Nelito Monteiro de Jesus; CPF: 482.320.252-04; VALOR: R$ 395,64. CB PM Fredson Souza dos Santos; CPF: 846.161.562-04; VALOR: R$ 379,80. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 08/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Prainha-PA; Destino: Santarém-PA; Período: 08 e 09/01/2020; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 01 de pousada; Servidores: SGT PM Melquizedeque dos Santos Porto; CPF: 579.876.702-78; VALOR: R$ 395,64. SD PM Nailton Nogueira de Azevedo; CPF: 010.471.412-30; VALOR: R$ 379,80. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 09/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Redenção-PA; Destino: Marabá-PA; Período: 24 e 25/01/2020; Quantidade de diárias: 01 de alimentação e 01 de pousada; Servidores: SD PM Leandro Soares de Lima; CPF: 011.010.111-14; VALOR: R$ 253,20. SD PM Francisco Ragau Cipriano de Almeida; CPF: 026.300.502-03; VALOR: R$ 253,20. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

PORTARIA Nº 10/20/DI/DF – Objetivo: A fim de realizar Escolta de Presos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. N° 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Tailândia-PA; Período: 01 e 02/02/2020; Quantidade de diárias: 02 de alimentação e 01 de pousada; Servidores: SGT PM Raimundo Viegas Lima; CPF: 579.944.472-87; VALOR: R$ 395,64. CB PM Almérico Holanda Silva do Nascimento; CPF: 453.861.882-91; VALOR: R$ 379,80. ORDENADOR: ÉDSON LAMEGO JÚNIOR; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

Protocolo: 532429

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 372/2020- DGPC/OD/DRF
DE 11 DE MARÇO DE 2020.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2020/200399, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de TUCURUÍ, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no período de 12 a 14/03/2020;
1 . DPC - JOSE HUMBERTO DE MELO JUNIOR - MAT:57193016
2 . IPC - SUAMY NELI MEDEIROS DA SILVA - MAT:5859174
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;

RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 02(duas) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 474,76 (quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos), perfazendo um total de R$ 949,52 (novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

PORTARIA Nº 373/2020- DGPC/OD/DRF
DE 11 DE MARÇO DE 2020.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2020/198385, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de ANAPU, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no período de 13 a 15/03/2020;
1 . IPC - CARLOS RODRIGO DAMASCENO MAGALHAES - MAT:5940052
2 . IPC - DANIEL FARACO MACIEL GOMES - MAT:5940312
3 . DPC - LUCAS PIMENTEL GOMES LUZ - MAT:5940537
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 02(duas) diária(s) do grupo B, no valor de R$ 474,76 (quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos), perfazendo um total de R$ 1.424,28 (Um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

PORTARIA Nº 374/2020- DGPC/OD/DRF
DE 11 DE MARÇO DE 2020.

CONSIDERANDO o teor do PROT 2020/198096, que solicitou o deslocamento do(s) servidor(es) abaixo nominado(s), ao município de CAPANEMA, a fim de realizar DILIGENCIA POLICIAL, no período de 14 a 15/03/2020;
1 . IPC - GERSON ADERSON CORREIA DOS SANTOS - MAT:5939691
CONSIDERANDO A lei 5.810 de 24/01/1994 (RJU) Seção V, Artigos 145 e 149;
RESOLVE: Determinar a Diretoria de Recursos Financeiros, que providencie o pagamento de 01(uma) diária(s) do grupo B , no valor de R$ 237,38 (duzentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos), para atender despesas adicionais decorrentes da diligência.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ALBERTO HENRIQUE TEIXEIRA DE BARROS
Delegado(a) Geral / Ordenador(a) de Despesas

Protocolo: 532402

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 93/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a conduta do servidor, A.P.S., mat. nº 5877008, que, teria, em tese, portado-se de modo incompatível com as funções de policial, bem como feito uso indevido de bem patrimônio da Polícia Civil e deixado a delegacia de polícia fechada, fatos ocorridos no município de Quatro Bocas/PA e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/ CGPC de 02/12/2019 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC JANAINA CEDRAN BERGAMINI DE OLIVEIRA - CORREGEDORIA – CASTANHAL
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 94/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as condutas dos servidores, H.S.A, mat. nº 8400723 e I.M.S.C., mat. nº 5865867, face o teor do Of. nº 223/2019-MPPA/15PJJSTM de 06/09/19, ref. ao Proc. Judicial nº 0800612-18.2019.814.0051, no qual verificou-se divergências nas declarações dos policiais nos autos e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/ CGPC de 10/12/19 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC ELINELSON DE OLIVEIRA SILVA - CORREGEDORIA – SANTARÉM
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 95/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e individualizar conduta, face a Autoridade Policial, ter, em tese, deixado de fazer instauração no prazo legal, procedimento policial dos crimes de homicídios comunicados no BOP nº 00018/2020.100012-9 e demais fatos conexos, conforme PORTARIA Nº 012/2010-GAB/CGPC e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC SIMONE EDORON MACHADO ARAUJO – CORREGEDORIA
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 96/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias que permearam a diligência policial realizada por policiais civis lotados na DP Monte Alegre, na residência da Sra. Ester Rodrigues da Silva, em 17/01/2020, fato ocorrido naquele município, consoante relato de sua filha Lidia Rodrigues de Oliveira e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 10/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC ELINELSON DE OLIVEIRA SILVA - CORREGEDORIA – SANTARÉM
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 97/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar os relatos dos Srs. Ramires Barreto da Silva e outra, os quais acusam, policial civil de ter, em tese, agido com arbitrariedades a quando de diligência policial realizada no dia 17/01/2020, no município de Monte Alegre/PA e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 11/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC ELINELSON DE OLIVEIRA SILVA - CORREGEDORIA – SANTARÉM
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 98/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias do acidente de trânsito envolvendo a VTR, modelo VW/AMAROK CD 4X4, placa QES7383, disponibilizada a SU Paragominas/PA, consoante o BOP nº 176/2020.100286-1, fato ocorrido em 24/01/2020, momento que o servidor que dirigia a viatura, sentiu-se mal e teria, em tese, perdido a direção do veículo e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 11/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC IVONE FERNANDES SHERRING – CORREGEDORIA
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 99/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as declarações dos nacionais Raiene da Silva e Silva e outros, por ocasião da audiência de custódia realizada em 12/12/18, na Comarca de Monte Alegre/PA, na qual acusam policiais civis, de terem, em tese, agido com arbitrariedades, a quando de suas prisões ocorridas em 07/12/18, que ensejou a lavratura do IPL/FLG nº 00068/2018.000512-8- DP Monte Alegre/PA e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 14/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC ELINELSON DE OLIVEIRA SILVA - CORREGEDORIA – SANTARÉM
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 100/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 05/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e individualizar conduta, face a Autoridade Policial, ter, em tese, deixado de instaurar no prazo legal, procedimento policial dos crimes de homicídios comunicados nos BOP's nºs 171/2020.100494-4 e outros, e demais fatos conexos, conforme anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC JANAINA CEDRAN BERGAMINI DE OLIVEIRA - CORREGEDORIA – CASTANHAL
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 101/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as declarações das Sras. Edileia da Silva Barbosa e outra, que tiveram em tese, a casa invadida por policiais, os quais exigiram e receberam certa quantia em dinheiro, sob a alegação de não incriminá-las, fato ocorrido em 03/06/19, no município de Itaituba/PA e demais fatos conexos conforme Despacho/COINT/CGPC de 18/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC ELINELSON DE OLIVEIRA SILVA - CORREGEDORIA – SANTARÉM
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 102/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias em que ocorreu a diligência policial na residência do Sr. Marley da Cunha Silva, o qual acusa policiais da DEAM/Parauapebas/PA, de terem, agido com arbitrariedades, consoante relato no Disque Denúncia sob nº 256460 de 05/02/2020, fato ocorrido naquele município e demais fatos conexos conforme Despacho/COINT/CGPC de 19/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC VICTOR COSTA LIMA LEAL - CORREGEDORIA – MARABÁ
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 103/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da morte do apresentado Edgar Guedes da Silva, ocorrida em 17/01/2020, no interior da cela da DP Santarém Novo/PA, consoante o BOP nº 195/2020.100010-1, o que ensejou a instauração do IPL nº 195/2020.100004-4 e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 13/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC JANAINA CEDRAN BERGAMINI DE OLIVEIRA - CORREGEDORIA – CASTANHAL
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 104/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e individualizar conduta, face a Autoridade Policial, ter, em tese, deixado de fazer instauração no prazo legal, procedimento policial dos crimes de homicídios comunicados no BOP's nºs 00061/2019.100937-2 e demais fatos conexos, conforme PORTARIA Nº 012/2010-GAB/CGPC e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC JANAINA CEDRAN BERGAMINI DE OLIVEIRA - CORREGEDORIA – CASTANHAL
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 105/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as declarações de Wanto Silva Barros, o qual acusa o servidor, J.R.M.S., mat. nº 5158176, de ter, em tese, portado-se de modo incompatível com as funções de policial, fato ocorrido em 31/01/2020, nesta capital e demais fatos conexos, conforme Despacho/CCRM/CGPC de 13/02/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC LUCIANA BICO DA SILVEIRA BICHARA - CORREGEDORIA - DIVISÃO DE DISCIPLINA
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 106/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da intervenção policial que culminou com os óbitos de Patrick Brandão Santos da Silva e outros, por ocasião de operação policial na Vila dos Cabanos/Barcarena/PA em 28/01/2020, o que ensejou a instauração do IPL nº 00086/2020.100021-2 e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 03/03/2020 e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC IVONE FERNANDES SHERRING – CORREGEDORIA
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 107/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e individualizar conduta, face a Autoridade Policial, ter, em tese, deixado de fazer instauração no prazo legal, procedimento policial dos crimes de homicídios comunicados no BOP's nºs. 00481/2020.101230-5 e demais fatos conexos, conforme PORTARIA Nº 012/2010-GAB/CGPC e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC JANAINA CEDRAN BERGAMINI DE OLIVEIRA - CORREGEDORIA – CASTANHAL
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 108/2020-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 06/03/2020

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e individualizar condutas, face a Autoridade Policial, ter, em tese, deixado de fazer instauração de procedimento policial, no prazo legal, dos crimes de homicídios comunicados nos BOP's nºs 00086/2019.102964-4 e outros e demais fatos conexos, conforme PORTARIA Nº 012/2010-GAB/CGPC e anexos.
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.
DPC IVONE FERNANDES SHERRING – CORREGEDORIA
À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RAIMUNDO BENASSULY MAUES JUNIOR
Corregedor Geral da Polícia Civil

Protocolo: 532823

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº048 DE 04/03/2020-DAF

SERVIDORA: LUZIA REGINA DE ABREU LISBOA
CARGO: Perito Criminal, MATRÍCULA: 5220564/2
PERÍODO:16.03.2020 a 14.05.2020
TRIÊNIO:21.05.2008 a 20.05.2011 e 21.05.2011 a 20.05.2014

PORTARIA Nº049 DE 04/03/2020-DAF

SERVIDORA: ANABELA DE OLIVEIRA POMPEU
CARGO: Perito Criminal, MATRÍCULA: 5326940/2
PERÍODO:31.03.2020 a 29.05.2020
TRIÊNIO:17.05.2014 a 17.05.2017

Protocolo: 532400

CONTRATO

CONTRATO: 034/2019

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para prestação de serviços especializados de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva do purificador de água PURELAB- ELGA Série: USL258406 Modelo: Ultra SCMK2, para atender as necessidades deste Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.
DATA DA ASSINATURA: 11/03/2020.
VALOR: R$ 23.880,00 (vinte e três mil oitocentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: 11/03/2020 a 10/03/2021.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação n° 004/2019 – CPC-RC.
FORO: Justiça Estadual, Comarca de Belém/PA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PTRES: 06.122.1297.8338 Operacionalização de Ações Administrativas; NATUREZA DA DESPESA: 339039 – Outros Serviços de Terceiros _ Pessoa Jurídica; FONTE: 0101 – Recursos Ordinários; PI: 4200008338C; AÇÃO: 232085.
CONTRATADO: A empresa VEOLIA WATER TECHNOLOGIES BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 96.591.128/0004-99, com sede à Rod. Raposo Tavares, 27530, Km 27,5, Bairro: Granja Verde, Cotia/SP, CEP 06.707-000.
ORDENADOR DESPESAS: Celso da Silva Mascarenhas.

Protocolo: 532701

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 2020/118151

RATIFICO, com fundamento no art. 26 da Lei Federal 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação nº 001/2020 – CPC – RC fundamentada no Inciso I, do art. 25 da Lei Federal n° 8.666/93 da forma abaixo discriminada:
Objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA – SOFTWARE CAD 3D", para atender as necessidades do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves".
Empresa: TOTALCAD COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA (CNPJ/MF Nº 08.175.591/0001-40)
Valor: R$ 26.691,00 (Vinte e seis mil seiscentos e noventa e um reais).
Vigência: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do Contrato Administrativo.
Belém, 10 de Março de 2020.
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor Geral

Protocolo: 532561

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Processo nº 2018/313391)

O Diretor Geral do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos corroborados nos autos do processo nº 2018/313391, bem como as disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2020 – CPC, que tem por objeto a "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DE DNA" para atender as necessidades deste Centro de Perícias Cientificas Renato Chaves, considerando também os termos da adjudicação do pregoeiro oficial, bem como a manifestação do Núcleo de Controle Interno, RESOLVE:
I – HOMOLOGAR a adjudicação do Pregoeiro Oficial que concedeu o objeto do "Grupo 1, 2 e 4", à empresa DINALAB COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ/MF nº 32.578.926/0001-55) pela oferta de R$ 30.590,00 (Trinta mil quinhentos e noventa reais);
II – HOMOLOGAR a adjudicação do Pregoeiro Oficial que concedeu o objeto do "Grupo 3", à empresa LOGLAB – COMERCIO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO (CNPJ/MF nº 21.895.553/0001-20) pela oferta de R$ 7.525,00 (Sete mil quinhentos e vinte e cinco reais);
III – Determinar à Comissão Permanente de Licitação a adoção dos procedimentos necessários para a elaboração do instrumento contratual nos termos do edital desta licitação;
IV – Determinar à Diretoria Administrativa e Financeira a indicação para a designação de fiscal de contrato.
V – Os autos do presente processo estão à disposição de todos que interessarem para vistas junto à Comissão Permanente de Licitação deste CPC.
REGISTRE-SE, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.
Belém, 11 de Março de 2020.
CELSO DA SILVA MASCARENHAS
Diretor Geral

Protocolo: 532390

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 93/2020-DGD/PAD/DIVERSAS, DE 09/03/2020.

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e ….
CONSIDERANDO os termos do Decreto n° 1.635 de 08.06.2015, que confere ao Diretor-Geral, atribuições para dirigir e coordenar os trabalhos do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA;
CONSIDERANDO a decisão judicial nos autos da Ação Penal nº 0011276-61.2019.8.14.0401, da 9º Vara Criminal de Belém/PA;
CONSIDERANDO a revogação das Medidas Cautelares aplicadas ao servidor Valdecy Barros Almeida, conforme comunicado através do Ofício nº DOC LIBRA/9ªVCB.
R E S O L V E:
I - REVOGAR a PORTARIA Nº 277/2019-DG/CORREGEDORIA GERAL, de 25 de outubro de 2019, publicada no DOE nº 34.033, de 12/11/2019 e determinar o retorno do servidor VALDECY BARROS ALMEIDA ao trabalho;
II – DETERMINAR à Coordenadoria de Gestão de Pessoas – CGP que ultime providências relacionadas a referida decisão.
III - Os efeitos desta Portaria retroagirão à data de 02/12/2019.
MARCELO LIMA GUEDES
DIRETOR GERAL DO DETRAN/PA

Protocolo: 532619

PORTARIA Nº 797/2020-DG/CGP, DE 11/03/2020.

O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria 3630/2019-DG/DETRAN, de 30/10/2019, publicada no DOE 34.024, de 31/10/2019, nomeando a Comissão de Examinadores para o período de 01/11/2019 a 01/11/2021, vinculando-os ao CNPJ 04.822.060/0001-40, deste Órgão, podendo ser alterada a qualquer tempo, com base no poder destinado à Direção Geral,
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora Luiza Antonia Rachid Miranda, Assistente de Administração, matrícula 3263649/1, para desenvolver as atividades de Examinadora de Trânsito na Gerência de Exames Teóricos e Práticos, no período de 12/03/2020 a 01/11/2021, obedecendo às diretrizes estabelecidas pela Portaria 3630/2019-DG/DETRAN.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 12/03/2020.
MARCELO LIMA GUEDES
Diretor Geral

PORTARIA Nº 789/2020-DAF/CGP, DE 10/03/2020.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO os termos constantes do Despacho às fls.05, no Processo 2017/80049, deferindo a concessão de Licença Prêmio,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA JUNIOR, Vistoriador, matrícula 57214885/1, lotado na Gerência de Vistoria e Inspeção de Veículos, 60 (sessenta) dias de LICENÇA PRÊMIO, no período de 24/03 a 22/05/2020, referentes aos triênios 2009/2012 (30 dias) e 2012/2015 (30 dias), de acordo com a Lei 5.810/94-RJU, de 24/01/1994.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 24/03/2020.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 532592

PORTARIA N° 755/2020-CNCIR/DG, DE 09/03/2020.

Prorrogação de prazo para vistorias, recibos de transferência de propriedade de veículos automotores, elétricos, articulados, reboque e semi reboque, e não cobrança de diária de veículos recolhidos no Parque de Retenção da CIRETRAN de Eldorado dos Carajás – DETRAN/PA, vencidos no período de 27 de dezembro de 2019 a 02 de março de 2020.
O Diretor Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando a ausência de Vistoriador lotado permanentemente da CIRETRAN de Eldorado dos Carajás – DETRAN/PA, pois os serviços que dependem deste, impedem o prosseguimento e conclusão dos serviços relativos aos processos de veículos.
RESOLVE:
Artigo 1º - Prorrogar até 30/03/2020 o prazo de vistorias, de recibos de transferência de propriedade de veículos automotores, elétricos, articulados, reboque e semi reboque, e não cobrança de diária de veículos recolhidos ao Parque de Retenção da CIRETRAN de Eldorado dos Carajás – DETRAN/PA no período de 27 de dezembro de 2019 a 02 de março de 2020 na CIRETRAN supramencionada.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se às disposições em contrário.
MARCELO LIMA GUEDES
Diretor Geral

PORTARIA Nº 32/2020- SIND/INVEST/DIVERSOS, DE 12/02/2020.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e CONSIDERANDO os termos do Decreto n° 1.635 de 08.06.2015, que do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA.
CONSIDERANDO a delegação de competência de que dispõe a PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, publicada no DOE nº 33400, em 22 de junho de 2017.
CONSIDERANDO os autos do Processo de Sindicância Investigativa nº 2019/155169, instaurada através da PORTARIA Nº 29/2019-CGD/SIND. INVEST. Publicada no DOE 34.036, de 14/11/2019.
CONSIDERANDO o Parecer Correicional n° 010/2020- CORREGEDORIA GERAL, que acolheu o Relatório Final da Comissão Sindicante e concordou

pelo ARQUIVAMENTO dos autos, por ausência de irregularidade funcional, com funamento no art. 201, inciso I, da lei 5.810/94 - RJU.
R E S O L V E:
I – DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância Investigativa nº 2019/155169, instaurado pela PORTARIA Nº 29/2019-CGD/SIND. INVESTIGATIVA, publicada no DOE 34.036, de 14/11/2019, com fundamento no art. 201, inciso I, da lei 5.810/94 – RJU.
II- À Secretaria da Corregedoria Geral do DETRAN, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.
MARLENILSON LUIZ P. MIRANDA
CORREGEDOR CHEFE-DETRAN/PA

PORTARIA Nº 56/2020 - SIND.INVESTIGATIVA/DIVERSOS, DE 13/02/2020.

O Corregedor Chefe do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, conferidas por lei, e CONSIDERANDO os termos do Decreto n° 1.635 de 08.06.2015, que do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA.
CONSIDERANDO a delegação de competência de que dispõe a PORTARIA Nº 1861/2017-DG/CG/DETRAN, publicada no DOE nº 33400, em 22 de junho de 2017.
CONSIDERANDO os autos do Processo de Sindicância Investigativa nº 2015/180121, instaurado através da PORTARIA Nº 34/2019 - CGD/SIND. INVESTIGATIVA, publicada no DOE nº. 34036 de 13/11/2019, para apurar possíveis irregularidades nos atos e condutas de servidor deste Departamento de Trânsito do Estado do Pará.
CONSIDERANDO o Parecer Correicional n° 24/2020 - CORREGEDORIA GERAL, que acolheu o Relatório Final da Comissão Sindicante, pelos fundamentos que expôs e concordou pelo ARQUIVAMENTO dos autos.
R E S O L V E:
I – ACATAR o Relatório da Comissão Sindicante e o Parecer Correicional n° 24/2020 – CORREGEDORIA GERAL.
II- DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância Investigativa nº 2015/180121, instaurado através da PORTARIA Nº 34/2019 - CGD/SIND. INVESTIGATIVA, publicada no DOE nº. 34036 de 13/11/2019, por ausência de provas.
III- À Secretaria da Corregedoria Geral do DETRAN para que adotem as providências para o pleno cumprimento.
MARLENILSON LUIZ P. MIRANDA
CORREGEDOR-CHEFE – DETRAN/PA

Protocolo: 532839

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

NÚMERO DO TERMO: 1°
NÚMERO DO CONTRATO: 003/2019
PARTES: Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, CNPJ n° 04.822.060/0001-40 e a JULIANA DA SILVA ROCHA, CPF Nº 957.516.372-91.
OBJETO DO CONTRATO: Locação não residencial, referente ao imóvel urbano destinado ao funcionamento da CIRETRAN de Trânsito no município de Eldorado dos Carajá – PA.
VALOR DO CONTRATO: Valor mensal de R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).
OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: Alterar a "Cláusula Quarta – Do Prazo de Locação", e a "Cláusula Nona – Dos Recursos Financeiros".
VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: Início: 07/03/2020 Término: 06/09/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
66.201 – Departamento de Trânsito do Estado do Pará;
Função – Segurança Pública;
Subfunção – Normatização e Fiscalização;
Subfunção - Administração Geral
Programa – Segurança Pública
1297 Programa - Manutenção da Gestão
Projeto Atividade – Implementação das Unidades do DETRAN;
8338 Projeto Atividade - Operacionalização das Ações Administrativas;
339036 Elemento de Despesa – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física;
Fonte de Recursos – Recursos Próprios;
Fonte de Recursos – Recursos Próprios – Superávit.
FORO: Belém
DATA DE ASSINATURA: 06/03/2020
ORDENADOR RESPONSÁVEL: MARCELO LIMA GUEDES
MARCELO LIMA GUEDES
Diretora Geral – DETRAN/PA

Protocolo: 532419

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 009/2020 – FISP
BELÉM 11 DE MARÇO DE 2020

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS, Diretor e Ordenador de Despesa do Fundo de Investimento de Segurança Pública - FISP, por designação legal, etc,...
CONSIDERANDO: Os processos licitatórios desenvolvidos pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO e COTAÇÃO ELETRÔNICA do Fundo de Investimento de Segurança Pública – FISP:
CONSIDERANDO: A necessidade de CONFERÊNCIA e RECEBIMENTO dos Equipamentos de interesse da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, adquiridos junto a Empresas A L PAES BOULHOSA;
CONSIDERANDO: O conteúdo do PROCESSO LICITATÓRIO 2019/585888 relativo a COTAÇÃO ELETRÔNICA 006/2019, para aquisição de 02 (dois) TELEVISORES tipo SMART - 60" para a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ;
RESOLVE: DESIGNAR a servidora JOELMA CARVALHO DE ARAÚJO - Mat. 5730937, para proceder CONFERÊNCIA e RECEBIMENTO dos Equipamentos acima mencionados de conformidade com o CONTRATO nº. 052/2019-FISP:
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS
Diretor e Ordenador do FISP

Protocolo: 532613

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA Nº 247/2020-CGP/SEAP

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar os fatos narrados no Memorando nº 002/2020 – PDP/DEC/SEAP, datado de 06/02/2020, ocorridos na Central de Recaptura de Condenados, no dia 05/02/2020.
Art. 2 º - Designar ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO, Assessora, para conduzir a investigação.
Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532632

PORTARIA Nº 244/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº. 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);
RESOLVE:
Art. 1º – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional do servidor ANTÔNIO PLÁCIDO SOBRINHO, Diretor do Centro de Recuperação Regional de Salinópolis, acerca da inobservância injustificada ao prazo de instauração dos Procedimentos Disciplinares Penitenciário de nº 030/2019, 031/2019, 032/2019 e 034/2019, conforme disposto na PORTARIA Nº 102/2019-GAB/SEAD, de 28/01/2019. O servidor, em tese, infringiu o art. 177, IV, VI, IX, "b", 178, XVI e 189 do RJU.
Art. 2º – Constituir Comissão composta pelos servidores BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior – Presidente; VITOR RAMOS

EDUARDO, Procurador Autárquico e Fundacional – membro; e ANDRE RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional – membro.
Art. 3º – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.
Art. 4º – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532633

PORTARIA Nº 249/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar os fatos ocorridos em 08/02/2020, no Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, narrados no Memorando nº 056/2020-GAB/SEAP, datado de 12/02/2020.
Art. 2 º - Designar ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado, para conduzir a investigação.
Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532634

PORTARIA Nº 243/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar os fatos narrados no Termo de Denúncia nº 010/2020-CGP/SEAP, datado de 02/03/2020, ocorridos no Presídio Estadual Metropolitano II.
Art. 2 º - Designar ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado, para conduzir a investigação.
Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532640

PORTARIA Nº 245/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional dos servidores PEDRO WINICIUS DA SILVA BRITO e FÁBIO COSTA MONTEIRO, Agentes Prisionais, acerca da fuga de 12 (doze) internos e tentativa de fuga de 01 (um), da Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel, ocorrida no dia 31/12/2019. Os servidores infringiram, em tese, os arts. 177, IV e VI c/c 190, XIX, do RJU.
Art. 2º – Constituir Comissão composta pelos servidores ANDRE RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional – Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado – membro; e VITOR RAMOS EDUARDO, Procurador Autárquico e Fundacional – membro.
Art. 3º - Deliberar que os membros da comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.
Art. 4º - Determinar à referida comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.
Art. 5º - Encaminhar cópia desta Portaria à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro na ficha funcional do servidor.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532641

PORTARIA Nº 242/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar os fatos narrados no Termo de Denúncia nº 009/2020-CGP/SEAP, datado de 20/02/2020, ocorridos no Centro de Reeducação Feminino de Marituba.
Art. 2º - Designar KARLA DIANA DE SOUZA FREITAS, Assistente Administrativo, para conduzir a investigação.
Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532638

PORTARIA Nº 236/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior – Presidente; SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado – membro; ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico do Estado – membro; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5135/2019-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532662

PORTARIA Nº 235/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico do Estado, Presidente, SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica, membro, e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo, membro; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5320/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532656

PORTARIA Nº 237/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão Composta por ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico – Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado – membro; e ELTON DA COSTA FERREIRA, Procurador Autárquico – membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5139/2019-CGP/SUSIPE, estabelecendo o prazo de 120 dias para a conclusão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532660

PORTARIA Nº 246/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar o extravio do prontuário de saúde do preso PAULO JORGE SILVA DO NASCIMENTO, que veio a óbito em 11/03/2019, no Hospital Municipal de Santa Izabel, quando custodiado pela Colônia Penal Agrícola de Santa Izabel.
Art. 2 º - Designar KARLA DIANA DE SOUZA FREITAS, Assistente Administrativo, para conduzir a investigação.
Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532644

PORTARIA Nº 232/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano – Presidente; SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro; ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado - membro; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5276/2019-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532646

PORTARIA Nº 233/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado – Presidente; VITOR RAMOS EDUARDO, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado – membro; SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5280/2019-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532647

PORTARIA Nº 234/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão composta por BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Corregedor do Interior, Presidente; SAIDY MERCES DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica, membro; e ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico do Estado, membro.; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5319/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532648

PORTARIA Nº 238/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;
CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão envidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;
CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;
RESOLVE:
Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão Composta por ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico – Presidente; SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado – membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Assistente Administrativo – membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 5137/2019-CGP/SUSIPE, estabelecendo o prazo de 120 dias para a conclusão.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532649

PORTARIA Nº 248/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;
RESOLVE:
Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar o óbito do preso JHONATAN DE DEUS MAGALHÃES, ocorrido em 22/12/2019, no Centro de Recuperação Agrícola "Mariano Antunes".
Art. 2 º - Designar ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional do Estado, para conduzir a investigação.
Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 532642

PORTARIA Nº 239/2020-CGP/SEAP

CONSIDERANDO o disposto no art. 201, parágrafo único, da Lei Estadual n.º 5.810/94-RJU, segundo o qual o prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior;

RESOLVE:
Art. 1º - Prorrogar a Portaria, abaixo relacionada, publicada no DOE nº 34.115, 11.02.2020:
- 115/2020-CGP/SEAP, de 07/02/2020, referente à SAD nº: 5357/2020-CGP/SEAP;
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RENATO NUNES VALLE
Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 532651

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 251/2020 - GAB/S

CONSIDERANDO o disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e o disposto no Decreto nº. 870 de 04/10/2013.
RESOLVE:
Art. 1º - Em substituição ao servidor TIMÓTEO RICARDO DA SILVA, matrícula n° 54191891 designar a servidora ANDREZA CUNHA SOUZA, matrícula nº 6320417/1, para atuar como Fiscal Titular e em substituição ao servidor VELOSO JÚNIOR ABREU FIGUEIREDO, matrícula nº 7565519, designar a servidora YASMIM BITAR DE SOUSA, matrícula nº 5929256/1 para atuar como Fiscal Suplente do Contrato Administrativo nº 038/2018/SEAP, celebrado entre a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE e a SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, cujo objeto é a prestação de serviços de publicação de atos administrativos e outros atos cuja publicidade decorra de exigência legal.
Parágrafo Único- São atribuições do fiscal: acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, das cláusulas contratuais e fazer relatório de finalização do contrato.
Art.2º - Deliberar que o servidor atue em conformidade com o estabelecido no dispositivo legal mencionado em epígrafe, até a vigência final do referido instrumento.
Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo: 532679

ERRATA

TÉRMINO DE VINCULO, PUBLICADA NO DOE 34117, DE 12/02/2020, PROTOCOLO 523107.

SERVIDORES:
- MARLY EVANGELISTA VIEIRA;
- FRANCE MARY DE ALMEIDA;
- GENY DE NAZARÉ BOTELHO DA SILVA;
- ROSANGELA RAMOS DE SOUZA.

Onde se lê: TERMINO DE VINCULO: 12/02/2020;
Leia-se: TERMINO DE VINCULO: 02/03/2020.

Protocolo: 532440

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DOE Nº34138 DE 10 DE MARÇO DE 2020, PORTARIA Nº 226/202020-GAB/SEAP PROTOCOLO Nº531632 .

Onde se lê: Contratar em caráter de substituição, mediante Processo Seletivo Simplificado, autorizada através dos processos nº 2019/293473 de 01 de agosto de 2019 e nº 2019/293436 de 01 de agosto de 2019 conforme vigência relacionada no anexo desta Portaria.
- Leia-se: : Contratar em caráter de substituição, mediante Processo Seletivo Simplificado, autorizada através dos processos nº 2019/293473 de 01 de agosto de 2019 e nº 2019/293459 de 01 de agosto de 2019 conforme vigência relacionada no anexo desta Portaria.

Protocolo: 532715

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO DOE Nº34136 DE 06 DE MARÇO DE 2020, PORTARIA Nº 227/2020-GAB/SEAP PROTOCOLO Nº530398 .

Onde se lê: Contratar em caráter de substituição, mediante Processo Seletivo Simplificado, autorizada através dos processos nº 2019/293445 de 01 de agosto de 2019, nº 2019/293473 de 01 de agosto de 2019 e nº 2019/293436 de 01 de agosto de 2019 conforme vigência relacionada no anexo desta Portaria.
- Leia-se: Contratar em caráter de substituição, mediante Processo Seletivo Simplificado, autorizada através dos processos nº 2019/293445 de 01 de agosto de 2019, nº 2019/293473 de 01 de agosto de 2019 e nº 2019/293459 de 01 de agosto de 2019 conforme vigência relacionada no anexo desta Portaria.

Protocolo: 532720

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretário de Estado de Administração Penitenciária, nos termos do artigo 9º, inciso XXIV, da Lei Estadual nº 6.474 de 06/08/2002 e, ainda, considerando a decisão efetuada pela Pregoeira no bojo do Pregão Eletrônico nº 031/2019/SUSIPE (Processo nº 2019/47426) que tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Permanente Técnico-Enfermagem, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.
DECIDE, adjudicar e homologar o aludido certame, efetuado sob o critério Menor Preço por lote, em favor da seguinte licitante vencedora relacionada abaixo:
C J A PARENTE
CNPJ: 83.646.307/0001-91
Valor Global: R$ 428.940,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta reais).
VALOR GLOBAL DA ATA: R$ 428.940,00 (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e quarenta reais).
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
A contar de 20 de janeiro de 2020.
Belém, 20 de janeiro de 2020.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenc

Protocolo: 532444

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL COM ENCARGOS Nº008/2015

2º (Segundo) Apostilamento ao Termo de Cooperação Técnica e Operacional com Encargos nº008/2015, firmado entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Pública do Pará - SEDOP, cujo objeto é o destaque orçamentário para atender o Reajuste.
A Cláusula Terceira será substituída pela seguinte redação:
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS E DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
Alterar o valor do destaque orçamentário descrito no Plano de Aplicação, passando o valor total do Termo de Cooperação Técnica e Operacional com Encargos para o montante de R$ 8.504.455,49 (oito milhões quinhentos e quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), em razão do Reajuste no valor de R$ 128.221,44 (cento e vinte e oito mil duzentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), no programa de trabalho 52.201 03.128.1425.7564, natureza da despesa 449051, fonte 0101, a contar de 08 de outubro de 2019, com base no §8° do artigo 65 da Lei n° 8.666/93.
As demais cláusulas do referido Termo de Cooperação Técnica permanecem inalteradas.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária
BENEDITO RUY SANTOS CABRAL
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-SEDOP

Protocolo: 532673

APOSTILAMENTO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL COM ENCARGOS Nº008/2015

3º (Terceiro) Apostilamento ao Termo de Cooperação Técnica e Operacional com Encargos nº008/2015, firmado entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Pública do Pará - SEDOP, cujo objeto é o destaque orçamentário para atender o Reequilíbrio.
A Cláusula Terceira será substituída pela seguinte redação:
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS E DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
Aditar o valor de repasse dos recursos descrito no Plano de Aplicação, passando o valor total do Termo de Cooperação Técnica para o montante de R$ 9.236.019,44 (nove milhões duzentos e trinta e seis mil e dezenove reais e quarenta e quatro centavos), em razão do REEEQUILIBRIO do valor de R$ 731.563,95 (setecentos e trinta e um mil quinhentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos), no programa de Trabalho 97.101 03.421.1502.7663, na natureza da despesa 449052, fonte 0301, PL:022701CBLSI, com base no §8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
As demais cláusulas do referido Termo de Cooperação Técnica permanecem inalteradas.
Belém (PA), 19 de fevereiro de 2020.
JARBAS VASCONCELOS DO CARMO
Secretário de Estado de Administração Penitenciária
BENEDITO RUY SANTOS CABRAL
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-SEDOP

Protocolo: 532675

DIÁRIA

PORTARIA Nº 5072/2019

Objetivo: CONDUZIR INTERNO PARA PARTICIPAR DA SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI NA COMARCA DE BUJARU/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: PARAGOMINAS/PA-Brasil

Destino: BUJARU/PA-Brasil
Servidor (es):5942575/JOSE MARIA ALVES JUNIOR(AG PRISIONAL),58120892/ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA JUNIOR(AG PRISIONAL).
Período: 11/12/2019 – Diária(s): 01(UMA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532521

PORTARIA Nº 4898/2019

Objetivo: REALIZAR VISITA TÉCNICA NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO REGIONAL DE PARAGOMINAS/PA, PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PROCAP.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: DRS/PA-Brasil
Destino: PARAGOMINAS/PA-Brasil
Servidor (es):57201912/ERLYC FERREIRA DE AVIZ(COORDENADOR DE PROJETOS).
Período: 09 A 12/12/2019 – Diária(s): 3.5(TRÊS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532522

PORTARIA Nº 350/2020

Objetivo: CONDUZIR INTERNOS PARA PARTICIPAREM DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE TOMÉ AÇÚ/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: CTM II/PA-Brasil
Destino: TOMÉ AÇÚ/PA-Brasil
Servidor (es):54180158/ALEXANDRE DE CASTRO CARDOSO(AG PRISIONAL).
Período: 12/02/2020 – Diária(s): 1/2(MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532546

PORTARIA Nº 216/2020

Objetivo: REALIZAR LEVANTAMENTO DA ÁREA AFETADA DURANTE MOTIM NO CRAMA E VISITA NA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE REDENÇÃO/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: CEAR/PA-Brasil
Destino: REDENÇÃO/PA-Brasil
Servidor (es):5952546/JAILTON DA SILVA CHAVES(TÉC.EM GESTÃO DE INFRAESTRUTURA – ENG.CIVIL),5945709/NACIB BRAUN JORDY(COORDENADOR),57210954/WENDEL PINHEIRO DA SILVA(MOTORISTA).
Período: 07 A 10/01/2020 – Diária(s): 3.5(TRÊS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532547

PORTARIA Nº 361/2020

Objetivo: CONDUZIR INTERNOS PARA PARTICIPAREM DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE ALMERIM/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: CTM III/PA-Brasil
Destino: ALMERIM/PA-Brasil
Servidor (es):5403326/JOARES BARRETO DE OLIVEIRA(AG PRISIONAL).
Período: 07 A 13/02/2020 – Diária(s): 6.5(SEIS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532543

PORTARIA Nº 306/2020

Objetivo: CONDUZIR INTERNOS PARA PARTICIPAREM DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: PEM I/PA-Brasil
Destino: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA-Brasil
Servidor (es):5950092/COSMO IVAN DA SILVA(AG PRISIONAL).
Período: 21 A 23/01/2020 – Diária(s): 2.5(DUAS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532534

PORTARIA Nº 293/2020

Objetivo: CONDUZIR INTERNOS PARA PARTICIPAREM DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE OURILANDIA DO NORTE/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: CTM II/PA-Brasil
Destino: OURILANDIA DO NORTE/PA-Brasil
Servidor (es):5949899/ELIEL DE PAULA VARÃO(AG PRISIONAL).
Período: 19 A 23/01/2020 – Diária(s): 4.5(QUATRO E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532535

PORTARIA Nº 359/2020

Objetivo: CONDUZIR INTERNOS PARA PARTICIPAREM DE AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO NA COMARCA DE CAPITÃO POÇO/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: MARAMBAIA/PA-Brasil
Destino: CAPITÃO POÇO/PA-Brasil
Servidor (es):5839050/CARLOS HENRIQUE LEÃO MAIA(AG PRISIONAL).
Período: 07/01/2020 – Diária(s): 1/2(MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532538

PORTARIA Nº 180/2020

Objetivo: INTERVIR APÓS MOTIM NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA MARIANO ANTUNES EM MARABÁ/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: DAP/PA-Brasil
Destino: MARABÁ/PA-Brasil
Servidor (es):54194951/RINGO ALEX RAYOL FRIAS(DIRETOR).
Período: 04 A 10/01/2020 – Diária(s): 6.5(SEIS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532523

PORTARIA Nº 181/2020

Objetivo: COMPOR EQUIPE DE INTERVENÇÃO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA MARIANO ANTUNES EM MARABÁ/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: DAP/PA-Brasil
Destino: MARABÁ/PA-Brasil
Servidor (es):54188499/ARNALDO DE MELLO HENRIQUES NETO(DIRETOR).
Período: 04/01 A 10/02/2020 – Diária(s): 29.5(VINTE E NOVE E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532525

PORTARIA Nº 348/2020

Objetivo: COMPOR EQUIPE DE INTERVENÇÃO NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO AGRÍCOLA MARIANO ANTUNES EM MARABÁ/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: DAP/PA-Brasil
Destino: MARABÁ/PA-Brasil
Servidor (es):5798094/GUINALDO CAMPOS VIANA(AG PRISIONAL).
Período: 04 A 27/01/2020 – Diária(s): 23.5(VINTE E TRÊS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532529

PORTARIA Nº 271/2020

Objetivo: REALIZAR SUPERVISÃO TÉCNICA, PRESTAR ORIENTAÇÃO QUANTO AO SERVIÇO DESENVOLVIDO E PARTICIPAR DE REUNIÃO JUNTO A SECRETÁRIA DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE REDENÇÃO E MARABÁ/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: GPAT/PA-Brasil
Destino: REDENÇÃO E MARABÁ/PA-Brasil
Servidor (es):54181533/REGIA NAZARÉ SARMENTO RODRIGUES(COORDENADORA),5934951/EDLENE KELY ATAIDE SEABRA MOUTA(COORDENADORA),57192891/FRANCISCO XAVIER VASCONCELOS FERNANDES(MOTORISTA).
Período: 10 A 16/02/2020 – Diária(s): 6.5(SEIS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532530

PORTARIA Nº 079/2020

Objetivo: REALIZAR INSTRUIR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA NO CRM-VITÓRIA DO XINGU/PA.
Fundamento Legal: art. 145 da lei 5810/94
Origem: CGP/PA-Brasil
Destino: VITÓRIA DO XINGU/PA-Brasil
Servidor (es):97571444/KARLA DIANA DE SOUZA FREITAS(ASSIS.ADMINISTRATIVO),5942297/DAVYSON ALEX OLIVEIRA AMADOR(ASSIS.ADMINISTRATIVO).
Período: 03 A 06/02/2020 – Diária(s): 3.5(TRÊS E MEIA).
Ordenador: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Protocolo: 532531

FÉRIAS

PORTARIA Nº 630 /20-DGP.SEAP

RESOLVE:
CONCEDER aos servidores, abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com o Art. 74 da Lei nº 5.810/94, a serem gozadas no período determinado conforme abaixo:

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	EXERCÍCIO	GOZO
01	ABRAHAM FABRIZIO BENDAYAN	57175831	AGENTE PENITENCIÁRIO	PEM II	2019	01.04.20 a 30.04.20
02	ALVARO ERNANI FEITOSA DA LUZ	54196375	MOTORISTA	CTRANS	2020	01.04.20 a 30.04.20
03	ANA EDINA MOREIRA DE SOUSA	5817811	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTM II	2020	03.04.20 a 02.05.20
04	ANA MARIA MACEDO DE MORAES	5614350	AGENTE PENITENCIÁRIO	HGP	2020	01.04.20 a 30.04.20
05	ANTONIO DA CUNHA TEIXEIRA	5859824	GERENTE ADMINISTRATIVO	C.R.R.BRAGANÇA	2020	01.04.20 a 30.04.20
06	ANTONIO GENTIL FURTADO E BRANCO	5832012	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.C.NOVA	2020	01.04.20 a 30.04.20
07	ANTONIO SERGIO CARDOSO BARRA	33197	SECRETARIO DE DIRETORIA	CRCAN	2020	01.04.20 a 30.04.20

08	BENILSON NAZARE DE AQUINO CARRERA JUNIOR	54196437	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.SALINOPOLIS	2020	01.04.20 a 30.04.20
09	BRENO DE CARVALHO NUNES	5947373	DIRETOR	DLCC	2020	01.04.20 a 30.04.20
10	CATARINA DE SENA BARBOSA DE SOUZA	57203249	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRC	2019	01.04.20 a 30.04.20
11	CIBELY HENRIQUE CAVALCANTE	54188503	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTM II	2020	01.04.20 a 30.04.20
12	CIDNEY JOSE ROCHA	57221045	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTRANS	2019	01.04.20 a 30.04.20
13	CLAUDIO FERNANDES BARBOSA DO NASCIMENTO	5419875	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRC	2019	01.04.20 a 30.04.20
14	CLAUDIO FREITAS REBOUCAS	54196313	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTM IV	2020	01.04.20 a 30.04.20
15	CLEBER LIMA SANTAREM	5946766	AGENTE PENITENCIÁRIO	DELEGACIA DE CACHOEIRA DO ARARI	2020	01.04.20 a 30.04.20
16	COSME LEVI DE SOUZA BARBOSA	54188582	AGENTE PENITENCIÁRIO	GSG	2020	01.04.20 a 30.04.20
17	DANIEL PIRES DE OLIVEIRA	5414997	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTM IV	2020	01.04.20 a 30.04.20
18	DOROTEA SOARES LIMA	5614325	DIRETOR	CRC	2019	01.04.20 a 30.04.20
19	ELIUDES DOS SANTOS BARBOSA	5935877	TEC.EM ENFERMAGEM	UBS/SANTA IZABEL	2019	01.04.20 a 30.04.20
20	ERICA DOLZANE DA SILVA VASCONCELOS	5943248	TEC.EM ENFERMAGEM	C.R.R.ITAITUBA	2019	01.04.20 a 30.04.20
21	EVERALDO TAVARES CORREA	57202906	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.MARAMBAIA	2019	01.04.20 a 30.04.20
22	FABRICIO SILVA RABELO	57212613	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CPPB	2020	06.04.20 a 05.05.20
23	FRANCINEI AFONSO CAMARAO CARDOSO	5798248	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTM II	2020	01.04.20 a 30.04.20
24	FRANCISCO ERNANDES CRUZ	5830583	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRFMARABÁ	2019	01.04.20 a 30.04.20
25	FRANCISCO NASCIMENTO DE SOUZA	5798256	AGENTE PENITENCIÁRIO	HGP	2020	01.04.20 a 30.04.20
26	FRANCISCO PACHECO LADISLAU	54196461	AGENTE PENITENCIÁRIO	HGP	2020	01.04.20 a 30.04.20
27	GILCIRENE DE OLIVEIRA SANTANA DA PAIXAO	5948443	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRF	2020	01.04.20 a 30.04.20
28	GRACIETE BITANCOURT PINHEIRO	57192506	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRC	2019	01.04.20 a 30.04.20
29	GUINALDO CAMPOS VIANA	5798094	AGENTE PENITENCIÁRIO	DEC	2020	01.04.20 a 30.04.20
30	HELIO SILVA VIANA	5226678	AGENTE ADMINISTRATIVO	CPPB	2019	01.04.20 a 30.04.20
31	HELOISA CLEICY DA SILVA GOMES	54196390	TEC.EM ENFERMAGEM	C.R.MOSQUEIRO	2020	01.04.20 a 30.04.20
32	ISOLINA DE NAZARE CORREA VIEIRA	57214083	TEC.EM GESTAO PENITENCIARIA	C.T.C.NOVA	2020	01.04.20 a 30.04.20
33	JACIARA CORREA DUARTE	54196360	AGENTE PENITENCIÁRIO	PEM II	2020	01.04.20 a 30.04.20
34	JACKSON CAMPOS MACEDO	5832055	MOTORISTA	C.R.R.ITAITUBA	2020	01.04.20 a 30.04.20
35	JOAO GAIA BRAGA	57211466	MOTORISTA	CTRANS	2020	01.04.20 a 30.04.20
36	JONATAS AMARAL LEAL	5927293	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.M.SANTAREM	2020	01.04.20 a 30.04.20
37	JORGE FERNANDO AVELAR BARBOSA	54196322	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	C.T.MARAMBAIA	2020	01.04.20 a 30.04.20
38	JOSE CARLOS BARROS RODRIGUES	5156149	TECNICO AGRICOLA	CPASI	2019	01.04.20 a 30.04.20
39	JOSE CARLOS SOUZA DOS SANTOS JUNIOR	55586580	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTRANS	2020	01.04.20 a 30.04.20
40	JOSE RAIMUNDO ALVES DE SOUZA MANGABEIRA	326100	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EAP	2019	01.04.20 a 30.04.20
41	JOSE RAIMUNDO SOUSA BRAGA	54196405	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.MOCAJUBA	2020	01.04.20 a 30.04.20
42	JOSE ROBERTO GOMES	57221120	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRCAN	2019	01.04.20 a 30.04.20
43	JOSE VALKIRES PEREIRA DE SOUSA	54196477	AGENTE PENITENCIÁRIO	CPJA	2020	01.04.20 a 30.04.20
44	JOSE WILSON SOUZA	57192415	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRCAN	2019	01.04.20 a 30.04.20
45	KAMILA PIRES DIAS DA COSTA	55586753	DIRETOR	DLPI	2020	01.04.20 a 30.04.20
46	KATIA VANILZA SOUZA DA SILVA	54188513	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DAB	2020	01.04.20 a 30.04.20
47	LEILA NAZARE SENA VINENTE DE SOUZA	5747813	ADVOGADO	DEC	2020	01.04.20 a 30.04.20
48	LEO DE SOUZA BORGES	5798221	AGENTE PENITENCIÁRIO	CPPB	2020	01.04.20 a 30.04.20
49	LEOMAR SILVA PEREIRA	5917625	GERENTE SEGURANÇA	CRAMA	2020	01.04.20 a 30.04.20
50	LUIS CARLOS GASPAR CORREA	54191435	AGENTE PENITENCIÁRIO	PEM II	2020	01.04.20 a 30.04.20
51	LUIZ ANTONIO COSTA DA CUNHA	5614503	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRC	2020	01.04.20 a 30.04.20
52	LUIZ CLAUDIO COSTA DA SILVA	5947637	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRPP III	2020	01.04.20 a 30.04.20
53	LUIZ GONZAGA PRESTES DE BRITO	54181925	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.CAMETA	2019	01.04.20 a 30.04.20
54	LUIZ JORGE MARVAO FILHO	54185837	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.MARAMBAIA	2019	01.04.20 a 30.04.20
55	LUZIMAR PEREIRA DE CARVALHO	5831202	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTMMARABÁ	2020	01.04.20 a 30.04.20
56	MANOEL CLEMENTINO GONÇALVES FILHO	57192322	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.MARAMBAIA	2019	01.04.20 a 30.04.20
57	MANOEL PAULO BARRADAS MARTINS	54196345	MOTORISTA	C.R.R.MOCAJUBA	2020	01.04.20 a 30.04.20
58	MARCELO TONIO NAHUM FERNANDES	57191223	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	CTRANS	2019	01.04.20 a 30.04.20
59	MARCILENO DA COSTA SOUZA	80846213	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.TOME AÇU	2020	01.04.20 a 30.04.20
60	MARCIO JOSE SILVA SANTANA	54188721	AGENTE PENITENCIÁRIO	NGME	2020	01.04.20 a 30.04.20
61	MARCO ANTONIO SANTOS FONTENELE	54196453	AGENTE PENITENCIÁRIO	PEM II	2020	01.04.20 a 30.04.20
62	MARCOS ANTONIO DIAS PINHEIRO	5414415	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRC	2018	01.04.20 a 30.04.20
63	MARIA HELENA BORGES SOUZA SILVA	5947565	AGENTE PENITENCIÁRIO	DEC	2020	01.04.20 a 30.04.20
64	MIZAEL FERREIRA SOUZA	57211878	AGENTE PENITENCIÁRIO	GSG	2019	01.04.20 a 30.04.20
65	NARA RUBIA BATISTA XAVIER	54196450	AGENTE PENITENCIÁRIO	CAVS	2020	01.04.20 a 30.04.20
66	NEY PEREIRA DE SOUSA JUNIOR	5947774	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.ITAITUBA	2020	01.04.20 a 30.04.20
67	ODIRLEI NUNES CASTRO	5947748	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.M.SANTAREM	2020	01.04.20 a 30.04.20
68	OLGA NAZARE PANTOJA DE MORAIS	57213381	TEC.EM GESTAO PENITENCIARIA	CPPB	2020	01.04.20 a 30.04.20
69	ORIVALDA OLIVEIRA MONTEIRO	54188813	AUX. OPERACIONAL	CTM IV	2020	01.04.20 a 30.04.20
70	PATRICIA RODRIGUES GUIMARAES	57220644	AGENTE PENITENCIÁRIO	PEM I	2019	01.04.20 a 30.04.20
71	PAULO CEZAR PEREIRA BRAGA	5760038	COORDENADOR	CPJA	2020	01.04.20 a 30.04.20
72	PAULO HENRIQUE PESSOA DO NASCIMENTO	54180936	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.CAPANEMA	2019	01.04.20 a 30.04.20
73	PAULO ROBERTO SILVA DA COSTA	57210771	AUXILIAR OPERACIONAL	PEM III	2020	01.04.20 a 30.04.20
74	RAFAELA DA CONCEICAO SILVA RODRIGUES	5948705	COORDENADOR	DLCC	2020	01.04.20 a 30.04.20
75	RAIMUNDO NONATO PINHEIRO BARROS	54181927	AGENTE PENITENCIÁRIO	CPASI	2018	01.04.20 a 30.04.20
76	RAMIRIS OLIVEIRA ANTUNES	57192461	AGENTE PENITENCIÁRIO	HGP	2019	01.04.20 a 30.04.20
77	RENATO DE ROSA MAIA	5902025	AGENTE PENITENCIÁRIO	VISEU	2020	01.04.20 a 30.04.20
78	RENATO GOES DO NASCIMENTO	5947633	AGENTE PENITENCIÁRIO	PEM I	2020	01.04.20 a 30.04.20
79	ROMULO OLIVEIRA DA COSTA	5898502	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.PARAGOMINAS	2020	01.04.20 a 30.04.20
80	RONALDO DE SOUZA FIGUEIRO	57210842	AUX.SERVIÇOS OPERACIONAIS	GSG	2020	01.04.20 a 30.04.20
81	ROSALVO AFONSO FERNANDES	5947377	GERENTE ADMINISTRATIVO	C.R.R.TUCURUI	2020	01.04.20 a 30.04.20
82	ROSANA COSTA BELFORT	57198067	TEC.EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	GA	2019	01.04.20 a 30.04.20
83	ROSANGELA MARIA DA SILVA	5071976	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.T.C.NOVA	2020	01.04.20 a 30.04.20
84	SERGIO MIRANDA VALENTE	5797977	AGENTE PENITENCIÁRIO	CTRANS	2020	01.04.20 a 30.04.20
85	SUELIO COSTA BEZERRA	54183012	AGENTE PENITENCIÁRIO	C.R.R.ALTAMIRA	2020	01.04.20 a 30.04.20
86	VALDOMIRO SODRE DE OLIVEIRA	43125	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DEC	2019	01.04.20 a 30.04.20
87	VALERIA SOUSA SOARES	54188601	AUX. DE ENFERMAGEM	C.R.R.CASTANHAL	2020	01.04.20 a 30.04.20
88	VANDA DA CONSOLAÇÃO FERNANDES	57176464	COORDENADOR	EAP	2020	01.04.20 a 30.04.20
89	VANDRA CABRAL GEMAQUE	54196383	AGENTE PENITENCIÁRIO	CRCO	2020	01.04.20 a 30.04.20
90	VANESSA REGINE LEITE DA ENCARNAÇÃO	57213727	TEC.EM GESTAO PENITENCIARIA	CRF	2020	01.04.20 a 30.04.20

JESSICA PONTES DA SILVA
Diretora da DGP/SEAP

Protocolo: 532428

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 633/2020 - DGP/SEAP
BELÉM/PA, 11 DE MARÇO DE 2020.
Nome: GILDO DA SILVA RAMALHO, Matrícula nº 5949532/1; Cargo: Agente Penitenciário.
Assunto: Licença Paternidade
Período: 22/02/2020 a 02/03/2020.

Protocolo: 532670

PORTARIA Nº 632/2020 - DGP/SEAP
BELÉM/PA, 11 DE MARÇO DE 2020.
Nome: ABIMAEL GUIMARAES FIGUEIRA, Matrícula nº 5900742/1; Cargo: Téc. em Enfermagem.
Assunto: Licença Paternidade
Período: 06/03/2020 a 15/03/2020.

Protocolo: 532669

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 103 DE 09 DE MARÇO DE 2020
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela PORTARIA Nº 091/2019, publicada no Diário Oficial do Estado em 18.02.2019, c/c o Art. 35 do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Cultura, aprovado pelo Decreto nº 1.434, de 13 de dezembro de 2004, e, considerando os termos do Processo nº 2020/104124, de 07.02.2020,
RESOLVE:
I - DESIGNAR, a servidora SÔNIA MARGARETH SANTIAGO, matrícula nº 715832/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Cultural, como fiscal que acompanhará os trabalhos da Comissão que organizará a programação da 24ª Feira Pan Amazônica do Livro e das Multivozes, constituída pela PORTARIA Nº 079/2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.127, de 24.02.2020.
II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Cultura, em 09 de março de 2020.
BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA
Secretário Adjunto de Estado de Cultura.

Protocolo: 532477

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 112 DE 11.03.2020
Servidor: Allan Pinheiro de Carvalho
Matrícula: 57188175-4
Cargo: Diretor do Departamento de Música
Objeto: Designado como fiscal do Evento "Acessibilidade por todo o Pará: Diálogos inclusivos"
Período do Evento: 08 e 11.03.2020

Protocolo: 532686

PORTARIA Nº 113 DE 11.03.2020
Servidor: Allan Pinheiro de Carvalho
Matrícula: 57188175-4
Cargo: Diretor do Departamento de Música
Objeto: Designado como fiscal do Evento "Acessibilidade por todo o Pará: Diálogos inclusivos"
Período do Evento: 08 e 11.03.2020.

Protocolo: 532688

PORTARIA Nº 110 DE 06.03.2020
Servidor: Yvens Guerreiro Penna
Matrícula: 5946497-1
Cargo: Assessor Especial II
Objeto: Designado como fiscal do Evento "Marcha das Mulheres"
Período do evento: 08.03.2020

Protocolo: 532658

PORTARIA Nº 111 DE 06.03.2020
Servidor: Abílio Augusto Bastos Franco Filho
Matrícula: 5946497-1
Cargo: Assistente CulturalI
Objeto: Designado como fiscal do Evento "Iracema Voa"
Período do Evento: 08.03.2020

Protocolo: 532661

ERRATA

ERRATA: DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO.
PUBLICAÇÃO, DE 13 DE AGOSTO DE 2019, publicada no DOE Nº 33.951.
Onde se Lê: FLÁVIO AUGUSTO TEIXEIRA RODRIGUES – Acessibilidade em Libras
CPF 021.116.702-94
Leia-se: FÁBIO AUGUSTO TEIXEIRA RODRIGUES – Acessibilidade em Libras
CPF 021.116.702-94

Protocolo: 532479

DIÁRIA

PORTARIA Nº 109/20, DE 11.03.2020
Fundamento Legal: Art. 145, da Lei nº 5.810, de 24.01.1994
Servidor: LINDEMBERG SILVA DE ASSIS
Cargo: Motorista
Matrícula nº: 80845862/1
Quantidade de Diárias:1/2 (meia)
Origem: Belém/PA
Destino: Castanhal/PA
Período: 16/03/2020
Objetivo: a fim de transportar servidores da SECULT ao referido Município.
Ordenador: Bruno Chagas da Silva Rodrigues Ferreira/Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Cultura.

Protocolo: 532699

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2020NE00239
PROCESSO Nº 2020/170741
VALOR: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).
DATA DA EMISSÃO: 06/03/2020
OBJETO: Contratação da profissional MARIA ESTER SILVA DE SÁ (CPF Nº 391.636.012-49), qualificado no seguimento Artes Cênicas, nos termos do Edital de Credenciamento nº 06/2019-SECULT, atendendo ao lançamento do projeto "Era mais uma vez", realizado pela SECULT.
ORIGEM: Edital de Credenciamento nº 06/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421. FONTE DE RECURSO: 0101000000.
NATUREZA DA DESPESA: 339036. PTRES: 158421. PI: 1030008421C.
AÇÃO: 261961. Funcional Programática: 13.392.1503-8421.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: ABÍLIO AUGUSTO BASTOS FRANCO FILHO
CONTRATADA: MARIA ESTER SILVA DE SÁ (CPF Nº 391.636.012-49)
ENDEREÇO: Av. João Paulo II, nº 452, apto. 203, Marco, CEP:66095-491, Belém, Pará.
ORDENADOR: Bruno Chagas da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 532751

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2020NE00240
PROCESSO Nº 2020/184392
VALOR: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
DATA DA EMISSÃO: 06/03/2020
OBJETO: Contratação da Pessoa Jurídica JOELMA KLAUDIA CARVALHO PINTO 85496600278-ME (CNPJ Nº 16.879.324/0001-81) qualificada no seguimento Música, nos termos do Edital de Credenciamento nº 06/2019-SECULT, atendendo ao evento Marcha das Mulheres.
ORIGEM: Edital de Credenciamento nº 06/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019.
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421. FONTE DE RECURSO:0101000000.
NATUREZA DA DESPESA: 339039. PTRES: 158421. PI: 1030008421C.
AÇÃO: 261961. Funcional Programática: 13.392.1503-8421.
SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: YVENS GUERREIRO PENNA
CONTRATADA: JOELMA KLAUDIA CARVALHO PINTO 85496600278-ME (CNPJ Nº 16.879.324/0001-81)
ENDEREÇO: Travessa Mauriti, 632, casa 05, Pedreira, CEP:66.080-650, Belém/PA.
ORDENADOR: Bruno Chagas da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 532846

Comissão de fiscalização de Processos-24ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes

PORTARIA Nº 108 DE 11 DE MARÇO DE 2020
O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria de n° 091/2.019, publicada no Diário Oficial do Estado, de 18.02.2019, c/c o Artigo 35, do Decreto n° 1.434, de 13 de Dezembro de 2004, e,

CONSIDERANDO:
- O Processo nº 2020/200582, de 10.03.2020.
- A necessidade de instrução dos Processos de contratação de profissionais que irão participar dos eventos integrantes da 24ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes;
- A exigência do Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, de que a execução dos Contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

R E S O L V E:
I - DESIGNAR, os servidores ADRIANO BARROSO DOS SANTOS, Diretor do Departamento de Artes Cênicas, matrícula: 54186746-2; ALLAN PINHEIRO DE CARVALHO, Diretor do Departamento de Música, matrícula nº 57188175-4, ANTONIO LUCIANO GOMES DO ROSÁRIO, Técnico em Gestão Cultural-Educação Artística/Artes Plásticas, matrícula nº 57185955-2, FAGNER MONTEIRO SILVA, Técnico em Gestão Cultural- Educação Artística/Artes Plásticas, matrícula nº 57196665-1, ÍRIS LETIERE SANTOS DE MENEZES, Técnico em Gestão Cultural-Lic. em Letras, matrícula nº 5568781-2, LORENA DE MELO SAAVEDRA, Diretor do Departamento de Pesquisa, Experimentação, Promoção e Cultura, matrícula nº 5945716-1, MARIA DO CÉU BRAGA MARTINS, Técnico em Gestão Cultural-Biblioteconomista, matrícula nº 32280-1, NEUSA CARDOSO BITTANCOURT, Aux. de Cadastro e Registro, matrícula nº 4008960-2, SÔNIA MARGARETH SANTIAGO, Técnico em Gestão Cultural-Biblioteconomista, matrícula nº 715832-1, YVENS GUERREIRO PENNA, Assessor Especial II, matrícula nº 5946497-1, para compor a Comissão destinada à fiscalização dos Processos de contratação dos profissionais que irão participar da 24ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes/2020.
II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Cultura, em 11 de março de 2020.
BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Cultura / SECULT

Protocolo: 532609

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 091 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas e CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e ainda os termos dos Processos 2020/188728 de 06/03/2020;
RESOLVE:
AUTORIZAR 30 (TRINTA) dias de Licença Prêmio a(o) servidor(a) NILTON PEREIRA CARVALHO, matrícula nº 5705878/ 2, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na DIRETORIA DE LEITURA E INFORMACAO, a gozar no período de 09/03/2020 a 07/04/2020, correspondente a PRIMEIRA PARCELA do triênio de 29/01/2013 a 28/01/2016.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
JOÃO AUGUSTO VIEIRA MARQUES JUNIOR
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP

Protocolo: 532778

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 015/2020
Nº PROCESSO: 2020/105195
VALOR: R$ 60.000,00
Emenda Parlamentar: 20EMEN00003
Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93
Objeto: Pagamento de cachê artístico para os artistas: Fumaça Show e Banda, Raylson Silva e Banda e Mr Panda por suas apresentações no evento "OURÉM FEST FOLIA", no dia 24 de fevereiro de 2020, no Município de Ourém/PA.
Contratada: MARLON MOTA LIMA REPRESENTAÇÕES - ME– CNPJ: 26.270.391/0001-58
Projeto Atividade: 8841 / Fonte: 01010000 /Elemento de despesa: 339039
Ordenador: João Augusto Vieira Marques Junior

Protocolo: 532420

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N° 017/2020 – FCG

A Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 6º da Lei 5.939 de 15 de janeiro de 1996.
CONSIDERANDO o Decreto de 14.01.2019, publicado no Doe nº 33.781 de 15.01.2019;
RESOLVE:
DESIGNAR o servidor JOEL DE JESUS PRASERES COSTA, matrícula nº 57176186/6, ocupante do cargo de Diretor de Ensino, para responder interinamente pela Diretoria Técnica da FCG, a contar de 15.02.2020 até ulterior deliberação.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLICA-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém-PA, 11 de março de 2020.
MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO-Superintendente da FCG

Protocolo: 532637

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/2020 – FCG

A Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 6° da Lei 5.939 de 15 de janeiro de 1996.
CONSIDERANDO o Decreto de 14.01.2019, publicado no Doe nº 33.781 de 15.01.2019;
RESOLVE:
ALTERAR, na cláusula quinta dos Termos de Compromisso abaixo discriminados, os valores das Bolsas de Professor Visitante conforme Resolução nº 001/2020 de 24.01.2020, publicada no DOE 34.104 de 31.01.2020 da Fundação Carlos Gomes, razão pela qual, resolve apostilar e alterar os valores que entrarão em vigor a partir de FEVEREIRO/2020, com autorização no processo nº 2020/189091.
SITUAÇÃO ANTERIOR: BOLSA PROF. INCENTIVO PROFISSIONAL – R$ 1.200,00
ALTERAÇÃO: BOLSA PROFESSOR VISITANTE - ESPECIALIZAÇÃO E/OU GRADUAÇÃO - R$2.250,00
TERMO DE COMPROMISSO/BOLSISTA
014/18 Leandra Vital de Castro
016/18 Regiane Lúcia Farias Freire
041/18 Isaque Silva dos Passos
007/19 Roger Pinto dos Santos
SITUAÇÃO ANTERIOR: BOLSA JUNIOR PARA PROFESSOR VISITANTE – R$ 1.500,00
ALTERAÇÃO: BOLSA PROFESSOR VISITANTE - ESPECIALIZAÇÃO E/OU GRADUAÇÃO - R$2.250,00
TERMO DE COMPROMISSO/BOLSISTA
095/12 José Medeiros Rocha Neto
036/16 Rodrigo Santana de Souza
041/16 Sandra Lúcia Souza Vidigal
026/17 Felipe Andrade e Silva
040/18 Jhonathan Torquato Mendes Pereira
004/19 Maria de Nazaré Pinto M. Pinheiro
SITUAÇÃO ANTERIOR: BOLSA MASTER PARA PROFESSOR VISITANTE – R$ 2.200,00
ALTERAÇÃO: BOLSA PROFESSOR VISITANTE - DOUTORADO E MESTRADO - R$ 3.000,00
TERMO DE COMPROMISSO/BOLSISTA
094/12 Heleno Feitosa Costa Filho
090/12 Dilson Afonso Ferreira Florêncio
106/12 Manasses Costa Malcher
042/14 Albert Savino Khattar
025/16 Felipe Novaes Cantão
005/18 Ricardo Augusto Ferreira Smith
008/18 Salatiel Costa Ferreira
045/18 Rodrigo Calvo Morte
008/19 Jonathan Guimarães e Miranda
011/19 Andrei Pinheiro de Matos
015/19 Humberto Valente Azulay
016/19 Ovanir Luiz Buosi Júnior
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLICA-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém-Pa, 11 de março de 2020.
MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO-Superintendente da FCG.

Protocolo: 532833

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 157/2020 DE 10 DE MARÇO DE 2020

O Secretário de Estado de Comunicação, no uso de suas atribuições que lhe foram designadas através do Decreto Governamental publicado no DOE nº 33773 de 04 de janeiro de 2019 e aquelas previstas na Lei Estadual nº 7056/2007, com base nos termos previstos no Artigo 58, inciso III e Art. 67, §§ 1° e 2°, da Lei Federal nº 8.666/93, sobre acompanhamento e a fiscalização de contratos e respeitando o limite estabelecido no Art. 5° do Decreto n°. 870, de 04 de outubro de 2013, e ainda de acordo com o seguinte;
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2017/365169, que originou o Contrato Administrativo nº 05/2018, firmado com a empresa IGOR RUSEF ROSA & CIA LTDA, cujo objeto é prestação de serviços de locação de veículos automotores terrestres do tipo moto.
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a PORTARIA Nº 55/2019 de 15 de Março de 2019, publicada no DOE Nº 33843, de 05 de Abril de 2019;
Art.2º. Designar o servidor PEDRO VITOR SILVA RODRIGUES, Matrícula Nº 5952131/1, para a função de fiscal titular do contrato citado acima;
Art. 3°. Os efeitos desta PORTARIA retroagirão a data de 03 de Janeiro de 2020.
Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Parsifal de Jesus Pontes
Secretário de Estado de Comunicação

Protocolo: 532793

DIÁRIA

PORTARIA Nº 163 DE 03 DE MARÇO DE 2020
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2020/175754/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder ao colaborador eventual relacionado, ½ (meia diária) que se deslocou para Abaetetuba no dia 28 de Fevereiro de 2020, onde realizou a cobertura jornalística do Governo do Estado do Pará.
NOME: RONIVALDO RAMOS MOREIRA
CPF: 468.273.742-20
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Parsifal de Jesus Pontes
Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 532460

PORTARIA Nº 162 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2020/132613/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder ao colaborador eventual relacionado, ½ (Meia diária) que se deslocou para o município de Ipixuna do Pará, no período de 20 de Fevereiro de 2020, para cobertura jornalística de pauta do Governo.
NOME: RONIVALDO RAMOS MOREIRA
CPF: 468.273.742-20
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Parsifal de Jesus Pontes
Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 532487

PORTARIA Nº 161 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2020/112250/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder ao colaborador eventual relacionado, 2 e ½ (Duas diárias e meia) que se deslocou para o município de Xinguara, no período de 12 a 14 de Fevereiro de 2020, para cobertura jornalística de pauta do Governo.
NOME: RONIVALDO RAMOS MOREIRA
CPF: 468.273.742-20
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Parsifal de Jesus Pontes
Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 532488

PORTARIA Nº 160 DE 10 DE MARÇO DE 2020
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2020/199853/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder ao servidor relacionado; 5 ½ (cinco diárias e meia) que se deslocará para São Paulo, onde estará participando do curso sobre Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma integrada na Administração Pública, no período de 16 a 21 de Março de 2020.
NOME: VINICIUS AUGUSTO GUIMARÃES FERREIRA
CPF: 019.417.682-70
CARGO: SECRETARIO DE DIRETORIA
MATRICULA : 5946499
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Parsifal de Jesus Pontes
Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 532540

PORTARIA Nº 159 DE 10 DE MARÇO DE 2020
ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 – AGE

O Secretário em exercício de Estado de Comunicação, usando de suas atribuições legais, e conforme PROC. Nº 2020/196825/SECOM.
RESOLVE:
I - Conceder ao servidor relacionado; ½ (MEIA DIARIA) que se deslocou para Abaetetuba no dia 07/03/2020, para conduzir a equipe que fez cobertura jornalística.
NOME: MAURO SERGIO FERREIRA SOUZA
CPF: 155.177.722-34
CARGO: MOTORISTA
MATRICULA: 7003584
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Parsifal de Jesus Pontes
Secretário de Estado de Comunicação em Exercício

Protocolo: 532545

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 124/2020, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação dos servidores para gestor e co-gestor do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito da Fundação Paraense de Radiodifusão-FUNTELPA, encarregada de realizar a implementação do (PAE).
O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão–FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 18 de Janeiro de 2019 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os arts. 1º e 21 da Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
CONSIDERANDO o Decreto nº 2.176, de 12 de setembro de 2018, o qual dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das autarquias, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, do Poder Executivo do Estado do Pará;
CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de promover a gestão dos documentos públicos, e ainda a necessidade de modernizar a tramitação de documentos na Administração Pública Estadual, visando a economicidade e a otimização dos recursos, facilitando ainda a rastreabilidade dos documentos, a segurança, a confiabilidade e a integridade da informação;
R E S O L V E:
Art. 1º NOMEAR o gestor e co-gestor do Processo Administrativo Eletrônico (PAE), no âmbito desta Fundação Paraense de Radiodifusão-FUNTELPA, os seguintes servidores:
1. SHIRLEY MUNIZ FURADO, MAT. n.º 5899937/3 – Gestor Setorial do PAE;
2. EBERSON RODRIGUES DE ASSIS, MAT. n.º 54196977/6 – Cogestor Setorial do PAE;
Art. 2º Compete ao Gestor Setorial do PAE:
I – resolver e esclarecer as questões e dúvidas levantadas pelos servidores sobre o uso do sistema de processo administrativo eletrônico, verbalmente ou por escrito;
II - determinar a realização de diligências junto Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), na qualidade de órgão gerenciador do PAE, necessárias ao bom andamento dos trabalhos do Sistema PAE;
III - praticar os demais atos necessários ao bom andamento de implementação do Sistema PAE.
Art. 3º São atribuições do Cogestor Setorial do PAE:
I – substituir o Gestor Setorial do PAE, quando este estiver impossibilitado de exercer suas atribuições;
II - auxiliar o Gestor Setorial do PAE em suas atribuições;
Art. 4º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
HILBERT HIL CARREIRA DO NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 532389

FÉRIAS

PORTARIA N.º 126/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

O Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão – FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 18 de Janeiro de 2019 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO os termos do Memorando 15/2020-CORH/FUNTELPA, 06/02/2020, contido nos autos do Processo n.º 2020/200771, de 09/03/2020;

R E S O L V E:

CONCEDER, férias regulamentares para o mês de Abril/2020, aos funcionários lotados nesta Fundação Paraense de Radiodifusão, conforme relacionados abaixo:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADIL BAHIA DA SILVA REZENDE	7003579/1	03/04/2019 A 02/04/2020	06/04 A 05/05/2020
ADMIR MACIEL CORDOVIL	54196936/3	04/07/2018 A 03/07/2019	01 A 30/04/2020
AGATHA DA SILVA CARNEIRO	5946609/1	11/02/2019 A 10/02/2020	01 A 20/04/2020
ANA MARIA DE SOUZA LUNA	7004060/1	02/03/2018 A 01/03/2019	23/03 A 06/04/20
ANDRE LUIZ DE FRANCA	54197320/3	30/03/2018 A 29/03/2019	01 A 30/04/2020
ARTHUR IMBIRIBA DE CASTRO	5919319/3	11/02/2019 A 10/02/2020	01 A 30/04/2020
BRENDA FONSECA MACIEL	57198524/2	01/06/2017 A 31/05/2018	01 A 15/04/2020
EDIVALDO RAIMUNDO DE SOUZA TENÓRIO	7003609/1	01/01/2019 A 31/12/2019	01 A 30/04/2020
JOANA CLAUDIA DE ALBUQUERQUE MELO	54190413/2	01/06/2018 A 31/05/2019	27/04 A 11/05/2020
JOAO BATISTA VIDAL DE SANTANA	7003129/1	05/10/2018 A 04/10/2019	01 A 30/04/2020
JOSE CARLOS RAIOL RODRIGUES	3180506/1	16/03/2019 A 15/03/2020	01 A 20/04/2020
JOSE DE ALENCAR SILVA DOS SANTOS	5947346/1	14/03/2019 A 13/03/2020	01 A 30/04/2020
JOSE JORGE DO NASCIMENTO RIBEIRO	3181162/1	18/12/2018 A 17/12/2019	01 A 30/04/2020
JULIANA DE ALMEIDA BARROS	5926349/2	18/01/2019 A 17/01/2020	01 A 30/04/2020
PEDRO PAULO DOS SANTOS LEAL	5613639/2	02/04/2018 A 01/04/2019	01 A 30/04/2020
ROBERTO CARLOS DA ROSA	7005148/1	01/04/2018 A 31/03/2019	01 A 30/04/2020
ROMULO DE BRITO SANTOS	3180182/1	02/04/2018 A 01/04/2019	01 A 30/04/2020
SONIA FERRO E SILVA ROBATTO	55586214/2	02/04/2019 A 01/04/2020	01 A 30/04/2020
VANESSA CORREA VASCONCELOS	5257753/4	18/01/2019 A 17/01/2020	01 A 06/04/2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
HILBERT HIL CARREIRA DO NASCIMENTO
Presidente

Protocolo: 532837

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

PORTARIA DE REDES. Nº 525/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 798/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 38/2019-GAB/PAD de 07/05/2019, publicada no DOE nº 33.869 de 09/05/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 112/2019-GAB/PAD de 25/06/2019, publicada no DOE nº 33.904 de 26/06/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 526/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 799/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 61/2019-GAB/PAD de 17/05/2019, publicada no DOE nº 33.877 de 21/05/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 113/2019-GAB/PAD de 25/06/2019, publicada no DOE nº 33.904 de 26/06/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 527/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 802/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 87/2019-GAB/PAD de 06/06/2019, publicada no DOE nº 33.893 de 11/06/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 170/2019-GAB/PAD de 14/08/2019, publicada no DOE nº 33.956 de 20/08/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 528/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 803/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 88/2019-GAB/PAD de 06/06/2019, publicada no DOE nº 33.893 de 11/06/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 171/2019-GAB/PAD de 14/08/2019, publicada no DOE nº 33.956 de 20/08/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 529/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 804/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 143/2019-GAB/PAD de 03/07/2019, publicada no DOE nº 33.914 de 08/07/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 288/2019-GAB/PAD de 21/11/2019, publicada no DOE nº 34.041 de 22/11/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.

R E S O L V E:

I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;

II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 530/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 838/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 186/2019-GAB/PAD de 14/08/2019, publicada no DOE n° 33.958 de 21/08/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 13/2020-GAB/PAD de 20/01/2020, publicada no DOE nº 34.094 de 21/01/2020, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

Protocolo: 532655

PORTARIA Nº 05/2020-GAB/SIND
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os fatos constantes nos autos do Processo nº 1405224/2019 e as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos;
CONSIDERANDO os termos do parecer exarado pelo Procurador do Estado - ASJUR/SEDUC/PA;
CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
R E S O L V E:
I – DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA PROCESSUAL em desfavor do servidor G.J.V.S, matrícula nº 5291933-3;
II – CONSTITUIR Comissão composta pelos servidores RENATA SANTOS DA FONSECA, Mat. nº 57176254-2, RAIMUNDO NONATO LAUNÉ DOS SANTOS, Mat. nº 404071-2 e GILVALDO DA CUNHA OLIVEIRA, Mat. nº 406910-1, para sob a Presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 30 (trinta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;
III – DELIBERAR que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, poderá reportar-se diretamente à autoridade e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências necessárias à instrução processual;
IV – DETERMINAR que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente Ato.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 531/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 801/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 86/2019-GAB/PAD de 06/06/2019, publicada no DOE n° 33.893 de 11/09/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 169/2019-GAB/PAD de 14/08/2019, publicada no DOE nº 33.956 de 20/08/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 532/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 813/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 137/2018-GAB/PAD de 14/05/2018, publicada no DOE n° 33.619 de 17/05/2018, prorrogado pela PORTARIA nº 216/2018-GAB/PAD de 20/08/2018, publicada no DOE nº 33.684 de 22/08/2018, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 533/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 814/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 140/2019-GAB/PAD de 03/07/2019, publicada no DOE n° 33.991 de 04/07/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 14/2020-GAB/PAD de 20/01/2020, publicada no DOE nº 34.094 de 21/01/2020, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 534/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 815/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 142/2018-GAB/PAD de 16/05/2018, publicada no DOE n° 33.620 de 18/05/2018, prorrogado pela PORTARIA nº 290/2018-GAB/PAD de 14/08/2018, publicada no DOE nº 33.680 de 16/08/2018, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 535/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 816/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 142/2019-GAB/PAD de 03/07/2019, publicada no DOE n° 33.914 de 08/07/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 07/2020-GAB/PAD de 16/01/2020, publicada no DOE nº 34.092 de 17/01/2020, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 536/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 834/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 159/2019-GAB/PAD de 12/07/2019, publicada no DOE n° 33.921 de 15/07/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 240/2019-GAB/PAD de 07/10/2019, publicada no DOE nº 34.004 de 08/10/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

PORTARIA DE REDES. Nº 537/2020-GAB/PAD.
BELÉM, 11 DE MARÇO DE 2020.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela PORTARIA nº 704/2015 – GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.
CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 835/2020-NDE/SEDUC, de 03/03/2020, firmado pelo Sr. Presidente do PAD instaurado nos termos da PORTARIA nº 43/2019-GAB/PAD de 07/05/2019, publicada no DOE n° 33.869 de 09/05/2019, prorrogado pela PORTARIA nº 114/2019-GAB/PAD de 25/06/2019, publicada no DOE nº 33.904 de 26/06´/2019, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;
CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos, para formar sua convicção.
R E S O L V E:
I – REDESIGNAR, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a PORTARIA acima referida, a contar da data subsequente ao termo final do último prazo então concedido;
II – CONVALIDAR os atos praticados pela Comissão Processante.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Eva Virgínia Mendonça de Abreu
Ouvidora/SEDUC

Protocolo: 532639

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Ato: CONTRATO Nº 146/2020-BENEVIDES
Nome: ROSIWAGNER CARNEIRO FARIAS
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 12/03/2020 a 11/03/2021
Dotação orçamentária: Processo nº 321762/2019, autorizado em 21/01/2020.

Ato: CONTRATO Nº 147/2020-ANANINDEUA
Nome: LUCIENE DO SOCORRO CERQUEIRA DA SILVA MIRANDA
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 12/03/2020 a 11/03/2021
Dotação orçamentária: Processo nº 321762/2019, autorizado em 21/01/2020.

Ato: CONTRATO Nº 148/2020-ANANINDEUA
Nome: GLEICY ROBERTA DE SOUZA ALEIXO
Cargo: PROFESSOR
Vigência: 12/03/2020 a 11/03/2021
Dotação orçamentária: Processo nº 321762/2019, autorizado em 21/01/2020.

Protocolo: 532570

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 01/2020 – SAPG

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, USANDO DA COMPETÊNCIA QUE LHE FOI DELEGADA PELO O ART. 1º DA PORTARIA Nº 961/2019 DE 19/07/2019, PUBLICADO NO D.O.E. Nº 33.928 DE 23/07/2019, E;
CONSIDERANDO O ESTABELECIDO NO ART. 67, DA LEI Nº 8.666/93, DECRETO 870/2013 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2012-GS/SEDUC, E DE ACORDO COM O PROCESSO N.º 1.452.486/2020.
R E S O L VE:
DESIGNAR, A CONTAR DE 02/12/2019, O(A) SERVIDOR(A) AGNALDO DOS SANTOS SANTOS, MATRICULA Nº 57211176-1,AUXILIAR OPERACIONAL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR O(S) CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS Nº 122/2019, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC E A EMPRESA M.I. MONTREAL INFORMÁTICA S.A., CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NO FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO EM SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO E ACESSO A DOCUMENTOS, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 038/2018 - NLIC/SEDUC, TENDO COMO SUPLENTE DE FISCAL O(A) SERVIDOR(A) BRUNO CORREA SOARES, MATRÍCULA Nº 57212442-1.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.
BELÉM, 10 DE MARÇO DE 2020.
DELCIENE LOUREIRO CORRÊA
SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Protocolo: 532399

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA DE REDES
Nº 147/2020-GAB/SIND, de 09/03/2020,
publicada no DOE edição nº 34.1139 de 11/03/2020
ONDE SE LÊ:
PORTARIA DE REDES. Nº 147/2020-GAB/SIND
LEIA-SE:
PORTARIA DE REDES. Nº 149/2020-GAB/SIND

Protocolo: 532443

ERRATA DA PORTARIA Nº 32/2020-GAB/PAD, de 10/03/2020,
publicada no DOE edição nº 34.139 de 11/03/2020.
ONDE SE LÊ:
PORTARIA Nº 32/2020-GAB/PAD
LEIA-SE:
PORTARIA Nº 31/2020-GAB/PAD

Protocolo: 532413

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE LICITAÇÃO
ERRATA DA DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº 002/2020-NLIC/SEDUC

Processo n.º 1.451.712/2020
A Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, através do Núcleo de Licitação – NLIC comunica aos interessados na Dispensa de Licitação Nº 002/2020-NLIC/SEDUC, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.137 de 09 de março de 2020, a seguinte errata:
Onde se lê:
Valor Mensal: R$ 257.281,20 (Duzentos e cinqüenta e sete mil duzentos e oitenta e um reais e vinte centavos).
Leia-se:
Valor mensal: R$ 42.880,20 (Quarenta e Dois Mil Oitocentos e Oitenta Reais e Vinte Centavos)
Belém, 11 de março de 2020.
Elieth de Fátima Silva Braga
Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 532518

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 1
Contrato 093

Exercício: 2019
Tomada de Preços: 005/2018-NLIC/SEDUC
Objeto do Contrato: Reforma geral da EEEM. Remígio Fernandes, localizada no município de Marapanim/Pa.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato original.
Partes:
Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa. Telefone: 9132015113
Contratada: Elevar Construções e Serviços Eireli – EPP/CNPJ. 17.579.363/0001-26, com sede na Trav. Barão do Triunfo, 2949 – Bairro Marco - Belém/Pa, CEP: 66.087-270
Data de Assinatura: 06/03/2020
Vigência: 08/03/2020 a 03/09/2020
Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 532783

Termo Aditivo: 1
Contrato 094

Exercício: 2019
Tomada de Preços: 006/2018-NLIC/SEDUC
Objeto do Contrato: Construção de cobertura de quadra pequena na EEEM. Remígio Fernandes, localizada no município de Marapanim/Pa.
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato original.
Partes:
Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro – Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Bairro Tenoné, Belém/Pa. Telefone: 9132015113
Contratada: Elevar Construções e Serviços Eireli – EPP/CNPJ. 17.579.363/0001-26, com sede na Trav. Barão do Triunfo, 2949 – Bairro Marco - Belém/Pa, CEP: 66.087-270
Data de Assinatura: 06/03/2020
Vigência: 08/03/2020 a 03/09/2020
Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 532787

Termo Aditivo: 5

Objeto do Contrato: Rcuperação da cobertura, implantação de acessibilidade e construção de banheiros e estrutura de caixa D'água do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA, localizada no município de Santarém/Pa.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato original.
Contrato: 056
Exercício: 2018
Tomada de Preços: 019/2017-CEL/NLIC/SEDUC
Partes:
Contratante: Secretaria de Estado de Educação. CNPJ. 05.054.973/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro- Km 10, s/n , Cep.: 66.820-000, Icoaraci - Belém/Pa.
Contratada: Pavimentar Pavimentação e Serviços Eireli/CNPJ nº 17.352.660/0001-34, com sede na Qd. 49 (Cj Geraldo Palmeira) , nº 16, CEP: 67.040-550, Centro, no município de Ananindeua/PA.
Data de Assinatura: 06/03/2020
Vigência: 07/03/2020 a 02/09/2020
Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga/Secretária de Estado de Educação.

Protocolo: 532791

OUTRAS MATÉRIAS

CEDENCIA

PORTARIA N.º: 001529/2020 DE 11/03/2020

Ceder a NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARA RURAL, ao servidor MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES, matricula nº 6002633/2, Professor, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no período de 01/03/2020 a 28/02/2022.

PORTARIA N.º: 001528/2020 DE 11/03/2020

Ceder a COMPANHIA DE HABILITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, a servidora CLAUDIA MARIA MAGALHAES MOURA, matricula nº 5381401/2, Professor, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no período de 01/03/2020 a 28/02/2022.

GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

PORTARIA Nº.: 001494/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1468432/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora ELIZABETE DO SOCORRO PEREIRA DA COSTA, matrícula Nº 57211460/1, Tecnico em Gestão Publica, lotada na Divisão de Prestação de Contas/Belém.

PORTARIA Nº.: 001495/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1468432/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora MARIA DO CARMO ARAUJO GOMES, matrícula Nº 525740/1, Assistente Administrativo, lotada na Divisão de Prestação de Contas/Belém.

PORTARIA Nº.: 001496/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1468432/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, o servidor ANDRE LUIZ LOBATO DA SILVA, matrícula Nº 6400418/1, Auxiliar de Serv. Gerais, lotado na Divisão de Compras/Belém.

PORTARIA Nº.: 001497/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1468432/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, ao servidor ISAIAS DE SOUSA DA SILVA, matrícula Nº 761621/1, Escrevente Datilografo, lotado na Divisão de Prestação de Contas/Belém.

PORTARIA Nº.: 001498/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1468432/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, ao servidor TIAGO BOULHOSA DO AMARAL, matrícula Nº 5891361/1, Tecnico em Gestao Publica, lotado na Divisão de Prestação de Contas/Belém.

PORTARIA Nº.: 001499/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1463638/2020
Conceder, a contar de 10/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora ADRIANA GUERRA DA FONSECA, matrícula Nº 57212235/1, Assistente Administrativo, lotada na Corregedoria/Belém.

PORTARIA Nº.: 001500/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1463638/2020
Conceder, a contar de 10/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora BRUNA CAROLINA AZEVEDO DO NASCIMENTO DE SOUSA, matrícula Nº 57213997/1, Assistente Administrativo, lotada na Corregedoria/Belém.

PORTARIA Nº.: 001501/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1463638/2020
Conceder, a contar de 10/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora CELIA REGINA SOUZA DA CRUZ, matrícula Nº 761303/1, Auxiliar Tecnico, lotada na Corregedoria/Belém.

PORTARIA Nº.: 001502/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1463638/2020
Conceder, a contar de 10/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora MARIA DA GLORIA DE SOUZA BORGES, matrícula Nº 5890910/1, Assistente Administrativo, lotada na Corregedoria/Belém.

PORTARIA Nº.: 001503/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1463638/2020
Conceder, a contar de 10/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora FLORINDA MORAES PENA, matrícula Nº 5189454/1, Escrevente Datilografo, lotada na Corregedoria/Belém.

PORTARIA Nº.: 001504/2020 DE 11/03/2020

De Acordo com o Processo nº 1463638/2020
Conceder, a contar de 10/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%, incidente sobre o vencimento base do cargo, a servidora ROSALINA OLIVEIRA MUNIZ, matrícula Nº 5890701/1, Assistente Administrativo, lotada na Corregedoria/Belém.

PORTARIA Nº.:1471/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) EUNICE MARIA FONSECA FEITOSA, matrícula nº 57190960/2, Tec. em Gesta Publica, lotado(a) na Assessoria de Planejamento/Belém.

PORTARIA Nº.:1472/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor OSVALDO SOUZA DOS SANTOS, matrícula nº 182699/1, Agente de PORTARIA, lotado(a) na Divisão de Finanças/Belém.

PORTARIA Nº.:1473/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) SUZANA MARIANO ALVES DA SILVA, matrícula nº 5891748/1, Tec. em Gesta Publica, lotado(a) no Gabinete do Secretario/Belém.

PORTARIA Nº.:1493/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) VALDILENE GUEDES DIAS, matrícula nº 5189357/1, Servente, lotado(a) na EEEFM.Princesa da Paz/Ananindeua

PORTARIA Nº.:1474/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) TANIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA, matrícula nº 305278/1, Servente, lotado(a) na Diretoria de Suporte Administrativo/Belém

PORTARIA Nº.:1477/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) LENA MARCIA MACHADO GONÇALVES, matrícula nº 184888/1, Tec. em Gesta Publica, lotado(a) na Diretoria de Suporte Administrativo/Belém

PORTARIA Nº.:1479/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) EDWARD LUIZ ALVES REIS, matrícula nº 57212644/1, Tec. em Gesta Publica, lotado(a) na Departamento de Apoio Operacional/Belém

PORTARIA Nº.:1481/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) CARLOS AUGUSTO DA FONSECA OLIVEIRA, matrícula nº 238538/1, Escrev.Datilografo, lotado(a) na Divisão de Informação e Documentação/Belém

PORTARIA Nº.:1492/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 01/04/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) MARILEIA DE FATIMA LUNA RAMOS DE CARVALHO, matrícula nº 759902/1, Assistente Administrativo, lotado(a) na Divisão de Informação e Documentação/Belém

PORTARIA Nº.:1484/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) GENI DUTRA BARBOSA, matrícula nº 189642/1, Agente de PORTARIA, lotado(a) na Divisão de Informação e Documentação/Belém

PORTARIA Nº.:1486/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) LUZA IRACI MELO SANTOS, matrícula nº 467898/1, Agente de PORTARIA, lotado(a) na Divisão de Informação e Documentação/Belém

PORTARIA Nº.:1487/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) EDNA MARIA DE SOUZA MOREIRA, matrícula nº 6400361/1, Aux.de Serv.Gerais, lotado(a) na Divisão de Informação e documentação/Belém

PORTARIA Nº.:1488/2020 DE 11/03/2020

De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) SILVIO PEREIRA FERREIRA, matrícula nº 771880/1, Assistente Administrativo, lotado(a) no Núcleo Contratos e Convenios/Belém

PORTARIA Nº.:1489/2020 DE 11/03/2020
De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) ISABEL CRISTINA PACHECO BELTRÃO, matrícula nº 303739/1, Assistente Administrativo, lotado(a) na Departamento de Apoio Operacional/Belém

PORTARIA Nº.:1490/2020 DE 11/03/2020
De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) ANA CRISTINA FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 761524/1, Assisttente Administrativo, lotado(a) na Departamento de Apoio Operacional/Belém

PORTARIA Nº.:1491/2020 DE 11/03/2020
De acordo com o Processo nº 1468428/2020
Conceder, a contar de 09/03/2020, Gratificação de Tempo Integral, no percentual de 60%(sessenta porcento), incidente sobre o vencimento base do cargo, a(o) servidor(a) JOSÉ ALONSO MONTEIRO MARTINS, matrícula nº 57213666/1, Auxiliar Operacional, lotado(a) na Diretoria de Assistente ao Estudante/Belém

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº.:001533/2020 DE 11/03/2020
Conceder Licença Maternidade a LIA DA COSTA MOTA, matricula nº 57211241/1, Assistente Administrativo, lotada na EEEF Santo Agostinho/Belém, no período de 02/03/2020 a 28/08/2020.
APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS

PORTARIA Nº.: 001527/2020 DE 11/03/2020
Nome:ANDREA TAVARES DOS SANTOS
Matrícula:57212544/1 Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2019
Unidade:EE Julia Seffer/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 001526/2020 DE 11/03/2020
Nome:EDMAR PIRES DE HOLANDA
Matrícula:5268435/2Período:15/05 a 28/06/20 Exercício:2019
Unidade:EE Paes de Carvalho/Belém

PORTARIA Nº.: 001525/2020 DE 11/03/2020
Nome:MARIA DO SOCORRO FEITOSA MACHADO
Matrícula:761370/1Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:UT Jose Alvares de Azevedo/Belém

Protocolo: 532734

CEDENCIA

PORTARIA N.º:000095/2020 DE 05/03/2020
Ceder a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, a servidora PATRICIA DE LIMA FERREIRA, matricula nº 55588559/6, Merendeira, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no período de 01/03/2020 a 28/02/2022.

PORTARIA N.º: 001337/2020 DE 05/03/2020
Ceder a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA, a servidora CLAUDIA DO SOCORRO SILVA DE MELO, matricula nº 57220000/1, Professor, lotada nesta Secretaria, sem ônus para o Órgão de origem, no período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

PORTARIA N.º: 001336/2020 DE 05/03/2020
Formalizar a Cessão para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA, da servidora CLAUDIA DO SOCORRO SILVA DE MELO, matricula nº 57220000/1, Professor, lotada nesta Secretaria, com ônus para o Órgão de origem, no período de 01/01/2019 a 31/12/2019, para fins de regularização funcional.

DESIGNAR

PORTARIA Nº.: 001254/2020 DE 02/03/2020
De acordo com o Processo Nº 1394411/2019
Designar DALYENE DE SIQUEIRA SANTOS COSTA, Matrícula nº 57209947/1, Servente, para responder interinamente pela função de Secretaria (GED-1) da EEEF Monteiro Lobato/Alenquer, a contar de 04/03/2020

PORTARIA Nº.: 001261/2020 DE 02/03/2020
De acordo com o Processo nº 1365360/2019
Designar FRANCISCA MARIA CAVALCANTE DE SOUSA, Matrícula nº 57208416/1, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Secretaria (GED-1) da EEEFM Prof Marcos Nunes/Santa Maria do Pará, a contar de 04/03/2020

PORTARIA Nº.: 001263/2020 DE 02/03/2020
De acordo com o Processo nº 1387010/2019
Designar MARCELA MOREIRA FERNANDES, Matrícula nº 57234137/1, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Secretaria (GED-1) da EEEM Pedro Ribeiro Mota/Xinguara, a contar de 04/03/2020.

PORTARIA Nº.: 001262/2020 DE 02/03/2020
De acordo com o Processo nº 1363811/2019
Designar JOAO PAULO QUADROS DOS SANTOS, Matrícula nº 57213725/1, Assistente Administrativo, para responder interinamente pela função de Secretario (GED- 1) da EEEFM Prof Maria Ione Henrique/Igarape Açu, a contar de 04/03/2020.

PORTARIA Nº.: 001314/2020 DE 04/03/2020
De acordo com o Processo nº 1460673/2020
Designar ILMA PINHEIRO BRANDÃO, Matrícula nº 5480981/2, Professor, para responder interinamente pela função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEFM Roberto Carlos Nunes Barroso/Santa Izabel do Pará, a contar de 05/03/2020

PORTARIA Nº.: 001312/2020 DE 04/03/2020
De acordo com o Processo nº 1361879/2019
Designar AIRTON LUIZ CAMPIOL BASEGIO, Matrícula nº 5740703/4, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEM Dep Everaldo Martins/Trairão, a contar de 09/03/2020

PORTARIA Nº.: 001313/2020 DE 04/03/2020
De acordo com o Processo nº 1355036/2019.
Designar ANAMAR COSTA CRUZ, Matrícula nº 5900002/1, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEM Profª Maria do Socorro Jacob/Itaituba, a contar de 09/03/2020

PORTARIA Nº.: 001106/2020 DE 18/02/2020
De acordo com o Processo nº 1393172/2019
Designar MARCELO ROGERIO CARDOSO, Matrícula nº 57204393/1, Professor, para responder interinamente pela função de Secretario (GED-1) da EEEM Faruk Salmen/Parauapebas, a contar de 27/02/2020.

PORTARIA Nº.: 001104/2020 DE 18/02/2020
De acordo com o Processo nº 1410397/2019
Designar CID DAVID DA IGREJA LAREDO, Matrícula nº 5930654/1, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Secretário (GED-1) da EEEM Padre Joao Boonekamp/Cameta, a contar de 27/02/2020.

DISPENSA DE FUNÇÃO

PORTARIA Nº.: 001100/2020 DE 18/02/2020
De acordo com o Processo Nº 1393172/2019
Dispensar ,a pedido, MARIA REGILENE FELIX, Matrícula nº 55587142/2, Professor, da função de Secretaria (GED-1) da EEEM Faruk Salmen/Parauapebas, a contar de 27/02/2020.

PORTARIA Nº.: 001098/2020 DE 18/02/2020
De acordo com o Processo nº 1410397/2019
Dispensar VANDILZA SERRAO DE FARIAS LOPES, Matrícula nº 5902833/1, Especialista em Educação, da função de Secretaria (GED-1) da EEEM Padre João Boonekamp/Cameta, a contar de 27/02/2020.

REVOGAR

PORTARIA N.º: 001257/2020 DE 02/03/2020
Revogar, a contar de 19/02/2020, a PORTARIA nº 00287/2010 de 08/01/2010, que concedeu Gratificação de Atividade de Motorista-GAM, o servidor CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO SILVA,, Matricula nº 57209915/1, Motorista, lotado na Divisão de Transporte/Belém

PORTARIA N.º: 000093/2020 DE 05/03/2020
Revogar, a contar de 01/03/2020, a Prorrogação da Cessão para a AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARA, DA SERVIDORA PATRICIA DE LIMA FERREIRA, Matricula nº 55588559/6, Merendeira, concedida através da PORTARIA nº 5544/2018 de 18/05/2018, sem onus para o Orgão de Origem.

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE MOTORISTA

PORTARIA Nº.:001258/2020 DE 02/03/2020
Conceder a Gratificação de Atividade de Motorista-GAM, O servidor LINDOMAR ALCIDES DE SOUZA LIMA, Matricula nº 5065933/2, Motorista, lotado na Divisão de Tranporte/Belém, a partir de 19/02/2020.

LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA Nº. 001403/2020 DE 09/03/2020
Nome: MARIA CREUZA SOCORRO PINHEIRO CASTILHO
Matrícula:253723/1 Cargo:Professor
Lotação:EE Magalhaes Barata/S Sebastiao da B Vista
Período:01/03/20 a 30/03/20
Triênios:09/12/10 a 08/12/13

PORTARIA Nº. 001404/2020 DE 09/03/2020
Nome: MARIA CREUZA SOCORRO PINHEIRO CASTILHO
Matrícula:253723/1 Cargo:Professor
Lotação:EE Magalhaes Barata/S Sebastiao da B Vista
Período:31/03/20 a 29/05/20
Triênios:09/12/13 a 08/12/16

APROVAÇÃO ESCALA DE FERIAS

PORTARIA Nº.: 004/2020 DE 02/01/2020
Nome:MARILUCE CIRINO DE SOUSA FREITAS
Matrícula:57214198/1Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2019
Unidade:12 URE/Itaituba

PORTARIA Nº.: 043/2020 DE 02/01/2020
Nome:MARIA DE LOURDES CUNHA
Matrícula:57210341/1Período:01/05 a 30/05/20 Exercício:2020
Unidade:EEEM Profª Maria do Socorro Jacob/Itaituba

PORTARIA Nº.: 045/2020 DE 02/01/2020
Nome:MARIA JOSE NEVES SANTOS
Matrícula:57210372/1Período:01/05 a 30/05/20 Exercício:2020
Unidade:EEEM Profª Maria do Socorro Jacob/Itaituba

PORTARIA Nº.: 059/2020 DE 02/01/2020
Nome:VIVIANA CHAVES MEIRA
Matrícula:57211565/1Período:01/05 a 30/05/20 Exercício:2020
Unidade:EEEM Gov Eurico Valle/Ruropolis

PORTARIA Nº.: 001446/2020 DE 10/03/2020
Nome:GABRIELLE VILAR DA SILVA
Matrícula:5889684/1 Período:11/04 a 25/05/20 Exercício:2020
Unidade:EE Mal Cordeiro de Farias/Belém

PORTARIA Nº.: 001247/2020 DE 10/03/2020
Nome:ANA CARLA DOS SANTOS TEIXEIRA
Matrícula:5761050/2 Período:04/05 a 17/06/20 Exercício:2020
Unidade:EEEFM Rui Barbosa/Belém

PORTARIA Nº.: 001426/2020 DE 10/03/2020
Nome:CARLA DANIELLE ALVES DE SOUSA ROSARIO
Matrícula:5902579/1 Período:07/04 a 06/05/20 Exercício:2018
Unidade:EE Prof Joao Renato Franco/Belém

PORTARIA Nº.: 001425/2020 DE 10/03/2020
Nome:IRLANDA MARIA CAMELO DE SOUZA
Matrícula:463183/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:EE Prof Renato Conduru/Belém

PORTARIA Nº.: 01424/2020 DE 10/03/2020
Nome:TATIANE DE FATIMA DE SOUZA ROQUE MOTTA
Matrícula:57211247/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:EE Prof Renato Conduru/Belém

PORTARIA Nº.: 001423/2020 DE 10/03/2020
Nome:REINALDO NAZARENO NASCIMENTO SANTOS
Matrícula:54184085/2 Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EE Prof Renato Conduru/Belém

PORTARIA Nº.: 001428/2020 DE 10/03/2020
Nome:SUZIANE RAMOS
Matrícula:57214219/1 Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2019
Unidade:EEEF Lar de Maria/Belém

PORTARIA Nº.: 001334/2020 DE 05/03/2020
Nome:SEBASTIAO DE SOUSA DIAS
Matrícula:57213155/1Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:Assessoria de Planejamento/Belém

PORTARIA Nº.: 000098/2020 DE 10/03/2020
Nome:JOSE JADIR DAMASCENO FEIJO
Matrícula:6037151/2Período:15/01 a 29/01/20Exercício:2019
Unidade:EE Paulino de Brito/Belém

PORTARIA Nº.: 001417/2020 DE 09/03/2020
Nome:ELIENE SANTOS DE FARIA COSTA
Matrícula:5901710/1Período:13/03 a 26/04/20Exercício:2017
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001418/2020 DE 09/03/2020
Nome:ELIENE SANTOS DE FARIA COSTA
Matrícula:5901710/1 Período:27/04 a 10/06/20Exercício:2018
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001419/2020 DE 09/03/2020
Nome:ELIENE SANTOS DE FARIA COSTA
Matrícula:5901710/1 Período:11/06 a 25/07/20Exercício:2019
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001436/2020 DE 09/03/2020
Nome:ROSIETE MARCOS SANTANA
Matrícula:5860059/2Período:05/03 a 03/04/20Exercício:2017
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001437/2020 DE 09/03/2020
Nome:ROSIETE MARCOS SANTANA
Matrícula:5860059/2Período:04/04 a 18/05/20Exercício:2018
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001438/2020 DE 09/03/2020
Nome:ROSIETE MARCOS SANTANA
Matrícula:5860059/2Período:19/05 a 02/07/20Exercício:2019
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001439/2020 DE 10/03/2020
Nome:ROSIETE MARCOS SANTANA
Matrícula:5860059/2Período:03/07 a 17/07/20Exercício:2020
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001440/2020 DE 10/03/2020
Nome:ROSIETE MARCOS SANTANA
Matrícula:5860059/2Período:18/07 a 16/08/20Exercício:2020
Unidade:Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém

PORTARIA Nº.: 001318/2020 DE 04/03/2020
Nome:ROGERIO DA SILVA RIBEIRO
Matrícula:5721468/1Período:02/03 a 31/03/20 Exercício:2020
Unidade:EEEF 15 de Outubro/Belém

PORTARIA Nº.: 001319/2020 DE 04/03/2020
Nome:JOSE DE JESUS AGUIAR DE MESQUITA
Matrícula:522708/1Período:02/03 a 31/03/20 Exercício:2020
Unidade:EE Dom Alberto G Ramos/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 001320/2020 DE 04/03/2020
Nome:ANDREZA ELAINE SILVA SILVA
Matrícula:57209445/1Período:01/04 a 15/05/20 Exercício:2018
Unidade:EE Maria de Nazare Marques Rios/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 001321/2020 DE 04/03/2020
Nome:IEDA CELIA BRITO DE ARAUJO
Matrícula:5906990/2Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EEETEPA Prof Fco das Chagas Azevedo (CACAU)Belém

PORTARIA Nº.: 001322/2020 DE 04/03/2020
Nome:ALZENIR DO NASCIMENTO SILVA DE OLIVEIRA
Matrícula:57224107/1Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EEETEPA Prof Fco das Chagas Azevedo (CACAU)Belém

PORTARIA Nº.: 001323/2020 DE 04/03/2020
Nome:EDSON LOPES
Matrícula: 6316085/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:ERC Alexandre Nicomedes/Belém

PORTARIA Nº.: 001324/2020 DE 04/03/2020
Nome:ANA MARIA ARAUJO PINHEIRO
Matrícula:5343232/2 Período:04/05 a 17/06/20 Exercício:2020
Unidade:EEEF 15 de Outubro/Belém

PORTARIA Nº.: 001325/2020 DE 04/03/2020
Nome:ORLANDO ARAUJO DE SOUZA
Matrícula:756440/1Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:EEETEPA Prof Fco das Chagas Azevedo (CACAU)Belém

PORTARIA Nº.: 001335/2020 DE 05/03/2020
Nome:FLAVIO SILVA DA COSTA
Matrícula:5878616/2 Período:15/03 a 29/03/20 Exercício:2019
Unidade:EE Vilhena Alves/Belém

PORTARIA Nº.: 001366/2020 DE 05/03/2020
Nome:IZAQUE MONTEIRO MENDES
Matrícula:5947822/1Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EEEF Nossa Senhora das Graças/Belém

PORTARIA Nº.: 001367/2020 DE 05/03/2020
Nome:CLAUNICE DO SOCORRO DE BARROS FURTADO
Matrícula: 57209524/1Período:02/03 a 15/04/20 Exercício:2019
Unidade:Col. Estad. Professora Isabel Amazonas/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 001368/2020 DE 05/03/2020
Nome:ARNEIDE RIBEIRO DE CARVALHO
Matrícula:3228517/2Período:16/03 a 29/04/20 Exercício:2019
Unidade:EE Honorato Filgueiras/Mosqueiro

PORTARIA Nº.: 001381/2020 DE 05/03/2020
Nome:ANA LILIA SILVA DOS SANTOS
Matrícula:5454395/2 Período:17/03 a 15/04/20 Exercício:2018
Unidade:EE Alexandre Zacarias de Assunção/Belém

PORTARIA Nº.: 001382/2020 DE 06/03/2020
Nome:HELEN DO SOCORRO RODRIGUES DIAS
Matrícula:5905983/1Período:15/01 a 29/01/20 Exercício:2019
Unidade:ERC Assoc. De Pais e Amigos Excepcionais/Belém

PORTARIA Nº.: 001447/2020 DE 10/03/2020
Nome:CARMEM LUCIA DE MENEZES PINHEIRO
Matrícula:6007384/3 Período:04/05 a 17/06/20 Exercício:2019
Unidade:EEEF 15 de Outubro/Belém

PORTARIA Nº.: 001448/2020 DE 10/03/2020
Nome:GILSON ALVES CHAGAS
Matrícula:57212481/1 Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EE Vera Smplicio/Belém

PORTARIA Nº.: 001449/2020 DE 10/03/2020
Nome:WANESSA PAIXAO DE LIMA
Matrícula:57208562/1 Período:01/04 a 15/05/20 Exercício:2019
Unidade:EE Vera Smplicio/Belém

PORTARIA Nº.: 001450/2020 DE 10/03/2020
Nome:JORGE BERGH EVANOVITCH
Matrícula:57213021/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:EE Frei Daniel/Belém

PORTARIA Nº.: 001451/2020 DE 10/03/2020
Nome:CLIVIA MAIRA GIBSON ALVES
Matrícula:5902369/1 Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2019
Unidade:EE Deodoro Mendonça/Belém

PORTARIA Nº.: 001452/2020 DE 10/03/2020
Nome:SHEILA DA SILVA FERREIRA
Matrícula:57224154/1 Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EE Gregorio de Almeida Brito/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 001453/2020 DE 10/03/2020
Nome:SIMONE ALBUQUERQUE LOBO PEREIRA
Matrícula:55586013/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2019
Unidade:EE de Educação Tecn. Anisio Teixeira/Belém

PORTARIA Nº.: 001454/2020 DE 10/03/2020
Nome:MARCOS ROBERTO NASCIMENTO DA SILVA
Matrícula:57213998/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:EE Mario Barbosa/Belém

PORTARIA Nº.: 001455/2020 DE 10/03/2020
Nome:MILENA DE JESUS CARVALHO DOS SANTOS
Matrícula:57208879/1 Período:01/04 a 15/05/20 Exercício:2019
Unidade:EE Mario Barbosa/Belém

PORTARIA Nº.: 001429/2020 DE 10/03/2020
Nome:EVERALDO CARLOS LIMA CORREA
Matrícula:668745/1 Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2019
Unidade:EE D Mora Guimaraes/Marituba

PORTARIA Nº.: 001434/2020 DE 10/03/2020
Nome:CARMEM DE OLIVEIRA SARAIVA
Matrícula:6310354/1 Período:02/03 a 31/03/20 Exercício:2020
Unidade:EE Terceira Travessa/Benevides

PORTARIA Nº.: 001433/2020 DE 10/03/2020
Nome:RICARDO SOARES BRAZAO
Matrícula:57214464/1Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:EE Marilda S Nunes/Tracuateua

PORTARIA Nº.: 001430/2020 DE 10/03/2020
Nome:SHIRLEY FREITAS DA COSTA
Matrícula:5896312/1Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2019
Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

PORTARIA Nº.: 001432/2020 DE 10/03/2020
Nome:MARIA DO SOCORRO SIDRIM DOS SANTOS SARDINHA PINTO
Matrícula:344834/1Período:27/04 a 26/05/20 Exercício:2020
Unidade:Depto de Administração de Pessoal/Belém

PORTARIA Nº.: 001431/2020 DE 10/03/2020
Nome:CARLOS ALBERTO DA CONCEIÇÃO SILVA
Matrícula:57209915/1Período:01/05 a 30/05/20 Exercício:2019
Unidade:Divisão de Transporte/Belém

PORTARIA Nº.: 001435/2020 DE 10/03/2020
Nome:HELIO DA SILVA SARAIVA
Matrícula:5468965/1Período:01/04 a 30/04/20 Exercício:2020
Unidade:Divisão de Controle de Estoque/Belém

PORTARIA Nº.: 024/2020 DE 27/02/2020
Nome:ANDREANY DOS SANTOS SILVA
Matrícula:57210294/1Período:12/03 a26/03/20 Exercício:2019
Unidade:10 URE/Altamira

PORTARIA Nº.: 023/2020 DE 27/02/2020
Nome:GISELE PORTELLA DE ANDRADE BOHRY
Matrícula:458970/3Período:23/03 a 06/05/20 Exercício:2018
Unidade:EEEM Melvin Jones/Uruara

PORTARIA Nº.: 001483/2020 DE 11/03/2020
Nome:MARIA WALDOMIRA COSTA BARRA
Matrícula:532126/1Período:04/05 A 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:ERC Munic. Sergio Jose Machado/Santa Barbara do Para

PORTARIA Nº.: 001482/2020 DE 11/03/2020
Nome:ENOS SILVA MONTEIRO
Matrícula:57209115/1Período:04/05 a 17/06/20 Exercício:2019
Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

PORTARIA Nº.: 001485/2020 DE 11/03/2020
Nome:KATIA CILENE DE VILHENA GOUVEA TARRIO
Matrícula:5440416/3Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:Conselho Estadual de Educação/Belém

PORTARIA Nº.: 1480/2020 DE 11/03/2020
Nome:ORLANDINA PEREIRA DA SILVA
Matrícula:198226/1Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:Diretoria de Suporte Administrativo/Belém

PORTARIA Nº.: 001478/2020 DE 11/03/2020
Nome:SIMEA SOUZA PACHECO DA ROSA
Matrícula:57224124/1Período:11/05 a 09/06/20 Exercício:2020
Unidade:Divisão de Inform. e Documentação/Belém

PORTARIA Nº.: 001476/2020 DE 11/03/2020
Nome:ANA LUZIA DE SOUZA SILVA
Matrícula:366129/1Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2019
Unidade:Departamento de Administração de Pessoal/Belém

PORTARIA Nº.: 001475/2020 DE 11/03/2020
Nome:ROSEMARY NASCIMENTO DIAS
Matrícula:752363/1Período:04/05 a 02/06/20 Exercício:2020
Unidade:Gabinete do Secretario/Belém

RETIFICAR

PORTARIA Nº.: 001420/2020 DE 09/03/2020

Considerando o Parecer Juridico nº 1559/2018, Constante no Processo nº 1167452/2017.
Retificar na PORTARIA nº 002631/2017 de 13/04/2017, que concedeu 90 dias de licença especial, o quinquenio de 16/10/2004 a 15/10/2009 para os trienios de 16/10/2004 a 15/10/2007 (60) dias e de 16/10/2007 a 15/10/2010 (30) dias, a servidora MARIA DE JESUS ALMADA MACEDO, Matricula 54188373/1, Professor, lotada no Centro de Ed Jovens e Adultos Prof Maria Oscari Sil/Abaetetuba, para fins de regularização funcional.

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº.:001317/2020 DE 04/03/2020

Tornar sem efeito a PORTARIA nº,001179/2020 de 21/02/2020 que concedeu férias, no período de 01/04/2020 a 30/04/2020, o servidor IZAQUE MONTEIRO MENDES,matricula 5947822/1, Vigia,lotado na EEEF Nossa Senhora das Grças/Belém, referente ao exercício de 2018, para fins de regularização funcional.

Protocolo: 532575

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDOS

PORTARIA N° 872/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS
Nome: FLAVIA TEREZA CORREA SOUSA
Matrícula Funcional: 57228256/ 3
Valor: R$ 3.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8868
Fonte: 0102
339030_ R$ 3.000,00
Ordenador Responsável
CARLOS JOSE CAPELA BISPO
Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

PORTARIA N° 873/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: DIRETOR DO CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS
Nome: ANDERSON MADSON OLIVEIRA MAIA
Matrícula Funcional: 5836760/ 3
Valor: R$ 4.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8868
Fonte: 0661
339030_ R$ 4.000,00

PORTARIA N° 874/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIENCIAS SO
Nome: JOAO PAULO ROCHA DOS PASSOS
Matrícula Funcional: 57191018/ 2
Valor: R$ 4.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8868
Fonte: 0661
339030_ R$ 2.000,00
339039_ R$ 2.000,00

PORTARIA N° 875/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.
Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO C
Nome: THAMYRES LIRA FALCAO
Matrícula Funcional: 57202698/ 1
Valor: R$ 4.000,00
Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8472
Fonte: 0669
339030_ R$ 3.000,00
339030_ R$ 1.000,00
Ordenador Responsável
RUBENS CARDOSO DA SILVA
Reitor da Universidade do Estado do Pará.

Protocolo: 532565

DIÁRIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
(art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994)

PORTARIA N° 809/20 DE 06 DE MARÇO DE 2020.
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: CASTANHAL/PA
NOME DO SERVIDOR: EUNICE GONCALVES MACEDO
FUNCIONAL: 5838240/ 3
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
DATA INÍCIO: 27.02.2020
DATA TÉRMINO: 16.03.2020
QUANTIDADE: 07 e ½ (sete e meia)

PORTARIA N° 810/20 DE 06 DE MARÇODE 2020.
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: CASTANHAL/PA
NOME DO SERVIDOR: BENEDITO LOBATO
FUNCIONAL: 5846404/ 2
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
DATA INÍCIO: 10.03.2020
DATA TÉRMINO: 26.03.2020
QUANTIDADE: 008 (oito)

PORTARIA N° 811/20 DE 06 DE MARÇO DE 2020.
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: CASTANHAL/PA
NOME DO SERVIDOR: LEONY LUIS LOPES NEGRAO
FUNCIONAL: 5838240/ 3
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
DATA INÍCIO: 09.03.2020
DATA TÉRMINO: 27.03.2020
QUANTIDADE: 08 (oito)

PORTARIA N° 827/20 DE 09 DE MARÇO DE 2020.
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para outorga de gral.
ORIGEM: BELÉM/PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
FUNCIONAL: 55590110/ 3
CARGO: VICE-REITORIA
DATA INÍCIO: 03.03.2020
DATA TÉRMINO: 04.03.2020
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 828/20 DE 09 DE MARÇO DE 2020.
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para realisar reunião sobre o COREME.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: SANTARÉM/PA
NOME DO SERVIDOR: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
CARGO: VICE-REITORIA
FUNCIONAL: 55590110/ 3
DATA INÍCIO: 26.02.2020
DATA TÉRMINO: 27.02.2020
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 829/20 DE 09 DE MARÇO DE 2020
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para outorga de grau.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CAMETÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
CARGO: VICE-REITORIA
FUNCIONAL: 55590110/ 3
DATA INÍCIO: 10.03.2020
DATA TÉRMINO: 11.03.2020
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 830/20 DE 09 DE MARÇO DE 2020.
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para outorga de grau.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: VIGIA/PA

NOME DO SERVIDOR: CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
CARGO: VICE REITORIA
FUNCIONAL: 55590110/ 3
DATA INÍCIO: 17.03.2020
DATA TÉRMINO: 18.03.2020
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 856/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CAMETÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: LUIZ ALBERTO CAVALCANTE GUIMARÃES
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INÍCIO: 27.02.2020
DATA TÉRMINO: 06.03.2020
QUANTIDADE: 08 e ½ (oito e meia)

PORTARIA N° 857/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: IGAREPÉ- AÇU/PA
NOME DO SERVIDOR: ANDREY BRITO NASCIMENTO
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INÍCIO: 04.03.2020
DATA TÉRMINO: 31.03.2020
QUANTIDADE: 27 e ½ (vinte e sete e meia)

PORTARIA N° 858/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994.
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM-PA
DESTINO: JACUNDÁ-PA
NOME DO SERVIDOR: MARIA DO CARMOACACIO DE SOUSA
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INÍCIO: 18.12.2019
DATA TÉRMINO: 19.12.2019
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 859/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CAMETÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: CARLOS ELIAS DE SOUZA BRAGA
FUNCIONAL: 57233043/ 1
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
DATA INÍCIO: 23.03.2020
DATA TÉRMINO: 08.04.2020
QUANTIDADE: 16 e ½ (dezesseis e meia)

PORTARIA N° 860/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para conduzir docentes.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: SANTARÉM/PA
NOME DO SERVIDOR: TAINA MARIA MAGALHAES FACANHA
FUNCIONAL: 5899894/ 2
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
DATA INÍCIO: 10.02.2020 a 18.02.2020, 19.02.2020 a 23.02.2020 e 27.02.2020 a 02.03.2020
DATA TÉRMINO: 10.02.2020 a 18.02.2020, 19.02.2020 a 23.02.2020 e 27.02.2020 a 02.03.2020
QUANTIDADE: 17 e ½ (dezessete e meia)

PORTARIA N° 861/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CASTANHAL/PA
NOME DO SERVIDOR: WALTER JESUS DA COSTA MARTINS FILHO
FUNCIONAL: 5947578/ 1
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
DATA INÍCIO: 30.03.2020
DATA TÉRMINO: 22.04.2020
QUANTIDADE: 08 (oito)

PORTARIA N° 862/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para organização execução de colação de grau.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: MOJU/PA
NOME DO SERVIDOR: ANA GORETTI NOVAES COUTINHO MOURA
FUNCIONAL: 7565463/ 3
CARGO: TECNICO A
DATA INÍCIO: 05.03.2020
DATA TÉRMINO: 06.03.2020
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 863/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: REDENÇÃO/PA
NOME DO SERVIDOR: WHELLISSON DA SILVA DIAS
FUNCIONAL: 5947834/ 13
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
DATA INÍCIO: 31.03.2020
DATA TÉRMINO: 25.04.2020
QUANTIDADE: 25 e ½ (vinte e cinco e meia)

PORTARIA N°864/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina pela UAB
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: IGARAPÉ-MIRI/PA
NOME DO SERVIDOR: JAQUELINE DE ANDRADE REIS
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INÍCIO: 06.03.2020
DATA TÉRMINO: 08.03.2020
QUANTIDADE: 02 e ½ (duas e meia)

PORTARIA N° 865/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina pela UAB.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CAMETÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: JAQUELINE DE ANDRADE REIS
CARGO: COLABORADOR EVENTUAL
DATA INÍCIO: 13.03.2020
DATA TÉRMINO: 15.03.2020
QUANTIDADE: 02 e ½ (duas e meia)

PORTARIA N° 866/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para organização execução de colação de grau.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: ANA GORETTI NOVAES COUTINHO MOURA
FUNCIONAL: 7565463/ 3
CARGO: TECNICO A
DATA INÍCIO: 03.03.2020
DATA TÉRMINO: 04.03.2020
QUANTIDADE: 01 e ½ (uma e meia)

PORTARIA N° 867/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CAMETÁ/PA
NOME DO SERVIDOR: ANNA TSUKUI
FUNCIONAL: 5942421/ 1
CARGO: PROFESSOR SUBSTITUTO
DATA INÍCIO: 30.03.2020 a 09.04.2020 e 13.04.2020 a 16.04.2020
DATA TÉRMINO: 30.03.2020 a 09.04.2020 e 13.04.2020 a 16.04.2020
QUANTIDADE: 14 (quatorze)

PORTARIA N° 768/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CASTANHAL/PA
NOME DO SERVIDOR: WEBER DA SILVA MOTA
FUNCIONAL: 54189228/ 1
CARGO: PROFESSOR AUXILIAR
DATA INÍCIO: 08.05.2020
DATA TÉRMINO: 05.06.2020
QUANTIDADE: 02 e ½ (duas e meia)

PORTARIA N° 769/20 DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: Para ministrar disciplina.
ORIGEM: BELEM/PA
DESTINO: CASTANHAL/PA
NOME DO SERVIDOR: HEBE SIMONE SOUSA RIPARDO
FUNCIONAL: 57193257/ 1
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
DATA INÍCIO: 02.03.2020
DATA TÉRMINO: 14.03.2020
QUANTIDADE: 06 (seis)
NEIVALDO FIALHO DO NASCIMENTO
ORDENADOR

Protocolo: 532519

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
PROCESSO: 2019/373308

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a licença de uso, por prazo indeterminado, de forma não exclusiva, do SISTEM DE GESTÃO ACADÊMICA – SIGA à FUNDAÇÃO CARLOS GOME – FCG, sistema desenvolvido e de propriedade da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA.
JUSTIFICATIVA: Formalização de parceria entre instituições.
DATA DE ASSINATURA:10/03/2020
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/03/2020
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: INDETERMINADO
FORO: Belém-Pará
PARTES:
BENEFICIÁRIO ENTE PÚBLICO:
Razão Social: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – UEPA
CEP: 66050-340
Logradouro: Rua do Una, nº 156
Bairro: Telégrafo
Cidade: Belém
UF: Pará
Dados do Responsável pela Parte: Rubens Cardoso da Silva

CONCEDENTE:
Razão Social: FUNDAÇÃO CARLOS GOME – FCG
Logradouro: Av. Gentil Bittencourt Nº 909 – Bairro: NAZARÉ,
CEP: 66.040-174
Cidade: Belém
UF: PA
Dados do Responsável pela Parte: Maria da Glória Boulhosa Caputo.
ORDENADOR RESPONSÁVEL:
Nome: Rubens Cardoso da Silva

Protocolo: 532597

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

PORTARIA Nº0351/2020 – SEASTER, DE 09 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Ana Maria Meireles Costa
Matricula: 5896671/1
Cargo: Técnico em Gestão de Assistência Social
Lotação: DAS/SEASTER
Período: 12/06/2019 a 02/08/2019
Processo: 2020/166475
Laudo Médico: 31826/2019
(52 cinquenta e dois dias) DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, 11 de março 2020
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 532626

DIÁRIA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019

PORTARIA Nº 380/2020– SEASTER, DE 11 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Nazareno de Souza Santos
Cargo: Diretor MATRICULA: 5953987/1
Origem:BELEM Destino: Natal/ RN
PERIODO: 11 a 13/03/2020
Processo: 2020/ 191539 Nº de diárias: 02 e ½ (duas e meia)
Objetivo: participar de reuniões e visitas técnicas nas secretarias ligadas à geração de emprego e renda do estado e municípios para conhecimento, in colo de diversos projetos de sucesso, a fim de buscar iniciativas promissoras referentes à qualificação profissional, empreendedorismo e emprego e renda para aplicar e desenvolver em nosso estado

PORTARIA Nº 357/2020– SEASTER, DE 10 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Rolando Augusto Noronha Baptista
Cargo: Coordenador MATRICULA: 80845321/8
PERIODO:05 A 06/03/2020
Origem:BELEM Destino: Brasília/DF
Processo: 2020/ 185751 Nº de diárias: 01 e ½ (uma e meia)
Objetivo: objetivo de participar de reunião Institucional nos Mistério da Economia e Mistério da Economia e Ministério da Integração Nacional.

PORTARIA Nº 356/2020– SEASTER, DE 10 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Alessandra da Silva Rosa Mendes
Cargo: Assistente Administrativo MATRICULA: 54188938/1
PERIODO:05 A 06/03/2020
Origem:BELEM Destino: Brasília/DF
Processo: 2020/ 185751 Nº de diárias: 01 e ½ (uma e meia)
Objetivo: objetivo de participar de reunião Institucional nos Mistério da Economia e Mistério da Economia e Ministério da Integração Nacional.

PORTARIA Nº 355/2020– SEASTER, DE 10 DE MARÇO DE 2020.
Nome: José Cristiano Martins Nunes
Cargo: Chefe de Gabinete MATRICULA: 5950079/1
PERIODO:05 A 06/03/2020
Origem:BELEM Destino: Brasília/DF
Processo: 2020/ 185751 Nº de diárias: 01 e ½ (uma e meia)
Objetivo: objetivo de participar de reunião Institucional nos Mistério da Economia e Mistério da Economia e Ministério da Integração Nacional.

PORTARIA Nº 358/2020– SEASTER, DE 10 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Maria José da Costa pereira
Cargo: Auxiliar Técnico MATRICULA: 3211886/1
PERIODO:29/03 A 03/04/2020
Origem:BELEM Destino: Brasília/DF
Processo: 2020/ 163690 Nº de diárias: 05 e ½ (cinco e meia)
Objetivo: participar do Alimento referente ao processo de implementação das ações do Programa Criança Feliz, o qual contemplará conteúdo referentes a metodologia Guia para Domiciliar, cuidados para o Desenvolvimento da Criança além dos aspectos da Gestão e Avaliação de Impacto..

PORTARIA Nº 322/2020– SEASTER, DE 04 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Marcelina Pinto Santos
Cargo: Assistente Social MATRICULA: 57196135
Origem:BELEM Destino: Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Aurora do Pará e Ourem/PA
Período: 01 a 27/03/2020
Processo: 2020/153244 Nº de diárias: 26 e ½ (vinte seis e meia)
Objetivo: realizar monitoramento/Assessoramento dos serviços da PSE de Media Complexidade.

PORTARIA Nº 354/2020– SEASTER, DE 09 DE MARÇO DE 2020.
Nome: MARIA DE NAZARE CARDOSO COSTA ROCHA
Cargo: DIRETORA MATRICULA: 80805759
Origem:BELEM Destino:PARAUPEBABAS
Período: 17 A 18/03/2020
Processo:2020/188314 Nº de diárias: 2 E ½ (DUAS E MEIA)
Objetivo: PARTICIPAR DE REUNIÃO AMPLIADA REGIONALIZADA DA CIB,-NO MUNICIPIO DE PARAUPEBAS/PA

PORTARIA Nº 320/2020– SEASTER, DE 04 DE MARÇO DE 2020.
Nome: Alessandra da Silva Rosa Mendes
Cargo: Assistente Administrativo MATRICULA: 54188938/1
Origem:BELEM Destino: Breves e Portel/PA
Período: 09 a 13/03/2020
Processo: 2020/152731 Nº de diárias: 04 e ½ (quatro e meia)
Objetivo: realizar os procedimento de fiscalização monitoramente e acompanhamento dos cursos de qualificação Social e Profissional.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 11 de MARÇO de 2020.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado de Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945803/1

Protocolo: 532576

TORNAR SEM EFEITO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019
Considerando a solicitação do Processo 2020/109270
RESOLVE:

PORTARIA N° 386/2020 – SEASTER,10 DE MARÇO DE 2020
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
Considerando a solicitação do Processo 2020/128086
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO, a PORTARIA nº 308/2020 – SEASTER, de 10 de MARÇO de 2020, Publicada no DOE nº 34.139 de 10 de MARÇO de 2020, que concedeu 26 E ½ DIARIAS ao servidor(A) MARLENE DO SOCORRO CORREA MONTENEGRO, matrícula nº 128086
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 11 de MARÇO de 2020.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/ 1
TORNAR SEM EFEITO, a PORTARIA nº 303/2020 – SEASTER, de 10 de MARÇO de 2020, Publicada no DOE nº 34.139 de 10 de MARÇO de 2020, que concedeu SUPRIMENTO DE FUNDO PARA LOCOMOÇÃO NO VALOR DE R$ 60,00 (SESSENTA REAIS) ao servidor(A)MARIA ROSA MARTINS SANTOS, matrícula nº 3194175
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 11 de MARÇO de 2020.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/ 1

Protocolo: 532551

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 312/2020 – SEASTER
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de
janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
R E S O L V E:
PRORROGAR A CESSÃO para o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio da servidora MARIA JALVA COSTA BRAGA, matrícula nº 54197020/ 1, no período de 01/03/2020 a 28/02/2022, nos
termos do Decreto nº 1.960 de 18/01/2018, publicado no DOE 33.542 de 22/01/2018;
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 04 de
março de 2020.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/ 1

PORTARIA Nº 311/2020 – SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.
R E S O L V E:
PRORROGAR A CESSÃO para a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica - SECTET do servidor MAX RUSSUEL LEITE DE SOUSA, Matrícula nº 54195916/1, no período de 01/03/2020 a 28/02/2022, nos termos do Decreto nº 1.960 de 18/01/2018, publicado no DOE 33.542 de 22/01/2018;
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 04 de março de 2020.
INOCENCIO RENATO GASPARIM
Secretário de Estado Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda
Mat. 5945555/ 1

PORTARIA Nº 319/2020 - SEASTER, DE 04 DE MARÇO DE 2020

Nomeia Novos Representantes Municipais e Estaduais
para a Comissão Intergestores Bipartite - CIB.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, no uso das suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o disposto pelos artigos 130, II e 136, § 5º, da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS/2012, aprovada pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;
CONSIDERANDO o disposto pelo art. 3º, II, § 1º e § 4º, do Regimento Interno da Comissão IntergestoresBipartite - CIB, aprovado pela Resolução SEAS/CIB nº. 01, de 28/02/2013, com alterações aprovadas pela Resolução nº. 002/2016/CIB, de 14 de junho de 2016;
CONSIDERANDO o disposto pelo art. 18 do Estatuto Social do Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social - COEGEMAS/Pará,
CONSIDERANDO os ofícios de nº 02/2020, de03/02/2020 e de nº 03/2020, de 04/02/2020, da Presidência do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Pará – COEGEMAS/PA, que informa sobre alteração na suplência da Metrópole e na titularidade e suplência na representação de municípios de pequeno porte II na CIB;
CONSIDERANDO o memorando nº 043/2020 – GAB/SEASTER, que informa sobre alterações na suplência da representação estadual na CIB;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os gestores municipais abaixo designados para comporem a Representação Municipal na Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social do Estado do Pará – CIB/Pará no período 2020/2021
ELYROSE DE ABREU CARDOSO, secretária municipal de Assistência Social de Castanhal, como suplente da Metrópole, em substituição a LENICE SILVA ANTUNES, secretária municipal de Assistência Social de Ananindeua;
PAULA LUCIANA GOMES DE MATOS, secretária municipal de Assistência Social de Marapanim para a condição de membro titular na vaga de KEWIN KATY PYLES, ex-secretária municipal de Assistência Social de Muaná;
LÍVIA EDICELY DOS SANTOS SILVA, secretária municipal de Assistência Social de Vigia para suplente de PAULA LUCIANA GOMES DE MATOS;
Art. 2º- Nomear os servidores da SEASTER abaixo designados para comporem a representação estadual na Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social do Estado do Pará – CIB/Pará durante o período 2020/2021
MARIA EVANEIDE PANTOJA DA SILVA, em substituição a PEDRO LÚCIO SANTA ROSA DA LUZ;
LORENA BRITO ROMÃO, em substituição a KARLA SIMONI DAMASCENO COELHO DE LIMA;
JOSÉ CRISTIANO MARTINS NUNES, em substituição a HELBA SILVA LEMOS.
Art. 3º- Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, cumpra-se.
Belém, 04 de março de 2020
Inocencio Renato Gasparim
Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo: 532418

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA: 202- DO DIA 11/03/2020

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de Jovem custodiado no CIJAM (Proc.149103/2020-Mem 83/2020)
SERVIDORA: BIANKA AUXILIADORA FIGUEIRA DA SILVA
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 54196000/ 1
SERVIDOR : FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5848504/ 2
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO :MÃE DO RIO/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 14/02/2020 - DIÁRIAS-0,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532441

PORTARIA: 203- DO DIA 10/03/2020

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de Socioeducando custodiado no CIJAM, (Proc.165096/2020-Mem 111/2020)
SERVIDORA: SANDRA DO SOCORRO FERREIRA JANSSEN
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 57218087/ 6
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO :ORIXIMINA/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 09 a 12/03/2020 - DIÁRIAS-3,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532372

PORTARIA: 204- DO DIA 10/03/2020

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado na UASE BENEVIDES (Proc. 137815/2020-Mem 150/2020)
SERVIDORA: PAULA FRANCINETE DE OLIVEIRA FURTADO
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL- MATRICULA: 5907640/ 3
SERVIDOR : GLAIRTON RIBEIRO ARAUJO
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 55587927/ 3
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:BUJARU/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 10/03/2020 - DIÁRIAS-0,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532373

PORTARIA: 205- DO DIA 10/03/2020

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado na CSEM (Proc.177642/2020-Mem 87/2020)
SERVIDORA: WALDERCLEIA SENA PAIXAO
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL- MATRICULA: 5935980/ 1
SERVIDOR : OLIVAR ANDRADE DA CRUZ
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5934120/ 1
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:SALVATERRA/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 16 A 17/03/2020 - DIÁRIAS-1,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532374

PORTARIA: 206- DO DIA 10/03/2020

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente custodiado no CJM (Proc. 189838/2020-Mem 43/2020-CJM)
SERVIDOR: MARIA DE JESUS DIAS TEIXEIRA
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL- MATRICULA: 54195047/10
SERVIDOR: CLAUCY MILLENY CAPISTRANO DOS SANTOS
CARGO: PSICOLOGO- MATRICULA: 54197357/ 5
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:ITAITUBA/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 10 a 14/03/2020 - DIÁRIAS-4,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532375

PORTARIA: 201- DO DIA 11/03/2020

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de Jovem custodiado no CIJAM (Proc.118753/2020-Mem 75/2020)
SERVIDORA: BETH SIMONE DE BRITO FERREIRA
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 57188331/ 2
SERVIDOR: ANDRE FERREIRA DO LAGO
CARGO: MOTORISTA - MATRICULA: 5906129/ 2
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO :PARAGOMINAS/PA
PERIÓDO DE VIAGEM: 13/02/2020 - DIÁRIAS-0,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532381

PORTARIA: 207- DO DIA 11/03/2020

OBJETIVO: Acompanhar adolescentes custodiados no CIAM BELEM, ouvidos em audiência (Proc. 150234/2020-Mem 370/2020)
SERVIDOR: JOSUE ARAUJO DE SOUSA
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - MATRICULA: 54195516/ 1
SERVIDOR: ELTON CAPORAL CARDOSO
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5910272/ 2
SERVIDOR: LUCIVALDO ALVES PEREIRA
CARGO: MONITOR - MATRICULA: 5431174/ 2
SERVIDOR- MARCIA DA SILVA COSTA
CARGO:MOTORISTA - MATRICULA: 5914118/ 2
ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO:TUCURUI/PA
PERIÓDO DE VIAGEM:16 A 18/03/2020 - DIÁRIAS-2,5
ORDENADOR DE DESPESAS:MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JUNIOR

Protocolo: 532790

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

DIÁRIAS

PORTARIA Nº 68/2020

OBJETIVO: Conforme agenda da Coordenadoria da Mulher e Programação da agenda do PPA 2020.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 145 da lei nº 5.810/94.
ORIGEM: Belém/PA
DESTINO: São Miguel do Guamá/PA
SERVIDOR:
Márcia Andréia Jorge Lima; CARGO: Coordenadora CIPM; MAT: 5748820/1;
PERÍODO: 11 a 12/03/2020; Quantidade de diárias: 1,5
Rodrigo de Medeiros Roldan
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 532623

DIÁRIAS
PORTARIA Nº 67/2020

OBJETIVO: Conforme agenda da Coordenadoria da Mulher e Programação da agenda do PPA 2020.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 145 da lei nº 5.810/94.
ORIGEM: Belém/PA
DESTINO: São Miguel do Guamá/PA
SERVIDOR:
Pedro José Silva da Silva; CARGO: Motorista; MAT: 57192939/2 ; PERÍODO: 11 a 12/03/2020; Quantidade de diárias: 1,5
Laura Maria Carvalho Cals Marques; CARGO: Psicóloga; MAT: 57202302/1; PERÍODO: 11 a 12/03/2020; Quantidade de diárias: 1,5.
Rodrigo de Medeiros Roldan
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 532604

DIÁRIAS
PORTARIA Nº 70/2020

OBJETIVO: Ações do projeto "Eu vou envelhecer. E você?" na EMEF Inácio Rodrigues da Cunha.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 145 da lei nº 5.810/94.
ORIGEM: Belém/PA
DESTINO: Marituba/PA
SERVIDOR:
JEANETE DA SILVA GOMES; CARGO: ASSISTENTE SOCIAL; MAT: 54188359/3; PERÍODO: 16 e 18/03/2020; Quantidade de diárias: 1,0
MILENNE JOSY CORDEIRO AFONSO; CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL; MAT: 57201769/1; PERÍODO: 16 e 18/03/2020;
Quantidade de diárias: 1,0
Rodrigo de Medeiros Roldan
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 532723

DIÁRIAS
PORTARIA Nº 69/2020

OBJETIVO: Ações do projeto "Eu vou envelhecer. E você?" na EMEF Padre Romeu Pires Borges
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 145 da lei nº 5.810/94.
ORIGEM: Belém/PA
DESTINO: Marituba/PA
SERVIDOR:
JEANETE DA SILVA GOMES; CARGO: ASSISTENTE SOCIAL; MAT: 54188359/3; PERÍODO: 23 e 25/03/2020; Quantidade de diárias: 1,0
MILENNE JOSY CORDEIRO AFONSO; CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL; MAT: 57201769/1; PERÍODO: 23 e 25/03/2020;
Quantidade de diárias: 1,0
Rodrigo de Medeiros Roldan
Secretário Adjunto de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 532703

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 035/2020 – RH/DAF
PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do processo: 2020/117322,R E S O L V E:
DESIGNAR a colaboradora, LORENA DE CÁSSIA ALBERTO CÉZAR, matrícula 5945791/1, ocupante do cargo de Gerente de Recursos Humanos como fiscal do contrato abaixo relacionado e como suplente a colaboradora AMANDA CRISTINA JARDIM DOS SANTOS, matrícula 5946915/1, a contar de 14 de fevereiro de 2020, data da assinatura do instrumento contratual.

Nº do Contrato	Contrato
003/2020	IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Registre-se, publique-se e cumpra-se.Belém, 10 de Março de 2020.
LUTFALA DE CASTRO BITAR-Presidente

Protocolo: 532480

CONTRATO

Contrato: 005/2020
Exercício: 2020

Objeto: Prestação de serviço de organização e realização de curso in company de gestão de riscos na administração pública, com profissional técnico especializado;
Fundamentação: Inexigibilidade de licitação n° 002/2020, nos termos do art. 30, II, f da Lei n° 13.303/16 e no art. 70, II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia, conforme especificações constantes do processo Nº 2020/183253.
PTRES 8887; Elemento de Despesa: 339039; Plano Interno: 4120008887C; Fonte: 0261 e Ação: 233797;
Valor Total: R$38.229,60 (trinta e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos);
Data de assinatura: 11.03.2020;
Vigência: 11.03.2020 a 10.04.2020;
Contratado: M V D DOS SANTOS TREINAMENTOS EPP - CNPJ-MF N° 24.483.286/0001-71;
Endereço: Passagem Mac Dowell, 88 – Sala A – Bairro Nazaré - CEP 66035-150 – BELÉM - PA;
Telefone: (91) 3348-4840;
Ordenador: Lutfala de Castro Bitar – Presidente – CODEC.

Protocolo: 532711

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 002/2020 de 10 de março de 2020

O presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC, nos usos de suas atribuições que lhe confere o Estatuto da Companhia, à vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando que o PARECER JURÍDICO prevê a INEXIGIBILIDADE em conformidade ao disposto no art. 30, II, f da Lei n° 13.303/16 e no art. 70, II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia, RESOLVE:
I – DECLARAR inexigível de licitação a Contratação dos serviços de treinamento e desenvolvimento profissional, conforme especificações constantes do processo Nº 2020/183253;
II – DETERMINAR seja feita a Contratação de serviços de treinamento e desenvolvimento profissional para que os colaboradores da Companhia participem de curso IN COMPANY DE GESTÃO DE RISCOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, a fim de atender a necessidade da Companhia, junto a empresa MVD DOS SANTOS TREINAMENTO EPP – CNPJ: 24.483.286/0001-71;
Ordenador de despesa: Lutfala de Castro Bitar – Presidente - CODEC.

Protocolo: 532710

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

N° da inexigibilidade: 002/2020;
N° do empenho: 2020NE00186;
Data do Empenho: 11.03.2020;
Data da Ratificação: 11.03.2020;
Objeto: Prestação de serviço de organização e realização de curso In company de gestão de riscos na administração pública, com profissional técnico especializado;
Valor Total: R$38.229,60 (trinta e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos);
Fundamento Legal: art. 30, caput e II, f da Lei n° 13.303/16 c/c 70, II do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEC;
Justificativa: Anexa nos autos do processo no 2020/183253;
Programa de trabalho: 700201.22.128.1508.8887
Elemento de Despesa: 339039;
Plano Interno: 4120008887C;
Fonte: 0261;
Ação: 233797;
Contratado: M V D DOS SANTOS TREINAMENTOS EPP - CNPJ-MF N° 24.483.286/0001-71;
Ordenador de despesa: Lutfala de Castro Bitar – Presidente - CODEC.

Protocolo: 532712

DIÁRIA

PORTARIA Nº 036/2020 – RH/DAF

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/197163,R E S O L V E:
CONCEDER diárias conforme abaixo:
COLABORADOR: SANDRA NAZARÉ MARTINS DE MOURA TEIXEIRA, matrícula: 57227297/3, ocupante do cargo de Assessor.
OBJETIVO: Participar de visita institucional.
DESTINO: Marabá
PERÍODO: 17 a 20.03.2020
QTDE: 3 e ½ diária.
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 10 de Março de 2020.
LUTFALA DE CASTRO BITAR-Presidente

Protocolo: 532467

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 006/2020

Por esta nota suplementar, registra-se que, com base na alocação de recursos, o Contrato Administrativo nº 017/2019, referente aquisição de equipamentos de informática com a empresa ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA, em atendimento ao artigo 65, § 8º, a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos (8.666/93 e suas alterações posteriores), teve sua dotação orçamentária alterada da seguinte forma, para adequar ao orçamento anual de 2020.

Apostilamento ao Contrato nº 017/2019	
Fundamentação Legal	Art. 65, § 8º, Lei nº. 8.666/93
Modalidade de Licitação	Adesão nº 002/2019, Pregão Presencial Nº 070/2018- POE/MA. Ata de Registro de Preços nº 246/2018 – CCL/MA
Contratada	ARROW ECS BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto	Alteração da Dotação Orçamentária Fonte: 0260 – Recursos Provenientes de Transferências de Convênio. Funcional: 14 122 12 97 8338. Projeto/Atividade: Operacionalização das Ações Administrativas. Natureza de Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente/ 339039 – Outros Serviços de Terceirizados – Pessoa Jurídica.
Recursos Financeiros Estimativo	R$ 61.000,00

A alteração da dotação orçamentária acima mencionada será a partir de 10 de março de 2020.
Belém (PA), 10 de março de 2020.
Maria Antonieta C. Nogueira
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 532664

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA N° 092/2020
DE 08 DE MARÇO DE 2020

A PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ- JUCEPA, usando das suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR como fiscal do contrato nº 003/2020, celebrado com a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, o servidor Eduardo Silva Martins, matrícula nº 54191638/2, e como suplente o servidor Cláudio Roberto Pereira Canelas, matrícula nº 5898269/1, conforme processo nº 2020/559866.
Assinatura: 08/03/2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ordenadora: Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt – Presidente da JUCEPA.

Protocolo: 532563

PORTARIA N° 034/2020
DE 09 DE MARÇO DE 2020

A PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ- JUCEPA, usando das suas atribuições legais, RESOLVE:
Art. 1º DESIGNAR como fiscal do contrato nº 002/2020, celebrado com a empresa R J GONCALVES COMERCIO E SERVICOS EIRELI – ME o servidor Gilvan Ferreira Chaves, matrícula nº 3170152/1, e como suplente o servidor Raimundo Alberto Braga Araújo, matrícula nº 57217953/1, conforme processo nº 2019/536481.
Assinatura: 09/03/2020.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ordenadora: Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt – Presidente da JUCEPA.

Protocolo: 532567

DIÁRIA

PORTARIA Nº 101/20 de 10.03.2020.

Artigo 1° CONCEDER a servidora YARA COELHO DURÃES, matrícula nº5951082/1, Coordenadora Regional da UD_XINGUARA, 01 (uma) diária no valor de R$ 237,38 (duzentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos), referente a diferença de diária do dia 07-11-2019, quando fora realizado treinamento de procedimentos do Registro Mercantil na Sede da JUCEPA, conforme processo nº 2019/485898. Luiz Sérgio Borges – Presidente em Exercício.

Protocolo: 532598

NÚCLEO EXECUTOR DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Exercício: 2020

Termo Aditivo: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2018-NEPMV | Data da assinatura: 10/03/2020 | Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato n.º 002/2018-NEPMV por mais um período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93 e Atualizar a Dotação Orçamentária | Vigência: 13/03/2020 a 13/03/2021 | Contratado: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE | C.N.P.J.: 04.835.476/0001-01 | Ordenador: AYAMY DA COSTA MIGIYAMA – Diretora Geral do NEPMV.

Protocolo: 532462

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

DIÁRIA

PORTARIA Nº 011/2020 – 11 DE MARÇO DE 2020.

O Diretor Geral do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito CREDCIDADÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 3º da Lei 7.774, de 23/12/2013.
RESOLVE:
I - CONCEDER diárias as servidoras abaixo, de acordo com as bases vigentes, no trecho Belém/Moju/Belém, com o objetivo de apoiar a equipe na realização de palestra e cadastro, para os microempreendedores dos municípios acima mencionados, através do NGPM-CREDICIDADÃO.

Nome	Matrícula / CPF	Cargo	Período	Nº de Diárias
ORLANDO AZEVEDO REIS NETO	57191916	Secretário do Gabinete	16/03/2020 a 20/03/2020	4 1/2

II-Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
João Marcel Cavalcante da Costa
Diretor Geral em exercício
NGPM-CREDCIDADÃO

Protocolo: 532705

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2020– CV Nº 005/2020

PARTES:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria Ltda-Epp - CNPJ 04.420.023/0001-06
OBJETO: Elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares de engenharia para obra de Reforma e Ampliação da Câmara Municipal de Ananindeua-PA.
VIGÊNCIA: 12/03/2020 à 25/06/2020
VALOR: R$ 134.150,00
NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE000354
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 7101 15.451.1508.7556 0101/0301 449051
FORO: Belém
DATA DA ASSINATURA: 11/03/2020
ORDENADOR RESPONSÁVEL:
Bendito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
ENDEREÇO DA CONTRATADA:
Avenida Senador Lemos, 435 Edf. Vilage Boulevard Sala nº 307-Umarizal, na cidade de Belém-PA, CEP 66050-000.
Telefone: (91) 3085-1597

Protocolo: 532707

EXTINÇÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DE CONTRATO

Contrato: 37/2017
Origem: TP 13/2017
Data da Rescisão: 03/03/2020
Justificativa: Rescisão amigável, cfe. Art. 79, II da Lei Federal 8.666/93.
Objeto: Prestação de Serviços de Regularização Fundiária, no Residencial Itacaiúnas, no Bairro Francisco Coelho, no Município de Marabá/Pa.
Contratante: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP
Contratada: URBANIZA ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA
Ordenadora Responsável: Benedito Ruy Santos Cabral
Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 532618

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO COOPERAÇÃO TECNICA Nº 06/2020

Partes:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Prefeitura Municipal de Cametá – CNPJ 05.105.283/0001-50
Objeto: Plano Municipal de Mobilidade Urbana.
Vigência: 11/03/2020 a 11/03/2021
Foro: Justiça do Estado do Pará
Data da Assinatura: 11/03/2020
Responsável pela Entidade Recebedora dos Recursos:
José Waldoli Filgueira Valente
Ordenador Responsável:
Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 532532

TERMO COOPERAÇÃO TECNICA Nº 05/2020

Partes:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Prefeitura Municipal de Cametá – CNPJ 05.105.283/0001-50
Objeto: Revisão do Plano Diretor Municipal.
Vigência: 11/03/2020 a 11/03/2021
Foro: Justiça do Estado do Pará
Data da Assinatura: 11/03/2020
Responsável pela Entidade Recebedora dos Recursos:
José Waldoli Filgueira Valente
Ordenador Responsável:
Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 532539

TERMO COOPERAÇÃO TECNICA Nº 03/2020

Partes:
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90
Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim – CNPJ 05.193.115/0001-63
Objeto: Plano Municipal de Mobilidade Urbana.
Vigência: 11/03/2020 a 11/03/2021
Foro: Justiça do Estado do Pará
Data da Assinatura: 11/03/2020
Responsável pela Entidade Recebedora dos Recursos:
Paulo Elson da Silva e Silva
Ordenador Responsável:
Benedito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 532468

APOSTILAMENTO

5º TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato: 01/2015 – Serviços Técnicos de Consultoria e Assessoria para Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização e Acompanhamento de Ações de Contrato e Obras de Responsabilidade da SEDOP, no Município de Belém.
Justificativa: Reajustar os valores do Instrumento original, cfe. Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.
Percentual do Reajuste: 27,8426%
Período de execução: 09/01/2020 a 08/01/2021
Dotação Orçamentária: 07101 17.512.1428.7567 449035 0101/0301
Data de Assinatura: 10/03/2020
Contratada: Tractebel Engieering LTDA.
Ordenador: Bendito Ruy Santos Cabral
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 532459

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 181/2020, DE 09 DE MARÇO DE 2020.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 07/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, do dia 08/02/2019 e as que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº. 071/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de Janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/182455, de 05/03/2020 – DISET/COSG;
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo relacionados:
NOME: Roberta Andrade Cavalleiro de Macedo, Matrícula nº. 54180536/2; Cargo/Função: Técnico em Gestão de Infraestrutura – Arquiteto/Coordenador.
OBJETIVO: Realizar Reunião Técnica para a apresentação dos técnicos da Empresa e Metodologia para Elaboração do Plano de Saneamento Básico.
NOME: Marco Antônio Alves Benevides, Matrícula nº. 5939589/1; Cargo/Função: Motorista.
OBJETIVO: Conduzir o Veículo desta SEDOP.
DESTINO: Ulianópolis/PA.
DIÁRIAS: 1,5 (uma e meia).
DATA: 18 a 19/03/2020.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.

Protocolo: 532489

PORTARIA Nº. 180/2020, DE 09 DE MARÇO DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2019, publicado no DOE nº. 33.771, de 02/01/2019,
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24/01/94; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2020/182455, de 05/03/2020/GAB
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo relacionado:
NOME: Valdir Parry Acatauassú, Matrícula n°. 5946384/1; Cargo/Função: Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.
OBJETIVO: Realizar a Elaboração do Plano de Saneamento Básico no município de Ulianópolis/PA.
DESTINO: Ulianópolis/PA.
DIÁRIAS: 1,5 (uma e meia)
PERIODO: 18 a 19/03/2020
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Eng.º Civil BENEDITO RUY SANTOS CABRAL/CREA 8430D PA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.

Protocolo: 532484

OUTRAS MATÉRIAS

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2020
OBJETO: PROCESSO DE PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA DA COSANPA – SEDOP BELÉM / SANTARÉM – PA.

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/202097105, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de Licitação, amparada no Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, visando O PROCESSO DE PAGAMENTO DO CONSUMO DE ÁGUA DA COSANPA – SEDOP BELÉM / SANTARÉM – PA, pelo valor do Consumo mensal dos 12(doze) meses.
Assim, nos termos do Art. 26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar o Exmo(a).Sr(a). BENEDITO RUY SANTOS CABRAL, Secretário(a) Estadual, da presente declaração, para que proceda-se de acordo, a devida ratificação.
Vigência da futura contratação: 30(trinta) dias.
Dotação Orçamentária:
PROJ. / ATIV. : 07.8338
PI: 4120008338C
FONTE: 0101002156
ELEMENTO: 339039
AÇÃO:GP-PA:183610
Interessado(a): Favorecido(a): Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA).
CNPJ-ME: 04.945.341/000190.
Endereço: Av. Gov. Magalhães Barata, 1201, São Braz.
Belém/PA.
Belém-PA, 03 de março de 2020.
Benedito Ruy Santos Cabral
Sec. de Est. de Desen. Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 532599

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA COM FORNECIMENTO DE MAO DE OBRA E USO DE AUTOMÓVEL PELO PERÍODO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS EM CARATER EMERGENCIAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO PROJETO DE MACRODRENAGEM DA BACIA DO TUCUNDUBA, BELEM/PA
VALOR TOTAL: R$ 1.594.543,20 (Hum milhão, quinhentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos).
Fundamento Legal: Art. 24, § II da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.
Vigência da futura contratação: 180 (Cento e oitenta) dias.

Dotação Orçamentária:
Funcional Programática: 07.101.15.122.1297.8338
Natureza da Despesa: 339037
Fonte Estadual: 0101, 0301
INTERESSADO:
FORTAN SEGURANÇA EIRELI
CNPJ: 32.137.726/0001-67
Endereço: TV WE 01, 12A, CEP: 67.130-010
ANANIDEU-PA.

Protocolo: 532622

AVISO DE DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE LICITAÇÃO –CONCORRENCIA PÚBLICA CP 002/2019– CPL/SEDOP

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço de drenagem e pavimentação asfáltica de vias urbanas nas 12 Regiões de Integração do Estado do Pará (Araguaia, Baixo Amazonas, Caeté, Carajás, Guamá, Marajó, Metropolitana, Rio Capim, Tapajós, Tocantins, Tucuruí e Xingu).
A Comissão Permanente de licitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP, torna público aos interessados que dará prazo de 15 dias Uteis, para retirada DOS ENVELOPES das empresas que participaram da Licitação na modalidade Concorrência Pública CP 02. Havendo interesse na retirada dos referidos documentos, dirigir-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP – Comissão de Licitação. Após o término do prazo informamos que os mesmo serão incinerados.
Belém-PA, 11 de março de 2020.
Leandro de Aguiar Alves.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Protocolo: 532659

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2020

A Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA, através de seu Pregoeiro, torna pública a abertura do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020, tipo "Menor Preço", cujo objeto é a Prestação de Serviços de Instalação e Manutenção de Cabeamento Lógico, Elétrico, Telefônico e Fibra Ótica, com fornecimento de material, nas Unidades de Negócios e Serviços da COSANPA, na Região Metropolitana de Belém, conforme condições, exigências e estimativas, e planilhas de serviços em anexo estabelecidas no Termo de Referência DPL - 022/2019, em anexo, neste Edital 007/2020 - COSANPA. A abertura realizar-se-á no dia, 27 de Março de 2020, às 10h (dez horas), horário de Brasília no endereço eletrônico: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/ UASG 925802. O Edital encontra-se disponível (gratuitamente), na internet, nos endereços eletrônicos: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/, http://www.compraspara.pa.gov.br/ e http://www.cosanpa.pa.gov.br/.
Belém, 10 de Março de 2020.
André Rabêlo Queiroz
Pregoeiro

Protocolo: 532453

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 010/2020 - PRESI

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias e,
CONSIDERANDO o afastamento do titular da Célula Executiva de Relações Trabalhistas - CERET, NIVALDO TEIXEIRA DO NASCIMENTO, matrícula nº 3191567/1 no período de 04.02.2020 a 09.03.2020, por motivo de Férias;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Auxiliar Administrativo ROSINALDO ALVES CORREA, Matrícula nº 57220807/1, para responder pela CERET no período de 10.02.2020 a 09.03.2020.
FAZER vigorar os efeitos da presente PORTARIA a partir de 10.02.2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
Belém, 14 de fevereiro de 2020.
ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA
Diretor Presidente
* Republicado por ter saído com incorreção no DOE nº 34.124, de 20 de fevereiro de 2020

Protocolo: 532630

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 106 DE 11 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2019, publicado no DOE Nº 33.771, de 02.01.2019.
CONSIDERANDO os termos Processo nº 2020/181274.
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora NAIANNY GUIMARÃES MAIA, Identidade Funcional nº 5948139/1, ocupante do cargo de Gerente, para responder pela Diretoria de Ciência e Tecnologia - DCT, durante os impedimentos do titular DEMETHRIUS PEREIRA LUCENA DE OLIVEIRA, Identidade Funcional nº 54196456/5.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 11 de março de 2020.
CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY
Secretário de Estado

Protocolo: 532850

DIÁRIA

PORTARIA Nº 104 DE 11 DE MARÇO DE 2020

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 21.02.2019, publicado no DOE Nº 33.811, de 22.02.2019.
CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO o processo nº 2020/179985.
R E S O L V E:
I-Autorizar os servidores TÂNIA CRISTINA DOS SANTOS SANTANA, Identidade Funcional nº 5812364/4, ocupante do cargo de Coordenadora; CHARLES SILVA DE SOUZA, Identidade Funcional nº 5569290/2, ocupante do cargo de Gerente, lotados na Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica – DETEC, a viajarem aos municípios de Ananindeua-PA e Marituba-PA, no dia 13.03.2020, com objetivo de realizar visita técnica para levantamento de informações acerca da infraestrutura e logística para reforma ou construção de escolas técnicas nos Territórios de Paz, nos referidos municípios, e MAX RUSSUEL LEITE DE SOUSA, Identidade Funcional nº 54195916/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, que conduzirá os servidores aos referidos municípios.
II-Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1/2 (meia) diária aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 11 de março de 2020.
EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
Secretária Adjunta de Estado

Protocolo: 532847

PORTARIA Nº 103 E 11 DE MARÇO DE 2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 01.01.2019, publicado no DOE Nº 33.771, de 02.01.2019.
CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO o processo nº 2020/185522.
R E S O L V E:
I-Autorizar os servidores EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES, Identidade Funcional nº 57176393/3, ocupante do cargo de Secretária Adjunta, lotada na SECAD; PRISCILA CARVALHO CASTRO, Identidade Funcional nº 5947233/1, ocupante do cargo de Gerente, lotada no Gabinete do Secretário, a viajarem ao município de Curuçá-PA, no dia 23.03.2020, a fim de participarem da aula inaugural do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Pará, ofertado pelo Projeto Forma Pará, e MAX RUSSUEL LEITE DE SOUSA, Identidade Funcional nº 54195916/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, que conduzirá as servidoras ao referido município.
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, (meia) diária aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 11 de março de 2020.
CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY
Secretário de Estado

Protocolo: 532842

PORTARIA Nº 102 DE 11 DE MARÇO DE 2020

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, COM BASE NO DECRETO DE 21.02.2019, publicado no DOE Nº 33.811, de 22.02.2019.
CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO o processo nº 2020/188804.
R E S O L V E:
I - Autorizar os servidores LEONARDO NUNES FREITAS, Identidade Funcional nº 5901157/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – História, lotado na Diretoria de Ciência e Tecnologia – DCT a viajar ao município de Bragança-PA, nos dias 10 e 11/03/2020, com o objetivo de realizar visita de fiscalização do Termo de Colaboração nº 001/2019, referente ao projeto "Produção de Ração Artesanal para Psicultura"; e ROBERTO CARLOS FURTADO DE PINA, Identidade Funcional nº 3948/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, que conduzirá o servidor da DCT ao referido município.
II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 01 e 1/2 (uma e meia) diárias aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica, em 11 de março de 2020.
EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES
Secretária Adjunta de Estado

Protocolo: 532832

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

TERMO ADITIVO A CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE BOLSA Nº 029/2019

CONCEDENTE: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA
BENEFICIÁRIO: NATALIA NAYALE FREITAS BARROSO
FINALIDADE: Concessão de bolsa de Iniciação Científica, como forma de apoiar as atividades de Pesquisas, conforme Edital 006/2015 – Apoio a Doutores Recém-Contratados.
VALOR DA BOLSA: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
VIGÊNCIA DO TERMO: 31/03/2020 a 30/04/2020
DATA DE ASSINATURA: 10/03/2020
Ordenador: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
EXTRATO DO TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE BOLSA N° 025/2020 - EDITAL 006/2015
CONCEDENTE: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA
BENEFICIÁRIO: GLAUCY AMARAL DOS SANTOS
FINALIDADE: Concessão de bolsa de Iniciação Científica, como forma de apoiar as atividades de Pesquisas, conforme Edital 006/2015 – Apoio a Doutores Recém - Contratados.
VALOR DA BOLSA: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
VIGÊNCIA DO TERMO: 10/03/2020 a 10/05/2020
DATA DE ASSINATURA: 10/03/2020
Ordenador Em Exercício: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Protocolo: 532583

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE BOLSA Nº 019/2019

CONCEDENTE: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA
BENEFICIÁRIO: ERIKA JOELLEM DA SILVA ANDRADE
FINALIDADE: Concessão de bolsa de Iniciação Científica, como forma de apoiar as atividades de Pesquisas, conforme Edital 006/2015 – Apoio a Doutores Recém-Contratados.
VALOR DA BOLSA: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
VIGÊNCIA DO TERMO: 31/03/2020 a 30/04/2020
DATA DE ASSINATURA: 11/03/2020
Ordenador: Carlos Edilson de Almeida Maneschy
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE OUTORGA E ACEITAÇÃO DE BOLSA Nº 023/2019
CONCEDENTE: Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA
BENEFICIÁRIO: SUZANA DE SOUSA SANTOS
FINALIDADE: Concessão de bolsa de Iniciação Científica, como forma de apoiar as atividades de Pesquisas, conforme Edital 006/2015 – Apoio a Doutores Recém-Contratados.
VALOR DA BOLSA: R$ 400,00 (quatrocentos reais)
VIGÊNCIA DO TERMO: 31/03/2020 a 29/04/2020
DATA DE ASSINATURA: 11/03/2020
Ordenador: Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Protocolo: 532465

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA – AO AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (AVISO PUBLICADO EM 09/03/2020)

Protocolo: 530892
OBJETO: Prestação de Serviço de Customização do Novo Lay Out do RPS Junto à Secretaria de Finanças do Município de Belém.
Onde se Lê:
Inexigibilidade nº 03/2019
Leia-se:
Inexigibilidade nº 03/2020
Onde se Lê:
Valor Global: R$ 1.1890,00
Leia-se:
Valor Global: R$ 1.180,00
PREGOEIRA: Inês Alves

Protocolo: 532629

APOSTILAMENTO

APOSTILA Nº. 061/2020 -

OBJETO: Adequação de Valor Global e Anual para o Exercício 2020, conforme orientação SEPLAD - DATA DA ASSINATURA: 12/03/2020 - CONTRATO: Nº 023-2/2017 – AMAZON CARD'S S/S LTDA - VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2020 - R$ 47.618,08- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.122.1297.8339 - 339039 - 0261 - Ordenador de Despesa – MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA.

Protocolo: 532798

APOSTILA Nº. 056/2020 -

OBJETO: Inclusão de Fonte e Elemento de despesa, conforme orientação SEPLAD - DATA DA ASSINATURA: 11/03/2020 - CONTRATO: Nº 022/2019 – SKALENA TECNOLOGIA E SOFTWARE LTDA - VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2020 - R$ 560.000,00 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1424.8238 – 449040 – 339035 – 449035 – 339039 – 0101 – Recurso do Tesouro - 0301 – Superávit financeiro recurso do tesouro – Ordenador de Despesa – MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA.

Protocolo: 531720

DIÁRIA

PORTARIA Nº 27, DE 10 DE MARÇO DE 2020 -

Diária ao(à) colaborador(a) WILFRAN JOSÉ CARDOSO, Assessor II, matrícula 5949772, 11/03/2020 a 13/03/2020, à Belém-PA/Brasília - DF/Belém-PA, para participar da 25ª RGTES - Reunião dos Gerentes Técnicos e da 4ª RGTD.GOV – Reunião do Grupo de Transformação Digital - ABEP - TIC. Ordenador: MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 28, DE 10 DE MARÇO DE 2020 -

Diária ao(à) colaborador(a) ANDERSON CLAUDIO BRASIL DA SILVA, Técnico em Eletrotécnica, matrícula 73175, 10/03/2020 a 10/03/2020, à Belém-PA/Santa Maria/Belém-PA, para Análise da rede elétrica que atende o swicth do POP Escola Severiano de Souza na Rede Metro de Santa Maria e instalação de No-break. Ordenador: MARCOS ANTONIO BRANDÃO DA COSTA - Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará.

Protocolo: 532379

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº069/2020-SEEL, 06 DE MARÇO DE 2020

INTERROMPER, a partir de 17 de Fevereiro de 2020 o gozo de férias por necessidade de serviço, da servidora LETICIA NUNES DE CARVALHO, matrícula nº5934433/2, referente ao exercício 2019/2019, a ser marcado em período oportuno.
Ordenador: Arlindo Penha da Silva.

Protocolo: 532490

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

ATO Nº 016/2020 –GAB-DPG/DPE, de 11 de Março de 2020.

A Defensora Pública Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8°, incisos VIII, XVIII, IV da Lei Complementar n° 054, de 07 de fevereiro de 2006.

CONSIDERANDO que na data de 13 de março de 2020, (sexta feira), ocorrerão as Eleições da classe para composição da nova Diretoria da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará - ADPEP, para exercício no biênio 2020/2022.

CONSIDERANDO que o pleito eleitoral se dará na Sede da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará - ADPEP, localizada na Travessa Padre Prudêncio, nº95, Campina, no horário das 09h00min às 16h00min.

RESOLVE:

Art. 1º. Liberar de suas atividades finalísticas e administrativas no dia 13/03/2020, os todos os Defensores Públicos que forem votar presencialmente nas eleições para a Diretoria da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Pará - ADPEP, exercício no biênio 2020/2022.

Cumpra-se. Publique-se.

Jeniffer de Barros Rodrigues
Defensora Pública Geral do Estado do Pará

Protocolo: 532677

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº. 274/20 - DPG, de 21/02/2020.

O Subdefensor Público Geral do Estado, no Exercício da Defensoria Pública Geral, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 054 de 07 de fevereiro de 2006.

Considerando o Processo nº. 2020/-DEFPUB - DNIT - DP01 de 14/02/2020.

RESOLVE: Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao Defensor Público ROGERIO FELIPE ZACHARIAS, Matrícula: 57231637/ 1, referente ao Triênio (2014/2017), com gozo no intervalo de 09/03/2020 a 07/04/2020.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

VLADIMIR AUGUSTO DE CARVALHO LOBO E AVELINO KOENIG
Subdefensor Público Geral.

Protocolo: 532502

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

Instrumento Substitutivo de Contrato
Nota de Empenho da Despesa: 2020NE00356

Valor: R$ 1.691,00
Data de Emissão: 10/03/2020
Objeto: Aquisição de água mineral para este TCE/PA, conforme Ata de registro de preços decorrente do Pregão Presencial n° 09/2019, parecer nº 551/2019-PROJU, manifestação n° 151/2019-C. INTERNO e memorando nº 002/2020-CSA.
Programa de Trabalho: 01032145562670000
Natureza da Despesa: 33903000
Fonte do Recurso: 0101000000
Contratada: AC Comerc. de Art. de Esc. em Geral Eireli
CNPJ: 1127966-0001/97
Endereço: Pass. Sueli, 334, Sala 9, Centro Ananindeua - Pará.
CEP: 67.030-795
Ordenadores: Alexandre Aly P. Charone / Alberto Vieira de Souza Junior

Protocolo: 532579

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 080/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, comunico a Senhora GRACILENE LIMA CARDOSO, (CPF 609.614.302-49), Presidente à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2013/50469-2, que trata da Tomada de Contas instaurada na ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL BOM PASTOR, referente ao Convênio SECULT nº 133/2010.

Belém, 11 de março de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 046/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a UNIVERSIDADE DE SAMBA DO MOSQUEIRO, (CNPJ 07.817.560/0001-82), na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2013/50478-3, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio SECULT nº 061/2010.

Belém, 11 de março de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 047/2020

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Relator, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL BOM PASTOR, (CNPJ 11.371.513/0001-25), na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2013/50469-2, que trata da Tomada de Contas, referente ao Convênio SECULT nº 133/2010.

Belém, 11 de março de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA - Nº 059/2020

De ordem da Excelentíssima Conselheira Relatora, Maria de Lourdes Lima de Oliveira, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, comunico o Senhor SANTO PEREIRA DE OLIVEIRA, (CPF 111.007.702-59), Prefeito à época, que no prazo de quinze (15) dias, a partir desta publicação poderá apresentar razões de justificativas nos autos do Processo nº. 2009/50063-2, que trata da Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS, referente ao Convênio SEPOF/FDE nº 014/2007.

Belém, 11 de março de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

CITAÇÃO - Nº 032/2020

De ordem da Excelentíssima Conselheira Relatora, Maria de Lourdes Lima de Oliveira, em cumprimento ao disposto no art. 216 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, cito através do presente, o Senhor LEONIR HERMES, (CPF 225.347.929-20), Prefeito à época, para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº. 2009/50063-2, que trata da Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS, referente ao Convênio SEPOF/FDE nº 014/2007.

Belém, 11 de março de 2020.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral

Protocolo: 532650

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão do dia 04 de fevereiro de 2020, tomou as seguintes decisões:

ACÓRDÃO Nº. 60.186

(Processo nº. 2014/50734-6)

Assunto: Prestação de Contas da COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES DE BARCARENA, referente ao exercício de 2013.
Responsável: WALTER VIEIRA DA SILVA
Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso II, c/c o art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

Julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. WALTER VIEIRA DA SILVA, CPF:018.760.247-63, Ex-Presidente da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Barcarena, no valor de R$1.112.340,08 (hum milhão, cento e doze mil e trezentos e quarenta reais e oito centavos);

Encaminhar ao atual gestor da CAZBAR as seguintes recomendações:

a) Implemente ações estratégicas com fito de manter a autosustentabilidade da entidade, para que, nos exercícios subseqüentes possa melhorar seus resultados contábeis, econômicos e financeiros;

b) Haja maior zelo na autuação, protocolo, numeração e instrução dos processos relativos à celebração das contratações, termos aditivos e pagamentos realizados pela companhia;

c) Constem nos processos os comprovantes das efetivas publicações em diário oficial e não apenas módulo de envio de publicação de matéria;

d) Haja fortalecimento do Setor de Controle Interno para que possa exercer de fato seu imprescindível papel, visando garantir a integridade do patrimônio público e verificar a conformidade entre os atos praticados pelos agentes públicos e os princípios legais estabelecidos, auxiliando o gestor na correta aplicação dos recursos que beneficiem os cidadãos.

ACÓRDÃO Nº. 60.187

(Processo nº. 2009/51965-2)

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio SEPOF nº.116/2008.
Responsável/Interessado: PAULO LIBERTE JASPER e PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA.
Advogado: EGÍDIO MACHADO SALES FILHO, OAB/PA Nº 1416
Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1-Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. PAULO LIBERTE JASPER, Ex-Prefeito do Município Tailândia, no valor de R$300.000,00 (trezentos mil reais), dando-lhe plena quitação;

2-Deixar de aplicar multa ao responsável, em função da prescrição da pretensão punitiva.

ACÓRDÃO Nº. 60.188

(Processo nº. 2012/52472-0)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio ASIPAG nº 442/2008 e Termo Aditivo.

Responsável/Interessado: SULIVAN FERREIRA SANTA BRÍGIDA e INSTITUTO PARA FORMAÇÃO POLÍTICA, SINDICAL, AMBIENTAL E PROFISSIONAL DA AMAZÔNIA.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012: 1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. SULIVAN FERREIRA SANTA BRÍGIDA, CPF n.º 142.057.692-53, ex-presidente do Instituto para Formação Política, Sindical, Ambiental e Profissional da Amazônia, no valor de R$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais), sem imputação de débito; 2) Deixar de aplicar multa regimental ao responsável, pela remessa intempestiva da prestação de contas a este Tribunal, em razão da prescrição qüinqüenal.

ACÓRDÃO Nº. 60.189

(Processo nº. 2014/50018-7)

Assunto: Tomada de Contas do Convênio nº 096/2010 – ASIPAG e Termos Aditivos.

Responsável/Interessado: GABRIEL PEREIRA PAES JUNIOR e INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA-PARÁ

Advogado: Sr. THIAGO CORDEIRO GABY – OAB/PA Nº 17647.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso II c/c o art. 61, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas de responsabilidade do Sr. GABRIEL PEREIRA PAES JUNIOR, ex-Presidente do INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA-PARÁ, no valor de R$-69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

ACÓRDÃO N.º 60.190

(Processo n.º 2014/50022-3)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio SEEL n.º 88/2010

Responsável/Interessado: EDER LUIZ OLIVEIRA RAMOS e ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL DO JARDIM FLORESTAL

Relator: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20 da LC n.º 81/2012)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a", e no art. 62, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. EDER LUIZ OLIVEIRA RAMOS, presidente à época, CPF n.º 483.404.132-87, e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL DO JARDIM FLORESTAL, CNPJ n.º 11.338.816/0001-46, à devolução aos cofres públicos estaduais das quantias de R$335.350,50 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)[1], a ser recolhida, devidamente atualizada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

[1] Valores atualizados até a data deste julgamento na forma prevista no art. 62, c/c o parágrafo único do art. 82, da Lei Complementar n.º 81, de 26/04/2012.

DATA	VALOR PRINCIPAL	VALOR CORRIGIDO
02/07/2010	R$8.500,00	R$16.888,65
15/10/2010	R$161.500,00	R$318.461,85
VALOR TOTAL CORRIGIDO ATÉ 04/02/2020		R$335.350,50

ACÓRDÃO Nº. 60.191

(Processo nº. 2016/51364-5)

Assunto: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL relativa ao Convênio SECTET nº. 011/2013.

Responsável/Interessado: MOISÉS DA CONCEIÇÃO SILVA e ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL LÍRIO DOS VALES.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "a" e "d", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, incisos VI, VII e VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1-Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente o Sr. MOISÉS DA CONCEIÇÃO SILVA, Presidente à época da Associação, CPF:292.878.982-00 e a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL, PROFISSIONALIZANTE E SOCIAL LÍRIO DOS VALES, CNPJ:12.901.225/0001-06, à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), devidamente corrigido a partir de 06/12/2013 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2-Aplicar ao Sr. MOISÉS DA CONCEIÇÃO SILVA, as multas nos valores de R$4.000,00 (quatro mil reais) pelo débito apontado, e R$4.000,00 (quatro mil reais) pela instauração da tomada de contas.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo, para pagamento das multas cominadas, o disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008-TCE/PA.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente dos débitos imputados e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3°, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 60.192

(Processo nº 2016/51343-0)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL.

Requerente: CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICA "RENATO CHAVES".

Relatora: Conselheira ROSA EGIDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, nos termos o voto da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso I, parágrafo único e 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir, em caráter excepcional o registro do ato de admissão de servidor temporário firmado entre o CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES e MARA REGIA BARROS DA COSTA DOS REIS.

ACÓRDÃO Nº. 60.193

(Processo nº 2018/50772-3)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20 da LC nº 81/2012)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Aposentadoria consubstanciado na Portaria AP nº 1347, de 24/06/2013, retificada pela Portaria RET AP nº 2082, de 12/09/2019, em favor de MARILDA DO CARMO FARIAS, no cargo de Professor Assistente PA-A, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 60.194

(Processo nº. 2019/53712-9)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II e parágrafo único e art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na Portaria AP nº. 598, de 08/04/2019, em favor de OCIMAR NAHUM DRAGO, na função de Vigia, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 60.195

(Processos nºs. 2019/53979-1, 2019/54109-0 e 2019/54163-6)

Assunto: APOSENTADORIAS.

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos art. 34, inciso II, parágrafo único e 35, da Lei Complementar n° 81, de 26 de abril de 2012, deferir os registros dos atos abaixo identificados:

Processo nº 2019/53979-1 – Aposentadoria consubstanciada na Portaria AP nº 1066, de 17/04/2019, em favor de RAIMUNDO FERREIRA DA COSTA, na função de Braçal, lotado na Secretaria de Estado de Transportes;

Processo nº 2019/54109-0 – Aposentadoria consubstanciada na Portaria AP nº 508, de 28/02/2019, em favor de EDINÉIA GOMES MAUÉS, no cargo de Servente, lotada na Secretaria de Estado de Educação; e

Processo nº 2019/54163-6 – Aposentadoria consubstanciada na Portaria AP nº 968, de 09/04/2019, em favor de GRACIENE ALVES DE FARIAS RODRIGUES, no cargo de Professor, Classe II, Nível D, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO Nº. 60.196

(Processo nº. 2019/53986-0)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA

Formalizador da Decisão: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20 da LC nº 81/2012 e art. 191, §3º do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão da Relatora, com fundamento nos art. 34, inciso II, parágrafo único e 35, da Lei Complementar n° 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciado na Portaria AP nº 0993, de 11/04/2019, em favor de WALTER GOMES DE ALENCAR, na função de Agente de Portaria, lotado na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO N.º 60.197

(Processo n.º 2018/50808-9)

Assunto: REFORMA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução n.º 18.990, de 3 de abril de 2018, art. 290 do RITCE/PA, e art. 485, IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, com o consequente arquivamento dos autos, o processo que trata da reforma do CABO PM REGINALDO DOS SANTOS RAIOL.

ACÓRDÃO Nº. 60.198

(Processo nº. 2008/51179-0)

Assunto: PENSÃO CIVIL.
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II, parágrafo único e art. 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil consubstanciado na Portaria nº. 0681, de 05/07/2002, em favor de PAOLA TAMIRES COSTA DE SOUZA e JOÃO FRANCISCO COSTA DE SOUZA, dependentes do ex-segurado João Carlos Carneiro de Souza.

ACÓRDÃO Nº. 60.199

(Processo nº 2016/50703-0)

Assunto: PENSÃO CIVIL
Requerente: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil consubstanciado na Portaria nº 31.166, de 15/06/2016, em favor de PAULO MANOEL BRASIL, e Portaria nº 34.102, de 26/10/2018, para inclusão de PAULO PINHEIRO BRASIL, no rateio da pensão, dependentes da ex-servidora desta Corte de Contas Juracy Pinheiro Brasil.

ACÓRDÃO Nº 60.200

(Processos nº. 2018/52280-7)

Assunto: PENSÃO CIVIL
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Relator: Conselheiro Substituto Convocado JULIVAL SILVA ROCHA (Art. 20 da LC nº 81/2012)
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do Voto do Relator, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução nº. 18.990, de 3 de abril de 2018 e art. 290 RITCE/PA c/c art. 485¸ IV, do Código de Processo Civil, extinguir, sem resolução do mérito, com o conseqüente arquivamento dos autos, o processo que trata do ato de Pensão Civil consubstanciado na Portaria PS nº. 0409, de 01/02/2018, em favor de FRANCISCA FERREIRA DA ROCHA, dependente do ex-segurado Francisco Targino da Rocha.

ACÓRDÃO Nº. 60.201

(Processo nº 2019/51895-1)

Assunto: PENSÃO CIVIL.
Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.
Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II, parágrafo único e 35, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil consubstanciado na Portaria PS n° 1564, de 02/05/2018, em favor de CLEIA DE LIMA SILVA ZEFERINO, ENDERSON CARLOS DO ESPÍRITO SANTO LEAL, RICKSON CARLOS DO ESPÍRITO SANTO LEAL e CLARA HELOÁ CAMPOS ZEFERINO LEAL, dependentes do ex-segurado Anderson Carlos Zeferino Leal.

ACÓRDÃO N.º 60.202

(Processo nº. 2018/50004-3)

Assunto: Denúncia formulada pelo Sr. EDUARDO ABRAÇADO MARTINS LOPES, tendo como objeto a possível existência de acúmulo ilegal de aposentadoria e pensão especial de Chefe do Poder Executivo Estadual.
Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei Complementar n.° 081, de 26 de abril de 2012, conhecer a denúncia formulada pelo Sr. EDUARDO ABRAÇADO MARTINS LOPES para, no mérito, julgá-la improcedente, determinando o arquivamento dos presentes autos, em razão da perda de seu objeto em vista o saneamento da irregularidade investigada.

RESOLUÇÃO N.º 19.165

(Processo n.º 2012/50597-3)

Assunto: Prestação de Contas das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A, referente ao Exercício de 2011.
Responsável: MARCO ANTÔNIO SOARES RAPOSO.
Advogado: JEFFERSON FERREIRA COELHO - OAB/PA nº 21952.
Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 179, §§ 3º e 4º inciso II, do Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012, determinar a reabertura da instrução processual, para que a Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas se manifestem sobre a documentação apresentada, nos termos e prazos regimentais.

RESOLUÇÃO N.º 19.166

(Processo n.º 2013/50687-0)

Assunto: Prestação de Contas das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A, referente ao Exercício de 2012.
Responsável: MARCO ANTÔNIO SOARES RAPOSO.
Advogado: JEFFERSON FERREIRA COELHO - OAB/PA nº 21952.
Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 179, §§ 3º e 4º inciso II, do Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012, determinar a reabertura da instrução processual, para que a Secretaria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas se manifestem sobre a documentação apresentada, nos termos e prazos regimentais.

RESOLUÇÃO N.º 19.167

(Processo n.º 2019/50185-7)

Assunto: Pedido de Medida Cautelar, nos autos da denúncia formulada pela empresa EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – EPP, contra supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n.º 020/2018, do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.
Advogado: ALEXANDRE PEREIRA BONNA – OAB/PA n.º 18.939
Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa EQUILIBRIUM WEB SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – EPP e determinar o prosseguimento do feito para sua regular instrução, nos termos regimentais.

RESOLUÇÃO Nº. 19.168

(Processo nº. 2019/52364-5)

Assunto: Pedido de Liminar formulado pela empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI nos autos da REPRESENTAÇÃO, que tem por objeto o Pregão Eletrônico nº. 08/2019 realizado pela ALEPA.
Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 1º, Inciso XVII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:
1-Indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI nos autos da representação, que tem por objeto o Pregão Eletrônico nº. 08/2019 realizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
2-Dar ciência desta decisão aos interessados, LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI e ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ.

Protocolo: 531590

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

Resolução nº 005/2020 – MPC/PA – Conselho

Dispõe sobre a autorização para afastamento do Procurador-Geral de Contas do Estado para participação em evento.
O Conselho Superior, órgão consultivo de administração superior do Ministério Público de Contas do Estado, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o convite formulado ao Procurador-Geral de Contas, Dr. Guilherme da Costa Sperry, para participar, como membro do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas – CNPGC, da dinâmica de atualização do Plano de Gestão Estratégica do Ministério Público de Contas brasileiro, bem como da posse da Presidência e reunião de referido Conselho, a ocorrerem em Brasília/DF, nos dias 23 e 24/03/2020, respectivamente (protocolo nº 2020/170014);
CONSIDERANDO os termos do art. 4º, inciso V, da Resolução nº 15/2016-MPC/PA – Colégio, bem como do art. 4º, § 2º, da Resolução nº 19/2016-MPC/PA – Colégio;
RESOLVE:
Art. 1º – Autorizar a viagem do Procurador-Geral de Contas, Dr. Guilherme da Costa Sperry, para participar da dinâmica de atualização do Plano de Gestão Estratégica do Ministério Público de Contas brasileiro, bem como da posse da Presidência e reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas – CNPGC, a ocorrerem em Brasília/DF, nos dias 23 e 24/03/2020, respectivamente;
Art. 2º – Conceder ao mesmo 02 e ½ (duas e meia) diárias, correspondentes ao período de afastamento, compreendido entre os dias 22 e 24/03/2020, na forma da Resolução nº 19/2016-MPC/PA – Colégio.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.
Belém, 09 de março de 2020.

PATRICK BEZERRA MESQUITA
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, em substituição
Membro Nato
DEÍLA BARBOSA MAIA
CORREGEDORA-GERAL
Membro Nato
SILAINE KARINE VENDRAMIN
PROCURADORA DE CONTAS
Membro Eleito
FELIPE ROSA CRUZ
PROCURADOR DE CONTAS
Membro Substituto

Protocolo: 532433

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 1378/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeira deste Órgão, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 147/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento desta, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio a servidora VERENA BARROS FREIRE COSTA, e no impedimento desta, ANA CRISTINA PARANHOS DA SILVA, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532564

PORTARIA N.º 1376/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeira deste Órgão, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 164/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento desta, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio a servidora LUCILENE DA SILVA AMARAL, e no impedimento desta, ANDRÉA CALDAS DOS SANTOS, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532560

PORTARIA N.º 1377/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 149/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento deste, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor RISPIM RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO, e no seu impedimento, FRANCISCO JOSÉ RIO BARBOSA, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532562

PORTARIA N.º 1371/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeira deste Órgão, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 142/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento desta, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor JOSÉ MARCO ANTONIO CARDOSO MILÉO, e no impedimento deste, WAGNER ARAGÃO SALES, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532541

PORTARIA N.º 1375/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 048/2018-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento deste, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio os servidores VERENA BARROS FREIRE COSTA, DANIELA SANTOS BARATA OLIVEIRA e CRISPIM RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO, e nos seus impedimentos, respectivamente, ANA PRISCILA CORRÊA DA SILVA, MARCOS GERSON MARIALVA ELISIÁRIO e JORGE LUIZ ESTEVES DIAS, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532558

PORTARIA N.º 1372/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 157/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento deste, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio a servidora THALITA DONZA, e, no seu impedimento, MARCO ANTONIO GONÇALVES VASQUES, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532552

PORTARIA N.º 1373/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeiro deste Órgão, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo nº 085/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento deste, o servidor ANDRÉA MARA CICCIO, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor VALTER ANDREY VALOIS CAVALCANTE, e no seu impedimento RUBENS FERNANDES ROCHA, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532553

PORTARIA N.º 1374/2020-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, e.e., usando de suas atribuições legais,
R E SO L V E:
DESIGNAR, como pregoeira deste Órgão, a servidora ANDRÉA MARA CICCIO para atuar no Pregão Eletrônico vinculado ao Processo Administrativo

nº 173/2019-SGJ-TA, de acordo com o disposto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002, art. 13, I, do Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto Estadual 534, de 05 de fevereiro de 2020, art. 5º, II, da Lei Estadual nº 6.474, de 6/8/2002, e arts. 10, VI, e 11 do Decreto Estadual nº 2.069, de 20/02/2006, e no impedimento desta, o servidor RAFAEL RODRIGUES DE SOUZA, 1º Suplente, e a servidora LAYS FAVACHO BASTOS, 2ª Suplente, devendo atuar como membro da Equipe de Apoio o servidor Luiz Ricardo Pinho, e no impedimento deste, André de Oliveira Sobrinho, para análise técnica das propostas e da documentação de qualificação técnica, e a servidora MONICA FABIOLA CAVALCANTE DOS ANJOS, Técnica-Contadora, para análise da documentação contábil.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de março de 2020.

Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532555

ERRATA

ATO N.º 24/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 066/2020-MP/CPMII, datado de 24/1/2020 protocolizado sob o n.º 3394/2020, em 24/1/2020,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, RUANA SAMPAIO DOS SANTOS FREITAS QUARESMA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 11/2/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 7 de fevereiro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 532621

CONTRATO

Núm. do Contrato: 020/2020-MP/PA

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 002/2020-MP/PA.
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa LICIT ENGENHARIA LTDA.
Objeto: Fornecimento e instalação de portão de alumínio, para veículos e pedestres, para o galpão do Ministério Público do Estado do Pará, localizado na Av. Almirante Tamandaré, nº 413, Belém/PA.
Data da Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 12/03/2020 a 09/06/2020.
Valor global: R$ 12.157,00 (doze mil, cento e cinquenta e sete reais).
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1494.8760.
Elemento de despesa: 4490.30.
Fonte de Recurso: 0101.
Foro: Belém.
Ordenador responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532624

Núm. do Contrato: 019/2020-MP/PA
Dispensa de Licitação: nº 006/2020-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa V. B. DOS SANTOS SERVIÇOS E TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME (CNPJ: 05.194.086/0001-54).
Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Prainha/PA.
Data da Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 11/03/2020 a 12/03/2021.
Valor global: R$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais).
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758; Elemento de Despesa: 3390-40; Fonte: 0101.
Foro: Justiça Estadual, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532616

Núm. do Contrato: 018/2020-MP/PA
Dispensa de Licitação: nº 055/2019-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A. (CNPJ: 02.558.157/0001-62).
Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Cachoeira do Arari/PA.
Data da Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 12/03/2020 a 11/03/2021.
Valor global: R$ 8.158,80 (oito mil, cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos).
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326; Elemento de Despesa: 3390-40; Fonte: 0101.
Foro: Justiça Estadual, Comarca de Belém.
Ordenador responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532612

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Núm. do Termo aditivo: 5.
Núm. do Contrato – 131/2016-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa R B TAVERNARD EIRELI-ME.
Objeto do Contrato: Serviços de manutenção preventiva e corretiva das portas giratórias associada ao detector de metais, instaladas em prédios pertencentes ao Ministério Público do Estado do Pará, localizados tanto na capital, como no interior do Estado.
Justificativa do Aditamento: Alteração da cláusula segunda do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 131/2016-MP/PA, para inclusão do item 2.2. referente ao valor a ser suprimido do referido Contrato, conforme manifestação da Analista Jurídica e do Fiscal do Contrato, constante do Protocolo nº 48230/2019.
Data de Assinatura: 11/03/2020
Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532620

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Núm. do Contrato: 084/2017-MP/PA (Contrato nº 1003964734 – Celpa)
Núm. da Apostila: 003
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Regular a compra e venda de energia elétrica no ambiente de contratação regulada – ACR, para suprir o prédio das Promotorias de Justiça de Marituba/PA.
Justificativa do Apostilamento: A prorrogação automática realizada pela Celpa, a partir de 31/08/2020, com a qual consente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, conforme disciplinado no subitem 3.2, Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 31/08/2020 a 30/08/2021.
Ordenadora Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532610

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2016-MP/PA

Núm. do Termo aditivo: 5º
Núm. do Contrato: 060/2016-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de rede credenciada de oficinas, com fornecimento de peças, acessórios e serviços, incluindo guincho e lavagem, mediante sistema informatizado da contratada, para atendimento dos veículos oficiais do MPPA. Prorrogação do prazo de vigência.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência do Aditamento: 16/05/2020 a 15/05/2021.
Dotação Orçamentária:
Atividade: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão
Elemento de despesa: 3390-39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenadora Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532580

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 089/2018-MP/PA

Núm. do Termo aditivo: 1º
Núm. do Contrato: 089/2018-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa BRAZ & BRAZ LTDA.
Objeto: Prestação de serviços de transporte, incluindo veículos e motoristas devidamente habilitados, sem o fornecimento de combustível, para atender a demanda do Ministério Público do Estado do Pará.
Justificativa do Aditamento: Acréscimo ao subitem 4.1, constante da Cláusula Quarta do Contrato Original, de 01 (um) veículo com motorista, referente ao item 03, para a Promotoria de Justiça de Muaná/PA, e acréscimo de valor.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência do Aditamento: -
Valor do Acréscimo para 24 meses: R$ 129.436,80 (cento e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).
Dotação Orçamentária:
Atividade: 12101.03.091.1494.8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais.
Elemento de despesa: 3390-39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532590

AVISO DE LICITAÇÃO

Número do Processo: 128/2019-SGJ-TA
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 006/2020-MP/PA
Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Armários de aço.
Regime de Execução: Indireta (empreitada por preço global por item)
Tipo de Licitação: Menor Preço
Entrega do Edital: No site www.comprasgovernamentais.gov.br ou no Portal da Transparência no site www.mppa.mp.br
Observação: UASG: 925980.
Responsável pelo certame: Rafael Rodrigues de Souza
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br.
Data da Abertura: 25/03/2020
Hora da Abertura: 09h (NOVE) HORAS – HORÁRIO DE BRASÍLIA
Orçamento:
Classificação: 12101.03.122.1494.8760 – Governança e Gestão
Elemento: 4490-52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários
Ordenador Responsável: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

Protocolo: 532617

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº da Inexigibilidade: 004/2020-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Sra. NAYRA CRISTINE ALVES DE CARVALHO (CPF nº 003.877.263-90).
Objeto: Curso Básico de formação de entrevistadores em técnicas de entrevistas investigativas e depoimento especial de crianças e adolescentes no sistema de Justiça.
Valor Total: R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).
Fundamento Legal: Art. 25, II, da Lei Federal 8.666/93.
Data da Assinatura: 10/03/2020.
Dotação Orçamentária:
Atividade: 12101.03.128.1494.8761 – Valorização de Pessoas;
Natureza da Despesa: 339092.36 – Despesas de Serviços Anteriores. Outros Serviços de Terceiros. Pessoa Física.
339092.47 – Despesas de Serviços Anteriores. Obrigações Tributárias e Contributivas.
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 532491

Nº da Inexigibilidade: 003/2020-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Sra. MAYRA RAMOS LOPES (CPF nº 605.140.602-63).
Objeto: Curso Básico de formação de entrevistadores em técnicas de entrevistas investigativas e depoimento especial de crianças e adolescentes no sistema de Justiça.
Valor Total: R$ 8.160,00 (oito mil, cento e sessenta reais).
Fundamento Legal: Art. 25, II, da Lei Federal 8.666/93.
Data da Assinatura: 10/03/2020.
Dotação Orçamentária:
Atividade: 12101.03.128.1494.8761 – Valorização de Pessoas;
Natureza da Despesa: 339092.36 – Despesas de Serviços Anteriores. Outros Serviços de Terceiros. Pessoa Física.
339092.47 – Despesas de Serviços Anteriores. Obrigações Tributárias e Contributivas.
Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 532485

APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 027/2017-MP/PA (Contrato nº 1003963598 – Celpa)
Núm. da Apostila: 003
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Regular a compra e venda de energia elétrica no ambiente de contratação regulada – ACR, para suprir o prédio das Promotorias de Justiça de Ananindeua/PA.
Justificativa do Apostilamento: A prorrogação automática realizada pela Celpa, a partir de 12/05/2020, com a qual consente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, conforme disciplinado no subitem 3.2, Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 12/05/2020 a 11/05/2021.
Ordenadora Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532602

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 071/2014-MP/PA
Núm. da Apostila: 001
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa CAP ENGENHARIA LTDA (CNPJ nº 05.588.494/0001-90).
Objeto do Contrato: Execução de obra para ampliação das instalações físicas das PJs de Castanhal.
Justificativa do Apostilamento: Retificação na Cláusula Quinta do Contrato nº 071/2014-MP/PA, para correção da classificação orçamentária indicada.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532601

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 068/2017-MP/PA. (Contrato nº 1003597485 – Celpa)
Núm. da Apostila: 003.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Regular a compra e venda de energia elétrica no ambiente de contratação regulada – ACR, para suprir o prédio das Promotorias de Justiça de Redenção/PA.
Justificativa do Apostilamento: A prorrogação automática realizada pela Celpa, a partir de 18/08/2020, com a qual consente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, conforme disciplinado no subitem 3.2, Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 18/08/2020 a 17/08/2021.
Ordenadora Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532607

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 072/2017-MP/PA (Contrato nº 1003961726-CELPA).
Núm. da Apostila: 003
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Compra de energia regulada para suprir o Edifício Sede do MP/PA em Belém/PA.
Justificativa do Apostilamento: A ratificação do consentimento do Ministério Público do Estado do Pará na prorrogação do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, conforme disciplinado no subitem 3.3., Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato de Compra de Energia Regulada – CCER, acima mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 18/08/2020 a 17/08/2021.
Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532589

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 085/2017-MP/PA (Contrato nº 1003964734-CELPA).
Núm. da Apostila: 003
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Contratação de uso do sistema de distribuição para as Promotorias de Justiça de Marituba/PA.
Justificativa do Apostilamento: A ratificação do consentimento do Ministério Público do Estado do Pará na prorrogação do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, conforme disciplinado no subitem 3.5., Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-CUSD, acima mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 31/08/2020 a 30/08/2021.
Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532591

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 034/2018-MP/PA. (Contrato nº 1021241029 - Celpa)
Núm. da Apostila: 002
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Contratação de uso do sistema de distribuição para suprir o prédio das Promotorias de Justiça Criminais.
Justificativa do Apostilamento: A prorrogação automática realizada pela Celpa, a partir de 08/05/2020, com a qual consente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, conforme disciplinado no subitem 3.2, Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD acima mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 08/05/2020 a 07/05/2021.
Ordenadora Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532593

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 087/2017-MP/PA.
Núm. da Apostila: 003
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Contratação de uso do sistema de distribuição para suprir o prédio das Promotorias de Justiça de Marabá/PA.
Justificativa do Apostilamento: A prorrogação automática realizada pela Celpa, a partir de 31/08/2020, com a qual consente o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, conforme disciplinado no subitem 3.2, Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD acima mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 31/08/2020 a 30/08/2021.
Ordenadora Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532595

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Núm. do Contrato: 033/2018-MP/PA (Contrato nº 1021241029-CELPA).
Núm. da Apostila: 002
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e as CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A – CELPA.
Objeto do Contrato: Compra de energia regulada para suprir o prédio sede das Promotorias de Justiça Criminais.

Justificativa do Apostilamento: A ratificação do consentimento do Ministério Público do Estado do Pará na prorrogação do Contrato, pelo período de 12 (doze) meses, conforme disciplinado no subitem 3.3., Cláusula Terceira, Parte II, do Contrato de Compra de Energia Regulada – CCER, acima mencionado.
Data de Assinatura: 11/03/2020.
Vigência: 08/05/2020 a 07/05/2021.
Ordenador Responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.

Protocolo: 532585

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA 1380/2020-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor RAPHAEL CARLOS SANTOS SILVA, ASSESSOR DE PJ DE 1ª ENTRÂNCIA, Matrícula nº 999.2890, lotado na Promotoria de Justiça de Primavera, a importância de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 05/03/2020 até 04/05/2020, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e defesa dos direitos constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30- Material de Consumo- R$ 540,00
3390-36- O.S. Terceiros - P.Física- R$ 960,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 11 de março de 2020.
MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 532425

PORTARIA 1381/2020-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da portaria nº 074/2015-MP/PGJ.
R E S O L V E:
CONCEDER à servidora MANOELA KAROLINE FERREIRA NOVAIS, ASSESSOR DE 2ª ENTRÂNCIA, Matrícula nº 999.3023, lotada na Promotoria de Justiça de Maracanã, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 05/03/2020 até 04/05/2020, conforme abaixo:
PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758
Promoção e defesa dos direitos constitucionais.
FONTE DE RECURSOS 0101000000
NATUREZA DA DESPESA
3390-30- Material de Consumo- R$ 500,00
3390-36- O.S. Terceiros-P.Física- R$ 1.350,00
3390-39- O.S. Terceiros-P.Jurídica- R$ 150,00
OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 11 de março de 2020.
MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 532426

DIÁRIA

Nº Portaria	Data	Membro/ Servidor	Matrícula	Cargo	Finalidade	Período	Qtde.	Origem	Destino	Tipo Portaria	Descrição
478/2019-MP/PGJ	30/01/2019	HERENA NEVES MAUES CORREA DE MELO	9991724	4O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE REDENÇÃO	REUNIÃO DE TRABALHO	30/01/2019 a 01/02/2019	2,5	Redenção/PA	Marabá/PA, Belém/PA, Castanhal/PA	PORTARIA	Reunião com a Comissão Pastoral da Terra e do fórum de combate ao Fechamento de escolas no campo.
584/2019-MP/PGJ	05/02/2019	MARIA LUCINEIDE BARBOSA MONTEIRO	999617	TECNICO - ASSISTENTE SOCIAL - ATC-B-II	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO PSICO-SOCIAL	06/02/2019 a 20/02/2019	1	Capanema/PA	Bragança/PA	PORTARIA	Realizar atendimentos, Estudos psicossociais, visitas domiciliares e institucionais nos casos oriundos do Conselho Tutelar e ,demais Orgão da Infância e Juventude.
858/2019-MP/PGJ	15/02/2019	ALINE BOHADANA PONTES DIAS	9991643	ANALISTA JURIDICO - ATE-A-V	CURSO/ ENCONTRO/SEMINARIO (ANEXAR PROGRAMAÇAO)	06/05/2019 a 10/05/2019	4,5	Belém/PA	São Paulo/SP	PORTARIA	Participação no Curso Completo de Licitações e Contratos Administrativos, que ocorrera em São Paulo.
904/2019-MP/PGJ	15/02/2019	KRUCHEUSKY WERBESON DINIZ ALENCAR	9992872	CORPO OP MILITAR (SOLDADO) - MP.FG. GM I	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE CENTRAL DE ALARME	11/02/2019 a 15/02/2019	4,5	Belém/PA	Marabá/PA	PORTARIA	Realizar manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Alarme da Promotoria de Justiça de Marabá.
953/2019-MP/PGJ	19/02/2019	OTONIEL SILVA DE SOUZA	9992277	CORPO OP MILITAR (CABO) - MP.FG. GM I	INSPEÇAO/ CORREIÇAO CGMP	04/02/2019 a 08/02/2019	4,5	Belém/PA	Breves/PA, Anajás/PA	PORTARIA	Realizar Segurança de Autoridade, em tempo integral, em razão dos atos de fiscalização da Corregedoria Geral do MPPA.

Protocolo: 532408

PORTARIA N.º 593/2020-MP/PGJ

RESOLVE:
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 101798/2020 conforme abaixo relacionado:
NOME: GILBERTO TELES DA COSTA FONSECA
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA - AOM-B-I
MATRÍCULA: 999.1354
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): São Miguel do Guamá/PA
PERÍODO(S): 27/02/2020 - 28/02/2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA
Belem, 04 de Fevereiro de 2020 .
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 1166/2020-MP/PGJ

RESOLVE:
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 104599/2020 conforme abaixo relacionado:
NOME: LEANE BARROS FIUZA DE MELLO
CARGO/FUNÇÃO: Coordenador CAO da Infância e Juventude
MATRÍCULA: 999.269
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Paragominas/PA
PERÍODO(S): 04/03/2020 - 05/03/2020
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Reunião de trabalho - Realização de Reunião Ampliada com os membros da Região Administrativa Nordeste III
Belem, 02 de Março de 2020 .
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

Protocolo: 532608

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA N.º 105/2020-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018;
CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 23/2020/MP/CPPADS, datado de 11/3/2020, protocolizado sob o n.º 10015/2020, em 11/3/2020;
CONSIDERANDO os termos da decisão proferida pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa, à fl. 02;
CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994,
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, instituída por meio da Portaria n.º 6.798/2019-MP/SGJ-TA, de 12/11/2019, publicada no D.O.E. de 16/11/2019, composta pelos servidores estáveis CARLOS VINICIUS REIS DOS SANTOS (Presidente), JOSÉ VENICIUS FRANCO DE OLIVEIRA e JOEL CARLOS DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO (Membros), para atuarem no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 660/2019-MP/SGJ-TA, de 20/11/2019, publicada no DOE de 04/12/2019.
II – FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.
III – CONVALIDAR todos os atos praticados até então pela Comissão.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 11 de março de 2020.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

Protocolo: 532788

RESOLUÇÃO Nº 003/2020-CSMP, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Superior, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Superior elaborar o seu Regimento Interno, nos termos do art.26, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº057, de 6 de julho de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar o §5º ao art. 16 do Regimento Interno do Conselho Superior, com a seguinte redação:

"Art. 16 .....

§ 5º As sessões do Conselho Superior de que trata o caput serão realizadas na forma presencial e virtual, sendo que, mensalmente, ocorrerá uma ordinária presencial e outra virtual, conforme disposições previstas em ato normativo. "

Art. 2º Alterar o parágrafo único do art. 26 do Regimento Interno do Conselho Superior, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 .....

Parágrafo único. As sessões ordinárias do Conselho Superior, na forma presencial, serão realizadas, preferencialmente, às quartas-feiras, com início às nove horas e o encerramento não podendo ultrapassar as dezoito horas, salvo deliberação do Colegiado."

Art. 3º Alterar o art. 37, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 Excetuados o Presidente e o Corregedor-Geral, a distribuição de processos se fará entre os demais Conselheiros, inclusive os suplentes, quando estiverem substituindo os efetivos."

Art. 4º Revogar o § 1º do art. 37 do Regimento Interno do Conselho Superior.

Art. 5º Renumerar o Parágrafo único para § 1º e acrescentar o § 2º ao art. 38 do Regimento Interno do Conselho Superior, com a seguinte redação:

"Art. 38 .....

§ 1º .....

§ 2º O Conselheiro Relator indicará os procedimentos que serão incluídos em pauta de julgamento virtual, nos termos das disposições previstas em ato normativo. "

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica autorizada a republicação consolidada do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público no sítio do Ministério Público do Estado do Pará (http://www.mppa.mp.br/).

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em 11 de março de 2020.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora-Geral de Justiça, área Técnico-Administrativa,
em substituição ao Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior

MARIO NONATO FALANGOLA
Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício
WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO
Conselheiro/Secretário
MARIA DA CONCEIÇAO DE MATTOS SOUSA
Conselheira
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Conselheira
HAMILTON NOGUEIRA SALAME
Conselheiro

Protocolo: 532725

RESOLUÇÃO Nº 004/2020-CSMP, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Regulamenta a realização de julgamento de procedimentos extrajudiciais no Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, por meio eletrônico, utilizando a ferramenta do Plenário Virtual e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Superior, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Superior editar súmulas, provimentos, resoluções e outros atos de caráter normativo em matéria de suas atribuições, nos termos do art. 26, inciso XXIII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006 e art. 4º, inciso XXII de seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO os princípios da celeridade processual e da eficiência, previstos no artigo 5º, inciso LXXVIII e artigo 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o art. 38 do Regimento Interno do Conselho Superior,

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar a realização de julgamento de procedimentos extrajudiciais de competência do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, por meio eletrônico, utilizando a ferramenta Plenário Virtual.

Parágrafo único. Os procedimentos de competência originária do Conselho Superior serão julgados de forma presencial.

Art. 2º Disponibilizados o relatório e voto no sistema de tramitação dos procedimentos extrajudiciais do Ministério Público do Estado do Pará, o Conselheiro Relator poderá indicar a intenção de realizar o julgamento do processo de forma eletrônica, no Plenário Virtual.

Parágrafo único. O relatório e voto apresentados pelo Conselheiro Relator ficarão disponíveis para visualização no Plenário Virtual, a partir da abertura da sessão de julgamento até seu encerramento.

Art. 3º Recebida a indicação de julgamento utilizando o Plenário Virtual, a Secretaria do Conselho Superior providenciará a organização da pauta da Sessão Virtual, bem como a respectiva publicação no Diário Oficial do Estado, com a indicação de que o julgamento do procedimento se dará de forma eletrônica.

§ 1° As sessões virtuais serão realizadas mensalmente, respeitando o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, previsto no art. 15, § 3º do Regimento Interno do Conselho Superior, entre a data da publicação do anúncio do julgamento no Diário Oficial do Estado e o início da apreciação colegiada.

§ 2º Quando necessário, serão realizadas sessões virtuais extraordinárias.

§ 3° Nas comunicações relativas ao Plenário Virtual, deverão ser informados os dias e horários de abertura e encerramento das sessões de julgamento.

§ 4° A parte interessada poderá solicitar ao Conselheiro Relator, antes do início do julgamento e por meio de petição, a retirada de pauta de procedimento inscrito para julgamento no Plenário Virtual, indicando sua intenção de realizar sustentação oral ou acompanhar o julgamento do procedimento de forma presencial.

§ 5° O despacho que apreciar o requerimento mencionado no parágrafo anterior será registrado no extrato de ata da sessão que o procedimento estava pautado, para a devida publicação no Diário Oficial do Estado.

§ 6º Os autos do procedimento extrajudicial incluído em sessão virtual permanecerão no gabinete do Conselheiro Relator até o encerramento da sessão.

Art. 4º As sessões do Plenário Virtual serão públicas e poderão ser acompanhadas pela rede mundial de computadores (Internet), em endereço eletrônico disponível no Portal do Ministério Público do Estado do Pará.

§ 1° Os julgamentos realizados no Plenário Virtual serão de forma eletrônica, utilizando-se as ferramentas disponíveis, por meio do sistema desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Pará.

§ 2° Os integrantes do Conselho Superior poderão, a qualquer tempo, solicitar a retirada do procedimento incluído em pauta para julgamento pelo Plenário Virtual, a fim de que seja julgado em uma sessão de julgamento presencial, para uma discussão mais ampla sobre a matéria.

Art. 5º A sessão de julgamento do Plenário Virtual terá duração de 5 (cinco) dias úteis, durante os quais os integrantes do Conselho Superior terão acesso ao relatório e ao voto inseridos pelo Conselheiro Relator, podendo os julgadores proferirem votos concordando ou discordando do voto apresentado pelo Relator.

§ 1° Durante o período de realização da sessão de julgamento virtual, os votos apresentados pelo Conselheiro Relator, bem como os proferidos pelos demais integrantes do Conselho Superior, ficarão disponíveis para consulta pelos interessados através da página do Plenário Virtual, dada a natureza pública da sessão de julgamento, respeitado o regramento próprio para os casos sigilosos.

§ 2° A sessão do Plenário Virtual será composta pelos Conselheiros Efetivos e pelos Conselheiros Suplentes quando convocados ou quando solicitarem pauta para julgamento dos processos recebidos, ainda que cessados os motivos da convocação.

§ 3° Será considerado como concluído o julgamento do processo em que, ao término da sessão virtual, todos os Conselheiros tiverem apresentado votos convergindo com o Conselheiro Relator.

§ 4° Apresentada divergência ou solicitada vista dos autos por qualquer dos integrantes do Conselho Superior, ao final da sessão eletrônica o procedimento será considerado retirado de pauta de julgamento virtual para inclusão em pauta convencional, na primeira sessão de julgamento presencial ainda não publicada, na qual poderá haver discussão sobre a matéria objeto dos autos.

§ 5° O voto do Conselheiro participante da sessão de julgamento que não for apresentado até o seu encerramento será computado como em concordância com o voto do Conselheiro Relator.

§ 6° Os procedimentos expressamente adiados pelo Conselheiro Relator ou pelo Colegiado serão incluídos, de forma automática, na primeira sessão virtual imediatamente posterior.

§ 7° Os procedimentos retirados de pauta pelo Conselheiro Relator ou pelo Colegiado serão incluídos em nova pauta de julgamento de Plenário Virtual, se assim for indicado, observando-se as regras de publicação.

Art. 6º Concluída a sessão do Plenário Virtual, o resultado do julgamento de cada procedimento será incluído, de forma automática, no respectivo sistema de tramitação de procedimentos extrajudiciais do Ministério Público do Estado do Pará, sendo de responsabilidade da Secretaria do Conselho Superior a lavratura da respectiva certidão.

Art. 7º A secretaria do Conselho Superior providenciará a confecção e publicação do extrato da Ata, no Diário Oficial do Estado, no qual serão consignados:

I - o período da reunião eletrônica;

II - o nome do Presidente do Conselho Superior, do Corregedor-Geral do Ministério Público e dos Conselheiros que participaram do julgamento pela ordem decrescente de votação na respectiva eleição;

III- os processos julgados, seu objeto, o número de ordem, a Promotoria de Justiça de origem, os interessados, o resultado da votação, o nome do Conselheiro Relator, assim como dos integrantes que se julgarem suspeitos ou impedidos.

Parágrafo único. O extrato de ata será elaborado pelo Secretário do Conselho Superior.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em 11 de março de 2020.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora-Geral de Justiça, área Técnico-Administrativa,
em substituição ao Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior

MARIO NONATO FALANGOLA
Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício
WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO
Conselheiro/Secretário
MARIA DA CONCEIÇAO DE MATTOS SOUSA
Conselheira
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Conselheira
HAMILTON NOGUEIRA SALAME
Conselheiro

Protocolo: 532741

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa AD SUMUS.
Objeto: Fornecimento de Concertina 45cm(Inox) com instalação na Sala da Promotoria de Justiça deste MPPA no Município de Medicilândia-PA.
Nº. da nota de empenho: 2020NE01570 .
Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.091.1494.8758; Fonte 0101. Elemento de Despesa:3390-39
Valor: R$ 1.061,04 (Hum Mil Sessenta e Um Reais e Quatro Centavos).
Data da Assinatura: 09/03/2020.
Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS- Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 532438

EDITAL

A Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 057/2006 e o art. 6° da Resolução nº 002/2008/MP/CSMP, TORNA PÚBLICO que foi encaminhada ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, a proposta de confirmação na carreira de 1 (uma) Promotora de Justiça de 1ª entrância que se acha prestes a cumprir o estágio probatório, cujo processo, acompanhado do respectivo relatório de vitaliciamento, foi distribuído por meio de sorteio eletrônico à Conselheira Relatora abaixo indicada, podendo qualquer Membro do Ministério Público impugnar, em petição escrita, individualizada e fundamentada, dirigida ao presidente do Conselho Superior, a proposta de vitaliciamento apresentada pelo Corregedor-Geral, no prazo de dez dias úteis, contados da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado:

Nº	Promotora de Justiça	Data prevista para Vitaliciamento	Conselheira Relatora
1	CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO OF. 291/2020-CGMP/PA (9882/2020) SIMP nº 000012-012/2020	29/06/2020	Maria da Conceição de Mattos Sousa

Belém/PA, 11 de março de 2020.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício
Presidente do Conselho Superior

EDITAL

A Presidente do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 057/2006 e o art. 6° da Resolução nº 002/2008/MP/CSMP, TORNA PÚBLICO que foi encaminhada ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, a proposta de confirmação na carreira de 1 (uma) Promotora de Justiça de 1ª entrância que se acha prestes a cumprir o estágio probatório, cujo processo, acompanhado do respectivo relatório de vitaliciamento, foi distribuído por meio de sorteio eletrônico à Conselheira Relatora abaixo indicada, podendo qualquer Membro do Ministério Público impugnar, em petição escrita, individualizada e fundamentada, dirigida ao presidente do Conselho Superior, a proposta de vitaliciamento apresentada pelo Corregedor-Geral, no prazo de dez dias úteis, contados da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado:

Nº	Promotora de Justiça	Data prevista para Vitaliciamento	Conselheira Relatora
1	ALINE CUNHA DA SILVA OF. 289/2020-CGMP/PA (9883/2020) SIMP nº 000013-012/2020	29/05/2020	Leila Maria Marques de Moraes

Belém/PA, 11 de março de 2020.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício
Presidente do Conselho Superior

Protocolo: 532672

PORTARIA N.° 446/2020--MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando das atribuições legais e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 52212/2019, em 17/12/2019,
R E S O L V E:
AUTORIZAR, sem ônus para o Ministério Público do Estado do Pará e sem prejuízo de suas atribuições originárias, a Procuradora de Justiça CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO a se ausentar do Estado do Pará, no período de 7 a 9/1/2020, a fim de tratar de assunto de interesse pessoal.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. Belém, 28de janeiro de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.° 1.101/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça PEDRO PAULO BASSALO CRISPINO para responder pela Coordenação do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO), durante o período de férias regulamentares do titular, JOSE AUGUSTO NOGUEIRA SARMENTO, de 23/1 a 21/2/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 28 de fevereiro de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.° 1.137/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 009/2020-MP/CPMII, datado de 6/2/2020 protocolizado sob o n.º 5732/2020, em 7/2/2020,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça GABRIELA RIOS MACHADO, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação da Região Administrativa 08-Região do Marajó II, durante o afastamento do titular, DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO, nos períodos de 27/11 a 06/12/2019 e 13/01 a 06/02/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 2 de março de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.° 1.185/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 014/2020-MP/Coordenadoria, datado de 10/2/2020 protocolizado sob o n.º 6067/2020, em 10/2/2020,
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação da Região Administrativa 02-Região Metropolitana Belém II, durante o afastamento da titular, LIZETE DE LIMA NASCIMENTO, no período de 10 a 14/02/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 3 de março de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.° 1.186/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 013/2020-MP/CPSII, datado de 21/1/2020, protocolizado sob o nº 3044/2020, datado de 22/1/2020;
CONSIDERANDO os termos da Resolução n.º 006/2014-MP/CPJ, de 16/07/2014, publicado no D.O.E em 23/07/2014, republicada em 29/07/2014;
R E S O L V E:
DESIGNAR os Promotores de Justiça MARIANA SOUSA CAVALEIRO DE MACEDO DANTAS e DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercerem respectivamente, as funções de Coordenadora e Vice-Coordenador da Região Administração 14– Região Sudoeste II, no período de 11/2 a 31/12/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 3 de março de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1.193/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;
R E S O L V E:
DELEGAR a Exmª. Srª. Promotora de Justiça de 2ª Entrância REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA atribuições específicas para, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, ao Sr. RODOLFO RODRIGUES DOS SANTOS, nomeado conforme o Ato nº 32/2020, datado de 21/2/2020, publicado no D.O.E em 28/2/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 4 de março de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1.260/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;
R E S O L V E:
DELEGAR ao Exmº. Sr. Promotor de Justiça de 2ª Entrância LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA atribuições específicas para, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, a Srª. PAOLLA ALANA SHARON ARAUJO LIMA BRITO DE OLIVEIRA, nomeada conforme o Ato nº 35/2020, datado de 27/2/2020, publicado no D.O.E em 4/3/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 6 de março de 2020.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 532635

ATO N.º 40/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do requerimento protocolizado sob o n.º 8001/2020, em 21/2/2020,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, II, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, ANTONIO JUNIO FARIAS DA SILVA, do cargo de Auxiliar de Serviço de Manutenção, MP.AOS-102-A-I, nomeado por Ato do Procurador-Geral de Justiça, datado de 23/11/2004, publicado no D.O.E. em 24/11/2004, a partir de 27/2/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 3 de março de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 532625

Nº Portaria	Data	Membro/ Servidor	Matrícula	Cargo	Finalidade	Período	Qtde.	Origem	Destino	Tipo Portaria	Descrição
592/2019-MP/PGJ	06/02/2019	ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA	9991328	10 PROMOTOR DE JUSTICA DE DEFESA DO PATRIMONIO PUBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELEM	SEMINARIO	28/03/2019 a 29/03/2019	0	Belém/PA	Manaus/AM	PORTARIA	Participar do V Forum Juridico da ESMAF em Manaus.
714/2019-MP/PGJ	11/02/2019	CRYSTINA MICHIKO TAKETA MORIKAWA	9991695	60 PROMOTOR DE JUSTICA DE PARAUAPEBAS	REUNIAO DE TRABALHO	21/02/2019 a 22/02/2019	0	Parauapebas/PA	Belém/PA	PORTARIA	GT Agrario
715/2019-MP/PGJ	11/02/2019	FABIA DE MELO FOURNIER	999387	30 PROMOTOR DE JUSTICA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DOS DIREITOS HUMANOS DE BELEM	CONFERENCIA/ EXPOSIÇAO	22/02/2019 a 24/02/2019	0	Belém/PA	Manaus/AM	PORTARIA	1 Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça. Dialogos Brasil -União Europeia.
716/2019-MP/PGJ	11/02/2019	ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA	9991328	10 PROMOTOR DE JUSTICA DE DEFESA DO PATRIMONIO PUBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELEM	SEMINARIO	21/02/2019 a 22/02/2019	0	Belém/PA	Belo Horizonte/MG	PORTARIA RETIFICACAO	IV Fórum Jurídico da Escola Superior da Magistratura
717/2019-MP/PGJ	11/02/2019	HERENA NEVES MAUES CORREA DE MELO	9991724	40 PROMOTOR DE JUSTICA DE REDENÇAO	REUNIAO DE TRABALHO	11/02/2019 a 11/02/2019	0	Redenção/PA	Marabá/PA	PORTARIA	Relacionada ao Fórum Permanente do Ministério Público com a Sociedade Civil para Questões Agrarias e Fundiárias.

Protocolo: 532410

PORTARIA N.º 17/2019-MP/PGJ

RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 7141/2018-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 10/01/2019, protocolo 115623/2018, conforme abaixo relacionada:
NOME: GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO
CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de São João do Araguaia
MATRÍCULA: 999.1688
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: São João do Araguaia
DESTINO(S): Porto Alegre/RS
PERÍODO(S): 13/09/2018 - 14/09/2018
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diária(s)
FINALIDADE: Curso/encontro/seminário (anexar programação)
Belém, 09 de Janeiro de 2019

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procurador(a) Geral de Justiça

PORTARIA N.º 43/2019-MP/PGJ

RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 8230/2018-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 15/01/2019, protocolo 121039/2018, conforme abaixo relacionada:
NOME: JANE CLEIDE SILVA SOUZA
CARGO/FUNÇÃO: 12o Promotor de Justiça de Marabá
MATRÍCULA: 999.1332
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Marabá
DESTINO(S): Novo Repartimento/PA
PERÍODO(S): 20/11/2018 - 21/11/2018
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: ( ) diária(s)
FINALIDADE: Levantamento de informações
Belém, 11 de Janeiro de 2019

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procurador(a) Geral de Justiça

PORTARIA N.º 79/2019-MP/PGJ

RESOLVE:
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 100336/2019 conforme abaixo relacionado:
NOME: NAYARA SANTOS NEGRAO
CARGO/FUNÇÃO: Promotor de Justiça de Oriximiná
MATRÍCULA: 999.2337
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057,
de 06 de julho de 2006
ORIGEM: Oriximiná - PA
DESTINO(S): Terra Santa/PA
PERÍODO(S): 10/12/2018 - 10/12/2018, 13/12/2018 - 13/12/2018
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 e 1/2 (tres e meia) diaria(s)
FINALIDADE: O deslocamento se deu devido a necessidade de participacao
em audiencias de reu preso, realizacao de inspecoes mensais e manifestacao
de carater urgente em processos judiciais.
Belem, 14 de janeiro de 2019.
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 686/2019-MP/PGJ

RESOLVE:
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no
âmbito do expediente nº 100646/2019 conforme abaixo relacionado:
NOME: REGIANE DO SOCORRO ESPIRITO SANTO REGO
CARGO/FUNÇÃO: TECNICO - ECONOMISTA - ATC-A-V
MATRÍCULA: 999.1465
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810,
de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): São Miguel do Guamá/PA
PERÍODO(S): 28 a 31/01/2019
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 e 1/2 (tres e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Avaliar impactos socioeconomicos da construcao de um novo mercado municipal.
Belem, 08 de Fev de 2019.
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

PORTARIA N.º 954/2019-MP/PGJ

RESOLVE:
CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 102535/2019 conforme abaixo relacionado:
NOME: RICARDO JEFFERSON DA SILVA
CARGO/FUNÇÃO: CORPO OP MILITAR (CABO) - MP.FG.GM I
MATRÍCULA: 333.343
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S):Bragança/PA
PERÍODO(S): 11/02/2019 - 15/02/2019
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 e 1/2 (quatro e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Seguranca Pessoal de Membro - Realizar Seguranca Pessoal do Promotor de Justica,
Dr. Bruno Beckembauer Sanches Damasceno, naquele município.
Belem, 20 de Fevereiro de 2019 .
Ordenador(a) da Despesa: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Protocolo: 532412

PORTARIA Nº 097/2020-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA,
ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2912/2018-MP/PGJ, de 04 de maio de 2018
CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;
R E S O L V E:
I - DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para acompanharem e fiscalizarem os devidos instrumentos, conforme quadro:

INSTRUMENTO: CONTRATO

Nº	Ano	UNIDADE	CONTRATADO	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
062	2018	TRANSPORTE / BELÉM / ANANINDEUA / MARITUBA / BENEVIDES / SANTA IZABEL / CASTANHAL / CONCÓRDIA DO PARÁ / IGRAPÉ-AÇÚ / VIGIA / CAPANEMA / BRAGANÇA / CAPITÃO POÇO / SALINÓPOLIS / SÃO MIGUEL DO GUAMÁ / VISEU / DOM ELISEU / MÃE DO RIO / TOMÉ-AÇÚ	MOBILIZA LOGÍSTICA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	BELÉM - Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); ANANINDEUA - Eronilson Melo de Souza (Titular); ABAETETUBA - Maria Benedita dos Santos Feio (Titular); CASTANHAL - Helber James Sousa Barros (Titular); BENEVIDES - Emanuel Tadeu Coutinho Machado (Titular); CURUÇÁ - Geanini Eriko de Sousa Araujo (Titular); BAIÃO - Mauriceli Pinheiro Pantoja (Titular); Raimundo Beleza Júnior (Suplente); SALINAS - Alberto Rayol de Moraes (Titular); MARITUBA - Patrícia Paulina Borges Lima (Titular); VIGIA - Lael Mesquita Teixeira (Titular); TOMÉ-AÇÚ - Everton Costa dos Santos (Titular); TAILÂNDIA - Manuel de Jesus Vilarinho Monteiro (Titular); MOJU - Rosa Maria Bastos Fonseca (titular); PARAGOMINAS - Giovani Breno Fernandes (Titular); IGARAPÉ-MIRI - Alessandra Gomes de Sena Pantoja (Titular); CAPITÃO POÇO - Diego Augusto Silva dos Reis (Titular); VISEU - Antônio Flávio Batista de Almeida (Titular); CAPANEMA - Ladielson Nascimento dos Santos (Titular); SANTA IZABEL DO PARÁ - Daniel da Costa Mota (Titular); BARCARENA - Marcelo da Silva Caldas (Titular); IGARAPÉ-AÇÚ - Clayton Alves Ribeiro (Titular); SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - Paulo Sérgio Bastos de Almeida (Titular); DOM ELISEU - Maria de Lourdes de Lima (Titular); ACARÁ - Renata Paes Carvalho (Titular); CAMETÁ - Gustavo Nepomuceno Pires (Titular); BRAGANÇA - Kleber José Paixão Araújo (Titular); CONCÓRDIA DO PARÁ - Nayara Vidal Nogueira (PJ) (Titular); MÃE DO RIO - Francisco Jaelder de Lima (Titular). MOSQUEIRO - Ana Maria Magalhães de Carvalho (PJ); Daniela Souza Filho Moura (PJ).	02/08 /2018	01/08/2020	Port. nº 7624/2019-MP/PGJ, DOE de 19/12/2019
067	2018	PJ PORTO DE MOZ	B. DOS S. VIEIRA NETO EIRELI-ME	Milena Maria da Silva Sarmento (Titular); Juliana Freitas dos Reis (PJ) (Suplente)	21/08/2018	20/08/2020	Prot. nº 428/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 15/07/2019
075	2018	TRANSPORTE / REDENÇÃO / TUCUMÃ / PARAUAPEBAS / SÃO FÉLIX DO XINGU / XINGUARA / PACAJÁ / MARABÁ / GOIANÉSIA DO PARÁ / JACUNDÁ / ITUPIRANGA / TUCURUÍ / SANTANA DO ARAGUAIA / CANAÃ DOS CARAJÁS/ ELDORADO DOS CARAJÁS	MOBILIZA LOGÍSTICA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	BELÉM-Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); REDENÇÃO Luciana Oliveira do Nascimento (Titular); Dirceu Santos Silva (Suplente); TUCUMÃ Davina Kelen Rodrigues Curcino dos Santos (Titular); PARAUAPEBAS Tatiana Montibeller Paixão (Titular); José Wilton Moreira da Silva (Suplente); SÃO FÉLIX DO XINGU Aline Rodrigues da Silva (Titular); Samuel Souza Gomes (Suplente); XINGUARA Wesley Ribeiro Ferreira (Titular); Alexandre Azevedo de Mattos Moura Costa (PJ) (Suplente); PACAJÁ Maria Eliane de Araújo Freres (Titular); Gerson Alberto de França (PJ Suplente); MARABÁ Jerffson Lemos Tortola (Titular); GOIANÉSIA DO PARÁ Dennis Rennan de Araújo Sampaio Silva (Titular); José Alberto Grisi Dantas (PJ Suplente); JACUNDÁ Sávio Ramon Batista da Silva (PJ Titular); ITUPIRANGA João Diniz de Souza (Titular); TUCURUÍ Aline Janusa Teles Martins (PJ Titular); André da Silva Cardoso (Suplente); SANTANA DO ARAGUAIA Alex Américo (Titular); João Claudio Caetano Linhares (Suplente); CANAÃ DOS CARAJAS Victoria Fernandes Gomes (Titular); Adriana Queiroz Garcia Lopes (Suplente); ELDORADO DOS CARAJÁS Alessandro dos Reis Ribeiro (Titular); Josiel Gomes da Silva (PJ) (Suplente).	05/09/2018	04/09/2020	Port. nº 7624/2019-MP/PGJ, DOE de 19/12/2019
088	2018	TRANSPORTE / ALTAMIRA / PORTO DE MOZ / SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/ URUARÁ / ITAITUBA / MONTE ALEGRE / ORIXIMINÁ / ÓBIDOS.	MOBILIZA LOGÍSTICA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	BELÉM - Paulo Andre Seawrlght Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); MONTE ALEGRE - Roselita Araújo Miranda (Titular); Luciana Medeiros Bento (Suplente); ITAITUBA - Iraneide de Oliveira Silva Magalhães (Titular); Hamilton Silva do Nascimento (Suplente); ÓBIDOS - Beatriz Aguiar Mota (Titular); Rita Cassia da Silva (Suplente); ALTAMIRA - Rosana Ribeiro Luiz (Titular); Álvaro Gomes De Sousa (Suplente); ORIXIMINÁ - Juarez Faial de Aquino Neto (Titular); Denise Evangelista Peloso da Silva (Suplente); PORTO DE MOZ - Milena Maria da Silva Sarmento (Titular); Juliana Freitas dos Reis (PJ) (Suplente); SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - José Antonio Moura da Gama (Titular); Judith Alvarez Crisostomo (Suplente); URUARÁ - Carlos Alexandre das Neves Saraiva (Titular); Joana Lira Lima (Suplente)	28/09/2018	27/09/2020	Port. nº 727/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 19/12/2019
089	2018	TRANSPORTE / SOURE/ PONTA DE PEDRAS/ BREVES / PORTEL	BRAZ & BRAZ LTDA	BELÉM: Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); BREVES: José Raimundo Neves Jardim (Titular); Darlene de Fátima Neves Jardim (Suplente); PORTEL: Joilma Martins da Silva (Titular); Alessio do Carmo Oliveira (Suplente); SOURE: Fabrício Barreto Nascimento (Titular); Edielson Sarmento (Suplente); PONTA DE PEDRAS: Adriana Passos Ferreira (PJ) (Titular); Mísia Margarida Carlos Pereira de Oliveira (Suplente)	28/09/2018	27/09/2020	Port. nº 7624/2019-MP/PGJ, DOE de 19/12/2019
115	2019	TRANSPORTE / ALENQUER	MOBILIZA LOGÍSTICA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); Victor Hugo Façanha da Costa Marialva (Titular); Diego Libardi Rodrigues (PJ) (Suplente).	29/08/2019	28/08/2021	Port. nº 6179/2019-MP/PGJ, DOE DE 21/10/2019
162	2019	PJ MARAPANIM	SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA	Samuel D'Ignazio Correa (Titular); Márcio Leal Dias (PJ) (Suplente)	20/12/2019	19/12/2020	-
164	2019	PJ FARO	L. C. M. BENTES - ME	Luana da Silva e Silva (Titular); Osvaldino Lima de Sousa (PJ) (Suplente).	20/12/2019	19/12/2020	-

INSTRUMENTO: ATA DE REGISTRO DE PREÇO – ARP

Nº	Ano	UNIDADE	CONTRATADO	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
093	2019	SERVIÇOS GERAIS	L C COMÉRCIO ATACADISTA LTDA	Goreth Rocha Borba Costa (Titular); Célia Maria de Moura Brito (Suplente)	04/12/2019	03/12/2020	-
001	2020	SERVIÇOS GERAIS	N. E. MARTINS COMERCIO DE ARMARINHO LTDA	Goreth Rocha Borba Costa (Titular); Célia Maria de Moura Brito (Suplente)	15/01/2020	14/01/2021	-
002	2020	PATRIMÔNIO	MAXI-AR SERVIÇOS LTDA-ME	Junivaldo da Silva Nonato (Titular); Crispim Ribeiro de Almeida Filho (Suplente)	20/01/2020	19/01/2021	-
003	2020	PATRIMÔNIO	J. L. R. ARAÚJO COMÉRCIO E SERVIÇOS	Junivaldo da Silva Nonato (Titular); Crispim Ribeiro de Almeida (Suplente)	13/02/2020	12/02/2021	-
004	2020	PATRIMÔNIO	INFRACOMIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI-ME	Junivaldo da Silva Nonato (Titular); Crispim Ribeiro de Almeida (Suplente)	13/02/2020	12/02/2021	-

INSTRUMENTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
004	2019	SUPER CAO / PJ DE SANTARÉM	Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém, Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública do Estado do Pará, OAB/PA-Subseção Santarém.	Rosiane Vieira Balieiro (titular); Francenildo Almeida da Silva (suplente)	31/01/2019	30/01/2020	Port. nº 6179/2019-MP/PGJ, DOE DE 21/10/2019

INSTRUMENTO: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
003	2019	CAO CÍVEL	Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público Federal, Universidade Federal do Pará.	Hugo Alesson Passos da Silva (Titular); Ana Maria Oliveira da Paz Mesias Santos (Suplente)	19/12/2019	18/12/2024	-
021	2019	CAO CÍVEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA, INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, através da Superintendência Regional de Santarém	Ione Missae Nakamura (Titular); Ramon da Silva Santos (Suplente)	13/12/2019	12/12/2024	-

INSTRUMENTO: CONVÊNIO

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
002	2020	DRH	SICREDI NORTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO	Fernando Pedro Pena Furtado (Titular); Anderson Leandro de Oliveira Ribeiro (Suplente)	13/02/2020	12/02/2021	-

INSTRUMENTO: TERMO DE COOPERAÇÃO

Nº	Ano	UNIDADE	CONVENENTE	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
001	2020	DRH	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA (MANTENEDOR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DA AMAZÔNIA-UNAMA SANTARÉM)	Bárbara Veiga Ferreira Rosa (Titular); Ana Beatriz Pedroso Botelho Picanço (Suplente).	15/01/2020	14/01/2022	-
002	2020	DRH	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAGOMINAS LTDA (MANTENEDOR DA FACULDADE PITÁGORAS UNIDADE PARAGOMINAS)	Bárbara Veiga Ferreira Rosa (Titular); Ana Beatriz Pedroso Botelho Picanço (Suplente).	15/01/2020	14/01/2022	-
003	2018	CAOIJ	FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - FUNPAPA	Marina Tocantins Kabuki (titular); Lucas Pamplona Paolelli (suplente)	26/09/2018	25/09/2019	Port. nº 49/2019-MP/SGT-TA, DOE de 05/02/2019
007	2018	CAOIJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS	Marina Tocantins Kabuki (titular); Lucas Pamplona Paolelli (suplente)	09/08/2018	08/02/2020	Port. nº 713/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 03/10/2018
013	2019	DRH	CEPAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PARAUAPEBAS (MANTENEDORA DA FACULDADE PITÁGORAS DE PARAUAPEBAS II)	Bárbara Veiga Ferreira Rosa (Titular); Ana Beatriz Pedroso Botelho Picanço (Suplente).	03/12/2019	02/12/2021	-

* É possível que a data final de vigência dos instrumentos contratuais, seja alterada posteriormente a data desta portaria mediante termo aditivo.
II - Caberá aos servidores designados neste ato, a obrigação de anotar em registro todas as ocorrências relacionadas com a execução dos instrumentos supramencionados, devendo sugerir diretamente à Subprocuradoria-Geral de Justiça o que for necessário à manutenção da qualidade dos serviços contratados.
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 09 de MARÇO de 2020.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO
Subprocuradora -Geral de Justiça,
Área técnico-administrativa

Protocolo: 532431

PORTARIA n° 1307 /2019-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar critérios visando realizar uma fiscalização mais efetiva no que se refere à execução dos contratos de prestação de serviços firmados pelo Ministério Público;

R E S O L V E :

I – DESIGNAR os Promotores de Justiça e servidores abaixo relacionados para acompanharem e fiscalizarem os devidos instrumentos, conforme quadro:

INSTRUMENTO: CONTRATO

Nº	Ano	UNIDADE	CONTRATADO	FISCAL	INÍCIO	FIM*	PORTARIA REVOGADA
016	2013	PJ IGARAPÉ-MIRI	MIRACI CORREA LOBATO	Alessandra Gomes de Sena (titular); Gildenise Negrão dos Santos (suplente)	23/04/2013	22/04/2021	Port. n° 169/2017-MP/SGJ-TA, DOE de 04/05/2017
060	2016	TRANSPORTE	VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA	Paulo André Seawright Coelho (titular); Lindalva Soares das Chagas (suplente)	16/05/2016	15/05/2020	Port. n° 220/2016-MP/SGJ-TA, DOE de 01/07/2016
062	2016	INFORMÁTICA	CLARO S.A.	Sidney Masaharu Matsunaga (titular); Lucileo Fernando Pessoa Maia (suplente)	16/05/2016	15/05/2020	Port. n° 220/2016-MP/SGJ-TA, DOE de 01/07/2016
070	2016	TRANSPORTE	AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA	Paulo André Seawright Coelho (titular); Lindalva Soares das Chagas (suplente)	15/06/2016	14/06/2020	Port. n° 244/2016-MP/SGJ-TA, DOE de 15/07/2016
119	2016	ARTES GRÁFICAS	STOQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S/A	Marco Antônio Gonçalves Vasques (Titular); Tarso de Melo Fidelis (Suplente).	03/11/2016	02/11/2020	Port. 459/2016-MP/SGJ-TA, DOE de 30/11/2016
024	2017	ADM / SERVIÇO DE CORREIOS	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Francisco Carlos Martins da Silva (Titular); Rosilene Costa Miranda (Suplente)	09/05/2017	08/05/2020	Port. n° 486/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 03/07/2018
025	2017	TRANSPORTE	MOBILIZA RENT A CAR LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (suplente)	15/05/2017	14/05/2021	Port. n° 231/2017-MP/SGJ-TA, DOE de 19/06/2017
008	2018	DIVISÃO DE PROTOCOLO / SERVIÇO DE CORRESPONDÊNCIA	O2 SPEED ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA - ME	Francisco Carlos Martins da Silva (Titular); Rosilene Costa Miranda (Suplente)	01/02/2018	31/01/2021	Port. n°197/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 28/03/2018
013	2018	SERVIÇOS GERAIS/ PJ SANTARÉM	ETAPA - SERVIÇOS GERAIS LTDA - EPP	Célia Maria de Moura Brito (titular); Goreth Rocha Borba Costa (suplente); Márcia Helena Vale de Oliveira (titular); Marcelo Dayan de Castro Silva (suplente)	01/03/2018	28/02/2021	Port. n° 727/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 19/12/2019
063	2018	TRANSPORTE / SÃO JOÃO DO ARAGUAIA / CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA / RIO MARIA / RURÓPOLIS / NOVO PROGRESSO	BRAZ & BRAZ LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); José Reny da Silva Araújo (Titular); Cleber Ailson Fernandes de Lima (Suplente); Mábio da Silva Furtado (Titular); Iranice Oliveira da Silva (Titular); Rodrigo Cangussu Alves (titular); Marcio Martins de Lima (Suplente); Jerffson Lemos Tortola (Titular); Andiara Fagundes Rodrigues Martins (Titular)	02/08/2018	01/08/2020	Port. n° 348/2019-MP/SGT-TA, DOE de 14/06/2019
064	2018	TRANSPORTE / ANANINDEUA	ATLANTA RENT A CAR LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (suplente); Eronilson Melo de Souza (titular)	03/08/2018	02/08/2020	Port. n° 713/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 03/10/2018
082	2018	TRANSPORTE/ PJ CASTANHAL	ATLANTA RENT A CAR LTDA	Paulo André Seawright Coelho (titular); Lindalva Soares das Chagas (suplente); Helber James Sousa Barros (titular); Roberto Alexsandro Pinheiro Barros (suplente)	26/09/2018	25/09/2020	Port. n° 836/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 23/11/2018
107	2018	TRANSPORTE / MARABÁ / NOVO REPARTIMENTO	BRAZ & BRAZ LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); Jerffson Lemos Tortola (Titular); Lucas de Jesus (Titular)	01/11/2018	31/10/2020	Port. n° 836/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 23/11/2018
115	2018	TRANSPORTE / CASTANHAL / CAPANEMA / ABAETETUBA	MOBILIZA RENT A CAR LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); Helber James Sousa Barros (titular); Roberto Alexsandro Pinheiro Barros (suplente); Eva de Cassia Gomes da Silva (Titular); Ladielson Nascimento dos Santos (titular)	21/11/2018	20/11/2020	Port. n° 938/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 19/12/2018
122	2018	TRANSPORTE	KAELE LTDA	Paulo André Seawright Coelho (titular) Lindalva Soares das Chagas (suplente)	04/12/2018	03/12/2020	Port. n° 938/2018-MP/SGJ-TA, DOE de 19/12/2018
135	2018	TRANSPORTE / SANTARÉM / ALMEIRIM/ MEDICILÂNDIA	MOBILIZA LOGÍSTICA SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	BELÉM - Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); SANTARÉM - Tércio Cardoso Menezes (Titular); Milena de Nazaré Pantoja Carvalho (Suplente); ALMEIRIM - Kellen Cristina Alves de Souza Barreiros; MEDICILÂNDIA - Elder José Pereira Palheta (Titular); Lecival Rodrigo Cardoso Ribeiro (Suplente);	19/12/2018	18/12/2020	Port. n° 727/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 19/12/2019
021	2019	TRANSPORTE / PJ DE SANTARÉM/ PJ DE ALTAMIRA	MOBILIZA RENT A CAR LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); Tércio Cardoso Menezes (Titular); Rainilson de Jesus Xavier (Suplente)	13/02/2019	12/02/2021	Port. n° 217/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 04/04/2019
023	2019	TRANSPORTE / PJ DE ITAITUBA	BRAZ & BRAZ LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); Hamilton Silva do Nascimento (Titular); Iraneide de Oliveira Silva Magalhães (suplente)	13/02/2019	12/02/2021	Port. n° 539/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 02/09/2019: Paulo André Seawright Coelho (Titular); Tarso de Melo Fidelis (Suplente); Hamilton Silva do Nascimento (Titular); Iraneide de Oliveira Silva Magalhães (suplente). E-mail 04/02/2020 substituindo Tarso pela Lindalva Soares das Chagas.
033	2019	TRANSPORTE /PJ DE REDENÇÃO/PJ DE TUCURUÍ	BRAZ & BRAZ LTDA	Luciana Oliveira do Nascimento (Titular); Dirceu Santos Silva (Suplente); Rafael Martins Ferreira (Titular); Arthur Sousa de Almeida (Suplente); Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente).	22/03/2019	21/03/2021	Port. n° 539/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 02/09/2019
068	2019	PJ DE GOIANÉSIA DO PARÁ	RIBEIRO E ABREU PROVEDOR DE INTERNET LTDA	Acácio Paulo Amorim da Silva (Titular)	13/06/2019	12/06/2020	Port. n° 539/2019-MP/SGJ-TA, DOE de 02/09/2019
114	2019	TRANSPORTE / MONTE DOURADO	MOBILIZA LOGÍSTICA SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA	Paulo André Seawright Coelho (Titular); Lindalva Soares das Chagas (Suplente); Jacqueline Michella Rodrigues Araújo (Titular); Alday Gomes Martins (Suplente)	29/08/2019	28/08/2021	Port. n° 620/2019-MP/SGJ-TA, DOE DE 21/10/2019
157	2019	PJ CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	JC TELECOM SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Rodrigo Cangussu Alves (Titular)	01/03/2020	28/02/2021	-

159	2019	BIBLIOTECA	MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA	Lucilene da Silva Amaral (Titular), Sizete Medeiros do Nascimento (Suplente)	17/12/2019	16/12/2020	-
160	2019	PJ BENEVIDES	PRONTO NET LTDA - EPP	Emanuel Tadeu Coutinho Machado	17/12/2019	16/12/2020	-
161	2019	PJ CURRALINHO	O G FEITOSA NETWORK EIRELI	Mychael de Oliveira Costa (Titular)	20/12/2019	19/12/2020	-
163	2019	DOM	R2 ARQUITETURA E URBANISMO LTDA-EPP	Ricardo Gil Castello Branco (Titular); Emerson Bruno de Oliveira Gomes (Suplente)	20/12/2019	19/12/2020	-
001	2020	DOM	XINGU SERVIÇOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	Ana Priscila Corrêa da Silva (Titular); Marcelo Rodrigues dos Santos (Suplente)	13/01/2020	12/04/2020	-
002	2020	DOM	C. R. ALVES FRANCO - EPP	Ana Priscila Corrêa da Silva (Titular); Marcelo Rodrigues dos Santos (Suplente)	13/01/2020	12/01/2021	-
003	2020	BIBLIOTECA	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	Lucilene da Silva Amaral (Titular); Sizete Medeiros do Nascimento (Suplente)	15/01/2020	14/01/2021	-
004	2020	PJ SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	E. M. C. TAVARES SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-EPP	Igo Ferreira Carneiro (Titular); Angélica Varela de Lima (Suplente)	15/01/2020	14/01/2021	-
005	2020	TRANSPORTE	TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A	Paulo André Seawright Coelho (titular); Lindalva Soares das Chagas (suplente)	16/01/2020	15/01/2021	-
006	2020	DOM	MINÁGUA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA-EPP	Jorge Luiz Esteves Dias (Titular); Cripim Ribeiro de Almeida Filho (Suplente)	22/01/2020	21/06/2020	-
007	2020	DOM	L&M CONSTRUTORA EIRELI EPP	Renato Albuquerque Chaves (Titular); Ricardo Gil Castelo Branco (Suplente)	13/02/2020	26/07/2020	-
008	2020	DOM	GARDEN CENTER CONSTRUTORA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	Ana Priscila Corrêa da Silva (Titular); Marcelo Rodrigues dos Santos (Suplente)	13/02/2020	12/02/2021	-
009	2020	DOM	R2 ARQUITETURA E URBANISMO LTDA	Ricardo Gil Castelo Branco (Titular); Emerson Bruno de Oliveira Gomes (Suplente)	13/02/2020	12/02/2021	-
010	2020	DOM	3F LTDA	André de Oliveira Sobrinho (Titular) Luiz Ricardo Pinho (Suplente)	13/02/2020	12/02/2021	-
012	2020	DMO	P G LIMA COM EIRELI	Marcos Gerson Marialva (Titular); Cláudia Teixeira Sá (Suplente)	13/02/2020	12/05/2020	-
011	2020	ARTES GRÁFICAS	STOQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S/A	Marco Antonio Gonçalves Vasques (Titular); Tarso de Melo Fidelis (Suplente)	14/02/2020	13/06/2020	-
013	2020	DMO	DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALAR EIRELI	Marcos Gerson Marialva (Titular); Cláudia Teixeira Sá (Suplente)	18/02/2020	17/05/2020	-
014	2020	DMO	QUICKBUM E-COMMERCE EIRELI	Marcos Gerson Marialva (Titular); Cláudia Teixeira Sá (Suplente)	18/02/2020	17/05/2020	-
015	2020	PJ PORTEL	G. F. S. SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	Joilma Martins da Silva (Titular); Aléssio do Carmo Oliveira (Suplente)	19/02/2020	18/02/2021	-
016	2020	IMPRENSA	A R S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	Fernando Alves do Nascimento Junior (Titular); Mônica Maia Hayasaki (Suplente)	19/02/2020	18/05/2020	-

* É possível que a data final de vigência dos instrumentos contratuais, seja alterada posteriormente a data desta portaria mediante termo aditivo.
II - Ficam revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 09 de março de 2020

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 532432

ATO Nº 41/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, KAREN BALDISSERA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial, MP.CP-CP-102.4, a contar de 3/3/2020.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 10 de março de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTIS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 532606

Forma da Extinção: Termo de Rescisão Amigável do Contrato
Núm. do Contrato: 090/2018-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa JHF SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI-EPP (CNPJ nº 19.998.816/0001-84).
Objeto: Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, material de limpeza e equipamentos nos imóveis do Ministério Público do Estado do Pará, no Município de Parauapebas/PA.
Justificativa: Rescisão Amigável do Contrato nº 090/2018-MP/PA, a partir de 31/03/2020, por consenso e transigência entre as partes, com fundamento nas razões de fato registradas nos autos de Protocolo nº 7218/2020, e art.79, II, da Lei nº 8.666/93.
Data da Assinatura: 11/03/2020.
Foro: Belém.
Ordenadora responsável: Dra. Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Procuradora-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo: 532578

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA
REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO
ELETRÔNICO-SRP N° 001/2020-PMA. SESAU
PROCESSO ADMINISTRATIVO 4.631/2019

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde - SESAU- Prefeitura Municipal de Ananindeua/PMA. CNPJ: 11.941.767/0001-31.

Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual contratação de empresa para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, para os equipamentos odontológicos, laboratorial e médico hospitalar da SESAU/PMA:

Empresa vencedora: AC. FRANCO DE ALMEIDA COMERCIO E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI - CNPJ 05.564.838/0001-21 vencedora do Lote 01 itens: 1 a 50 no valor de R$53.543,20; lote 02 itens: 51 á 94 no Valor de R$12.616,76 e lote 03 itens: 95 á 264 no valor de R$120.552,00. Perfazendo um Total de R$186.711,96, Mensal e valor Total Anual de R$2.240.543,52.

A íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.tcm.pa.gov.br

Ananindeua/PA, 12 de março de 2020.

Edilene de Nazaré Mesquita Bastos
Pregoeira CPL/SESAU/PMA

Protocolo: 532727

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico N° 2020.001.PMA.SESAU

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde-SESAU- Prefeitura Municipal de Ananindeua/PMA

Objeto: Contratação de empresa para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, para os equipamentos odontológicos, laboratorial e médico hospitalar da SESAU/PMA, por 12 meses. A CPL comunica o resultado final da licitação supra referida, conforme se dispõe: A. C. FRANCO DE ALMEIDA COMERCIO E MATERIAL HOSPITALAR EIRELI, CNPJ 05.564.838/0001-21, Lote 1: R$ 53.543,20, Lote 2 R$12.616,76 e Lote 3 R$120.552,00, perfazendo um total mensal de R$186.711,96 e Lote I R$542.518,40, Lote II R$151.40,12 e Lote III 1.446.624,00 perfazendo um total Anual de R$2.240.543,52.

Ananindeua/PA, 28 de fevereiro de 2020.

Edilene Mesquita bastos
Pregoeira CPL/SESAU/PMA

Protocolo: 532728

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 004/2020- CPL/SEMED

Objeto: Contratação de Empresa Capacitada Para Prestação de Serviços de Transporte Escolar Terrestre e Fluvial Para o acesso e a permanência dos Alunos das Escolas da Educação Básica Pública, Residentes em Área Urbana, Rural E Ribeirinhas Através da Secretaria Municipal De Educação De Aurora Do Pará. Data: 25/03/2020, Horário: 09:00hs. Local: Rua: Raimunda Mendes de Queiroz, nº 365, Bairro: Vila Nova, Aurora do Pará, sala de Licitação. **Brenda da Silva Barbosa - Pregoeira.**

Protocolo: 532729

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA-PA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O FUNDEB Homologa e adjudica a TOMADA DE PREÇOS N°002/2020/FUNDEB. Vencedora: IRKA CONSTRUÇÕES LTDA no valor de R$2.501.045,93 no dia 06/03/2020. Objeto: Construção de Escola de Um pavimento de 06 (seis) salas de aula, e uma quadra poliesportiva coberta, no Distrito de Vila Mandi.

Divailton Moreira de Souza
Presidente CPL

Protocolo: 532760

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
AVISO DE LICITAÇÃO
P.P. Nº 024/2020/SRP/PMSA

Objeto: Registro de preço para futuro e eventual fornecimento de Recarga de Toners e Cartuchos para impressoras para a PMSA. Abertura no dia 27/03/2020 ás 08:00hs.

Cópia do Edital será obtida através do e-mail pmsaeditais@gmail.com, Portal da Transparência pmsaraguaia.pa.gov.br/transparencia e sala da CPL no Prédio da PMSA, das 8:00 às 12:00 horas Cel.: (94) 99220 4256.

Divailton Moreira de Souza
Pregoeiro

Protocolo: 532761

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
AVISO DE LICITAÇÃO
P.P. Nº 025/2020/SRP/FMS

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de Material de Expediente para o FMS de Santana do Araguaia. Abertura no dia 31/03/2020 ás 08:00hs.

Cópia do Edital será obtida através do e-mail pmsaeditais@gmail.com, Portal da Transparência pmsaraguaia.pa.gov.br/transparencia e sala da CPL no Prédio da PMSA, das 8:00 às 12:00 horas Cel.: (94) 99220 4256.

Divailton Moreira de Souza
Pregoeiro

Protocolo: 532762

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTA

O Prefeito Municipal de São João da Ponta, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no Art. 71, II, alínea "C" da Lei Orgânica Municipal, por meio da Portaria 002/2020-PMSJP, EXONERA o servidor efetivo WELLINGTON ROBERTO FAVACHO RODRIGUES, portador do RG 6572549 CPF 010.906.652-96, mat. 20-1, do Cargo de Guarda Patrimonial, lotado na Secretaria de Municipal de Educação, em decorrência do resultado final da avaliação do estágio probatório, constante no Processo Administrativo nº 037/2020, que o julgou INAPTO à estabilidade no Serviço Público Municipal, tendo a decisão formado coisa julgada administrativa. **Carlos Feitosa Castro - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 532763

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 028/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 028/2019, para contratação de empresas com o objetivo de formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para prestação de serviços diversos com fornecimento de Equipamentos e Materiais Permanente diversos (Móveis, Eletrodomésticos e outros), para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Educação, e especificações constantes no Termo de Referência do Anexo I. EMPRESA E VALOR REGISTRADO: Empresa A GOMES DE SOUZA & CIA LTDA venceu os itens 1 e 2 no valo total R$ 15.650,00 (quinze mil seiscentos e cinquenta reais), e a Empresa MEGA MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI venceu os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8 , 9, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40 no valor total de R$ 174.506,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos e seis reais). Validade da ata: 12 (doze) meses, a partir da assinatura. Informações: A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2019, vinculada ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019, poderá ser solicitada no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Brasil Novo ou através do e-mail: licitacao@brasilnovo.pa.gov.br. Assinatura: 24 de setembro de 2019.

Ordenadora de Despesas: Marinete da Penha Mardegan Sangiorgio - Secretária Municipal de Educação.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019

Processada o Pregão Presencial nº 030/2019, dentro das normas da legislação em vigor e após as devidas informações fornecidas pela Pregoeira, bem como após a análise da Ata da Sessão e demais documentos que compõe o processo, informa Adjudicação e Homologação do procedimento licitatório em epigrafe, objeto: Aquisição de Combustíveis, para manutenção

das atividades de Transporte Escolar, conforme convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, para manutenção do Fundo Municipal de Educação de Brasil Novo, empresas: GONÇALVES & DIAS LTDA - CNPJ: 07.868.912/0006-33, valor global de R$ 88.654,00 (oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e quatro reais) e PREMIUM COMÉRCIO DE PETRÓLEO EIRELI - CNPJ: 28.906.050/0001-51, valor global de R$ 92.225,00 (noventa e dois mil duzentos e vinte e cinco reais), Brasil Novo-PA, 30 de outubro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONTRATADO: GONÇALVES & DIAS LTDA -CNPJ: 07.868.912/0006-33, Contrato Administrativo nº. 993/2019 no valor de R$: 88.654,00 (oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e quatro reais) e PREMIUM COMÉRCIO DE PETRÓLEO EIRELI - CNPJ: 28.906.050/0001-51, Contrato Administrativo nº. 994/2019 no valor de R$: 92.225,00 (noventa e dois mil duzentos e vinte e cinco reais); OBJETO: Aquisição de Combustíveis, para manutenção das atividades de Transporte Escolar, conforme convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC: FONTE DE RECURSOS: 2.039/3.3.90.30.00 VIGÊNCIA DO CONTRATOS: até 31/12/2019. ASSINATURA O CONTRATO: Brasil Novo/PA, 31/10/2019 - **Ordenador de Despesas: Alexandre Lunelli - Prefeito Municipal de Brasil Novo.**

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Processada o Pregão Presencial nº 001/2020, dentro das normas da legislação em vigor e após as devidas informações fornecidas pela Pregoeira, bem como após a análise da Ata da Sessão e demais documentos que compõe o processo, informa Adjudicação e Homologação do procedimento licitatório em epigrafe, objeto: Prestação de Serviços de Condução Escolar, para manutenção do Fundo Municipal de Educação de Brasil Novo, empresas: EVANDRO MENEZES DOS SANTOS 62020870215-CNPJ: 29.373.145/0001-10, item 14, no valor global de R$ 68.180,00 (sessenta e oito mil cento e oitenta reais); WENDERSON DIAS FRANÇA 54693594253-CNPJ: 29.492.652/0001-72, item 10, no valor global de R$ 87.660,00 (oitenta e sete mil seiscentos e sessenta reais); ARLITO FERREIRA NERES 56747748204- CNPJ: 29.410.247/0001-68, item 08, no valor global de R$ 56.492,00 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais); COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE VITÓRIA DO XINGU - COOTRANSVIX- CNPJ: 23.879.592/0001-69, itens 03, 05, 07, 11, 13, 17 e 20, no valor global de R$ 515.246,00 (quinhentos e quinze mil duzentos e quarenta e seis reais); VIVALDO DE S. SANTOS & CIA LTDA - ME- CNPJ: 11.506.620/0001-13, itens 12 e 15, no valor global de R$ 206.488,00 (duzentos e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais) e M DEOCLIDES DA SILVA-EPP- CNPJ: 13.538.690/0001-89, itens 01, 02, 06, 19, 21, 22 e 23, no valor global de R$ 606.802,00 (seiscentos e seis mil oitocentos e dois reais), Brasil Novo-PA, 06 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAIL NOVO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONTRATADO: EVANDRO MENEZES DOS SANTOS 62020870215-CNPJ: 29.373.145/0001-10, Contrato Administrativo nº. 180/2020 no valor de R$ 68.180,00 (sessenta e oito mil cento e oitenta reais); WENDERSON DIAS FRANÇA 54693594253- CNPJ: 29.492.652/0001-72, Contrato Administrativo nº. 182/2020, no valor de R$ 87.660,00 (oitenta e sete mil seiscentos e sessenta reais); ARLITO FERREIRA NERES 56747748204- CNPJ: 29.410.247/0001-68, Contrato Administrativo nº. 181/2020 no valor de R$ 56.492,00 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e dois reais); COOPERATIVA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE VITÓRIA DO XINGU - COOTRANSVIX- CNPJ: 23.879.592/0001-69, Contrato Administrativo nº. 183/2020 no valor de R$ 515.246,00 (quinhentos e quinze mil duzentos e quarenta e seis reais); VIVALDO DE S. SANTOS & CIA LTDA - ME- CNPJ: 11.506.620/0001-13, Contrato Administrativo nº. 179/2020 no valor de R$ 206.488,00 (duzentos e seis mil quatrocentos e oitenta e oito reais) e M DEOCLIDES DA SILVA-EPP- CNPJ: 13.538.690/0001-89, Contrato Administrativo nº. 183/2020 no valor de R$ 606.802,00 (seiscentos e seis mil oitocentos e dois reais); OBJETO: Prestação de Serviços de Condução Escolar: FONTE DE RECURSOS: 2.026 2.038, 2.040, 2.041, 2.037, 2.036, 2.043/3.3.90.33.00, 3.3.90.36.00, 3.3.90.39.00, VIGÊNCIA DO CONTRATOS: até 31/12/2020. ASSINATURA O CONTRATO: Brasil Novo/PA, 07/02/2020 - **Ordenadora de Despesas: Marinete da Penha Mardegan Sangiorgio - Secretária Municipal de Educação.**

Protocolo: 532733

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 005/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE BÁSICA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme condições constantes do Termo de Referência anexo ao Edital. O edital completo está à disposição dos interessados nos sites www.prefeituradecameta.pa.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; mural de licitações do site do TCM/PA: www.tcm.pa.gov.br. Abertura: 25 de março de 2020 às 08h00min (horário de Brasília). Informações: cpl.pmcameta@gmail.com. Cametá-Pa, 11 de março de 2020. **Márcio Vieira Gonçalves, Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitações e Contratos.**

Protocolo: 532735

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 034/2019

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ASFALTO FRIO (SACO DE 25KG), conforme condições constantes do Termo de Referência anexo ao Edital. O edital completo está à disposição dos interessados nos sites www.prefeituradecameta.pa.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; mural de licitações do site do TCM/PA: www.tcm.pa.gov.br. Abertura: 26 de março de 2020 às 08h00min (horário de Brasília). Informações: cpl.pmcameta@gmail.com. Cametá-Pa, 11 de março de 2020. **Márcio Vieira Gonçalves, Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitações e Contratos.**

Protocolo: 532736

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
AVISO DE SUSPENÇÃO
TOMADA DE PREÇOS nº TP01/2020-PMC/SEMED

Em razão da necessidade de adequação do edital e publicidade do mesmo, decide-se SUSPENDER a sessão de abertura do processo licitatório TOMADA DE PREÇOS nº TP01/2020-PMC/SEMED- CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE QUADRAS COBERTAS REFERENTE AO PAC 2 que aconteceria 18 de março de 2020 às 08h30min (horário de Brasília). Cametá, 09 de março de 2020. **Alexandre Luis da Cruz Medeiros, Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Contratos.**

Protocolo: 532737

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

A Prefeitura municipal de Tomé-Açu / PA torna público que foi Adjudicado e Homologado a Tomada de Preços Nº 001/2020 - Processo nº 2/2020-0602001, cujo Objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução da obra de construção de 01 (uma) unidade de atenção especializada em saúde, localizada na sede do município de Tomé-Açu/Pa, conforme transferência proveniente de Convênio nº 823847/2015 do Ministério da Saúde, tendo como Vencedora a Empresa Inovare Empreendimentos, Construções e Servicos Ltda, com o valor de R$ 1.995.764,76 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos).
Rosana Costa Soares - Sec. Municipal de Saúde.

Protocolo: 532766

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 0203005/2020
CHAMADA PÚBLICA 001/2019

Objeto: Aquisição de Generos Alimentícios da Agricultura Familiar Empresa: Associação Municipal dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Capanema - AMPRAFC CNPJ sob o nº 10.553.894/0001-09. Vigência: 12 (doze) meses. Fund. Legal: lei 11.947 de junho de 2009. Assinatura: 02/03/2020.

EXTRATO DE CONTRATO
CARTA CONVITE 01-2020
CONTRATO Nº 0402001/2020

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de escavação e limpeza de canais de vias no município de Capanema/PA. Contratado: Altos Construtora Eireli, com CNPJ nº 35.042.289/0001-96. Vigência: 12 (Doze) Meses. Fund. Legal: Art. 22. Inciso III, da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 04/02/2020.

AVISO DA HOMOLOGAÇÃO
CARTA CONVITE 01-2020

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços de escavação e limpeza de canais de vias no município de Capanema/PA. Empresa: Altos Construtora Eireli, com CNPJ nº 35.042.289/0001-96, com valor global de R$ 325.587,87 (trezentos e vinte cinco mil quinhentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos).
Francisco Ferreira Freitas Neto-Prefeito Municipal.

Protocolo: 532738

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO
EXTRATOS DE CONTRATOS. PREGÃO Nº 001/2020 - PMCP - PP - SRP, conforme saldo da Ata de Registro de Preço nº 001/2020. Objeto dos contratos: Registro De Preços Para Possível Aquisição De Combustível Destinados A Atender As Necessidades Da Administração Pública Do Município De Capitão Poço; CONTRATO Nº 2020030301 Contratante: Prefeitura Municipal De Capitão Poço; Contratado: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ Nº 01.960.147/0001-96. Valor global R$ 4.206.310,00 (quatro milhões e duzentos e seis mil e trezentos e dez reais). Vigência 03/03/2020 à 03/03/2021; CONTRATO Nº 2020030302. Contratante: Fundo Municipal de Assistencia Social; Contratado: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ Nº 01.960.147/0001-96. Valor global R$339.660,00, (trezentos e trinta e nove mil e seiscentos e sessenta reais). Vigência 03/03/2020 à 03/03/2021; CONTRATO nº 2020030303 Contratante: Fundo Municipal de Saude; Contratado: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ Nº 01.960.147/0001-96. Valor global R$ 1.133.670,00 (um milhão e cento e trinta e três mil e seiscentos e setenta reais). Vigência 03/03/2020 à 03/03/2021; CONTRATO Nº 2020030304 Contratante: Fundo Municipal Educação; Contratado: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ Nº 01.960.147/0001-96. Valor global R$810.820,00, (oitocentos e dez mil e oitocentos e vinte reais). Vigência 03/03/2020 à 03/03/2021; CONTRATO Nº 2020030305 Contratante: FUNDEB Contratado: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ Nº 01.960.147/0001-96. Valor global R$ 544.600,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil e seiscentos reais). Vigência 03/03/2020 à 03/03/2021; CONTRATO Nº 2020030306. Contratante: Fundo Municipal Do Meio Ambiente Contratado: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ Nº 01.960.147/0001-96 Valor global R$: 73.440,00 (setenta e três mil e quatrocentos e quarenta reais). Vigência 03/03/2020 à 03/03/2021.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS.
Registro de Preços nº 001/2020, decorrente do Pregão Presencial nº 001/2020 - SRP. Registrador: Prefeitura Municipal de Capitão Poço. Objeto: Aquisição de combustíveis destinados ao uso da administração municipal. Empresas Registradas: Antonio Barreto Figueiredo, CNPJ nº 01.960.147/0001-96 Valor total registrado: R$ 10.136.840,00 (dez milhões e cento e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta reais). Data da Assinatura: 03/03/2020.

Protocolo: 532740

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ

AVISO DE RATIFICAÇÃO
CONTRATO Nº.....: 20200015
ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2020-00008

CONTRATANTE.....: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O).....: D FERREIRA & CIA LTDA ME
OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO EMERGENCIAL PARA ATENDER AS DEMANDAS DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, ZONA URBANA E RURAL, CRECHES E PRÓ-INFANCIA DO MUNICIPIO DE TUCUMÃ.
VALOR TOTAL.....: R$ 356.919,40 (trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e quarenta centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2020 Atividade 1010.123060004.2.039 Manut.do PNAE/PEA Alimentação Escolar , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de consumo, Subelemento 3.3.90.30.07, no valor de R$ 356.919,40
VIGÊNCIA.....: 10 de Março de 2020 a 30 de Abril de 2020
DATA DA ASSINATURA.....: 10 de Março de 2020.

Protocolo: 532767

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
AVISOS DE LICITAÇÃO
O Fundo Municipal de Transporte e Trânsito de Castanhal - SEMUTRAN, por intermédio da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação torna público a abertura de Processo Licitatório do tipo menor preço por item, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2020/SEMUTRAN, cujo objeto é a Aquisição de Fardamento Completo para os Agentes de Trânsito da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Castanhal/Pará - Semutran, por um período de 12 (doze) meses. A sessão pública de Pregão Eletrônico terá início no dia 25/03/2020 às 09:00 horas. O Edital estará disponível nos sites: www.castanhal.pa.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-convenios e www.comprasnet.gov.br e e-mail pregaoeletronico@castanhal.pa.gov.br, a partir da data da publicação.
O Fundo Municipal de Transporte e Trânsito de Castanhal - SEMUTRAN, por intermédio da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação torna público a abertura de Processo Licitatório do tipo menor preço por item, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020/SEMUTRAN, cujo objeto é a Prestação o serviço de demarcação viária, incluindo veículo operacional, equipamentos de Sinalização Viária e Mão de Obra Especializada nas Diversas Ruas Deste Município de Castanhal/Pará, por um período de 12 (doze) meses. A sessão pública de Pregão Eletrônico terá início no dia 27/03/2020 às 09:00 horas. O Edital estará disponível nos sites: www.castanhal.pa.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-convenios e www.comprasnet.gov.br e e-mail pregaoeletronico@castanhal.pa.gov.br, a partir da data da publicação. Gutember Cardoso Sobral - Pregoeiro/SEMUTRAN.
O Fundo Municipal de Educação de Castanhal - FME, por intermédio da Secretaria Municipal de Suprimento e Licitação torna público abertura do Processo Licitatório do tipo menor preço por item, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 029/2020/FME, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Gêneros Alimentícios Para Atender Demandas dos Alunos Matriculados na Rede Pública Municipal e Estadual do Município de Castanhal, Vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, para o período de 12 (doze) Meses. A sessão pública de Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços e início da etapa de lances no dia 26/03/2020 às 09:30 horas.
O Edital estará disponível nos sites: www.castanhal.pa.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-contratos-e-convenios e www.comprasgovernamentais.gov.br e e-mail pregaoeletronico@castanhal.pa.gov.br, a partir da data da publicação. **Jefferson Moreira Barros - Pregoeiro do Fundo Municipal de Educação de Castanhal - FME/Portaria nº 137/17 de janeiro de 2020.**

Protocolo: 532743

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ

PREFEITURA MUNICIPA DE URUARÁ
EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO nº 20202001; ORIGEM: TOMADA DE PREÇO 2/2020-00001; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ; CONTRATADA: EMPREITEIRA E REPRESENTAÇÃO GALVÃO - ME; OBJETO: Pavimentação de vias urbanas no município de Uruará-PA, referente ao convenio nº 846717/2017- SUDAM; VALOR TOTAL: R$- 467.869,27 (quatrocentos sessenta sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte sete centavos). VIGÊNCIA: 10/03/2020 á 08/07/2020.

EXTRATO DA ORDEM DE SERVIÇO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 22020001-01. Objeto: Pavimentação de Vias Urbanas no Município de Uruará - PA, conforme Termo de Convênio Nº 846717/2017 - SUDAM; ORIGEM: Tomada de Preço 2/2020-00001; Contrato nº 20202001; firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ e a empresa EMPREITEIRA E REPRESENTAÇÃO GALVÃO - ME, CNPJ nº 84.151.570//0001-72 no dia 10/03/2020 no VALOR: 467.869,27 (quatrocentos sessenta sete mil, oitocentos e sessenta e nove reais e vinte sete centavos).
Contrato nº 20209086; ORIGEM: Pregão Presencial 9/2020-00011-SRP; CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; CONTRATADA: ALMEIDA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME; OBJETO: Aquisição de equipamentos e material permanente conforme Proposta nº 11899.610000/1190-04; VALOR TOTAL: R$ 25.025,00 (Vinte e Cinco Mil e Vinte Cinco Reais). VIGÊNCIA: 09/03/2020 á 31/12/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO
A PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ Publica Pregão Presencial 9/2020-00015 - SRP, abertura 25 de março de 2020 às 08h30min, sede do Executivo, Rua 15 de Novembro nº 520, objeto: Registro de Preço para seleção de proposta mais vantajosa para futura e aquisição de moveis, eletro

eletrônico, eletro portátil, eletro domestico e central de ar para atender a demanda dos setores e departamentos ligados a Secretaria Municipal de Administração, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Protocolo: 532768

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº20200194
ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 6/2020-001SEFIN

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONOPOLIS
CONTRATADA: BASE CONTABILIDADE EIRELLI
OBJETO: Serviços de consultoria e assessoria técnica especializada em contabilidade pública para a prefeitura municipal de Curionópolis, compreendendo 13 secretarias, os fundos de educação, Fundeb, saúde, assistência social, meio ambiente do Municipio, além do gabinete do chefe do poder executivo, controladoria geral, procuradoria geral, bem como, consultoria e assessoria nos calculos, revisão na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias-LDO(uma peça por ano), da lei orçamentária anual / loa (uma peça por ano).
VALOR TOTAL: R$ 640.000,00 (seiscentos e quarenta mil reais)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2020 Atividade 0401.041230001.2.014 Manutenção da Secretaria de Finanças , Classificação econômica 3.3.90.35.00 Serviços de consultoria, Subelemento 3.3.90.35.01, no valor de R$ 640.000,00
VIGÊNCIA: 21 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020
DATA DA ASSINATURA: 21 de Janeiro de 2020

Protocolo: 532415

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - PP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2020

Objeto: Aquisição de pães para suprir a demanda das Secretarias, Fundos de Saúde, Assistência Social, Educação e Município de Itaituba. Tipo: Menor Preço por item. Data de Abertura: 25/03/2020, as 09:30 hora local. Acesso ao edital: www.tcm.pa.gov.br e www.itaituba.pa.gov.br; informações/solicitações de editais: DICOM; e-mail:licita2017.itb@gmail.com, localizada na Rod. Transamazônica c/ 10ª rua, Anexo ao Ginásio Municipal de Itaituba-PA. **Ronison Aguiar Holanda, Pregoeiro.**

Protocolo: 532745

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (SRP) PRESENCIAL Nº 024/2020-CPL/PMM

PROCESSO N° 949/2020/PMM, Tipo: Menor Preço por Lote. Data do certame: 27/03/2020. Horário: 09:00 (horário local). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DE CENTRAIS DE AR E AR CONDICIONADO, DESTINADOS A SUPRIR ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED E UNIDADES VINCULADAS. Íntegra do Edital no site da Prefeitura de Marabá e na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL/PMM, localizada no edifício Ernesto Frota, Avenida VP 08, Folha 26, Quadra 07, Lote 04, Bairro Nova Marabá, CEP: 68.509-060, Marabá, Pará, subsolo da agência do Banco do Brasil, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, ou pelo e-mail: licitacao@maraba.pa.gov.br. Telefone da CPL/PMM: (94) 3322-1646. Marabá (PA), 11/03/2020.

Mauricio Carvalho Castelo Branco
Pregoeiro CPL/PMM

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (SRP) PRESENCIAL Nº 025/2020-CPL/PMM

PROCESSO N° 2.199/2020/PMM, Tipo: Menor Preço por Lote. Data do certame: 26/03/2020. Horário: 09:00 (horário local). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA CONSERTOS E MANUTENÇÃO DE BEBEDOUROS, FREEZERS, REFRIGERADORES E AR CONDICIONADOS TIPO SPLIT, DESTINADOS A SUPRIR ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED E UNIDADES VINCULADAS. Íntegra do Edital no site da Prefeitura de Marabá e na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL/PMM, localizada no edifício Ernesto Frota, Avenida VP 08, Folha 26, Quadra 07, Lote 04, Bairro Nova Marabá, CEP: 68.509-060, Marabá, Pará, subsolo da agência do Banco do Brasil, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, ou pelo e-mail: licitacao@maraba.pa.gov.br. Telefone da CPL/PMM: (94) 3322-1646. Marabá (PA), 11/03/2020.

Rodrigo Sousa Barros
Pregoeiro CPL/PMM

Protocolo: 532748

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação, Do jornal Diário Oficial da União, e no jornal Diário Oficial n° 2438, protocolo 529609 e jornal da Amazonas, no EXTRATO DO CONTRATO. **Onde se lê:** 24.847,00 (vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e sete reais). **Leia-se** R$ 24.147,00 (vinte e quatro mil cento e quarenta e sete reais).

Protocolo: 532749

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 016/2020/FMS/PP

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de Equipamentos e Material Permanente a fim de Suprir as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Esperança do Piriá/PA, Ab: 24/03/20 às 08hs.

Protocolo: 532750

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2020-FMS

Origem: PREGÃO PRESENCIAL PP Nº 001-FMS/2020. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: M.C.D. CARVALHO & CIA LTDA, no valor de R$ 502.848,80 (quinhentos e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais, e oitenta centavos) e CONTRATO Nº 039/2020-FMS. CONTRATADA: SANTOS & SARUBBI LTDA EPP, no valor de R$ 19.252,30 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos). Objeto: aquisição de combustíveis e lubrificantes, gás engarrafado e outros materiais, destinados a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades Mistas, conforme especificados e quantificados no Termo de Referência do Pregão nº PP-001-FMS/2020, Anexo III deste Edital. Vigência: 10/02/2020 à 31/12/2020. Data da assinatura: 10/02/2020.

Protocolo: 532572

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2020-FMS

Origem: PREGÃO PRESENCIAL PP Nº 002-FMS/2020. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: M.C.D. CARVALHO & CIA LTDA, no valor de R$ 128.062,50 (cento e vinte e oito mil, e sessenta e dois reais, e cinquenta centavos). Objeto: aquisição de combustíveis, destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades Mistas para realização das atividades realizadas nas áreas ribeirinhas, conforme especificados e quantificados no Termo de Referência do Pregão nº PP-002-FMS/2020, Anexo III deste Edital. Vigência: 10/02/2020 à 31/12/2020. Data da assinatura: 10/02/2020.

Protocolo: 532573

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2020-FMS

Origem: PREGÃO PRESENCIAL PP Nº 003-FMS/2020. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONTRATADA: LABORATÓRIO OLIVEIRA LTDA ME, no valor de R$ 239.822,80 (duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais, e oitenta centavos). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS COMPLEMENTARES AO LABORATÓRIO MUNICIPAL, NOS PACIENTES ATENDIDOS PELA REDE BÁSICA DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL DESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Vigência: 12/02/2020 à 31/12/2020. Data da assinatura: 12/02/2020.

Protocolo: 532574

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 4º termo aditivo do contrato nº 2017-0059-TP: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 2017-0059-TP, oriundo da Tomada de Preço Nº 001/2017 CPL/PMO, cujo objeto é a Contratação de Empresas para Conclusão da Obra de Construção de "1" (Uma) Escola Com 04(Quatro) Salas de Aulas, localizada na Vila do Mocambo, Município de Ourém/Pa, Partes: Município de Ourém e a Empresa: Engevel Construções E Serviços Eireli - Epp, CNPJ: 02.100.753/0001-02. Vigência: Fica prorrogado por mais 180(cento e oitenta) dias. Fund. Legal: Art. 57 da Lei No. 8.666/93, com alterações da Lei No. 8.883/9. Data da Assinatura: 24/10/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ourém torna público o aviso de licitação: Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item nº 002/2020 PMO - PP - SRP. Objeto: Registro de preços que objetiva a Aquisição Medicamentos comuns, Medicamentos da Farmácia Básica, Psicotrópicos, Insumos e correlatos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Ourém-PA. Data e local da abertura: 25/03/2020 às 09:00hs, na sala de audiências da CPL, na Rua Hermenegildo Alves 385, Bairro - Souza. Edital e seus anexos Estarão disponíveis na sala da CPL sito à Rua Hermenegildo Alves, 385 - Bairro Souza, no horário das 8:30 hs às 13:00 hs, no Sitio da Prefeitura (www.ourem.pa.gov.br), e no Portal dos Jurisdicionados - TCM. Telefone e e-mail para contato. (91) 3467-1337/3467-1242, E-mail: licitacaopmourem@gmail.com.

Valdemiro Fernandes Coelho Junior - Prefeito Municipal.

Protocolo: 532753

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 7/2020-001SEMED

A Comissão de Licitação do Município de PARAUAPEBAS, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. JOSE LUIZ BARBOSA VIEIRA, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto Locação de imóvel na Rua Havana, quadra 29, lote 23, Bairro Vila Rica, Parauapebas-PA, para funcionamento do Centro de Ensino Personalizado de Jovens e Adultos - CEPEJA II, no Município de Parauapebas, Estado do Pará

Contratado ANTONIO ALVES DAMASCENO

Fundamento Legal. art. 24, inciso X , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. JOSE LUIZ BARBOSA VIEIRA.

PARAUAPEBAS - PA, 09 de Março de 2020.

FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO
Comissão de Licitação
Presidente

Protocolo: 532407

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ORIGEM: CONTRATO nº 20170602

DECORRENTE: PREGÃO Nº 9/2017-014SEMED
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS- SEMED
CONTRATADA (O): CARAJAS REFRIGERAÇÃO SERVIÇOS E PEÇAS EIRELI-EPP
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA) DE CONDICIONADORES DE AR TIPO JANELA E "SPLIT", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE OBRA, PEÇAS, MATERIAIS, FERRAMENTAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SUPRIR TODAS AS DEMANDAS ALUSIVAS AS ÁREAS DE CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO PARA ATENDER TODA A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS.
VALOR INICIAL DO CONTRATO: R$ 2.304.845,00 (dois milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO: 21 de Dezembro de 2017 a 21 de Dezembro de 2018.
VALOR DO CONTRATO APÓS 2º TAC: R$ 6.914.535,00 (seis milhões novecentos e quatorze mil quinhentos e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO APÓS 2ºTAC: 21 de Dezembro de 2017 a 21 de Dezembro de 2020 de 2019
VALOR ADITADO NO 2º TAC: R$ 2.304.845,00 (dois milhões, trezentos e quatro mil, oitocentos e quarenta e cinco reais)
PRAZO ADITADO NO 2º TAC : 12 (doze) meses (21 de Dezembro de 2019 a 21 de Dezembro de 2020).
DATA DO ADITIVO: 26/11/2019

Protocolo: 532478

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20190266
ORIGEM: CONTRATO nº 20190266

DECORRENTE: PREGÃO Nº9/2017-010SEMAS
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/SEMAS
CONTRATADA (O): VLS- VIAÇÃO LITORAL SUL LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS (SEM MOTORISTA E COMBUSTÍVEL), A FIM DE ATENDER O TRANSPORTE DOS USUÁRIOS DO PROJETO PIPA - PARQUE INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL E ACOLHIDOS DO ABRIGO ESPERANÇA GERIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, NO ESTADO DO PARÁ.
VALOR INICIAL DO CONTRATO: R$ 543.000,00 (quinhentos e quarenta e três mil reais).
VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO: 12 de julho de 2019 a 12 de janeiro de 2020.
VALOR DO CONTRATO APÓS 1º TAC: R$ 665.500,00(seiscentos e sessenta e cinco mil, e quinhentos reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO APÓS 1º TAC: 12 de Julho de 2019 a 12 de Março de 2020.
VALOR ADITADO NO 1º TAC: R$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais) E O PRAZO DE 02 (dois) meses (12 de Janeiro de 2020 a 12 de Março de 2020).
DATA DO ADITIVO: 26/12/2019.

Protocolo: 532475

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20180478
ORIGEM: CONTRATO nº 20180478
DECORRENTE: CONCORRÊNCIA Nº3/2018-004SEMED
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS/ SEMED
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FINALIZAR REMANESCENTE DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE PADRÃO FNDE PROINFANCIA TIPO B, E. M. E. I. BEIRA RIO II, LOCALIZADA NA RUA 131, QUADRA 59, LOTES 06 A 20, BAIRRO BEIRA RIO II, NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ.
CONTRATADO: R. A. QUEIROZ SERVIÇOS EIRELI-ME
VALOR INICIAL DO CONTRATO: R$ 950.419,18 (novecentos e cinquenta mil quatrocentos e dezenove reais e dezoito centavos).
VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO: 09 de Outubro de 2018 a 09 de Outubro de 2019.
VALOR DO CONTRATO APÓS 4º TAC: Inalterado.
VIGENCIA DO CONTRATO APÓS 4º TAC: 09 de Outubro de 2018 a 08 de Outubro de 2020.
PRAZO DE EXECUÇÃO APÓS 4º TAC: 14 de Setembro de 2020.
PRAZO ADITADO NO 4º TAC: Vigência de 365(trezentos e sessenta e cinco) dias(09 de Outubro de 2019 a 08 de Outubro de 2020) e o prazo de execução de 360(trezentos e sessenta) dias(20 de Setembro de 2019 a 14 de Setembro de 2020).
DATA DO ADITIVO: 16/09/2019

Protocolo: 532476

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20200123
ORIUNDA DA CONCORRÊNCIA Nº 3/2019-025SEMOB
Parte: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS - ESTADO DO PARÁ.

Finalidade: Que terá por objeto, Registro de Preço, objetivando a contratação de empresa especializada para fabricação e assentamento de bueiro tubular de concreto, (em metros lineares), seção padrão, na Zona Rural do Município de Parauapebas/PA.
Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura conforme CONCORRÊNCIA Nº 3/2019-025SEMOB
Fonte de recursos: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Preços: Os preços estão registrados nos termos das propostas vencedora da CONCORRÊNCIA Nº 3/2019-025SEMOB, conforme abaixo:
Empresa: CONSTRUMABE CONTRUTORA LTDA.
C.N.P.J. nº 13.366.538/0001-66, estabelecida à R. SARGENTO RODOVIARIO RONALDO MORGATO N 393, representada neste ato pelo Sr(a). KLEBER TORRES SANTOS, C.P.F. nº 003.582.425-50.
ITEM 00001 00002 00003 00004 00005 00006 00007 00008 00009 00010 00011 00012 00013 00014 00015 00016 00017 00018 00019 00020 00021 00022 00023 00024 00025 00026 00027
VALOR TOTAL R$ 6.176.746,80
Obs: Este extrato encontra-se na integra no site da Prefeitura. www.parauapebas.pa.gov.br
Parauapebas, PA, 09 de Março de 2020.

Protocolo: 532470

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação. Modalidade: CONCORRÊNCIA nº 3/2019-025SEMOB. Objeto: Registro de Preço, objetivando a contratação de empresa especializada para fabricação e assentamento de bueiro tubular de concreto, (em metros lineares), seção padrão, na Zona Rural do Município de Parauapebas/PA. Vencedor(es): CONSTRUMABE CONTRUTORA LTDA, com o valor total de R$ 6.176.746,80(Seis Milhões, Cento e Setenta e Seis Mil, Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Oitenta Centavos).. Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - Wanterlor Bandeira Nunes. 05 de Março de 2020.

PARAUAPEBAS - PA, 05 de Março de 2020
FABIANA DE SOUZA NASCIMENTO
Comissão de Licitação
Presidente

Protocolo: 532471

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 20200005
ORIGEM CARONA Nº A/2019-019PMP

CONTRATANTE FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA(O) EXECUTIVA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA
OBJETO Adesão parcial à Ata de Registro de Preços nº 003/2019-SUSIPE, oriundo do Pregão Eletrônico SRP nº 019/2019-SUSIPE, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de eventuais serviços de manutenção predial, preventiva e corretiva com o fornecimento de materiais necessários, visando execução de atividades de manutenção, reforma e reparos de instalações prediais elétricas, hidráulicas, serralheria, bombas d'água, geradores, subestações, telefonia, lógica, pintura e cobertura, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.
VALOR TOTAL R$ 23.407.610,63 (vinte e três milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e dez reais e sessenta e três centavos)
VIGÊNCIA 20 de Janeiro de 2020 a 20 de Janeiro de 2021
DATA DA ASSINATURA 20 de Janeiro de 2020

Protocolo: 532472

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 20190292
ORIGEM CARONA Nº A/2019-003GABIN

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTRATADA(O) CORREIO GRAFICA E EDITORA LTDA
OBJETO Adesão a Ata de Registro de Preços nº 12028/2018 oriunda do Processo Licitatório nº 0650/2018/PMCC-CPL na modalidade Pregão Presencial nº 043/2018/SRP, objetivando a contratação de empresa para prestação de confecção e fornecimento de material gráfico e sinalização visual, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Parauapebas, Estado do Pará
VALOR TOTAL R$ 668.915,00 (seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e quinze reais)
PROGRAMA DE TRABALHO Exercício 2019 Atividade 0201.041223000.2.011 Manutenção do Gabinete do Prefeito , Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.90, no valor de R$ 668.915,00
VIGÊNCIA 07 de Agosto de 2019 a 07 de Agosto de 2020
DATA DA ASSINATURA 07 de Agosto de 2019

Protocolo: 532473

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2019-010SEMSA

A Prefeitura Municipal de Parauapebas, mediante o Pregoeira devidamente designado, comunica a todos os interessados que a sessão de recebimento e início da abertura dos envelopes, proposta e documentações referentes ao processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 9/2019-010SEMSA, que tem como objeto Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente odontológico, destinado a atender a Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Parauapebas, Estado do Pará, fica prorrogada para o dia 17 de Março de 2020, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões da Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada no Morro dos Ventos, Quadra Especial, S/N, no Município de Parauapebas, Estado do Pará, em razão de ainda existirem pedido de esclarecimento – impugnação pendente de análise pela área técnica.

PARAUAPEBAS - PA, 11 de Março de 2020.
LEO MAGNO MORAES CORDEIRO
Pregoeiro

Protocolo: 532690

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS
REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 00402001/20/
PROC. LICITATÓRIO Nº 2/2020-050201

A Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, torna público que no dia 27/03/2020 às 10:00h em sua sede à Praça Antônio Malato, nº 32, realizará Licitação, Modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global. Com o Objeto : Obtenção de proposta mais vantajosa para a administração, relativa a contratação de pessoa jurídica para execução indireta, por meio de empreitada global de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramental necessários para **CONCLUSÃO DE (02) DUAS CRECHES TIPO B, LOCALIZADAS NOS BAIRROS CUCUÍRA E PEDROLÂNDIA NOS MOLDES DO PROGRAMA PROINFÂNCIA (PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL) DO FNDE, CUSTEADA COM RECURSOS PRÓPRIOS,** conforme projetos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias, neste município. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços eletrônico: http://pontadepedras.pa.gov.br/licitacao.php e https://www.tcm.pa.gov.br/portaldojurisdicionado/sistema/geo-obras ou no departamento de licitações do Palácio municipal, na Praça Antônio Malato nº 30 - CEP: 68830-000, informações e esclarecimentos via e-mail - licitapmpp@gmail.com ou Fone: (91) 98468-6558, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente das 08:00hs às 13:00hs. **Maycon Serrão Martins -Presidente da CEL.**

Protocolo: 532757

AVISO DE ADIAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 02802001/20/
PROC. LICITATÓRIO Nº 9/2020-280201

O Município de Ponta de Pedras, através do Fundo Municipal de Saúde por intermédio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados na licitação em epigrafe, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS COMUNS E CONTROLADOS DO ELENCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA E MEDICAMENTOS PADRÃO, QUE SERÃO DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE, NESTE MUNICÍPIO,** que teria sua abertura para o dia no dia 19/03/2020 às 10:00hs, que fora ADIADA a sessão de abertura desta para o dia 24/03/2020, às 10:00hs. A Justificativa alusiva ao adiamento se dá à retificações no instrumento convocatório. O Edital Retificado e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://pontadepedras.pa.gov.br/licitacao.php e no departamento de licitações da Prefeitura, na Av. Djalma Machado, nº 32, Centro, deste Município - CEP: 68830-000, informações via e-mail - licitapmpp@gmail.com ou Fone: (91) 98468-6558, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente das 08:00hs às 13:00hs. **Felipe Gabriel Correa Barros-Pregoeiro Municipal.**

Protocolo: 532754

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA DE PEDRAS
REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 02701001/20/
PROC. LICITATÓRIO Nº 2/2020-070201

A Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, torna público que no dia 30/03/2020 às 10:00h em sua sede à Praça Antônio Malato, nº 32, realizará Licitação, Modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço global. Com o Objeto : Obtenção de Proposta mais vantajosa para a administração, relativa a contratação de pessoa jurídica, para execução indireta, por meio de empreitada global de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramental necessário para a **CONCLUSÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL MAGALHÃES BARATA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE RIO CURRAL PANEMA, NESTE MUNICIPIO** (aos moldes do **PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II, do FNDE),** com recursos próprios, conforme projetos, Memorias descritivos e planilhas orçamentárias. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços eletrônico: http://pontadepedras.pa.gov.br/licitacao.php e https://www.tcm.pa.gov.br/portaldojurisdicionado/sistema/geo-obras ou no departamento de licitações do Palácio municipal, na Praça Antônio Malato nº 30 - CEP: 68830-000, informações e esclarecimentos via e-mail - licitapmpp@gmail.com ou Fone: (91) 98468-6558, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente das 08:00hs às 13:00hs. **Maycon Serrão Martins - Presidente da CEL**

Protocolo: 532755

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAINHA
AVISOS DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Prainha, torna público que realizará o Pregão Presencial SRP Nº 9/ 2020-020301, tipo menor preço por item, abertura dia 26/03/2020, às 10:30h min horário local. Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para os alunos da rede de ensino no Município de Prainha, retirada do edital na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Prainha, situado na PA 419, Prainha / Jutuarana, km 01 - Bairro Jardim Planalto - Prainha-Pará, das 08:00 as 12:00h, pelo e-mail: licitaprh@gmail.com e https://www.prainha.pa.gov.br.

A Prefeitura Municipal de Prainha, torna público que realizará o Pregão Presencial SRP Nº 9/2020-050302, tipo menor preço por item, abertura dia 24/03/2020, às 09:00h min horário local. Objeto: Registro de Preço para Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, Serviços de Lavagem em Maquinas e Veículos Automotores, para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos Municipais de Prainha/Pa, retirada do edital na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Prainha, situado na PA 419, Prainha / Jutuarana, km 01 - Bairro Jardim Planalto - Prainha-Pará, das 08:00 as 12:00h, pelo e-mail: licitaprh@gmail.com e https://www.prainha.pa.gov.br.

A Prefeitura Municipal de Prainha, torna público que realizará o Pregão Presencial SRP Nº 9/2020-060303, tipo menor preço por item, abertura dia 25/03/2020, às 09:30h min horário local. Objeto: Eventual contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos, equipamentos e embarcações diversas para atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos Municipais de Prainha/PA, proporcionando assim a continuidade e a ampliação na prestação dos serviços essenciais a este município, retirada do edital na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Prainha, situado na PA 419, Prainha / Jutuarana, km 01 - Bairro Jardim Planalto - Prainha-Pará, das 08:00 as 12:00h, pelo e-mail: licitaprh@gmail.com e https://www.prainha.pa.gov.br.

Davi Xavier de Moraes - Prefeito Municipal de Prainha.

Protocolo: 532758

PARTICULARES

EU FRANCISCO EDMIR SILVA DA COSTA
CPF: 168.361.203-59

Proprietario da **Fazenda Padre Cicero** com area de 52,30 hectares Localizada no Municipio de São João do Araguaia - PA, Venho Atraves deste Informar o Pedido de Licença de Atividade Rural (LAR) junto a secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS / PA

Protocolo: 532769

EMPRESARIAL

TRANSCID - LOCAÇÕES SERVIÇOS DE
COLETA E TRANSPORTE LTDA
CNPJ nº 14.673.351/0001-78

Torna público que recebeu do(a) SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA, a LO nº 12022/2020 com vigência até a data de 02/08/2022, para atividade de Transporte, Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos - Ananindeua /PA. Esta substitui a LO nº 10722/2017.

Protocolo: 532838

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 9/2020-004FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO XINGU,AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 9/2020-004FMS. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITÓRIA DO XINGU,por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 25de março de 2020, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SRP, tipo menor preço, por ITEM, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS UBS, ESF E HOSPITAL MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU,a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU - PA. Informações e retirada do edital na Rua Manoel Félix de Farias, n° 174, Centro, Vitoria do Xingu-PA, das 08:00 às 12:00hs e também pelo e-mail: licitacao@vitoriadoxingu.pa.gov.br. **VITÓRIA DO XINGU - PA, 11de marçode 2020. JOAQUIM DOS SANTOS MENDES - Pregoeiro.**

CONCORRÊNCIA Nº 3/2020-001PMVX

O Município de VITÓRIA DO XINGU, através daPREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 13 de abril de 2019, fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 3/2020-001PMVX, tipo menor preço GLOBAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 90 METROS DE PONTE EM CONCRETO ARMADO E ESTRUTURA METÁLICA SOBRE O RIO TUCURUÍ (TRAVESSÃO DO ÁGUA BOA), NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO XINGU/PA, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO XINGU - PA. Informações e retirada do edital na Rua Manoel Félix de Farias, n° 174, Centro, Vitoria do Xingu-PA, das 08:00 às 12:00hs e também pelo e-mail: licitacao@vitoriadoxingu.pa.gov.br.

VITÓRIA DO XINGU - PA, 11de marçode 2019. SIMONE RODRIGUES DEZIDERIO - Presidente da CPL.

Protocolo: 532843

CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Câmara Municipal de Aurora do Pará vem retificar os avisos de licitações de pregões presenciais:

Pregão Presencial n 9/2020-01/CMAP publicado no Diário oficial do Estado dia 02 de março de 2020 pagina 99 seção3 **Onde se lê:** Abertura 12 de março de 2020 as 08h00 **Leia-se:** Abertura 20 de março de 2019 as 08h00mim e Pregão Presencial n 9/2020-02/CMAP **Onde se lê:** Abertura 12 de março de 2020 as 10h00 **Leia-se:** Abertura 20 de março de 2019 as 10h00mim. e Pregão Presencial n 9/2020-03/CMAP **Onde se lê:** Abertura 12 de março de 2020 as 13h00 **Leia-se:** Abertura 20 de março de 2020 as 13h00mim.

Rafael de Aguiar Mendonça
Pregoeiro

Protocolo: 532844

CÂMARA MUNICIPAL DE BAGRE
AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 001/2020

Tipo: Menor Preço Por Lote. Objeto da Licitação: Contratação de empresa para aquisição de material de consumo: material de expediente, material de higiene e limpeza e gêneros alimenticios, destinado a manutenção da Camara Municipal de Bagre, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. O(A) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Bagre comunica aos interessados que no dia 24 de Março de 2020 às 09:00 horas, na sala das sessões da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Av Barão do Rio Branco, 658, Bagre - PA, estará recebendo Envelopes de Habilitação e de Propostas de Preços, para abertura de Procedimento Licitatório cujo objeto supra citado. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital na sede da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Bagre, no endereço acima mencionado, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas através do email cmbagre@gmail.com. Dioni Monteiro de Almeida - Presidente da Comissão de Licitação; PREGÃO Nº 002/2020. Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto da licitação: contratação de empresa para aquisição de material de consumo: combustível, gás e lubrificante, destinados a manutenção da Camara Municipal de Bagre, conforme especificações constantes no Edital Convocatório. O(A) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Bagre comunica aos interessados que no dia 24 de Marco de 2020 às 12:00 horas, na sala das sessões da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Av Barão Do Rio Branco, 658, Bagre - PA, estará recebendo Envelopes de Habilitação e de Propostas de Preços, para abertura de Procedimento Licitatório cujo objeto supra citado. Os interessados poderão obter o texto integral do Edital na sede da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal De Bagre, no endereço acima mencionado, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações poderão ser obtidas através do email cmbagre@gmail.com.

Dioni Monteiro de Almeida - Presidente da Comissão de Licitação.

Protocolo: 532845

AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA RETORNO
AO TRABALHO NA EMPRESA ALUMAQ SERVIÇOS
DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA

Que convoca o colaborador **ANTONIO MARCOS DIAS DE BRITO** para assumir sua função nesta empresa ou justificar sua ausência no prazo de cinco dias, a contar da data de publicação deste, sob pena de caracterizar o abandono de emprego, nos termos do art. 482, i, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Protocolo: 532815

TIM CELULAR S.A.

Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.206.050/0028-09, Inscrição Estadual nº 15.220.383-4, com endereço na Ave. Governador José Malcher, nº 2803, bairro São Brás, Belém/PA, CEP nº 66.090-100, comunica o extravio de doze (12) equipamentos de Emissores de Cupons Fiscais - ECF's: (i) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE050769200007015396/MP-2100 TH FI, nº dos Lacres Colocados:126998 e 126695, Tipo: ECF-IF; (ii) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: 7080203319-33/MP-20 FI II, Tipo: ECF-IF; (iii) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: 7080109127-90/MP-20 FI II ECF-IF, Tipo: ECF-IF; (iv) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo:47080406921-46/MP-20 FI II, nº dos Lacres Colocados: 83847,83848 e 83889, Tipo: ECF-IF; (v) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE050769200007014789 /MP-2100 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 124121 e 124122, Tipo: ECF-IF; (vi) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE050872800000007425/MP-2100 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 141399 e 141474, Tipo: ECF-IF; (vii) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE050872800000007439/MP-2100 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 141375 e 141473, Tipo: ECF-IF; (viii) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE050872800000008281/MP-2100 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 138729 e 138730, Tipo: ECF-IF; (ix) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE091310100011259999/MP-4000 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 244154 e 244155, Tipo: ECF-IF; (x) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE091310100011260087/MP-4000 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 244156 e 244157; (xi) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE091310100011260091/MP-4000 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 244158 e 244159, Tipo: ECF-IF; e (xii) um ECF da marca Bematech, nº de série/modelo: BE091310100011262081/MP-4000 TH FI, nº dos Lacres Colocados: 227432 e 227433, Tipo: ECF-IF. Portanto, a empresa não se responsabiliza pelo uso indevido e declara que os mesmos não têm valor legal para quem estiver de sua posse. A ciência do extravio dos equipamentos ocorreu no dia 27/02/2020 e foi comunicada na Delegacia de Polícia Civil do Estado do Pará, em 28/02/2020, conf. B.O. nº 00002/2020.103115-9.

Protocolo: 532817

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0006-07

Torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA renovação da LO n° 024/2019 por meio do protocolo n° 022/2020, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis no Município de Santa Izabel do Pará/PA.

Protocolo: 532810

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0062-06

Torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA renovação da LO n° 029/2019 por meio do protocolo n° 024/2020, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis no Município de Santa Izabel do Pará/PA.

Protocolo: 532812

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0060-44

Torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA renovação da LO n° 026/2019 por meio do protocolo n° 023/2020, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis no Município de Santa Izabel do Pará/PA.

Protocolo: 532813

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PALMITOS IÇARA LTDA
CNPJ nº. 08.207.772/0001-00

Torna público que requereu da SEMEIA/Abaetetuba/PA, a renovação da L.O. nº 036/2019, validade 01/08/2020, para produção de palmito em conserva de sua fabrica, situada na Trav. da Angélica, 1526, Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Protocolo: 532834

A SMS DE FARO REALIZARÁ A P.P Nº 001/2020-SMS

Tipo menor preço, OBJETO: Aquisição de medicamentos, destinados a farmácia básica do Município de Faro, abertura dia 24/03/2020 às 09:00.

A SMS DE FARO REALIZARÁ A P.R Nº 001/2020-SMS

Tipo menor preço, OBJETO: Futura e eventual aquisição de medicamentos e materiais hospitalar, odontológico e laboratorial, abertura dia 25/03/2020 às 09:00.

A SMS DE FARO REALIZARÁ A P.R Nº 002/2020-SMS

Tipo menor preço, OBJETO: Futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene e bebidas não alcoólicas para atender as necessidades da Secretária de Saúde de Faro, abertura dia 26/03/2020 às 09:00.

IZABEL DA ASSUNÇÃO GUIMARÃES PINTO
SEC. MUN. DE SAÚDE

Protocolo: 532820

A empresa PHOENIX TOWER
PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ:20.228.158/0001-20

Localizada Gleba Taboca, QD 01, LT 12, Chácara Boa Sorte - Carajás III, Parauapebas-PA, CEP 68.515-000, com atividade de Telefonia Celular torna público que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA concedeu-lhe a Licença de Operação Corretiva nº030/2020 validade 06/03/2020 a 06/03/2022.

Protocolo: 532825

PEDIDO DE RENOVAÇÃO
DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
FROOTY COMÉRCIO E
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS AS.
CNPJ/MF nº 68.093.095/000926

Torna público que está requerendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Mocajuba - SEDUMA/MOCAJUBA, A RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 002/2019, para a atividade de FABRICAÇÃO DE CONSERVA DE FRUTAS com o endereço ROD PA-151, KM 03, CIDADE: MOCAJUBA, RAMAL ACAPUQUARA, BAIRRO: ZONA RURAL, com requerimento protocolado no dia 05/03/2020.

Protocolo: 532826

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PARÁ
PREGÃO PRESENCIAL DE PREÇO Nº 001/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Santa Maria das Barreiras, avisa que fará licitação pregão presencial, no dia 24 de Março de 2020, às 10:00 (Dez horas) destinado a aquisição de combustível (Óleo diesel e Gasolina Comum); maiores informações na sede da Câmara Municipal, AV. Presidente Getúlio Vargas, nº 2065, fone 94-3319-3270; **Clécio do Carmo Reis - Presidente da CPL.**

CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTA MARIA DAS BARREIRAS - PARÁ
PREGÃO PRESENCIAL DE PREÇO Nº 002/2020

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Santa Maria das Barreiras, avisa que fará licitação pregão presencial, no dia 24 de Março de 2020, às 12:00 (Doze horas) destinado a Aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza, material de expediente e material de copa e cozinha, Consumo em Geral de Acordo com Termo de Referência; maiores informações na sede da Câmara Municipal, AV. Presidente Getúlio Vargas, nº 2065, fone 94-3319-3270; Clécio do Carmo Reis - Presidente da CPL.

Santa Maria das Barreiras, 11 de Março de 2020.
Clécio do Carmo Reis / Presidente da CPL

Protocolo: 532827

AUTO POSTO COMAXIN LTDA
CNPJ 83.775.676/0001-84

Localizado à Rod. PA 150, s/n, Centro, Xinguara-PA, torna público que recebeu LO 9925/2016 de Transporte de Produtos Perigosos, Processo 2016/2248 da SEMAS-Marabá-PA e requereu a renovação da LO citada, processo 2020/6206.

Protocolo: 532828

AUTO POSTO FAN LTDA
CNPJ 36.213.515/0001-17

Localizado na Av. Regina luz, s/n, Vila Teilândia, São Felix do Xingu - PA, torna público que requereu LO de Transporte de Produtos Perigosos da SEMAS-Marabá-PA, Processo 2020/4696.

Protocolo: 532829

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
PALMITOS IÇARA LTDA
CNPJ nº. 08.207.772/0001-00

Torna público que recebeu da SEMEIA/Abaetetuba/PA, a Licença de Operação nº 036/2019, validade 01/08/2020, para produção de palmito em conserva de sua fabrica, situada na Trav. da Angélica, 1526, Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Protocolo: 532830

POSTO ICCAR LTDA
CNPJ: 02.280.133/0048-58

Torna público que requereu à SEMMAT/Benevides renovação da Licença de Operação n° 103/2019, processo n° 023/2020-1, para atividade de Comércio Varejista de Combustíveis - Posto Revendedor no Município de Benevides/PA.

Protocolo: 532836

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2019

1. APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, referentes ao exercício de 2019. Agradecemos, especialmente, ao nosso colaborador, à fidelidade do cliente do BASA e à credibilidade que o Banco dispõe na sociedade em geral. Comemoramos o fechamento do período com lucro de R$275,3 milhões, frente a R$109,1 milhões de lucro no ano de 2018, representando um aumento significativo de 152,4%.

O ano de 2019 marcou o Banco da Amazônia, positivamente, por ter registrado recorde de contratação no crédito rural na , evidenciando um aumento de 50% em relação a 2018, sendo o BASA responsável mais de 63% do crédito de fomento na e pelo seu resultado financeiro, demonstrado pela evolução do resultado operacional, 48,7% superior a 2018; crescimento da Rentabilidade em 152,2%; elevação nas Receitas de tarifas bancárias, que apresentou crescimento de 27,1%; acompanhamento rígido das despesas administrativas, que apresentaram decréscimo de 2,39%; além do incremento nas aplicações de crédito, elevando o Del Credere FNO em 8,3%.

Apesar do cenário desafiador, o Banco da Amazônia busca atuar com eficácia, elaborando estratégias sofisticadas, com inovação e modernização digital, revisando processos, sempre alinhado ao seu planejamento estratégico, com o objetivo de obter resultados sólidos e crescentes, em prol de uma Amazônia sustentável, sendo um Banco relevante para a Região.

2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital do Banco da Amazônia é composto exclusivamente por ações ordinárias. A União é a acionista majoritária, com participação de 95,8% no capital social, sendo 51,0% de forma direta e 44,8% de forma indireta. 4,2% das ações do Banco estão em livre circulação no mercado *(Free float)*.

Participacão acionária no Capital do Banco

ACIONISTA	31.12.2019		31.12.2018	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.400.557	95,8	28.574.057	96,4
Adm. Direta - Min. da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração Indireta	13.281.114	44,8	13.454.614	45,4
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv. em ações	2.853.813	9,6	3.027.313	10,2
Demais	1.245.410	4,2	1.071.910	3,6
Total	29.645.967	100	29.645.967	100

Data Base: 31/12/2019

3. PANORAMA ECONÔMICO

A economia global apontou desaceleração ao longo de 2019, embora indicadores mais recentes sinalizem um certo nível de estabilização. O ano foi marcado por um processo gradual de redução do ritmo de crescimento global, provocado, em grande parte, pelos efeitos do conflito comercial entre EUA e China.

Por sua vez, os índices de preços ao consumidor nas economias avançadas continuaram com variações abaixo das metas para a inflação e sem mostrar pressões adicionais. Apesar de um balanço de riscos mais favorável permaneceram incertezas relacionadas à sustentação do crescimento global. Houve, contudo, avanços positivos, como a finalização da fase 1 do acordo comercial entre EUA e China, e a vitória nas eleições gerais do Reino Unido abrindo caminho para o desfecho do Brexit.

No âmbito nacional, o processo de recuperação na economia brasileira ganhou impulso no terceiro trimestre de 2019, quando foi observada uma elevação das projeções de crescimento do PIB. O crescimento nas atividades econômicas decorreu das liberações extraordinárias de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Programa de Integração Social - PIS / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, nos quais houve antecipação nos cronogramas de saques, influenciando as projeções.

No entanto, a performance da economia nacional foi impactada negativamente por alguns episódios pontuais, como: o acidente que culminou com o rompimento da barragem de mineração em Brumadinho, fato que prejudicou os resultados da indústria extrativa, importante segmento da indústria nacional; a crise econômica na Argentina, que reduziu as exportações de bens manufaturados, principalmente os da indústria automobilística e os segmentos correlatos.

O IPCA, que mede a evolução dos preços da economia brasileira, fechou o ano registrando inflação de 4,3% acelerando em dezembro/2019 (+1,15%), em virtude do aumento de preços da carne bovina no mercado interno. Esse aumento ocorreu por causa do crescimento das exportações para a China, que substituiu o consumo de carne suína por carne bovina em razão da peste suína africana que eliminou grande parte do rebanho da região.

No ano de 2019, destacaram-se alguns indicadores setoriais que apontaram resultados positivos. O comércio varejista ampliado avançou 1,8% em outubro/2019 em relação ao finalizado em julho, segundo dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio - PMC do IBGE. O mercado de trabalho seguiu em processo de gradual recuperação, ainda evidenciando elevado nível de ociosidade da capacidade produtiva da economia brasileira.

Por outro lado, a indústria brasileira continuou sentindo os efeitos do ciclo recessivo que aconteceu em 2014-2015. Em novembro/2019, o segmento voltou a apresentar perdas nos principais indicadores, com destaque para a redução de 2,4% na produção de veículos e 1,3% em produtos alimentícios. As principais barreiras enfrentadas pelo setor ainda são a baixa produtividade e a crise em alguns países da América Latina, como Venezuela, Argentina e Bolívia.

No contexto regional, o desempenho da economia do Norte foi influenciado pelos eventos que aconteceram no âmbito internacional e nacional. As exportações aumentaram com menos intensidade das observadas nos anos anteriores em virtude da disputa comercial entre EUA e China e da crise em alguns países da América Latina, como os problemas políticos na Venezuela que impactaram nos indicadores econômicos e sociais de Roraima.

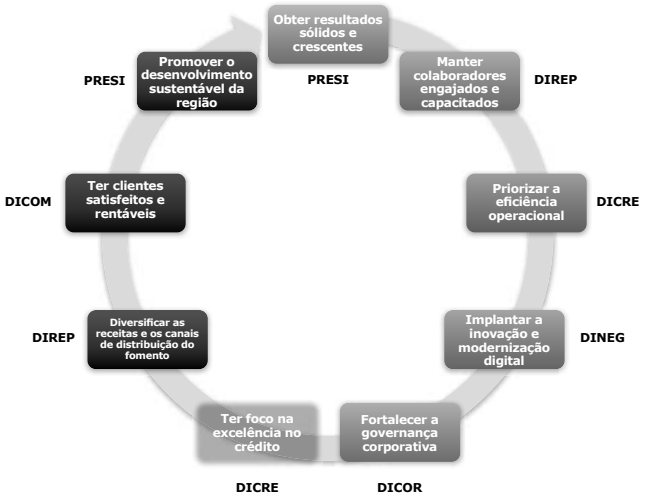
Na Amazônia Legal, o comércio varejista apresentou um acréscimo médio positivo de 4,8% em outubro/2019, na variação acumulada do ano no volume de vendas. No mesmo tipo de comparação a produção industrial aumentou no Amazonas, porém caiu no Pará e Mato Grosso. No mesmo período, o crédito, importante elo para o crescimento da economia e medido pelo saldo das operações, aumentou 9,9% no Norte, o vigésimo oitavo resultado positivo consecutivo neste tipo de comparação.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico (PE) do Banco da Amazônia foi revisado, apresentando recorte temporal ampliado para o período 2020 a 2025, recebendo aprovação do Conselho de Administração em novembro/2019.

Mediante análise sob diversos aspectos, a revisão reafirmou o compromisso institucional do Banco com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, preservando suas Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais e, como instituição financeira responsável, buscou não só atender a viabilidade econômica da empresa, mas, preeminentemente, atuar como agente redutor de desigualdades na Região.

Nesse sentido e com a finalidade de impulsionar o crescimento da Instituição, o Plano Estratégico 2020-2025 foi desenvolvido com 09 objetivos específicos, por meio de novas diretrizes, além da habitual necessidade de atualização e revisão de processos e, ainda, considerando o cenário externo que envolve, dentre outros elementos, a dinâmica do mercado financeiro; mudanças na economia; diretrizes governamentais; a velocidade nas transformações tecnológicas; extinção e descoberta de novas profissões, sem contar com a inteligência artificial que desafia a todos os segmentos.



BANCO DA AMAZÔNIA

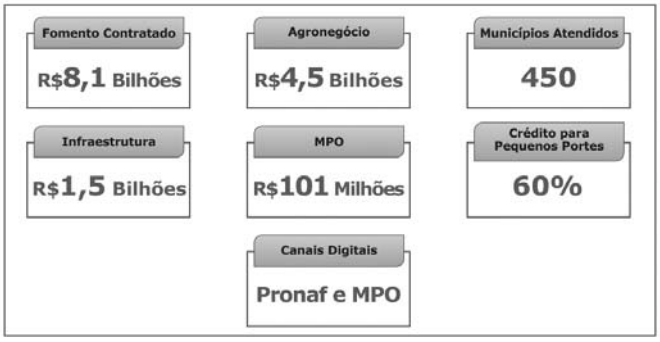
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Para esse ciclo, o Banco irá priorizar as soluções digitais para o crédito de varejo, com foco no microcrédito e agricultura familiar, e intensificará o apoio creditício aos projetos de infraestrutura, que são necessários para o desenvolvimento da Região, considerando o impacto sócio econômico dessas atividades na economia regional.
Também é prevista a revisão dos canais de atendimento, de forma a aumentar a capilaridade da instituição, seja através dos canais digitais, agências de negócios, correspondentes bancários e agentes terceirizados, que oportunizarão a diversificação dos canais de distribuição do crédito.
Nesse formato, pretende-se solidificar a atuação do banco como principal agente de fomento da região Amazônica e alavancar os resultados através da rentabilização dos clientes.

Projetos Corporativos
O Banco atua em projetos corporativos que visam desenvolver novas tecnologias e programas de inovação, sempre alinhado às estratégias de negócios e melhoria de governança, incentivando um ambiente criativo dentro da Instituição.
Com o objetivo de reforçar, ainda mais, sua estrutura de Governança Corporativa, o Banco trabalha na implantação das diretrizes e controles de Segurança da Informação e Comunicação e busca adequar-se às exigências da Lei 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados.
No quesito Recursos Humanos, o Banco adotou um novo modelo de Gestão de Pessoas, por meio da reestruturação dos processos de RH e da implantação de um novo sistema em busca do melhor alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas, táticas e operacionais do Banco.
Com relação a maior eficiência operacional, o Banco vem investindo na Centralização do Cadastro, no intuito de qualificar os processos, representando uma iniciativa importante para a etapa de digitalização, o que irá repercutir em um modelo mais ágil e moderno no relacionamento com os clientes.
No que tange à área de tecnologia, o Banco busca alcançar maior eficiência do sistema de fomento, atuando para tanto através da implantação de plataforma moderna com menos custo. No mesmo sentido, o Banco vem implantando o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, com o objetivo de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito. Desta forma, o Banco progride em seu objetivo de modernização da arquitetura tecnológica dos sistemas, fortalecendo, ainda mais, os projetos de inovação e transformação digital, incentivando com seus projetos, não só a atualização do ferramental, como também a mudança de cultura na instituição.

Destaques 2019



4. FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA – FINAM
O Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM foi administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM até 1º de maio de 2001. Com a edição da Medida Provisória nº 2.145, de 02.05.2001, reeditada com o nº 2.157-5, em 24.08.2001, a autarquia foi extinta, cabendo ao Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos - DFRP, a administração do FINAM. Atualmente o Fundo é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais.
Na forma do disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM é operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. No exercício de 2019, o Fundo apresentou um patrimônio líquido de R$ 528,2 milhões, e pagou ao Banco da Amazônia, pela operacionalização deste Fundo, uma taxa de administração no valor de R$ 10,6 milhões.

5. FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989, posteriormente alterada pelas leis nº 9.126/1995 e nº 10.177/2001. O FNO é administrado pelo Banco da Amazônia e tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável e integrado da mediante a concessão de financiamentos aos setores produtivos regionais, inclusive comércio e prestação de serviços
O FNO tem como finalidade reduzir a desigualdade social na Amazônia, por meio do acesso ao crédito com taxas e prazos diferenciados. Os recursos do FNO são aplicados em conformidade com a legislação vigente e de forma alinhada às diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo – CONDEL, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas, planos e programas para a Amazônia.

FNO 30 ANOS
O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO completou 30 anos em setembro/2019, sob gestão do Banco da Amazônia, acumulando números que repercutem positivamente no desenvolvimento da , seja na presença destacada nos financiamentos de longo prazo ou na representatividade soberana no crédito de fomento da Região.
No exercício de 2019, foram realizados 51 seminários, com participação de aproximadamente 3.000 pessoas, abrangendo todos os Estados da região Norte.
Dessa forma, o BASA direciona os esforços para o cumprimento da distribuição de recursos, prevista no Plano de Aplicação do FNO, que se faz essencial para o desenvolvimento regional.

Crédito de Fomento - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
No ano de 2019 foi disponibilizado, para investimentos na região, o valor de R$ 9,3 bilhões.
No exercício de 2019, as contratações do FNO totalizaram R$ 7.670,8 milhões, para investimentos em atividades produtivas que estão aquecendo a economia e gerando emprego e renda na região, cujo resultado foi 66,40% maior que o valor referente ao exercício anterior, quando foram aplicados R$ 4.610,0 milhões.
Os números são reflexos das ações integradas do Banco da Amazônia em conjunto com os Estados e Municípios, através da realização de seminários com orientações para acesso ao crédito.
Como consequência da inovação em ferramentas e produtos, novas oportunidades para geração de negócios surgem, otimizando a utilização dos recursos disponíveis, sob a forma de programas diversos, com foco no atendimento dos mais de 18 milhões de amazônidas que vivem em 450 municípios da região Norte.
Em observância às diretrizes do FNO, os financiamentos concedidos no exercício de 2019 priorizaram os empreendimentos de menor porte - agricultores familiares, mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte - com ênfase para a valorização da pequena produção de base familiar.

valores em mil (R$)

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário						
	Exercício de 2019		Exercício de 2018		Operações	Valores
PORTE	**Nº Op.**	**Valor**	**Nº Op.**	**Valor**	**Δ%**	**Δ%**
Mini/micro	10.220	683.392	11.552	607.683	-11,53	12,46
Pequeno	4.629	2.072.466	3.559	1.394.875	30,06	48,58
Pequeno/Médio	705	938.607	483	617.043	45,96	52,11
Médio	620	1.410.069	371	927.494	67,12	52,03
Grande	279	2.566.337	145	1.062.939	92,41	141,44
TOTAL	**16.453**	**7.670.871**	**16.110**	**4.610.034**	**2,13**	**66,4**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

O setor rural contratou R$ 4.089,0 milhões (53,3% das contratações) e os demais setores R$ 3.581,8 milhões (46,7%), conforme Tabela abaixo:

valores em mil (R$)

FNO - Contratações por Setor Econômico						
	Exercício de 2019		Exercício de 2018		Operações	Valores
SETOR ECONÔMICO	**Nº Op.**	**Valor**	**Nº Op.**	**Valor**	**Δ%**	**Δ%**
Rural	11.747	4.089.005	12.600	2.716.450	-6,77	50,52
Demais setores	4.706	3.581.866	3.510	1.893.585	34,07	89,16
TOTAL	**16.453**	**7.670.871**	**16.110**	**4.610.034**	**2,13**	**66,4**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

No exercício de 2019, o FNO foi operacionalizado por meio de cinco programas de financiamento, dentre eles o Programa FNO-Amazônia Sustentável, cujas linhas de crédito contemplam a todos os setores e empreendimentos regionais, sendo o programa que apresentou o melhor desempenho no período, com a contratação de R$ 6.758,4 milhões, correspondendo a 88,1% do total contratado. Em seguida, o Programa FNO-MPEI apresentou o valor contratado de R$ 502,1 milhões, correspondendo a 6,5% do total no período, e o Programa FNO-

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

-PRONAF, com R$ 309,5 milhões – 4,0 %. Segue abaixo os valores de FNO contratados por programa de financiamento:

valores em mil (R$)

FNO - Contratações por Programa de Financiamento			
PROGRAMA	**Exercício de 2019**	**Exercício de 2018**	**Δ%**
FNO-PRONAF	309.561	369.477	-16,22
FNO-Amazônia Sustentável	6.758.427	3.859.398	75,12
FNO-ABC/Biodiversidade	100.156	103.468	-3,20
FNO-MPEI	502.143	277.690	80,83
FNO-FIES	584	-	-
TOTAL	**7.670.871**	**4.610.034**	**66,4**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Considerando as contratações do FNO por Estado, a demanda pelo crédito dos Estados é influenciada por um conjunto de fatores, entre os quais o dinamismo da economia estadual, a disponibilização de infraestrutura logística eficiente, a estruturação da atividade produtiva, o nível de organização dos produtores e empreendedores, a existência de oportunidades para a realização de investimentos e negócios sustentáveis e a potencialidade do mercado local.

valores em mil (R$)

FNO - Contratações por Programa de Financiamento					
ESTADO	**Exercício de 2019**		**Exercício de 2018**		**Δ**
	Valor	**Part. %**	**Valor**	**Part. %**	**%**
Acre	207.920	2,71%	198.875	4,31%	4,55
Amazonas	665.293	8,67%	420.649	9,12%	58,16
Amapá	65.388	0,85%	111.921	2,43%	-41,58
Pará	2.681.636	34,96%	1.595.201	34,60%	68,11
Rondônia	1.555.116	20,27%	1.140.146	24,73%	36,40
Roraima	174.277	2,27%	54.636	1,19%	218,98
Tocantins	2.321.242	30,26%	1.088.606	23,61%	113,23
TOTAL	**7.670.871**	**100%**	**4.610.034**	**100%**	**66,4**

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Com amparo no Artigo 9º da Lei nº 7.827/89 (alterado pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001) e atendendo ao disposto no artigo 2º da Portaria n.º 147 de 05 de abril de 2018, do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Banco da Amazônia poderá repassar recursos do FNO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.
O BASA vai operacionalizar os repasses de recursos para as instituições operadoras credenciadas (Bancos, Cooperativas e Agências de Fomento), as quais devem possuir Limite de Crédito (LC) para a finalidade de repasse. O valor do LC será definido conforme a análise do Banco e seguindo as boas práticas de risco e de crédito, possibilitando o atendimento de um número maior número de pessoas com os recursos do FNO, uma vez que as Instituições operadoras proporcionarão o alcance a públicos diferenciados.

FNO - Perspectivas para 2020

Para o ano de 2020, estão disponíveis para investimentos na região R$13,0 bilhões dos quais, R$ 9,9 bilhões são oriundos do FNO, distribuídos nos estados conforme abaixo:

FNO 2020 - PREVISÃO DE APLICAÇÃO POR ESTADO	
ESTADO	**R$ Milhões**
ACRE	491,64
AMAPÁ	491,64
AMAZONAS	1.452,07
PARÁ	2.861,01
RONDÔNIA	1.954,84
RORAIMA	491,64
TOCANTINS	2.090,36
SUBTOTAL	**9.833,20**
FIES*	99,33
TOTAL	**9.932,53**

Fonte: Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros - FNO 2020 *Recursos disponíveis por demanda dos estados.

O Banco da Amazônia tem como principal foco de atuação a concessão de crédito de longo prazo, direcionado para aplicações em atividades produtivas propulsionadoras do desenvolvimento regional. Nesse aspecto, prioriza o atendimento aos segmentos de menor porte, seguindo as diretrizes e orientações das políticas públicas, bem como em atenção aos planos e programas do governo federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, integrando seus esforços, também, aos de atores da sociedade civil organizada, associações e representações dos segmentos produtivos.
Aderente ao desenvolvimento sustentável da Região, o Banco matem-se alinhado às ações relacionadas aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, e à Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR; às necessidades dos 450 municípios da região Norte, também, dos estados do Maranhão e de Mato Grosso.
Para o exercício de 2020, o BASA disponibilizará 07 programas de financiamento para o FNO, sendo dois novos: FNO MPO - voltado para o microcrédito e o FNO INFRA - destinado aos projetos de infraestrutura, como logística, estrutura elétrica e de saneamento básico.

6.DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL	BANCO DA AMAZÔNIA		FNO	
	31.12.2019	**31.12.2018**	**31.12.2019**	**31.12.2018**
ATIVO	**20.478.841**	**18.939.959**	**31.253.411**	**28.402.983**
Disponibilidades	56.335	49.231	7.025.645	6.584.761
Aplicações interfinanceiras, TVM e Inst. Financ. e Derivativos	14.949.451	14.167.645	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	222.586	245.261	141.181	6.009
Operações de Crédito	3.150.436	2.692.997	24.057.073	21.781.485
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	1.819.886	1.438.033	29.512	30.728
Permanente	280.147	346.792	-	-
PASSIVO	**20.478.841**	**18.939.959**	**31.253.411**	**28.402.983**
Depósitos	4.400.315	4.151.109	-	-
Captações no Mercado Aberto e Rec. Letras Imob. e Hipot. Deb.	335.024	343.332	-	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.567	10.806	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	832.091	830.486	-	-
Outras Obrigações	12.709.638	11.665.618	70.367	51.610
Patrimônio Líquido	**2.199.206**	**1.938.608**	**31.183.044**	**28.351.373**

ATIVOS TOTAIS

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2019 apresentando crescimento de 8,1% nos ativos totais, representando R$1.538,9 milhões a mais do que no ano de 2018, tendo como maior incremento a carteira de títulos e valores mobiliários, no valor de R$721,0 milhões e de operações de créditos - R$457,4 milhões, representando 76,7% dos totais dos ativos, contra 76,6% no exercício de 2018.
O Permanente registrou uma baixa de R$64,0 milhões, registrados no Ativo Intangível relacionados ao PET – Projeto de Excelência Tecnológica, visto que estes ativos não gerarão benefícios econômicos futuros, não possuindo mais as características exigidas pela legislação, conforme CPC 04 (R1).

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Ao final de 2019, a carteira de TVM alcançou o montante de R$12.551,0 milhões, aumento de 6,1% quando comparado ao exercício de 2018.
A Carteira está composta por 82,8% de títulos públicos federais, principalmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e de 17,2% de títulos privados que estão aplicados em Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros.
Ao longo de 2019, não houve a realização de operações com instrumentos derivativos (contratos futuros de juros), mantendo-se o perfil conservador de alocações de recursos da Instituição.
O crescimento em Títulos e Valores Mobiliários foi devido ao incremento em títulos públicos, especificamente as NTN's, encerrando 2019 com R$1.105,2 milhões, contra R$544,6 milhões em 2018. Com relação aos títulos privados, destaque para as Debêntures que alcançou R$819,9 milhões em 2019, ante o valor de R$643,3 milhões alcançado em 2018. A participação de títulos privados na carteira, 17,22%, está dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Ativos e Passivos - 28%.
Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter o valor de R$145,6 milhões em títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos Até o Vencimento".

Carteira de Operações de Créditos

A carteira classificada de operações de crédito, apresentou crescimento de 17,0%, tendo como maior destaque a elevação da carteira Comercial. Considerando o papel do Banco de indutor financeiro do desenvolvimento regional, tendo como principal fonte de recurso o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, torna-se necessária uma abordagem específica sobre o desempenho dessa carteira, haja vista que as operações de crédito lastreadas com o FNO não se encontram registradas no ativo do Banco, em função da legislação vigente.
Nesse contexto, os ativos totais do FNO apresentaram aumento de 10,0% em relação a 2018, motivado pela elevação de 10,4% da carteira de crédito e de 6,7% da disponibilidade do FNO. A maior parte da carteira de crédito composta por operações com risco compartilhado, representando 97,1%, e um crescimento de 11,0%, enquanto que o risco integral do Fundo, que corresponde a 2,9% da carteira, apresentou redução de 4,4% no mesmo período.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

PASSIVOS TOTAIS
Dentre as obrigações que apresentaram maior variação, com 96,6% de representatividade, estão os Depósitos, aumentando em R$249,2 milhões e Outras Obrigações, que apresentou elevação de R$1.044,0 milhões.

Depósitos
No exercício de 2019, com base nos saldos finais, os depósitos apresentaram crescimento de 6,0% com destaque para os depósitos especiais e para os depósitos a vista que encerraram o exercício com R$1.412,3 milhões e R$1.052,7 milhões, respectivamente, contra R$1.211,6 milhões e R$893,0 milhões em 2018. Nos depósitos especiais remunerados, o maior crescimento foi para as retenções de 1,5% nas amortizações do FDA para apoio à pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, atendendo ao art. 6º da Lei 13.682/2018.

Outras Obrigações
O subgrupo Fundos Financeiros e de Desenvolvimento cresceu 8,0% registrando o valor de R$7.482,1 milhões, ante o resultado de R$6.926,8 milhões alcançado em 2018, motivado pelo aumento no volume aplicado e pelo aumento na taxa de administração do FNO, referente a elevação no repasse de recursos do Tesouro Nacional (STN). No período também ocorreu o repasse ao Banco no montante de R$135,0 milhões, para que este, em nome próprio, realizasse a contratação de uma operação de crédito com risco integral do Banco, conforme previsto no artigo 9º-A da Lei nº 7.827/1989.
Os Passivos Atuarias encerraram o exercício registrando aumento de 19,1%, totalizando R$1.284,0 milhões, contra R$1.078 milhões em 2018. Essa conta contempla os planos: BD, Misto, Assistidos de responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde. A elevação foi motivada pelo ajuste nas respectivas provisões, após cálculo atuarial que ocorre trimestralmente.
Em outras obrigações, o crescimento apresentado foi de 10,7%, registrando em 2019 o valor de R$2.884,0 milhões, ante o valor de R$2.605,7 milhões registrado em 2018. A elevação foi motivada, principalmente, pela elevação das provisões de risco das operações de FNO e FDA.

Patrimônio Líquido (PL)
O Banco encerrou o exercício de 2019 com Patrimônio Líquido de R$2.199,2 milhões, superior 13,4% em relação a 2018 - R$1.938,6 milhões.

Índice de Basileia - Limites Operacionais
A mensuração do capital regulamentar - compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação - é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O exercício de 2019 encerrou com índice de 12,5%, contra 13,4% apresentado em 2018.

RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da Intermediação Financeira	1.506.463	1.303.185
Despesas da Intermediação Financeira	(987.753)	(938.486)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**518.710**	**364.699**
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(110.005)	(91.688)
Resultado Operacional	**408.705**	**273.011**
Resultado Não Operacional	(60.136)	948
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**348.569**	**273.959**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(47.621)	(155.649)
Participações Estatutárias no Lucro	(25.600)	(9.232)
Lucro Líquido	**275.348**	**109.078**
Juros sobre Capital Próprio	**(105.029)**	**(41.773)**
Lucro por Ação Básico e Diluído - Em Reais	**9,28787**	**3,67935**

Lucro Líquido
O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2019 com lucro de R$275,3 milhões, contra R$109,1 milhões em 2018. O exercício de 2019 foi marcado pelo significativo crescimento do resultado operacional, quando comparado ao exercício anterior, além de expressivo resultado da carteira TVM e das receitas de tarifas. Houve também o impacto, no período, da elevação de provisões de crédito.
O decréscimo no resultado não operacional ocorreu pelo registro em perdas de capital no valor de R$64,0 milhões, referente a baixa de ativos registrados no grupo permanente, conforme mencionado no item de Ativos Totais.
A distribuição de resultado obedeceu às diretrizes da Política de Remuneração aos Acionistas, elaborada de acordo com o disposto nas Leis nº 6.404/76, 13.303/16, no Estatuto Social do Banco da Amazônia S/A e demais leis, regulamentações e deliberações pertinentes. A remuneração aos acionistas está limitada a 40% e, considerando o crescimento no resultado, a distribuição chegou a este percentual, o mesmo de 2018.
A participação dos empregados e administradores nos lucros a ser distribuída totaliza o valor de R$25,6 milhões, ante o valor de R$9,2 milhões distribuído em 2018.

Receitas e Despesas da Intermediação Financeira
O resultado da carteira de crédito apresentou redução de 39,9% impactado sobretudo pela variação significativa na PCLD, encerrando o exercício de 2019 com R$167,4 milhões, contra R$278,3 milhões em 2018. A provisão de crédito foi elevada principalmente pela migração do nível de risco de operações de grande valor para categoria de maior risco, registrando em 2019 o valor de R$245,4 milhões, ante ao montante de R$138,4 milhões em 2018.
As rendas de operações de crédito cresceram 1,7% representando R$374,0 milhões no exercício de 2019, face ao valor de R$367,7 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente pela modalidade empréstimos, especificamente o setor privado Rural, com o destaque para o produto Giro Produtor Rural com 1.435 operações contratadas em 2019, dobrando o volume da carteira em relação ao ano anterior e fechando o exercício com saldo de R$346,6 milhões contratados.
O resultado da carteira de TVM apresentou crescimento expressivo de R$198,2 milhões, encerrando 2019 com R$1.079,3 milhões, contra R$881,1 milhões em 2018, motivado pela reclassificação de títulos que estavam na categoria "Mantidos até o vencimento" para "Títulos para Negociação", ocorrida em dezembro/2019, que gerou marcação a mercado positiva, no valor de R$151,3 milhões, sendo registrada como ganho no período.
O objetivo da reclassificação foi a venda destes títulos - NTN's-B agosto/2026 e agosto/2040, para aquisição obrigatória de NTNs'B maio/2035, no intuito de vincular em garantia, cumprindo acordo entre o Banco e a BB Previdência, relacionados aos Planos de Benefícios Saldados - BD e Misto e PrevAmazonia com a CAPAF.
Vale ressaltar que, apesar da queda na taxa Selic, principal indexador dos títulos que compõem a carteira de TVM - 5,94% a.a em 2019 e 6,40% a.a em 2018 - as rendas de títulos apresentaram acréscimo, especialmente as LFT's e Debêntures.
No ano de 2019, as despesas com operações de Empréstimos e Repasses tiveram redução de 40,4%, registrando o valor de R$106,5 milhões, contra R$178,7 milhões registrado em 2018, impactadas pelas despesas do Tesouro Nacional, que no exercício de 2018 apresentou o registro da remuneração/atualização do IECP remanescente dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, conforme termo de conciliação CCAF/CGU/AGU/PBB, no valor de R$65,4 milhões.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
Receitas de Prestação de Serviços
As receitas de prestação de serviços, incluindo tarifas bancárias, apresentaram crescimento de 9,7%, registrando R$825,0 milhões, ante o valor de R$752,1 milhões apresentado em 2018. Foram impactadas principalmente pelas rendas de administração de fundos, com destaque para FNO e FINAM.
Na administração de Fundos, o maior crescimento percentual foi na taxa de administração do FINAM, encerrando 2019 em R$10,6 milhões, contra R$9,4 milhões em 2018, motivada pelo aumento de PL daquele Fundo que, crescendo 17,5%, alavancou a Taxa de Administração - 3% aplicado sobre 70% do PL - em 12,7%.
A taxa administração do FNO, valor pago ao Banco como gestor dos recursos, também contribuiu de forma expressiva, por apresentar o maior volume em funding, registrando R$638,4 milhões em 2019, em contrapartida a 2018, que registrou o valor de R$594,8 milhões. Em 2019, os repasses de recursos realizados pelo Tesouro Nacional foram maiores do que em 2018 - R$2.719,2 em 2019; e R$2.493,6 em 2018. O cálculo da taxa de administração do FNO é 2,7% do PL do Fundo ou 20% dos ingressos, o que for menor. Neste contexto, o Banco recebe a taxa calculada pelo ingresso dos recursos.

Outras Receitas Operacionais
Neste grupo está registrado o Del Credere de FNO, que teve crescimento de 8,3% em relação ao ano anterior, efetivando R$653,3 milhões, face a R$603,2 milhões em 2018. Em 2019, foram contratados R$7.670,8 milhões de FNO, gerando R$5,9 bilhões em recursos liberados, que incrementaram a base de cálculo para o del credere, valor pago ao Banco para cobertura dos riscos de crédito e operacionais assumidos pela Instituição ao aplicar os recursos do Fundo.
Ainda relacionado ao FNO, a recuperação de créditos prejuizados continuou sendo receita relevante. A Lei 13.340/2016, em seu último ano de vigência, contribuiu para que fossem recuperados R$148,4 milhões em 2019, contra R$147,8 milhões em 2018, apenas citando o valor correspondente aos 50% de risco assumido pelo Banco nas operações público alvo da Lei.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

A rubrica "outras receitas operacionais" apresentou variação negativa de 81%, com o valor de R$36,4 milhões, ante a R$192,2 milhões em 2018, explicada por eventos não recorrentes ocorridos naquele período, que geraram movimentação nas contas de receita, como a reclassificação contábil das rubricas de provisão ativos atuariais - Contrato TI, no valor de R$21,7 milhões, Provisão para apuração de responsabilidades - R$13,6 milhões e pela Reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas em Dez/2018, no valor de R$111,0 milhões.

DESPESAS

A conta de Despesas de Pessoal apresentou crescimento de 7,7%, registrando R$562,6 milhões, contra R$522,1 milhões em 2018, tendo como destaques as despesas a seguir:

- Proventos: foi concedido reajuste de 4,31% sobre todas as rubricas de natureza salarial, conforme previsto no ACT 2018/2020, o que motivou a elevação de 7,3%, R$334,2 milhões - R$311,3 milhões em 2018. Os referidos reajustes impactaram nas contas de provisões de férias, 13º salário, licença Prêmio e abono Assiduidade. Destaque, ainda, para o pagamento de indenizações a empregados que pertenciam ao Quadro de Apoio, face a adesão ao Programa de Desligamento Voluntário;
- Encargos Sociais e Benefícios: crescimento de 8,8% associado ao reajuste nas contas de despesas de proventos, encerrando o exercício em R$214,7 milhões, contra R$197,3 milhões no exercício anterior;
- Treinamento: elevação de 34,9%, registrando R$5,4 milhões em 2019, ante a R$4,0 milhões em 2018. Os investimentos com treinamento ocorreram observando o orçamento previsto para o período e com o objetivo de promover ações de aprendizagem alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais.

Em 2019, a conta de Despesas Administrativas apresentou decréscimo de 2,4% quando comparado ao mesmo período de 2018, refletindo no registro de R$234,3 milhões, contra R$240,1 milhões no exercício de 2018, sem considerar despesas de amortização e depreciação. A redução reflete o esforço do Banco no controle das despesas e em menores gastos, com destaque principalmente nas rubricas de processamento de dados, transporte, serviços técnicos especializados e comunicação.
O grupo de outras despesas operacionais apresentou redução de 9,2%, sendo R$817,6 milhões em 2019, contra R$900,1 milhões em 2018. Destaca-se que no exercício de 2018 houve a reclassificação contábil das rubricas provisão para grade de perdas e provisão dos títulos e créditos a receber – contrato PET migradas do passivo para o ativo como contas retificadoras.

Crédito Comercial

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2019 com saldo na carteira comercial de R$1.322,4 milhões, apresentando crescimento de 50,65%, comparativamente ao mesmo período de 2018, que encerrado com R$877,8 milhões, demonstrando a ampliação tanto do crédito geral como também do câmbio.
O acréscimo mais relevante ocorreu, especificamente, na modalidade Empréstimos com destaque para o Produto Giro Produtor Rural que dobrou seu volume de contratações em 2019.

Micro e Pequenas Empresas

O Banco da Amazônia, por meio de campanhas de incentivo, apresentou acréscimo de 32,98%, na aplicação de recursos para as Micro e Pequenas empresas no exercício de 2019.

valores em mil (R$)

FOMENTO - MPE	
2019	**2018**
832.060	625.674

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Microempreendedor Individual

O Banco da Amazônia incentiva o Microempreendedor Individual, por meio do Programa FNO-MEI, desde sua criação, contribuído de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, ampliando a geração de emprego e renda nas áreas onde o Banco da Amazônia atua. No ano de 2019, houve um incremento de 4,9% na aplicação de recursos de fomento para o Microempreendedor Individual.

valores em mil (R$)

FOMENTO - MEI	
2019	**2018**
4.728	4.506

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Agricultura Familiar

O Banco da Amazônia, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vem apoiando o desenvolvimento desse segmento no cenário regional, financiando projetos que atendam aos padrões de responsabilidade ambiental, econômica, social e cultural. No Exercício 2019, o Banco aplicou o montante de R$ 309 milhões no PRONAF.
Com relação ao segmento Pessoa Física, no ano de 2019, o Banco da Amazônia aplicou o montante de R$3.755,2 milhões nas linhas FNO – PRONAF; FNO – Amazônia Sustentável; FNO - ABC/Biodiversidade, representando um aumento de 48% com relação ao mesmo período de 2018, com destaque para o crescimento expressivo da linha FNO – Amazônia Sustentável.

MICROFINANÇAS - Programa Microcrédito Produtivo Orientado – AMAZÔNIA FLORESCER

O Amazônia Florescer atua nas áreas urbana e rural por meio de Termo de Parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (Amazoncred), responsável pela operacionalização do programa por meio de visitas aos empreendedores populares urbanos (informais) e agricultores familiares no local onde desenvolvem suas atividades, envio de propostas de crédito ao Banco da Amazônia, bem como a realização de acompanhamento do ciclo do crédito e cobrança. A vertente urbana faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), enquanto a vertente rural atua junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).
Destacou-se, no exercício de 2019, a criação e implantação do projeto MPO Digital do Programa Amazônia Florescer Urbano para todas as unidades de Microfinanças, bem como a inauguração das novas unidades de microfinanças em Boa Vista-RR, Araguaína-TO e Macapá-AP.
No Exercício 2019, o Programa Amazônia Florescer atuou no microcrédito urbano atendendo 41.885 empreendedores populares, aplicando o montante de R$100,6 milhões, um aumento de 2% em relação ao exercício 2018, ocasião em que foi aplicado o valor de R$ 98,7 milhões.
No que tange ao microcrédito rural, no Exercício 2019, o Programa Amazônia Florescer atendeu 2.730 agricultores familiares, aplicando o montante de R$9,4 milhões.

Receita de Recuperação de Crédito

O resultado consolidado para o exercício de 2019 evidencia o volume de RS 198,2 milhões de créditos recuperados, para todas as fontes de recursos, ante R$ 196,8 milhões no mesmo período do ano anterior, incluindo FNO (crescimento de 0,71 %).
Destaca-se a representatividade das renegociações do público da Lei 13.729/18 (anteriormente Lei 13.340/16) na condição de principal vetor da recuperação, porquanto continuou a impactar positivamente com a regularização das operações inadimplidas, equivalendo a 54,6% do total.
Outro componente de destaque tem relação com a "Campanha Recupera Mais Crédito 2019", com vigência até 30/12/2019, que mediante abordagem estratégica e soluções inovadoras, como divulgação via SMS e geração de boleto no site institucional, contribuiu para incrementar a recuperação global do Banco.

Receita de Tarifas Bancárias

No exercício de 2019, o Banco da Amazônia alcançou o valor de R$144,1 milhões em Receita de Tarifas, contra R$113,3 milhões em 2018, apresentando, pelo segundo ano consecutivo, crescimento significativo de 27,1%, o que representou um recorde na consecução de metas e geração de receita. A expansão do crédito, crescimento das vendas de produtos e serviços, a automatização, maior monitoramento e controle da cobrança, promoveram a expansão tanto nas tarifas PF quanto nas Tarifas PJ.

Receita de Seguridade

A Receita de seguridade, no ano de 2019, alcançou o valor de R$17 milhões, significando uma elevação de 36,55% comparando ao mesmo período de 2018.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança do Banco da Amazônia é composta pela Assembleia geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração; Comitês Superiores: Comitê de Auditoria, Comitê de Elegibilidade, Comitê de Risco e de Capital, Comitê de Governança, Crédito e Sustentabilidade e Comitê de Remuneração; Auditoria Interna; Diretoria Executiva; Secretaria de Governança; Ouvidoria; Comissão de Ética; Coordenadoria de Integridade e Correição; e Coordenadoria de Relacionamento com Investidores.
O Banco da Amazônia mantém o constante aperfeiçoamento de sua governança corporativa, visando ao pleno atendimento da sua função social. A ética está presente nas atuais Declarações Estratégicas do

Banco, como um dos primeiros valores: Integridade – Ética e Transparência, aparecendo como um norteador de ações de todos os que atuam na Instituição.
O Banco realizou o Encontro Nacional de Gestores com a participação dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria Executiva, Secretário Executivo, Gerentes Executivos, Superintendentes Regionais, Gerentes Gerais de agências e Gerentes das Centrais de Crédito, oportunidade na qual se procedeu uma análise dos resultados alcançados em 2019 e foram fornecidas as diretrizes e traçadas as estratégias para alcançar as metas definidas para o exercício de 2020.
O Conselho de Administração aprovou, em 2019, a Política Geral de Contratações, assim como, a Política e o Plano Anual de Comunicações. O Colegiado também aprovou a Revisão da Política Integrada de Risco e de Capital e dos Limites Dispostos na RAS – Declaração de Apetite a Riscos.
O mesmo Conselho aprovou ajustes na Política de Patrocínio, que tem por objetivo orientar as ações relativas à concessão de patrocínios, de forma a garantir a efetiva comunicação institucional com seus públicos de interesse, garantindo transparência ao processo de contratação, o fortalecimento da imagem do Banco e sua atuação no desenvolvimento regional.
No mesmo sentido, para fortalecer a governança do BASA, o Conselho de Administração aprovou várias Normas de Procedimento no âmbito da gestão de pessoas, estabelecendo diretrizes para benefícios já estabelecidos como: Assistência à Saúde; Plano de Desenvolvimento de Pessoas; Gerenciamento de Desempenho e aprovou, também, a extinção da Política de Lateralidade, a criação de nova Política de Substituição e a Política de Segurança da Informação e Comunicações de Segurança Cibernética.
Houve o aprofundamento de elementos de governança do Banco com a elaboração do "Guia da Alta administração" que tem por objetivo apresentar elementos que possam facilitar a compreensão do funcionamento do Banco, ampliar o conhecimento acerca dos assuntos específicos da organização e favorecer a tomada de decisão.
O documento será emitido e atualizado anualmente e entregue aos profissionais que atuam no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Diretoria Executiva, no seu ingresso e após isso, anualmente. Os principais pontos expressos no Guia são: Informações sobre a criação do Banco e sua função social, as declarações estratégicas e informações sobre a governança, a estrutura da organização, os principais projetos e programas em relação com a sociedade e informações sobre o posicionamento do Banco no IG-SEST.
O Banco atingiu o Nível 1 em todas as quatro edições do Indicador de Governança - IG-SEST, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O objetivo do IG-SEST é acompanhar o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais.
O resultado alcançado demonstra o compromisso do Banco da Amazônia com a governança e com a melhoria de seus processos, visando à transparência, à conformidade e ao atendimento dos padrões de Governança Corporativa.
O Banco entregou o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, exigido pela Instrução nº 586 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, de 2017. O referido documento informa que o Banco adota as práticas recomendadas pelo Código, dizendo quais destas práticas adota, parcialmente ou não, com as devidas justificativas. Trata-se de instrumento importante para administradores e investidores, que poderão acompanhar e refletir anualmente sobre as práticas de governança corporativa da Instituição.
O Banco aperfeiçoou o seu site institucional, bem como sua página de relações com investidores, tendo como foco a melhoria da transparência e da publicidade de suas ações.

8. GESTÃO DA INTEGRIDADE, CORREIÇÃO E CANAL DE DENÚNCIA INTERNO

A gestão da Integridade, no Banco da Amazônia, é baseada em três pilares: Integridade, Correição e Canal de Denúncia Interno, assegurando assim o cumprimento das exigências legais e regulamentares.
O Programa de Integridade do Banco traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraudes e corrupção que venham a ocorrer.
No processo, são utilizadas informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator o registro das manifestações online.
No exercício de 2019 foi realizada a Gestão dos Riscos de Integridade, um dos eixos do Programa de Integridade, dividida, didaticamente, em três etapas: Identificação, Avaliação e Adequação dos Riscos de Integridade, tendo as duas primeiras sido finalizadas durante o ano de 2019 e a última com previsão para o primeiro semestre de 2020.
Relacionado ao Programa de Integridade, foram lançadas ações, em parceria com a área de comunicação do Banco, com o objetivo de ampliar a divulgação do programa, suas diretrizes e políticas, normas e procedimentos para Gestão de Integridade.
O Canal de Denúncia teve sua automatização no decorrer do exercício de 2019, visando facilitar o acesso aos usuários com segurança, anonimato, quando por eles solicitado, assim como agilidade e confiabilidade. A Política de Proteção ao Denunciante, foi publicada no 2º semestre de 2019, agregando confiança e segurança para os usuários do Canal de Denúncia.
No ano de 2019, foi criada a Norma de Procedimento interna de Regime Disciplinar, normativo que está aderente aos preceitos e normativos da Controladoria Geral da União – CGU, e às recomendações da Auditoria Interna, trazendo maior clareza para o tema, com inclusões de procedimentos que possibilitam tornar o processo mais célere e transparente.
Em 2019, o Canal de Denúncias recebeu um quantitativo de 35 registros, que foram devidamente encaminhadas às áreas responsáveis pelo seu tratamento. No CGU-PAD houve um total de 63 registros.

9. GESTÃO DE RISCOS

A governança corporativa de riscos do Banco da Amazônia dispõe de uma estrutura de gerenciamento constituída por comitês específicos para a gestão de riscos e de capital, com a participação do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerentes Executivos e demais gestores envolvidos diretamente ou indiretamente com o processo de negócios da Instituição.
A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital do Banco da Amazônia e a Declaração de Apetite aos Riscos - RAS contemplam as orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada de riscos de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB, de liquidez e socioambiental. Os referidos riscos são considerados relevantes pelo Banco, em função do seu potencial impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.
Com o intuito de intensificar a sua performance em termos de governança de riscos, o Banco da Amazônia vem colocando em efetivação projeto corporativo (GRC – Governança, Riscos e Controles) de grande envergadura, no que tange à implementação de Solução de Gestão de Riscos, que permite a gestão integrada e automatizada dos processos de governança, riscos e controles pertinentes aos processos de negócios do Banco.
Tal ferramenta possibilitará que o gerenciamento de riscos seja realizado de forma integrada, abordando as três linhas de defesas e etapas essenciais do processo de gerenciamento de riscos, como: identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre riscos. A implementação da solução encontra-se nas etapas finais, com conclusão prevista para ocorrer no segundo semestre de 2020.
Com o objetivo de manter a sua resiliência frente às mudanças abruptas demandadas pelo mercado, o Banco vem dispensando atenção especial às atividades referentes à Gestão de Continuidade de Negócios, particularmente no que se refere ao processo de Análise de Impacto nos Negócios – AIN, no sentido de revisar, ou se for o caso, remodelar tais processos de negócios, com vistas a manter a sua perenidade no presente mercado. Esse processo encontra-se em andamento, com término previsto para 2020.
Outrossim, sob o aspecto da instrumentalização da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, o Banco vem concluindo as implementações necessárias às adequações das informações pertinentes ao IRRBB, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, as quais foram demandadas pela autoridade monetária, por meio da Circular nº 3.938, de 17.04.2019, no que tange à apuração do Risco da Taxa de Juros da Carteira Bancária, no que diz respeito as abordagens: i) Valor Econômico – a qual consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros no valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na Carteira Bancária do Banco; ii) Resultado de Intermediação Financeira – consiste em avaliar os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira na Carteira Bancária do Banco.
Ressalta-se que esta Instituição possui perfil de exposição a riscos conservador, onde as diretrizes e limites são monitorados de acordo com a complexidade das operações de seus negócios. Com isso, a Instituição busca estar alinhada com as melhores práticas de mercado, os dispositivos regulamentares da autoridade monetária e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.
No que tange ao Risco de Crédito, o Banco da Amazônia se norteia pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos - RAS, e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito.

Nesse sentido, em 2019, o Banco finalizou a implantação de solução para a gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.

10. CONTROLES INTERNOS

A gestão dos controles internos do Banco da Amazônia é exercida por toda estrutura organizacional e está integrada por meio das Três Linhas de Defesa. O Banco tem promovido adoção de elevados padrões éticos e de integridade, e uma cultura de controles, a fim de garantir confiabilidade e o fortalecimento dos controles internos.

Dentre as evoluções de controle interno e compliance no exercício de 2019, destaca-se o aprimoramento da gestão dos indicadores de conformidade aplicados aos principais processos da empresa. O acompanhamento e gestão destes indicadores podem sinalizar necessidade de trabalhos específicos.

Diversos trabalhos de compliance e testes de controles foram realizados no período de forma alinhada a estratégia e perfil de risco da Instituição. As necessidades de aperfeiçoamento foram identificadas, monitoradas e reportadas às instâncias de governança. Este mesmo tratamento é realizado para as fragilidades apontadas por órgãos supervisores e auditoria externa.

O Banco mantém canal de denúncias para receber ocorrências e atos suspeitos de fraudes e corrupção, via web site, no ambiente da intranet ou contato por e-mail. O tratamento das ocorrências evidencia a seriedade e o compromisso da instituição com a fidelidade aos seus princípios norteadores, sejam de orientação e formação, como cursos, palestras e seminários, ou de inibição às ocorrências, por meio de regras claras e punições quando necessário.

Os procedimentos e diretrizes de controle interno e compliance implantados no BASA, contribuem para a gestão, cumprimento da missão e a geração de resultados sustentáveis.

11. SEGURANÇA CORPORATIVA

No ano de 2019, o Banco da Amazônia investiu de forma significativa no âmbito da Segurança Corporativa, promovendo melhorias relacionadas aos controles internos, governança e otimização de processos.

Dentre os avanços, destacam-se a Revisão e incorporação à POSIC da Política de Segurança Cibernética; Instalação de mais 56 cofres inteligentes para a proteção adequada do numerário; Elevação do encaixe das unidades, com resultado na redução das despesas com transporte de valores; Implantação de novo processo de controle de acesso físico no edifício matriz do Banco; Adoção de procedimento antifraude, visando reduzir as fraudes eletrônicas no internet banking; Realização de provas de conceito de ferramentas de monitoramento de eventos de segurança da informação e cibernética; Desenvolvimento do sistema de Gestão das Ordens Judiciais; Aprovação dos planos de segurança das agências; e licitação do novo serviço de monitoramento eletrônico das agências.

Com relação à implementação da Lei Geral de Proteção, o BASA criou um grupo de trabalho com o objetivo de realizar atividades de adequação à Lei 13.709/2018 – LGPD, com a definição de metodologia para a implementação da referida Lei.

12. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do Banco da Amazônia, AUDIT, é responsável por fornecer avaliações abrangentes, com o maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

No exercício de 2019, no que tange ao fortalecimento e desempenho da gestão, a AUDIT realizou trabalhos nos processos de Governança Corporativa – Revisão de Estrutura Organizacional, Administração de Sistemas e Análise de Concessão de Crédito.

Com relação aos trabalhos de definição da estratégia e planejamento, a Auditoria Interna do BASA trabalhou na atualização da Matriz de Riscos para seleção dos trabalhos auditáveis no triênio 2020-2022, adotando-se metodologia para aplicação do rodízio de ênfase em trabalhos de auditoria no prazo de 3 (três) anos para avaliação em todos os processos auditáveis do Banco da Amazônia, bem como trabalhou no Plano de desenvolvimento profissional da Auditoria.

Com o intuito de desenvolver profissionalmente os colaboradores da área, foram realizadas capacitações programadas como: Formação básica de auditores internos – nível I – ênfase em órgãos públicos; Formação básica de auditores interno – nível II – ênfase em órgãos públicos, direcionada aos novos auditores; Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncia; Licitações e Contratos das Estatais. Programação Orçamentária; Fundamentos da Previdência Complementar e participação no Congresso Brasileiro de Auditoria Interna.

No tocante a capacitações não programadas, incluídas nas atividades da Auditoria Interna pela importância para o gerenciamento da unidade e por atender normativos e orientações de órgãos de fiscalização externa, destaca-se a participação no curso Metodologia "*Internal Audit Capability modelo*" (IA-CM), promovido e organizado pela Controladoria-Geral da União (CGU), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Diretoria de Auditoria de Estatais, o qual proporcionou atualização de conteúdo profissional necessário à melhoria na capacidade da AUDIT.

13. REDE DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia tem sua área de atuação nos nove estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), além da capital de São Paulo. No final do exercício de 2019, o Banco contava com uma estrutura de rede de atendimento formada por 122 unidades, sendo 120 agências e 2 Postos de Atendimento Avançado.

Centrais de Crédito e Cadastro

No exercício de 2019, houve a implantação da Central de Cadastro, efetuando a centralização do cadastro das unidades vinculadas às Superintendências do Acre, Maranhão e Mato Grosso, em julho de 2019, das unidades vinculadas às Superintendências do Pará I e Pará II em outubro de 2019 e, das unidades vinculadas à Superintendência do Amazonas/Roraima, em novembro 2019, atendendo no total 74 unidades do Banco.

Houve, também, a conclusão da implantação da Coordenadoria de Verificação da Qualidade das Centrais de Crédito e Cadastro, atuando como primeira linha de defesa, em julho de 2019, consolidando o processo de Autoverificação e de Verificação da Qualidade do Crédito nas referidas Centrais.

14. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, buscando identificar as necessidades do público externo, e a satisfação dos clientes e usuários, além de zelar pela boa imagem do Banco propondo melhorias contínuas dos processos, produtos e serviços.

No ano de 2019, a Ouvidoria recebeu 86 demandas, sendo: 56 reclamações, 23 denúncias, 2 elogios, 4 solicitações e 1 sugestão, todas respondidas no prazo regulamentar. Entre as denúncias, 6 foram classificadas como procedentes solucionadas, 15 improcedentes e 2 atendidas. Dentre as 56 reclamações de 2019, 19 foram qualificadas como procedentes solucionadas e 37 como improcedentes

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, a Ouvidoria atende aos pedidos de informações públicas relacionadas as atividades do Banco da Amazônia, em consonância com a Lei 12.527/2011, a chamada Lei de Acesso à Informação. Em 2019 foram recebidas no SIC: 159 demandas, sendo todas respondidas no prazo regulamentar.

Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR, do Banco Central, 67 registros de reclamação, sendo: 17 reguladas procedentes, 14 reguladas improcedentes, 31 não reguladas, 4 não conclusiva e 1 cancelada.

Em maio/2019, a Ouvidoria foi habilitada como participante do canal Consumidor.gov. Este canal oferece acesso de forma direta e gratuita a um sistema que viabiliza o recebimento e tratamento das reclamações de seus clientes e usuários. Cabe ressaltar que as Instituições Financeiras que aderirem a este canal, mantido pela Secretaria Nacional do Consumidor e vinculado ao Ministério da Justiça, receberão uma bonificação significativa na nota final do Ranking de Qualidade de Ouvidorias do Banco Central do Brasil. Através do Canal Consumidor.gov foram recebidas 33 demandas, com prazo médio de resposta de 2,35 dias.

Cumpre destacar que, no segundo trimestre de 2019, a Ouvidoria alcançou a segunda colocação no Ranking de Qualidade de Ouvidorias de Instituições Financeiras com menos de 4 milhões de clientes e no Ranking de Reclamações, figurou com menor números de reclamações procedentes. Esse resultado sinaliza maior credibilidade para o Banco e reflete a qualidade no atendimento, além do respeito ao consumidor.

No exercício de 2019, a Ouvidoria participou de algumas ações como a implantação e normatização do projeto Nova Governança, promovendo a cultura de defesa dos direitos do consumidor; homologação do novo sistema de ouvidoria, em cumprimento ao que determina a Circular BACEN 3.881, de 7 de março de 2018; elaboração do relatório gerencial do Mapeamento de Riscos e Controles do Processo; adesão às Plataformas digitais de atendimento: FALA-BR e PROCONSUMIDOR, com objetivo de disponibilizar outros canais de atendimento aos clientes/usuários dos produtos e serviços.

15. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

No ano de 2019, o Banco da Amazônia iniciou um novo processo de modernização do seu parque tecnológico, adquirindo hardwares e softwares visando sustentar, além do legado, o novo modelo de negócios digitais do Banco. Essa modernização de infraestrutura propiciou ao BASA a implantação de uma moderna estrutura de virtualização

de servidores, apta a sustentar o modelo de integração entre equipes de desenvolvimento e operações, conhecida comumente no mercado como DevOps. Com a implantação das práticas de Devops, o Banco registrou, no ano de 2019, uma redução significativa de tempo e custos operacionais no desenvolvimento e disponibilização de novas soluções de negócio em produção.
Ainda sobre a modernização do parque tecnológico, o Banco também contratou uma nova solução integrada de servidores (Exacc) destinada a processar o Banco de dados de missão crítica, que irá sustentar as aplicações de negócio pelos próximos 5 anos. Além disso foram realizadas diversas atualizações de ferramentas de trabalho, entre elas a aquisição de 1000 licenças do pacote de ferramenta de escritório.
Como destaque em 2019, o Banco da Amazônia implantou novos projetos como o Amazônia Cobrança WEB, nova solução de cobrança do Banco; o novo Sistema de Gerenciamento Eletrônico; a Centralização do sistema de automação de agências, propiciando a centralização do principal sistema de controle de agências; Projeto de desligamento do Mainframe; Sistema de Gestão de Garantias; o BASA Digital, plataforma de crédito digital do Banco da Amazônia; e o SEGCHEQUE.
Vale ressaltar que, além de grandes projetos o Banco vem realizando constantes melhorias nos sistemas para se adequar as determinações legais e de mercado, como a adequação e atendimento a nova lei do cadastro positivo, às mudanças na Lei 13.340/16 e implementação de novas rotinas de controle com objetivo de mitigar os riscos de fraude com a utilização de cheques.

Termo de Arbitragem – Cobra Tecnologia S/A
Em 29 de junho de 2015 foi assinado na Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá, CAM-CCBC, em sua sede na cidade de São Paulo, o Termo de Arbitragem entre o Banco da Amazônia e a Cobra Tecnologia para que as empresas pudessem dirimir suas reclamações, de parte a parte, oriundas da inexecução do contrato 2004/224, cujo objeto era o provimento de solução integrada de tecnologia de informação.
O processo de arbitragem entre BASA e a Cobra encontra-se com a instrução processual encerrada, estando na fase de alegações finais a serem apresentadas pelas partes perante os árbitros, no dia 06 de abril de 2020. Atendido o referido prazo, o processo seguirá para os árbitros proferirem o laudo (sentença).

16. OUTROS DESTAQUES
Implementação de novas Políticas
Em 2019, foram publicadas e implementadas as Políticas de: Comunicação – disciplinando e orientando a comunicação e o relacionamento do Banco com seu público alvo, fortalecendo a transparência e governança corporativa; Geral de Contratações - disciplinando e orientando os princípios e as diretrizes estratégicas que nortearão o processo de compras e de contratações de bens e serviços; Remuneração aos acionistas - informar aos acionistas, investidores e ao mercado em geral as diretrizes, regras e procedimentos adotados para o pagamento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), fortalecendo a transparência e sustentabilidade financeira da Instituição, seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa.

Parcerias com Governos Estaduais
No ano de 2019, o Banco da Amazônia visitou os 09 (nove) Estados da Amazônia Legal para firmar parcerias com os governos estaduais por meio da assinatura de Protocolos de Intenções, tendo sido concretizados com os Estados do Amapá, Pará, Acre, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Roraima, com o objetivo de envidar esforços para garantir a aplicação do crédito disponibilizado pelo Banco, principalmente o FNO, nas mais diversas atividades econômicas prioritárias da região na forma da PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Acordo de Cooperação firmado com a Conexsus beneficiará negócios comunitários e capacita Lideranças Comunitárias para acesso ao crédito
O BASA e o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) assinaram Acordo de Cooperação Técnica, que tem por objetivo o estabelecimento de cooperação estratégica entre essas Instituições para o desenvolvimento sustentável dos negócios comunitários da região amazônica, mediante a atuação junto aos financiamentos de custeio, investimento, comercialização e capital de giro obtidos junto ao Banco, visando reduzir as dificuldades de acesso ao crédito, além de possibilitar maior segurança às operações realizadas pelas organizações econômicas socioambientais e seus associados.
Também em parceria com o Instituto Conexsus, Instituto Internacional de Educação do Brasil e o Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar - OMFCF, foi promovida a oficina "Financiamento da safra de manejo florestal comunitário e familiar" para ampliar o conhecimento sobre os critérios para acesso e manutenção do crédito de custeio e investimento na área de atuação dos produtores que participaram do evento. A oficina capacitou lideranças comunitárias ribeirinhas, quilombolas e indígenas para que também disseminem as formas de acesso ao crédito.

Banco e CNC assinam acordo de Cooperação Técnica
O Banco da Amazônia e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo -CNC, assinaram em setembro de 2019 Acordo de Cooperação Técnica que possibilitará a oferta ao setor do Comércio as linhas de crédito do FNO.

Banco da Amazônia participa da Semana do Brasil e da Semana Nacional do Crédito
A Semana do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal, com o objetivo de unir o poder público e a iniciativa privada para movimentar a economia, gerar oportunidades para quem produz e para quem consome e valorizar o Brasil e o orgulho de ser brasileiro. Durante esta Semana, para se integrar na programação da semana do Brasil, o Banco da Amazônia massificou as Campanhas de Renegociação e de Liquidação de Dívidas contraídas com recursos do FNO e da carteira comercial da Instituição.
A Semana Nacional de Crédito é uma iniciativa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE, que ocorreu em outubro de 2019. Essa iniciativa consiste na realização de eventos promovidos pelas entidades que participam do Fórum, no caso o Banco da Amazônia participou com a oferta de produtos como o Capital de Giro, com descontos nas taxas que podem chegar a 40%, além das linhas do FNO, recurso de fomento que possui as menores taxas de juros da e condições de financiamento diferenciadas, principalmente quanto a prazo e carência para pagamento.

Banco e AMAZONCRED renovam parceria para 2020
Desde 2007, o Banco atua em conjunto com o AMAZONCRED em prol dos agricultores familiares e pequenos empreendedores. De lá para cá, foram implementadas 18 unidades de microfinanças, sendo 13 do Amazônia Florescer Urbano e 5 do Amazônia Florescer Rural.

PATROCÍNIOS
O Banco da Amazônia destina investimentos à área de Patrocínios com o objetivo de contribuir com o atendimento às políticas públicas, compromisso com o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, priorizando a difusão da cultura regional, realizando parceria com os diversos atores sociais dos Estados amazônicos onde o Banco atua.
A Política de Patrocínios do Banco é compreendida como uma estratégia para o cumprimento de sua Missão, a Política de Patrocínio do Banco da Amazônia funciona como um instrumento de comunicação e relacionamento junto ao seu público de interesse, buscando promover e ampliar parceiras, valorizar a cultura local e promover a inclusão social, com geração de emprego e renda.
Desde 2010, por meio de Editais de Patrocínio, o Banco incentiva o desenvolvimento da região, tanto pelo aporte feito nos projetos, quanto por reforçar a identidade e a cultura regional, promovendo, ainda, inclusão social e a geração de emprego e renda. Durante esse tempo, o Banco já incentivou mais de 1.200 projetos em toda a região amazônica.
Foram divulgados, em dezembro de 2019, os resultados dos Editais de Patrocínio e de Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) do Banco da Amazônia para execução em 2020. Para este ano, o Banco prevê patrocinar 90 projetos, destinando o valor de R$2,5 milhões. Há projetos culturais, sociais, esportivos, de meio ambiente e de exposições agropecuárias dos Estados atendidos pela Instituição. O anúncio se soma à divulgação já feita do resultado da seleção dos projetos que concorreram ao Edital de Pautas para o Espaço Cultural Banco da Amazônia, cujos selecionados terão apoio para exposição de suas obras e pauta garantida durante o ano de 2020 no espaço cultural localizado na sede da empresa.

17.GESTÃO DE PESSOAS
No exercício 2019, o Banco investiu R$ 5,7 milhões em ações educacionais, contra R$ 4,6 milhões em 2018, com o qual foram oportunizadas 11.031 participações para os empregados do Banco em treinamentos de Crédito e Negócios, Auditoria e Controle, Risco, Desenvolvimento Pessoal, Administrativo e Tecnologia da Informação. O Banco também proporcionou ofertas de cursos de língua estrangeira, graduação, pós-graduação e Mestrado.
Neste período, o BASA apresentou índice de investimento em ações educacionais por empregado superior ao de 2018, índice este que é calculado considerando o montante investido em ações educativas di-

vido pelo total de empregados efetivos no período. Em 2019, o Banco investiu R$ 317,95 a mais por empregado do que em 2018, totalizando o valor atual de R$1.910,89 por empregado.
O Banco da Amazônia, diante das mudanças e exigências do mercado, em especial pela transformação digital nas empresas, vem buscando adequar sua estrutura e estratégia corporativa como ações de competitividade de mercado. Em 2019, foram realizadas 90 contratações de empregados via concurso público, distribuídos nas carreiras de técnico bancário (nível médio) e técnico científico (nível superior), esta última direcionada para as formações em medicina do trabalho e tecnologia da informação.
Com relação ao Concurso Público realizado pelo Banco da Amazônia em 2018, que tinha validade até julho de 2019, a Alta Administração do Banco prorrogou sua vigência, com término previsto para julho de 2020. Com as contratações realizadas em 2019 e considerando os desligamentos efetivados no período, o Banco encerrou o exercício com 2.965 empregados.
No que se refere à Progressão Funcional, o Banco iniciou a prática de seleção interna acompanhada de programa de desenvolvimento de competências, onde o empregado assume o papel de protagonista de sua carreira na instituição. No mesmo sentido, foram adotadas novas metodologias de seleção de pessoal, em especial, utilização, em algumas fases do processo, de aplicativos de comunicação por vídeo, reduzindo o custo das seleções internas.
Outras iniciativas de reconhecimento e valorização dos empregados foram realizadas pelo Banco, dentre as quais destacam-se as promoções e encarreiramento de funções, onde o empregado tem oportunidade de crescer profissionalmente. Em 2019, foram promovidos cerca de 740 empregados.
Várias ações são realizadas pelo BASA com o objetivo de fortalecer a integração funcional no ambiente de trabalho, objetivando a melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais, o reconhecimento e a valorização do empregado. Dentre as ações estão o Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV); Programa de Ginástica Laboral; Programa Ver O Peso; Corredores em Ação; Cuidando de sua Saúde; Feiras Orgânicas e Artesanais; Valorização da Diversidade; Projeto COOPERAÇÃO; Programa de Voluntariado, dentre outros.
Foi destaque em 2019, como forma de valorização e reconhecimento dos empregados, a 1º Mostra Cultural de autoria dos Empregados do Banco da Amazônia, criada através do Programa Revelando Talentos, contando com 85 obras, recebidas e avaliadas, de 35 inscritos.
Vale destacar também a Gincana Natal Solidário, realizada pelo Banco que, na sua 15ª edição, já arrecadou cerca de 100 mil donativos entre fraldas geriátricas, brinquedos, alimentos não perecíveis, livros, sapatos, lençóis e toalhas entre outros, beneficiando mais de 1.600 entidades, resultados que refletem o envolvimento e o comprometimento de todos os colaboradores, terceirizados, estagiários e parceiros para fazer o bem, dar esperança e promover alegria e felicidade.
Em 2019, a campanha obteve recorde de arrecadação: 46.890 itens entre brinquedos novos e alimentos não perecíveis que foram distribuídos entre 80 entidades cadastradas em Belém e nas agências do Banco, contempladas através de sorteio.
Em parceria com a FEBRABAN, o Banco no mês de setembro iniciou a Pesquisa para atualização do Censo da Diversidade 2019, objetivando melhorar o Programa de Valorização da Diversidade e quebrar as barreiras do preconceito, oportunizando a convivência saudável, o crescimento profissional com vistas a promoção da melhoria do clima organizacional no Banco como um todo.
Destaque, também, para a Ação MC Dia Feliz 2019, onde o Banco reforça sua imagem como agente atuante nas iniciativas sociais, neste caso, especificamente, nas ações de combate ao câncer infanto-juvenil, fomentando e fortalecendo a participação voluntária dos empregados do Banco da Amazônia por meio da venda de tíquetes antecipados e outras ações voluntárias.

18.CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (CAPAF)
Por meio da Portaria nº 908, de 18 de outubro de 2019, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC prorrogou, por mais 180 dias, a intervenção na CAPAF, Caixa que administra os planos de previdência complementar patrocinados pelo Banco: Plano de Benefício Definido (PBD); Plano Misto de Benefícios (PMB); Plano de Benefícios Previdenciários (PrevAmazônia); Plano de Benefício Definido Saldado (BD Saldado) e Plano Misto de Benefícios Saldados (Misto Saldado).
Dentre esses planos, o PBD e o PMB vêm registrando déficit atuarial constante, contrariando a legislação (Resolução CNPC nº 30 – Títulos VI – Capítulo I – Art. 29) que estabelece o prazo de até o final do exercício subsequente para a elaboração e aprovação de um plano para equacionamento do déficit, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos. Entretanto, tal medida foi suspensa por decisão judicial.
Sempre na busca de solução para os planos previdenciários, em 2013, foram implantados os planos saldados cujo índice de adesão correspondeu a 52% do público alvo, participantes do PBD e do PMB. Para suprir a insuficiência de recursos, foram assinados 4 contratos para o saldamento, onde o Banco assumiu, ao final, uma obrigação de 72% dos recursos financeiros necessários à continuidade dos benefícios previdenciários a serem percebidos pelos participantes (ativos e assistidos).
Visando ampliar e melhorar os serviços aos participantes, reduzir os custos administrativos, fundamentalmente, aumentar a segurança na gestão do patrimônio previdenciário, foi iniciado, em 2019, o processo de transferência do gerenciamento dos planos de previdência (Plano de Benefício Definido Saldado; Plano Misto de Benefícios Saldados; e Plano de Benefícios Previdenciários PrevAmazônia), para a entidade de previdência multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil.
O processo de transferência foi autorizado pela PREVIC, através das Portarias 651,653 e 655, de 23 de julho de 2019, publicadas no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2019. Na ocasião, foram também aprovadas as alterações nos regulamentos dos referidos planos, bem como aprovados os convênios de adesão firmados entre o Banco da Amazônia, na condição de patrocinador e a BB-Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil.
O processo está em curso, devendo ser concluído em março de 2020.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000
Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, ajuizada pela União, tendo o Banco como assistente, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da CAPAF.
Designada data de julgamento para o dia 18.07.2019, o Banco da Amazônia peticionou junto ao TRT-MA para que o processo fosse retirado de pauta, haja vista a tramitação de estudos visando a possível resolução do processo pela via de composição entre as partes interessadas; o prazo solicitado pelo Banco foi de 120 dias; deferido o prazo em audiência com a presença das partes, o Banco deverá apresentar o estudo com o fim das férias forenses.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008
Considerando que em 06 de fevereiro de 2017 transitou em julgado a ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela Associação dos Aposentados do Banco da Amazônia (AABA), em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à CAPAF, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (PBD).
A Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação junto ao Tribunal Superior do Trabalho, na data de 02 de março de 2018, processo nº1000104-23.2018.5.00.0000. Em análise preliminar, foi concedida tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, em reconsideração, ocorreu a revogação da tutela e determinada a manifestação das partes. Dessa decisão, a União interpôs recurso que fora improvido.
O Banco foi intimado em março de 2019, tendo requerido seu ingresso na lide na condição de assistente da União. O processo foi colocado em pauta de julgamento de dezembro de 2019, no entanto, a pedido do Banco, o órgão responsável pelo julgamento adiou o julgamento da ação para fevereiro/2020.

Registro no Banco quanto sua responsabilidade no déficit dos planos PBD e PMB
Ao longo de vários exercícios, o Banco vem adotando medidas para equacionar sua responsabilidade no déficit dos planos PBD e PMB, de acordo com a legislação vigente, especialmente a LC nº 109/2001 e a Resolução nº 30, de 10 de outubro de 2018, emanada do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), onde ambas definem que o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições.
No caso específico dos planos PBD e PMB torna-se necessária a conceituação de déficits técnico (ou atuarial), que corresponde à insuficiência de recursos para cobertura dos compromissos dos Planos de Benefícios. Registra a diferença negativa entre os bens e direitos (ativos) e as obrigações (passivos) apurada ao final de um período contábil.
As reservas matemáticas dos participantes de um plano previdenciário é o maior componente da obrigação (compromisso) de um plano, consequentemente de seu déficit (se existente), uma vez que é a reserva matemática que será utilizada para o pagamento dos benefícios previdenciários quando o participante reunir as condições para se aposentar.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ocorrendo uma liquidação, a LC nº 109/2001, em seu art. 50 § 2º, estabelece o privilégio especial sobre os ativos garantidores das reservas técnicas e, caso estes não sejam suficientes para a cobertura dos direitos respectivos, privilégio geral sobre as demais partes não vinculadas ao ativo.
No caso do plano PBD, a provisão do Banco é superior ao valor das reservas matemáticas registradas no balanço do exercício de 2019 do referido plano, as quais foram calculadas de acordo com as normas emitidas pela PREVIC.
Quanto aos demais itens que compõem o déficit do PBD, o Banco dispõe de provisão específica para os principais componentes, tais como provisão trabalhistas e repasse "a maior" para o Banco.
Para o Plano Misto (PMB), a provisão constituída é suficiente considerando que as reservas do PMB são formadas por cotas - Art. 52 - §§ 2º e 4º do Regulamento -, enquanto que a suplementação de aposentadoria está condicionada no resgate mensal e vitalício de um número de cotas, determinado atuarialmente em função da quantidade acumulada nos Fundos Individual e Patrocinado, existentes em nome do Participante Ativo ou Optante.
Nesse contexto, a Administração do Banco entende que, ao encerrar o exercício de 2019, as provisões existentes são suficientes para cobrir os riscos relacionados a sua responsabilidade como patrocinadora nos planos PBD e PMB, não se configurando falta de atendimento ao que estabelece o CPC 33.

19. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG
A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.
Em cumprimento a IN CVM nº 381/2003, o Banco declara que, no exercício de 2019, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços que não fossem relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.
A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no âmbito de seu cliente ou mesmo promover os interesses deste. Ressalte-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à avaliação do Comitê de Auditoria.

AGRADECIMENTOS
O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade e parceria depositada na Instituição, contribuindo para o alcance de resultados sólidos e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A T I V O		**31/12/2019**	**31/12/2018**
CIRCULANTE		**7.348.277**	**5.328.669**
Disponibilidades	(Nota 4)	**56.335**	**49.231**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5)	**2.398.431**	**2.285.860**
Aplicações no Mercado Aberto		**2.256.104**	**2.163.571**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		174.601	154.563
(Provisões para Perdas)		**(32.274)**	**(32.274)**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6)	**2.691.709**	**1.228.121**
Carteira Própria		2.558.840	1.123.912
Vinculados a Compromissos de Recompra		**100.161**	**100.257**
Vinculados à Prestação de Garantias		32.708	3.952
Relações Interfinanceiras		**210.017**	**232.692**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		268	995
Créditos Vinculados:		209.749	231.697
Depósitos no Banco Central		209.725	231.673
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		24	24
Operações de Crédito	(Nota 7)	**1.462.394**	**1.126.356**
Operações de Crédito:		1.609.685	1.269.898
Setor Público		1.305	65.619
Setor Privado		1.608.380	1.204.279
(Provisão para Operações de Crédito)		(147.291)	(143.542)
Outros Créditos	(Nota 8)	**501.694**	**405.389**
Carteira de Câmbio		83.616	51.643
Rendas a Receber		98.894	78.584
Diversos		344.558	275.706
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(25.374)	(544)
Outros Valores e Bens		**27.697**	**1.020**
Outros Valores e Bens		28.359	1.682
(Provisões para Desvalorizações)		(669)	(669)
Despesas Antecipadas		7	7
NÃO CIRCULANTE		**12.850.417**	**13.264.498**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5)	**-**	**51.692**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	51.692
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 6)	**9.859.311**	**10.601.972**
Carteira Própria		9.858.955	10.574.722
Vinculados a Prestação de Garantias		356	27.250
Relações Interfinanceiras		**12.569**	**12.569**
Créditos Vinculados:		12.569	12.569
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		12.569	12.569
Operações de Crédito	(Nota 7)	**1.688.042**	**1.566.641**
Operações de Crédito:		1.912.191	1.662.516
Setor Público		-	1.239
Setor Privado		1.912.191	1.661.277
(Provisão para Operações de Crédito)		(224.149)	(95.875)
Outros Créditos	(Nota 8)	**1.290.495**	**1.031.624**
Diversos		1.290.500	1.031.624
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(5)	-
PERMANENTE	(Nota 9)	**280.147**	**346.792**
Investimentos	(Nota 9 a)	**267**	**267**
Outros Investimentos		1.625	1.625

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

(Provisões para Perdas)		(1.358)	(1.358)
Imobilizado de Uso	(Nota 9 b)	**150.257**	**152.170**
Imóveis de Uso		64.417	63.174
Reavaliações de Imóveis de Uso		47.771	48.029
Outras Imobilizações de Uso		221.509	191.787
(Depreciações Acumuladas)		(183.440)	(150.820)
Intangível	(Nota 9 c)	**129.623**	**194.355**
Outros Ativos Intangíveis		303.244	346.514
(Amortização Acumulada)		(173.621)	(152.159)
TOTAL DO ATIVO		**20.478.841**	**18.939.959**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

P A S S I V O		**31/12/2019**	**31/12/2018**
CIRCULANTE		**12.792.377**	**11.702.679**
Depósitos	(Nota 10 a)	**3.900.305**	**3.513.163**
Depósitos à Vista		1.052.696	892.977
Depósitos de Poupança		588.915	574.052
Depósitos Interfinanceiros		29.783	36.984
Depósitos a Prazo		2.228.911	2.009.150
Captações no Mercado Aberto	(Nota 10 b)	**99.997**	**100.024**
Carteira Própria		99.997	100.024
Recursos Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures, e Similares		**235.027**	**243.308**
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		235.027	243.308
Relações Interfinanceiras		**27**	**855**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		27	855
Relações Interdependências		**2.540**	**9.951**
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.947	1.969
Transferências Internas de Recursos		593	7.982
Obrigações por Empréstimo	(Nota 11)	**81.011**	**52.158**
Empréstimos no Exterior		81.011	52.158
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	(Nota 12)	**115.048**	**128.087**
Tesouro Nacional		26.113	26.429
BNDES		62.850	62.047
Finame		26.023	39.542
Finep		62	69
Outras Obrigações	(Nota 13)	**8.358.422**	**7.655.133**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.923	1.766
Carteira de Câmbio		118	258
Sociais e Estatutárias		134.315	54.686
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 13 a)	35.117	27.966
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 13 b)	7.301.463	6.735.904
Passivos Atuariais	(Nota 13 d)	124.360	120.479
Diversas	(Nota 13 c)	701.527	657.808
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Nota 13 e)	59.599	56.266
NÃO CIRCULANTE		**5.487.258**	**5.298.672**
Depósitos	(Nota 10 a)	**500.010**	**637.946**
Depósitos a Prazo		500.010	637.946
Obrigações por Repasses do País-Instituições Oficiais	(Nota 12)	**636.032**	**650.241**
Tesouro Nacional		340	570
BNDES		560.318	551.762
Finame		74.971	97.389
Finep		403	520
Outras Obrigações	(Nota 13)	**4.351.216**	**4.010.485**
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 13 a)	95.210	20.950
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 13 b)	180.683	190.853
Passivos Atuariais	(Nota 13 d)	1.159.547	957.420
Diversas	(Nota 13 c)	1.915.777	1.841.263
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(Nota 13 e)	999.999	999.999
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 15 a)	**2.199.206**	**1.938.608**
Capital	(Nota 15 b)	**1.623.252**	**1.623.252**
De Domiciliados no País		1.623.226	1.623.237
De Domiciliados no Exterior		26	15
Reservas de Capital	(Nota 15 d)	**2.253**	**2.253**
Reservas de Reavaliação	(Nota 15 c)	**20.931**	**21.922**
Reservas de Lucros	(Nota 15 d)	**1.143.110**	**971.800**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(Nota 15 f)	**(590.340)**	**(680.619)**
TOTAL DO PASSIVO		**20.478.841**	**18.939.959**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		2º SEMESTRE/2019	EXERCÍCIO/2019	EXERCÍCIO/2018
Receitas da Intermediação Financeira		**840.209**	**1.506.463**	**1.303.185**
Operações de Crédito	(Nota 7 g)	228.702	423.786	416.655
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 6 a)	609.013	1.079.307	881.085
Resultado de Operações de Câmbio		2.494	3.370	5.445
Despesas da Intermediação Financeira		**(474.518)**	**(987.753)**	**(938.486)**
Operações de Captação no Mercado	(Nota 10 c)	(99.503)	(205.407)	(208.500)
Operações de Empréstimos e Repasses		(271.435)	(525.939)	(591.607)
Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	(Nota 7)	(103.580)	(256.407)	(138.379)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**365.691**	**518.710**	**364.699**
Outras Receitas / Despesas Operacionais		**(31.279)**	**(110.005)**	**(91.688)**
Receitas de Prestação de Serviços	(Nota 17 a)	334.066	680.962	638.755
Rendas de Tarifas Bancárias	(Nota 17 a)	79.420	144.060	113.330
Despesas de Pessoal	(Nota 17 b)	(292.604)	(562.564)	(522.118)
Outras Despesas Administrativas	(Nota 17 c)	(152.001)	(289.122)	(290.374)
Despesas Tributárias	(Nota 17 d)	(56.794)	(111.703)	(99.953)
Outras Receitas Operacionais	(Nota 17 e)	469.624	845.877	968.726
Outras Despesas Operacionais	(Nota 17 e)	(412.990)	(817.515)	(900.054)
Resultado Operacional		**334.412**	**408.705**	**273.011**
Resultado Não Operacional	(Nota 17 f)	**(62.053)**	**(60.136)**	**948**
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**272.359**	**348.569**	**273.959**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(Nota 16 a)	**(30.602)**	**(47.621)**	**(155.649)**
Provisão para Imposto de Renda		26.975	(79.392)	(78.864)
Provisão para Contribuição Social		16.765	(48.776)	(66.157)
Ativo Fiscal Diferido		(74.342)	80.547	(10.628)
Participações Estatutárias no Lucro		**(25.600)**	**(25.600)**	**(9.232)**
Lucro Líquido	(Nota 15 g)	**216.157**	**275.348**	**109.078**
Juros sobre Capital Próprio	(Nota 15 g)	**(105.029)**	**(105.029)**	**(41.773)**
Lucro por Ação Básico e Diluído - Em Reais	(Nota 15 e)	**7,29127**	**9,28787**	**3,67935**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		2º SEMESTRE/2019	EXERCÍCIO/2019	EXERCÍCIO/2018
1. RECEITAS		**1.621.788**	**2.925.118**	**2.887.133**
1.1. Intermediação Financeira		840.209	1.506.463	1.303.185
1.2. Prestações de Serviços	(Nota 17 a)	413.486	825.022	752.085
1.3. Provisão para Devedores Duvidosos	(Nota 7)	(103.580)	(256.407)	(138.379)
1.4. Outras		471.673	850.040	970.242
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(370.938)**	**(731.346)**	**(800.107)**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**(592.862)**	**(1.101.258)**	**(1.126.264)**
3.1. Materiais, energia e outros		(19.880)	(37.977)	(39.859)
3.2. Serviços de terceiros		(95.890)	(181.467)	(185.783)
3.3. Outras		(477.092)	(881.814)	(900.622)
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		**657.988**	**1.092.514**	**960.762**
5. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(Nota 17 c)	**(28.600)**	**(54.803)**	**(50.306)**
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ ENTIDADE (4-5)		**629.388**	**1.037.711**	**910.456**
7. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)		**629.388**	**1.037.711**	**910.456**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**629.388**	**1.037.711**	**910.456**
8.1 Pessoal		**267.897**	**491.778**	**443.753**
8.1.1 Remuneração direta		206.397	373.463	334.031
8.1.2 Benefícios		46.738	89.675	83.023
8.1.3 FGTS		14.762	28.640	26.699
8.2 Impostos, taxas e contribuições		**137.703**	**255.710**	**343.198**
8.2.1 Federais		132.894	244.808	334.673
8.2.2 Estaduais		21	46	39
8.2.3 Municipais		4.788	10.856	8.486
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		**7.631**	**14.875**	**14.427**
8.3.1 Aluguéis	(Nota 17 c)	7.631	14.875	14.427
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	(Nota 15 g)	**216.157**	**275.348**	**109.078**
8.4.1 Juros sobre capital próprio	(Nota 15 g)	105.029	105.029	41.773
8.4.2 Lucros retidos do período	(Nota 15 g)	111.128	170.319	67.305

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

		2º SEMESTRE/2019	EXERCÍCIO/2019	EXERCÍCIO/2018
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
Lucro/Prejuízo Líquido Acumulado	**(Nota 15 g)**	**216.157**	**275.348**	**109.078**
Ajustes ao Lucro Líquido		**670.932**	**1.081.587**	**874.181**
Depreciações e amortizações	(Nota 17 c)	28.600	54.803	50.306
Provisão para operações de crédito e outros créditos	(Nota 7 f)	103.581	256.408	138.384
(Ganhos)/Perdas de capital		63.831	63.459	(283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(Nota 16 a)	74.342	(80.547)	10.629
Resultado com variação cambial		(34)	693	(1.495)
Reversão de Provisões p/Desvalorização de TVM		(32)	(261)	-
Despesas de provisões para passivos contingentes		93.256	210.620	208.792
Despesas de outras provisões		84.539	161.650	177.170
Despesas de provisões para riscos do FNO	(Nota 17 e)	222.657	417.390	414.760
Reversão de provisões para outros créditos	(Nota 7 f)	(1)	(1)	(5)
Reversão de outras provisões operacionais	(Nota 17 e)	(3.147)	(6.691)	(163.656)
Despesa de provisão para outros ativos		3.340	4.064	39.579
Lucro Líquido Ajustado		**887.089**	**1.356.935**	**983.259**
Variações Patrimoniais		**(969.622)**	**(490.616)**	**1.587.447**
(Aumento) em títulos e valores mobiliários para negociação		(161.015)	(170.828)	(19.137)
(Redução)/Aumento)/(Redução) em outros valores e bens		130	(77)	240
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		55.361	31.654	1.425
Aumento/Redução em relações interfinanceiras e interdependencias		(24.588)	14.435	21.869
(Aumento)/ Redução em operações de crédito		(312.581)	(689.009)	76.222
(Aumento)/(Aumento)/Redução em outros créditos		(266.046)	(356.155)	2.095
(Redução) Aumento em depósitos		(72.065)	249.205	592.281
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		7.477	1.604	8.986
Redução em captações no mercado aberto		(33.077)	(8.307)	(201.922)
Redução/Aumento em outras obrigações		(163.218)	436.862	1.105.388
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(82.533)**	**866.319**	**2.570.706**
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(66.307)**	**(139.218)**	**(152.377)**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(148.840)**	**727.101**	**2.418.329**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.399.061)	(3.854.517)	(3.374.153)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		1.316.242	3.318.228	1.083.922
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(36.568)	(70.991)	(76.185)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		47.416	95.003	91.912
Adição de bens não de uso		(26.600)	(26.600)	-
Adição em imobilizado de uso		(2.123)	(5.159)	(10.225)
Alienação do imobilizado de uso		(204)	273	1.027
Aplicação do intangível	(Nota 9 c)	(31.636)	(47.262)	(47.485)
Baixa do Intangível		63.990	63.990	239
CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(68.544)**	**(527.035)**	**(2.330.948)**
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - pagos		-	(57.697)	(100.631)
Juros sobre capital próprio pagos		-	(42.732)	(19.053)
CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**-**	**(100.429)**	**(119.684)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(217.384)**	**99.637**	**(32.303)**
Demonstração da Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do período		2.529.823	2.212.802	2.245.105
No fim do período	(Nota 4)	2.312.439	2.312.439	2.212.802
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(217.384)**	**99.637**	**(32.303)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e
Semestre findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

EVENTOS		CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS PRÓPRIOS	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		REALIZADO	OUTRAS		LEGAL	ESTATUTÁRIA	ESPECIAIS DE LUCROS			
SALDO EM 30.06.2019		**1.623.252**	**2.253**	**21.371**	**132.644**	**884.702**	**14.196**	**(669.530)**	**-**	**2.008.888**
1. AJUSTE AO VLR.DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**33.503**	**-**	**33.503**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	33.503	-	33.503
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**45.687**	**-**	**45.687**
3. OUTROS EVENTOS		**-**	**-**	**(440)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**440**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(733)	-	-	-	-	733	-
Realização da Reserva		-	-	(733)	-	-	-	-	733	-
-Imposto e Contrib. s/ Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	293	-	-	-	-	(293)	-
Realização da Reserva		-	-	293	-	-	-	-	(293)	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**216.157**	**216.157**
5. DESTINAÇÕES		**-**	**-**	**-**	**10.808**	**114.956**	**(14.196)**	**-**	**(216.597)**	**(105.029)**
- Reservas		-	-	-	10.808	114.956	-	-	(125.764)	-
-Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	(14.196)	-	14.196	-
-Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(105.029)	(105.029)
SALDO EM 31.12.2019	(Nota 15 a)	**1.623.252**	**2.253**	**20.931**	**143.452**	**999.658**	**-**	**(590.340)**	**-**	**2.199.206**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**-**	**-**	**(440)**	**10.808**	**114.956**	**(14.196)**	**79.190**	**-**	**190.318**
SALDOS EM 31.12.2017		**1.623.252**	**2.253**	**22.730**	**124.231**	**779.456**	**-**	**(666.613)**	**-**	**1.885.309**
1. AJUSTE AO VLR.DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(8.747)**	**-**	**(8.747)**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	(8.747)	-	(8.747)
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.259)**	**-**	**(5.259)**
3. OUTROS EVENTOS		**-**	**-**	**(808)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**808**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(1.470)	-	-	-	-	1.470	-
Realização da Reserva		-	-	(1.470)	-	-	-	-	1.470	-
-Imposto e Contrib. s/ Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	662	-	-	-	-	(662)	-
Realização da Reserva		-	-	662	-	-	-	-	(662)	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**109.078**	**109.078**
5. DESTINAÇÕES		**-**	**-**	**-**	**5.454**	**62.659**	**-**	**-**	**(109.886)**	**(41.773)**
- Reservas		-	-	-	5.454	62.659	-	-	(68.113)	-
-Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(41.773)	(41.773)

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

SALDO EM 31.12.2018	(Nota 15 a)	**1.623.252**	**2.253**	**21.922**	**129.685**	**842.115**		**(680.619)**	**-**	**1.938.608**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**-**	**-**	**(808)**	**5.454**	**62.659**	**-**	**(14.006)**	**-**	**53.299**
SALDOS EM 31.12.2018	(Nota 15)	**1.623.252**	**2.253**	**21.922**	**129.685**	**842.115**	**-**	**(680.619)**	**-**	**1.938.608**
1. AJUSTE AO VLR.DE MERCADO TVM DERIVATIVOS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**37.561**	**-**	**37.561**
-Títulos Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	-	37.561	-	37.561
2. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - CVM 695		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**52.718**	**-**	**52.718**
3. OUTROS EVENTOS	(Nota 15 c)	**-**	**-**	**(991)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**991**	**-**
-Movimentação da Reserva de Reavaliação		-	-	(1.651)	-	-	-	-	1.651	-
Realização da Reserva		-	-	(1.651)	-	-	-	-	1.651	-
-Imposto e Contrib. s/ Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	660	-	-	-	-	(660)	-
Realização da Reserva		-	-	660	-	-	-	-	(660)	-
4. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(Nota 15 g)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**275.348**	**275.348**
5. DESTINAÇÕES	(Nota 15 g)	**-**	**-**	**-**	**13.767**	**157.543**	**-**	**-**	**(276.339)**	**(105.029)**
- Reservas		-	-	-	13.767	157.543	-	-	(171.310)	-
-Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(105.029)	(105.029)
SALDO EM 31.12.2019	(Nota 15)	**1.623.252**	**2.253**	**20.931**	**143.452**	**999.658**	-	**(590.340)**	**-**	**2.199.206**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		**-**	**-**	**(991)**	**13.767**	**157.543**	-	**90.279**	**-**	**260.598**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Ativo Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio líquido
Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 28 - Análise de sensibilidade
Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 30 - Eventos subsequentes
Nota 31 - Outras informações

1.Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota n° 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam (nota n° 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (nota n° 19).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei n°11.638/2007 e pela Lei n°11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória**.** Estão observadas nas demonstrações financeiras do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Resolução CMN nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Deliberação CVM nº 557/2008 - Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);

Resolução CMN nº 4.636/2018 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN n° 4.534/2016 - Ativo intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN n° 4.535/2016 - Ativo imobilizado de uso (CPC 27).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2020.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a) Moeda funcional
As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota n° 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota n° 5).

e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen n° 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota n° 6):
Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.
Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.
Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independentemente de suas datas de vencimento.

f) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN n° 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.
A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.
Risco de Crédito (FNO): De acordo com a Res. Bacen nº 4.512/2016 e Lei nº 10.177/2001, o valor que corresponde a 50% do risco das operações contratadas com recursos do FNO a partir de 01.12.1998 é calculado de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrado no Banco em outras obrigações diversas a título de provisão para garantias financeiras prestadas – FNO Rural/Industrial (nota nº 13.c).

g) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo permanente
O investimento e imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo, contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.a, 9.b e 17.c).
O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida. Esses ativos são ajustados por perda por desvalorização (*impairment*), quando aplicável, e devidamente amortizados. A amortização também é contabilizada em outras despesas administrativas (notas nºs 9.c e 17.c). As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas notas explicativas.
A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN n° 3.565/2008.

i) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*
Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.
Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

j) Depósitos e captações no mercado aberto
Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota n° 10).

k) Benefícios a empregados
Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (nota n° 25).

l) Tributos
As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota n° 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL)	15%
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) - de set/2015 a dez/2018[1]	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Impostos sobre Serviços de Quakquer Natureza - ISSQN	Até 5%

(1) Período vigente de acordo com a Lei nº 13.163/2015 que trata a alíquota de 20% da CSLL.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota n° 16).

m) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias
Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM nº 594/2009 e Resolução CMN nº 3.823/2009.
A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas demonstrações financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota n° 14).

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas demonstrações financeiras (nota n° 13.a).
Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota n° 14.a).
As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

n) Outros Ativos e passivos
Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de "rendas a apropriar" ou "despesas a apropriar".

o) Demonstração do valor adicionado
O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:
1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.

Houve evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019 (nota nº 30).

q) Uso de estimativas
A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

r) Lucro por ação
A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota n° 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	**56.335**	**49.231**
Disponibilidade em moeda nacional	53.760	45.913
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.575	3.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	**2.256.104**	**2.163.571**
Aplicações no mercado aberto	2.256.104	2.163.571
Total	**2.312.439**	**2.212.802**

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no mercado aberto	**2.256.104**	**2.163.571**
Posição Bancada	**2.256.104**	**2.163.571**
Letras financeiras do tesouro	403.001	289.995
Letras do tesouro nacional	500.620	99.999
Notas do tesouro nacional	1.352.483	1.773.577
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**142.327**	**173.981**
Certificados de depósitos interfinanceiros	174.601	206.255
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Total	**2.398.431**	**2.337.552**
Circulante	**2.398.431**	**2.285.860**
Não Circulante	**-**	**51.692**

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R$32.274 (R$32.274 em 31.12.2018), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.
As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no exercício, R$149.996 (R$161.422 em 2018) e estão registradas como rendas de TVM.

6 . Títulos e valores mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
Carteira própria - livres	**12.417.795**	**11.698.634**
Títulos Públicos	**10.256.989**	**9.811.159**
Letras Financeiras do Tesouro	8.989.675	8.978.006
Letras do Tesouro Nacional	17.481	99.233
Notas do Tesouro Nacional	1.105.166	544.627
Certificados Financeiros do Tesouro	144.667	189.293
Títulos Privados	**2.160.806**	**1.887.475**
Debêntures	819.869	643.257
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	30.005	39.761
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	42.654	40.831
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	36.357	1.080
Letras Financeiras	1.231.921	1.162.546
Vinculados a operações compromissadas	**100.161**	**100.257**
Títulos Públicos	**100.161**	**100.257**
Letras Financeiras do Tesouro	100.161	100.257
Vinculados a prestação de garantias	**33.064**	**31.202**
Títulos Públicos	**33.064**	**31.202**
Letras Financeiras do Tesouro	33.064	31.202
Total	**12.551.020**	**11.830.093**
Circulante	**2.691.709**	**1.228.121**
Não circulante	**9.859.311**	**10.601.972**

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 82,8% do total da Carteira (84,0% em 31.12.2018).
Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R$30.342 (R$28.633 em 31.12.2018) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e R$2.722 (R$2.569 em 31.12.2018) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários
a.1) Quanto ao vencimento

	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima 15 anos	TOTAL
1-Títulos para negociação(1)	**-**	**-**	**-**	**219.361**	**117.958**	**329.604**	**375.410**	**1.042.333**
Títulos Públicos	**-**	**-**	**-**	**219.361**	**117.958**	**329.604**	**375.410**	**1.042.333**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	219.361	117.958	-	-	337.319
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	329.604	375.410	705.014
2-Títulos Disponíveis p/ Venda	**79.011**	**996.429**	**584.103**	**4.450.579**	**3.822.005**	**1.249.401**	**181.516**	**11.363.044**
Títulos Públicos	**-**	**833.312**	**211.367**	**3.470.016**	**3.363.795**	**1.142.232**	**181.516**	**9.202.238**
Letras Financeiras do Tesouro	-	833.312	211.367	3.452.535	3.363.795	924.572	-	8.785.581
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	17.481	-	-	-	17.481
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	217.660	181.516	399.176
Títulos Privados	**79.011**	**163.117**	**372.736**	**980.563**	**458.210**	**107.169**	**-**	**2.160.806**
Debêntures	-	3.187	76.241	197.606	458.210	84.625	-	819.869
Cotas de Fundos de Invest. - FIDC(2)	-	-	30.005	-	-	-	-	30.005
Cotas de Fundos de Invest. - Renda Fixa	42.654	-	-	-	-	-	-	42.654
Cotas de Fundos de Invest. - FI REF	36.357	-	-	-	-	-	-	36.357
Outros Títulos Privados - LFs	-	159.930	266.490	782.957	-	22.544	-	1.231.921
3-Títulos Mantidas até o Vencimento	**-**	**12**	**-**	**144.671**	**460**	**500**	**-**	**145.643**
Títulos Públicos	**-**	**12**	**-**	**144.671**	**460**	**500**	**-**	**145.643**
Notas do Tesouro Nacional	-	12	-	4	460	500	-	976
Certificado Financeiro do Tesouro	-	-	-	144.667	-	-	-	144.667
Total 31.12.2019	**79.011**	**996.441**	**584.103**	**4.814.611**	**3.940.423**	**1.579.505**	**556.926**	**12.551.020**
Total 31.12.2018	41.911	651.237	216.695	3.203.682	5.834.505	1.619.007	263.056	11.830.093

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7° da Circular Bacen n° 3.068/2001.
(2) Valor líquido de provisão (nota n° 6.a.2).

BANCO DA AMAZÔNIA
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

a.2) Quanto aos ajustes

	31.12.2019			31.12.2018		
	Custo	**Mercado**	**Marcação**	**Custo**	**Mercado**	**Marcação**
Para negociação	**880.521**	**1.032.154**	**151.633**	**317.959**	**318.278**	**319**
Letras Financeiras do Tesouro	337.064	337.319	255	317.959	318.278	319
Notas do Tesouro Nacional	543.457	694.835	151.378	-	-	-
Disponíveis para venda	**11.224.870**	**11.295.426**	**70.556**	**10.781.236**	**10.789.191**	**7.955**
Letras Financeiras do Tesouro	8.782.492	8.785.581	3.089	8.787.768	8.791.186	3.418
Letras do Tesouro Nacional	16.639	17.481	842	98.798	99.233	435
Notas do Tesouro Nacional	261.712	331.462	69.750	10.497	10.940	443
Debêntures	822.994	819.869	(3.125)	639.598	643.257	3.659
Cotas Fundos Invest. - FIDC	30.101	30.101	-	40.118	40.118	-
Cotas Fundos Invest. – R. Fixa	42.654	42.654	-	40.831	40.831	-
Cotas Fundos Invest. - FI REF	36.357	36.357	-	1.080	1.080	-
Outros Títulos Privados - LF	1.231.921	1.231.921	-	1.162.546	1.162.546	-
Mantidos até o vencimento	**145.643**	**152.950**	**7.307**	**713.779**	**778.327**	**64.548**
Notas do Tesouro Nacional	976	928	(48)	524.486	582.694	58.208
Certificados Fin. do Tesouro	144.667	152.022	7.355	189.293	195.633	6.340

No período, houve reclassificação dos títulos NTN's-B ago/2026 e ago/2040 da categoria "Mantidos até o vencimento" para "Títulos para Negociação". O objetivo foi a alienação dos títulos, ocorrida em janeiro/2020, para aquisição obrigatória de NTNs'B mai/2035 cumprindo o acordado entre o Banco e BB Previdência com finalidade de constituição de garantias aos contratos de compromisso financeiro referentes ao Planos Saldados de Benefícios (BD e Misto) e PrevAmazônia com a Capaf. As informações sobre a transferência de gestão dos planos da Capaf para a BB Previdência estão registradas em eventos subsequentes (nota nº 30).
Referidos títulos ao serem reclassificados, receberam marcação a valor de mercado, gerando ganhos que, seguindo a regulamentação, foram registrados no período.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)
Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	31.12.2019	**31.12.2018**
Desvalorização	(268.956)	(213.333)
Valorização	339.512	221.288
Total	**70.556**	**7.955**

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2019	**Exercício/2019**	**Exercício/2018**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	70.040	149.996	161.422
Títulos de Renda Fixa	372.156	755.303	713.963
Aplicação Fundos de Investimentos	1.146	2.563	3.400
Lucros com Títulos de Renda Fixa	14.248	19.943	3.147
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(13)	(73)	(698)
Reversão de Provisão Desv. Títulos de Renda Fixa	32	261	-
TVM - Ajuste positivo ao Valor de Mercado	151.469	151.519	-
TVM - Ajuste negativo ao Valor de Mercado	(65)	(205)	(149)
Total	**609.013**	**1.079.307**	**881.085**

7. Operações de crédito
As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

	31.12.2019			31.12.2018		
	A vencer	**Vencidas**	**Total**	**A vencer**	**Vencidas**	**Total**
Operações de crédito						
Empréstimos	1.173.174	51.570	1.224.744	748.181	49.813	797.994
Direitos cred. descontados	15.514	561	16.075	29.853	1.327	31.180
Financiamentos	1.034.704	146.042	1.180.746	1.006.693	41.582	1.048.275
Financiamentos rurais	1.010.461	89.850	1.100.311	1.009.625	45.340	1.054.965
Subtotal	**3.233.853**	**288.023**	**3.521.876**	**2.794.352**	**138.062**	**2.932.414**
Outros créditos com características de concessão de crédito	**-**	**237**	**237**	**-**	**-**	**-**
Diversos	-	237	237	-	-	-
Subtotal	**3.233.853**	**288.260**	**3.522.113**	**2.794.352**	**138.062**	**2.932.414**

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Adiant. s/ contrato câmbio	**61.600**	**19.780**	**81.380**	**45.896**	**2.761**	**48.657**
Total da carteira	**3.295.453**	**308.040**	**3.603.493**	**2.840.248**	**140.823**	**2.981.071**
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(163.299)	(208.141)	(371.440)	(143.702)	(95.715)	(239.417)
(Outros créditos)	-	(7)	(7)	-	-	-
(Câmbio)	(7.287)	(18.085)	(25.372)	(461)	(83)	(544)
Total das provisões	**(170.586)**	**(226.233)**	**(396.819)**	**(144.163)**	**(95.798)**	**(239.961)**
Total líquido	**3.124.867**	**81.807**	**3.206.674**	**2.696.085**	**45.025**	**2.741.110**
Circulante			**1.518.460**			**1.318.555**
Não Circulante			**1.688.214**			**1.662.516**

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	31.12.2019	31.12.2018
Setor Público	**1.305**	**66.858**
Administração direta	1.305	16.223
Atividades empresariais	-	50.635
Setor Privado	**3.602.188**	**2.914.213**
Rural	1.108.942	1.120.183
Indústria	971.643	814.511
Comércio	672.698	490.896
Pessoas físicas	547.020	219.477
Serviços	300.330	267.261
Intermediários financeiros	1.555	1.885
Total da carteira	**3.603.493**	**2.981.071**

b) Concentração dos principais devedores:

	31.12.2019	% Carteira	31.12.2018	% Carteira
Maior devedor	252.111	7,0	232.583	7,8
10 maiores devedores	919.062	25,5	755.030	25,3
50 maiores devedores	852.732	23,7	601.071	20,2
100 maiores devedores	254.100	7,0	273.440	9,2
Demais devedores	1.325.488	36,8	1.118.947	37,5
Total	**3.603.493**	**100,0**	**2.981.071**	**100,0**

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da Carteira
AA	2.647	1.132	136.050	33.293	32.571	16.458	222.151
A	43.364	42.926	93.296	248.448	277.453	495.126	1.200.613
B	31.067	26.262	21.902	158.290	154.136	791.042	1.182.699
C	10.387	36.018	23.302	23.676	70.285	183.533	347.201
D	2.100	2.181	2.179	13.636	5.345	18.796	44.237
E	1.642	2.048	741	2.276	13.675	180.581	200.963
F	2.258	355	344	1.751	2.638	20.941	28.287
G	193	851	187	685	1.150	11.938	15.004
H	1.710	824	670	1.537	4.941	44.616	54.298
Total 31.12.2019	**95.368**	**112.597**	**278.671**	**483.592**	**562.194**	**1.763.031**	**3.295.453**
Total 31.12.2018	80.356	108.572	136.926	363.270	533.682	1.617.442	2.840.248

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Total da Carteira
B	4.565	1.289	201	980	1.953	6.397	15.385
C	28.057	1.703	667	1.589	2.660	7.951	42.627
D	770	831	1.874	664	1.009	2.165	7.313
E	1.019	833	1.164	2.441	2.263	5.143	12.863
F	561	1.675	814	3.143	1.306	3.589	11.088
G	4.985	320	407	1.777	5.325	5.235	18.049
H	5.157	6.257	8.520	25.882	35.417	119.482	200.715
Total 31.12.2019	**45.114**	**12.908**	**13.647**	**36.476**	**49.933**	**149.962**	**308.040**
Total 31.12.2018	12.533	13.441	7.591	25.260	35.612	46.386	140.823

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

31.12.2019	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado	**220.911**	**1.200.613**	**1.198.084**	**389.763**	**51.550**	**213.826**	**39.375**	**33.053**	**255.013**	**3.602.188**
Rural	62.242	545.093	294.588	65.017	26.257	51.049	9.930	16.207	38.559	1.108.942
Indústria	6.711	15.038	429.360	184.448	11.531	154.222	15.170	-	155.163	971.643
Comércio	136.840	127.576	281.103	48.266	6.571	3.701	4.882	14.439	49.320	672.698
Intermediários Financeiros	-	-	1.555	-	-	-	-	-	-	1.555
Outros Serviços	969	165.457	82.127	39.643	721	305	7.661	218	3.229	300.330
Pessoas Físicas	14.149	347.449	109.351	52.389	6.470	4.549	1.732	2.189	8.742	547.020
Setor público	**1.240**	**-**	**-**	**65**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.305**
Total da carteira	**222.151**	**1.200.613**	**1.198.084**	**389.828**	**51.550**	**213.826**	**39.375**	**33.053**	**255.013**	**3.603.493**
Percentual requerido	-	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%	-
Prov.requerida/constituída	-	(6.003)	(11.981)	(11.695)	(5.155)	(64.148)	(19.687)	(23.137)	(255.013)	(396.819)

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

31.12.2018										
Total da carteira	**256.541**	**1.038.339**	**811.670**	**490.265**	**52.524**	**158.708**	**13.478**	**24.015**	**135.531**	**2.981.071**
Prov. requerida/constituída	-	(5.191)	(8.117)	(14.708)	(5.252)	(47.612)	(6.739)	(16.811)	(135.531)	(239.961)

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	Exercício/2019	Exercício/2018
Saldo no início do período	(239.961)	(216.467)
Provisões constituídas	(256.408)	(138.384)
Valores baixados para prejuízo	99.549	114.885
Reversões	1	5
Saldo no final do período	**(396.819)**	**(239.961)**

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R$1.255.790 (R$1.209.558 em 31.12.2018).

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Empréstimos	79.942	150.650	139.094
Direitos creditórios descontados	2.495	5.439	7.183
Financiamentos	71.571	129.271	134.994
Financiamentos rurais	41.862	88.638	86.362
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	32.832	49.788	49.023
Total	228.702	423.786	416.655

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Renegociadas (*)	**252.824**	**354.350**	**497.626**
Carteira Comercial	194.244	197.629	149.751
Carteira de Fomento	58.580	156.721	347.875
Recuperadas	**32.832**	**49.788**	**49.023**
Carteira Comercial	21.149	25.184	23.556
Carteira de Fomento	11.377	24.242	19.096
Câmbio	215	215	72
Outros - FNO	91	147	6.299

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

A redução do volume de renegociações de operações de crédito neste período quando comparado ao mesmo período do ano anterior, deve-se às renegociações ocorridas de clientes expressivos na carteira de fomento à época de 2018, os quais representaram cerca de 67% de todo volume renegociado. O aumento no volume de créditos renegociados da carteira comercial em 2019 deve-se às renegociações de clientes expressivos, os quais representaram aproximadamente 74% do total renegociado.

8. Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Carteira de câmbio	83.616	51.643
Rendas a receber	98.894	78.584
Diversos	1.635.058	1.307.330
Crédito tributário (nota n° 16.c)	1.482.094	1.219.860
Títulos e créditos a receber	57	452
Capaf	107.769	107.769
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(107.769)	(107.769)
Outros	57	452
Remuneração OGU	22	417
Diversos	35	35
Devedores por compra de valores e bens (nota nº 7)	237	-
Devedores por depósito em garantia (nota n° 14.a)	55.379	49.470
Devedores para apuração de responsabilidades	21.589	17.702
(-) Provisão para apuração de responsabilidades	(21.589)	(17.702)
Impostos e contribuições a compensar	69.420	238
Pagamentos a ressarcir	10.847	14.848
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	1.302	3.846
Saque a ressarcir rede compartilhada	970	970
Equalização – STN/FDA	525	1.719
Suprimento 24 Horas	3.934	5.387
Rebates	1.458	1.839
Tributos federais recolhidos a compensar	629	13
Outros pagamentos	2.029	1.074
Devedores diversos	16.582	21.499
Adiantamentos para pagamentos	40	47
Adiantamentos e antecipações salariais	402	916
Provisão para outros créditos	(25.379)	(544)
Total	**1.792.189**	**1.437.013**
Circulante	**501.694**	**405.389**
Não circulante	**1.290.495**	**1.031.624**

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R$107.769 (R$107.769 em 31.12.2018), decorrentes de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R$21.589 (R$17.702 em 31.12.2018), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente.

9. Ativo Permanente

a) Investimentos

	31.12.2019	31.12.2018
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ inc. fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	**267**	**267**

b) Imobilizado de Uso

	31.12.2019	31.12.2018
Imóveis de uso	**64.417**	**63.174**
Terrenos	2.661	2.664
Edificações	61.756	60.510
Reavaliações de Imóveis de uso	**47.771**	**48.029**
Reavaliações de terrenos	12.915	13.095
Reavaliações de edificações	34.856	34.934
Outras imobilizações de uso	**221.509**	**191.787**
Móveis e equipamentos em estoque	586	956
Imobilizações em curso	12.192	17.300
Instalações, móveis e equipamentos de uso	64.199	61.815
Instalações	9.810	8.634
Móveis e equipamentos de uso	54.389	53.181
Outras	144.532	111.716
Sistema de comunicação	3.040	2.850
Sistema de processamento de dados	129.033	99.873
Sistema de segurança	11.979	8.513
Sistema de transporte	480	480
(-)Depreciações acumuladas	**(183.440)**	**(150.820)**
Total	**150.257**	**152.170**

c) Intangível

	31.12.2019	31.12.2018
Software desenvolvido e em desenvolvimento	303.244	346.514
(-) Amortização Acumulada	(173.621)	(152.159)
Total	**129.623**	**194.355**
Total permanente	**280.147**	**346.792**

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em **31.12.2018**	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2019
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	152.170	21.580	(273)	(23.220)	150.257
Intangível (1)	194.355	47.262	(80.411)	(31.583)	129.623
Total	**346.792**	**68.842**	**(80.684)**	**(54.803)**	**280.147**

(1) Os ativos que faziam parte do Projeto de Excelência Tecnológica (PET) que estavam registrados neste grupo foram baixados, visto que estes ativos não gerarão benefícios econômicos futuros, portanto, não possuindo mais as características exigidas pela legislação, conforme CPC 04 (R1).

	Saldos em **31.12.2017**	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 31.12.2018
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	165.676	10.832	(1.027)	(23.311)	152.170
Intangível	174.711	47.485	(846)	(26.995)	194.355
Total	**340.654**	**58.317**	**(1.873)**	**(50.306)**	**346.792**

A Resolução CMN n° 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Limite para Imobilização	1.342.444	1.235.404
(-) Situação	(150.398)	(152.311)
Margem	1.192.046	1.083.093
Índice de imobilização	5,6%	6,2%

Com a vigência da Resolução CMN n° 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 31.12.2019	Total em 31.12.2018
À Vista	**1.052.696**	**-**	**-**	**1.052.696**	**892.977**
Poupança	**588.915**	**-**	**-**	**588.915**	**574.052**
Interfinanceiros	**22.277**	**7.506**	**-**	**29.783**	**36.984**
A Prazo	**1.754.813**	**474.098**	**500.010**	**2.728.921**	**2.647.096**
A prazo	266.582	473.392	499.586	1.239.560	1.362.802

Judiciais com remuneração	77.096	-	-	77.096	72.705
Especiais com remuneração	1.411.135	706	424	1.412.265	1.211.589
Sudam[1]	923.782	-	-	923.782	782.352
Finam	480.696	-	-	480.696	423.125
FAT (nota n° 21)	1.207	706	424	2.337	5.731
Outros	5.450	-	-	5.450	381
Total	**3.418.701**	**481.604**	**500.010**	**4.400.315**	**4.151.109**
Circulante				**3.900.305**	**3.513.163**
Não circulante				**500.010**	**637.946**

[1] Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, registrou o volume de R$99.997 (R$100.024 em 31.12.2018), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 5,9% (6,5% em 31.12.2018) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas de captações c/ depósitos	**(96.614)**	**(199.325)**	**(201.760)**
A Prazo	(37.784)	(79.786)	(78.900)
Poupança	(12.179)	(24.999)	(27.041)
Especiais	(35.848)	(72.412)	(70.662)
Interfinanceiros	(681)	(1.379)	(833)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(5.891)	(12.460)	(15.645)
Judiciais	(2.296)	(4.467)	(4.475)
Fundo Garantidor de Créditos	(1.935)	(3.822)	(4.204)
Desp. de captações mercado aberto	**(2.889)**	**(6.082)**	**(6.740)**
Carteira Própria	(2.889)	(6.082)	(6.740)
Total	**(99.503)**	**(205.407)**	**(208.500)**

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11. Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 é de R$81.011 (R$52.158 em 31.12.2018), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,4% a.a. (3,9% a.a. em 31.12.2018) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12. Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	31.12.2019			31.12.2018		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	5,2	7,9	26.032	2,1	8,9	29.376
BNDES Industrial	3,2	1,1	250.380	7,0	18,2	243.332
BNDES Rural	4,3	5,0	236.398	4,3	7,0	234.256
BNDES Comércio	4,7	8,2	99.984	5,0	11,3	93.749
BNDES Serviços	6,9	6,1	10.374	6,8	9,3	13.096
Finep	1,5	10,0	465	1,5	9,0	589
Finame Industrial	2,5	4,2	21.118	2,2	4,8	25.622
Finame Rural	3,8	5,1	57.569	3,1	5,5	68.185
Finame Comércio	4,3	4,8	8.828	4,2	5,6	11.050
Finame Serviços	1,5	3,7	13.479	2,2	3,4	32.074
STN OGU	1,1	3,3	26.453	1,1	2,9	26.999
Total			**751.080**			**778.328**
Circulante			**115.048**			**128.087**
Não circulante			**636.032**			**650.241**

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota n° 31.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
BNDES Finem	366	574	860	1.720	6.804	6.614	9.094	26.032
BNDES Industrial	408	5.163	354	13.376	36.429	34.314	160.336	250.380
BNDES Rural	-	2.593	-	13.083	123.336	79.271	18.115	236.398
BNDES Comércio	1.476	4.856	1.607	13.856	35.076	18.949	24.164	99.984
BNDES Serviços	238	422	211	1.687	5.051	2.679	86	10.374
Finep	6	10	15	31	122	122	159	465
Finame Industrial	514	1.040	1.412	3.180	11.170	3.718	84	21.118

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Finame Rural	236	3.403	121	9.023	15	-	44.771	57.569
Finame Comércio	190	363	522	1.044	3.727	2.982	-	8.828
Finame Serviços	1.366	910	1.017	1.683	6.893	1.610	-	13.479
STN OGU	25.635	-	4	473	333	5	3	26.453
Total 31.12.2019	**30.435**	**19.334**	**6.123**	**59.156**	**228.956**	**150.264**	**256.812**	**751.080**
Total 31.12.2018	32.800	18.446	11.215	65.662	227.117	152.816	270.272	778.328

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Tesouro Nacional	(43.513)	(61.065)	(122.723)
BNDES	(15.639)	(35.611)	(39.296)
Finame	(1.827)	(3.847)	(4.210)
Finep	(7)	(17)	(27)
Com banqueiros no exterior	(2.550)	(6.007)	(12.404)
Repasses do exterior	-	-	(1)
Total	**(63.536)**	**(106.547)**	**(178.661)**

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU) o montante de R$26.453 (R$26.999 em 31.12.2018).
No exercício foram repassados pelo Tesouro R$375 (R$700 em 2018). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior.
No período foi recolhido ao Tesouro Nacional R$128 (R$245 em 2018). Foi registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R$1.855 (R$1.923 em 2018).

13. Outras obrigações
As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
Cobrança e Arrecadação	1.923	1.766
Câmbio	118	258
Sociais e estatutárias	134.315	54.686
Fiscais e previdenciárias (nota n° 13.a)	130.327	48.916
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota n° 13.b)	7.482.146	6.926.757
Diversas (nota n° 13.c)	2.617.304	2.499.071
Passivos atuariais (nota n° 13.d)	1.283.907	1.077.899
IECP (nota n° 13.e)	1.059.598	1.056.265
Total	**12.709.638**	**11.665.618**
Circulante	**8.358.422**	**7.655.133**
Não circulante	**4.351.216**	**4.010.485**

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	-	12.419
Impostos e contribuições a recolher	33.866	27.305
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	96.461	9.192
Total	**130.327**	**48.916**
Circulante	**35.117**	**27.966**
Não circulante	**95.210**	**20.950**

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	31.12.2019	31.12.2018
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) (1) (nota n° 20)	7.192.844	6.618.193
Marinha Mercante (FMM) (nota n° 22)	192.413	203.233
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota n° 19)	96.811	105.253
Outros	78	78
Total	**7.482.146**	**6.926.757**
Circulante	**7.301.463**	**6.735.904**
Não circulante	**180.683**	**190.853**

(1) Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota n° 20), não apresentando vencimento.

c) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Cheques Administrativos	**7**	**6.485**
Contrato de Assunção de Obrigações	**2**	**2**
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	**46.112**	**54.613**
Obrigações por convênios oficiais	**769**	**5.022**
Obrigações por prestação de serviços	**10**	**10**
Provisão para pagamentos a efetuar	**95.564**	**83.013**
Provisão para demandas judiciais	**900.089**	**937.679**
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota n° 14.f)	140.895	123.952
Ações cíveis (nota n° 14.f)	65.442	76.944
Ações fiscais (nota n° 14.f)	9.150	8.886
Contratos onerosos – Planos Saldados (nota n° 25.b)	656.394	692.187
Plano BD	546.118	571.987
Plano Misto	110.276	120.200
Outras contingências (nota n° 14.f)	28.208	35.710
Desvalorização de bens	349	349
Ações trabalhistas (Capaf)	27.859	35.361
Provisão para garantias financeiras prestadas	**1.535.093**	**1.372.989**
FNO Rural/Industrial (nota n° 20)	1.512.197	1.362.520
FDA (nota nº 19)	22.205	9.758
Cessão de crédito – lei n° 9.138/1995 (*)	686	706
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	**39.658**	**39.258**
Parcelas de operações de crédito-Securitização	286	-
Levantamento de depósitos recursais	13.409	7.829
Demais	25.963	31.429
Total	**2.617.304**	**2.499.071**
Circulante	**701.527**	**657.808**
Não circulante	**1.915.777**	**1.841.263**

(*)Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 9.138/1995 – Securitização I – de responsabilidade do Banco. O saldo destas operações, encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 31 de dezembro de 2019, o montante corresponde a R$9.127 (R$10.974 em 31.12.2018).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2018	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2019
Risco FNO Rural (nota nº 20)	548.891	182.321	(124.449)	606.763
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	813.629	235.069	(143.264)	905.434
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	706	(551)	531	686
FDA (nota nº 19)	9.758	21.889	(9.442)	22.205
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	**1.372.989**	**438.728**	**(276.624)**	**1.535.093**

Provisão p/ Garantias Financeiras Prestadas	Saldos em 31.12.2017	Complemento de Provisões	Pagamento de Perdas	Saldos em 31.12.2018
Risco FNO Rural (nota nº 20)	503.419	177.672	(132.200)	548.891
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	714.508	237.088	(137.967)	813.629
SEC I (Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995)	177.420	29.443	(206.157)	706
FDA (nota nº 19)	9.477	1.090	(809)	9.758
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	**1.404.829**	**445.293**	**(477.133)**	**1.372.989**

d) Passivos atuariais
Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de "Passivos Atuariais", que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados**.**
Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	31.12.2019	31.12.2018
Fundo de pensão de benefício definido	**886.174**	**770.549**
BD Liquidado (nota nº 25)	754.810	658.473
Misto Liquidado (nota nº 25)	32.388	24.329
Assistidos (nota nº 25)	98.976	87.747
Outros	**397.733**	**307.350**
Auxílio saúde (nota nº 25)	397.733	307.350
Total	**1.283.907**	**1.077.899**
Circulante	**124.360**	**120.479**
Não circulante	**1.159.547**	**957.420**

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)
No dia 9 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.
O valor do contrato foi de até R$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.
Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R$999.999, monetizado o montante de R$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.
De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.
O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.
A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.
Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Oficio STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Oficio STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Oficio SEI STN 18/2017).
Diante do impasse, acerca da remuneração do IECP, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.
A primeira audiência com a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.
Na referida reunião, restou consignado: I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.
No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.
No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.
Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R$65.509 (R$52.636 pela remuneração e R$12.873 pela atualização).
Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do contrato é de R$1.059.598 (R$1.056.265 em 31.12.2018). O valor registrado no Passivo Circulante – Outras Obrigações, no montante de R$59.599 (R$56.266 em 31.12.2018) corresponde à provisão para pagamento da remuneração devida ao Tesouro Nacional até o final do período e, no Passivo não Circulante, está registrado o valor de R$999.999 (R$999.999 em 31.12.2018) corresponde ao principal.

14. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.
As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Depósitos recursais
Encontram-se registrados na rubrica "outros créditos" os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal.
Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas Trabalhistas	56.285	50.376
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota n° 8)	**55.379**	**49.470**

b) Ações Trabalhistas
Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais
Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis
Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.
Destacam-se nas ações judiciais cíveis as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R$14.226 (R$14.478 em 31.12.2018).

e) Outras Contingências
Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da Capaf, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas
A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.
As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender à probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas Judiciais - Prováveis	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	**123.952**	**82.347**
Adições	128.746	93.143
Baixa por pagamento	(104.618)	(51.538)
Reversão da provisão	(7.185)	-
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**140.895**	**123.952**
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	**76.944**	**67.200**
Adições	34.601	50.855
Baixa por pagamento	(38.067)	(25.429)
Reversão da provisão	(8.349)	(15.682)
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**65.129**	**76.944**
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	**8.886**	**1.131**
Adições	4.920	10.438
Baixa por pagamento	(4.652)	(507)
Reversão da Provisão	(4)	(2.176)
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**9.150**	**8.886**
Contratos Onerosos (Planos Saldados)		
Saldo no início do período	**692.187**	**722.081**
Atualização Monetária	56.944	55.581
Baixa por pagamento	(92.737)	(85.475)
Reversão da provisão	-	-
Saldo no final do período (nota n° 25.b)	**656.394**	**692.187**
Outras Contingências		
Saldo no início do período	**35.710**	**70.580**
Adições	842	6.008
Baixa por pagamento	(2.643)	(5.572)
Reversão da Provisão	(5.701)	(35.306)
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**28.208**	**35.710**
Total	**899.776**	**937.679**

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**	**Contratos Onerosos (Planos Saldados)**	**Outras Contingências**
Até 5 anos	97.444	31.017	8.583	477.517	6.853
De 5 anos a 10 anos	28.026	21.715	401	119.074	9.139
Acima de 10 anos	15.425	12.710	166	59.803	12.216
Total	**140.895**	**65.442**	**9.150**	**656.394**	**28.208**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.
Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e não requerem provisão.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Demandas Judiciais - Possíveis	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Causas Fiscais	16.796	-
Causas Trabalhistas	21.584	18.384
Causas Cíveis	204.868	117.183
Total	**243.248**	**135.567**

A variação acima deve-se à atualização do andamento processual das ações existentes.

15. Patrimônio líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2019	**31.12.2018**
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	2.199.206	1.938.608
Valor patrimonial por ação (R$) (1)	74,18	65,39
Valor de mercado por ação (R$) (2)	40,00	23,89

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.
(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R$1.623.252 (R$1.623.252 em 31.12.2018) está representado por 29.645.967 ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2018), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	**31.12.2019**	**31.12.2018**
De domiciliados no país	29.645.499	29.645.696
De domiciliados no exterior	468	271
Total	**29.645.967**	**29.645.967**

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.12.2019		**31.12.2018**	
	Ações	**% Total**	**Ações**	**% Total**
União	**28.400.557**	**95,8**	**28.574.057**	**96,4**
Adm.direta–Min. da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.281.114	44,8	13.454.614	45,4
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.427.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	2.853.813	9,6	3.027.313	10,2
Demais	**1.245.410**	**4,2**	**1.071.910**	**3,6**
Total	**29.645.967**	**100,0**	**29.645.967**	**100,0**

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R$20.931 (R$21.922 em 31.12.2018) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R$991 (R$808 em 31.12.2018), decorrentes de depreciação e baixa transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	31.12.2019	**31.12.2018**
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	1.143.110	971.800
Legal	143.452	129.685
Estatutária	999.658	842.115

e) Lucro por ação

	31.12.2019	**31.12.2018**
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R$/mil)	275.348	109.078
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R$)	9,28787	3,67935
JCP por ação (R$)	3,54276	1,40906

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	31.12.2019	**31.12.2018**
Ajustes de avaliação patrimonial	**(590.340)**	**(680.619)**
Títulos Disponíveis para Venda	42.334	4.773
Ajustes de Avaliação Atuarial	(632.674)	(685.392)

g) Destinação do lucro líquido

	31.12.2019	**31.12.2018**
Lucro Líquido	275.348	109.078
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	(13.767)	(5.454)
Saldo após a Reserva Legal	261.581	103.624
Realização da Reserva de Reavaliação	991	809
Base de cálculo para distribuição	262.572	104.433
Juros s/ capital próprio – JCP (*)	(105.029)	(41.773)
Reserva Estatutária	(157.543)	(62.660)

(*) O JCP corresponde a 40% da base de cálculo.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	31.12.2019		**31.12.2018**	
	I R	**CSLL**	**I R**	**CSLL**
Resultado antes da tributação e participações	348.569	348.569	273.959	273.959
Participações Estatutárias	(25.600)	(25.600)	(9.232)	(9.232)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(41.773)	(41.773)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**322.969**	**322.969**	**222.954**	**222.954**
Adições líquidas caráter permanente	(47.168)	(47.168)	64.952	64.952
Adições líquidas caráter temporário	(97.942)	(97.942)	44.494	44.494
Lucro tributável antes compensações	**177.859**	**177.859**	**332.400**	**332.400**
Alíquotas	15%	15%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	**26.679**	**26.679**	**49.860**	**66.480**
Adicional de Imposto de Renda (10%)	17.761	-	33.216	-
Incentivos	(2.464)	-	(3.807)	-
Valores devidos	**41.976**	**26.679**	**79.269**	**66.480**
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	37.416	22.097	(405)	(324)
Valores registrados em resultado antes da ativação	**79.392**	**48.776**	**78.864**	**66.156**
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	16.381	(96.928)	29.573	(18.944)
Valores efetivamente registrados no resultado	**95.773**	**(48.152)**	**108.437**	**47.212**
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	29,7	14,9	48,6	21,2

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos
O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n° 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.
No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.
Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.
Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.
Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.
Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos
As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de dezembro de 2019:

	31.12.2018	Constituição	Realização	31.12.2019
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	159.312	122.059	112.617	168.754
Provisão para Risco de Crédito-Banco	417.563	256.408	179.144	494.827
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.159.225	290.524	500.667	949.082
Auxílio pós-emprego	377.016	145.116	76.255	445.877
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	389.841	149.403	23.150	516.094
Planos Saldados	322.903	381.204	92.737	611.370
Provisão Caixa de Previdência	107.769	-	107.769	-
Provisão para Operações SEC I	706	424	443	687
Outras Provisões	117.951	42.410	44.072	116.289
Base de Cálculo	**3.052.286**	**1.387.548**	**1.136.854**	**3.302.980**
Imposto de Renda Diferido (25%)	**763.072**	**346.887**	**284.214**	**825.745**
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	159.312	122.059	112.617	168.754
Provisão para Risco de Crédito-Banco	417.563	256.408	179.144	494.827
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.159.225	290.524	500.667	949.082
Auxílio pós-emprego	377.016	145.116	76.255	445.877
Auxílio pós-emprego – Del 695	389.841	149.403	23.150	516.094
Planos Saldados	322.903	381.204	92.737	611.370
Provisão Caixa de Previdência	107.769	-	107.769	-
Provisão para Operações SEC I	706	424	443	687
Outras Provisões	110.918	42.410	44.072	109.256
Base de Cálculo	**3.045.253**	**1.387.548**	**1.136.854**	**3.295.947**
Contribuição Social Diferida (15%)	**456.788**	**208.132**	**170.528**	**494.391**
Contribuição Social Diferida (5%)(*)	**-**	**161.957**	**-**	**161.957**
Total do Crédito Tributário	**1.219.860**	**716.976**	**454.742**	**1.482.094**

(*) A Emenda Constitucional 103/2019, art. 32 e § I do art. 36, eleva a alíquota da CSLL das instituições do sistema financeiro de 15% para 20%. Com a referida alteração, houve necessidade de se ajustar o estoque de crédito tributário do Banco, com base na realização prevista a partir de março/2020. O total apurado, R$161.957, foi registrado na respectiva conta do ativo em contra partida à resultado (R$107.092) e Patrimônio Líquido (R$54.865).

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2019, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**De 2025 a 2029**	**TOTAL**
Crédito Tributário de I.R	102.962	80.472	90.371	79.926	92.636	379.377	825.744
Crédito Tributário de C. Social	79.529	64.378	72.297	63.941	74.109	302.096	656.350
Total – Valores Nominais	**182.491**	**144.850**	**162.668**	**143.867**	**166.745**	**681.473**	**1.482.094**
Taxa média de captação a.a (%)	1,043	1,101	1,174	1,253	1,336	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	**174.967**	**131.562**	**138.559**	**114.818**	**124.809**	**-**	**-**

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

e) Créditos tributários não ativados
No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e Contribuição Social (alíquota 15%) sobre diferenças temporárias no total de R$402.974 (R$433.894 em 31.12.2018). O montante de R$18.009 (R$147.714 em 31.12.2018) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.
Considerando a necessidade de atualizar a perspectiva de realização relativo aos Planos Saldados de modo a adequá-lo ao prazo permitido pela Resolução CMN nº 3.059/2002, o Crédito Tributário Não Ativado, foi ajustado em fevereiro/2019, no montante de R$129.704, que corresponde à aplicação das alíquotas sobre a variação da linha de planos saldados, no valor de R$324.260.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	31.12.2019	31.12.2018
Provisão FNO	496.172	369.305
Provisão Auxílio pós emprego	321.934	323.225
Provisão Planos Saldados	45.024	369.284
Provisão Ativos Atuariais - CAPAF	107.769	-

Outras Provisões	36.536	22.921
Total das Provisões	1.007.435	1.084.735
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	**402.974**	**433.894**

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal de imposto de renda e, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

17. Desdobramento das contas de resultado
a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Administração de fundos e programas	**320.098**	**652.829**	**608.688**
FNO (nota n° 20)	312.919	638.415	594.783
Art 19 da lei 8.167/1991	-	372	1.478
Finam (nota n° 18)	5.538	10.551	9.362
Outras - FDA	853	1.631	1.824
Demais rendas	788	1.860	1.241
Rendas de garantias prestadas	**22**	**22**	**-**
Outros serviços	**13.946**	**28.111**	**30.067**
Demais rendas	13.946	28.111	30.067
Sub-total	**334.066**	**680.962**	**638.755**
Rendas de tarifas bancárias	**79.420**	**144.060**	**113.330**
Pessoa física	43.464	77.667	57.765
Pessoa jurídica	35.956	66.393	55.565
Total	**413.486**	**825.022**	**752.085**

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Honorários	(1.585)	(3.087)	(3.841)
Benefícios	(39.429)	(75.648)	(69.954)
Encargos sociais	(72.378)	(139.053)	(127.365)
Proventos	(173.197)	(334.152)	(311.320)
Treinamento	(3.423)	(5.442)	(4.034)
Remuneração de estagiários	(2.592)	(5.182)	(5.604)
Total	**(292.604)**	**(562.564)**	**(522.118)**

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Água, energia e gás	(7.468)	(14.017)	(12.827)
Aluguéis	(7.631)	(14.875)	(14.427)
Processamento de dados	(18.391)	(38.066)	(41.768)
Comunicações	(15.212)	(29.629)	(30.834)
Manutenção e conservação de bens	(7.388)	(13.420)	(12.596)
Material	(704)	(1.147)	(871)
Serviços de terceiros	(12.455)	(24.200)	(24.960)
Vigilância e segurança	(15.791)	(29.487)	(28.946)
Serviços do sistema financeiro	(10.422)	(18.453)	(18.603)
Promoções e relações públicas	(4.919)	(7.107)	(7.156)
Propaganda e publicidade	(3.328)	(5.593)	(4.670)
Publicações oficiais	(692)	(1.654)	(1.185)
Serviços técnicos especializados	(7.037)	(13.066)	(14.541)
Transporte	(7.202)	(14.183)	(17.219)
Viagens	(2.664)	(4.671)	(4.817)
Depreciação	(11.826)	(23.220)	(23.311)
Amortização	(16.774)	(31.583)	(26.995)
Demais despesas administrativas	(2.097)	(4.751)	(4.648)
Total	**(152.001)**	**(289.122)**	**(290.374)**

d) Despesas tributárias

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
ISS	(4.230)	(8.181)	(6.262)
Cofins	(44.214)	(85.888)	(76.183)
PIS/Pasep	(7.185)	(13.957)	(12.380)
Demais tributos	(1.165)	(3.677)	(5.128)
Total	**(56.794)**	**(111.703)**	**(99.953)**

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Del credere – FNO (nota n° 20)	337.427	653.349	603.215
Demais rendas operacionais	132.197	192.528	365.511
Recup. op. FNO (nota n° 20)	112.128	148.373	147.775
Rendas de Del credere – FDA	2.612	5.228	5.749
Receita variação taxas - FMM	3.682	11.980	15.486
Receita variação taxa câmbio	1.504	5.032	9.363
Recuperação encargos e despesas	1.130	2.648	16.171
Reversão outras prov. Operac. (nota n° 8) (*)	3.147	6.691	163.656
Multas – operações crédito geral	958	2.153	2.377
Rendas s/ depósito compulsório	2.433	5.031	4.793
Demais receitas operacionais	4.603	5.392	141
Total	**469.624**	**845.877**	**968.726**

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

(*) Em 2018 o montante é composto substancialmente por valores referentes à reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas (R$110.984) e pela reclassificação das rubricas Provisão ativos atuariais Contrato TI (R$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R$13.608), conforme detalhado na nota nº 8.

Outras despesas operacionais	**2º Semestre/2019**	**Exercício/2019**	**Exercício/2018**
Desp. de provisão–FNO (nota n° 20)	(222.657)	(417.390)	(414.760)
Atualiz. Ben. pós-emprego PBD e PMB (nota 25 b)	(53.916)	(105.945)	(106.831)
Atualização Planos Saldados (nota n° 25 b)	(23.443)	(56.944)	(55.581)
Passivos trabalhistas	(52.624)	(121.561)	(92.941)
Desp.pós-emprego–assistidos/auxílio saúde (nota 25 a.2)	(21.074)	(41.667)	(39.935)
Cessão de crédito - lei n° 9.138/1995	(124)	(424)	(29.443)
Despesas de variação de taxa FMM	(4.516)	(14.081)	(14.812)
Passivos cíveis/sucumbências	(9.547)	(20.501)	(35.801)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(2.242)	(6.201)	(9.151)
FDA – Provisão	(9.426)	(13.615)	(960)
Atualiz. operac. SEC I – Lei 9.138/1995	(72)	(73)	-
Despesa de variação taxa câmbio	(18)	(31)	(59)
Outras contingências - Fiscais	(4.902)	(4.916)	(10.438)
Grade de eventos perdas operacionais (nota n° 8)	(3.340)	(4.063)	(17.880)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(257)	(524)	(600)
Variação negativa de índices	-	(667)	-
Dividendos a pagar juros s/ capital	-	(915)	(409)
Provisão ativos atuariais - Capaf	(498)	(498)	(4.880)
Despesas desconto concedido renegociação	(784)	(807)	(608)
Despesas com TVM	(24)	(42)	(159)
Desp. deficiência aplicação exigibilidades	-	-	(965)
Multa de órgãos oficiais	(1)	(228)	-
Outras despesas - PET (nota n° 8) (*)(*)	-	-	(21.699)
Sucumbências/Honorários Especiais - Determ. Judicial	(147)	(147)	-
Decisões, Condenações Judiciais	(516)	(516)	-
Demais despesas operacionais	(2.862)	(5.759)	(42.142)
Total	**(412.990)**	**(817.515)**	**(900.054)**

(*)(*) Variação mencionada em outras receitas operacionais.

f) Resultado não operacional

	2º Semestre/2019	**Exercício/2019**	**Exercício/2018**
Receitas não operacionais	**2.049**	**4.163**	**1.516**
Lucros em transações c/ valores e bens	1	304	35
Outras receitas não operacionais	2.048	3.859	1.481
Reversão outras prov. não operacionais	926	1.844	463
Ganhos de capital	159	535	357
Rendas de aluguel	2	4	15
Juros s/Capital próprio / Dividendos recebidos	-	-	198
Outras rendas não operacionais	961	1.476	448
Despesas não operacionais	**(64.102)**	**(64.299)**	**(568)**
Perdas de Capital (*)	(63.991)	(63.994)	(73)
Outras Despesas não operacionais	(111)	(305)	(495)
Imobilizações	(100)	(291)	(415)
Diversas	(11)	(14)	(80)
Total	**(62.053)**	**(60.136)**	**948**

(*) Variação mencionada em ativo permanente – intangível (nota nº 9.c).

18. Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais. Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste período, não houve a entrada de recursos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018 (R$3.237 em 31.12.2018).

No período, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R$10.551 (R$9.362 em 2018).

O Banco vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, a divulgação está contemplada na nota nº 14.f, integrando o total das causas cíveis.

19. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória n° 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar n° 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Está registrado, a título de *del credere*, o valor de R$24.483 (R$23.198 em 31.12.2018) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R$22.205 (R$9.758 em 31.12.2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R$96.811 (R$105.253 em 31.12.2018). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20. Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)
Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Taxa de administração (nota n° 17.a)	312.919	638.415	594.783
FNO	265.640	543.837	498.702
FNO - Pronaf	47.279	94.578	96.081
Del credere (nota n° 17.e)	337.427	653.349	603.215
Recuperação de operações (nota n° 17.e)	112.128	148.373	147.775
Remuneração do disponível (nota n° 24)	(193.879)	(396.751)	(364.492)
Provisão (risco compartilhado) (nota n° 17.e)	(222.657)	(417.390)	(414.760)

O patrimônio do FNO, no montante de R$31.183.044 (R$28.351.373 em 31.12.2018), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".
A Taxa de administração de 0,225% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.
O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei n° 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufere *del-credere*, por estar isento de risco.
Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R$116.843 (R$110.483 em 2018) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI n° 11/2005.
O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R$7.025.645 (R$6.584.761 em 31.12.2018) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No exercício, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R$396.751 (R$364.492 em 2018).
A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução n° 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R$1.512.197 (R$1.362.520 em 31.12.2018) (nota n° 13.c).
No exercício, o Banco procedeu à baixa de R$267.713 (R$270.167 em 2018) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial n° 11/2005.
A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consistem no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo.
Neste exercício, foi devolvido ao Fundo o montante de R$268.252 (R$270.111 em 2018).
A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados conforme anexo.
Neste exercício, foi repassado ao Banco o montante de R$134.492, para que este, em nome próprio, realizasse a contratação de uma operação de crédito com risco integral do Banco, conforme previsto no artigo 9º-A da Lei nº 7.827 09/1989 e Lei nº 10.177/2001.
Apresentamos abaixo quadro da composição dos recursos do FNO:

	31.12.2019	31.12.2018
Saldo no início do período	**6.618.193**	**4.971.889**
Repasses do Tesouro Nacional	2.719.185	2.493.516
Repasse próprio - art.9º-A Lei nº 7.827/1989	134.982	-
Reembolso	4.438.960	3.672.494
Valores indenizados pelo Banco	268.252	270.111
Remuneração das disponibilidades	396.751	364.492
Desembolso	(5.990.947)	(3.823.834)
Despesas operações renegociada e/ou indenizada	(118.161)	(136.264)
Despesas com taxa de administração	(619.658)	(590.317)
Despesas com del credere	(653.349)	(603.215)
Despesa de Auditoria	(148)	(216)
Outras Despesas	(1.216)	(463)
Saldo no final do período (nota n° 13.b)	**7.192.844**	**6.618.193**

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

	31.12.2019		31.12.2018	
Nível de Risco	**Saldos**	**Provisão**	**Saldos**	**Provisão**
AA	1.829.266	-	1.573.663	-
A	9.850.766	(24.627)	8.023.459	(20.059)
B	5.150.334	(25.751)	5.287.493	(26.437)
C	2.360.133	(35.401)	2.702.270	(40.532)
D	1.102.908	(55.144)	550.161	(27.508)
E	433.269	(64.990)	517.208	(77.581)
F	190.284	(47.571)	270.172	(67.543)
G	170.349	(59.622)	152.014	(53.205)
H	2.398.325	(1.199.091)	2.099.548	(1.049.655)
Total	**23.485.634**	**(1.512.197)**	**21.175.988**	**(1.362.520)**

21. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), vinculado à Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.
Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, e no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.
Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no exercício, no montante de R$3.613 (R$5.473 em 2018), conforme demonstrado a seguir:

		31.12.2019		31.12.2018	
	Taxa	**Reembolsos**	**Saldos**	**Reembolsos**	**Saldos**
Aplicado	TJLP	**185**	**1538**	**459**	**4199**
Proger urbano		185	1.538	459	4.199
Disponível	TMS	**56**	**798**	**101**	**1531**

Proger urbano	56	798	101	1.531
Principal	**3.372**	**-**	**4.913**	**-**
Proger urbano	3.372	-	4.913	-
Total	**3.613**	**2.336**	**5.473**	**5.730**

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	31.12.2019		31.12.2018	
A vencer	**Valores**	**%**	**Valores**	**%**
Até 30 dias	329	14,1	607	10,6
De 31 a 90 dias	292	12,5	495	8,6
De 91 a 180 dias	407	17,4	685	12,0
De 181 a 360 dias	664	28,4	1.248	21,8
Mais de 1 ano	644	27,6	2.695	47,0
Total	**2.336**	**100,0**	**5.730**	**100,0**

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R$2.325 (R$4.753 em 31.12.2018).

22. Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceira com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério da Infraestrutura, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R$192.413 (R$203.232 em 31.12.2018) (nota n° 13.b).

23. Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Orla DTVM S/A e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	31.12.2019	31.12.2018
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	73.515	85.910
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	73	321
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	28	655
Fundo Amazônia Credit 90	1	-
Fundo Amazônia Mix "2"	30	33
Total	**73.647**	**86.919**

Neste período e em 2018, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos.

24. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Honorários (nota n° 17.b)	**(1.585)**	**(3.087)**	**(3.841)**
Diretoria Executiva	(1.125)	(2.151)	(2.726)
Conselho de Administração	(138)	(279)	(306)
Conselho Fiscal	(88)	(182)	(218)
Comitê de Auditoria	(234)	(475)	(517)
Outros - Ajuda de Custo	-	-	(74)
Remuneração Variável Anual	**-**	**(506)**	**(415)**
Outros benefícios [1]	**(36)**	**(75)**	**(71)**
Total	**(1.621)**	**(3.668)**	**(4.327)**

[1] Ticket, cesta alimentação e auxílio moradia.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R$ unitários).

	31.12.2019	31.12.2018
Diretoria - Honorários	36.508,75	37.738,80
Conselho de Administração	3.541,99	3.857,39
Conselho Fiscal	3.704,11	3.650,84

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais entidades como partes relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota n° 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM).

As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota n° 25 (Benefícios a empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Passivos		
Depósito a Prazo – FAT (nota n° 21)	**2.336**	**5.730**
Obrigações por Repasse do País (nota n° 12)	**751.080**	**778.328**
Tesouro Nacional	26.453	26.999
BNDES	623.168	613.809
Finame	100.994	136.931
Finep	465	589
Outras Obrigações	**7.482.068**	**6.926.677**
FNO (notas n°s 13 e 20)	7.192.844	6.618.193
FMM (notas n°s 13 e 22)	192.413	203.232
FDA-aplicado (notas n°s 13 e 19)	96.811	105.252
Total	**8.235.484**	**7.710.735**

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas taxa administração (nota n° 17.a)	320.098	652.829	608.688
Receita Del credere do FNO (nota n° 17.e)	337.427	653.349	603.215
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota n° 20)	(193.879)	(396.751)	(364.492)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota n° 20)	(222.657)	(417.390)	(414.760)
Desp. contrib. patronal – Capaf	(7.309)	(14.027)	(13.069)
Liquidados - BD e Misto (nota n° 25)	(1.873)	(3.532)	(3.475)
Prev-amazônia - Capaf (nota n° 25)	(5.436)	(10.495)	(9.594)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf	(98.433)	(204.556)	(202.347)
Atualização Benefício Pós-emprego PBD e PMB (nota n° 17.e)	(53.916)	(105.945)	(106.831)
Atualização Planos Saldados (nota n° 17.e)	(23.443)	(56.944)	(55.581)
Desp.pós-emprego–assistidos/auxílio saúde (nota n° 17.e)	(21.074)	(41.667)	(39.935)

25. Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 908 de 18 de outubro de 2019, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 22 de outubro de 2019, do prazo de intervenção que trata a Portaria nº 327 de 22 de abril de 2019.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público-alvo.

O processo sobre transferência do gerenciamento dos planos de previdência BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia para a BB Previdência consta em eventos subsequentes (nota 30.)

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Plano BD Elegível (%)		Plano BD Não Elegível (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	6,9	8,8	7,1	8,8
Taxa de juros desconto atuarial-real	2,9	4,6	3,2	4,6
Projeção de aumentos salariais	3,8	4,0	3,8	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	4,0	3,8	4,0
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	4,0	3,8	4,0
Taxa de inflação	3,8	4,0	3,8	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	6,9	8,8	7,1	8,8

	Plano Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	6,9	8,8	6,3	8,4	7,6	9,2
Taxa de juros desconto atuarial-real	2,9	4,6	2,4	4,2	3,6	5,0
Projeção de aumentos salariais	3,8	4,0	N/A	N/A	3,8	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	3,8	4,0	3,8	4,0	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	3,8	4,0	-	-	-	-
Taxa de inflação	3,8	4,0	3,8	4,0	3,8	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	6,9	8,8	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

II – Demográficas

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Taxa de rotatividade	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%	0,8%	0,7%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *	AT-2000M&F *
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **	A. Vindas **
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

* suavizada em 20% em 2019 e 20% em 2018.

** suavizada em 30% em 2019 e 30% em 2018.

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(57.682)	(56.518)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(57.682)**	**(56.518)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(1.365)	(1.441)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	49.230	44.580
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(89.250)	(35.653)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(41.385)**	**7.486**
Total dos componentes de benefício definido	**(99.067)**	**(49.032)**

	Plano Misto	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Custo do serviço		
Custo do serviço	(4)	(4)
Custo de juros líquidos	(2.131)	(1.662)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(2.135)**	**(1.666)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e perdas sobre as contribuições dos participantes	-	(5)
Ganhos e Perdas sobre o ativo	614	(1.454)
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(6.572)	(3.227)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(5.958)**	**(4.686)**
Total dos componentes de benefício definido	**(8.093)**	**(6.352)**

	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(7.380)	(7.273)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(7.380)**	**(7.273)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(12.661)	(5.665)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(12.661)**	**(5.665)**
Total dos componentes de benefício definido	**(20.041)**	**(12.938)**

	Auxílio-saúde	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Custo do serviço		
Custo de serviço	(6.072)	(4.685)
Custo de juros líquidos	(28.215)	(27.978)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	**(34.287)**	**(32.663)**
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(66.249)	4.215
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(66.249)**	**4.215**
Total dos componentes de benefício definido	**(100.536)**	**(28.448)**

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(658.473)**	**(612.323)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	2.730	2.882
Provisão para planos de benefício definido	(57.682)	(56.518)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(41.385)	7.486
(Passivo)/ativo reconhecido no período	**(754.810)**	**(658.473)**
Ajuste Provisão - Ação Rescisória		
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(754.810)**	**(658.473)**

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

	Plano Misto	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(24.329)**	**(18.010)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	34	33
Provisão para planos de benefício definido	(2.135)	(1.666)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(5.958)	(4.686)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(32.388)**	**(24.329)**

	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(87.747)**	**(82.362)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	8.812	7.553
Provisão para planos de benefício definido	(7.380)	(7.273)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(12.661)	(5.665)
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(98.976)**	**(87.747)**

	Auxílio-saúde	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	**(307.351)**	**(290.532)**
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	10.154	11.630
Provisão para planos de benefício definido	(34.287)	(32.663)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(66.249)	4.215
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	**(397.733)**	**(307.350)**

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	Plano BD	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(773.434)**	**(715.874)**
Benefícios pagos pelo plano	53.266	48.263
Custo de juros	(67.753)	(66.075)
Remensurações de perdas atuariais	(113.807)	(39.747)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.775)	1.282
Decorrentes de ajustes nas premissas demográficas	-	(2.069)
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(112.032)	(38.960)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(901.728)**	**(773.433)**

	Plano Misto	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(74.196)**	**(68.645)**
Benefícios pagos pelo plano	6.736	7.247
Custo de juros/serviço corrente	(6.500)	(6.336)
Custo de serviço corrente	(8)	(7)
Remensurações de Perdas atuariais	(13.143)	(6.455)
Decorrentes de ajuste de experiência	(1.685)	(1.615)
Decorrentes de ajuste nas premissas demográficas	-	(787)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(11.458)	(4.053)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(87.111)**	**(74.196)**

	Assistidos pelo Banco	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(87.747)**	**(82.362)**
Benefícios pagos pelo plano	8.812	(7.553)
Custo de juros	(7.380)	(7.273)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(12.661)	(5.665)
Decorrentes de ajuste de experiência	(2.724)	(3.035)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(9.937)	(2.631)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(98.976)**	**(87.747)**

	Auxílio-saúde	
	Exercício/2019	**Exercício/2018**
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	**(307.351)**	**(290.532)**
Benefícios pagos pelo plano	10.154	11.630
Custo de juros	(28.215)	(27.978)
Custo de serviço corrente	(6.072)	(4.685)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(66.249)	4.215
Decorrentes de ajuste de experiência	21.513	34.748
Decorrentes de ajuste nas premissas demográficas	-	(1.721)
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	(87.762)	(28.812)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	**(397.733)**	**(307.350)**

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	AT-2000 M&F Suavizada em 20%				
	-5%	**+5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente obrigação atuarial-Elegíveis	(624.411)	(592.502)	(620.120)	(596.091)	(607.892)
Superávit/(déficit) do plano	**(624.411)**	**(592.502)**	**(620.120)**	**(596.091)**	**(607.892)**
Variação na obrigação atuarial	2,72 %	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,72 %	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(301.820)	(286.396)	(299.746)	(288.131)	(293.836)
Superávit/(déficit) do plano	**(301.820)**	**(286.396)**	**(299.746)**	**(288.131)**	**(293.836)**
Variação na obrigação atuarial	2,72%	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,72%	(2,53%)	2,01%	(1,94%)	

Plano Misto					
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	-5%	**+5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente obrigação atuarial	(89.192)	(85.168)	(88.961)	(85.327)	(87.111)
Valor justo dos ativos do plano	22.335	22.335	22.335	22.335	22.335
Superávit/(déficit) do plano	**(66.857)**	**(62.833)**	**(66.626)**	**(62.992)**	**(64.776)**
Variação na obrigação atuarial	2,39%	(2,23%)	2,12 %	(2,05%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,21%	(3,00%)	2,86%	(2,75%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	-5%	**+5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente obrigação atuarial	(102.827)	(95.433)	(100.381)	(97.611)	(98.976)
Superávit/(déficit) do plano	**(102.827)**	**(95.433)**	**(100.381)**	**(97.611)**	**(98.976)**
Variação na obrigação atuarial	3,89%	(3,58%)	1,42%	(1,38%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,89%	(3,58%)	1,42%	(1,38%)	

Auxílio-saúde					
	Tábua biométrica AT-2000 M&F Suavizada em 20%		**Taxa de desconto**		**Parâmetros do demonstrativo**
	-5%	**+5%**	**-0,25**	**+0,25**	
Valor presente obrigação atuarial	(406.046)	(389.979)	(415.408)	(381.408)	(397.733)
Superávit/(déficit) do plano	**(406.046)**	**(389.979)**	**(415.408)**	**(381.408)**	**(397.733)**
Variação na obrigação atuarial	2,09%	(1,95%)	4,44%	(4,12%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,09%	(1,95%)	4,44%	(4,12%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	**Plano Misto**	**Assistidos**	**Auxílio-saúde**
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(6.968)
Custo de juros líquidos	(50.712)	(2.099)	(6.096)	(27.377)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(50.712)**	**(2.103)**	**(6.096)**	**(34.345)**
Montantes esperados período seguinte-Nomais	3.779	34	9.147	10.540
Total dos pagamentos esperados para o plano	**3.779**	**34**	**9.147**	**10.540**

a.7) Categorias dos Ativos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos
Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial
Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

Plano BD	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Valor da Obrigação no início do período	658.473	612.323
Atualizações resultado	103.844	105.199
Atualizações PL	41.385	(7.486)
(-) Valores Pagos	(48.892)	(51.563)
Saldo no final do período (nota n° 13.d)	**754.810**	**658.473**

Plano Misto	**31.12.2019**	**31.12.2018**
Valor da Obrigação no início do período	24.329	18.010
Atualizações resultado	2.101	1.633
Atualizações PL	5.958	4.686
Saldo no final do período (nota n° 13.d)	**32.388**	**24.329**
Total BD e Misto	**787.198**	**682.802**

b) Planos Saldados
Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.
Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.
Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	31.12.2019	31.12.2018
Valor da Obrigação no início do período	692.187	722.081
Atualizações - Resultado (nota nº 17.e)	56.944	55.581
(-) Valores Pagos	(92.737)	(85.475)
Saldo no final do período (nota n° 13.c)	**656.394**	**692.187**

c) Plano Prevamazônia
O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Liquidados - BD e Misto	(1.873)	(3.532)	(3.475)
Prev-amazônia	(5.436)	(10.495)	(9.594)
Total (nota n° 24.b)	**(7.309)**	**(14.027)**	**(13.069)**

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	31.12.2019	31.12.2018
Saldados	656.394	692.187
Liquidados	787.198	682.802
Assistidos	98.976	87.747
Auxílio Saúde	397.733	307.350

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)
Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf. Processo previa julgamento para julho de 2019, no entanto, foi retirado da pauta de julgamento por decisão do Pleno do TRT-16ª Região, sem previsão de data para novo julgamento até o momento. De acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 a ação é classificada como possível.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008
A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.
Respaldado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.
Ajuizada ação, depois de mudança de Relator no TST, a Ministra Relatora entendeu que a competência para processar a ação era do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, tendo o processo sido remetido ao Regional. Distribuído ao Relator, este, em análise preliminar, concedeu tutela requerida pela União, no entanto, tão logo publicada a decisão, esta foi reconsiderada de ofício. A União interpôs recurso, no entanto, improvido. O Banco foi intimado em fevereiro de 2019, tendo se habilitado nos autos na condição de assistente. Em dezembro de 2019 foi anunciado seu julgamento, porém, a pedido do Banco, a Seção Especializada do TRT-8ª Região, retirou o processo de pauta. O processo aguardará nova pauta de julgamento, a ser designada.

A provisão do plano BD, existente em 31.12.2019, totalizou R$754.810, distribuída da seguinte forma:
- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R$661.361;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R$93.449;

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R$661.361, é a seguinte:
- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do período R$607.892;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do período R$53.469.

Composição da provisão existente ao final do período para os planos liquidados BD/Misto:
- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R$754.810;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) – R$32.388;
- Total da Provisão – R$787.198.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no exercício, o montante de R$56.942 (R$55.581 em 31.12.2018).

26. Remuneração paga aos Empregados
a) Remuneração mensal dos empregados (em R$ unitários)

	31.12.2019	31.12.2018
Menor Salário	2.607,71	2.499,86
Maior Salário	27.324,76	26.195,34
Salário Médio	8.110,30	7.838,12

No exercício, foi provisionado a título de PLR aos empregados, o montante de R$24.726 (R$8.726 em 2018).

27. Processo de gerenciamento de riscos
O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.
A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos de mercado e liquidez, tanto para operações incluídas na carteira de negociação quanto para demais posições.
O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.
A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez
O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.
Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.
O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de 12,501 bilhões, representando 84,22% do portfólio total de R$14,844 bilhões (R$12.136 bilhões, 85,4% do portfólio de R$14,218 bilhões em 31/12/2018). A maioria dos recursos, 63,50% (65,4% em 31/12/2018), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.
O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito
A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.
Objetivando aplicar os recursos próprios e os recursos administrados em nome de terceiros de maneira eficiente, sejam eles de natureza orçamentária ou não, a gestão de risco de crédito permite a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos, assegurando ou atuando de forma coadjuvante para que haja: melhoria da qualidade de crédito da Instituição; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco, e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; aumento da capacidade operacional da Instituição; maior transparência do processo creditício; aumento da agilidade no processo de análise e decisão creditícia.
No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.
A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.
O Banco da Amazônia é responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.
Nesse sentido, foi finalizada a implantação de solução para a gestão de garantias, que reúne em uma única base corporativa as informações necessárias ao controle da suficiência ou disponibilidade de garantias no Banco, contribuindo para redução do risco operacional, bem como mitigação do risco de crédito.
Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basiléia II e da Resolução 4.557 de 23/07/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

c) Risco de mercado
O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.
A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de value at risk (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).
Em 31 de dezembro de 2019, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R$4,843 milhões e R$3,400 milhões (R$1,931 milhões e R$963 mil em 31/12/2018), consumindo 35,63% e 35,55% do limite de referência, respectivamente (14,6% e 10,7% em 31/12/2018). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) Risco operacional
A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.
A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.
Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.
A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

e) Gestão de capital
O Banco da Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.
A estrutura de gerenciamento atende ao previsto na Resolução 4.557/2017 e permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em pata mar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)
O Índice de Basiléia (Índice de Adequação de Capital) é calculado de acordo com o estabelecido nas resoluções do CMN 4.192/2013 (cálculo do Patrimônio de Referência - PR) e 4.193/2013 (cálculo dos requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal) relacionando-os com os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)
Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	31.12.2019	31.12.2018
Patrimônio de Referência (PR)	**2.685.013**	**2.470.933**
PR Nível I	**2.685.013**	**2.470.933**
Capital Principal	**2.685.013**	**2.470.933**

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**21.465.780**	**18.515.580**
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	16.624.111	14.838.555
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	829.946	200.629
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	4.011.723	3.476.396
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido (1)	965.960	833.201
PR Nível I Mínimo Requerido (2)	1.287.947	1.110.935
PR Mínimo Requerido (3)	1.717.262	1.596.969
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem sobre o Capital Princ.Mínimo Requerido	1.719.053	1.637.732
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.397.066	1.359.998
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	**12,5%**	**13,4%**
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	**12,5%**	**13,4%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**12,5%**	**13,4%**

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.
(3) Em 31/12/2019, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,0% e em 31.12.2018, a 8,6%.

28. Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários onde se verifica o comportamento do VaR no cenário normal de mercado, e nos cenários de estresse de 25% e 50% dos indicadores utilizados para projeção de MtM. No cálculo do estresse são utilizadas como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – BMF/IGPM, cupom – BMF/IPCA, cupom IGPM/NTN-Anbima, Cupom IPCA/NTN-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R$4,0307 em 31/12/2019 (R$3,87 em 31/12/2018) e a taxa DI de 1 ano no nível de 4,4% a.a (6,4% a.a. em 31/12/2018).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R$5,0384 em 31/12/2019 (R$4,84 em 31/12/2018), e a taxa DI de 1 ano no nível de 5,50% a.a. (8,0% a.a em 31/12/2018), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R$ 6,0461 em 31/12/2019 (R$5,81 em 31/12/2018) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 6,60% a.a. (9,6% a.a em 31/12/2018), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de MtM dos ativos da Carteira Tesouraria Banking, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		**31.12.2019**			**31.12.2018**		
		Cenários			**Cenários**		
Fatores de Risco	**Definição**	**1**	**2**	**3**	**1**	**2**	**3**
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	1.436	(830)	(1.491)	(5)	-	-
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	2.427	90.119	119.349	962	82.963	95.388
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	33	(33.397)	(60.908)	7	(39.095)	(71.136)
Total		**3.896**	**55.892**	**56.950**	**964**	**43.868**	**24.252**

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R$56 milhões correspondentes ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado (R$43 milhões correspondente ao estresse de 25% em 31/12/2018).

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,79% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco.

29. Demonstração do resultado abrangente

	2º Semestre/2019	**Exercício/2019**	**Exercício/2018**
Resultado líquido do Período	**216.157**	**275.348**	**109.078**
Outros Resultados Abrangentes	**41.274**	**(62.001)**	**(11.759)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial	40.541	(63.652)	(13.229)
Próprios – TVM Ajuste	55.838	62.601	(14.579)
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	(15.297)	(126.253)	1.350
Realização da Reserva de Reavaliação	733	1.651	1.470
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	**38.355**	**153.270**	**(1.438)**
Sobre a marcação a mercado	(22.335)	(25.040)	5.832
Sobre a realização da reserva	(293)	(660)	(662)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	31.923	76.305	582
Sobre os Planos Saldados	29.060	102.665	(7.190)
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	79.629	91.269	(13.197)
Resultado Abrangente do Período	**295.786**	**366.617**	**95.881**

30. Eventos subsequentes

Transferência de Gerenciamento dos Planos de Benefícios Saldados da Capaf e PreviAmazônia para a BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

Em 05 de Abril de 2019, o Banco da Amazônia, na qualidade de patrocinador, comunicou o início do processo de transferência do gerenciamento dos planos de previdência BD Saldado, Misto Saldado e PrevAmazônia, atualmente administrados pela Capaf, para a entidade de previdência multipatrocinada BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

As propostas de alteração dos Regulamentos dos Planos, dentre outros documentos, foram submetidas à PREVIC, em 27 de Maio de 2019 e aprovadas em 06 de Agosto de 2019 através das portarias 651, 653 e 655, autorizando a transferência do gerenciamento dos planos para a BB previdência, aprovando a aplicação das alterações propostas aos regulamentos dos planos e o convênio de adesão firmado entre o Banco da Amazônia, na condição de patrocinados dos planos, e a BB previdência.
Em atendimento às exigências legais, no mês de maio foram firmados entre Banco da Amazônia e BB Previdência o "Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano" e "Convênio de Adesão".
Em 23 de julho de 2019, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portarias 651, 6553 e 655, autorizou a transferência do Gerenciamento dos planos para a BB Previdência.
Em atendimento ao definido entre o Banco e BB Previdência, em reunião em 10 de dezembro de 2019, sobre os títulos e demais condições para constituição de garantia aos contratos financeiros, tornou-se obrigatória a aquisição de NTN's-B (vencimento mai/2035), haja vista o banco não possuir referidos títulos.
Em reunião realizada em 27 de dezembro de 2019, a Diretoria do Banco aprovou a proposição e encaminhamento relacionado à Reclassificação do estoque de Títulos na Carteira CTVM, da categoria de "Mantidos até o vencimento" para a categoria de "Títulos para negociação".Bem como a posterior alienação desse estoque visando a recomposição da liquidez da Instituição com a aquisição de NTN's-B.
Os títulos reclassificados foram levados a valor de mercado, gerando assim um registro, em 31 de dezembro de 2019, de ajuste positivo ao valor de mercado, impactando o resultado do 2º semestre, consequentemente do exercício.
A CAPAF efetuou a transferência para a BB Previdência em 31 de dezembro de 2019, tendo sido a folha de pagamento aos aposentados e pensionistas de janeiro/2020 paga pela BB Previdência. Permanecerão na CAPAF os Planos BD e Misto Liquidados.

31. Outras informações
a) Avais e fianças prestados
Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	31.12.2019	31.12.2018
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	11.825.403	10.673.397
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural (nota nº 13.c)	9.127	10.974
Total	**11.834.531**	**10.684.371**

a) Seguros
O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura R$149.113 (R$177.138 em 31.12.2018), com prêmio de R$255 (R$91 em 31.12.2018), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

b) Programa de Aposentadoria Incentiva - PAI
Em dezembro/2019 foi lançado o Programa de Aposentadoria Incentivada, que tem por objetivo promover, de forma socialmente responsável, o incentivo ao desligamento dos empregados contemplados no público-alvo. O programa consiste em um conjunto de medidas de incentivo visando à rescisão do contrato de trabalho, a pedido, dos empregados que preencherem todos os requisitos constantes do regulamento, norteado pelos princípios da boa-fé, da transparência e da facultatividade de adesão.
A vigência do programa será de dezembro/2019 a abril/2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER CA Nº 2020/01

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A, em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Relatório dos Auditores Independentes, de 06/03/2020, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Instituição referentes ao segundo semestre e ao exercício de 2019, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderão advir da ressalva apontada no Parecer dos Auditores Independentes, relacionados à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, tomou conhecimento do Relatório de Administração da Instituição e examinou as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, manifestando-se favorável a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Sociedade.

Brasília (DF), 06 de março de 2020.

CONSELHO FISCAL
PARECER CF N° 2020/001
Ref. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXERCÍCIO DE 2019.

O Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e o Parecer da Auditoria Independente KPMG Auditores Independentes, de 06 de março de 2020. Os exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal, no decorrer do exercício, pela Administração da Instituição, essencialmente, pela Contadoria. Concluída a análise, o Conselho Fiscal opina que, com exceção dos possíveis efeitos decorrentes dos apontamentos relativos à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF, mencionados nas Notas Explicativas n.º 13, 17 e 25, os referidos documentos estão aptos a serem apresentados à Assembléia Geral Ordinária (AGO) do Banco da Amazônia S.A.

Brasília (DF), 06 de março de 2020.

COMITÊ DE AUDITORIA
RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL – SEGUNDO SEMESTRE DE 2019

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 17 da Resolução CMN nº 3.198/2004 e no parágrafo 2º do artigo 6º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 01/07/2019 a 31/12/2019.
Ressalvado o escopo de sua atuação, com suporte nas informações recebidas no regular exercício de suas atribuições e considerando que o cenário de baixa atividade econômica ainda não foi superado no País, o COAUD destaca que o Banco auferiu importante lucro líquido no período.
Registra persistir o regime de Intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF), mas, em face de múltiplas gestões adotadas, a perspectiva atual é de breve e adequado desfecho. A despeito disso, a pendência relativa às responsabilidades de pós-emprego remanesceu provocando relevante impacto no resultado operacional do Banco.
A Instituição permaneceu enquadrada em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservadora quanto aos riscos de liquidez e de mercado, adequadamente consolidada com referência ao risco operacional e ao risco de crédito, geridos de maneira integrada.
Não chegaram ao conhecimento do COAUD informações que comprometessem a probidade em relação à administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), à gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.
O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares. Mantém, no endereço eletrônico https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/relacao-investidores/governanca-corporativa, canal para recebimento de informações acerca do descumprimento de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição.
Na implementção de seu plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração para o ano de 2019, o COAUD promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, auditoria, gestão de riscos, contabilidade, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia, ouvidoria, além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de assembleias de acionistas.
Inteirado dos procedimentos das auditorias interna e independente, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados, respectivas conclusões e recomendações. Avaliou a implementação pela Administração das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização. Identificadas oportunidades de melhorias, reportou ao Conselho de Administração a necessidade desses aprimoramentos. Revisou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e avaliou o Relatório do Auditor Independente com data-base de 31/12/2019.
Como resultado de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento, respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD constatou que o sistema de controles internos apresentou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco da Amazônia; a Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

técnica, objetividade e qualidade; a Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.
Em face do exposto, conclui que as demonstrações contábeis do semestre findo em 31/12/2019 estão elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e refletem, com a justificada ressalva dos auditores independentes, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data, razão pela qual recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Belém (PA), 06 de março de 2020.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores do Banco da Amazônia S.A.
Belém – PA

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 31 de dezembro de 2019, valor líquido de passivo de benefício definido no montante de R$ 787.198 mil (R$ 682.802 mil em 31 de dezembro de 2018) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R$ 179.305 mil (R$ 139.290 mil em 31 de dezembro de 2018) levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado. Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para desconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefício definido (BD) e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R$ 787.198 mil, R$ 27.859 mil e R$ 269.747 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R$ 682.802 mil, R$ 35.361 mil e R$ 222.405 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R$ 53.916 mil para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e R$ 105.945 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R$ 53.553 mil para o semestre findo em 31 de dezembro de 2018 e R$ 106.831 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 31 de dezembro de 2019, no montante de R$ 119.042 mil (R$ 103.106 mil em 31 de dezembro de 2018).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase
Desfecho de ações referentes à liquidação dos planos de benefício
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 22 de outubro de 2019, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Estes assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

● Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3.f, 7 e 20, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa e das provisões para fazer face ao risco de crédito compartilhado pelo Banco com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), cujos valores apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 são de R$ 396.819 mil e de R$ 1.512.197 , respectivamente, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, de forma que a provisão para créditos de liquidação duvidosa represente a melhor estimativa do Banco quanto as perdas da carteira. Devido à relevância do saldo das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão necessária para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação

avaliamos os controles chave automatizados relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação e atualização dos ratings das operações de crédito e de outros créditos com características de concessão de crédito, bem como, as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos, também, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas, estão de acordo com as regras aplicáveis.
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

• Valor de mercado de instrumentos financeiros
O Banco possui o montante de R$ 12.405.377 mil, apresentado nas demonstrações financeiras, de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda e negociação registrados a valor de mercado, conforme Circulares n° 3.068/2001 e n° 3.082/2002 do Banco Central do Brasil, e informações divulgadas nas notas explicativas nºs 3.e e 6. Para os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, a determinação do valor de mercado está sujeita a julgamentos significativos do Banco para estimar esses valores. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas pode resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia de informação avaliamos os controles chave automatizados do processo de aprovação pelo Banco das premissas utilizadas para a aprovação, classificação, marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores registrados e divulgados. Com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pelo Banco para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações de toda a carteira. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nºs 3.e e 6, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

• Provisões e passivos contingentes – fiscais, cíveis e trabalhistas
Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3.m e 14 das demonstrações financeiras, o Banco constituiu provisão no valor total de R$ 243.345 mil para demandas judiciais e/ou administrativas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados em que é provável o desembolso financeiro e o valor pode ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes, de mensuração massificada, são provisionados considerando as causas semelhantes e usuais, cujo valor não seja individualmente relevante segundo parâmetro estatístico. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento do Banco, considerando a opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes, inclusive para as causas individualmente significativas. Devido a essa avaliação realizada pelo Banco envolver estimativas complexas e relevantes para a mensuração e divulgação das Provisões para Passivos Contingentes, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave do Banco relativos à aprovação do cálculo das provisões e executamos procedimentos que incluíram a análise, por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, suficiência da provisão, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Obtivemos confirmações externas com advogados contratados pelo Banco, bem como avaliamos os valores envolvidos e probabilidade de perda ou êxito indicada pelos seus assessores jurídicos. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais processos em que o Banco está envolvido.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras do Banco tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

• Realização de ativos fiscais diferidos
Conforme descrito na nota explicativa nº 16, as demonstrações financeiras do Banco incluem ativos fiscais diferidos no montante de R$ 1.482.094 mil, substancialmente oriundos de diferenças temporárias, cuja constituição e realização estão suportadas por estudo técnico que demonstra as estimativas de capacidade de realização futura. Devido ao grau de julgamento envolvido nas definições das premissas utilizadas e do impacto que eventuais mudanças nessas premissas teriam nas demonstrações financeiras, consideramos este como um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Analisamos o estudo técnico de realização dos créditos tributários disponibilizado pelo Banco. Adicionalmente, examinamos, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como desfechos de processos judiciais, estimativa da efetivação de perdas e recuperação de operações de créditos, entre outros fatores. Também, efetuamos recálculo matemático dos valores incluídos no estudo técnico que suportam os créditos tributários. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Banco nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos dos ativos fiscais diferidos e divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente devido à não conclusão, pela Administração do Banco, dos cálculos do potencial desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas quando do desfecho da ação judicial e da conclusão do processo de liquidação dos planos de benefícios. Consequentemente, exceto quanto à referida limitação de escopo, não temos nada a relatar.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 06 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F
Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
Lei Nº 7.827, de 27/09/1989

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A T I V O		**31.12.2019**	**31.12.2018**
CIRCULANTE		**12.257.071**	**11.210.303**
Disponibilidades	(Nota 4.a)	**7.025.645**	**6.584.761**
Recursos a Alocar		2.962.764	3.677.761
Recursos Alocados		4.062.881	2.907.000
Títulos e Créditos a Receber	(Nota 11.a)	**29.122**	**30.338**
Proagro a Receber - Rural	(Nota 11.b)	**390**	**390**
Devedores por Repasses	(Nota 5.a)	**1.010**	**835**
Risco Fundo		1.010	835
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5.a)	**232.125**	**266.155**

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Financiamentos Pronaf		146.642	151.308
Financiamentos Rurais		114.514	142.928
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		806	1.108
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5.b)	(29.837)	(29.189)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5.a)	**5.031.270**	**4.390.642**
Financiamentos Pronaf		604.419	601.980
Financiamentos Rurais		2.681.456	2.058.169
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		583.069	622.054
Financiamentos - Comércio e Serviços		1.279.452	1.236.521
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5.b)	(117.126)	(128.082)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6.a)	**(62.491)**	**(62.818)**
NÃO CIRCULANTE		**18.996.340**	**17.192.680**
Devedores por Repasses	(Nota 5.a)	**140.171**	**5.174**
Risco Fundo		5.189	5.174
Risco Banco		134.982	-
Operações de Crédito - Risco do Fundo	(Nota 5.a)	**805.323**	**819.253**
Financiamentos Pronaf		376.984	410.499
Financiamentos Rurais		432.437	413.990
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		2.444	3.026
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5.b)	(6.542)	(8.262)
Operações de Crédito - Risco Compartilhado	(Nota 5.a)	**18.336.967**	**16.656.914**
Financiamentos Pronaf		2.134.031	2.156.109
Financiamentos Rurais		7.080.163	5.711.623
Financiamentos Industriais/Agroindustriais		3.365.584	3.572.177
Financiamentos - Comércio e Serviços		5.757.460	5.217.356
Provisão Operações de Crédito	(Nota 5.b)	(271)	(351)
Provisão Bônus de Adimplência	(Nota 6.a)	**(286.121)**	**(288.661)**
TOTAL DO ATIVO		**31.253.411**	**28.402.983**

P A S S I V O		**31.12.2019**	**31.12.2018**
CIRCULANTE		70.367	51.610
Outras Obrigações	(Nota 7.a)	**70.367**	**51.610**
Taxa de Administração		70.367	51.610
PATRIMONIO LÍQUIDO	(Nota 9)	**31.183.044**	**28.351.373**
Repasses do Tesouro no Exercício		**2.719.184**	**2.493.516**
Primeiro Semestre		1.390.984	1.358.233
Segundo Semestre		1.328.200	1.135.283
Repasses do Tesouro nos Exercícios Anteriores		**27.654.756**	**25.161.241**
Lucros de Exercícios Anteriores		**696.617**	**609.668**
Lucro (Prejuízo) no Exercício		**112.487**	**86.948**
Primeiro Semestre		10.678	(51.824)
Segundo Semestre		101.809	138.772
TOTAL DO PASSIVO		**31.253.411**	**28.402.983**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

		Exercício/2019	**Exercício/2018**
Receitas		**1.327.780**	**1.297.138**
Operações de crédito	(Nota 5.h)	699.498	719.397
Remuneração das disponibilidades	(Nota 4.b)	396.751	364.492
Recuperação de créditos baixados	(Nota 5.f)	203.168	178.590
Recuperação de encargos e despesas	(Nota 5.j)	28.363	34.659
Despesas		**(1.215.293)**	**(1.210.190)**

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

De administração	(Nota 7.b)	(543.837)	(498.703)
De remuneração agente - Pronaf	(Nota 8.a)	(94.578)	(96.082)
De auditoria externa		(148)	(216)
De renegociações	(Nota 5.d)	(19.106)	(38.706)
De bônus de adimplência	(Nota 6.b)	(169.380)	(158.999)
De provisão operações de crédito	(Nota 5.b)	(336.199)	(333.060)
De rebates	(Nota 5.e)	(28.595)	(43.858)
Outras Despesas	(Nota 5.g)	(23.450)	(40.566)
Lucro no Exercício		**112.487**	**86.948**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

		31.12.2019	**31.12.2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) no Exercício		112.487	86.948
Despesa de provisão para operações de crédito	(Nota 5.b)	336.199	333.060
Despesa de provisão para bônus de adimplência	(Nota 6.b)	169.380	158.999
Lucro líquido ajustado		**618.066**	**579.007**
Redução em títulos e créditos a receber		1.215	462
(Aumento) em devedores por repasses		(135.172)	830
(Aumento) em operações de crédito		(2.781.166)	(1.431.517)
Redução em outras obrigações		18.757	4.468
Caixa líquido (utilizado) das atividades operacionais		**(2.896.366)**	**(1.425.757)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos recebidos do Tesouro Nacional		2.719.184	2.493.516
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**2.719.184**	**2.493.516**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**440.884**	**1.646.766**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No inicio do período		6.584.761	4.937.995
No fim do período	(Nota 4.a)	7.025.645	6.584.761
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**440.884**	**1.646.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

E V E N T O S	**Transferências de Exercícios Anteriores**	**Transferências do Exercício**	**Resultado Acumulado**	**Total**
Saldo em 31/12/2017	**23.400.422**	**2.319.773**	**50.714**	**25.770.909**
Incorporação das transferências do exercício anterior	2.319.773	(2.319.773)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional no Exercício	-	2.493.516	-	2.493.516
Resultado do Exercício	-	-	86.948	86.948
Saldo em 31/12/2018	**25.720.195**	**2.493.516**	**137.662**	**28.351.373**
Mutações do período	2.319.773	173.743	86.948	2.580.464
Saldo em 31/12/2018	**25.720.195**	**2.493.516**	**137.662**	**28.351.373**
Incorporação das transferências de exercícios anteriores	2.493.516	(2.493.516)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional no Exercício	-	2.719.184	-	2.719.184
Resultado do Exercício	-	-	112.487	112.487
Saldo em 31/12/2019	**28.213.711**	**2.719.184**	**250.149**	**31.183.044**
Mutações do período	2.493.516	225.668	112.487	2.831.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 – Contexto operacional
Nota 2 – Apresentação das demonstrações financeiras
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 – Caixa e Equivalente de caixa
Nota 5 – Operações de Crédito
Nota 6 – Provisão para bônus de adimplência
Nota 7 – Taxa de administração
Nota 8 – Remuneração agente PRONAF
Nota 9 – Patrimônio Líquido
Nota 10 – Contingências
Nota 11 – Partes Relacionadas
Nota 12 – Processo de gerenciamento de riscos
Nota 13 – Outras informações

NOTA 1 – Contexto Operacional
O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO ou Fundo) foi criado em 1988 pela Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 159, inciso I, alínea "c" e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e legalmente regulamentado em 1989, pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989 e alterações posteriores.
O FNO pode ser considerado como um dos principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada pelo Ministério da Integração Nacional (agora Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR), visando, sobretudo, a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da do País. Tem como banco administrador o Banco da Amazônia S.A. (Banco), instituição financeira pública federal de caráter regional, com sede administrativa na Av. Presidente Vargas, nº 800, Belém (PA), para a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

a) Área de atuação
Os recursos financeiros do FNO são destinados a atender os setores produtivos dos sete estados que integram a base político-institucional da , compreendendo: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo uma área territorial de 3.853.327,3 km², composta por 450 municípios.

b)Política de alocação de recursos
Os recursos do FNO são aplicados pelo Banco em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros Anual, elaborado com observância a legislação vigente; contemplando políticas, planos e programas do Governo Federal; e, alinhamento com diretrizes, prioridades e orientações estratégicas, compreendendo:
• Diretrizes e Orientações gerais estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR);
• Diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
• Orientações estratégicas na formulação dos programas de financiamento em sintonia com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), as políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), a Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal (PDIAL), as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827/89; e
• Políticas e prioridades dos estados da .

c) Programas de financiamento
Em 2019, o FNO está sendo operacionalizado através de cinco programas de financiamento, com vistas a atender às necessidades de recursos financeiros para a viabilização de negócios sustentáveis, geradores de benefícios econômicos e sociais para a sociedade, a saber:
• Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF);
• Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável);
• Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono e à Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-ABC/Biodiversidade);
• Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI); e
• Programa de Financiamento Estudantil (FNO-FIES).

d) Fiscalização
No cumprimento do art.19 da Lei nº 7.827/1989, as demonstrações financeiras do FNO são auditadas e publicadas semestralmente, como também ficam à disposição dos Órgãos de controle e fiscalização como Corregedoria Geral da União (CGU)/Tribunal de Contas da União (TCU), inclusive sendo encaminhadas anualmente ao Congresso Nacional.

NOTA 2 – Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas com propósito específico de atender às determinações das diretrizes contábeis emanadas da legislação federal aplicada aos Fundos Constitucionais, sobretudo a Lei nº 7.827/89 e Portaria Interministerial MI/MF nº 11, de 28 de dezembro de 2005, legislação societária, instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis.
As demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2019, foram aprovadas pela Diretoria Executiva do Banco em 26 de fevereiro de 2020 e pelo Conselho de Administração do Banco em 06 de março de 2020.

a) Base de mensuração moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional do FNO. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 – Resumo das principais práticas contábeis
As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco, para com o FNO, são:
Apropriação de receitas e despesas
As receitas são oriundas de:
• encargos financeiros das operações de crédito;
• recuperações de créditos baixados; e
• remuneração dos recursos disponíveis paga pelo Banco.

As despesas são decorrentes de:
• taxa de administração;
• remuneração do agente financeiro PRONAF;
• serviços de auditoria externa;
• rebates, descontos e/ou expurgo de encargos financeiros, concedidos por ocasião das renegociações de créditos, quando autorizados por normativos dos órgãos reguladores;
• remissão dos financiamentos vinculados ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA);
• provisões de bônus de adimplência; e
• provisões para créditos de liquidação duvidosa.
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.
Os encargos financeiros das operações de crédito são devidos e consequentemente calculados de acordo com as regras definidas pela Lei nº 10.177/2001 e suas alterações, enquanto que nos financiamentos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA) os encargos variam de acordo com as legislações e regulamentos dos Programas constantes no Manual de Crédito Rural (MCR), no capítulo 10, do BACEN.

b) Taxa de administração
A taxa de administração devida ao Banco é calculada mensalmente conforme percentual estabelecido em lei sobre o patrimônio líquido reduzido pelos saldos médios diários das operações de crédito, vinculadas ao PRONAF B, A/C e Floresta, ou 20% dos recursos ingressados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), dos dois métodos o de menor valor, na forma do Decreto nº 9.539/2018.

c) Remuneração do agente financeiro Pronaf
A remuneração do agente financeiro devida ao banco administrador é apurada mensalmente, sobre os saldos médios diários das operações de crédito vinculadas ao PRONAF, em conformidade com as regras definidas nos itens 17, 17-A, 17-B, 18 e 19 da Seção 1, capítulo 10 do MCR do BACEN.

d) Caixa e equivalentes de caixa
O caixa e equivalentes de caixa são representados pelos saldos dos recursos do FNO depositados no Banco, em moeda nacional, com risco insignificante de mudança de valor justo, enquanto não liberados aos tomadores, formado pelas transferências oriundas da STN e dos retornos dos financiamentos, remunerações pela taxa extramercado divulgada pelo BACEN pagas pelo banco administrador, deduzindo as liberações de crédito, o del credere, as remunerações do agente financeiro PRONAF, as renegociações de operações já honradas pelo Banco

e fundos garantidores e as despesas de taxa de administração e serviços de auditoria externa.

e) Devedores por repasses
As operações de repasses a outras instituições financeiras estão demonstradas pelo valor principal do crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência.

f) Operações de crédito
As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata dia" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos incidentes sobre cada parcela vencida são registrados em contas retificadoras de rendas a apropriar.
As operações de crédito vencíveis nos próximos 12 meses ao do fechamento de balanço são classificadas no ativo circulante e as vencíveis acima deste período são classificadas no ativo não circulante.
De acordo com a legislação vigente, o risco das operações com recursos do FNO está assim distribuído:

1. Risco integral do FNO - operações vigentes contratadas até 30 de novembro de 1998 de acordo com a Lei nº 7.827/1989, operações vinculadas aos programas do PROCERA, PRONAF A, B, A/C, Floresta, operações da linha de crédito emergencial;

2. Risco compartilhado (50% para o Banco e 50% para o FNO) - operações vigentes contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998, conforme regulamento da Lei n° 10.177/2001.

3. Risco Integral do Banco – operações em nome próprio e com seu risco exclusivo, autorizadas pelo artigo 9º-A da Lei n° 7.827/1989 e Lei n° 10.177/2001.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão das operações de crédito consiste no total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, conforme disposto na Portaria Interministerial MIN/MF nº 11/2005.
Com base na Portaria Interministerial MI/MF nº 244, de 14 de outubro de 2008, as operações de crédito renegociadas com base na Lei nº 11.775/2008 retornam à carteira com o seu respectivo registro de provisão, assim constituído:
• montante das parcelas que já haviam sido baixadas como prejuízo; e/ou
• valor da provisão existente antes da referida renegociação.

Essa provisão está registrada totalmente no ativo não circulante.
As renegociações das operações de crédito ocorridas através de normas internas do banco administrador revertem provisão, se existente, em função do retorno do crédito à normalidade.

h) Provisão para bônus de adimplência
Em conformidade com os normativos legais para os Fundos Constitucionais são concedidos bônus de adimplência aos tomadores de crédito, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do vencimento.
Para os financiamentos de operações de crédito rural, a definição é feita pelo Conselho Monetário Nacional e, para as operações não rurais, o bônus está definido no inciso VI do art. 1-A da Lei nº 10.177/2001.

i) Patrimônio líquido
O patrimônio líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências da STN e do resultado do exercício. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827/1989, os repasses da STN aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FNO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.
Os recursos repassados e creditados diretamente ao patrimônio líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco, acrescidos dos resultados operacionais.

j) Sistemática contábil
O FNO possui contabilidade própria, valendo-se para tal do sistema contábil do Banco, todos os registros de atos e fatos, incluindo a apuração de receitas e despesas são realizados em contas de compensação do Banco conforme previsto na Carta Circular do BACEN nº 2.217, de 09 de setembro de 1991.

k) Isenção tributária
Conforme o art. 8º da Lei nº 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento desonerados de qualquer tributo ou contribuição.

l) Eventos subsequentes
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras, e;

2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras.
Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

NOTA 4 - Disponibilidades

a) Composição

	31/12/2019	**31/12/2018**
Recursos a alocar	2.962.764	3.677.761
Recursos alocados	4.062.881	2.907.000
TOTAL	**7.025.645**	**6.584.761**

Recursos a alocar são os recursos livres para aplicação, enquanto que os recursos alocados são aqueles que estão comprometidos com operações de crédito contratadas a liberar e com a taxa de administração apropriada no mês base.

b) Movimentação da disponibilidade

	31/12/2019	**31/12/2018**
Saldo Inicial	**6.584.761**	**4.937.995**
Ingresso recursos do Tesouro Nacional	2.719.184	2.493.516
Reembolso	4.438.960	3.672.494
Valores indenizados pelo Banco	268.252	270.111
Remuneração do disponível	396.751	364.492
Desembolso	(5.990.947)	(3.823.834)

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Despesas operações renegociada e/ou indenizada	(118.161)	(136.264)
Del credere	(653.349)	(603.216)
Taxa de administração	(619.658)	(590.317)
Despesa Auditoria	(148)	(216)
Saldo Final	**7.025.645**	**6.584.761**

NOTA 5 - Operações de crédito

a) Composição da carteira

	Risco do Fundo					
	31/12/2019			**31/12/2018**		
	A vencer	**Vencido**	**Total**	**A vencer**	**Vencido**	**Total**
Indústria, comércio e serviços	3.024	226	3.250	3.606	528	4.134
Pronaf	511.192	35.759	546.951	509.880	51.927	561.807
Rurais	472.684	50.942	523.626	533.313	23.605	556.918
Subtotal	**986.900**	**86.927**	**1.073.827**	**1.046.799**	**76.060**	**1.122.859**
Provisão para operações de crédito	*(6.542)	(29.837)	(36.379)	*(8.262)	(29.189)	(37.451)
Devedores por repasses	6.199	-	6.199	6.009	-	6.009
Total líquido	**986.557**	**57.090**	**1.043.647**	**1.044.546**	**46.871**	**1.091.417**

	Risco do Compartilhado					
	31/12/2019			**31/12/2018**		
	A vencer	**Vencido**	**Total**	**A vencer**	**Vencido**	**Total**
Indústria, comércio e serviços	10.684.791	300.774	10.985.565	10.340.818	307.290	10.648.108
Pronaf	9.632.715	128.904	9.761.619	2.616.521	141.568	2.758.089
Rurais	2.600.096	138.354	2.738.450	7.621.621	148.171	7.769.792
Subtotal	**22.917.602**	**568.032**	**23.485.634**	**20.578.960**	**597.029**	**21.175.989**
Provisão para operações de crédito	*(271)	(117.126)	(117.397)	*(351)	(128.082)	(128.433)
Total líquido	**22.917.331**	**450.906**	**23.368.237**	**20.578.609**	**468.947**	**21.047.556**

	Risco do Banco**					
	31/12/2019			**31/12/2018**		
	A vencer	**Vencido**	**Total**	**A vencer**	**Vencido**	**Total**
Devedores por repasses	134.982	-	134.982	-	-	-
Circulante			**5.264.405**			**4.657.632**
Não circulante			**19.282.461**			**17.481.341**

*Provisão constituída conforme Portaria Interministerial n° 244/2008 (nota 3.g).

**Em 2019, o Fundo realizou primeiro repasse ao Banco para operar em nome próprio e com risco exclusivo (nota 3.f).

a.1) Operações a vencer

Risco do Fundo

	0-15 dias	15-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
Ind., com. e serviços	-	63	48	48	145	388	2.332	3.024
Rural	-	21.644	11.878	1.519	8.451	36.108	431.592	511.192
Pronaf	-	8.274	5.619	3.878	14.721	63.740	376.452	472.684
Dev. por repasse	-	-	-	-	-	1.010	5.189	6.199

BANCO DA AMAZÔNIA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Total 31.12.2019	**-**	**29.981**	**17.545**	**5.445**	**23.317**	**101.246**	**815.565**	**993.099**
Total 31.12.2018	-	10.711	21.893	4.645	17.500	173.581	824.478	1.052.808

Risco Compartilhado

	0-15 dias	15-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
Ind., com. e serviços	-	175.890	135.894	136.004	396.783	717.562	9.122.658	10.684.791
Rural	-	90.508	69.134	121.436	669.839	1.603.488	7.078.310	9.632.715
Pronaf	-	29.379	25.946	26.715	97.959	286.338	2.133.759	2.600.096
Total 31.12.2019	**-**	**295.777**	**230.974**	**284.155**	**1.164.581**	**2.607.388**	**18.334.727**	**22.917.602**
Total 31.12.2018	-	256.789	208.590	258.554	919.052	2.298.671	16.637.304	20.578.960

Risco Banco

	0-15 dias	15-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
Dev. por repasse	-	-	-	-	-	-	134.982	134.982
Total 31.12.2019	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**134.982**	**134.982**
Total 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-

a.2) Operações vencidas

Risco do Fundo

	0-15 dias	15-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
Ind., com. e serviços	-	8	9	9	28	60	112	226
Rural	-	1.191	270	5.851	14.275	13.327	845	35.759
Pronaf	-	12.209	6.808	6.087	10.505	14.801	532	50.942
Total 31.12.2019	**-**	**13.408**	**7.087**	**11.947**	**24.808**	**28.188**	**1.489**	**86.927**
Total 31.12.2018	-	12.953	7.525	13.967	12.290	26.288	3.037	76.060

Risco Compartilhado

	0-15 dias	15-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	Acima de 360 dias	Total da carteira
Ind., com. e serviços	56	28.465	27.599	25.526	75.590	143.152	386	300.774
Rural	114	20.241	13.882	11.873	41.060	39.881	1.853	128.904
Pronaf	50	26.793	15.854	12.774	33.997	48.614	272	138.354
Total 31.12.2019	**220**	**75.499**	**57.335**	**50.173**	**150.647**	**231.647**	**2.511**	**568.032**
Total 31.12.2018	225	77.264	54.277	50.096	153.175	242.031	19.961	597.029

b) Movimentação da provisão das operações de crédito

Nas provisões dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram registradas as baixas das parcelas de principal e de encargos vencidas há mais de 360 dias, a seguir demonstradas:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	**(165.884)**	**(179.746)**
Risco Integral FNO	(37.451)	(43.511)
Risco Compartilhado	(128.433)	(136.235)
Provisões constituídas	**(336.199)**	**(333.060)**
Risco Integral FNO	(79.521)	(70.694)
Risco Compartilhado	(256.678)	(262.366)
Valores baixados	348.307	346.922
Risco Integral FNO	80.593	76.754
Risco Compartilhado	267.714	270.168
Saldo final	**(153.776)**	**(165.884)**
Risco Integral FNO	(36.379)	(37.451)
Risco Compartilhado	(117.397)	(128.433)

c) Créditos baixados

As parcelas de principal e encargos pendentes de pagamento há mais de 360 dias foram baixadas como prejuízo, cujo montante no exercício foi de R$616.020 (R$ 617.090 em 31 de dezembro de 2018). As parcelas baixadas de responsabilidade do Fundo, risco integral e compartilhado, somam R$348.307 (R$ 346.922 em 31 de dezembro de 2018); sendo assumidas pelo Banco as parcelas de risco compartilhado no valor de R$267.713 (R$ 270.168 em 31 de dezembro de 2018).

d) Renegociações de operações de crédito

	31/12/2019	31/12/2018
Ações administrativas	1.214.385	1.625.368
Amparadas por Lei	6.241	1.725.008
TOTAL	**1.220.626**	**3.350.376**

	Exercício /2019	Exercício /2018
Despesas com renegociação	(19.106)	(38.706)

A redução do volume de renegociações de operações de crédito no exercício quando comparado ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, em função do menor número de adesões aos benefício da Lei 13.340/2016 e posteriores.

e) Rebates de operações ativas e baixadas

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.298, 4.299/2014 e, em sua maioria, com a Lei n° 13.340/2016, foram autorizadas concessões

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

de rebates para a liquidação das operações contratadas ao amparo das linhas de crédito rural. No exercício foram registradas despesas de rebates no montante de R$28.595 (R$ 43.858 em 31 de dezembro de 2018).

f) Recuperação de créditos baixados como prejuízo

As recuperações de créditos baixados são segregadas entre o ressarcimento a carteira do FNO e do Banco.

As principais recuperações ocorreram com amparo legal, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
FNO	**203.168**	**178.590**
Lei 13.340/16	142.193	133.132
Demais	60.975	45.458
Banco	**116.842**	**110.483**
Lei 13.340/16	110.983	104.561
Demais	5.859	5.922
TOTAL	**320.010**	**289.073**

g) Outras despesas

Correspondem as despesas com operações de créditos compensados, CL-Aval e créditos indenizados ao FNO, cujo montante no exercício é de R$23.450 (R$40.566 em 31 de dezembro de 2018). Sendo que foi ressarcido ao Banco o valor de R$23.436 (R$35.186 em 31 de dezembro de 2018), referente a regularização de operações de crédito que tinham sido honradas integralmente pelo Banco ao FNO.

h) Rendas de operações de crédito

As rendas de operações de crédito estão demonstradas pelo valor líquido do del credere do banco administrador:

	Exercício/2019	Exercício /2018
Encargos financeiros operações de crédito	**1.352.847**	**1.322.613**
Del Credere do banco administrador	(653.349)	(603.216)
Total líquido	699.498	719.397

i) Del credere

É o valor pago ao Banco para cobrir os riscos de crédito assumidos pela instituição. O del credere é de 3% a.a. apenas para as operações contratadas a partir de 01.12.1998 em razão do risco ser compartilhado, conforme estabelecido no art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio realize operações de crédito, conforme MP nº 2.196/2001, o del credere é de 6% a.a.

O del credere pago ao banco administrador foi de R$653.349 (R$ 603.216 em 31 de dezembro de 2018) sendo deduzido dos encargos financeiros das operações de crédito do Fundo.

j) Recuperação de encargos e despesas

As liquidações e renegociações de operações de crédito que tiveram como base art. 1º, § 1º e art. 2º da Lei nº 13.340/2016 resultaram ao Fundo recuperação de encargos e despesas no montante de R$28.363 (R$ 34.659 em 31 de dezembro de 2018), referente ao bônus, multa, mora e outros encargos de inadimplemento, anteriormente reconhecidos.

NOTA 6 - Provisão para bônus de adimplência

a) Movimentação

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	**(351.479)**	**(355.753)**
Constituição	(169.380)	(158.999)
Concessão	172.247	163.273
Saldo final	**(348.612)**	**(351.479)**

b) Despesas

	Exercício/2019	Exercício/2018
Despesas com bônus no exercício	(169.380)	(158.999)

NOTA 7 - Taxa de administração

a) Obrigações

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de administração a pagar	70.367	51.610

Refere-se ao valor apropriado no último dia útil do mês de dezembro, cujo desembolso ocorreu no primeiro dia útil do mês subsequente.

b) Despesas

	Exercício/2019	Exercício/2018
Taxa de administração do exercício	(543.837)	(498.703)

No exercício, a taxa de administração foi constituída pelo limitador de 20% dos repasses da STN, conforme sistemática de cálculo (nota 3.b).

NOTA 8 - Remuneração agente PRONAF

	Exercício /2019	Exercício /2018
Remuneração PRONAF risco integral FNO	(12.280)	(13.438)
Remuneração PRONAF risco compartilhado	(82.298)	(82.644)
Total de despesas	**(94.578)**	**(96.082)**

NOTA 9 - Patrimônio líquido

Os saldos das transferências da STN e do Lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram:

	31/12/2019	31/12/2018
Repasses da STN no exercício	2.719.184	2.493.516
Repasses da STN em períodos anteriores	27.654.756	25.161.241
Lucros de períodos anteriores	696.617	609.668
Lucro do exercício	112.487	86.948
Patrimônio Líquido	**31.183.044**	**28.351.373**

NOTA 10 – Contingências

As ações judiciais que tangenciam o FNO são registradas (de acordo com o CPC 25) no banco administrador.

NOTA 11 - Partes relacionadas

O FNO realiza transações bancárias com seu administrador, o Banco. A remuneração sobre os valores disponíveis é calculada e registrada, mensalmente, mediante a aplicação da taxa extramercado divulgada pelo BACEN, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, alterado pela Lei nº 10.177/2001, o que impossibilita a aplicação dos recursos disponíveis com outro indexador de rentabilidade.

As atualizações das movimentações de caixa e equivalentes de caixa, títulos e créditos a receber, outras obrigações e demais transações entre partes relacionadas são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas com terceiros.

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa – Nota 4(a)	7.025.645	6.584.761
Títulos e créditos a receber – Nota 11(a)	29.122	30.338
Proagro a receber – crédito rural – Nota 11(b)	390	390

Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de administração a pagar – Nota 7(a)	70.367	51.610

Resultado	Exercício /2019	Exercício /2018
Rendas de remuneração das disponibilidades – Nota 4(b)	396.751	364.492

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Despesas de administração – Nota 7(b)	(543.837)	(498.703)
Despesas de remuneração agente Pronaf – Nota 8(a)	(94.578)	(96.082)
Despesas de operações indenizadas – Nota 5(g)	(23.450)	(40.566)
Del credere do banco administrador – Nota 5(i)	(651.823)	(603.216)

a) Os títulos e créditos a receber serão efetivados no segundo dia útil subsequente, conforme permitido pela Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, que estão assim constituídos e correspondem a :
• Valores a serem repassados pelo Banco referentes aos 50% das parcelas baixadas, no mês de dezembro, assumido como prejuízo, em razão de sua responsabilidade face o risco ser compartilhado; e
• Valores recebidos por recuperação de operações de crédito já baixadas como prejuízo, nos dois últimos dias úteis do mês de dezembro.

b) O Proagro a Receber é constituído pelos valores das parcelas de financiamentos rurais e das despesas de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), aguardando ressarcimento do BACEN.

NOTA 12 – Processo de gerenciamento de riscos
A Gestão de Riscos do FNO está inserida no ambiente de controle do Banco, seu administrador, e tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do Fundo, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.

a) Risco de crédito
Risco de crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores dos financiamentos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.
No caso do FNO, para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão do seu capital econômico, o Banco utiliza sua política de risco de crédito, que tem como propósito estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o FNO atua como uma das contrapartes.
A constituição da provisão para operações de crédito é feita utilizando-se os critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005, portanto considerando o total das parcelas de principal e encargos vencidas a partir de 180 dias, sendo baixadas como prejuízo quando atingem 360 dias de atraso, sobre a carteira de financiamentos, cujo risco é atribuído ao FNO.
O FNO compartilha, substancialmente, o risco de sua carteira com o banco administrador.

b)Risco de mercado
Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.
A exposição do FNO ao risco de mercado decorrente das alterações das taxas de juros, é mitigada, no mínimo em 50%, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, cerca de 94% de sua carteira de crédito cujo o risco é compartilhado com o Banco.
Os métodos utilizados para gerenciar os riscos ao qual o FNO está sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo.

NOTA 13 – Outras informações
a) Registro no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Os saldos do FNO estão disponíveis no Siafi, por força da Portaria Interministerial MI/MF nº 11/2005.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER CA Nº 2020/003

De acordo com o disposto no artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S/A, em reunião ordinária realizada nesta data, após analisar o Relatório dos Auditores Independentes, de 06/03/2020, e por considerar que os documentos representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, referentes ao exercício de 2019, manifesta-se favorável a sua aprovação.
Brasília (DF), 06 de março de 2020.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Ao
Administrador do
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (Administrado pelo Banco da Amazônia S.A.)
Belém - PA

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição de uso
Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

BANCO DA AMAZÔNIA

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 06 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Diretoria Executiva: Valdecir José de Souza Tose - Presidente. Francimar Rodrigues Maciel - Diretor. Luis Petrônio Nunes Aguiar - Diretor. Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior - Diretor. Roberto Batista Schwartz Martins de Paula - Diretor. **Conselho Fiscal**: Rogério Gabriel Nogalha de Lima - Presidente. Márcia Ribeiro Abreu - Conselheira. Antonio Leonardo Silva Lindoso - Conselheiro. Lauro Arcângelo Zanol - Conselheiro. **Conselho de Administração:** Carlos Augusto Moreira Araújo - Presidente. Valdecir José de Souza Tose - Conselheiro. Andrea Maria Ramos Leonel - Conselheira. Fábio Malina Losso - Conselheiro. Alexandre Pedercini Issa - Conselheiro. Inálio Vieira Cruz - Conselheiro. **Comitê de Auditoria:** Carlito Silvério Ludwig - Coordenador. Wagner Ormanes - Membro. **Contadora**: Valeida Neila Pessoa de Souza CRC-PA 011298/O.

Protocolo: 532852

SUPLEMENTO

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

ANO CXXIX DA IOE
130º DA REPÚBLICA
Nº 34.140

Belém, Quinta-feira, 12 de março de 2020

175 Páginas

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

L E I Nº 8.966, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Plano Plurianual do Estado do Pará, para o período 2020-2023.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, de forma regionalizada, em cumprimento ao disposto no art. 204, § 1º e § 2º da Constituição Estadual.

Art. 2º O Plano Plurianual 2020-2023, é instrumento de planejamento governamental, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado e Órgãos Constitucionais Independentes.

Art. 3º Constituem pilares do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023:

I - participação social;

II - sustentabilidade ambiental;

III - desenvolvimento econômico;

IV - qualidade de vida, justiça e proteção social;

V - geração de emprego e renda;

VI - equilíbrio das contas públicas;

VII - inclusão social;

VIII - transparência e controle social;

IX - eficiência administrativa.

Art. 4º O Plano Plurianual 2020-2023, foi elaborado a partir de escuta social, da regionalização e transversalização da ação de governo, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e em consonância com as Diretrizes Estratégicas contidas no Programa de Governo:

I - sociedade de direitos;

II - crescimento inteligente;

III - trabalho com responsabilidade;

IV - gestão pública eficiente.

Art. 5º O Plano compõe-se em programas elaborados pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes.

§ 1º As ações do Plano Plurianual 2020-2023, alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

§ 2º As ações relativas ao financiamento dos Encargos Especiais do Estado, não integram o presente Plano e constarão nos orçamentos anuais.

§ 3º Os programas integrantes do Plano Plurianual estão detalhados no Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual é de responsabilidade do Poder Executivo e observará os princípios de transparência, eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão de programas, com vistas ao alcance dos resultados esperados.

Parágrafo único. Compete à Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), apoio técnico à gestão do Plano, especialmente, nas etapas de elaboração, revisão e avaliação.

Art. 7º O Poder Executivo deverá manter sistemas de informações, específico ao planejamento e gerenciamento dos Programas, com utilização obrigatória pelos seus órgãos e instituições executores.

Parágrafo único. Os demais Poderes e Órgãos Constitucionais Independentes desta Lei, manterão sistemas de informações gerenciais e de planejamento para apoio à Gestão do Plano, no âmbito de suas competências, ficando facultado a utilização do Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (SigPLAN).

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, estabelecer normas complementares para a gestão do Plano.

Art. 9º Os programas do Plano Plurianual 2020-2023, serão anualmente avaliados, conforme definido no art. 4º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 10. Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, coordenar o processo de avaliação anual dos programas do Poder Executivo, definindo diretrizes, orientações técnicas, fluxos e mecanismos com a participação dos demais órgãos.

§ 1º Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo responsáveis por programas, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, as informações referentes à execução física das ações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade e à execução física e financeira das demais ações constantes dos programas sob sua responsabilidade.

§ 2º Aplica-se aos órgãos e unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, responsáveis por programas, o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 11. A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão encaminhadas à Assembleia Legislativa por meio de projeto de lei de revisão.

Art. 12. A inclusão, exclusão ou alteração de ações, de suas metas e regionalização, no Plano Plurianual, quando necessárias e que envolvam recursos dos orçamentos do Estado, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais.

Art. 13. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programa;

II - incluir, excluir ou alterar indicador de resultado e registrar a mensuração de seu respectivo índice;

III - adequar meta física e incluir, excluir ou alterar unidade orçamentária responsável de ação para compatibilizá-la com alterações efetivadas por leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais.

Art. 14. Os valores consignados no Plano Plurianual para programas e ações são referenciais e não se constituem em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e nos créditos adicionais.

Art. 15. Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar ao Poder Legislativo como anexo do Relatório de Prestação de Contas Anual, relatório de avaliação da execução do Plano Plurianual 2020-2023.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

PALÁCIO DO GOVERNO, 30 de dezembro de 2019.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

*** Republicado por ter saído com incorreção de impressão no Diário Oficial nº 34.076 de 30/12/2019.**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará.

VOLUME I

Governador do Estado do Pará
Helder Zahluth Barbalho

Vice-Governador do Estado do Pará
Lúcio Dutra Vale

Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Deputado Daniel Barbosa Santos

Tribunal de Contas do Estado do Pará
Cons. André Teixeira Dias

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Cons. Francisco Sérgio Belich de Souza Leão

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Des. Leonardo de Noronha Tavares

Justiça Militar do Estado
Lucas do Carmo de Jesus

Ministério Público do Estado do Pará
Gilberto Valente Martins

Ministério Público de Contas do Estado do Pará
Silaine Karine Vendramin

Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Maria Regina Franco Cunha

Defensoria Pública do Estado do Pará
Jeniffer de Barros Rodrigues

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado
Parsifal de Jesus Pontes

Diretora Geral do Núcleo de Articulação e Cidadania
Juliana Márcia Barroso

Diretor Geral do Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento da Gestão
Alexandre da Silva Carvalho

Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios e Entidades de Classe
Josenir Gonçalves Nascimento

Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais
Felipe Mikael Vasques Monteiro

Coordenador do Núcleo de Relações Institucionais
Julio Alejandro QuezadaJelves

Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
Cel. QOPM RR Osmar Vieira da Costa Junior

Procurador-Geral do Estado
Ricardo Nasser Sefer

Auditor-Geral do Estado
Ilton GiussepptStival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Ouvidor Geral do Estado
Arthur Houat Nery de Souza

Presidente da Fundação PROPAZ
Raimunda Nonata Rocha Teixeira

Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará
Jorge Luiz Guimarães Panzera

Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
Bernardo de Albuquerque de Almeida

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
Silvio Roberto Vizeu Lima

Diretora-Geral da Escola de Governança Pública do Estado do Pará
Evanilza da Cruz Marinho Maciel

Secretário de Estado da Fazenda
René de Oliveira e Sousa Júnior

Diretor-Presidente do Banco do Estado do Pará S/A.
Braselino Carlos Assunção da Silva

Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará
Cilene Moreira Sabino de Oliveira Bittencourt

Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Hana Sampaio Ghassan

Secretário de Estado de Saúde Pública
Alberto Beltrame

Diretor-Geral do Hospital Ophir Loyola
José Roberto Lobato de Souza

Presidente da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará
Bruno Mendes Carmona

Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
Paulo André Castelo Branco Bezerra

Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna
Alessandra Lima Leão

Secretário de Estado de Transportes
Antonio de Pádua de Deus Andrade

Presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará
Abraão Benassuly Neto

Diretor Geral da Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos
Euripedes Reis da Cruz Filho

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Hugo Yutaka Suenaga

Presidente do Instituto de Terras do Pará
Bruno Yoheiji Kono Ramos

Gerente-Executivo do Núcleo de Gerenciamento do Pará Rural
Felipe Coelho Picanço

Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
GeovanyFarache Maia

Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
José Mauro de Lima O' de Almeida

Diretora-Geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Karla Lessa Bengtson

Diretora-Geral do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes
Ayamy da Costa Migiyama

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Ualame Fialho Machado

Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará
Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Junior

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará
Cel. QOBM Hayman Apolo Gomes de Souza

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará
Alberto Henrique Teixeira de Barros

Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves"
Celso da Silva Mascarenhas

Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará
Marcelo Lima Guedes

Secretária de Estado de Cultura
Úrsula Vidal Santiago de Mendonça

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará
João Augusto Vieira Marques Junior

Superintendente da Fundação Carlos Gomes
Maria da Glória Boulhosa Caputo

Secretário de Estado de Comunicação
Parsifal de Jesus Pontes

Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão
Hilbert Hil Carreira do Nascimento

Secretária de Estado de Educação
Leila Carvalho Freire

Reitor da Universidade do Estado do Pará
Rubens Cardoso da Silva

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
Inocêncio Renato Gasparim

Presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará
Miguel Fortunato Gomes dos Santos Junior

Diretora-Geral do Núcleo Gerenciamento do Programa de Microcrédito – CREDCIDADÃO
Tércio Júnior Sousa Nogueira

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
Hugo Rogério Sarmanho Barra

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Jarbas Vasconcelos do Carmo

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
Iran Ataíde de Lima

Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará
Lutfala de Castro Bitar

Presidente do Instituto de Metrologia do Estado do Pará
Cintya Silene de Lima Simões

Diretor-Presidente da Companhia de Gás do Pará
Cláudia Bitar de Moraes Barbosa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
Benedito Ruy Santos Cabral

Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Pará
José Antônio de Angelis

Presidente da Companhia de Habitação do Estado do Pará
José Antônio Scaff Filho

Diretor-Geral do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano
Eduardo de Castro Ribeiro Júnior

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Diretor-Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
Marcos Antônio Brandão da Costa

Secretário de Estado de Esporte e Lazer
Arlindo Penha da Silva

Secretário de Estado de Turismo
André Orengel Dias

Diretor-Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S/A.
Francisco Alves de Aguiar

Secretário Extraordinário de Estado de Cidadania
Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Extraordinário de Estados para Assuntos Penitenciários
Jarbas Vasconcelos do Carmo

Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará
João Chamon Neto

Secretário Regional de Governo do Marajó
José Antonio Azevedo Leão

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Coordenação e Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023

Secretária de Estado de Planejamento e Administração
Hana Sampaio Ghassan

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento
Adler Gerciley Almeida da Silveira

Secretário Adjunto de Recursos Especiais
Renata Mirella Freitas Guimarães de Souza Coelho

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas
Thainná Magalhães de Alencar

Secretário Adjunto de Modernização e Gestão Administrativa
Otávio Oliva Neto

Diretora de Planejamento Estratégico
Brenda Rassy Carneiro Maradei

Secretaria
Emilene Helen de Oliveira Pires
Karina Conceição Vieira Frias
Laurinda da Conceição Ribeiro Cardoso
Luiz Guilherme Cardoso Rocha – Estagiário

Coordenadoria de Estudos Econômicos
Geovana Raiol Pires

Coordenadoria de Planejamento e Políticas Públicas
Jordan Seabra de Oliveira

Coordenadoria de Monitoramento de Projetos Estratégicos
Luciana Santos de Oliveira

Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação de Programas
Francisco Leite da Silva Neto

Coordenadoria de Gestão de Resultados
Luciana Portilho Guedes de Oliveira

Corpo Técnico
Agostinho Lopes Arnaud
Alberto José Silva Tobias
Bernadete de Jesus Barros Almeida
Débora de Aguiar Gomes
Elesbão de Castro Ewerton Filho
Heraldo Marques Nogueira
Inah Tobias Silveira
Lúcia Cristina de Andrade Lisboa da Silva
Luciana Kemel Pires
Luiz Guilherme Cardoso Rocha - Estagiário
Marcelo Pereira Lobato
Márcia Correia Lago Moura
Maria de Belém Nazareth Gomez
Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro
Marlúcia Puga Cardoso Carvalho
Nanety Cristina Alves dos Santos
Nice Farias da Silva
Orlando Santana Rosa
Ovanilde Ribeiro Schalcher
Renato da Cunha Andrade
Rita de Cássia Macedo Moreira
Roberta Braga Fernandes de Moraes
Rosemery Tillmann da Silva
Selma Jerônima Mesquita Couto
Valdeni da Conceição Farias
Wilson Luiz Ribeiro da Costa
Zilfa Freitas

Diretoria de Programação e Orçamento
Josynélia Tavares Raiol

Secretaria
Aldemira Santos Silva Gomes
Celso Rubens Monteiro

Coordenadoria de Execução Orçamentária
Maria de Nazaré Souza Nascimento

Coordenadoria de Monitoramento e Avaliação Orçamentária
Ana Flávia Melo de Menezes

Coordenadoria de Normas Técnicas e Padronização
Isadora Brandão Koury Maues

Coordenadoria de Programação Orçamentária
Taissa Valente Almeida

Coordenadoria de Gestão de Custos
Ana Maria Costa Penalber

Corpo Técnico
Aloizi Atayde Gomes
Ana Bela Andrade Naia
Ana Lúcia Frazão Gracindo
Ana Tereza Bentes Nicolau da Costa
Antônio Carlos Lopes Leal
Ariene Souto Pinho
Carlos Fernando Silva de Sena
Célia Ângela Lisboa Almeida
Cleide Maria Mello Vidinha
Daniela de Cássia Ferreira da Silva
Denísio de Jesus Costa Lima
Edilza Barbosa Vilhena
Enemar Piedade Salomão
Helen Tatiana Saldanha Ribeiro
Haroldo Brabo de Carvalho
Helielza Silva Bezerra
Hélio Rebelo de Souza
Hilton de Freitas Mendes
Jacqueline Maria Ferreira Cardoso
Karla Maria Cruz Rocha
Leocádia Maria Nogueira de Oliveira
Luiz Henrique Ferreira Brito
Maria do Socorro Cardoso Silva
Maria Helena dos Santos Pinheiro
Maria José Silva Araújo
Maria Julia Peixoto Ramos

Colaboradores
Albert Lima dos Reis
Ana Maria da Costa Monte
Ane dos Santos Viana
Araci de Jesus Pinheiro Costa
Caléo Reis Nascimento
Carlos Alberto de Souza Cardoso Junior
Carmen Elena de Andrade Souto
Claudio Roberto Gonçalves de oliveira
Fábio Augusto Pinto de Oliveira
Fábio Braga Cavalcante
Fernando Augusto Altieri Silva
Gilson Pereira Prata
Israel Lucas Barros de Amorim
José Antônio de Araújo Ferreira
José Isaac Alvarez Elarrat
Julio Cézar Barros Borba
Leilane Monteiro da Cruz
Márcia Aparecida de Souza
Marcio Pontes
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Raymundo Nonnato da Frota Costa Júnior
Tárcio Gomes Caldas
Walenda Silva Tostes

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....

VOLUME I

1. PLANO PLURIANUAL: BASE LEGAL, CONCEITOS BÁSICOS E INTEGRAÇÃO COM A LDO E LOA .....

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2020-2023 .....

2.1 Sociedade de Direitos .....

2.2 Crescimento Inteligente .....

2.3 Trabalho com Responsabilidade .....

2.4Gestão Pública Eficiente Presente .....

3. DIMENSÕES DO PPA .....

3.1. Dimensão Estratégica .....

3.2. Dimensão Tática .....

3.3. Dimensão Operacional .....

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA .....

4.1. Elaboração .....

4.2. Execução .....

4.3. Monitoramento .....

4.4. Avaliação .....

5. METAS DE MELHORIA DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL .....

6. PROGRAMAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTADO .....

PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – PODER EXECUTIVO

Região de Integração Araguaia
Região de Integração Baixo Amazonas
Região de IntegraçãoCarajás
Região de Integração Guajará
Região de Integração Guamá
Região de Integração Lago de Tucuruí
Região de Integração Marajó
Região de Integração Rio Caeté
Região de Integração Rio Capim
Região de Integração Tapajós
Região de Integração Tocantins
Região de Integração Xingu

VOLUME II

PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL – PODER LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES E DEFENSORIA PÚBLICA.

Região de Integração Araguaia
Região de Integração Baixo Amazonas
Região de Integração Carajás
Região de Integração Guajará
Região de Integração Guamá
Região de Integração Lago de Tucuruí
Região de Integração Marajó
Região de Integração Rio Caeté
Região de Integração Rio Capim
Região de Integração Tapajós
Região de Integração Tocantins
Região de Integração Xingu

APRESENTAÇÃO

Um olhar para o futuro: Trabalho e Presença

É com esse propósito público que o Governo do Pará inicia a tarefa de transformar a vida de todos os paraenses. O Estado do Pará dotado de potencialidades e territorialidade peculiar requer intervenção governamental que altere os atuais indicadores sociais, econômicos e ambientais. Com efeito, a profissionalização da gestão pública será propulsora à eficiência, eficácia e efetividade de ações e programas, com destaque à busca pela qualidade do gasto e o aumento de receitas públicas.

O planejamento permite estabelecer as estratégias e o horizonte das políticas públicas e programas, e deve alinhar-se às dimensões sub-regionais do estado. Como importante agenda governamental, a integração territorial balizará o conjunto das ações e a avaliação dos impactos socioeconômicos.

O Estado do Pará é marcado por uma dinâmica socioeconômica desigual. No âmbito do comércio exterior (2018), por exemplo, o desempenho positivo da balança comercial alcançou U$14,4 bilhões, equivalente ao 2° lugar no ranking nacional, por lado, obteve em 2018 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Desenvolvimento Humano (IDH) de 6,46 correspondendo ao 24º lugar, quando comparado aos demais estados do País. Dentre outras variáveis, tal disparidade retrata a baixa internalização do crescimento econômico nas regiões de integração.

Os desafios educacionais exercem particular relevância no processo de desenvolvimento social, em função de seus efeitos multiplicadores aos demais indicadores. De acordo com o Censo Escolar/MEC, em 2018, a taxa evasão escolar do ensino médio referente à rede estadual, atingiu 25%, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o Ensino Médio, aferido em 2017 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), apresenta-se desde 2013, resultado inferior à meta projetada, conforme demonstra o comportamento histórico estadual do referido índice (Gráfico1). Atualmente o Pará é o 26º no *Ranking* Nacional.

Como instrumento de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual alinha-se estrategicamente às principais diretrizes de governo, Plano de Governo, fundamento para a estruturação dos Programas temáticos e seus Objetivos. A dimensão político-estratégica do PPA 2020-2023 corresponderá ao conjunto das entregas à sociedade no período de quatro anos, representada na etapa de formulação do Plano, em doze audiências públicas regionalizadas. Além disso, resultante do processo de escuta social, o PPA foi referendado pelas demandas representativas e de organizações não governamentais entregues em ações itinerantes do Governo e, ainda, pelas participações *on-line*.

O PPA 2020-2023 expressa o conjunto de prioridades da administração pública e seus resultados, a cada exercício, subsidiarão o aperfeiçoamento da gestão pública e o exercício do controle social pela sociedade. Para tanto, além das orientações legais e normativas das políticas públicas, os programas e ações serão alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Essa sinergia institucional aproximará os esforços da ação governamental orientadas pelas Diretrizes de Governo: Sociedade de Direitos, Crescimento Inteligente, Equilíbrio Fiscal e Modernização Institucional, aos eixos estruturantes dos ODS quais sejam: econômico, institucional, infraestrutura e ambiental.

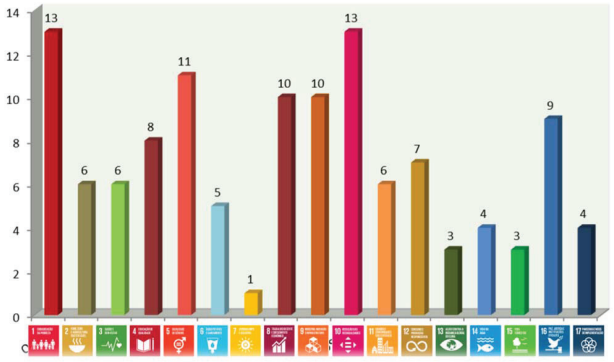


Gráfico 1 – Programas do PPA por ODS
Fonte: Seplan, 2019.

1. PLANO PLURIANUAL: BASE LEGAL, CONCEITOS BÁSICOS E INTEGRAÇÃO COM A LDO E LOA

Definido na Constituição Federal como instrumento de planejamento de gestão de políticas públicas, o Plano Plurianual é uma lei de iniciativa do Poder Executivo, que deve estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e referentes aos programas de duração continuada (CF/88, art. 165, § 1º).

No âmbito estadual, o PPA está previsto na Constituição do Estado do Pará, detendo o papel central na definição das ações governamentais, uma vez que estabelece que os planos e programas estaduais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual, e apreciados pelo Poder Legislativo, que criará mecanismos de fiscalização adequada para sua fiel observância (CE/89, art. 204, § 9º).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) não devem conter dispositivos incompatíveis com o PPA (art.205,§ 2º), da Constituição Estadual. A LDO deverá estabelecer os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir a realização das metas e objetivos contemplados no PPA. Trata-se, portanto, de instrumento que funciona como elo entre o PPA e os orçamentos anuais, compatibilizando as diretrizes do Plano à estimativa das disponibilidades financeiras para determinado exercício. A LOA é o mais importante mecanismo de gerenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública, cuja principal finalidade é administrar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

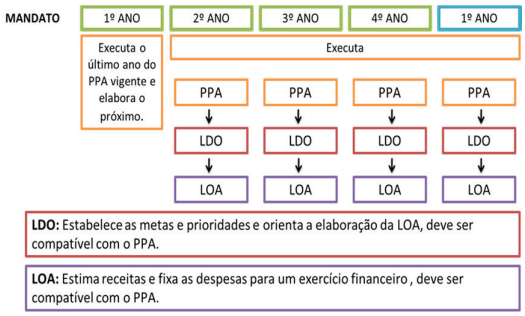


Figura 1 – Integração PPA, LDO e LOA
Fonte: Seplan, 2019.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2020-2023

O compartilhamento de responsabilidades constitui-se um dos elementos centrais da gestão governamental. Os Programas e seus atributos (Objetivos, Metas e Ações) foram balizados nas diretrizes estratégicas, desdobradas em 12 áreas, que orientarão a implementação da ação governamental (Figura 2).

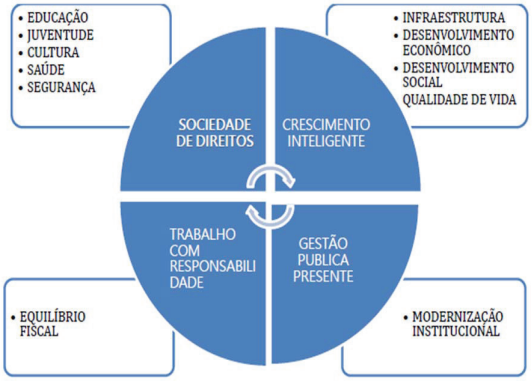


Figura 2 – Diretrizes Estratégicas do PPA 2020-2023
Fonte: Plano de Governo, TRE 2018.

2.1 Sociedade de Direitos

Em consonância à lógica dos direitos sociais, a garantia de melhores condições de vida é uma premissa do governo estadual. O Estado possui uma população de 41,5% que estão abaixo da linha da pobreza de acordo com o Cadastro Único da Assistência Social e o percentual de 9,42% de analfabetismo (PNAD, 2018), indicativos que pressionam novas demandas na promoção de políticas públicas.

Dentre as questões estruturais expressas pelos indicadores estaduais, destacam-se ainda, os educacionais referentes ao Ensino Médio da rede estadual, aferidos em 2018, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), quanto ao abandono escolar (14,1%) taxa superior à regional e nacional; e reprovação do Ensino Médio (9,9%), com taxa superior à região Norte.

Na área de segurança pública, a evolução da mortalidade de jovens é apresentada pela Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos) é de 73,0 em 2018, ou seja, o 8º no *ranking* nacional. Dados sobre a mortalidade de mulheres no Estado, originários da Secretaria de Segurança Pública (Segup) demonstram que em 2018, a taxa de violência contra a mulher por 100 mil habitantes é 813, sendo uma das maiores do país.

Em relação à mortalidade infantil, o Pará registrou taxa de 15,4%no número de mortes a cada mil nascidos em 2017, sendo o 6º pior estado do Brasil. Ademais, de acordo o IBGE (2017), a renda domiciliar alcançada no estado é de R$ 863, o que corrobora com o número de pessoas enquadrado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instrumento de identificação e seleção de famílias de baixa renda, com fins de inclusão e redistribuição de renda.

O conjunto de políticas públicas orientou os compromissos regionais e as ações estruturantes do PPA para o período 2020-2023. No campo educacional, as intervenções serão focadas à elevação da escolaridade básica, no acesso ao nível superior e à educação profissional, por meio da redução da evasão de alunos, melhores infraestruturas educacionais, estímulo ao professor, merenda escola de qualidade e transporte escolar. Dentre outros aspectos, a política cultural garantirá a preservação do patrimônio material / imaterial, e estímulo à economia criativa, enquanto que as ações de esporte e lazer propiciarão a inclusão de crianças e juventude em atividades socioesportivas.

A interligação entre oportunidades educacionais, renda e acesso cultural imprime à segurança pública um papel desafiador, ou seja, a integração às outras políticas. As estratégias complementares possibilitarão o aumento das ações preventivas, a ampliação do combate à criminalidade e a melhoria da eficiência entre os órgãos executores. Ademais, é função do Estado, garantir especialmente, aos grupos mais vulneráveis, medidas e sistemas de proteção social por meio do acesso ao Sistema de Garantia de Direitos e à rede de serviços socioassistenciais, conforme preconiza a Constituição Federal (arts.194 a 204 - CF).

No Plano Plurianual, os programas temáticos atendem as especificidades setoriais e seus escopos correspondem às áreas da educação, saúde, cultura, segurança pública, direitos socioassistenciais, trabalho e renda, cultura e esporte e lazer. Estes contemplarão programas e projetos como Primeiro Ofício, Território da Paz, Escola de Tempo Ampliado, Conclusão e Implementação de Hospitais Regionais e Fomento à Economia Criativa.

2.2 Crescimento Inteligente

Com particular relevância no cenário regional e nacional, o Estado do Pará possui o desafio de superar o modelo de crescimento, dependente especialmente, da exportação de produtos primários. A dimensão territorial do estado é delimitada por aspectos econômicos e socioculturais diferenciados, além do fato, de que cerca de 60% do território estadual é destinado às áreas legalmente protegidas tais como: natureza federal, terras indígenas, territórios quilombolas, dentre outras, portanto, condições geopolíticas que determinam as relações e responsabilidades federativas.

De fato, a questão dos desequilíbrios regionais requer a gestão do território por meio da formulação de políticas públicas e programas adequados aos espaços urbanos e rurais, em interface às demais esferas governamentais. Caberá ao Estado, como indutor do desenvolvimento econômico favorecer o ambiente econômico para o uso e aproveitamento racional e sustentável dos recursos locais, com vistas à melhoria dos níveis de produtividade e competitividade em diferentes escalas produtivas.

O ordenamento territorial, zoneamento econômico ecológico e a melhoria dos serviços ambientais são vetores importantes ao desenvolvimento estadual e orientadores ao planejamento estadual. Dentre os compromissos estratégicos, destacam-se a ampliação e melhoria da infraestrutura e logística, como malha viária, implantação de ferrovia,integração com os modais, sistemas de informação e comunicação. Além disso, o incentivo à criação de polos regionais de produção possibilitará a potencialização das cadeias produtivas por meio do fomento da organização produtiva, ampliação de linhas de crédito, educação profissional e inovação tecnológica.

A agenda atrelada ao desenvolvimento sustentável abrangerá questões específicas às realidades urbanas e rurais dentre as quais: implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, apoio à elaboração de projetos de gestão consorciada de regiões metropolitanas e municípios afins, bem como à infraestrutura e drenagem urbana. O desenvolvimento endógeno deverá atentar à dinâmica da economia verde e a baixa emissão de carbono, à conservação e apoio ao manejo florestal, condições fundamentais para a população local.

A superação dos atuais níveis de pobreza estadual e o consequente aumento da qualidade de vida dependerá da alteração socioeconômica dos espaços sub-regionais. Essa premissa foi decisiva para o alinhamento das políticas educacionais profissionalizantes, ao fomento de atividades geradoras de renda e de inclusão socioprodutiva. Neste contexto, o Governo Estadual tem um papel estratégico na política de desenvolvimento social e, ao considerar a integração e complementaridade das políticas públicas, deve alinhar-se à política nacional definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2.3 Trabalho com Responsabilidade

O equilíbrio entre receita e despesa dimensiona o grau de responsabilidade pública, ao assegurar a credibilidade e confiança aos contribuintes, empresas e investidores. A remodelagem das contas públicas, a composição e a qualidade do gasto público, permearão a execução dos instrumentos de planejamento estadual.

Como elementos vitais à condução da gestão estadual, destacam-se a observância dos limites prudenciais referenciados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os compromissos assumidos pelo Estado referentes às Operações de Crédito e à vigilância previdenciária estadual. O cumprimento das metas fiscais e o alcance dos

objetivos previstos no PPA e LOA, incidirão no urgente processo de desenvolvimento do estado.

Os esforços a médio e longo prazo para ampliação das receitas estaduais, resultarão do conjunto de intervenções tais como: remodelagem da política de benefícios fiscais, melhoria na gestão econômica dos ativos reais e financeiros, estímulos às parcerias público-privadas e concessões, além da captação de recursos internos e externos.

2.4 Gestão Pública Eficiente Presente

A eficácia e a efetividade das políticas públicas são exigências da sociedade. A ação governamental estadual será norteada pelo planejamento regional, fortalecimento institucional e liderança governamental.

O enfrentamento às desigualdades regionais é condição para a descentralização e modernização da gestão, na medida em que as políticas, estratégias e instrumentos dependem do aumento da capacidade institucional estadual. Dessa forma, o modelo baseado na Gestão por Resultados, consistirá na capacidade de transformar o planejamento público em entregas (serviços públicos) à população demandante. A interação intragovernamental resultará em processos eficientes, otimização de recursos e resultados eficazes.

A adoção de controle e a avaliação dos resultados serão prerrogativas essenciais nos diversos níveis de decisão, incluindo responsabilização e ajustes dos planos de trabalho. Pressupõe também, a gestão integrada dos programas estaduais, modernização das estruturas organizacionais e forte articulação com as esferas de governo - municipais e federais – e a formação de parcerias com atores não governamentais.

A complexidade territorial enseja a necessidade de liderança regional e governança. Tais elementos condicionam a gestão governamental estadual, mediante a retomada do processo de desenvolvimento coadunado aos interesses públicos estaduais.

3. DIMENSÕES DO PPA

O Plano Plurianual (PPA) além de declarar as intervenções governamentais alinhadas às demandas da sociedade, sua implementação deverá focalizar os resultados pretendidos e o aperfeiçoamento das políticas públicas. Como instrumento orientador à gestão, o Plano estrutura-se nas dimensões descritas a seguir (Figura 3).

Figura 3 – Dimensões do PPA
Fonte: Seplan, 2019.

3.1. Dimensão Estratégica

A redefinição da missão do Estado perpassa pela promoção da equidade e justiça social. Essa dimensão aponta para visão de futuro e define as diretrizes estratégicas, orientando o planejamento governamental. O diagnóstico situacional com a identificação das variáveis afetas a cada intervenção regional precedeu a elaboração dos Programas Temáticos. Os indicadores setoriais orientaram a definição de compromissos e metas regionalizadas. Portanto, são condicionantes e parâmetros à aferição dos programas e ações a curto e médio prazo, cujos resultados subsidiarão as intervenções futuras.

A dinâmica territorial do estado e seus componentes desafiam novas soluções frente aos problemas estruturais tais como: baixo dinamismo econômico, insuficiente geração de ocupação e renda, além dos problemas ambientais que permeiam o desenvolvimento do estado, assim como regulação, certificação e aporte de tecnologia.

Essas questões desafiam as estratégias quanto ao alcance de melhores resultados e a eficácia da ação governamental. Definidos os eixos para o desenvolvimento econômico e socioambiental, torna-se imperativo a articulação e cooperação entre os diferentes atores com vistas à negociação de interesses regionais divergentes, convergentes ou complementares. Esse processo aliado às políticas promotoras à coesão social deve permitir uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e sociais, bem como a elevação dos níveis de qualidade de vida no Estado.

3.2. Dimensão Tática

Orientados pelas diretrizes estratégicas, a execução e acompanhamento dos resultados serão definidos pelos órgãos setoriais responsáveis pelas políticas públicas, considerando o grau de relevância regional que se expressa pela priorização territorial, tempo de execução e natureza contínua dos serviços públicos.

Os Programas temáticos e seus atributos consolidam o processo de formulação do Plano e sua implementação dependerá de um conjunto de processos decisórios, com vistas à eficiência e eficácia. Para o período 2020-2023, foram definidos 26 programas, estruturados por 421 compromissos regionais, 79 objetivos, 471 ações, 27 indicadores de resultado e 76 de processo.

3.3. Dimensão Operacional

A gestão dos programas do PPA está sob a responsabilidade dos 113 órgãos e instituições governamentais integrantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e demais Órgãos Constitucionais Independentes.

As estratégias de execução atendem às diretrizes de governo e às especificidades setoriais tais como: legislação, normas, regulações e orientações emanadas pelas políticas públicas afins a cada programa. A multisetoriedade dos programas definirá o nível de complementaridade e compartilhamento dos esforços intra e intergovernamental.

As ações são determinantes ao cumprimento dos objetivos de cada Programa e possuem relação direta com a programação orçamentária anual. Essa dinâmica entre os níveis de formulação e programação orçamentária deverá viabilizar o atendimento dos serviços públicos ou intervenção no espaço territorial, lócus gerador das demandas públicas.

4. CICLO DE GESTÃO DO PPA

O ciclo de gestão demonstra as etapas já realizadas e a serem seguidas na execução do planejamento estadual 2020-2023. Detalhando a seguir os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Figura 4 – Ciclo de Gestão do PPA
Fonte: Seplan, 2019.

4.1. Elaboração

Com objetivo de fortalecer o planejamento regional, o PPA 2020-2023 incorporou ao conjunto de atributos, o conceito de Compromisso Regional que são investimentos estruturantes que irão agregar valor ao conjunto de serviços já colocados à disposição da sociedade, ou viabilizarão a implantação de um novo serviço,com a indicação territorial das entregas de bens e serviços pelo Estado à população.

A regionalização territorial foi definida no Decreto Estadual nº 1.066, de 19/06/08, alterado pelo Decreto n° 1.346, de 24/08/15. Desse modo, adotou-se 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, as quais representam espaços com semelhanças de ocupação, nível social e dinamismo econômico e cujos municípios mantêm integração entre si.

Figura 5 – Regiões de Integração do Estado do Pará
Fonte: Decreto nº 1.066/08 e Decreto n° 1.346/15

As diretrizes estratégicas de governo subsidiaram as prioridades regionais e a construção dos programas e seus atributos como indicadores, objetivos, metas e ações. Nessa etapa de elaboração, foram realizadas as Oficinas Regionalizadas Temáticas, com o propósito de definir os compromissos regionais e discutir as bases para o planejamento integrado. As Oficinas de Elaboração de Programas foram desenvolvidas com as equipes técnica e gestores dos órgãos estaduais organizados por áreas setoriais com a finalidade de definir os atributos dos programas.

Orientada por um amplo processo participativo, a formulação do PPA significou importante interação entre o Estado e a sociedade. A escuta social envolveu a realização de 12 audiências públicas nas doze Regiões de Integração, com a presença de 1.919 pessoas e 359 manifestações, via *site* www.seplan.pa.gov.br/ppaonline, Com efeito, ao atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, em respeito à transparência da gestão fiscal (art. 48, §1º), promoveu a participação da sociedade na elaboração do Plano, por meio da proposição de demandas coletivas e estratégicas para a gestão de políticas públicas.

Figura 5 - Fotos das audiências públicas
Fonte: Seplan,2019

4.2. Execução

A execução do PPA é de responsabilidade dos órgãos governamentais estaduais, como Secretarias Estaduais, Instituições e Empresas Públicas, além do Poder Legislativo e Judiciário, alicerçada em planos estratégicos institucionais, tendo como foco a gestão compartilhada e integrada, centrada em processos e resultados. A viabilidade orçamentária e financeira do Plano se efetiva por meio dos Orçamentos Anuais, elaborados pelo Poder Executivo, com referência na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

4.3. Monitoramento

O monitoramento é o acompanhamento sistemático da implementação dos programas do PPA. Nessa etapa, a observância do desempenho das ações, metas físicas e compromissos regionais, sinalizará o padrão de eficiência e eficácia da gestão pública e seus reflexos nos indicadores de processo. Os entraves identificados durante a execução devem ser corrigidos, tendo em vista as metas globais programadas e os objetivos estratégicos correspondentes.

O principal instrumento de monitoramento do PPA estadual é o Sistema Integrado de Planejamento (SigPLAN), cuja vinculação ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) possibilita a verificação e análise do desempenho físico-financeiro das ações componentes do PPA. O conjunto de informações será avaliado pelos gestores dos órgãos setoriais e servirá de referência para (re) condução estratégica e gerencial dos programas.

4.4. Avaliação

Com relevante papel no aprimoramento da gestão pública, a avaliação compreenderá etapa importante para identificar os avanços e dificuldades da gestão estadual, no que diz respeito ao conjunto de tomada de decisão nas esferas estratégica, tática e operacional. A alteração dos atributos programados poderá sofrer alteração por intermédio da Lei Orçamentária Anual.

A aferição dos resultados do PPA será um compromisso para além das exigências legais. O desempenho alcançado deve expressar o escopo dos objetivos estratégicos de cada Programa Temático, ou seja, ações e metas deverão impactar nos problemas detectados na fase de elaboração e execução do Plano.

O Relatório Anual de Avaliação de Programas deverá ser consolidado enquanto resultado temporal de uma gestão e ainda, como exercício do controle social das políticas públicas.

5. METAS DE MELHORIA DO MAPA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Em consonância ao art. 4º, da Lei Estadual nº 6.836/2006, segue as metas de melhorias dos indicadores sociais. Destaca-se que essa lei foi alterada pela Lei nº 8.327/2015, que redefiniu a metodologia de elaboração do Mapa de Exclusão, atualizando e ampliando a relação de indicadores definidos no Art. 2º da lei atual. Ressalta-se que esta é a primeira publicação em Plano Plurianual dessas metas para os novos indicadores.

Quadro1 - Quadro de Metas de Melhorias dos Indicadores Sociais do Mapa de Exclusão Social do Pará, para o Período de 2020-2023

INDICADORES MAPA DE EXCLUSÃO 2019 - RESULTADO ESTADO DO PARÁ	Fonte	Unidade de Medida	Ano base	Índice de Referência	Meta
I - EXPECTATIVA DE VIDA:					
Expectativa de vida em anos ao nascer	IBGE FAPESPA	Anos de Vida	2018	72,66	aumentar 0,10% a.a
II - RENDA:					
Renda média mensal de todas as fontes	PNADC FAPESPA	Valores em Reais (R$)	2018	1.542	aumentar 2% a.a
Índice de gini	RAIS FAPESPA	Grau de concentração (Varia entre 0 e 1)	2018	0,284	reduzir 1% a.a
Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (Proxy da Taxa de Pobreza)[1]	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	41,53	reduzir 2% a.a
III - EMPREGO:					
Taxa de ocupação	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	89,81	aumentar 0,5% a.a
Participação de homens no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	60,77	reduzir 1,3% a.a
Participação de mulheres no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	39,23	aumentar 2% a.a
Participação de pessoas na faixa de 14 a 17 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	2,56	reduzir 2% a.a
Participação de pessoas na faixa de 18 a 24 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	13,62	aumentar 1% a.a
Participação de pessoas na faixa de 25 a 39 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	39,03	manutenção
Participação de pessoas na faixa de 40 a 59 anos no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	38,2	manutenção
Participação de pessoas na faixa de 60 anos ou mais no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	6,62	reduzir 1% a.a
Participação dos empregados no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	55,76	aumentar 0,8% a.a
Participação dos empregadores no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	4,2	manutenção
Participação dos conta própria no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	35,15	reduzir 1% a.a
Participação dos trabalhadores familiar auxiliar no total da população ocupada	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	4,89	reduzir 1% a.a
IV - EDUCAÇÃO:					
Taxa de alfabetização de adultos	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	90,58	aumentar 0,5% a.a
Taxa de Aprovação médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	77,9	aumentar 0,5% a.a
Taxa de Reprovação médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	9,3	reduzir 1,5% a.a
Taxa de Abandono médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	12,8	reduzir 1,5% a.a
Distorção série-idade no fundamental	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	29,5	reduzir 2% a.a
Distorção série-idade no médio	MEC-INEP	Percentual (%)	2018	48	reduzir 2% a.a
Incremento de estudantes do ensino superior	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	11,19	manutenção
V - SAÚDE:					
Taxa de cobertura populacional estimada por estratégia saúde da família	MS-DAB	Percentual (%)	2018	59,13	aumentar 5% a.a
Leitos de internação hospitalares por mil habitantes	SESPA	Leitos por 1.000 hab.	2018	1,36	aumentar 0,5% a.a
Taxa de mortalidade infantil[2]	SESPA	Obitos Infantis por 1.000 hab.	2018	14,99	reduzir 1,5% a.a
Taxa de mortalidade materna[2 e 3]	SESPA	Óbitos Maternos por 100 mil Nascidos Vivos	2018	76,81	reduzir 5% a.a
Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal[2]	SESPA	Percentual (%)	2018	48,87	aumentar 3% a.a
VI - SANEAMENTO BÁSICO:					
Percentual de domicílios com água em rede geral	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	50,03	aumentar 2% a.a
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora e fossa séptica)	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	15,27	aumentar 1% a.a
Percentual de domicílios com coleta de lixo direta	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	76,62	aumentar 1% a.a
VII - HABITAÇÃO:					
Percentual de domicílios improvisados	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	0,35	Reduzir 1% a.a
Densidade excessiva de moradores por dormitório	PNADC FAPESPA	Razão moradores por dormitório	2018	5,66	Reduzir 0,3% a.a.
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	11,66	Reduzir 0,5% a.a
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	1,82	Reduzir 1% a.a
Percentual de domicílios sem iluminação elétrica	PNADC FAPESPA	Percentual (%)	2018	1,1	Reduzir 1% a.a
VIII - SEGURANÇA:					
Taxa de roubos por cem mil habitantes	SEGUP-SIAC	Roubos por 100 Mil hab.	2018	1.252,53	reduzir 3,5% a.a
Taxa de homicídio	SEGUP-SIAC	Homicídio por 100 Mil hab.	2018	44,44	reduzir 3,5% a.a
Taxa de homicídio no trânsito	SEGUP-SIAC	Homicídio no Trânsito por 100 Mil hab.	2018	8,25	reduzir 2% a.a
Taxa de reincidência de egressos assistidos	SUSIPE	Percentual (%)	2018	36,42	reduzir 5% a.a
Taxa de reintegração social de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	FASEPA	Percentual (%)	2018	45,67	aumentar 5% a.a

1Nota: Pela descontinuidade da série divulgada pelo IBGE, utilizou-se uma Proxi com o Percentual de Pessoas no CADÚnico em Famílias em Situação de Pobreza.
2Nota: Resultado Preliminar para o ano de 2018. Sujeito a alterações.
3Nota: Média dos último três anos.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor R$1.00 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	200.465.941,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	198.593.685,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	123.832.142,00
Cultura	178.368.993,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.985.974.178,00
Direitos Socioassistenciais	228.038.321,00
Educação Básica	11.095.686.193,00
Educação Profissional e Tecnológica	36.444.954,00
Educação Superior	263.697.646,00
Esporte e Lazer	83.647.981,00
Governança Pública	4.878.576.417,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	253.900.295,00
Infraestrutura e Logística	1.815.722.118,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	84.586.429,00
Saúde	6.155.319.418,00
Segurança Pública	2.230.499.577,00
Trabalho, Emprego e Renda	58.237.852,00
	R$ 29.871.592.140,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$1.00) 2020- 2023
Manutenção da Gestão	37.050.157.828,00
	R$ 37.050.157.828,00

TOTAL PARA O ESTADO: R$ 66.921.749.968,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$200.465.941,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	3.456	12/2018	SEDAP	4.322
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	75.563	12/2018	EMATER	76.376
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	12.026	12/2018	SEDAP	14.618

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — **R$198.593.685,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	3, 5, 8, 10, 11, 16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	22,00	12/2018	SEJUDH	25,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual		12/2018	SEJUDH	30,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Promover os Direitos Humanos

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação — **R$123.832.142,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	4, 5, 7, 8, 9, 12, 17

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	4,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2018	FAPESPA	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura — **R$178.368.993,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 5, 10

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	22,92	12/2018	SECULT/FCP	55,56

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	9,00
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	553.600	12/2018	FCP/SECULT	931.639

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade — **R$1.985.974.178,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 12

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de domicílios com paredes de material não durável	Percentual	1,82	12/2018	PNADC / FAPESPA	1,75
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário exclusivo	Percentual	11,66	12/2018	PNADC / FAPESPA	11,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	5,58	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	10,62
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	55,14	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	72,88

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais — **R$228.038.321,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	1, 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 15, 16

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Pobreza	Percentual	25,80	12/2017	IBGE/FAPESPA	23,80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	8,50	12/2018	FASEPA	10,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	44,00	12/2018	FASEPA	46,00

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica — **R$11.095.686.193,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 5, 8, 9, 10, 16

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,30	12/2017	INEP/SEDUC	4,00
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30
IDEB Ensino Médio	Índice	2,80	12/2017	INEP/SEDUC	4,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,70	12/2018	INEP/SEDUC	3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,10	12/2018	INEP/SEDUC	12,05
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	84,40	12/2018	INEP/SEDUC	86,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,00	12/2018	INEP/SEDUC	79,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	10,90	12/2018	INEP/SEDUC	9,10
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,90	12/2018	INEP/SEDUC	8,75

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica — **R$36.444.954,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	17,15
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	7.380	12/2018	SEDUC / SECTET	12.280

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior — **R$263.697.646,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,06	12/2018	UEPA	1,78

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	12,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer — **R$83.647.981,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	7.172	12/2018	SEDUC/SEEL	9.685

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública — **R$4.878.576.417,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	10.921.380,00	12/2018	SEFA	15.159.347,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	3,02	06/2019	SEPLAD/EGPA	4,53

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Promover a Gestão Regionalizada

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo — **R$253.900.295,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no estado do Pará	Percentual	-0,80	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	2,10
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	950.672,48	12/2018	SETUR	1.075.598,65

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	261	12/2018	BANPARA	1972
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	769	06/2019	SEDEME	892
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	5	12/2017	CODEC	4
Número de turistas	Unidade	1.138.923	12/2018	SETUR	1.288.587

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Promover o Turismo como Atividade Econômica

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística — **R$1.815.722.118,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	48,77	12/2018	SETRAN	60,48

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	18.065,20	12/2018	SETRAN	20.355,20
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	3.786,20	12/2018	SETRAN	4.695,20
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	24,24	12/2019	CPH	78,79

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$84.586.429,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	54,59	12/2018	PRODES/INPE	65,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	85,42	12/2019	SEMAS	93,80

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$6.155.319.418,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	84	12/2018	MS/SIM/SINASC	68,41
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,68	12/2018	SIM	12,77
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	Percentual	236,19	12/2018	MS/SIM	217,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	64,40	12/2018	EGESTOR	78,28
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	179,70	12/2018	SIPNI	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,41	12/2018	DATASUS(CNES)	1,68
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	54,18	12/2018	SINAN	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,25	12/2018	SIA	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,12	12/2018	SIA	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$2.230.499.577,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	73,00	12/2018	SEGUP	67,30
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	44,90	12/2018	SEGUP	39,00
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	16,15	12/2018	DATASUS	15,52
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.252,50	12/2018	SEGUP	1.086,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	813,00	12/2018	SEGUP	765,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Densidade Carcerária	Percentual	1,77	12/2018	SEAP	1,81
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.509	12/2018	PMPA	13.923
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	48,00	12/2018	DETRAN	52,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	39,00	12/2018	POL. CIVIL	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	86,00	12/2018	POL. CIVIL	87,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Prevenir Acidentes de Trânsito

Realizar a Custódia Penal

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$58.237.852,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,64	12/2018	MTE/RAIS	1,10

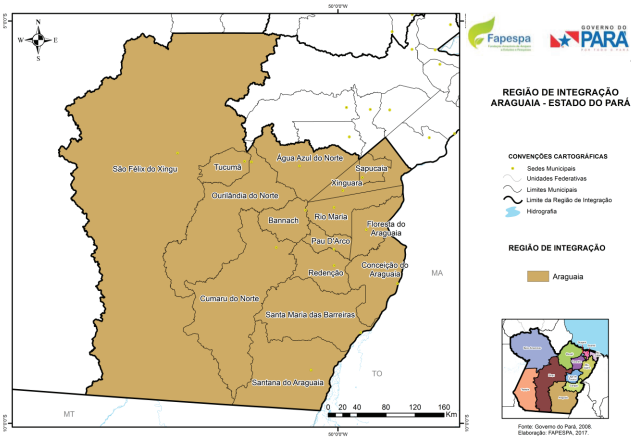
Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,20	12/2018	MTE/RAIS	2,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	10,67	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	12,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	21,39	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	28,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO ARAGUAIA



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Araguaia, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 15 municípios: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã e Xinguara.

A RI Araguaia detém uma área territorial de 174.175 km^2, que equivale a 14% da área do Pará, sendo que 45,5% da região são de áreas protegidas.

Sua população, em 2018, foi estimada em aproximadamente 558 mil habitantes, correspondendo a 6,6% do total do estado. São Félix do Xingu é o município de maior contingente populacional, representando 22% do total da região, seguido de Redenção, 15%, e Santana do Araguaia, 13%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 2,09%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 8,7 bilhões, o equivalente a 6% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 13% do setor do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribuiu com 29%, a Agropecuária com 25%, a atividade da Administração Pública com 21%, a Indústria com 15% e, os Impostos sobre produtos com 10%.

A RI Araguaia integra a região turística Araguaia Tocantins, que faz parte do roteiro "Trilhas do Araguaia", com as inúmeras praias de água doce, sítios arqueológicos, cachoeiras e inscrições rupestres que a região oferece.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto - PIB[1] da Região de Integração Araguaia, em 2016, contribuiu com R$ 8,76 bilhões (6,3%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R$ 2,6 bilhões (29%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário na região. A Agropecuária, setor com forte expansão na região, adicionou à economia da região R$2,1 bilhões (25%), a Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, R$1,8 bilhão (21%), e a Indústria registrou uma agregação de valor de R$1,2 bilhão (15%), aproximadamente.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Araguaia, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Araguaia
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**8.758.157**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**7.869.582**
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	89,9%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	306.655.000	17.167.980	2.183.833
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	24,93%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	1.150.207.000	31.519.925	1.285.952
% VA Indústria	18,35%	22,83%	14,68%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	3.015.716.000	47.932.450	2.587.229
% VA Serviços	48,12%	34,72%	29,54%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	945.121.000	28.168.477	1.812.568
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	20,70%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**888.575**
% Impostos	13,55%	9,62%	10,15%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Araguaia, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Redenção, com participação de 19%, tendo como principais atividades o comércio, as atividades imobiliárias e a indústria de transformação; São Félix do Xingu, 16%, com destaque para a pecuária bovina, a agricultura e o comércio; e Xinguara, com 13%, sendo a indústria alimentícia, o comércio e a pecuária as principais atividades no VA do município.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Araguaia, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Araguaia	**Pecuária**	**Indústria de transformação**	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Agricultura**
Água Azul do Norte	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte
Bannach	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte
Conceição do Araguaia	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Indústria de transformação	Intermediação financeira
Cumaru do Norte	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Transporte	Construção civil
Floresta do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria extrativa
Ourilândia do Norte	Indústria de transformação	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Pau D'Arco	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Transporte
Redenção	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Construção civil	Pecuária
Rio Maria	Pecuária	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Santa Maria das Barreiras	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Santana do Araguaia	Pecuária	Indústria de transformação	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias
São Félix do Xingu	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria extrativa
Sapucaia	Pecuária	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Tucumã	Comércio	Indústria de transformação	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura
Xinguara	Indústria de transformação	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Araguaia contabilizou um saldo de US$781,775 milhões. Os principais produtos exportados da região são: ferroligas, com Ourilândia respondendo por 99% da produção regional; soja, em que Santana do Araguaia participou com 84%; e carne bovina, sendo Xinguara responsável por 56% da produção.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Araguaia	**850.129.016**	**5,4**	**68.353.214**	**5,8**	**781.775.802**
Água Azul do Norte	17.888.417	2,1	0	0,0	17.888.417
Bannach	0	0,0	69.268	0,1	-69.268
Cumaru do Norte	3.484.993	0,4	0	0,0	3.484.993
Floresta do Araguaia	2.128.528	0,3	0	0,0	2.128.528
Ourilândia do Norte	260.210.480	30,6	24.310.464	35,6	235.900.016
Redenção	22.660.561	2,7	229.142	0,3	22.431.419
Rio Maria	8.055.911	0,9	0	0,0	8.055.911
Santa Maria das Barreiras	451.222	0,1	112.394	0,2	338.828
Santana do Araguaia	407.627.163	47,9	84.527	0,1	407.542.636
São Félix do Xingu	9.652.937	1,1	0	0,0	9.652.937
Tucumã	48.477.689	5,7	0	0,0	48.477.689
Xinguara	69.491.115	8,2	43.547.419	63,7	25.943.696

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os principais produtos importados da região são o carvão mineral e transformadores elétricos, cujas demandas provêm, principalmente, de Ourilândia (93 %, para o primeiro), e de Xinguara (77 %, para o segundo).

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Araguaia, registrou-se, em 2017, um total de 53.355 mil empregos formais, o que representa 5% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém cerca de 24% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 21%, e Indústria de Transformação, 15,4%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Redenção, 23,8%, Xinguara, 14,8%, e São Félix do Xingu,10,4%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Araguaia
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	185.906
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,36
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	31,81
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	53.355
Extrativa Mineral	212.337	19.710	918
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.208
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	217
Construção Civil	1.838.958	57.880	1.543
Comércio	9.230.750	203.656	11.503
Serviços	16.772.645	284.360	7.927
Adm. Pública	9.195.215	363.926	12.792
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	10.247

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Apesar de o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 126 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,4% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A RI Araguaia dispõe de uma rede de infraestrutura rodoviária composta pelas BR-155, BR-158, BR-235 e PA-279. A primeira, de recente federalização, tem relevância em vista das diversas possibilidades que apresenta: integra a região no sentido norte-sul; interliga a região à RI Carajás e, a partir dessa, a outras regiões do estado, permitindo, entre outras, o escoamento da produção do sudeste e sul do Pará em direção à Belém, a partir da integração com a PA-150. A BR-158, planejada para iniciar em Altamira (RI Xingu), entre a BR-230 e BR-415, inicia, de fato, em Redenção e constitui-se, também, como importante via da malha estadual por integrar o eixo norte-sul, formado com a BR-155, conectando o estado ao centro-oeste do país.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange oito aeródromos/aeroportos, 118 pontes (totalizando 3,7 km de extensão), um porto, três travessias e dez rodovias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Araguaia

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (8)	Conceição do Araguaia
	Floresta do Araguaia
	Ourilândia do Norte
	Redenção
	Santa Maria das Barreiras
	Santana do Araguaia
	São Félix do Xingu
	Xinguara
Rodovias	10 rodovias (total 900km) - 48% pavimentado
Travessias (3)	Porto Trajano (Santana do Araguaia) - Caseara (TO)
	Santa Maria das Barreiras - Araguacema (TO)
	Floresta do Araguaia - Pau D'arco (TO)
Hidrovia	Araguaia-Tocantins
Portos	Porto Marina (São Félix do Xingu)
Pontes	118 pontes (total de 3,7 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Araguaia será contemplada com investimentos de, cerca de, R$12 bilhões, 9% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como o Projeto Jacaré (mineração) da Anglo American, em São Félix do Xingu (R$ 9,4 bilhões) e MbAC Fertilizantes (agronegócio), em Santana do Araguaia.

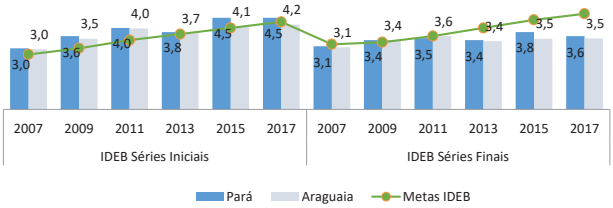
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Araguaia, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2017. Assim como, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), em que a meta foi alcançada apenas nos anos de 2009 e 2011. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, o mesmo não é notado na RI Araguaia, a região ainda tem um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios, Região de Integração Araguaia, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



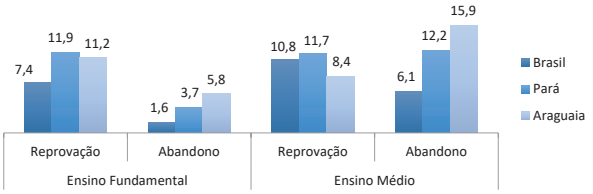
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores da RI Araguaia.

A taxa de reprovação no ensino fundamental da região chegou a 11,2% de reprovados, em 2017, um pouco abaixo do valor total do Pará, 11,9%, e acima da taxa do Brasil, 7,4%. O município de Água Azul do Norte apresentou a maior taxa de reprovação, 17%, e Redenção, a menor taxa, de 5,9%. No ensino médio, o município com a maior taxa de alunos reprovados foi Pau D'Arco, com 18,4%, e o de menor taxa foi Floresta do Araguaia, com 1,5%.

Em 2017, em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Brasil (1,6%) e do Pará (3,7%), alcançando 5,8%. O município de Sapucaia registrou o maior percentual de abandono na região, de 14,7%, e o menor registro foi em Água Azul do Norte, com 2,2%. No ensino médio, a região novamente superou os valores do Brasil (6,1%) e do Pará (12,2%), com o registro de 15,9%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Pau D'Arco, com 29% de abandono, e a menor com Sapucaia, 7%. Importante observar que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, 12,2%.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 29,5%, quanto para o ensino médio, 48,0%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região, no ensino fundamental, o município de Sapucaia se destacou com a maior taxa de distorção, 41,2%, e a menor taxa correspondeu ao município de Redenção, 18,9%. No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Pau D'Arco, 62,9%, e a menor distorção ocorreu em Rio Maria, 38,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Araguaia	**29,5**	**47,2**
Água Azul do Norte	27,6	49,6
Bannach	33,6	48,5
Conceição do Araguaia	22,8	44,8
Cumaru do Norte	34,0	53,5
Floresta do Araguaia	27,7	54,7
Ourilândia do Norte	28,2	39,3
Pau D'Arco	31,5	62,9
Redenção	18,9	39,8
Rio Maria	21,1	38,7
Santa Maria das Barreiras	30,2	50,8
Santana do Araguaia	35,3	44,1
São Félix do Xingu	34,1	41,2
Sapucaia	41,2	54,5
Tucumã	28,7	44,0
Xinguara	27,9	41,3

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Araguaia, a taxa de mortalidade infantil de 16,80 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. O município de Bannach não registrou nenhum caso de óbito infantil e Floresta do Araguaia apresentou taxa de 8,93 mortes infantis. Por outro lado, Santa Maria das Barreiras, com 27,97, e Ourilândia do Norte, com 25,22, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Os 1.171 agentes da região representam uma proporção de cobertura de 98,14%, superior à do estado, de 81,21%, sendo que apenas os municípios de Redenção, com 99,01%, São Félix do Xingu, com 95,83%, e Santana do Araguaia, com 77,19%, não atingiram ainda a cobertura de 100%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) implantadas na RI, o total de 118, equivale à uma proporção de cobertura média de 83,53%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, seis municípios da região atingiram 100% da população estimada coberta, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Rio Maria e Sapucaia, ressaltando-se os municípios de Santana do Araguaia e São Félix do Xingu, com coberturas estimadas da população inferiores a 50%, 48,75% e 46,99%, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Araguaia
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,80
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	98,14
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	83,53
Hospitais - 2018	6.687	247	30
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,81
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,21

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

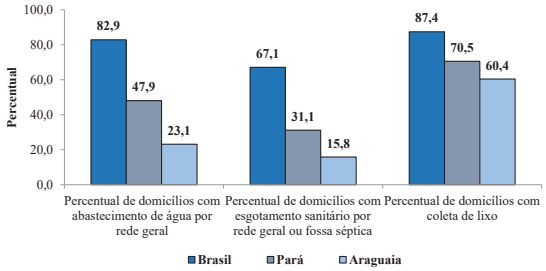
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Araguaia apresenta 30 hospitais (hospitais gerais e hospitais especializados), com destaque para o Hospital Regional Público do Araguaia, inaugurado em 2007, em Redenção, que oferece atendimentos em 20 especialidades médicas e atende 15 municípios, e, ainda, o Hospital Regional de Conceição do Araguaia, com atendimento hospitalar e ambulatorial. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,81, sendo superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. O mesmo se repete quanto à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, da RI, 2,21, e a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Araguaia. Observou-se, em 2010, que no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Araguaia, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 23,1% dos domicílios, 15,8% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 60,4% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário eram bem menores na região, em comparação com o estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Araguaia, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Conceição do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu) dos 15 municípios que compõem a RI Araguaia, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel), e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e a Região de Integração Araguaia, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI ARAGUAIA	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	24.791	19,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.614	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.807	27,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.311	9,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.448	5,7
Total Domicílios	**1.859.165**		**124.512**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Araguaia, o déficit era de 19,9% do total de domicílios. Em 2010, a componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 27% no Araguaia. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 85% na região de Araguaia. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 9,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,7% na região.

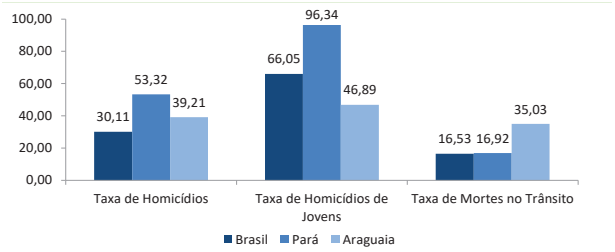
3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 39,21. Os municípios de Redenção e Pau D'Arco apresentaram as maiores taxas, 78,82 e 74,89 homicídios, respectivamente, em contraposição ao município de Sapucaia, que não apresentou casos de homicídios, e Aveiro que figurou com a menor taxa, 14,99 homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Araguaia (46,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Bannach e Rio Maria apresentaram as maiores taxas entre os componentes da região, com 136,19 e 119,04 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. O município de Sapucaia não apresentou casos de homicídios de jovens e Santana do Araguaia apresentou taxa de apenas 9,55 homicídios de jovens a cada 100 mil jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Araguaia foi de 35,03 mortes. O Pará apresentou taxa inferior, registrando 16,92 mortes. Entre os municípios da região, os que apresentaram as maiores taxas foram Pau D'Arco (112,34 mortes) e Sapucaia (104,06 mortes), enquanto Cumaru do Norte não registrou mortes por acidentes no trânsito e Água Azul do Norte observou a menor taxa (18,74 mortes). Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Araguaia apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da RI Araguaia foi de 46,94 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a região registrou taxa de 11,37 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que alcançou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a RI Araguaia, observou-se a taxa de 349,87 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Araguaia

Indicadores Segurança	Pará		RI Araguaia	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,80	46,94
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,45	11,37
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	346,36	349,87

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Araguaia contava com um total de 29,53% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Araguaia apresentou um Índice de Gini de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Araguaia, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Araguaia	**29,53**	**0,55**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, observa-se que na RI Araguaia, 41,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 69,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 54,2% das famílias inscritas, recebiam o Bolsa Família. A região observou percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Araguaia	**41,3**	**69,3**	**54,2**
Água Azul do Norte	39,5	83,6	67,4
Bannach	61,5	69,1	53,3
Conceição do Araguaia	50,8	57,9	42,3
Cumaru do Norte	46,9	82,4	62,1
Floresta do Araguaia	61,1	75,1	59,7
Ourilândia do Norte	58,7	79,3	58,8
Pau D'Arco	87,9	70,3	57,1
Redenção	42,0	58,7	47,3
Rio Maria	49,2	52,4	42,2
Santa Maria das Barreiras	58,7	73,2	56,5
Santana do Araguaia	26,8	82,1	60,8
São Félix do Xingu	28,1	83,4	68,0
Sapucaia	44,2	66,9	52,5
Tucumã	43,0	46,8	34,7
Xinguara	47,6	64,4	53,1

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, Pau D'arco revelou o maior percentual de população inscrita no CadÚnico, 87,9%, seguido pelos municípios de Bannach e Floresta do Araguaia, ambos com 65%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Água Azul do Norte, 83,6%, e São Félix do Xingu, 83,4%, os mesmos com os maiores percentuais de famílias que receberam o programa Bolsa Família, sendo 68% do total de famílias cadastradas de São Félix do Xingu e 67,4% de Água Azul do Norte.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Araguaia mostrava um quantitativo de 162.935 jovens, cuja participação estimada era de 29,2% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, São Félix do Xingu registrou o maior número de jovens (39.203), seguido de Redenção (23.996), sendo que o primeiro alcançou participação de 31,42% de sua população, a segunda maior, abaixo de Ourilândia do Norte, com 33% de sua população constituída por jovens, e o menor quantitativo de jovens estava em Bannach (817), 24% de participação, aproximadamente. Todos os municípios da região registraram participação acima de 20%.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Araguaia	**156.252**	**29,41**	**159.225**	**29,41**	**162.083**	**29,42**	**162.935**	**29,20**
Água Azul do Norte	8.219	31,25	8.276	31,23	8.331	31,22	8.497	31,19
Bannach	784	24,00	759	23,48	734	22,94	817	24,68
Conceição do Araguaia	11.809	25,45	11.786	25,35	11.764	25,26	11.467	24,02
Cumaru do Norte	3.231	26,01	3.313	25,95	3.391	25,90	3.411	25,88
Floresta do Araguaia	5.402	28,05	5.469	28,03	5.535	28,03	5.626	28,02
Ourilândia do Norte	10.089	32,78	10.311	32,88	10.524	32,97	10.675	33,03
Pau D'Arco	1.553	28,06	1.521	27,98	1.491	27,92	1.560	28,07
Redenção	23.312	28,85	23.494	28,78	23.668	28,70	23.996	28,57
Rio Maria	5.017	28,28	5.029	28,38	5.040	28,47	4.695	25,82
Santa Maria das Barreiras	4.898	24,58	5.000	24,51	5.098	24,45	5.140	24,43
Santana do Araguaia	19.830	29,58	20.393	29,58	20.936	29,59	21.061	29,59
São Félix do Xingu	36.397	31,33	37.835	31,38	39.217	31,42	39.203	31,42
Sapucaia	1.608	28,78	1.634	28,78	1.658	28,75	1.682	28,76

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Tucumã	11.593	31,07	11.808	31,14	12.015	31,20	12.208	31,26
Xinguara	12.510	29,21	12.597	29,17	12.681	29,13	12.897	29,04

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos paraenses, e a 33,98% da RI Araguaia, o maior percentual dentre as regiões do estado. A maior concentração de vínculos totais ocorreu em Redenção (12.719) e Xinguara (7.886), bem como os ocupados por jovens (4.663 e 3.087, na mesma ordem), correspondendo a 39,15%, em Xinguara, e 36,66%, em Redenção. No entanto, a maior participação foi em Tucumã, 42,97%, e a menor em Pau D'arco, 15,82%.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Araguaia e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Araguaia	**53.355**	**18.130**	**33,98**
Água Azul do Norte	2.048	691	33,74
Bannach	564	148	26,24
Conceição do Araguaia	4.115	1.206	29,31
Cumaru do Norte	1.555	366	23,54
Floresta do Araguaia	1.055	222	21,04
Ourilândia do Norte	2.729	852	31,22
Pau D'Arco	594	94	15,82
Redenção	12.719	4.663	36,66
Rio Maria	2.742	980	35,74
Santa Maria das Barreiras	1.890	526	27,83
Santana do Araguaia	4.349	1.331	30,60
São Félix do Xingu	5.534	1.717	31,03
Sapucaia	1.144	343	29,98
Tucumã	4.431	1.904	42,97
Xinguara	7.886	3.087	39,15

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]). Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em cerca de 32%.

Na RI Araguaia, o percentual para esse indicador foi de 26,98%, em 2017, acima do registrado no Pará e com diminuição de apenas 3,58 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, Bannach se mostra com alta vulnerabilidade de jovens, demarcando que 40,82% dos nascidos vivos são de mães menores de 19 anos, um incremento de 13,8% em relação ao ano anterior e de 11% se comparado a 2010, o maior do período. Seguidamente, apresenta-se Floresta do Araguaia, com 36,31%. As menores concentrações para esse índice foram observadas em Xinguara, 22,47%, e Tucumã, 24,36%, sendo os únicos abaixo do registrado no estado.

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Araguaia (2010-2017).

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Araguaia	**30,56**	**30,26**	**29,84**	**30,00**	**30,02**	**29,51**	**28,59**	**26,98**
Água Azul do Norte	30,60	32,46	32,93	23,16	29,12	25,63	30,67	26,51
Bannach	29,79	20,00	35,71	30,23	39,58	26,67	27,03	40,82
Conceição do Araguaia	28,66	29,39	27,91	29,53	26,46	27,70	28,23	25,74
Cumaru do Norte	29,77	30,51	34,01	34,88	35,04	35,51	30,38	33,73
Floresta do Araguaia	34,55	34,21	29,19	35,02	34,46	29,97	33,64	36,31
Ourilândia do Norte	32,73	32,55	29,19	27,90	27,99	29,31	28,25	29,08
Pau D'Arco	29,85	32,87	38,58	38,46	37,23	31,69	35,54	31,03
Redenção	27,41	29,88	27,91	28,52	27,38	29,51	25,02	24,80
Rio Maria	33,33	25,70	30,28	28,62	33,77	29,26	29,20	29,30
Santa Maria das Barreiras	35,71	32,31	36,81	37,50	31,49	37,06	34,27	29,37
Santana do Araguaia	32,66	32,21	31,35	30,78	34,74	35,45	35,31	29,88
São Félix do Xingu	33,26	32,42	34,04	34,57	33,11	32,54	33,08	27,76
Sapucaia	31,58	33,33	38,57	34,04	29,27	37,63	36,05	31,58
Tucumã	30,75	28,77	26,17	26,56	27,95	24,43	25,20	24,36
Xinguara	28,57	26,74	27,66	28,63	29,74	25,24	23,34	22,47

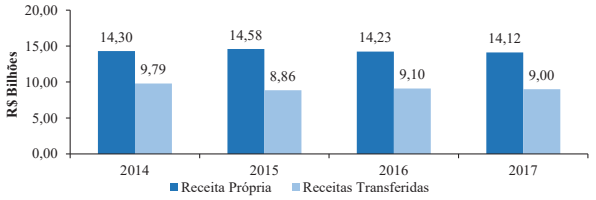
Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como à viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

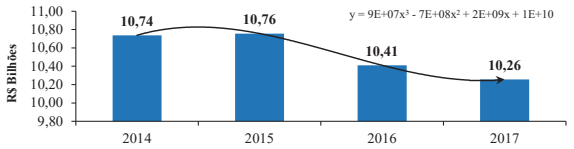
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que, inevitavelmente, produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

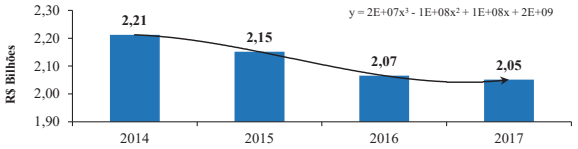
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. No período de 2014 a 2017, o montante desse tributo retraiu -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Araguaia aumentou em 15%, tendo o município de São Félix do Xingu recebido a maior parcela, 16,5% do total destinado à região, seguido por Ourilândia e Redenção, 11,6% cada, e Xinguara, 10,6%. Outro ponto a destacar é o fato de que, no período, o total de ICMS repassado aos municípios da RI Araguaia vem representando cerca de 7,3% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Araguaia	**142.686.632,69**	**150.156.766,29**	**159.901.832,18**	**164.294.196,76**
Agua Azul do Norte	6.857.807,15	7.744.475,05	7.911.809,40	8.614.676,97
Bannach	3.539.513,38	3.872.237,51	3.747.699,19	3.076.670,35
Conceição Araguaia	8.406.344,24	8.389.847,98	9.369.247,97	9.435.122,42
Cumaru do Norte	7.742.685,49	7.959.599,36	8.120.014,92	8.614.676,97
Floresta do Araguaia	8.406.344,24	7.959.599,36	7.495.398,39	6.768.674,76
Ourilândia Norte	11.503.418,46	12.046.961,18	15.615.413,30	19.075.356,17
Pau D'arco	3.318.293,79	3.226.864,60	3.331.288,18	2.666.447,64
Redenção	17.255.127,66	19.791.436,25	21.028.756,56	19.075.356,17
Rio Maria	6.415.368,00	6.453.729,22	7.078.987,36	7.794.231,57
Santa Maria Barreira	6.415.368,00	6.668.853,54	6.870.781,85	7.589.120,19
Santana Araguaia	11.060.979,27	12.046.961,18	13.116.947,18	14.152.683,62
São Felix Xingu	23.228.056,49	24.954.419,61	25.817.483,32	27.074.699,10
Item Geográfico	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Sapucaia	3.539.513,38	3.441.988,90	3.331.288,18	2.871.559,00
Tucumã	10.176.100,94	10.541.091,05	10.410.275,53	10.050.456,49
Xinguara	14.821.712,22	15.058.701,51	16.656.440,86	17.434.465,34

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Araguaia é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (11.324 km²) e Proteção Integral (4.776 km²), Terras Indígenas (63.148 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, 174.175 km², 79.249 km² (45,50%) correspondem às áreas protegidas e 18.906,26 km² (10,85%) às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 66.375 km², ou 38,11%, de área desmatada, o que corresponde a 25,08% do desmatamento acumulado total do estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, foi registrado, aproximadamente, 50% do desmatamento acumulado na RI em apenas três municípios: São Félix do Xingu, com a maior área de desmatamento acumulado, 18.440 km², ou 27,78%, seguido de Cumaru do Norte, com 7.338 km², ou 11,00%, e Santana do Araguaia, com 7.239 km², ou 10,91%. Da mesma maneira, em 2017, metade dos registros de foco de calor da região estava concentrada em apenas um município, São Félix do Xingu, com 6.722 focos, ou 50,84%, mantendo-se na segunda colocação Cumaru do Norte, com 1.308 focos, ou 9,89%, seguidos por Santa Maria das Barreiras, com 1.228 focos, ou 9,29%.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Araguaia, 2017

Item Geográfico	Área km²	Área desmatada km²	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Araguaia	**174.175**	**66.375**	**13.223**
Agua Azul do Norte	7.114	4.660	363
Bannach	2.957	2.193	251
Conceição do Araguaia	5.829	3.089	620
Cumaru do Norte	17.085	7.338	1.308
Floresta do Araguaia	3.444	1.921	166
Ourilândia do Norte	14.411	1.712	513
Pau D'Arco	1.671	939	139
Redenção	3.824	2.663	215
Rio Maria	4.115	3.407	174
Santa Maria das Barreiras	10.330	5.938	1.228
Santana do Araguaia	11.592	7.239	1.079
São Félix do Xingu	84.213	18.440	6.722
Sapucaia	1.298	1.164	69
Tucumã	2.513	2.294	257
Xinguara	3.779	3.379	119

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86,99% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Sapucaia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,02%), seguido por Santana do Araguaia (91,88%) e Ourilândia do Norte (91,73%).

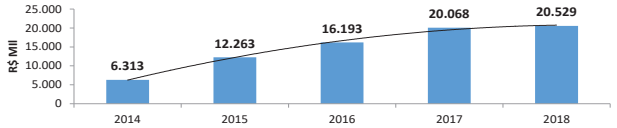
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE)/km² (A)	Área Cadastrável km² (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR km² (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Araguaia	**174.100,93**	**104.450,80**	**59,99**	**90.862,08**	**86,99**
Água Azul do Norte	7.109,13	5.502,01	77,39	4.595,01	83,52
Bannach	2.954,42	2.778,23	94,04	2.400,80	86,41
Conceição do Araguaia	5.828,74	5.733,63	98,37	4.307,63	75,13
Cumaru do Norte	17.072,03	12.961,29	75,92	11.882,70	91,68
Floresta do Araguaia	3.443,66	3.394,87	98,58	2.355,59	69,39
Ourilândia do Norte	14.400,48	2.194,88	15,24	2.013,27	91,73
Pau D'Arco	1.670,48	1.473,43	88,20	1.300,59	88,27
Redenção	3.821,53	3.805,26	99,57	3.311,96	87,04
Rio Maria	4.113,00	4.106,83	99,85	3.465,24	84,38
Santa Maria das Barreiras	10.323,79	10.258,67	99,37	9.150,45	89,20
Santana do Araguaia	11.583,08	11.466,43	98,99	10.534,85	91,88
São Félix do Xingu	84.193,35	33.240,92	39,48	28.511,08	85,77
Sapucaia	1.297,96	1.297,21	99,94	1.245,52	96,02
Tucumã	2.510,71	2.481,92	98,85	2.476,13	99,77
Xinguara	3.778,57	3.755,22	99,38	3.311,26	88,18

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Araguaia teve uma participação média de 11,8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual a seus municípios entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$20,529 milhões, com o município de São Félix do Xingu detendo a maior parcela (15,79%), seguido por Cumaru do Norte (9,47%), Santa Maria das Barreiras (8,09%), Ourilândia do Norte (6,84%), Santana do Araguaia (6,62%), Conceição do Araguaia (6,36%), Xinguara (6,18%), Redenção (6,17%), Rio Maria (6,12%), Água Azul do Norte (6,11%), Bannach (6,07%), Tucumã (5,76%), Floresta do Araguaia (3,63%), Pau D'Arco (3,49%) e Sapucaia (3,31%), conforme demonstra a Tabela 17.

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Araguaia (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os municípios da Região de Integração do Araguaia no período de 2014 e 2018.

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Araguaia	**6.313.452,16**	**12.262.759,23**	**16.192.602,56**	**20.068.191,03**	**20.529.267,39**
Água Azul do Norte	492.606,28	970.511,35	938.752,41	1.277.169,73	1.253.904,81
Bannach	407.517,41	862.606,84	1.199.533,37	737.616,62	1.246.656,08
Conceição do Araguaia	333.781,15	673.576,77	973.913,79	1.277.168,39	1.306.516,15
Cumaru do Norte	570.549,94	1.096.680,48	1.494.854,78	1.976.900,70	1.943.399,03
Floresta do Araguaia	151.285,71	320.091,21	478.549,54	1.277.167,58	745.320,75
Ourilândia do Norte	955.483,12	1.829.024,14	2.110.991,35	1.506.516,04	1.404.132,40
Pau D'Arco	382.129,64	755.869,67	1.209.303,74	752.079,96	717.009,92
Redenção	235.789,41	442.137,50	575.486,49	1.277.168,45	1.266.816,67
Rio Maria	279.782,93	520.739,33	696.059,82	731.419,95	1.256.015,70
Santa Maria das Barreiras	367.567,92	744.371,36	1.025.148,46	1.671.015,33	1.660.787,21
Santana do Araguaia	418.398,82	812.496,32	1.102.789,31	1.774.565,66	1.358.426,95
São Félix do Xingu	780.508,31	1.504.763,23	2.077.402,41	2.968.895,39	3.241.457,62
Sapucaia	312.912,07	575.757,53	766.532,16	771.772,64	678.807,28
Tucumã	339.752,41	623.166,35	841.404,25	1.019.340,37	1.181.550,12
Xinguara	285.387,05	530.967,15	701.880,68	1.049.394,21	1.268.466,69

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Araguaia**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	37.148.830,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.199.900,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.725.821,00
Cultura	347.772,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	42.804.240,00
Direitos Socioassistenciais	5.925.614,00
Educação Básica	316.042.625,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.726.635,00
Educação Superior	15.670.081,00
Esporte e Lazer	1.293.809,00
Governança Pública	55.969.472,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	2.999.040,00
Infraestrutura e Logística	128.603.812,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.123.166,00
Saúde	354.150.617,00
Segurança Pública	100.229.390,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.793.414,00
	R$ 1.074.754.238,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	756.347.966,00
	R$ 756.347.966,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 1.831.102.204,00

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 37.148.830,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 2, 8, 12, 14

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	7.971.913	06/2019	ADEPARA	9.689.910
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Abacaxi)	Unidade / Hectare	25.513	06/2019	IBGE	31.012

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	408	12/2018	SEDAP	2020	428
					2021	450
					2022	472
					2023	496
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	5.855	12/2018	EMATER	2020	6.630
					2021	6.850
					2022	7.230
					2023	7.802
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.545	12/2018	SEDAP	2020	2.672
					2021	2.806
					2022	2.946
					2023	3.093

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional

Implantação do Laboratório de Solo em Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.199.900,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	60,00	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	- - - 30,00
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	13,00 20,00 20,00 20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	12ª CRS - C. Araguaia
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 1.725.821,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	0,00 0,00 33,33 33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 347.772,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20,00	12/2018	SECULT/FCP	53,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 2021 2022 2023	900 900 900 900

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 200 Empreendedores

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 42.804.240,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	1,40	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	3,91
					2021	3,91
					2022	5,55
					2023	5,55
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	39,31	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	39,31
					2021	39,31
					2022	61,60
					2023	61,60

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 5.925.614,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 316.042.625,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,00	12/2017	INEP/SEDUC	3,50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,10
					2021	4,90
					2022	4,80
					2023	4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,12	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,58
					2021	16,29
					2022	16,09
					2023	15,91
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	80,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	81,40
					2021	82,20
					2022	82,60
					2023	83,00
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,10	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,20
					2021	76,60
					2022	76,90
					2023	77,20
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	13,60
					2021	13,00
					2022	12,70
					2023	12,40

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,81	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	7,22 7,11 7,01 6,89

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e São Félix do Xingu.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Conceição do Araguaia, Pau DArco, Rio Maria e Sapucaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 13 Escolas nos Municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Araguaia** — R$ 1.831.102.204.00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica — **R$ 1.726.635,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	- 37,50 27,27 21,43
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	309	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	420 485 500 540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Araguaia** — R$ 1.831.102.204.00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior — **R$ 15.670.081,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	6,05	12/2018	UEPA	3,52

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	9,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	17,00 20,00 16,00 15,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar Campi da UEPA em Conceição do Araguaia e em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Engenharia Civil em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Araguaia** — R$ 1.831.102.204,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer — **R$ 1.293.809,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	0	12/2018	SEDUC/SEEL	2020 2021 2022 2023	167 173 178 184

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 55.969.472,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	684.097,00	12/2018	SEFA	911.390,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	7,44	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	11,16
					2021	11,16
					2022	11,16
					2023	11,16

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Xinguara

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, ADEPARÁ, CRG - Redenção, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Redenção
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, CRG - Redenção
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Redenção, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 2.999.040,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	4,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	7.015,02	12/2018	SETUR	7.936,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	18	12/2018	BANPARA	2020	45
					2021	67
					2022	87
					2023	105
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7	07/2019	SEDEME	2020	49
					2021	53
					2022	72
					2023	81
Número de turistas	Unidade	10.000	12/2018	SETUR	2020	10.506
					2021	10.759
					2022	11.038
					2023	11.314

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 128.603.812,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	51,91	12/2018	SETRAN	60,79

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	2.704,20	12/2018	SETRAN	2020 2021 2022 2023	2.734,20 2.734,20 2.734,20 2.734,20
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	479,20	12/2018	SETRAN	2020 2021 2022 2023	479,20 479,20 482,20 561,20

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.123.166,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	8,73	12/2018	PRODES/INPE	12,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	93,33	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	93,33 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Triunfo Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 354.150.617,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	4	12/2018	MS/SIM/SINASC	326
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,34	12/2018	SIM	13,31
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	197,61	12/2018	MS/SIM	18.227,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	69,18	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	72,64 76,27 80,08 84,09
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,73	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,73 1,73 1,73 1,78
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,40	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	70,00 75,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,20	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,25 0,30 0,40 0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	12ª CRS - C. Araguaia
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	12ª CRS - C. Araguaia, ETSUS, HEMOPA, HRCA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	12ª CRS - C. Araguaia
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	12ª CRS - C. Araguaia
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Ampliar o Hospital Regional de Redenção

Implantar 10 Novos Leitos de UTI Neonatal e 10 de UTI Adulto no HR de Conceição do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	12ª CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, HRCA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRCA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	12ª CRS - C. Araguaia, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	12ª CRS - C. Araguaia, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	12ª CRS - C. Araguaia, SESPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 100.229.390,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	10 REDUZIR A DESIGUALDADE NOS PAÍSES; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	59,30	12/2018	SEGUP	54,70
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	49,30	12/2018	SEGUP	42,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	32,44	12/2018	DATASUS	31,90
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	437,30	12/2018	SEGUP	379,30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.287,20	12/2018	SEGUP	1.211,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	3,34	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	1,04 1,14 1,26 1,11
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	7.557	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	9.825 12.092 14.359 16.626
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	81,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	82,00 83,00 84,00 85,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	36,00 37,00 38,00 39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	23,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	31,00 32,00 34,00 35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	83,00 83,00 84,00 84,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Compromisso Regional

Construir Grupamento de Bombeiro Militar em São Félix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Regional em São Felix do Xingu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Redenção

Construir o 36º Batalhão de Policia Militar em São Felix do Xingu

Implantar Núcleo Integrado de Operações em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 1.831.102.204,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 3.793.414,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,13	12/2018	MTE/RAIS	1,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	0,37	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,50
					2021	1,00
					2022	1,50
					2023	2,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	3,00
					2021	3,00
					2022	4,00
					2023	4,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	42,80	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	18,00
					2021	19,00
					2022	20,00
					2023	21,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Redenção

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

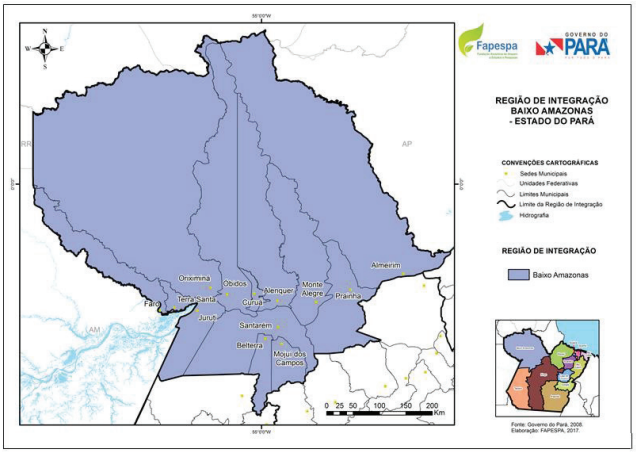
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	14.759.547,00
Concessão de Auxílio Alimentação	89.730.052,00
Concessão de Auxílio Fardamento	5.895.168,00
Concessão de Auxílio Transporte	123.232,00
Operacionalização das Ações Administrativas	21.535.596,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	624.304.371,00
	R$ 756.347.966,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO BAIXO AMAZONAS



I –ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração Baixo Amazonas, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 13 municípios: Santarém, Mojuí dos Campos, Alenquer, Óbidos, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

A RI detém uma área territorial de 315,86 mil km2, equivalente a 25% da área do Pará, sendo que 71% da região são de áreas protegidas.

Em 2018, a população estimada pelo IBGE, foi um pouco mais de 736 mil habitantes, correspondendo a 8,6% do total do estado. Santarém é o município de maior contingente populacional, representando 41,13% da RI, seguido de Oriximiná, com 9,81%, e Monte Alegre, 7,87%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,01%, abaixo da média estadual para o mesmo período, de 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 11 bilhões, o equivalente a 8% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 12% do setor do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribuem com 33%, a Administração Pública com 24%, a Agropecuária e a Indústria ambas com 18% e, os Impostos sobre produtos com 6%.

A RI Baixo Amazonas integra a região turística Polo Tapajós. O ecoturismo é crescente na região, em função dos inúmeros atrativos naturais presentes. Dentre os atrativos encontrados no Polo Tapajós há lagos, diversas cachoeiras, o fenômeno natural do "Encontro das Águas" dos rios Tapajós e Amazonas, e as praias fluviais, com destaque para a praia de Alter do Chão. O Polo Tapajós também é rico em atrativos culturais, como o artesanato e as diversas manifestações folclóricas, a exemplo da festa do Çairé, em Santarém. No que se refere aos atrativos históricos e patrimoniais, especificamente, destaca-se o município de Belterra, onde se situa a vila construída por Henry Ford nos áureos tempos da borracha, com arquitetura típica americana.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) 1 da Região de Integração Baixo Amazonas, em 2016, contribuiu com R$ 11,05 bilhões (8,0%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R$ 3,6 bilhões (33,3%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal, estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R$ 2,5 bilhões (23,4%), e a Indústria e a Agropecuária contribuíramcom agregação de valor de cerca de R$ 2 bilhões (18%), individualmente.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos –Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**11.048.238**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**10.348.186**
Valor Adicionado Total %	*86,4%*	*90,4%*	*93,7%*
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**2.072.550**
% VA Agropecuário	*4,9%*	*12,4%*	*18,8%*
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**2.011.384**
% VA Indústria	*18,4%*	*22,8%*	*18,2%*
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**3.682.908**
% VA Serviços	*48,1%*	*34,7%*	*33,3%*
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.581.343**
% VA Administração Pública	*15,1%*	*20,4%*	*23,4%*
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**700.052**
% Impostos	*13,6%*	*9,6%*	*6,3%*

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

Entre as atividades econômicas da região, em 2016, o setor de Serviços, destacou-se com os segmentos de comércio, atividade imobiliária, atividades profissionais e técnicas e transporte. Na Indústria, a extração mineral de bauxita e a indústria de transformação (celulose) foram as atividades mais relevantes na formação do valor adicionado, e, no setor Agropecuário, sobressaíram-se os cultivos de soja, mandioca, milho, limão, castanha-do-pará, pesca e criação de bovinos.

Santarém e Oriximiná foram os municípios com as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R$ 4,57 bilhões (41%) e R$ 1,81 bilhão (16%), respectivamente. Em Santarém, as principais atividades foram o comércio, atividades imobiliárias, agricultura, com a produção de grãos, construção civil e transporte; enquanto em Oriximiná, as mais relevantes foram a extração mineral de bauxita, transporte, agricultura, com a produção de mandioca, e as atividades profissionais e técnicas.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluído a atividade de Administração Pública - Região de Integração Baixo Amazonas, Pará, 2016

Municípios	Principais Atividades				
RI Baixo Amazonas	**Agricultura**	**Indústria extrativa**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Transporte**
Alenquer	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Pesca e aquicultura
Almeirim	Ind. Transformação	Indústriaextrativa	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil
Belterra	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção Civil	Produção Florestal
Curuá	Pesca e aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Produção Florestal
Faro	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal	Construção civil
Juruti	Indústria extrativa	Agricultura	Transporte	Construção civil	Atividades imobiliárias
Mojuí dos Campos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção Civil	Comércio	Transporte
Monte Alegre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Pesca e aquicultura
Óbidos	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e aquicultura	Pecuária	Comércio
Oriximiná	Indústria extrativa	Transporte	Agricultura	Atividades profissionais e técnicas	Construção civil
Prainha	Agricultura	Pecuária	Pesca e aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Santarém	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Transporte
Terra Santa	Indústria extrativa	Atividades profissionais e técnicas	Atividades imobiliárias	Pecuária	Transporte

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com resto do mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, tendo a RI Baixo Amazonas contabilizado um saldo de US$549,086 milhões. Os principais produtos exportados foram o minério de alumínio e a pasta química de madeira, que juntos concentraram 63% do valor total exportado da RI.

Os principais municípios exportadores da região são Oriximiná, com 40% do valor total das exportações da RI, seguido por Santarém, com 20%. Oriximiná e Almeirim ostentaram o maior saldo comercial, US$234 milhões e US$185 milhões, nesta ordem.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Baixo Amazonas	**611.005.333**	**3,9**	**61.918.872**	**5,3**	**549.086.461**

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Almeirim	199.975.060	32,7	14.546.761	23,5	185.428.299
Juruti	33.737.139	5,5	1.600.034	2,6	32.137.105
Óbidos	10.954.507	1,8	0	0,0	10.954.507
Oriximiná	240.175.318	39,3	6.042.565	9,8	234.132.753
Prainha	1.888.082	0,3	0	0,0	1.888.082
Santarém	124.275.227	20,3	39.729.512	64,2	84.545.715

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores,garante direitos e deveres entre esses agentes. Na Região de Integração Baixo Amazonas, especificamente, registrou-se um total de 74.594 empregos formais, em 2017, o que representa 7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 40% do total do estoque formal da região, seguida pelos Serviços, com 24%, e Comércio, com 20%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estão Santarém, com 57%, Oriximiná, com 10%, e Almeirim, com 5,4%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	250.351
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	23,46
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	8,17
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**74.594**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	2.111
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	4.072
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	278
Construção Civil	1.838.958	57.880	3.072
Comércio	9.230.750	203.656	14.166
Serviços	16.772.645	284.360	17.576
Adm. Pública	9.195.215	363.926	29.973
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	3.346

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 230 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

O escoamento da produção da RI Baixo Amazonas dispõe de um conjunto de infraestrutura em operação, como a rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá) e as rodovias PA-431, e PA-370 e PA-254. A BR-163, além do trecho que interliga Santarém à Cuiabá, integrando a região com o centro-sul do país, possuium trecho localizado em Oriximiná, que liga o distrito de Cachoeira Porteira ao entroncamento com a BR-210 (Perimetral Norte).

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange onze aeródromos/aeroportos, cento e quatorze pontes (totalizando 2,6 km de extensão), doze portos, duas travessias e treze rodovias. Os municípios localizados na margem esquerda do rio Amazonas possuem como principal eixo de ligação viária a PA-254. Sua localização estratégica tem atraído investimentos públicos federais e privados para a implantação, ampliação e melhoramento dessa infraestrutura, como o asfaltamento da rodovia BR-163.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Baixo Amazonas

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (11)	ALENQUER
	ALMEIRIM
	FARO
	MRN (ORIXIMINÁ)
	MONTE ALEGRE
	MONTE DOURADO (ALMEIRIM)
	ORIXIMINÁ
	PRAINHA
	SANTARÉM
	TERRA SANTA
	ÓBIDOS
Rodovias	13 rodovias (total 890km) - 9,2% pavimentado
Travessias (2)	PA-255 (Santarém - Santana do Tapará)
	PA-473 (Monte Dourado - Laranjal do Jari/AP)
Hidrovia	Hidrovia Amazonas
Portos (12)	Porto de Santarém
	(IP4) ALENQUER
	(IP4) ALMEIRIM
	(IP4) CURUÁ
	(IP4) FARO
	(IP4) MONTE ALEGRE
	(IP4) MONTE DOURADO
	(IP4) ÓBIDOS
	(IP4) ORIXIMINÁ
	(IP4) PRAINHA
	(IP4) PORTO TROMBETAS
	(IP4) TERRA SANTA
Pontes	114 pontes (total de 2,6 km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Baixo Amazonas será contemplada com parte dos investimentos previstos para região oeste do estado, de cerca de R$61 bilhões, 48% do total previsto para o estado.

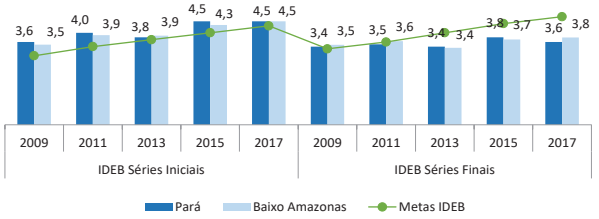
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Baixo Amazonas, a média da nota IDEB dos municípios tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano). No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), o alcance das metas se manteve até 2009, tendo uma queda no ano de 2013, em relação ao ano observado anteriormente. Porém, a região retomou o crescimento da nota nos anos de 2015 (3,7) e 2017 (3,8). O mesmo comportamento se observa no estado, no entanto o Pará voltou a retroceder na nota no ano de 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios do Baixo Amazonas, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



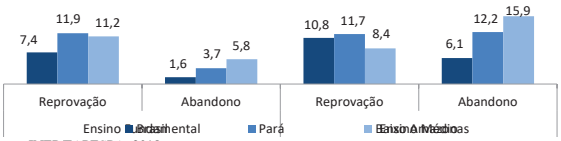
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar,taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, quedemonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios que integram a região para se chegar ao valor da RI Baixo Amazonas.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 11,2% de reprovados no ano de 2017, mantendo-se um pouco abaixo do valor total do estado, 11,9% de reprovação. O município de Belterra apresentou a maior taxa, com 13,9%, e o município de Terra Santa, a menor reprovação, com 3,7% dos alunos no ensino fundamental. No ensino médio, o município com a maior taxa foi Terra Santa, com 30,9% de alunos reprovados, e a menor taxa foi a do município de Mojuí dos Campos, com 2,3%.

Na taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, alcançando 5,8% para o ensino fundamental e 15,9% para o ensino médio. O Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na região, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Almeirim (14,6%) e Prainha (8,6%); e as menores foram registradas em Santarém (0,9%) e Mojuí dos Campos (1,1%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma mesma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região Baixo Amazonas, o município de Almeirim destaca-se com a maior taxa de distorção no ensino fundamental, 39,7%, eo município de Terra Santa, com a menor taxa, 18%. No ensino médio, a pior taxa registrou-se no município de Óbidos, 60,1%, e a menor distorção em Santarém, 35,7%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Baixo Amazonas	**27,6**	**46,5**
Alenquer	31,9	46,4
Almeirim	39,7	59,0
Belterra	32,8	50,4
Curuá	24,8	46,6
Faro	25,4	36,1
Juruti	22,5	50,8
Mojuí dos Campos	25,1	40,5
Monte Alegre	27,5	38,9
Óbidos	28,9	60,1
Oriximiná	27,7	42,1
Prainha	35,0	59,2
Santarém	20,0	35,7
Terra Santa	18,0	39,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi de 19,25, superior àdo Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas, naquele ano, foramAlenquer (26,50), Faro (26,14) e Monte Alegre (25,34). Por outro lado, Terra Santa (10,60), Óbidos (11,81) e Prainha (12,85) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da Região de Integração. Em 2018, na RI Baixo Amazonas, constavam 1.628 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (cobertura de todos os municípios da RI foi de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família,as 134 implantadas na RI, em 2018, equivalem a uma proporção de cobertura média de 70,41%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13. Destacam-seos municípios de Belterra, Curuá e Faro,aonde a cobertura chega a 100%, enquanto em Alenquer e Monte Alegre, a cobertura é de apenas 37,47% e 48,88%, respectivamente.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Baixo Amazonas
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	19,25
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,41
Hospitais - 2018	6.687	247	20
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,08
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,56

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

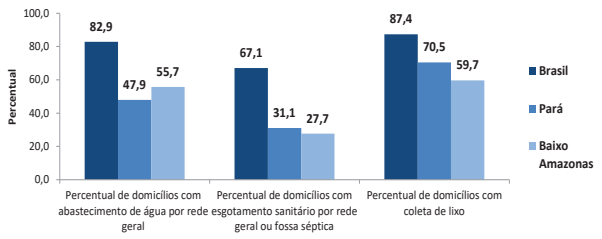
Verificando os indicadores de infraestrutura, a regiãoconta com 20 hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado),destacando-se o Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna, em Santarém, referência no Norte do Brasil no tratamento de câncer. Em relação aospostos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,08, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes foi menor na RI, 1,56,em comparação a do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que essa tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, em 2010. Observou-se naquele ano, que no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na Região de Integração Baixo Amazonas, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 55,7% dos domicílios. Apenas 27,7% do total de domicílios na região eramcobertos com o serviço de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 59,7% desses, com coleta de lixo. Proporcionalmente, o serviço de abastecimento de água na RI Baixo Amazonas tinha maior cobertura que no estado.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estadoalém da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", o qual procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em relação ao abastecimento, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito municípios (Alenquer, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa) dos treze que compõem a RI Baixo Amazonas.

Quanto à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos);coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo);ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando aproximadamente 23% do total de domicílios do estado. Na Região de Integração Baixo Amazonas, esse déficit era de 21% do total de domicílios da região. Em 2010, o componente "domicílios precários" correspondia a 46% do déficit total do estado, e 46,7% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 40,9% na região. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no estado do Pará e 89% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 7,9% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados alcançou 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,5% na RI Baixo Amazonas.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI BAIXO AMAZONAS	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,8	32.770	21,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	15.538	46,7
Cohabitação Familiar	168.684	39,2	13.627	40,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.621	7,9
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.498	4,5
Total de Domicílios	**1.859.165**		**156.041**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

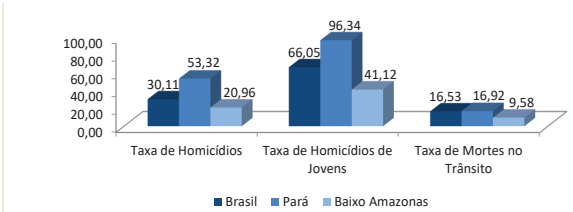
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos e taxa de mortes por acidentes no trânsito) foram analisados. Em 2017, a RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil em relação aos três indicadores.

A taxa de homicídios (por cem mil habitantes), no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 20,96. Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas, 30,04 e 27,11 homicídios, respectivamente, em contraposição a Juruti e Curuá, que figuraram com as menores taxas, 7,10 e 7,14 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem (por 100 mil jovens),em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (41,12 homicídios a cada 100 mil jovens). Santarém e Almeirim apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 56,67 e 53,60 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Por outro lado, Curuá, Faro e Terra Santa não apresentaram casos de homicídio de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito na região foi de 9,58 mortes (por cem mil habitantes). O Pará apresentou taxa superior, registrando 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Mojuí dos Campos (25,57 mortes) e Monte Alegre (17,71 mortes), enquanto Faro e Terra Santa não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Em relação às informações fornecidas pelaSecretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes). A RI Baixo Amazonas apresentou taxas inferiores às do Pará em todos os indicadores, em 2017.

A taxa de homicídios da região foi de 16,78 (por 100 mil habitantes) e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 8,04 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo (por 100 mil habitantes), que registrou, em 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Baixo Amazonas, e 452,65 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Baixo Amazonas

Indicadores Segurança	Pará		RI Baixo Amazonas	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	15,65	16,78
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	7,12	8,04
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	455,01	452,65

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, de 15,20%. A região Baixo Amazonas ficou bem acima do percentual do estado, com 48,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Baixo Amazonas, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,60, igual ao índice brasileiro (0,60) e um pouco menor do índice registrado para o Pará (0,62).

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini do Brasil, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Baixo Amazonas	**48,88**	**0,60**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, a nível municipal, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Baixo Amazonas, 68% da população de seus municípios encontra-se inscrita no CadÚnico, número maior que o registrado para o Pará, 52,6% da população. Desses inscritos na RI, 77,8% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 62,3% das famílias inscritas recebem o Bolsa Família. Em relação aos inscritos, a região possui percentuais um pouco menores do que o estado, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, RI Baixo Amazonas e Municípios – Dezembro, 2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que Recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Baixo Amazonas	**68,0**	**77,8**	**62,3**
Alenquer	72,0	89,8	72,1
Almeirim	69,8	92,5	84,2
Belterra	76,8	82,6	65,2
Curuá	80,3	79,4	71,3
Faro	92,2	88,3	78,6
Juruti	55,5	84,5	74,1
Mojuí dos campos	91,4	85,2	71,6
Monte Alegre	78,1	83,7	72,0
Óbidos	69,2	78,5	65,9
Oriximiná	57,9	83,6	70,0
Prainha	104,3	92,7	84,4
Santarém	63,4	65,6	46,3
Terra Santa	65,7	82,4	72,4

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Prainha e Faro, possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 104,3% e 92,2%, respectivamente.Em Prainha, esse percentual ultrapassa 100%, devido à estimativa da população inscrita elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Em 2018, pela estimativa populacional do IBGE, a população em Prainha foi de 29.886 habitantes, e pela estimativa do Ministério, a população foi de 31.157, o que explica o indicador de 104,3%. O município de Prainha também se destaca com o maior percentual de pessoas (92,7%) que se declararam abaixo da linha da pobreza e que recebem bolsa família (84,4%).

Quanto aos demais municípios, sobre os inscritos, aqueles com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza sãoAlmeirim (92,5%) e Alenquer (89,8%); e os que se destacam com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família são Almeirim (84,2%) e Faro (78,6%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Baixo Amazonas	**197.782**	**27,82**	**199.039**	**27,81**	**204.299**	**28,35**	**208.449**	**28,33**
Alenquer	14.436	26,41	14.504	26,39	14.570	26,37	14.851	26,29
Almeirim	9.468	28,37	9.397	28,23	9.328	28,10	10.074	29,51
Belterra	4.236	24,86	4.248	24,78	4.259	24,69	4.300	24,40
Curuá	3.901	28,76	3.977	28,85	4.050	28,94	4.119	29,01
Faro	2.098	28,61	2.057	28,70	2.018	28,79	2.095	28,62
Juruti	16.084	29,79	16.506	29,91	16.914	30,03	17.121	30,09
Mojuí dos Campos	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	15.401	27,35	15.430	27,36	15.457	27,37	15.975	27,59
Óbidos	13.180	26,12	13.171	26,03	13.161	25,94	13.074	25,16
Oriximiná	18.986	27,51	19.241	27,46	19.486	27,41	19.750	27,37
Prainha	8.128	27,84	8.110	27,84	8.092	27,84	8.312	27,81
Santarém	86.733	29,65	87.233	29,63	91.766	30,97	93.502	30,89
Terra Santa	5.131	28,59	5.165	28,53	5.198	28,47	5.276	28,34

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,43% nos últimos quatro anos (2015-2018) em relação à população total do estado. Em 2018, a região Baixo Amazonas mostrou-se a 5ª RI com maior quantitativo de jovens (208.449), com participação estimada de 28,33% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios,

Santarém obteve o maior número de jovens e participação (93.502 e 30,89%). Também se destacaram Oriximiná (19.750 jovens e participação de 27,37%) e Juruti (17.121 jovens, com 30,09% de participação). Todas as participações demarcaram certa estabilidade no período analisado (2015-2018), permanecendo superiores a 24%.

[2]A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

No campo empregatício, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos, em 2017, no Pará, e 27,09% na RI Baixo Amazonas, a 5ª menor dentre as RI do estado. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Santarém (13.841, com participação de 32,81% nos vínculos) e Oriximiná (1.409 jovens e 19,59% de participação nos vínculos), sendo o primeiro o de maior participação dentre os municípios, seguido de Belterra (27,60 %). Os municípios que se enquadraram com minoria de vínculos foram Faro (4,38%) e Almeirim (14,34%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Baixo Amazonas	**74.594**	**20.209**	**27,09**
Alenquer	2.971	525	17,67
Almeirim	4.004	574	14,34
Belterra	1.348	372	27,60
Curuá	870	166	19,08
Faro	571	25	4,38
Juruti	4.872	1.118	22,95
Mojuí dos Campos	569	140	24,60
Monte Alegre	3.056	542	17,74
Óbidos	3.751	808	21,54
Oriximiná	7.191	1.409	19,59
Prainha	1.850	421	22,76
Santarém	42.185	13.841	32,81
Terra Santa	1.356	268	19,76

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, esse percentual continua elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em cerca de 32%.

Tabela 13. Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Baixo Amazonas (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Baixo Amazonas	**27,25**	**27,18**	**27,23**	**27,06**	**27,74**	**26,00**	**25,46**	**24,10**
Alenquer	28,37	29,08	28,21	29,57	28,07	27,36	26,48	24,29
Almeirim	32,92	33,20	30,74	31,17	33,33	33,38	32,61	27,43
Belterra	25,13	23,38	24,69	23,42	25,83	28,94	21,58	20,22
Curuá	31,43	31,33	26,44	30,00	31,17	30,29	26,92	25,52
Faro	40,00	41,67	34,01	43,48	52,30	40,32	38,02	32,03
Juruti	30,88	30,55	31,06	29,82	29,08	27,00	29,21	27,06
Mojuí dos Campos	-	-	-	0,00	27,98	22,67	24,00	23,48

[3]FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Monte Alegre	32,99	31,23	29,98	29,38	31,35	28,50	28,47	27,06
Óbidos	32,71	32,98	30,97	30,17	31,77	32,55	28,73	28,84
Oriximiná	29,81	30,05	32,50	31,29	32,25	29,78	29,24	29,79
Prainha	37,91	36,62	34,20	35,25	34,81	36,04	33,38	32,13
Santarém	21,88	21,91	22,78	22,77	22,82	20,97	20,92	19,71
Terra Santa	34,43	36,70	38,82	26,30	33,76	30,71	27,84	28,98

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

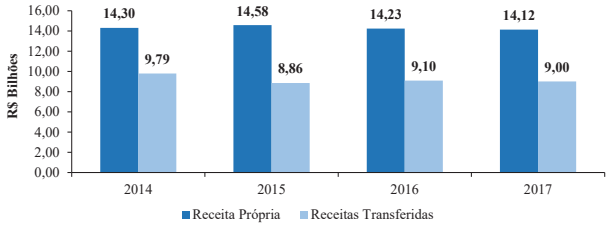
Na RI Baixo Amazonas, esse dado foi de 24,10%, em 2017, o 3º menor percentual, comparadoaos das demais RI, com diminuição de 3,15 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) foram registrados em Prainha (32,13%) e Faro (32,03%), enquanto os menores índices foram em Santarém (19,71%) e Belterra (20,22%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, todos os municípios registraram diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Faro (7,97 p.p.) e Monte Alegre (5,93 p.p.). Faro e Prainha estiveram entre os três municípios com mais alto índice nesse indicador, durante todos os anos analisados, sendo que o primeiro alcançou o ápice do período, 52,3%, em 2014.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

No período 2014-2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

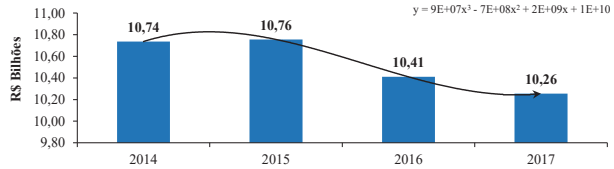
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

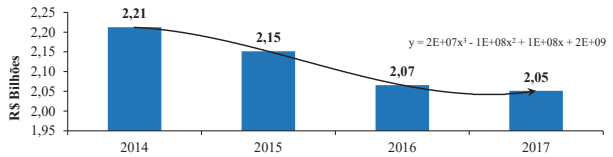
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 a 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentuallevemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07– Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios Paraenses (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Contudo, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõema Região de Integração Baixo Amazonas aumentou em 11%, tendo o município de Santarém recebido a maior parcela (27%) do total destinado a RI, seguido por Oriximiná (22%) e Juruti (11%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da regiãorepresenta, cerca de, 7,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14– Evolução do Repasse de ICMS (R$1,00) para os Municípios Paraenses (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Baixo Amazonas	**151.977.855,27**	**156.180.247,02**	**164.898.764,37**	**168.396.423,92**
Alenquer	6.636.587,57	6.883.977,84	6.662.576,31	6.563.563,41
Almeirim	18.361.225,58	16.349.447,35	15.823.618,81	17.024.242,61
Belterra	3.760.732,96	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Curuá	2.875.854,63	2.796.616,00	2.290.260,62	2.666.447,64
Faro	3.981.952,55	4.087.361,83	4.372.315,73	3.076.670,35
Juruti	11.945.857,62	12.477.209,82	16.031.824,31	**(11%)**19.280.467,54
Mojuí dos Campos	2.875.854,63	2.796.616,00	2.706.671,63	3.076.670,35
Monte Alegre	6.415.368,00	6.668.853,54	7.078.987,36	6.563.563,41
Óbidos	7.742.685,49	8.174.723,66	8.120.014,92	7.794.231,57
Oriximiná	36.058.792,44	35.065.262,06	35.394.936,81	**(22%)**37.945.601,01
Prainha	4.424.391,70	4.302.486,13	4.164.110,21	4.102.227,13
Santarém	42.916.599,56	44.315.607,28	49.552.911,52	**(27%)**46.355.166,63
Terra Santa	3.981.952,55	8.174.723,66	8.536.425,94	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Baixo Amazonas possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que lhe garantem considerável estoque florestal, e projetos de assentamento da reforma agrária dos tipos Projeto de Assentamento (PA), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Agroextrativista (PAE), criados especialmente a partir de 2005, sob a responsabilidade do INCRA, e, ainda,os Projetos de Assentamento Estaduais Agroextrativistas (PEAEX).

Contudo, externalidades negativas provocadas por atividades que fazem uso do solo ainda são verificadas no âmbito da região. Dados de 2017 (Tabela 12) apontam que o desmatamento acumulado já alcançou uma proporção de 6% da área total da RI Baixo Amazonas (20.736 km²). Em termos municipais, Santarém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 4.766 km²; e Óbidos, o maior número de registros de focos de calor, 902 focos, em 2017.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a região registrou, em 2018, uma parcela de 75,3% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR)viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Juruti possui a maior proporção de área com CAR efetivado (89,6%), seguido por Óbidos (85,5%) e Almeirim (85%).

Tabela 15– Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Baixo Amazonas e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Baixo Amazonas	**320.842**	**20.736**	**5.621**
Alenquer	23.645	1.468	592
Almeirim	72.955	1.850	481
Belterra	4.398	830	136
Curuá	1.431	352	131
Faro	11.771	246	41
Juruti	8.306	1.200	298
Mojuí dos Campos	4.988	0	464
Monte Alegre	18.153	4.343	549
Óbidos	28.021	1.920	902
Oriximiná	107.603	1.551	507
Prainha	14.787	1.850	704
Santarém	22.887	4.766	784
Terra Santa	1.897	360	32

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.Elaboração: Fapespa, 2019.

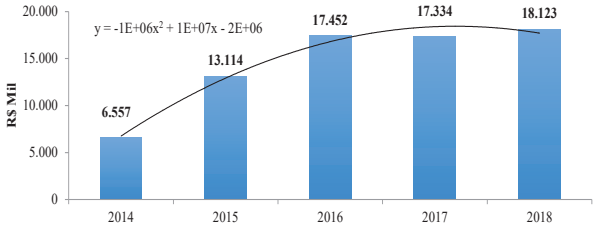
Tabela 16– Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Baixo Amazonas, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Baixo Amazonas	**315.981,51**	**72.596,19**	**22,97**	**54.656,14**	**75,29**
Alenquer	23.655,21	7.101,47	30,02	5.619,87	79,14
Almeirim	73.099,55	14.419,94	19,73	12.254,15	84,98
Belterra	4.400,30	1.310,19	29,77	977,80	74,63
Curuá	1.431,51	1.036,99	72,44	820,69	79,14
Faro	11.765,01	663,34	5,64	556,56	83,90
Juruti	8.299,03	1.598,35	19,26	1.431,16	89,54
Mojuí dos Campos	4.993,28	4.887,40	97,88	3.801,71	77,79
Monte Alegre	18.177,40	7.907,21	43,50	5.249,63	66,39
Óbidos	28.014,16	5.822,60	20,78	4.975,14	85,45
Oriximiná	107.539,88	7.980,64	7,42	5.321,61	66,68
Prainha	14.807,50	11.475,43	77,50	6.963,41	60,68
Santarém	17.903,51	7.227,01	40,37	6.007,77	83,13
Terra Santa	1.895,17	1.165,63	61,51	676,65	58,05

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que concerne às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, para que estes pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Percebe-se que, entre 2014 e 2018, a RI Baixo Amazonas teve uma participação média de 10% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$18,123 milhões, com o município de Almeirim detendo a maior parcela (12,3%), seguido por Oriximiná (11,4%) e Santarém (9,55%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde da Região de Integração Baixo Amazonas (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	12.147.678,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	11.483.692,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	9.327.749,00
Cultura	2.503.700,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	108.631.665,00
Direitos Socioassistenciais	13.977.282,00
Educação Básica	814.114.026,00
Educação Profissional e Tecnológica	2.591.690,00
Educação Superior	9.284.451,00
Esporte e Lazer	1.759.815,00
Governança Pública	58.371.969,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	13.084.358,00
Infraestrutura e Logística	325.308.101,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	10.887.749,00
Saúde	531.287.296,00
Segurança Pública	184.531.022,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.800.614,00
	R$ 2.113.092.857,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.294.428.796,00
	R$ 1.294.428.796,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 3.407.521.653,00

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 12.147.678,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	2.366.531	06/2019	ADEPARA	2.876.533
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	Kg/Hectare	11.927	06/2019	IBGE	14.498

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	1.269	12/2018	SEDAP	2020	1.332
					2021	1.400
					2022	1.470
					2023	1.544
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	5.868	12/2018	EMATER	2020	6.364
					2021	6.662
					2022	6.980
					2023	7.450
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.251	12/2018	SEDAP	2020	1.314
					2021	1.379
					2022	1.448
					2023	1.521

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 13 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)
Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Santa Rosa
Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 11.483.692,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Ano	Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	10,00
					2021	-
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	15,00
					2021	31,00
					2022	15,00
					2023	8,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 9.327.749,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,31	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,58

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,00	12/2018	FAPESPA	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 2.503.700,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	30,77	12/2018	SECULT/FCP	61,54

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	70.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	70.350
					2021	70.380
					2022	70.400
					2023	70.410

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 108.631.665,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	2,85	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	2,85
					2021	3,31
					2022	3,53
					2023	6,87
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	63,61	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	69,94
					2021	71,94
					2022	76,29
					2023	76,29

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 15.468 Pessoas com Esgotamento Sanitário no Município de Santarém

Atender mais 29.684 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Baixo Amazonas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 13.977.282,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	6,35	12/2018	FASEPA	2020	7,00
					2021	7,50
					2022	8,00
					2023	8,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	42,86	12/2018	FASEPA	2020	43,00
					2021	43,50
					2022	44,00
					2023	44,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Internação Provisória em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 814.114.026,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	4,00	12/2017	INEP/SEDUC	4,90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5,00	12/2017	INEP/SEDUC	5,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	2,70
					2021	2,50
					2022	2,30
					2023	2,20
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	13,05	12/2018	INEP/SEDUC	2020	11,36
					2021	11,18
					2022	10,89
					2023	10,71
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	89,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020	90,70
					2021	91,60
					2022	92,10
					2023	92,50
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	80,90
					2021	81,20
					2022	81,60
					2023	81,90
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	7,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,50
					2021	5,90
					2022	5,60
					2023	5,30

Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	8,37	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	7,74 7,62 7,51 7,39

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Alenquer e Faro.
Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Prainha e Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre e Santarém.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 2.591.690,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	15,38 26,67 21,05 21,74
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	710	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	460 590 620 750

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Santarém e Oriximiná

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 9.284.451,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	2,10	12/2018	UEPA	1,22

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-6,00	12/2018	UEPA	2020 2021 2022 2023	14,00 12,00 11,00 10,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.759.815,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	5	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	219
					2021	230
					2022	234
					2023	237

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional

Concluir o Estádio de Futebol Colosso do Tapajós (Barbalhão), em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 58.371.969,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	701.494,00	12/2018	SEFA	935.265,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,84	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,26
					2021	1,26
					2022	1,26
					2023	1,26

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Óbidos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Santarém, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDAP, SEDOP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Santarém
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, PGE, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Santarém
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Santarém, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 13.084.358,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,00	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	144.859,43	12/2018	SETUR	163.895,15

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	24	12/2018	BANPARA	2020	126
					2021	189
					2022	246
					2023	295
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	34	07/2019	SEDEME	2020	43
					2021	52
					2022	63
					2023	74
Número de turistas	Unidade	178.000	12/2018	SETUR	2020	187.011
					2021	191.687
					2022	196.479
					2023	201.391

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Compromisso Regional

Implantar Centro de Convenções de Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 325.308.101,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	20,01	12/2018	SETRAN	36,57

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.036,50	12/2018	SETRAN	2020	1.106,50
					2021	1.186,50
					2022	1.236,50
					2023	1.236,50
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	288,67	12/2018	SETRAN	2020	402,67
					2021	457,67
					2022	509,67
					2023	527,67
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	44,44	12/2019	CPH	2020	66,62
					2021	77,78
					2022	77,78
					2023	77,78

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Construir o Terminal Hidroviário de Passageiros no município de Santarém
Pavimentar a Avenida Moaçara, Trecho: PA-370 / BR-163, no Município de Santarém - 6 Km
Pavimentar a PA-254, Trecho: Entroncamento PA-439 / PA-437 no Município de Oriximiná - 41 km
Pavimentar a PA-370, Trecho da Hidroelétrica Curua-Una / Transuruará no município de Santarém - 57 km
Pavimentar a PA-437, Trecho: Perímetro Urbano Óbidos / Entroncamento PA-257 no Município de Óbidos - 14 km
Pavimentar a PA-439, Trecho: Aeroporto Oriximiná /Entroncamento PA-254(BR-163) no Município de Oriximiná - 21 km
Pavimentar a Vicinal Cuamba, no Município de Alenquer - 52 km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	CPH, SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 10.887.749,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3,16	12/2018	PRODES/INPE	4,35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	84,62	12/2019	SEMAS	2020	84,62
					2021	92,30
					2022	92,30
					2023	92,30

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Centro de Treinamento e Desenvolvimento Florestal no Município de Santarém
Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 531.287.296,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	15	12/2018	MS/SIM/SINASC	12,22
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	19,36	12/2018	SIM	15,77
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	240,33	12/2018	MS/SIM	221,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	67,71	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	72,71 74,65 78,38 82,30
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	15,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,34	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,34 1,34 1,34 1,50
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,60	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,44	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,48 0,50 0,53 0,55
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir a Reforma do Hospital Santo Antônio em Alenquer
Concluir da Reforma da Santa Casa de Óbidos
Concluir da Reforma do Hospital de Mojuí dos Campos
Concluir o Hospital Materno-Infantil de Santarém
Implantar o Hospital Regional de Calha Norte em Juruti
Implantar o Serviço de Traumatologia no Hospital Regional de Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	9º CRS - Santarém, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 3.407.521.653,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 184.531.022,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	17,90	12/2018	SEGUP	16,50
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	15,10	12/2018	SEGUP	13,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	8,83	12/2018	DATASUS	8,54
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	350,60	12/2018	SEGUP	304,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.875,20	12/2018	SEGUP	1.765,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,44	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	1,42 1,51 1,51 1,50
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	35.759	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	39.335 42.911 46.487 50.063
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	83,00 84,00 85,00 86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	48,00 49,00 50,00 51,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	73,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	73,00 74,00 74,00 74,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	88,00 88,00 89,00 89,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pùblica	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Ampliar o Videomonitoramento em Santarém
Implantar Base Integrada Fluvial em Óbidos
Implantar Base Operacional do Grupamento Aéreo de Segurança Pública em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Baixo Amazonas** — R$ 3.407.521.653,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — R$ 3.800.614,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,69	12/2018	MTE/RAIS	1,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 0,44	12/2018	MTE/RAIS	2020	1,00
					2021	1,50
					2022	2,00
					2023	2,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	8,00
					2021	8,00
					2022	10,00
					2023	12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	31,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	31,50
					2021	32,00
					2022	32,50
					2023	33,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Santarém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

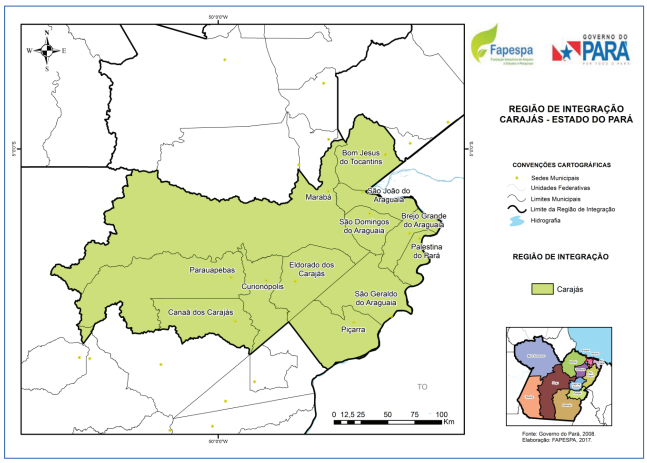
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	16.575.644,00
Concessão de Auxílio Alimentação	201.024.212,00
Concessão de Auxílio Fardamento	12.494.338,00
Concessão de Auxílio Transporte	8.680.146,00
Operacionalização das Ações Administrativas	16.075.255,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.039.579.201,00
	R$ 1.294.428.796,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO CARAJÁS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Carajás, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 12 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Localizada na região sudeste do Pará, a região detém uma área territorial de, aproximadamente, 45 mil km2, o que representa 3,6% da área total do Pará. A região possui um total de 25,9% de suas áreas protegidas.

A população da RI, foi estimada, em 2018, em pouco mais de 675 mil habitantes, correspondendo a 7,9% do total do estado. Marabá é o município de maior contingente populacional, representando 41% da RI, seguido de Parauapebas, 30%, e Canaã dos Carajás, 5,3%. A taxa de crescimento populacional média da região, entre 2010 a 2018, foi de 2,15%, acima da média estadual para o período, 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, foi em 2016, cerca de R$ 24,6 bilhões, o equivalente a 17,8% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado da Indústria, que responde a 40% do estado. Na composição do PIB da região, a Indústria contribuem com 50%, os Serviços com 26%, a Administração Pública com 11%, a Agropecuária com 4% e os Impostos com 8%.

A RI Carajás integra a região turística Polo Araguaia-Tocantins, alguns atrativos turísticos são destaque nessa região, tais como: Complexo Minerário da Vale (Serra dos Carajás), Unidade de Conservação – Floresta Nacional de Carajás (Ecoturismo), Parque Zoobotânico (Marabá), Rota Ecológica (Passeios e Trilhas) Cachoeira Tapete Verde (Parauapebas) e outros.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Carajás, em 2016, alcançou R$24,6 bilhões, o que corresponde a 18% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da região, o de maior valor adicionado é o da Indústria, com R$ 12,4 bilhões (50,5%), destacando-se as atividades de mineração extrativa, metalúrgica, frigoríficos, laticínios e construção civil. A extração de minério de ferro em Parauapebas é o principal expoente da geração do PIB na região, contribuindo para a pauta exportadora do estado. O setor de Serviços participou com R$ 6,4 bilhões (26,2%), a Agropecuária com R$ 1,1 bilhão (4,4%), a atividade da Administração Pública com R$2,8 bilhões (2,8%), e os Impostos sobre produtos com R$ 1,8 bilhão (7,5%).

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos, Região de Integração Carajás, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Carajás
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**24.617.473**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**22.772.804**
Valor Adicionado Total %	*86,4%*	*90,4%*	92,5%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**1.086.247**
% VA Agropecuário	*4,9%*	*12,4%*	4,4%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**12.426.769**
% VA Indústria	*18,4%*	*22,8%*	50,5%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**6.444.504**
% VA Serviços	*48,1%*	*34,7%*	26,2%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.815.283**
% VA Administração Pública	*15,1%*	*20,4%*	11,4%
Impostos sobre produtos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**1.844.669**
% Impostos	*13,6%*	*9,6%*	7,5%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre as atividades econômicas da região, o setor da Indústria distinguiu-se com a atividade da extração mineral, sendo os principais produtos o ferro, cobre e manganês, seguido da construção civil e indústria de transformação, com os segmentos de metalurgia e alimentos. Nos Serviços, as principais atividades foram comércio, atividades profissionais, científicas e técnicas e transporte. No setor agropecuário, destacaram-se a criação de bovino e a agricultura, tendo como principais cultivos a mandioca e o milho.

Os municípios de Parauapebas e Marabá tiveram as maiores contribuições na formação do PIB da região, com R$ 12,6 bilhões (51%) e R$ 7,5 bilhões (30%), respectivamente. Em Parauapebas, a indústria mineral (extração de minério de ferro), as atividades profissionais, científicas e técnicas, o transporte, o comércio, e a construção civil representaram as principais atividades. Em Marabá, as atividades mais relevantes foram a extração mineral de cobre e outros minerais metálicos não ferrosos, o comércio, a indústria de transformação (com destaque para os segmentos de produção de laminados longos de aço e abate de reses), as atividades imobiliárias e as atividades profissionais, científicas e técnicas.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

Quadro 01- Principais Atividades no Valor Adicionado do Município, excluída a atividade de Administração Pública, Região de Integração Carajás, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Carajás	**Indústria extrativa**	**Comércio**	**Construção civil**	**Atividades profissionais, científicas e técnicas**	**Atividades imobiliárias**
Bom Jesus do Tocantins	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Brejo Grande do Araguaia	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Canaã dos Carajás	Indústria extrativa	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Curionópolis	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Atividades imobiliárias	Transporte, armazenagem e correio
Eldorado do Carajás	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação	Agricultura
Marabá	Indústria extrativa	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Palestina do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil	Pesca e Aquicultura
Parauapebas	Indústria extrativa	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Transporte, armazenagem e correio	Comércio	Construção civil
Piçarra	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação
São Domingos do Araguaia	Pecuária	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil
São Geraldo do Araguaia	Pecuária	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura
São João do Araguaia	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo são um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Carajás, especificamente, contabilizou um saldo de US$11,272 bilhões. Os principais produtos exportados foram o minério de ferro e o minério de cobre. Em relação ao minério de ferro, o município de Parauapebas foi responsável por 67% da produção da RI, seguido de Canaã dos Carajás, com 31%; e quanto ao minério de cobre, Marabá respondeu por 70% da produção da região, seguido também por Canaã dos Carajás, com 27%. Ressalta-se, ainda, a exportação de carne bovina, à qual Marabá destacou-se com 13% da produção regional.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Carajás	**11.544.633.553**	**74,0**	**271.824.835**	**23,2**	**11.272.808.718**

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Canaã dos Carajás	3.422.935.121	29,6	59.486.006	21,9	3.363.449.115
Curionópolis	268.905.805	2,3	186.953	0,1	268.718.852
Eldorado dos Carajás	658.000	0,01	0	0,0	658.000
Marabá	1.592.807.403	13,8	109.842.797	40,4	1.482.964.606
Parauapebas	6.247.629.495	54,1	102.309.079	37,6	6.145.320.416
São Geraldo do Araguaia	11.697.729	0,1	0	0,0	11.697.729

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses dois segmentos. De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério da Economia, a RI Carajás registrou, em 2017, um total de 113.631 empregos formais, equivalente a 11% dos empregos formais gerados no Pará. De forma setorial, teve maior participação a Administração Pública, com 25% do total de empregos formais gerados na região, seguido pelo Comércio, 22%, e Serviços, 21%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, destacam-se Marabá (40%), Parauapebas (38%) e Canaã dos Carajás (10%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Carajás
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	224.041
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,53
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	40,81
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**113.631**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	13.619
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	7.655
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	656
Construção Civil	1.838.958	57.880	10.071
Comércio	9.230.750	203.656	25.119
Serviços	16.772.645	284.360	24.046
Adm. Pública	9.195.215	363.926	28.454
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	4.011

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, na Região de Integração Carajás, cerca de 224.041 trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Para a mobilidade da população e escoamento da produção, a RI Carajás conta com uma infraestrutura de rodovias federais que se encontram em Marabá, como a BR-153, BR-222, BR-230 e a BR-155. A BR-153 inicia em Marabá e termina em Aceguá/RS, permitindo a ligação da região com estados do centro-oeste e sul do país. A BR-222 inicia, também, em Marabá e termina em Fortaleza/CE, sendo um importante eixo de ligação do sudeste paraense com os estados do Maranhão, Piauí e Ceará, além da integração da RI Carajás com a RI Rio Capim (trecho que vai de

Marabá a Rondon do Pará). Essa rodovia também é importante por fazer a ligação entre eixos troncais estratégicos para acessibilidade viária do estado, como a BR-010 e PA-150.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também três aeródromos/aeroportos, setenta e quatro pontes (totalizando 2 km de extensão), dois portos, quatro travessias e dez rodovias. Importante ressaltar a importância dos aeroportos públicos existentes em Marabá e Parauapebas. O primeiro articula o sul e sudeste paraense, com movimentação significativa de aeronaves e passageiros. O segundo, de porte menor (menor circulação de aeronaves e passageiros), está localizado num espaço estratégico, na Floresta Nacional de Carajás, onde também se situa a Província Mineral de Carajás (exploração de minério de ferro).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Carajás

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (3)	Marabá
	Parauapebas
	Bom Jesus do Tocantins
Rodovias	10 rodovias (total 657 km) - 70% pavimentado
Ferrovia	Estrada Ferro Carajás
Travessias (4)	Santa Isabel do Araguaia - Grota da Água Vermelha (TO)
	São Geraldo do Araguaia - Xambioá (TO)
	São José do Araguaia - Pontão (TO)
	Piçarra - Araguanã
Hidrovia	Araguaia/Tocantins
Portos (2)	Marabá
	São João do Araguaia
Pontes	74 pontes (total de 2 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados, previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Carajás será contemplada com, cerca de, R$34,6 bilhões, 27% do total previsto para o estado, destacando-se projetos como a hidrelétrica de Marabá, com investimentos estimados em R$12 bilhões, e a ferrovia estadual Fepasa, com R$14 bilhões.

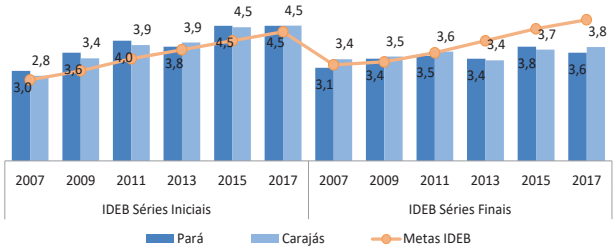
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Carajás, a média da nota IDEB dos municípios em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No que diz respeito às séries finais (8ª Série/9º Ano), o alcance das metas se manteve até o ano de 2011 (3,5), a partir do ano de 2013 (3,4), a região teve uma queda, retomando o crescimento nos anos de 2015 (3,7) e 2017 (3,8), o qual ainda não foi suficiente para alcançar a meta. O mesmo comportamento se observa no estado, no entanto, o Pará voltou a retroceder na nota no ano de 2017, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Carajás, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



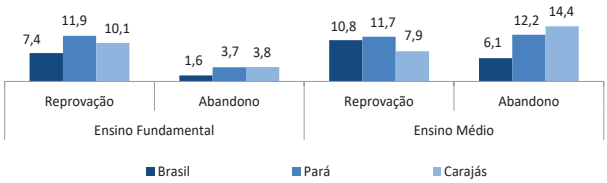
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB. Neste estudo são analisadas as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Carajás.

Em relação à taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 10,1% de reprovados, no ano de 2017, se mantendo um pouco abaixo do valor do estado (11,9% de reprovação). O município de Palestina do Pará apresentou a maior taxa de reprovação, com 18,0%, e o município de Parauapebas a menor reprovação, com 3,2%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Canaã dos Carajás, com 14,8% de alunos reprovados, e a menor taxa foi registrada no município de São Geraldo do Araguaia, 2,8%.

Quanto à taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, alcançando as taxas de 3,8% de abandono no fundamental e 14,4% do ensino médio. O Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e RI Carajás – 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Carajás, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram São João do Araguaia (6,4%) e Brejo Grande do Araguaia (6,1%), e as menores foram Canaã dos Carajás (1,1%) e Parauapebas (1,7%). No ensino médio, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono foram Curionópolis (24,5%) e Piçarra (19,5%), e as menores foram registradas em São Domingos do Araguaia (9,1%) e Eldorado dos Carajás (10,2%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos 6 anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os 14 anos de idade. Assim como no ensino médio, ingressando aos 15 anos e concluindo aos 17 anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%) quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente).

Na RI Carajás, no ensino fundamental, o município de Bom Jesus do Tocantins se destacou com a maior taxa de distorção, 33,8%, e a menor taxa ficou com o município de Parauapebas, 12,2%. No ensino médio, a maior taxa ficou com o município de São João do Araguaia, 60,8%, e a menor distorção foi registrada em Parauapebas, 38,0%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Carajás	**27,3**	**49,8**
Bom Jesus do Tocantins	33,8	59,9
Brejo Grande do Araguaia	30,6	56,3
Canaã dos Carajás	18,3	39,2
Curionópolis	19,5	48,5
Eldorado dos Carajás	28,4	50,7
Marabá	23,7	43,3
Palestina do Pará	33,0	55,0
Parauapebas	12,2	38,0
Piçarra	29,7	46,7
São Domingos do Araguaia	32,4	57,2
São Geraldo do Araguaia	30,6	42,4
São João do Araguaia	35,8	60,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, a RI Carajás registrou, em 2017, a taxa de mortalidade infantil (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) de 15,52, ligeiramente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram Piçarra, 27,47, Bom Jesus do Tocantins, 22,22, e Marabá, 18,27. Por outro lado, São João do Araguaia, 5,88, São Geraldo do Araguaia, 6,07, e Palestina do Pará, 10,31, obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Constavam na região, em 2018, 1.040 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 92,01% (apenas os municípios de Brejo Grande do Araguaia, Marabá e Parauapebas não possuem 100% da população estimada coberta), superior à apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família, em 2018, havia 106 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 84,94%, superior à do estado, de 59,13. Até dezembro de 2018, apenas quatro municípios ainda não haviam alcançado 100% da cobertura, Parauapebas, 47,74%, Eldorado dos Carajás, 52,44%, e São Domingos do Araguaia, 97,15%, com destaque para Marabá, 21,98%.

Tabela 05 - Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Carajás
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	15,52
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	92,01
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	84,94
Hospitais - 2018	6.687	247	21
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	1,90
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,52

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

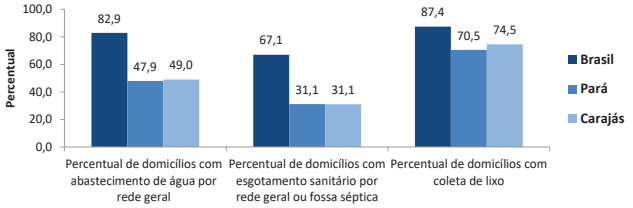
Em observação aos indicadores de infraestrutura de saúde, a RI Carajás conta com vinte e um hospitais (Hospital Geral, Hospital/Dia e Hospital Especializado). Ressalta-se o Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso, em Marabá, inaugurado em 2006, oferece serviços de média e alta complexidade não ofertados por outras unidades da rede pública na região, como o atendimento em neurocirurgia, traumatologia, ortopedia e cirurgia geral. Em relação aos Postos e Centros de Saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela região foi de 1,90, inferior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Da mesma forma, a taxa de Leitos Hospitalares por Mil Habitantes na RI Carajás, de 1,52, mostrou-se menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03, a seguir, apresenta esses indicadores para o Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, permitindo observar que, em 2010, 82,9 % dos domicílios brasileiros possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e 97% tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Carajás, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 49% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 31,1%, e de coleta de lixo correspondia a 74,5%. As coberturas dos serviços de abastecimento de água por rede geral e coleta de lixo eram maiores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração do Carajás, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), trouxe em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RM Belém	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD Contínua, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente apenas no município de Marabá, dentre os doze que compõem a RI Carajás.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na Tabela 07 que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, representando, aproximadamente, 23% do total de domicílios do estado, enquanto na RI Carajás, o déficit era de 21,6% do total de domicílios da região.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Carajás, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI CARAJÁS	
Déficit Habitacional	Total	Percentual	Total	Percentual
	423.437	22,8	32.770	21,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	12.328	37,1
Cohabitação Familiar	168.684	39,2	11.334	34,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	5.382	16,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	4.199	12,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**151.238**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dentre os componentes, os domicílios precários correspondiam a 46,1% do déficit total do estado, e a 37,1% do total da região; e coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 34% no Carajás. Juntos, esses dois componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 85% do Déficit no estado do Pará e 71% na região Carajás. Em relação aos outros dois componentes, o ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 16,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e a 12,6% na região. Em ambos os componentes, proporcionalmente, a RI Carajás apresentou o dobro de domicílios, em relação ao estado.

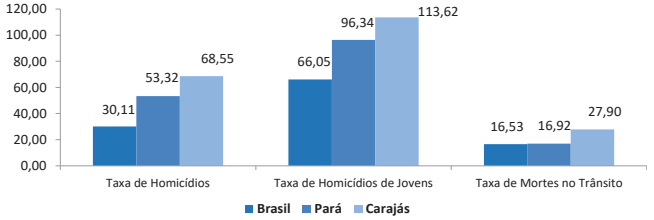
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Carajás apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil, em relação aos três indicadores. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na região esse número foi de 68,55. Ao nível municipal, Curionópolis e São João do Araguaia apresentaram as maiores taxas, 103,13 e 95,48 homicídios, respectivamente, em contraposição à Piçarra e Palestina do Pará, que figuraram com as menores taxas, 39,58 e 40,62 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Carajás, de 113,62 homicídios a cada 100 mil jovens, foi superior à alta taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Canaã dos Carajás e São João do Araguaia apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 195,41 e 187,56 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Apenas os municípios de Brejo Grande do Araguaia e Piçarra apresentaram taxas inferiores a 50 homicídios por 100 mil jovens, 47,97 e 49,88, respectivamente.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Carajás, foi de 27,90 mortes, superior à registrada pelo Pará, de 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Eldorado dos Carajás de 48,64 mortes, e Canaã dos Carajás, de 44,41 mortes, enquanto Brejo Grande do Araguaia e Parauapebas apresentaram as menores taxas, 13,92 e 19,27, respectivamente.

Vale ressaltar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Em relação às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Carajás apresentou taxas superiores às do Pará, quanto aos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 57,47 mortes e a do Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 10,31 e o Pará de 9,60. Quanto à taxa de roubo, registrou-se um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Carajás, observou-se 1.185,76 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 - Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Carajás (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Carajás	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	59,42	57,47
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	15,73	10,31
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1546,12	1423,86	1.325,57	1.185,76

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A Região de Integração Carajás teve resultado próximo ao do estado, com 33,39% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo o índice de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, na RI Carajás, em 2010, o Índice de Gini foi de 0,55, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini, Brasil, Pará e Região de Integração Carajás, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Carajás	**33,39**	**0,55**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na região Carajás, 44,8% da população de seus municípios encontra-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 66,20% se declaram com renda igual ou abaixo da linha pobreza, e 48,9% das famílias inscritas recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que o Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 - População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Carajás	**44,8**	**66,2**	**48,9**
Bom Jesus do Tocantins	54,3	78,2	64,4
Brejo Grande do Araguaia	70,7	75,0	66,1
Canaã dos Carajás	56,9	73,7	57,2
Curionópolis	75,9	83,0	63,7
Eldorado dos Carajás	63,3	66,1	47,1
Marabá	39,1	59,2	39,4
Palestina do Pará	80,9	86,4	76,4
Parauapebas	34,6	59,1	42,2
Piçarra	58,7	71,4	60,2
São Domingos do Araguaia	57,8	80,2	65,3
São Geraldo do Araguaia	58,9	77,9	63,1
São João do Araguaia	81,4	80,3	67,2

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de São João do Araguaia e Palestina do Pará possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 81,4% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza, foram Palestina do Pará, 86,4%, e Curionópolis, 83,0%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebiam o Bolsa Família foram Palestina do Pará, 76,4%, e São João do Araguaia, 67,2%.

3.6. Juventude

Em nível federal, o governo, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas direcionadas para a melhoria da situação socioeconômica da juventude[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre Secretarias e Fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a população estimada de jovens no Pará era de 2.508.928 (FAPESPA, 2018), mantendo uma média de 29,43%, nos últimos quatro anos (2015-2018), em relação à população total do estado. A RI Carajás, entre as regiões do estado, mostra-se na quinta posição, com maior quantitativo de jovens, 211.577, e participação estimada de 31,35% em relação ao seu contingente populacional.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Carajás e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	2.416.773	29,45	2.444.747	29,43	2.475.723	29,47	2.508.928	29,36
RI Carajás	203.174	31,64	207.730	31,73	212.115	31,82	211.577	31,35

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Dentre os municípios que compõem a região Carajás, Marabá conta com o maior número de jovens, 86.777, correspondente a 31,55% de sua população, seguido de Parauapebas, com 70.481 jovens e participação individual de 34,74%, em relação à população do município, a maior registrada na região.

Os municípios de Marabá e Parauapebas apresentaram também maior participação de jovens no mercado de trabalho, ambos com 34,02%, em relação ao total de vínculos no município, observando-se que os dois municípios, juntos, comportam 78,25% do total de vínculos da RI Carajás e 80,14% do número de vínculos ocupados por jovens da região.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal – Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2017

Item Geográfico	Emprego 2017		
	Total Vínculos	Vínculos de Jovens 15 a 29 anos	%
Pará	1.068.818	272.675	25,51
RI Carajás	113.631	37.751	33,22
Bom Jesus do Tocantins	1.196	315	26,34
Brejo Grande do Araguaia	666	142	21,32
Canaã dos Carajás	11.373	3.770	33,15
Curionópolis	2.552	822	32,21
Eldorado dos Carajás	1.756	562	32,00
Marabá	45.976	15.640	34,02
Palestina do Pará	447	92	20,58
Parauapebas	42.945	14.612	34,02
Piçarra	1.172	306	26,11
São Domingos do Araguaia	1.811	422	23,30
São Geraldo do Araguaia	3.074	976	31,75
São João do Araguaia	663	92	13,88

Fonte: MTE/RAIS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres jovens é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]).

Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade. Esse percentual, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua elevado, quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em, cerca de, 31,35%. Na RI Carajás, esse dado foi de 21,65% (com diminuição de 5% quando comparado a 2010), o segundo menor se comparado aos percentuais das demais regiões do estado.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Carajás (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	27,42	27,50	27,56	27,37	27,27	26,53	25,73	24,38
RI Carajás	26,71	26,57	26,06	26,23	25,41	24,75	23,63	21,65

Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019

Considerando os municípios componentes da RI Carajás, os maiores percentuais de jovens menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2017, ocorreram em São Geraldo do Araguaia (30,57%), São João do Araguaia (30%) e Bom Jesus do Tocantins (29,78%), sendo este último, também, o único município com incremento entre os anos de 2010 e 2017. Parauapebas (18,42%) e Canaã dos Carajás (20,99%) demarcaram os menores percentuais.

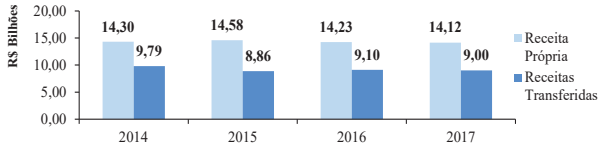
[3] FAPESPA. Perfil da Juventude Paraense, 2018.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 a 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

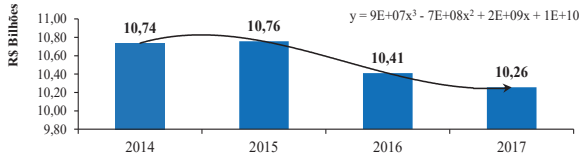
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará 2014-2017



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

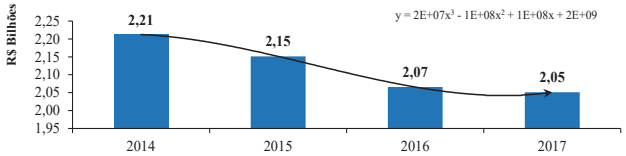
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. No período 2014-2017, o montante desse tributo, a ser destinado aos municípios, retraiu -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios. 2014-2017



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõe a RI do Carajás retraiu em 38%, tendo o município de Parauapebas recebido a maior parcela, 47,6%, do total destinado à região, seguido por Marabá, 30%, e Canaã dos Carajás, 10%. Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI Carajás, vinha representando, cerca de, 25% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS (R$) para os Municípios da Região de Integração Carajás (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Carajás	**660.340.462,53**	**573.521.402,87**	**455.345.451,72**	**408.171.600,00**
Bom Jesus do Tocantins	3.981.952,55	4.087.361,83	4.164.110,21	3.897.115,78
Brejo Grande do Araguaia	3.097.074,18	3.011.740,31	3.123.082,66	3.281.781,72
Canaã dos Carajás	70.790.267,34	61.310.427,53	52.884.199,71	42.663.162,20
Curionópolis	5.530.489,63	6.668.853,54	6.870.781,85	8.409.565,62
Eldorado dos Carajás	5.972.928,81	5.808.356,28	6.037.959,82	6.358.452,07
Marabá	104.858.083,50	105.626.034,81	114.513.030,84	123.887.259,49
Palestina do Pará	2.875.854,63	2.581.491,68	2.706.671,63	2.666.447,64
Parauapebas	444.208.927,53	363.775.203,41	243.392.241,91	194.445.566,24
Piçarra	5.088.050,45	5.593.231,99	5.829.754,28	5.948.229,37
São Domingos do Araguaia	4.203.172,14	4.302.486,13	4.372.315,73	4.512.449,84
São Geraldo do Araguaia	6.636.587,57	7.529.350,75	8.120.014,92	8.614.676,97
São João do Araguaia	3.097.074,18	3.226.864,60	3.331.288,18	3.486.893,06

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Carajás é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Da área total da região, 44.920 km², 11.597 km² (25,8%) correspondem às áreas protegidas, porém, o desmatado acumulado já alcançou 27.884 km² (62%). Em termos municipais, Marabá detinha, em 2017, a maior área de desmatamento acumulado, 8.675 km², e, também, registrou o maior número de focos de calor, 729 focos, em 2017.

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Carajás e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Carajás	**44.729**	**27.884**	**1.809**
Bom Jesus do Tocantins	2.816	1.775	63
Brejo Grande do Araguaia	1.288	1.070	46
Canaã dos Carajás	3.146	1.744	197
Curionópolis	2.369	2.061	137
Eldorado dos Carajás	2.957	2.751	160
Marabá	15.128	8.675	729
Palestina do Pará	984	827	7
Parauapebas	6.886	1.324	206
Piçarra	3.313	2.925	46
São Domingos do Araguaia	1.392	1.294	19
São Geraldo do Araguaia	3.168	2.503	93
São João do Araguaia	1.280	936	106

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ainda no tocante à dinâmica ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86% de sua área destinada à regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado. Entre os municípios que compõem a região, Eldorado dos Carajás é o município que possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96%), seguido por Curionópolis (89%) e Marabá (88,4%).

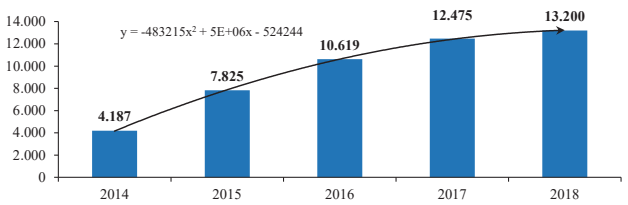
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente da Região de Integração Carajás, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Carajás	**44.727,93**	**32.948,99**	**73,67**	**28.377,42**	**86,13**
Bom Jesus do Tocantins	2.818,63	2.136,48	75,80	1.665,97	77,98
Brejo Grande do Araguaia	1.290,01	1.200,44	93,06	945,96	78,80
Canaã dos Carajás	3.144,97	1.941,24	61,73	1.667,89	85,92
Curionópolis	2.368,53	2.367,86	99,97	2.109,49	89,09
Eldorado dos Carajás	2.957,09	2.956,84	99,99	2.835,19	95,89
Marabá	15.122,47	11.628,76	76,90	10.279,30	88,40
Palestina do Pará	985,66	950,06	96,39	836,59	88,06
Parauapebas	6.881,30	1.303,14	18,94	1.047,02	80,35
Piçarra	3.314,05	3.262,73	98,45	2.657,18	81,44
São Domingos do Araguaia	1.393,53	1.380,01	99,03	1.153,32	83,57
São Geraldo do Araguaia	3.170,75	2.637,33	83,18	2.312,96	87,70
São João do Araguaia	1.280,94	1.184,11	92,44	866,56	73,18

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento. Entre 2014 a 2018, a RI Carajás teve uma participação média de 8% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 13,2 milhões, com o município de Marabá detendo a maior parcela (14%), seguido por Parauapebas (10%) e Eldorado dos Carajás (9,4%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde na Região de Integração Carajás (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Carajás**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	16.518.779,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	17.060.063,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	10.281.582,00
Cultura	1.084.484,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	75.240.029,00
Direitos Socioassistenciais	15.552.161,00
Educação Básica	523.520.032,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.710.960,00
Educação Superior	9.100.088,00
Esporte e Lazer	1.760.091,00
Governança Pública	65.739.425,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	29.322.326,00
Infraestrutura e Logística	144.302.568,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.647.531,00
Saúde	271.158.232,00
Segurança Pública	186.140.305,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.926.163,00
	R$ 1.376.064.819,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.024.187.798,00
	R$ 1.024.187.798,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 2.400.252.617,00

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 16.518.779,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	3.521.560	06/2019	ADEPARA	4.280.478
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Milho)	Kg/Hectare	2.993	06/2019	IBGE	3.638

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	120	12/2018	SEDAP	2020	126
					2021	132
					2022	140
					2023	147
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	3.862	12/2018	EMATER	2020	4.780
					2021	5.280
					2022	5.420
					2023	5.640
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	250	12/2018	SEDAP	2020	263
					2021	276
					2022	289
					2023	304

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 12 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 17.060.063,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	41,66	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	30,00
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	17,00
					2021	17,00
					2022	42,00
					2023	17,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo
Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo
Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional
Implantar Usina da Paz em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	NAC, PARÁPAZ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 10.281.582,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	4, 5, 7, 8, 9, 12, 17

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,10	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	66,00	12/2018	FAPESPA	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo
Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo
Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional
Conceder 400 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Carajás

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Cientifica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 1.084.484,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 5, 10

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	25,00	12/2018	SECULT/FCP	66,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	60.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	63.900
					2021	67.050
					2022	70.358
					2023	73.830

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 75.240.029,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 12

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,53	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	7,53
					2021	7,53
					2022	8,78
					2023	8,78
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	60,84	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	61,73
					2021	61,73
					2022	66,42
					2023	87,93

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 7.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Carajás

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 15.552.161,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	4,09	12/2018	FASEPA	2020	5,00
					2021	5,50
					2022	6,00
					2023	6,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	61,90	12/2018	FASEPA	2020	62,00
					2021	62,50
					2022	63,00
					2023	63,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Internação e 01 Unidade de Semiliberdade em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 523.520.032,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,40	12/2017	INEP/SEDUC	4,10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	2,7	12/2017	INEP/SEDUC	3,2

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	15,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,40
					2021	13,90
					2022	13,60
					2023	13,30
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,23	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,55
					2021	16,24
					2022	16,03
					2023	15,82
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	79,10	12/2018	INEP/SEDUC	2020	79,90
					2021	80,70
					2022	81,10
					2023	81,50
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	77,40
					2021	77,80
					2022	78,10
					2023	78,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	5,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,70
					2021	5,50
					2022	5,30
					2023	5,20
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	6,54	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,05
					2021	5,96
					2022	5,87
					2023	5,78

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Bom Jesus do Tocantins, Parauapebas e São João do Araguaia.

Reformar/Ampliar 8 Escolas Estaduais nos Municípios de Marabá, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande e Palestina do Pará na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 38 escolas nos Municípios de Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.710.960,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	-
					2021	-
					2022	125,00
					2023	55,56
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	338	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	350
					2021	420
					2022	550
					2023	580

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 02 Novos Cursos Técnicos em Marabá

Implantar Escola de Ensino Técnico em Parauapebas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 9.100.088,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	5,69	12/2018	UEPA	3,31

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2020	17,00
					2021	22,00
					2022	16,00
					2023	12,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.760.091,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	314	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	320
					2021	326
					2022	332
					2023	336

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 65.739.425,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	3.425.419,00	12/2018	SEFA	4.980.197,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	032,00	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	0,48
					2021	0,48
					2022	0,48
					2023	0,48

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	11º CRS - Marabá, ADEPARÁ, CRG - Marabá, EGPA, Enc. CBM, FASEPA, HEMOPA, IASEP, PGE, SEDAP, SEDOP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Marabá
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	11º CRS - Marabá, CRG - Marabá
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Marabá, DETRAN, EMATER, PGE, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 29.322.326,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	43.153,22	12/2018	SETUR	48.823,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	16	12/2018	BANPARA	2020	52
					2021	77
					2022	101
					2023	121
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	37	07/2019	SEDEME	2020	77
					2021	80
					2022	93
					2023	98
Número de turistas	Unidade	49.158	12/2018	SETUR	2020	51.647
					2021	52.938
					2022	54.261
					2023	55.618

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Manutenção de equipamentos turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 144.302.568,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	57,08	12/2018	SETRAN	93,75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	613,30	12/2018	SETRAN	2020	613,30
					2021	613,30
					2022	613,30
					2023	613,30
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	245,96	12/2018	SETRAN	2020	255,96
					2021	268,96
					2022	343,96
					2023	403,96

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Duplicar a BR-222 (Estadualização), Trecho: BR-230 e Rio Tocantins no Município de Marabá - 5 Km

Pavimentar a PA-160 (Transcarajás) Trecho: Sede do Município Canaã dos Carajás / BR 155 (Posto 70) no Município de Canaã dos Carajás - 44 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.647.531,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2,95	12/2018	PRODES/INPE	4,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	75,00	12/2019	SEMAS	2020	83,33
					2021	83,33
					2022	91,60
					2023	91,66

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 271.158.232,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,89
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,52	12/2018	SIM	12,64
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	233,14	12/2018	MS/SIM	205,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	58,57	12/2018	EGESTOR	2020	61,50
					2021	64,57
					2022	67,80
					2023	71,19
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	25,00	12/2018	SIPNI	2020	50,00
					2021	60,00
					2022	65,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,06	12/2018	DATASUS(CNES)	2020	1,06
					2021	1,06
					2022	1,06
					2023	1,10
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,20	12/2018	SINAN	2020	70,00
					2021	75,00
					2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,27	12/2018	SIA	2020	0,30
					2021	0,35
					2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,13	12/2018	SIA	2020	0,15
					2021	0,19
					2022	0,22
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	11º CRS - Marabá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada e os Serviços de Oncologia, Hemodinâmica e Hemodiálise no Hospital Regional de Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 186.140.305,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	85,90	12/2018	SEGUP	79,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	57,80	12/2018	SEGUP	50,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	26,23	12/2018	DATASUS	25,25
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.099,70	12/2018	SEGUP	953,70
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	743,50	12/2018	SEGUP	699,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,68	12/2018	SEAP	2020	0,89
					2021	0,98
					2022	1,08
					2023	1,20
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	8.008	12/2018	PMPA	2020	10.411
					2021	12.813
					2022	15.215
					2023	17.618
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	87,00	12/2018	DETRAN	2020	88,00
					2021	89,00
					2022	90,00
					2023	91,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	52,00	12/2018	DETRAN	2020	53,00
					2021	54,00
					2022	55,00
					2023	56,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	26,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	28,00
					2021	29,00
					2022	31,00
					2023	32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	91,00
					2021	91,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em São Domingos do Araguaia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Centro de Recuperação Agrícola Semiaberto em Marabá

Construir Unidade Prisional em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Construir a 25ª Companhia Independente da Polícia Militar em Eldorado dos Carajás

Implantar Base Integrada Fluvial em Marabá

Implantar Base Operacional Áerea em Marabá

Implantar Unidade Integrada de Segurança Pública em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Carajás** **R$ 2.400.252.617,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 3.926.163,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,56	12/2018	MTE/RAIS	1,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	9,60	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	4,00 4,50 5,00 5,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	15,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	15,00 16,00 17,00 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	10,20	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	10,50 11,00 12,00 13,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Marabá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

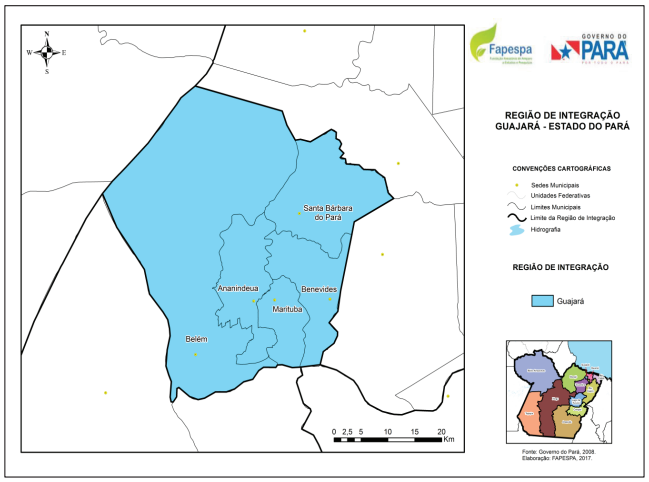
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Região de Integração: Carajás

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	16.069.459,00
Concessão de Auxílio Alimentação	149.840.614,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.892.245,00
Concessão de Auxílio Transporte	5.668.315,00
Operacionalização das Ações Administrativas	15.022.427,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	828.694.738,00
	R$ 1.024.187.798,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAJARÁ



I – ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guajará, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por cinco municípios: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

A região detém uma área territorial de, aproximadamente, 1.826 km2, o que representa 0,2% da área total do Pará. A região possui um total de 7,59% de suas áreas protegidas.

A população dessa região, em 2018, foi estimada em pouco mais de 2,2 milhões de habitantes, correspondendo a 26% do total do Estado. O município de Belém detém o maior contingente populacional, representando 67% da RI, seguido de Ananindeua, 23,6%, e Marituba, 5,8%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,06%, abaixo da média estadual, de 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 39 bilhões, o equivalente a 29% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado de Serviços, que responde a 45% do PIB de Serviços do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 55%, a atividade da Administração Pública com 17%, a Indústria com 13%, a Agropecuária com 0,2%, e os Impostos sobre produtos com 15%.

O turismo religioso, ecológico e gastronômico exercem forte atrativo popular na região, com destaque para o Círio de Nazaré. Assim como, as festas populares, complexo turístico da Cidade Velha, Ver-o-Peso, Estação das Docas, Feliz Lusitânia, feira de cerâmica do Paracury, praças, igarapés, parques ecológicos e culinária de pratos típicos regionais.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Guajará, em 2016, contribuiu com R$39,3 bilhões (28,5%) na geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços com R$21,4 bilhões (54%). A Administração Pública, que incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, adicionou R$6,7 bilhões (17%), seguido do setor industrial, que registrou uma agregação de valor de R$5,3 bilhões (13%) à economia da região.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos –Região de Integração Guajará, Pará, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Guajará
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**39.302.552**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**33.550.026**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	85,4%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**86.180**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	0,22%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**5.323.355**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	13,54%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**21.422.887**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	54,51%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**6.717.604**
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	17,09%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**5.752.526**
% Impostos	13,55%	9,62%	14,64%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Guajará, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Belém, com participação de 75%, e Ananindeua, com 17%, ambos tendo como principais atividades o comércio, atividades imobiliárias, construção civil, intermediação financeira e alojamento e alimentação.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluído a atividade de Administração Pública – Região de Integração Guajará, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Guajará	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Construção civil**	**Indústria de transformação**	**Intermediação financeira**
Ananindeua	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação
Belém	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil	Intermediação financeira	Alojamento e alimentação
Benevides	Indústria de transformação	Comércio	Atividades imobiliárias	Transporte	Construção civil
Marituba	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Transporte	Construção civil
Santa Bárbara do Pará	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio	Transporte

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

[1]Soma de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre produtos líquidos de subsídios.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de pujança produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Guajará contabilizou um saldo de US$273 milhões. Os bovinos vivos, em Ananindeua, e peixes congelados, em Belém, responderam por 33% e 56%, nesta ordem, do valor exportado desses produtos em todo o estado. Os municípios de Belém e Ananindeua registraram as maiores participações no valor total das exportações da região, 43% e 47%, respectivamente. Quanto às importações, o produto de maior valor importado pela RI Guajará é o trigo, que representou 40% do valor total demandado pela região.

Tabela 02 – Balança Comercial - Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Guajará	**427.514.371**	**2,7**	**153.886.845**	**13,1**	**273.627.526**
Ananindeua	199.496.962	46,7	6.826.088	4,4	192.670.874
Belém	183.621.538	43,0	138.805.505	90,2	44.816.033
Benevides	13.190.968	3,09	6.172.620	4,0	7.018.348
Marituba	13.628.272	3,2	2.082.632	1,4	11.545.640
Santa Bárbara do Pará	17.576.631	4,1	0	0,0	17.576.631

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guajará, em 2017, registrou-se um total de 491 mil empregos formais, equivalentes a 46% dos empregos formais do Pará. O setor de Serviços deteve, cerca de, 38% do total do estoque formal da região, seguido pela Administração Pública, 30%, e Comércio, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados mostraram-se, Belém, com 81%, Ananindeua, com 13%, e Marituba, com 3%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guajará
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	860.700
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	10,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	48,3
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**491.983**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	120
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	25.005
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	4.782
Construção Civil	1.838.958	57.880	28.214
Comércio	9.230.750	203.656	92.511
Serviços	16.772.645	284.360	186.804
Adm. Pública	9.195.215	363.926	149.786
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	4.761

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 445 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 52% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A infraestrutura rodoviária na RI Guajará é formada por malha viária federal e estadual. A principal rodovia da região, de jurisdição federal, BR-316, dá acesso a rodovias estaduais e a BR-010, que interliga o Pará ao centro-oeste e sul do país, permitindo a inter-relação com outras regiões de integração e estados brasileiros. Cita-se também as rodovias estaduais, PA-391, PA-408, PA-406 e PA-483, denominada de Alça Viária, importante pela ligação com o sudeste e sul do estado.

Vale ressaltar, ainda, as arteriais do sistema viário de Belém, que possibilitam a ligação entre os municípios da região, destacando-se a Avenida Almirante Barroso, pelo acesso a BR-316; Avenida Augusto Montenegro, pelo acesso ao distrito de Icoaraci; Avenida Independência, pelo acesso ao município de Ananindeua; e Avenida João Paulo II, pelo acesso a BR-316.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange, também, dois aeroportos, cinco portos e duas travessias.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guajará

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Belém (Val-de-cães e Brigadeiro Protásio)
Rodovias (5)	PA-391, PA-408, PA-406, PA-483 e BR-316
Travessias (2)	PA-151 Rio Guamá (Arapari - Belém)
	Baia do Marajó: Belém (Icoaraci) - Camará
Portos (5)	Porto de Belém
	Terminal de Outeiro
	(IP4) Icoaraci
	(IP4) Mosqueiro
	Porto Miramar

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: FAPESPA, 2019

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Guajará será contemplada com cerca de R$ 3,4 bilhões, 2,7% do total previsto para o estado.

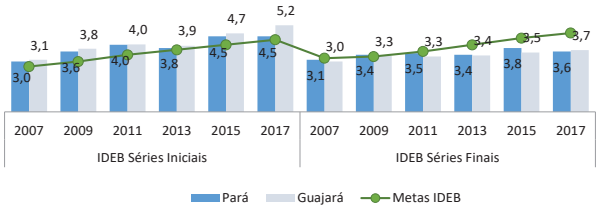
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guajará, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, as metas não foram alcançadas. No Pará e na RI Guajará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, mas não suficiente para alcançar as metas previstas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guajará, em relação às Metas IDEB do Pará - Séries Iniciais e Finais - 2007/2009/2011/2013/2015/2017



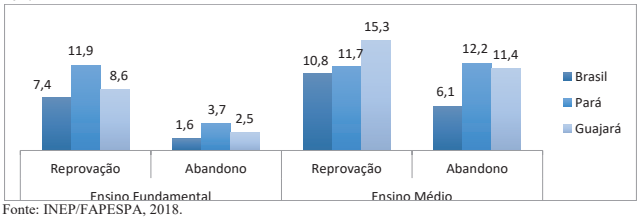
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Guajará.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 8,6% de reprovados, em 2017, abaixo do valor total do Pará, 11,9%, e um pouco acima do registrado no Brasil, 7,4%. O município de Marituba apresentou a maior taxa de reprovação no ensino fundamental, com 12,5%, e Benevides, o menor percentual, de 4,2%. Marituba também registrou o maior percentual de alunos reprovados no ensino médio, com cerca de 19,1% do total de alunos, e Ananindeua, o menor registro, de 11,8%.

Na taxa de abandono no ensino fundamental, a região teve o mesmo comportamento da taxa observada anteriormente, chegando a 2,5% de abandono, no ano de 2017, abaixo do valor total do Pará, 3,7%, e um pouco acima do registrado no Brasil, 1,6%. O município de Marituba registrou o maior percentual de abandono, 2,9%, e Ananindeua, Benevides e Santa Bárbara do Pará, o menor índice, de 2,3% de abandono. No ensino médio, o maior registro ocorreu em Santa Bárbara do Pará, 15,1%, e o menor em Belém, 8,7%.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, no ensino fundamental, o município de Marituba se destaca com a maior taxa de distorção (27,1%), e o de Ananindeua, com a menor taxa (22,4%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Benevides (54,2%), e a menor distorção em Belém (40,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
Guajará	**23,9**	**47,8**
Ananindeua	22,4	42,3
Belém	22,5	40,2
Benevides	23,9	54,2
Marituba	27,1	49,1
Santa Bárbara do Pará	23,4	53,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde na RI Guajará, a taxa de mortalidade infantil de 13,63 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) foi ligeiramente inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região apresentaram taxas de mortalidade infantil muito próximas umas das outras, sendo: Ananindeua, 13,98; Marituba, 13,95; Belém, 13,55; Benevides, 12,50; e Santa Bárbara do Pará, 11,63.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 1.829 agentes, equivalente a uma proporção de cobertura de 76,88%, superior à do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuem 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Belém, com apenas 25,93% de cobertura.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), as 256 implantadas na RI equivalem a uma proporção de cobertura média de 69,35%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas os municípios de Benevides e Santa Bárbara do Pará possuíam 100% da população estimada coberta, com destaque negativo, novamente, para Belém, com apenas 23,28% de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guajará

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guajará
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	13,63
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	76,88
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	69,35
Hospitais - 2018	6.687	247	57
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	0,88
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,94

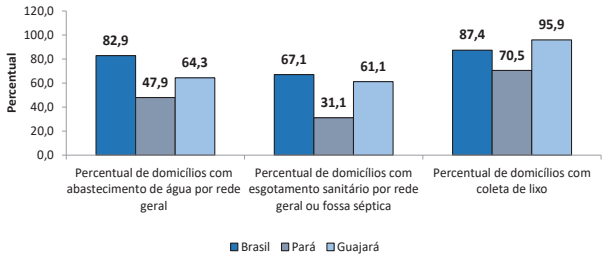
Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Guajará apresenta 57 hospitais (hospital geral, hospital especializado e hospital/dia), com destaque para o Hospital Regional Dr. Abelardo Santos (em fase de conclusão) e Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, em Belém; e Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência e Hospital Público Estadual Galileu, em Ananindeua. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 0,88, inferior à do Pará, de 2,47, fato que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 2,94 na RI, superior à do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guajará, em 2010. Observa-se naquele ano que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guajará, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 64,3% dos domicílios, 61,1% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 95,9% com coleta de lixo. As coberturas dos serviços disponibilizados eram maiores na região do que no estado, com destaque para o serviço de coleta de lixo, que abrangia quase todos os domicílios da região.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador Percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em três dos cinco municípios que compõem a RI Guajará, Ananindeua, Belém e Marituba, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guajará, o déficit era de 18,9% do total de domicílios. Em 2010, o componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 14,3% do total da região. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará, e 61,3% na região Guajará. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado e 75% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 16,2%, na região. O adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado do Pará e 9,8% na RI Guajará. Proporcionalmente, em ambos os casos, a cobertura desses serviços era maior na região que no estado.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guajará, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAJARÁ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	102.037	18,9
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.800	14,3
Coabitação Familiar	168.684	39,2	63.539	61,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	15.131	14,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	10.170	9,8
Total Domicílios	**1.859.165**		**540.159**	

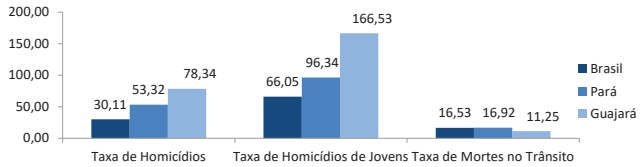
Fonte: IBGE/CENSO-2010. Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Guajará apresentou taxas superiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos, e taxa inferior para o indicador Taxa de Mortes por Acidentes no Trânsito. A taxa de homicídios no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 78,34. Dentre os municípios da região, Benevides apresentou a maior taxa, 103,30 homicídios, em contraposição a Santa Bárbara do Pará, que registrou 68,32 casos de homicídios por 100 mil habitantes.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guajará, 166,53 homicídios a cada 100 mil jovens, foi muito superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente o município de Benevides apresentou a maior taxa entre os municípios da região, com 210,53 homicídios por 100 mil jovens, e o município de Santa Bárbara do Pará apresentou a menor taxa, 68,57 casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e RI Guajará, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Guajará, em 2017, foi de 11,25 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. O município que observou a maior taxa foi Benevides, 24,59 mortes, enquanto Belém apresentou a menor taxa, com 9,92 casos de mortes.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2017, a RI Guajará apresentou taxas superiores ao Pará nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Roubo, e taxa inferior para o indicador Taxa de Homicídios no Trânsito. A taxa de homicídios da RI Guajará foi de 65,70 mortes e do Pará, de 45,66. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI registrou 8,13 e o Pará, 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que apontou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Guajará, 3.588,97 roubos por 100 mil habitantes, duas vezes e meia maior que a registrada pelo estado.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guajará (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		Guajará	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	65,03	65,70
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	9,94	8,13
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	3.833,60	3.588,97

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, enquanto a região Guajará registrou um total de 20,88% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guajará apresentou, em 2010, um Índice de Gini de 0,51, desigualdade abaixo da registrada para o estado de 0,62 e para o Brasil de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guajará, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Guajará	**20,88**	**0,51**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele, são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guajará, 37,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 70,3% se declararam com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 53,7% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guajará e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Guajará	**37,2**	**70,3**	**53,7**
Ananindeua	37,1	62,0	42,1
Belém	34,9	72,0	56,5
Benevides	63,1	84,1	70,1
Marituba	47,1	73,4	57,7
Santa Bárbara do Pará	61,6	72,1	59,4

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Benevides e Santa Bárbara possuem os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 63,1% e 61,6%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza, foram Benevides, 84,1%, e Marituba, 73,4%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, o município que registrou o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foi Benevides, com 70,1% do total.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,44% nos últimos seis anos (2013-2018), em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Guajará, que comporta a capital paraense e parte da Região Metropolitana de Belém, possuía o maior número de jovens do estado, 602.671, equivalente a 27,11% do total.

Tabela 11- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Guajará	**600.595**	**27,98**	**602.077**	**27,85**	**603.502**	**27,71**	**602.671**	**27,11**
Ananindeua	146.213	28,93	147.163	28,81	148.077	28,69	149.742	28,49
Belém	394.515	27,41	393.905	27,24	393.318	27,08	390.168	26,26
Benevides	17.408	29,69	17.735	29,64	18.050	29,60	18.240	29,57
Marituba	36.852	29,98	37.551	29,94	38.224	29,90	38.631	29,87
Santa Bárbara do Pará	5.607	28,54	5.723	28,51	5.833	28,46	5.890	28,45

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em 2018, Belém e Ananindeua compreendiam a maior população jovem da RI Guajará, 390.168 e 149.742 jovens, respectivamente, que somados correspondiam a 89,6% dos jovens da região. Por outro lado, os maiores percentuais de participação, em relação à própria população, ocorreram em Marituba, 29,87%, e Benevides, 29,57%. Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2015-2018), permanecendo superiores a 25%.

Em relação a vínculos empregatícios, a RI Guajará era majoritária no quantitativo de vínculos no Pará entre os jovens (106.111), em 2017, com participação de 21,57%. Assim, Belém (80.464) e Ananindeua (18.141) concentraram o maior número de vínculos ocupados por jovens, enquanto Benevides se destacou com o maior percentual de jovens (30%) em relação ao total de vínculos do município.

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guajará e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Guajará	491.983	106.111	21,57
Ananindeua	64.764	18.141	28,01
Belém	398.223	80.464	20,21
Benevides	9.782	2.942	30,08
Marituba	16.840	4.085	24,26
Santa Bárbara do Pará	2.374	479	20,18

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018)[4]. Do total de nascidos vivos no Pará, em 2017, 24,38% eram de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo um percentual elevado se considerarmos proporcionalmente a população jovem, estimada em cerca de 32%.

Na RI Guajará, esse indicador foi de 17,31%, o menor percentual comparado às demais regiões de integração, com diminuição de 3,4 p.p. em relação a 2010. Dentre seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Santa Bárbara do Pará (25,58%) e Benevides (24,04%), enquanto os menores foram registrados em Belém (16,26%) e Ananindeua (17,62%), sendo Marituba o que apresentou a maior retração do período (2010 a 2017), 9,7 p.p.

Tabela 13- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guajará (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Guajará	**20,76**	**20,97**	**21,40**	**21,31**	**21,06**	**19,82**	**19,01**	**17,31**
Ananindeua	20,88	21,11	22,67	22,17	21,95	20,14	19,07	17,62
Belém	19,51	20,07	19,90	19,97	19,76	18,83	18,08	16,26
Benevides	28,32	24,93	26,16	27,92	30,03	28,57	25,58	24,04
Marituba	31,52	28,76	28,47	28,42	25,69	23,67	23,19	21,82
Santa Bárbara do Pará	30,96	28,39	36,27	30,86	28,15	28,07	28,81	25,58

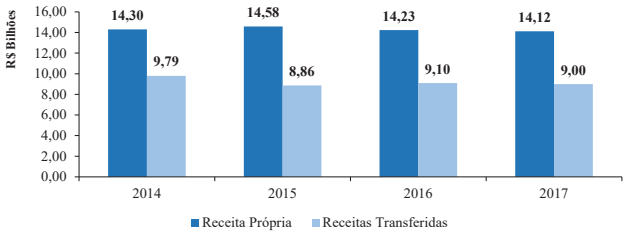
Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

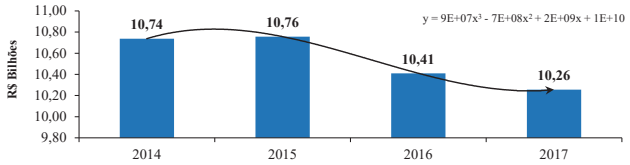
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

No mesmo período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

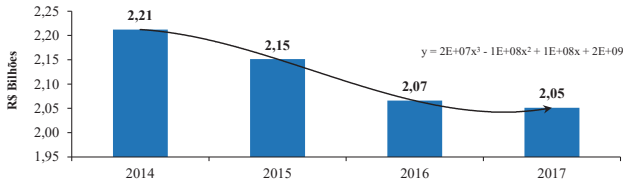
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo a ser destinado aos municípios retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução de Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante disso, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Guajará retraiu em -8,6%, tendo o município de Belém recebido a maior parcela (73%) do total destinado à região, seguido por Ananindeua (15%) e Marituba (6,5%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI representava cerca de 24 % do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R$) para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Guajará	**518.538.708,25**	**527.269.676,82**	**516.766.077,29**	**473.807.234,12**
Ananindeua	86.275.638,30	91.212.706,23	88.279.136,48	71.378.752,16
Belém	384.922.078,64	381.630.520,91	371.855.041,93	346.843.304,30
Benevides	19.246.103,94	19.791.436,25	21.028.756,56	21.741.803,80
Marituba	24.555.373,99	31.408.148,83	32.271.854,14	30.766.703,51
Santa Bárbara do Pará	3.539.513,38	3.226.864,60	3.331.288,18	3.076.670,35

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guajará é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (72 km²), Proteção Integral (66 km²), Territórios Quilombolas (3 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária (110 km²), na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Da área total da RI, 1.819 km², 141 km² (7,75%) correspondem às áreas protegidas; e 110 km² (6,05%) a projetos de assentamento.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 688 km², ou, 37,82% da área da RI, o que corresponde a 0,26% do desmatamento acumulado registrado para o estado do Pará, conforme tabela a seguir. Em termos municipais, Belém registrou a maior área de desmatamento acumulado, com 250 km², ou, 36,30% da área da RI, ao mesmo tempo, Benevides registrou o maior número de focos de calor, quatro focos.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guajará, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Número de Focos de Calor 2017
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Guajará	**1.819**	**688**	**8**
Ananindeua	191	87	1
Belém	1.059	250	2
Benevides	188	125	4
Marituba	103	66	0
Santa Bárbara do Pará	278	160	1

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 40,67% de sua área à regularização ambiental, com CAR viabilizado, de acordo com a tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Benevides possui a maior proporção de área com CAR efetivado (56,31%), seguido por Santa Bárbara do Pará (53,40%) e Ananindeua (37,42%).

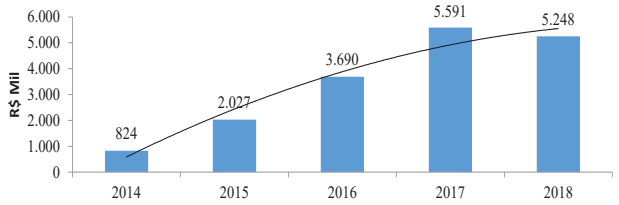
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guajará, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (SEMAS) km² (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Guajará	**1.821,56**	**1.154,08**	**63,36**	**469,33**	**40,67**
Ananindeua	190,69	177,65	93,16	66,48	37,42
Belém	1.060,72	483,11	45,55	162,51	33,64
Benevides	188,10	163,36	86,85	91,98	56,31
Marituba	103,48	65,52	63,32	7,15	10,92
Santa Bárbara do Pará	278,57	264,44	94,93	141,21	53,40

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a região teve uma participação média de 3,02% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$5.248.378,01, com o município de Belém detendo a maior parcela (23,49%), seguido por Ananindeua (21,94%), Marituba (20,89%), Benevides (20,85%) e Santa Bárbara do Pará (12,83%).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guajará (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guajará (2014-2018)

Item geográfico	2014 (R$1,00)	2015 (R$1,00)	2016 (R$1,00)	2017 (R$1,00)	2018 (R$1,00)
RI Guajará	**824.310,22**	**2.027.304,77**	**3.689.529,96**	**5.590.860,30**	**5.248.378,01**
Ananindeua	73.770,65	433.198,22	1.066.765,75	1.277.168,06	1.151.693,07
Belém	159.574,65	345.456,67	808.236,48	1.277.169,20	1.232.731,20
Benevides	179.671,31	272.170,73	394.858,43	1.277.166,35	1.094.315,02
Marituba	234.130,86	577.377,76	645.358,62	1.014.318,09	1.096.470,94
Santa Bárbara do Pará	177.162,75	399.101,40	774.310,69	745.038,61	673.167,78

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Guajará**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	12.852.546,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	116.213.841,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	65.405.487,00
Cultura	162.962.829,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	1.138.285.968,00
Direitos Socioassistenciais	128.577.797,00
Educação Básica	5.365.317.092,00
Educação Profissional e Tecnológica	12.345.993,00
Educação Superior	152.590.907,00
Esporte e Lazer	62.522.730,00
Governança Pública	4.133.096.884,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	114.465.340,00
Infraestrutura e Logística	364.356.760,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	39.095.582,00
Saúde	2.580.429.874,00
Segurança Pública	1.039.070.727,00
Trabalho, Emprego e Renda	18.115.092,00
	R$ 15.505.705.449,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	27.664.613.237,00
	R$ 27.664.613.237,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 43.170.318.686,00

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 12.852.546,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 2, 8, 12, 14

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	825.952	06/2019	ADEPARA	1.003.949

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	481	12/2018	SEDAP	2020	505
					2021	530
					2022	557
					2023	585
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.196	12/2018	EMATER	2020	3.460
					2021	3.680
					2022	4.160
					2023	4.540
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	430	12/2018	SEDAP	2020	452
					2021	474
					2022	498
					2023	523

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 5 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Comercialização Regional de Produtos Hortifrutigranjeiros	Produção Comercializada	T	CEASA
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ
Revitalização da Área de Abastecimento e Comercialização da CEASA	Espaço Revitalizado	Un	CEASA

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER
Produção de Adubo Orgânico para Agricultura Familiar	Adubo Produzido	T	CEASA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 116.213.841,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	3, 5, 8, 10, 11, 16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Percentual de migrantes e pessoas em condição análoga a de escravo identificado e atendido pela rede de serviços	Percentual	51,85	12/2018	SEJUDH	2020	55,00
					2021	60,00
					2022	63,00
					2023	65,00
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	20,00	12/2018	SEJUDH	2020	50,00
					2021	-
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	20	12/2018	SEJUDH	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Fábrica Esperança	Pessoa Assistida	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Ananindeua

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	Fund. Santa Casa, PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar 7 Usinas da Paz em Belém, Ananindeua e Marituba

Implantar o Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 4 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	NAC, PMPA
Atendimento a Grupos Vulneráveis	Atendimento Realizado	Un	POLÍCIA CIVIL
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, DETRAN, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEFA, SEPLAD
Implementação das Usinas da Paz	Pessoa Atendida	Un	NAC, PARÁPAZ
Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas (PPCAM, PROVITA e PPDDH)	Programa Implementado	Un	SEJUDH
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção de Direitos a Pessoas em Situação de Migração, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	Pessoa Atendida	Un	SEJUDH
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Guajará** — R$ 43.170.318.686,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação — **R$ 65.405.487,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	4, 5, 7, 8, 9, 12, 17

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,06	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,12

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	100,00	12/2018	FAPESPA	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional

Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guajará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Conceder 2.200 Bolsas de Ciência, Tecnologia e Inovação (Bolsa Pará) nos Municípios da Região Guajará

Fomentar 40 Projetos que Visem o Desenvolvimento de Empresas Inovadoras de Base Tecnológica (STARTUP Pará) nos Municípios da Região Guajará

Implantar 1 Centro Tecnológico do Pescado em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Desenvolvimento de Empresas Inovadoras - Startup Pará	Empresa Apoiada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Fomento a Projetos Inovadores para o Desenvolvimento Econômico	Edital Publicado	Un	BANPARÁ
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA, SECTET

Região de Integração: **Guajará** — R$ 43.170.318.686,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura — **R$ 162.962.829,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 5, 10

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	100,00	12/2018	SECULT/FCP	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do acesso de pessoas aos espaços culturais	Percentual	3,00	12/2018	SECULT	2020	3,00
					2021	6,00
					2022	8,00
					2023	9,00
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	400.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	652.496
					2021	673.496
					2022	694.546
					2023	718.699

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Implantar a Biblioteca Digital do Estado

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aquisição e Preservação de Acervo	Acervo Preservado	Un	FCG, FCP
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP
Publicação de Conteúdo Artístico-Cultural	Publicação Realizada	Un	FCP, SECULT

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Compromisso Regional

Restaurar e Revitalizar o Palacete Faciola (primeira etapa), em Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Acervo Museológico	Acervo Gerido	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação de Espaços Culturais	Espaço Implantado	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT
Reabilitação do Patrimônio Histórico, Artístico, Documental e Bibliográfico	Patrimônio Reabilitado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	FCP, SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Atender 1.000 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região
Implantar 4 Projetos de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Academia Paraense de Letras	Repasse Realizado	Un	SECULT
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, FCP, SECULT
Difusão Cultural	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Dinamização de Espaços e Equipamentos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FCP, FUNTELPA, SECULT
Incentivo aos Agentes Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 1.138.285.968,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	7,39	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	7,39
					2021	7,45
					2022	7,45
					2023	7,77
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	59,87	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	60,11
					2021	60,11
					2022	60,11
					2023	62,12

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Compromisso Regional

Implantar o Serviço Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação e Requalificação das Vias de Interesse Metropolitano	Via Ampliada/Requalificada	Km	NGTM
Apoio às Ações do CONCIDADES	Conselho Apoiado	Un	SEDOP
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Implantação da Infraestrutura do Sistema Integrado de Ônibus da Região Metropolitana de Belém	Infraestrutura Implantada	Prc	NGTM
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pantanal, no Município de Belém
Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Pratinha, no Município de Belém
Construir 340 Unidades Habitacionais - Riacho Doce II e III

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Oferta de Unidade Habitacional	Unidade Entregue	Un	COHAB, FEHIS, SEDOP
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB, FEHIS
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Atender mais 5.920 Pessoas com Esgotamento Sanitário na Região de Integração Guajará
Atender mais 52.748 Pessoas com Abastecimento de Água na Região de Integração Guajará
Concluir Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON

Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba	Obra Executada	Prc	SEDOP
Operacionalização das Ações de Saneamento	Sistema Operado	Un	COSANPA
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 128.577.797,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de profissionalização de socieducandos	Percentual	9,08	12/2018	FASEPA	2020 2021 2022 2023	10,00 10,50 11,00 11,50
Taxa de progressão de medidas socioeducativas	Percentual	39,68	12/2018	FASEPA	2020 2021 2022 2023	40,00 40,50 41,00 41,50

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Apoio a Organismos de Controle Social	Organismo Apoiado	Un	FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS
Implementação de Serviços Integrados à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Semiliberdade no Município de Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento a Egressos de Medida Socioeducativa	Egresso Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Inical ao Adolescente Custodiado	Adolescente Custodiado	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Internação Provisória	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Atendimento Socioeducativo de Semiliberdade	Adolescente Atendido	Un	FASEPA
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA
Readequação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Readequada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	CEASA, SEASTER
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER
Implementação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implementado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 5.365.317.092,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,40	12/2017	INEP/SEDUC	4,10
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	5,00	12/2017	INEP/SEDUC	5,9

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	4,50 4,20 4,00 3,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,04	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	12,71 12,57 12,43 12,29
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	86,60 87,50 87,90 88,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	76,40 76,70 77,00 77,30
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	8,90 8,30 8,10 7,80
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,78	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	10,89 10,73 10,57 10,41

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua e Belém.

Reformar/Ampliar 37 Escolas Estaduais nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Fortalecer a Governança na Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aperfeiçoamento Institucional	Projeto Implantado	Un	SEDUC
Fortalecimento do Controle Social	Conselho Fortalecido	Un	SEDUC
Implementação de Avaliação Institucional	Avaliação Realizada	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional
Ampliar o Tempo pedagógico (Novo Ensino Médio) em 153 Escolas nos Municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	FCG, SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	FCG, SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 12.345.993,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 8, 9, 10, 16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	52,50
					2021	6,56
					2022	6,15
					2023	7,25
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	2.211	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	3.800
					2021	4.300
					2022	4.800
					2023	5.300

Objetivo
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional
Implantar 10 Novos Cursos Técnicos em Belém, Ananindeua e Benevides

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Estudos de Monitoramento e Avaliação do Programa de Educação Profissional e Tecnológica	Estudo Realizado	Un	EGPA, SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação do Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica	Comitê Implementado	Un	SECTET
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET, UEPA
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	EGPA, FCG, SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 152.590.907,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 16

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,28	12/2018	UEPA	1,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	4,00	12/2018	UEPA	2020	14,00
					2021	11,00
					2022	11,00
					2023	11,00

Objetivo
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Compromisso Regional
Implantar o Laboratório de Água no Parque de Ciência e Tecnologia PCT Guamá da UFPA
Ofertar 3 Novos Cursos na Área de Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Análise da Qualidade da Água	Análise Realizada	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino e Serviço em Saúde	Procedimento Realizado	Un	UEPA
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	FCG, UEPA
Implementação de Ações do Centro de Ciências Planetário do Pará	Pessoa Atendida	Un	UEPA
Incentivo à Criação e Registro de Produção Técnico/Científica	Material Técnico Produzido	Un	EGPA, UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Desenvolvimento Organizacional do Ensino Superior	Unidade Atendida	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	FCG, UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, FCG, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	EGPA, FCG, UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 62.522.730,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	4.045	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	5.000
					2021	5.200
					2022	5.250
					2023	5.300

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Compromisso Regional

Construir 10 Quadras Cobertas no Parque de Esporte e Lazer do Complexo Esportivo do Mangueirão

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC, SEEL
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL
Revitalização de Espaços de Esporte e Lazer	Espaço Revitalizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 4.133.096.884,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	2.749.587,00	12/2018	SEFA	3.778.532,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	4,27	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	6,41
					2021	6,41
					2022	6,41
					2023	6,41

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Consolidação da Governança do Regime Próprio de Previdência Social	Procedimento Realizado	Un	IGEPREV
Educação Previdenciária	Pessoa Capacitada	Un	IGEPREV
Estruturação dos Controles Internos	Processo Reestruturado	Un	IGEPREV
Gestão Previdenciária do Estado	Ação Executada	Un	IGEPREV

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar o Curso de Pós Graduação Strictus Sensu

Implantar os Serviços do Iasep no Município de Santa Bárbara do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	COSANPA, PRODEPA, UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, Enc. CBM, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, NAC, NEPMV, NGPMCREDCID-ADM, PARÁPAZ, PGE, PRODEPA, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Planejamento e Seleção de Pessoas do Estado	Vaga Ofertada	Un	SEPLAD
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Estudos de Projetos para Parceria com a Iniciativa Privada	Estudo Realizado	Un	SEDEME
Gerenciamento de Programas Especiais	Proposta Aprovada	Un	SEPLAD
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP, SEPLAD
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	ADEPARÁ, ARCON, COHAB, DETRAN, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, JUCEPA, PRODEPA, SECOM, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Compromisso Regional

Disponibilizar o Acesso de 12 Serviços Públicos através do Aplicativo Palma da Mão

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Consórcio Interestadual da Amazônia Legal	Consórcio Mantido	Un	Casa Civil

Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ARCON, Casa Civil, COHAB, DETRAN, FAPESPA, HEMOPA, IASEP, IGEPREV, IMETROPARÁ, ITERPA, NAC, PGE, PRODEPA, SECTET, SEDAP, SEDOP, SEFA, SEJUDH, SEMAS
Defesa dos Direitos do Estado	Processo Analisado	Un	PGE
Desapropriação de Imóveis	Desapropriação Realizada	Un	Enc. PGE
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FASPM, FCG, FCP, FHCGV, FISP, Fund. Santa Casa, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NAC, NEPMV, NGPMCREDCID-ADM, NGPR, NGTM, PARÁPAZ, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAP, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Elaboração dos Instrumentos de Planejamento	Documento Elaborado	Un	SEPLAD
Elaboração e Divulgação de Estudos e Pesquisas	Estudo Divulgado	Un	FAPESPA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, ADEPARÁ, ARCON, Auditoria Geral do Estado, Casa Civil, Casa Militar, CBM, CEASA, CODEC, COHAB, COSANPA, CPC, CPH, DETRAN, EGPA, EMATER, FAPESPA, FASEPA, FCA, FCG, FCP, FHCGV, Fund. Santa Casa, FUNSAU, FUNTELPA, Gab. Vice-Governador, HAS, HEMOPA, HOL, IASEP, IDEFLOR-Bio, IGEPREV, IMETROPARÁ, IOE, ITERPA, JUCEPA, LACEN, NAC, NGPMCREDCID-ADM, NGPR, NGTM, PARÁPAZ, PGE, PMPA, POLÍCIA CIVIL, PRODEPA, SEAP, SEASTER, SECOM, SECTET, SECULT, SEDAP, SEDEME, SEDOP, SEDUC, SEEL, SEFA, SEGUP, SEJUDH, SEMAS, SEPLAD, SESPA, SETRAN, SETUR, UEPA
Gestão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo	Auditoria Realizada	Un	Auditoria Geral do Estado
Implantação da Nuvem Corporativa do Governo	Nuvem Implantada	Un	PRODEPA
Implementação de Tecnologias do Governo Digital	Tecnologia Implementada	Un	PRODEPA
Integração das Unidades de Ouvidoria do Estado	Unidade Integrada	Un	Casa Civil

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 114.465.340,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,00	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	533.069,15	12/2018	SETUR	603.118,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	68	12/2018	BANPARA	2020	190
					2021	285
					2022	370
					2023	444
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	581	07/2019	SEDEME	2020	108
					2021	120
					2022	137
					2023	117
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	2	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	657.485	12/2018	SETUR	2020	690.770
					2021	708.039
					2022	725.740
					2023	743.884

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão do Espaço São José Liberto	Espaço Mantido	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	Enc. SEPLAD-PL, SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Manutenção de equipamentos turísticos	Equipamento Mantido	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 364.356.760,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100,00	12/2018	SETRAN	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	4.215,30	12/2018	SETRAN	2020	4.215,30
					2021	4.215,30
					2022	4.215,30
					2023	4.215,30
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	141,60	12/2018	SETRAN	2020	145,60
					2021	149,60
					2022	149,60
					2023	149,60
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	100,00	12/2019	CPH	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN

Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	ARCON, SETRAN
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Gestão de Terminais Hidroviários	Terminal Hidroviário Mantido	Un	CPH
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Controle dos Serviços de Energia	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Guajará** — R$ 43.170.318.686,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial — R$ 39.095.582,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,01	12/2018	PRODES/INPE	0,01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Guajará** — R$ 43.170.318.686,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde — R$ 2.580.429.874,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	16	12/2018	MS/SIM/SINASC	13,03
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,47	12/2018	SIM	10,97
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	286,94	12/2018	MS/SIM	264,66

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,94	12/2018	EGESTOR	2020	58,74
					2021	61,67
					2022	64,76
					2023	68,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2020	50,00
					2021	60,00
					2022	65,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,69	12/2018	DATASUS(CNES)	2020	1,69
					2021	1,69
					2022	1,69
					2023	3,79
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	61,20	12/2018	SINAN	2020	70,00
					2021	75,00
					2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,18	12/2018	SIA	2020	0,25
					2021	0,30
					2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,15	12/2018	SIA	2020	0,18
					2021	0,20
					2022	0,23
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	1º CRS - Belém, ETSUS, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	SESPA
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	1º CRS - Belém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir o Hospital Abelardo Santos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES

Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede das Doenças Crônicas não Transmissíveis	Paciente Atendido	Un	HOL, SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	Fund. Santa Casa, HEMOPA, HOL, SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	1º CRS - Belém, FHCGV, Fund. Santa Casa, HAS, HEMOPA, HOL, LACEN, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	FHCGV, Fund. Santa Casa, HOL, LACEN, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	1º CRS - Belém, SESPA
Vigilância Laboratorial	Análise Realizada	Un	LACEN

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 1.039.070.727,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	121,90	12/2018	SEGUP	112,40
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	62,60	12/2018	SEGUP	54,30
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	10,66	12/2018	DATASUS	10,19
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2.972,60	12/2018	SEGUP	2.577,80
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	388,40	12/2018	SEGUP	365,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,97	12/2018	SEAP	2020	1,97
					2021	1,90
					2022	1,50
					2023	1,50
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	12.307	12/2018	PMPA	2020	14.768
					2021	17.229
					2022	19.691
					2023	22.152
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2020	84,00
					2021	85,00
					2022	86,00
					2023	87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	60,00	12/2018	DETRAN	2020	61,00
					2021	62,00
					2022	63,00
					2023	64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	17,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	20,00
					2021	22,00
					2022	23,00
					2023	25,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	84,00
					2021	85,00
					2022	87,00
					2023	87,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano III, em Marituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o videomonitoramento na Região Metropolitana de Belém
Construir o 21º Batalhão de Polícia Militar em Marituba
Construir o 30º e o 6º Batalhão de Polícia Militar em Ananindeua
Construir Seccional Urbana da Polícia Civil em Belém
Implantar Centro Integrado de Comando e Controle em Belém
Implantar Delegacia Fluvial em Belém
Implantar o Sistema Auto de Prisão em Flagrante Audiovisual
Implantar Sistema de Boletim de Ocorrência Unificado
Implantar Unidade Integrada de Segurança em Belém - Território pela Paz
Reforma do Comando de Missões Especiais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Articulação dos Órgão de Segurança Pública com a Sociedade	Instrumento Implementado	Un	SEGUP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	CBM, CPC, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP, SEGUP
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	FISP, SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Compromisso Regional
Desenvolver Política de Crédito Subsidiado e Política Habitacional para Membros da Força Policial
Ingressar Novos Policiais e Servidores da Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	CBM, CPC, DETRAN, FASPM, FUNSAU, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	CBM, CPC, DETRAN, Enc. CBM, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP, SEGUP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, CPC, DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP

Região de Integração: **Guajará** **R$ 43.170.318.686,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 18.115.092,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,32	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 4,38	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,30
					2021	0,80
					2022	1,30
					2023	1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	14,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	18,00
					2021	19,00
					2022	20,00
					2023	21,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	12,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	17,00
					2021	18,00
					2022	19,00
					2023	20,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Ananindeua e Belém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	Un	SEASTER
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Realizado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER
Provimento de Garantia de Crédito às Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado	Un	Enc. SEPLAD-PL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

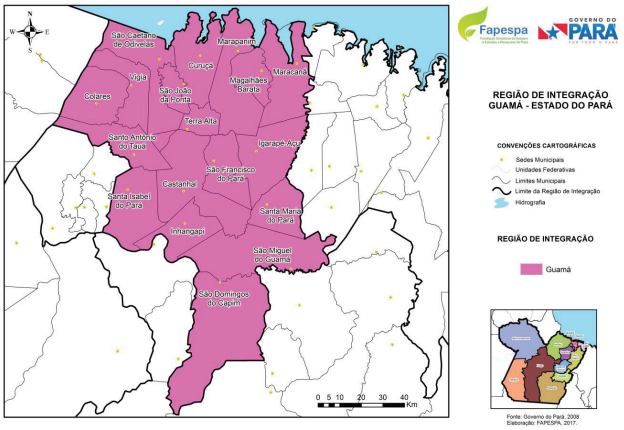
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	170.477.666,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	26.908.052,00
Concessão de Auxílio Alimentação	1.994.957.389,00
Concessão de Auxílio Fardamento	72.648.125,00
Concessão de Auxílio Transporte	248.441.714,00
Operacionalização das Ações Administrativas	3.506.189.653,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	19.203.466.517,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores	2.441.524.121,00
	R$ 27.664.613.237,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Guamá, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 18 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta e Vigia.

Localizada na Região Nordeste do Pará, ocupa uma área de 12.264 km², equivalente a 1% da área do estado do Pará. Do total da área da região, 4,6% são de áreas protegidas.

A população dessa RI em 2018 foi estimada em aproximadamente 686.511 habitantes, correspondendo a 8% do total do Estado. Castanhal é o município de maior contingente populacional representando 29% da RI, seguido de Santa Izabel do Pará (10%) e São Miguel do Guamá (8%). A taxa de crescimento populacional média da RI, de 2010 a 2018, foi de 1,41%, abaixo da média estadual (1,46%) para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 7,8 bilhões, o equivalente a 6% do PIB paraense. A RI Guamá também destaca-se por ser um dos polos pesqueiros do estado, e por ser a região que mais exporta carne de frango, 87% da produção do Pará e pimenta do reino, 96% do total da produção do estado. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 35%, a Agropecuária com 18%, a atividade da Administração Pública com 28%, a Indústria com 11% e, os Impostos sobre produtos com 9%.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribui com a economia local que se destaca: pelos monumentos históricos como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés; o artesanato local; as manifestações da cultura popular como danças típicas, festivais e, exposições agropecuárias.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Guamá teve sua riqueza valorada em R$7,8 bilhões, o que representou 5,7% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o de Serviços, com 2,7 bilhões, correspondente a 34,7% do PIB da RI, seguido pelo setor da Administração Pública, com R$ 2,2 bilhões (28%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, e o da Agropecuária, com R$ 1,3 bilhão (17%). A região destaca-se na produção do estado com os produtos de sementes de moluscos (96%), frango (66%), ovos de galinha (60%), mandioca (11%), pimenta-do-reino (12%), dendê (11%) e coco-da-baía (10%). Possui, ainda, uma indústria de transformação dinâmica, principalmente nos segmentos de alimentos e cerâmica.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Guamá, 2016

PIB	Brasil	Pará	Guamá
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**7.859.747**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**7.142.266**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	90,9%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**1.392.016**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	17,71%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**833.211**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	10,60%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**2.727.255**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	34,70%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.189.783**
% Impostos	15,08%	20,40%	27,86%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**717.481**
% Impostos	13,55%	9,62%	9,13%

Fonte: IBGE/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a RI Guamá, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Castanhal, participando com 46%, tendo como principais atividades o comércio e a indústria de transformação, em especial o seguimento de alimentos; Santa Izabel do Pará, com 8%, sendo importantes às atividades de imobiliárias, criação de aves e o comércio; e São Miguel do Guamá, com 8%, ressaltando-se as atividades de agricultura, principalmente os cultivos de mandioca, pimenta-do-reino, açaí, dendê e coco-da-baía, atividades imobiliárias e comércio.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Guamá, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Guamá	**Agricultura**	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Indústria de transformação**	**Construção civil**
Castanhal	Comércio	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura	Transporte, armazenagem e correio
Colares	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Curuçá	Pecuária	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Igarapé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Indústria de transformação
Inhangapi	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Pecuária
Magalhães Barata	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pesca e Aquicultura
Maracanã	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Marapanim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Produção Florestal	Construção civil
Santa Izabel do Pará	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Indústria de transformação	Agricultura
Santa Maria do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Indústria de transformação
Santo Antônio do Tauá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Pecuária	Construção civil
São Caetano de Odivelas	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio
São Domingos do Capim	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Produção Florestal
São Francisco do Pará	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil
São João da Ponta	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
São Miguel do Guamá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação	Construção civil
Terra Alta	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Comércio
Vigia	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Guamá contabilizou um saldo de US$140 milhões. O principal produto exportado é a pimenta do reino e sumo de sucos, sendo Castanhal o maior exportador da RI com 96% e 67%, nesta ordem. Os principais produtos importados são insumos para indústria têxtil, como tecidos, fibras e fios de juta, sendo Castanhal o único importador desses produtos no estado.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2018.

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Guamá	**140.762.048**	**0,9**	**4.301.103**	**0,4**	**136.460.945**
Castanhal	134.048.066	95,23	4.258.966	99,02	129.789.100
Curuçá	1.396.821	0,99	0	0,00	1.396.821
Inhangapi	2.996.962	2,13	0	0,00	2.996.962
Santa Isabel do Pará	1.402.516	1,00	15.627	0,36	1.386.889
São Domingos do Capim	54.987	0,04	16.348	0,38	38.639
Vigia	862.696	0,61	10.162	0,24	852.534

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego
2.4.

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Guamá, a mesma registrou, em 2017, aproximadamente, 62 mil empregos formais, o que representa 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 34% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 24%, e Serviços, 15%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Santa Izabel do Pará (12%), São Miguel do Guamá (8%) e Vigia (4%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Guamá
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	228.462
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,03
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	26,28
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**62.786**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	11
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	11.341
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	273
Construção Civil	1.838.958	57.880	902
Comércio	9.230.750	203.656	15.165
Serviços	16.772.645	284.360	9.411
Administração Pública	9.195.215	363.926	21.291
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	4.392

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 168 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5,8% do total de ocupados do estado.

2.5. Infraestrutura
2.6.

A RI Guamá possui uma malha viária formada por rodovias federais e estaduais, sendo o principal eixo viário a BR-316, a partir do qual se acessa diversas rodovias estaduais que fazem ligação entre os municípios do estado. Em Castanhal está localizado o entroncamento da BR-316 com rodovias estaduais importantes, como a PA-320, que interliga os municípios de Castanhal, Terra Alta e Igarapé-Açu; PA-136, que permite o acesso a Castanhal, Terra Alta e Curuçá; e a PA-127, que liga Igarapé-Açu, Magalhães Barata (PA-396) e Maracanã. Ressalta-se, ainda, a PA-140 que liga o município de São Caetano de Odivelas ao de Tomé Açu e beneficia os municípios de São Caetano de Odivelas, Vigia, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Bujaru, Acará, Concórdia do Pará e Tomé-Açu.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Guamá

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Igarapé-Açú
Rodovias	32 vias (total 960 km) - 71% pavimentado
Travessias (2)	PA-238 Furo da Laura (Penha Longa - Colares)
	PA-140 Rio Guamá (Santa Izabel do Pará - Bujaru)
Portos (8)	(IP4) Vigia
	(IP4) São Caetano de Odivelas
	(IP4) Vila do Abade (Curuçá)
	(IP4) Vista Alegre (Marapanim)
	(IP4) Cafezal (Magalhães Barata)
	(IP4) Mocooca (Maracanã)
	(IP4) Paraíso (Maracanã)
	(IP4) PL Guamá (Inhangapi)
Pontes	57 pontes (total de 5 km)

Fonte: Setran, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da RI Guamá abrange um aeródromo/aeroporto, 57 pontes (totalizando 5 km de extensão), oito portos de pequeno porte, duas travessias e 32 rodovias.

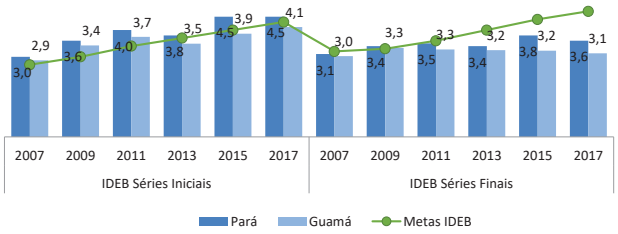
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Guamá, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), só alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, nos anos de 2007, 2009 e 2011. A partir de 2013, as metas não foram alcançadas e as notas da região ficaram inferiores às apresentadas pelo Pará. Nas séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, o mesmo comportamento foi observado. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em relação às séries iniciais, enquanto nas finais, as notas mantiveram-se no mesmo patamar, com pequena variação, mesmo procedimento observado na RI Guamá, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Guamá, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

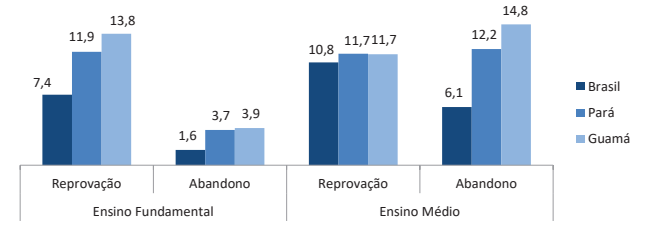
As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Guamá.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 13,8% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente, em oposição ao observado no ensino médio, em que as taxas resultaram em valores próximos para as três instâncias (Brasil, 10,8%; Pará, 11,7%; e RI Guamá, 11,7%). O município de São Domingos do Capim apresentou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental, 19,2%, quanto no médio, 24,7%. O município de Maracanã apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 9,6%, e no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Vigia, com 5,7% de alunos reprovados.

Quanto à taxa de abandono, a RI Guamá ultrapassou os valores observados pelo Pará e Brasil, nos dois níveis de ensino, em especial, no nível médio (Gráfico 02). o município de São Caetano de Odivelas apresentou a maior taxa de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no médio, com 6,4% e 25,6%, respectivamente. O município de Colares apresentou a menor taxa, no ensino fundamental, com 1,6%, e, no ensino médio, com 3,9%.

O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em ultimo lugar entre as unidades da federação com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, o município de São Domingos do Capim destacou-se com a maior taxa de distorção, tanto no ensino fundamental (43,3%) quanto no médio (67,8%). A menor taxa no ensino fundamental foi do município de São João da Ponta (22,9%), e, no ensino médio, a menor distorção em Colares (37,5%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Guamá	**31,6**	**54,5**
Castanhal	26,3	45,3
Colares	27,6	37,5
Curuçá	34,5	58,8
Igarapé-Açu	35,0	48,3
Inhangapi	33,3	57,4
Magalhães Barata	30,9	58,7
Maracanã	31,8	53,2
Marapanim	31,7	64,7
Santa Isabel do Pará	28,4	50,3
Santa Maria do Pará	37,0	55,8
Santo Antônio do Tauá	28,9	44,3
São Caetano de Odivelas	35,7	62,4
São Domingos do Capim	43,3	67,8
São Francisco do Pará	28,0	58,4
São João da Ponta	22,9	53,6
São Miguel do Guamá	36,5	59,9
Terra Alta	26,8	56,1
Vigia	30,7	48,2

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Guamá, a taxa de mortalidade infantil de 12,04 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi inferior à do Pará, de 15,38. Os municípios da região com as maiores taxas foram São Francisco do Pará (24,27), Inhangapi (22,86) e Terra Alta (19,42). Por outro lado, São João da Ponta não apresentou nenhum caso de morte infantil, e Marapanim (6,19), Igarapé-Açu (7,09) e Santo Antônio do Tauá (8,28) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constavam, em 2018, 1.624 agentes, equivalentes à proporção de cobertura de 99,89% (apenas o município de Marapanim não possuía 100% da população estimada coberta), maior que a observada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 188 equipes implantadas na RI, correspondendo a uma proporção de cobertura média de 91,34%, superior à do estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, dez municípios da região alcançaram 100% da cobertura (Colares, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta), ressaltando-se, também, que São Miguel do Guamá (42,10%) e Vigia (59,46%) apresentaram as menores proporções de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Guamá
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	12,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	99,89
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	91,34
Hospitais - 2018	6.687	247	17
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	4,17
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,34

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

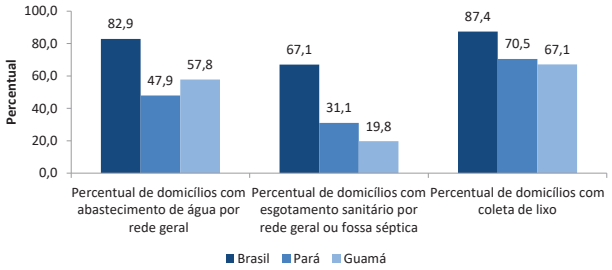
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Guamá contava, em 2018, com 17 hospitais (hospital geral, hospital/dia e hospital especializado). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 4,17, superior à observada pelo Pará, de 2,47. Em relação a leitos hospitalares por mil habitantes, a RI obteve, no mesmo ano, a taxa de 1,34, menor que a do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Guamá. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Guamá, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 57,8% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 19,8% e a de coleta de lixo, 67,1%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em oito (Castanhal, Inhangapi, Magalhães Barata, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Vigia) dos 18 municípios que compõem a RI Guamá, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Guamá, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI GUAMÁ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	39.312	25,3
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	23.773	59,5
Coabitação Familiar	168.684	39,2	12.493	31,3
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.168	5,4
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.495	3,7
Total Domicílios	**1.859.165**		**155.347**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela, que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Guamá, o déficit era de 25,3% do total de domicílios. Em 2010, a componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 59,5% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 31,3% na região Guamá. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 91% na RI. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,4% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 3,7% na região.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios de jovens e taxa de mortes no trânsito, e inferior para o indicador taxa de homicídios. A taxa de homicídios, no estado, atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 51,01. Os municípios de Inhangapi e Castanhal apresentaram as maiores taxas, 79,03 e 76,31 homicídios, respectivamente, em contraposição a São Francisco do Pará, que não apresentou nenhum caso de homicídio, e Magalhães Barata, que registrou a menor taxa, 12,03 homicídios.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Guamá (109,09 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de São Caetano de Odivelas e Castanhal alcançaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 175,37 e 163,71 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Magalhães Barata, São Francisco do Pará e São João da Ponta não apresentaram casos de homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2017

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de mortes por acidente no trânsito, a RI Guamá registrou, em 2017, 18,68 mortes, enquanto o Pará apresentou taxa inferior, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Magalhães Barata (48,10 mortes) e Terra Alta (35,09 mortes), as menores taxas foram observadas por São Domingos do Capim (3,21 mortes) e Maracanã (6,97 mortes).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Guamá apresentou taxa superior ao Pará no indicador taxa de homicídios no trânsito e taxas inferiores para os indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 43,00 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou taxa de 15,62 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, no Pará, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, e na RI Guamá, 1.205,47 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Guamá

Indicadores Segurança	Pará		RI Guamá	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	45,27	43,00
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	22,18	15,62
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.438,44	1.205,47

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e a região Guamá registrou um total de 42,1% de sua população abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Guamá apresentou um Índice de Gini de 0,53, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Guamá, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Guamá	**42,1**	**0,53**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Guamá, 58,6% da população de seus municípios estavam inscritos no cadastro, contra 52,6% de inscritos em todo o Pará. Desses inscritos na RI, 77,1% declararam que possuíam renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e, no estado, 78,6% declararam o mesmo. Das famílias inscritas no cadastro, na região, 65,9%, recebiam o Bolsa Família, acima do índice do Pará, 64,2% do total de inscritos.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Guamá e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Guamá	**58,6**	**77,1**	**65,9**
Castanhal	44,1	55,1	45,2
Colares	71,2	83,1	74,9
Curuçá	73,4	92,4	81,1
Igarapé-Açu	65,6	80,4	71,5
Inhangapi	65,7	81,3	70,2
Magalhães Barata	71,1	73,6	64,9
Maracanã	83,1	88,4	76,7
Marapanim	64,7	86,4	75,8
Santa Isabel do Pará	46,1	71,3	59,4
Santa Maria do Pará	66,3	77,7	65,7
Santo Antônio do Tauá	59,4	84,8	71,5
São Caetano de Odivelas	69,4	82,6	74,2
São Domingos do Capim	76,4	88,6	82,2
São Francisco do Pará	67,8	77,9	68,0
São João da Ponta	80,2	84,1	73,0
São Miguel do Guamá	59,4	84,7	73,6
Terra Alta	79,3	86,0	73,5
Vigia	60,9	83,3	68,0

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem essa região, Maracanã e São João da Ponta possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 83,1% e 80,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Curuçá (92,4%), São Domingos do Capim (88,6%) e Maracanã (88,4%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que registraram o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram São Domingos do Capim (82,2%) e Curuçá (81,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Guamá comportava 204.787 jovens, ou 29,83% de sua população. No período de 2015 a 2018, Castanhal e Santa Izabel do Pará apresentaram o maior número de jovens entre os municípios da região, e, no último ano do período, 2018, a maior concentração de jovens ocorreu em Castanhal (60.759), Santa Izabel do Pará (22.203) e São Miguel do Guamá (17.259), que, juntos somaram, 49% dos jovens. Considerando a participação, Santa Izabel do Pará (31,83%) e Igarapé-açu (30,74%) lideravam o ranking das maiores e São Francisco do Pará (27,31%) e Marapanim (27,75%) ocupavam as últimas posições.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Guamá	**196.243**	**29,75**	**198.542**	**29,76**	**200.752**	**29,77**	**204.787**	**29,83**
Castanhal	58.245	30,69	59.069	30,67	59.861	30,66	60.759	30,64
Colares	3.314	28,37	3.326	28,38	3.339	28,40	3.428	28,47
Curuçá	10.494	27,76	10.666	27,78	10.831	27,80	10.999	27,82
Igarapé-Açu	11.345	30,39	11.433	30,45	11.518	30,51	11.862	30,74
Inhangapi	3.352	30,33	3.413	30,41	3.472	30,49	3.534	30,57
Magalhães Barata	2.325	28,08	2.333	28,12	2.340	28,14	2.420	28,39
Maracanã	7.959	27,77	7.968	27,79	7.977	27,81	8.569	29,12
Marapanim	7.506	27,43	7.545	27,47	7.582	27,50	7.830	27,75
Santa Isabel do Pará	21.158	31,82	21.542	31,83	21.911	31,83	22.203	31,83
Santa Maria do Pará	6.877	28,74	6.899	28,68	6.921	28,62	7.015	28,37
Santo Antônio do Tauá	8.683	29,31	8.832	29,31	8.974	29,32	9.101	29,32
São Caetano de Odivelas	5.081	29,17	5.107	29,20	5.132	29,22	5.277	29,37
São Domingos do Capim	8.646	28,03	8.687	28,03	8.727	28,04	8.936	28,07
São Francisco do Pará	4.337	28,20	4.336	28,12	4.335	28,05	4.324	27,31
São João da Ponta	1.649	28,46	1.681	28,57	1.712	28,68	1.743	28,77
São Miguel do Guamá	16.557	29,60	16.770	29,59	16.975	29,59	17.259	29,59
Terra Alta	3.184	28,63	3.227	28,65	3.268	28,67	3.326	28,69
Vigia	15.531	30,35	15.708	30,38	15.877	30,41	16.202	30,46

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos correspondiam a 25,51% dos vínculos, no Pará, e 27,19%, na RI Guamá. Os maiores percentuais de participação de jovens no mercado de trabalho ocorreram em Castanhal (32,97%), São João da Ponta (31,65%) e Santa Maria do Pará (30,98%), e, em números absolutos, Castanhal e Santa Isabel do Pará lideraram com um total de 9.936 e 1.927, respectivamente (Tabela 12).

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Guamá e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Guamá	**62.786**	**17.074**	**27,19**
Castanhal	30.135	9.936	32,97
Colares	582	65	11,17
Curuçá	1.666	222	13,33
Igarapé-Açu	2.330	583	25,02
Inhangapi	931	211	22,66
Magalhães Barata	293	38	12,97
Maracanã	1.945	341	17,53
Marapanim	1.452	180	12,40
Santa Isabel do Pará	7.676	1.927	25,10
Santa Maria do Pará	1.740	539	30,98
Santo Antônio do Tauá	2.251	498	22,12
São Caetano de Odivelas	739	100	13,53
São Domingos do Capim	1.920	352	18,33
São Francisco do Pará	864	159	18,40
São João da Ponta	278	88	31,65
São Miguel do Guamá	4.841	1.216	25,12
Terra Alta	476	75	15,76
Vigia	2.667	544	20,40

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em 32%.

Na RI Guamá, esse dado foi de 24,56%, em 2017, o 4º menor percentual dentre as regiões de integração, com diminuição de 3,82 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de mães menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos aconteceram em Marapanim (33,13%), São Domingos do Capim (31,49%) e Inhangapi (31,43%), tendo este um incremento de 6,11 p.p. em relação a 2010, o maior do período 2010-2017.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Guamá (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Guamá	**28,38**	**27,73**	**28,22**	**27,18**	**27,69**	**26,42**	**25,17**	**24,56**
Castanhal	23,48	22,97	24,11	22,56	24,64	22,45	21,12	19,35
Colares	28,66	27,67	23,84	24,52	29,12	25,00	25,13	25,45
Curuçá	33,66	29,63	32,13	26,48	30,19	28,90	27,70	28,98
Igarapé-Açu	29,87	30,72	34,30	27,38	26,89	25,57	28,00	25,71
Inhangapi	25,32	28,72	31,14	30,60	33,73	27,68	29,63	31,43
Magalhães Barata	28,04	23,58	33,07	29,81	30,77	29,46	27,84	28,89

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Maracanã	34,41	33,49	31,12	31,97	31,59	27,87	25,85	27,90
Marapanim	32,43	34,18	33,93	28,79	26,56	32,12	30,70	33,13
Santa Isabel do Pará	30,24	28,82	27,78	32,20	27,71	27,78	24,60	24,32
Santa Maria do Pará	29,44	26,78	27,93	31,43	29,49	23,71	29,57	20,09
Santo Antônio do Tauá	34,19	34,71	25,71	28,37	26,62	29,86	27,70	25,05
São Caetano de Odivelas	33,94	29,82	28,69	31,39	29,28	31,76	21,24	26,05
São Domingos do Capim	26,69	24,43	28,93	25,20	29,88	28,19	23,29	31,49
São Francisco do Pará	25,73	27,50	30,62	22,08	27,80	23,47	28,19	26,70
São João da Ponta	33,33	30,67	33,33	22,22	43,90	32,53	25,93	22,99
São Miguel do Guamá	30,64	29,86	30,10	31,59	30,12	29,09	27,47	28,32
Terra Alta	32,97	36,25	31,63	34,44	32,95	30,92	30,46	23,79
Vigia	30,41	31,06	30,73	28,20	27,10	28,63	28,55	27,86

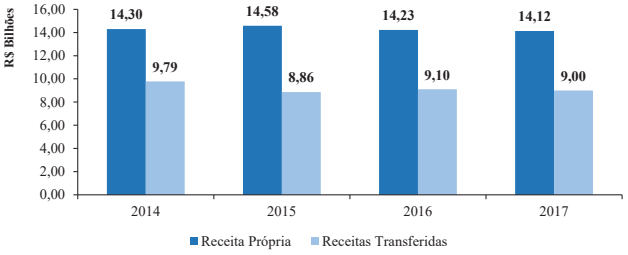
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado mantiveram-se com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

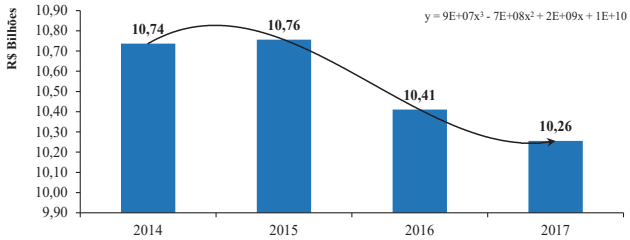
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

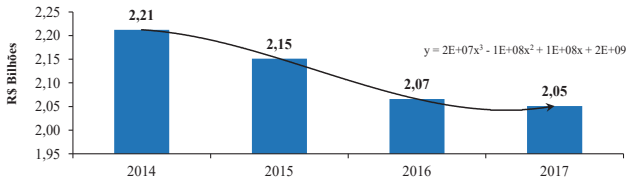
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017).



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017).



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verifica-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Guamá cresceu em 6,5%, tendo, em 2017, o município de Castanhal recebido a maior parcela (50%) do total destinado à RI, seguido por Santa Izabel do Pará (7%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representava, em média, 5,1% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
Guamá	**105.521.742,24**	**105.841.159,14**	**109.307.893,09**	**112.401.023,56**
Castanhal	47.119.771,68	50.984.460,78	55.799.076,85	56.405.623,12
Colares	2.433.415,44	2.151.243,08	2.082.055,12	2.051.113,57
Curuçá	3.097.074,18	2.581.491,68	2.914.877,13	2.666.447,64
Igarapé-Açu	3.981.952,55	3.872.237,51	3.747.699,19	4.307.338,50
Inhangapi	2.654.635,02	2.366.367,40	2.082.055,12	2.461.336,28
Magalhães Barata	2.433.415,44	1.936.118,76	1.665.644,09	1.846.002,20
Maracanã	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.666.447,64
Marapanim	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.461.336,28
Santa Izabel do Pará	7.963.905,08	7.959.599,36	8.120.014,92	7.999.342,92
Santa Maria do Pará	3.097.074,18	2.796.616,00	2.706.671,63	2.871.559,00
Santo Antônio Tauá	3.760.732,96	3.441.988,90	3.539.493,69	3.486.893,06
São Caetano Odivelas	2.654.635,02	2.581.491,68	2.290.260,62	2.666.447,64
São Domingos do Capim	3.318.293,79	3.226.864,60	3.123.082,66	2.871.559,00
São Francisco do Para	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
São João da Ponta	2.212.195,86	2.151.243,08	2.082.055,12	1.846.002,20
São Miguel do Guamá	4.866.830,86	4.732.734,77	4.996.932,26	5.332.895,29
Terra Alta	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.256.224,93
Vigia	4.866.830,86	4.517.610,45	4.788.726,74	5.332.895,29

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Guamá é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (554 km²), Proteção Integral (10 km²) e Territórios Quilombolas (23,89 km²). Assim, de sua área total, 12.211 km², aproximadamente, 4,81% correspondem às áreas protegidas.

Em relação ao desmatamento acumulado na RI, em 2017, registrou-se o equivalente a 7.857 km², o que corresponde a 64% da área da região e 3% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, os municípios de São Domingos do Capim, Castanhal, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açu e Santa Isabel do Pará concentraram mais de 50% do desmatamento acumulado, registrado em 2017. Da mesma maneira, em 2017, quase 45% dos registros de foco de calor da RI Guamá estavam concentrados em apenas dois municípios, São Domingos do Capim e São Miguel do Guamá.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Guamá, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
Guamá	**12.211**	**7.857**	**817**
Castanhal	1.029	906	53
Colares	610	91	7
Curuçá	673	274	39
Igarapé-Açu	786	689	32
Inhangapi	471	328	36
Magalhães Barata	325	163	27
Maracanã	856	328	53
Marapanim	796	404	61
Santa Isabel do Pará	718	537	22
Santa Maria do Pará	458	416	24
Santo Antônio do Tauá	538	325	13
São Caetano de Odivelas	743	234	14
São Domingos do Capim	1.677	1.354	236
São Francisco do Pará	480	418	24
São João da Ponta	196	110	20
São Miguel do Guamá	1.110	890	130
Terra Alta	206	172	20
Vigia	539	219	6

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 42,85% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Terra Alta possui a maior proporção de área com CAR efetivado (54,96%), seguido por Castanhal (53,09%) e São Francisco do Pará (51,99%).

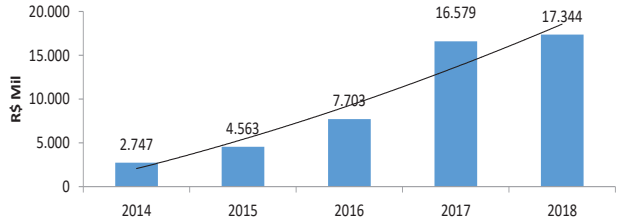
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Guamá, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Guamá	**12.211**	**10.206,56**	**83,46**	**4.373,89**	**42,85**
Castanhal	1.029	1.030,19	99,95	546,95	53,09
Colares	610	240,41	39,37	42,49	17,67
Curuçá	673	432,90	64,25	66,14	15,28
Igarapé-Açu	786	786,10	99,89	372,94	47,44
Inhangapi	471	449,17	95,10	221,28	49,26
Magalhães Barata	325	213,96	65,69	28,80	13,46
Maracanã	856	583,87	68,16	84,33	14,44
Marapanim	796	611,99	76,77	121,45	19,85
Santa Isabel do Pará	718	686,94	95,55	332,20	48,36
Santa Maria do Pará	458	458,12	99,97	201,56	44,00
Santo Antônio do Tauá	538	446,69	82,95	171,77	38,45
São Caetano de Odivelas	743	305,71	41,04	77,88	25,47
São Domingos do Capim	1.677	1.645,57	97,96	1.077,77	65,50
São Francisco do Pará	480	480,02	99,95	249,57	51,99
São João da Ponta	196	161,39	82,22	46,04	28,53
São Miguel do Guamá	1.110	1.086,05	97,70	500,76	46,11
Terra Alta	206	206,70	99,97	113,60	54,96
Vigia	539	380,80	70,52	118,38	31,09

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, foi registrado para a RI Guamá uma participação média de 9,97% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 17,343 milhões, com o município de São Caetano de Odivelas detendo a maior parcela (6,81%), seguido por Vigia (6,79%), Maracanã (6,54%), Curuçá (6,55%), Santo Antônio do Tauá (6,50%), Marapanim (6,39%), São Miguel do Guamá (6,32%), Santa Isabel do Pará (6,28%), Castanhal (6,20%), Igarapé-Açu (6,15%), Terra Alta (6,14%), São Francisco do Pará (6,11%), Colares (4,57%), São João da Ponta (3,88%), São Domingos do Capim (3,83%), Magalhães Barata (3,77%), Inhangapi (3,71%), e Santa Maria do Pará (3,46%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Guamá (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Guamá (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Guamá	**2.746.688,49**	**4.563.332,98**	**7.703.016,64**	**16.579.187,77**	**17.343.733,61**
Castanhal	117.720,51	231.653,56	316.852,22	1.034.309,00	1.074.917,11
Colares	157.871,45	333.888,51	536.137,39	923.027,61	791.634,92
Curuçá	227.121,77	182.915,87	686.501,60	707.447,19	1.135.989,94
Igarapé-Açu	119.617,27	242.079,97	330.830,52	1.038.675,61	1.065.981,86
Inhangapi	250.224,03	250.832,88	310.008,04	740.916,46	643.378,42
Magalhães Barata	144.793,46	34.530,42	78.371,74	716.829,18	653.810,89
Maracanã	218.172,56	451.923,94	651.263,27	995.497,17	1.136.468,41
Marapanim	160.364,30	343.849,16	548.234,73	713.823,61	1.108.585,91
Santa Isabel do Pará	104.594,82	219.036,64	289.010,04	1.277.166,49	1.089.259,66
Santa Maria do Pará	48.783,85	102.456,98	152.162,97	513.172,26	600.658,28
Santo Antônio do Tauá	191.970,56	419.890,34	638.890,94	729.671,05	1.126.668,12
São Caetano de Odivelas	176.815,66	365.260,10	595.299,25	1.277.167,80	1.181.674,88
São Domingos do Capim	169.281,54	322.694,10	458.146,82	761.537,50	664.988,58
São Francisco do Pará	130.923,48	249.587,92	366.621,16	1.036.450,09	1.059.737,50
São João da Ponta	187.231,02	400.180,24	629.913,91	718.252,77	673.143,74
São Miguel do Guamá	90.294,48	178.640,46	295.343,45	1.060.874,47	1.095.356,00
Terra Alta	64.099,44	118.667,90	232.251,31	1.057.201,73	1.064.582,61
Vigia	186.808,31	115.243,98	587.177,27	1.277.167,79	1.176.896,77

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Guamá**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	10.652.788,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	21.566.468,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	7.621.949,00
Cultura	1.112.197,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	92.703.540,00
Direitos Socioassistenciais	20.063.023,00
Educação Básica	911.265.882,00
Educação Profissional e Tecnológica	3.262.354,00
Educação Superior	22.265.241,00
Esporte e Lazer	4.466.632,00
Governança Pública	92.706.036,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	28.178.460,00
Infraestrutura e Logística	167.595.524,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.472.487,00
Saúde	167.932.796,00
Segurança Pública	207.641.598,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.845.629,00
	R$ 1.767.352.604,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	1.571.304.450,00
	R$ 1.571.304.450,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 3.338.657.054,00

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 10.652.788,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	15.836.929	06/2019	ADEPARA	1.9249.886
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Dendê)	Kg/Hectare	14.298	06/2019	IBGE	17.379

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	118	12/2018	SEDAP	2020	124
					2021	130
					2022	137
					2023	143
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	14.128	12/2018	EMATER	2020	9.000
					2021	9.500
					2022	9.720
					2023	9.796
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	416	12/2018	SEDAP	2020	437
					2021	459
					2022	482
					2023	506

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 18 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Implantar 01 Estação Modelo de Aquicultura - Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 21.566.468,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	5,50	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	40,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	6,00 33,00 28,00 17,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 9 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Articulação para Ações de Cidadania	Projeto Realizado	Un	PMPA
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 7.621.949,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,32	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	33,33 33,33 33,33 33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional

Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Guamá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional

Implantar 1 Centro Tecnológico do Açaí em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 1.112.197,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 4, 5, 10

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	50,00	12/2018	SECULT/FCP	66,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	1.800
					2022	1.800
					2023	1.800

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 92.703.540,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 12

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	19,93	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	19,93
					2021	19,93
					2022	19,93
					2023	19,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,86	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	84,05
					2021	86,97
					2022	86,97
					2023	86,97

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Compromisso Regional

Concluir o Projeto Habitacional Comunidade Jaderlândia, no Município de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Consolidação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social	Município Apoiado	Un	COHAB
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB
Regularização Fundiária Urbana	Imóvel Regularizado	Un	COHAB
Urbanização de Assentamentos Precários e Subnormais	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 20.063.023,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 911.265.882,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,00	12/2017	INEP/SEDUC	3,60
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,90	12/2017	INEP/SEDUC	4,60

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,40
					2021	5,10
					2022	5,00
					2023	4,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	15,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,24
					2021	14,08
					2022	13,92
					2023	13,76
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	82,50
					2021	83,30
					2022	83,70
					2023	84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,50
					2021	76,80
					2022	77,10
					2023	77,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	12,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,10
					2021	11,60
					2022	11,30
					2023	11,00
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,01	12/2018	INEP/SEDUC	2020	9,26
					2021	9,12
					2022	8,98
					2023	8,84

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Maracanã e Marapanim.

Reformar/Ampliar 10 Escolas Estaduais nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Maracanã, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, São João da Ponta e Vigia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 40 escolas nos Municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapá-Açu, Inhangapi, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 3.262.354,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	100,00
					2021	25,00
					2022	16,67
					2023	14,29
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	625	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	680
					2021	660
					2022	790
					2023	740

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Castanhal e Marapanim

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 22.265.241,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 16

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	8,73	12/2018	UEPA	5,07

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2020	17,00
					2021	17,00
					2022	15,00
					2023	14,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 4.466.632,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 3, 4, 5, 10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	721	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	726
					2021	800
					2022	830
					2023	867

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 92.706.036,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	481.431,00	12/2018	SEFA	637.721,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	0,38
					2021	0,38
					2022	0,38
					2023	0,38

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Maracanã, Marapanim, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá

Região: Guamá

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 28.178.460,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-3,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	40.582,00	12/2018	SETUR	45.914,81

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	14	12/2018	BANPARA	2020	73
					2021	109
					2022	142
					2023	170
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	16	07/2019	SEDEME	2020	74
					2021	77
					2022	93
					2023	95
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	1	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	50.000	12/2018	SETUR	2020	52.531
					2021	53.845
					2022	55.191
					2023	56.570

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 07 Agências do Banpará nos Municípios de Colares, Inhangapi, Magalhães Barata, São Domimgos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta e Terra Alta

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Desenvolvimento Econômico do Setor Privado	Projeto Financiado	Un	FDE
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 167.595.524,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	59,56	12/2018	SETRAN	62,38

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	689,50	12/2018	SETRAN	2020	919,50
					2021	1.149,50
					2022	1.149,50
					2023	1.189,50
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	591,87	12/2018	SETRAN	2020	591,87
					2021	591,87
					2022	601,87
					2023	619,87
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020	-
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN

Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.472.487,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,22	12/2018	PRODES/INPE	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	72,22	12/2019	SEMAS	2020	72,22
					2021	77,77
					2022	83,33
					2023	88,90

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 03 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 167.932.796,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,07
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	12,04	12/2018	SIM	9,81
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	239,82	12/2018	MS/SIM	221,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	92,35	12/2018	EGESTOR	2020	97,97
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	16,60	12/2018	SIPNI	2020	50,00
					2021	60,00
					2022	65,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,14	12/2018	DATASUS(CNES)	2020	1,14
					2021	1,14
					2022	1,14
					2023	1,34
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,40	12/2018	SINAN	2020	60,00
					2021	70,00
					2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,10	12/2018	SIA	2020	0,12
					2021	0,15
					2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Apoio à Implementação de Consórcios Públicos em Saúde	Município Consorciado	Un	SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Hospital Regional de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA

Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, HEMOPA, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	2º CRS - Santa Izabel, 3º CRS - Castanhal, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 207.641.598,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	10 REDUZIR A DESIGUALDADE; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	88,00	12/2018	SEGUP	81,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	47,60	12/2018	SEGUP	41,30
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	15,59	12/2018	DATASUS	15,11
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.084,20	12/2018	SEGUP	940,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	542,80	12/2018	SEGUP	511,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,55	12/2018	SEAP	2020	1,43
					2021	1,43
					2022	1,43
					2023	1,98
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2.257	12/2018	PMPA	2020	2.933
					2021	3.610
					2022	4.287
					2023	4.964
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2020	85,00
					2021	86,00
					2022	87,00
					2023	88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	47,00	12/2018	DETRAN	2020	48,00
					2021	49,00
					2022	50,00
					2023	51,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	27,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	28,00
					2021	29,00
					2022	31,00
					2023	32,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	91,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	91,00
					2021	91,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Ampliar o Presídio Estadual Metropolitano I, em Santa Isabel do Pará

Construir 2 Blocos na Colônia Penal Agrícola de Santa Isabel do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Prisionais	Unidade Adequada	Un	SEAP
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento na Região Metropolitana de Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP

Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Guamá** **R$ 3.338.657.054,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.845.629,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,08	12/2018	MTE/RAIS	0,80

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 6,67	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,30
					2021	0,80
					2022	1,30
					2023	1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	26,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	21,00
					2021	22,00
					2022	24,00
					2023	28,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	8,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	10,50
					2021	11,00
					2022	12,00
					2023	13,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Castanhal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

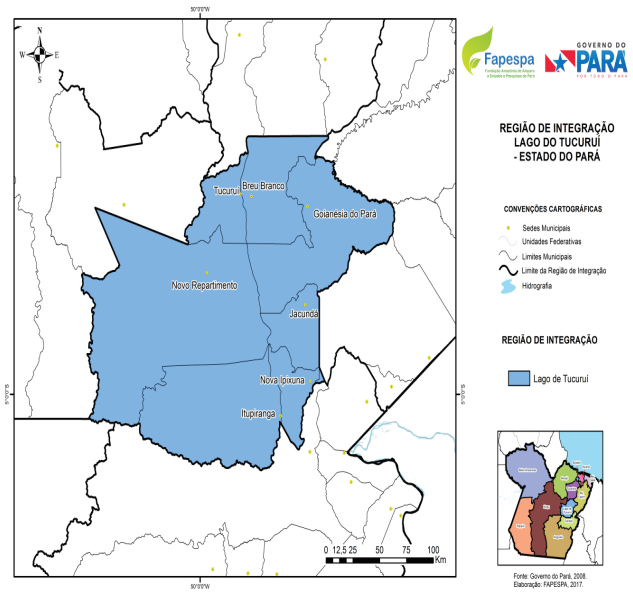
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	20.177.697,00
Concessão de Auxílio Alimentação	263.585.924,00
Concessão de Auxílio Fardamento	15.961.318,00
Concessão de Auxílio Transporte	13.432.187,00
Operacionalização das Ações Administrativas	15.599.970,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	1.242.547.354,00
	R$ 1.571.304.450,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUÍ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Lago de Tucuruí, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 7 municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Localizada na região sudeste do estado e entrecortada pelo rio Tocantins e pelas rodovias BR-230 (Rodovia Transamazônica) e PA-150, possuindo uma área de 40.011 km², correspondente a 3% da área do estado do Pará. Do total da região, cerca de 23,3% são de áreas protegidas.

A RI conta com uma população estimada, em 2018, de 419.483 habitantes, que equivale a 5% do total do Pará. Tucuruí é o município de maior contingente populacional, participando com 27% do total da RI, seguido de Novo Repartimento, 18%, e Breu Branco, 15%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,95%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 7,2 bilhões, que equivale a 5% do PIB Estadual. Na composição do PIB da região, os Serviços contribuem com 17%, a Agropecuária com 13%, a Indústria com 47%, a Administração Pública com 20%, e os Impostos com 4%. A região Lago de Tucuruí também destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Araguaia/Tocantins, onde o turismo destaca-se pelas manifestações religiosas, festivais regionais, artesanato, monumentos históricos, paisagens naturais como praias, sítios arqueológicos e reservas ecológicas.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Lago de Tucuruí teve sua riqueza valorada em R$ 7,2 bilhões, que representou 5,2% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Indústria, com R$3,3 bilhões, equivalentes a 47% do PIB da RI, seguido da Administração Pública, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, com

R$ 1,4 bilhão e participação de 20% do PIB regional, e o de Serviços, com R$ 1,2 bilhão e participação de 17%. A região destaca-se pela importância energética, através da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além do grande potencial aquícola, com a produção de tucunaré (que representa 60% da produção do estado), pirarucu e matrinxã, e, ainda, a pecuária bovina.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Lago de Tucuruí, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**7.220.755**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**6.948.280**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	96,2%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**907.301**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	12,57%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**3.369.540**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	46,66%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.241.459**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	17,19%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**1.429.980**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	19,80%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**272.477**
% Impostos	13,55%	9,62%	3,77%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Lago de Tucuruí, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Tucuruí, com participação de 60%, tendo como principal atividade a geração de energia, através da hidrelétrica de Tucuruí, Novo Repartimento, com 11% de participação, destacando-se a pecuária bovina, e Breu Branco, com 7%, sendo suas principais atividades no segmento de produção de sílica metaliza e nos cultivos de mandioca, açaí e pimenta-do-reino.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Lago de Tucuruí, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Lago de Tucuruí	Produção e distribuição de eletricidade e água	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura
Breu Branco	Agricultura	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio
Goianésia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio	Agricultura
Itupiranga	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Jacundá	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Agricultura	Indústria de transformação
Nova Ipixuna	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio	Agricultura
Novo Repartimento	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Tucuruí	Produção de eletricidade	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Construção civil

Fonte: Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,4 bilhões, em que a RI Lago de Tucuruí contabilizou um saldo de US$140 milhões. O principal produto exportado é a pimenta do reino e sumo de sucos, sendo Castanhal o maior exportador da RI com 96% e 67%, nesta ordem. O principal produto importado são insumos para indústria têxtil como tecidos, fibras e fios de juta, sendo Castanhal o único importador desses produtos no estado.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí (2018).

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
Lago de Tucuruí	**85.831.207**	**0,5**	**292.010**	**0,0**	**85.539.197**
Breu Branco	85.831.207	100	279.153	95,6	85.552.054
Jacundá	0	0,0	12.857	4,4	-12.857

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Lago de Tucuruí registrou, em 2017, um total de 30 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha, cerca de, 52% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 21%, e Serviços, 11%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Tucuruí (40%), Novo Repartimento (14%) e Jacundá (11,6%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Guamá.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	127.791
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,84
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	27,11
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**30.309**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	32
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.903
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	434
Construção Civil	1.838.958	57.880	763
Comércio	9.230.750	203.656	6.461
Serviços	16.772.645	284.360	3.456
Administração Pública	9.195.215	363.926	15.655
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	1.605

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 93 mil trabalhadores na RI estavam ocupados em regimes não formais de trabalho, o que corresponde a 3,2% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A malha rodoviária presente na RI Lago de Tucuruí é composta por rodovias estaduais (PA-151 e PA-156) e federais (BR-422 e BR-230) e um conjunto de vicinais que auxiliam no escoamento da produção agropecuária. Ressalta-se a importância na composição da estrutura logística da região, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Hidrovia Araguaia/Tocantins. Estão planejadas para o estado duas obras de infraestrutura que terão grande impacto na dinâmica da RI, as ferrovias Água Boa(MT)/Barcarena (PA – RI Tocantins) e Norte-Sul (Tramo Norte), com investimentos públicos e privados.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Lago de Tucuruí

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Tucuruí
Rodovias (4)	PA-151, PA-156, BR-422 e BR-230
UHE	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
Hidrovia (Eclusas)	Araguaia/Tocantins
Portos (3)	(IP4) Tucuruí
	Itupiranga
	Breu Branco

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais o conjunto modal de mobilidade da região abrange um aeródromo/aeroporto, três portos de pequeno porte, uma hidrovia e quatro rodovias.

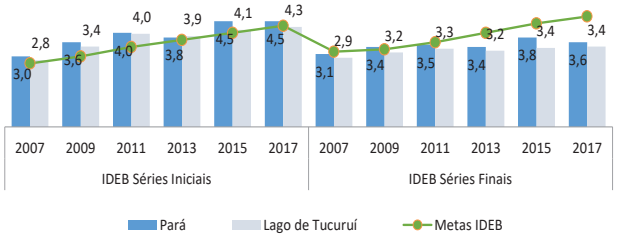
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

No Pará, nas séries iniciais, a nota IDEB vem apresentando um indicativo de crescimento, na maioria dos anos observados (2207, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017), mas, em relação às séries finais, as médias, à exceção de 2015, permaneceram no mesmo patamar. Esse comportamento se assemelha ao da RI Lago de Tucuruí, salvo algumas especificidades, nos dois níveis de ensino, como mostra o gráfico a seguir. A média da nota IDEB dos municípios da região, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará. No entanto, nas séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas propostas não foram atingidas.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



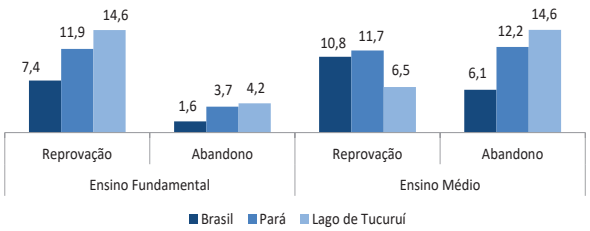
Fonte: INEP/Fapespa, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Lago de Tucuruí.

A taxa de reprovação da região, no ensino fundamental, atingiu 14,6%, em 2017, bem acima dos valores do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Nova Ipixuna apresentou a maior taxa de reprovação, 22,5%, e Itupiranga, a menor taxa, 12,2%. No ensino médio, ao contrário, a taxa de reprovação da região, 6,5%, foi inferior aos valores estadual, 11,7%, e nacional, 10,8%, sendo Breu Branco, com 10,8% de alunos reprovados, o município que alcançou a maior taxa e Nova Ipixuna, com 2,8%, a menor taxa registrada.

Quanto à taxa de abandono, em 2017, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará, 3,7%, e do Brasil, 1,6%, atingindo 4,2% de abandono. No ensino médio, a RI apresentou o mesmo comportamento, com 14,6%, acima dos valores registrados no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. Esses resultados tornam-se mais preocupantes quando se considera que o estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do país, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Lago de Tucuruí, o município que obteve a maior taxa de abandono, no ensino fundamental, foi Novo Repartimento, com 5,9%, e Tucuruí, com 2,3%, o que registrou a menor

taxa. No ensino médio, Jacundá deteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental com 19%, e o município com menor abandono foi Tucuruí, com 10,1%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). No ensino fundamental, o município de Nova Ipixuna destacou-se com a maior taxa de distorção da RI lago de Tucuruí (41,2%) e Tucuruí com a menor taxa (26,9%). No ensino médio, Goianésia do Pará (63,4%) apresentou a pior taxa ficou e a menor distorção foi observada em Tucuruí (45%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Lago de Tucuruí	**32,7**	**53,6**
Breu Branco	32,2	57,5
Goianésia do Pará	32,5	63,4
Itupiranga	31,7	49,3
Jacundá	26,6	54,2
Nova Ipixuna	41,2	52,5
Novo Repartimento	37,6	53,2
Tucuruí	26,9	45,0

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, a taxa de mortalidade infantil de 15,39 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada pela RI, em 2017, foi levemente superior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38, sendo Goianésia do Pará (11,03) e Itupiranga (11,52) os municípios com as menores taxas, enquanto Breu Branco (24,23) e Nova Ipixuna (22,94) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 782 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 93,71% (apenas os municípios de Breu Branco e Tucuruí não alcançaram 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 69 equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 59,88%, ligeiramente superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Nova Ipixuna possuía 100% da população estimada coberta, destacando-se Breu Branco e Itupiranga, com apenas 32,25% e 39,93% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Lago de Tucuruí
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	15,39
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	93,71
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	59,88
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,72

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

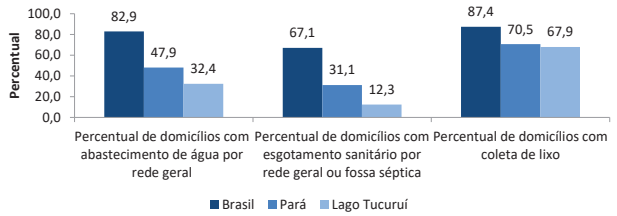
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Lago de Tucuruí conta com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional de Tucuruí, que atende às especialidades médicas e assistência de oncologia na Unidade de Assistência de Alta Oncologia (Unacon). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada, em 2018, pela RI foi de 3,17, superior à do Pará, de 2,47. Ao contrário, quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a da RI, 1,72, foi menor que a taxa do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Lago de Tucuruí. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, naquele ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Lago de Tucuruí, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 32,4% dos domicílios, a de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 12,3%, e a de coleta de lixo, 67,9%. Observa-se que as coberturas dos serviços ofertados na região eram menores do que no estado do Pará, com destaque para o esgotamento sanitário, que não alcançava nem 13% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em quatro (Breu Branco, Itupiranga, Jacundá e Novo Repartimento) dos sete municípios que compõem a RI Lago Tucuruí, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI LAGO DE TUCURUÍ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	20.213	23,0
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	11.911	58,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	6.101	29,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.329	6,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.189	5,8
Total Domicílios	**1.859.165**		**87.675**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava aproximadamente 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Lago de Tucuruí, o déficit era de 23% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58% do total da região, coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 29,7% na RI. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 88% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 5,8% n RI Lago de Tucuruí. Proporcionalmente, em ambos os casos, essas componentes mostraram-se menores na região que no estado.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

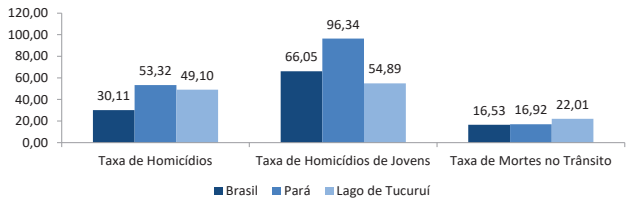
Em 2017, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxas inferiores às do estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos, e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 49,10. Tucuruí e Novo Repartimento apresentaram as maiores taxas, 73,29 e 51,49 homicídios, respectivamente, em contraposição a Jacundá e Itupiranga, que figuraram com as menores taxas, 31,29 e 34,73 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Lago de Tucuruí (54,89 homicídios a cada 100 mil jovens) foi inferior à taxa estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Tucuruí (83,98) e Goianésia do Pará (57,19) registraram as maiores taxas entre os componentes da região, enquanto Nova Ipixuna (21,90) e Jacundá (37,86) apresentaram as menores taxas.

Em 2017, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Lago de Tucuruí foi de 22,01 mortes, superior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios da região com as maiores taxas foram Goianésia do Pará (38,12 mortes) e Nova Ipixuna (30,82 mortes), enquanto Breu Branco (7,79) e Itupiranga (15,43) apresentaram as menores taxas.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram a taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Lago de Tucuruí apresentou taxa inferior à do Pará em todos os indicadores analisados. A taxa de homicídios da RI foi de 38,27 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 4,87 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no estado, enquanto para a região observou 541,60 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí

Indicadores Segurança	Pará		RI Lago de Tucuruí	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	42,97	38,27
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	11,79	4,87
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	480,77	541,60

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Lago de Tucuruí alcançou um total de 39,02% de sua população abaixo da linha da pobreza, também maior que o percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Lago de Tucuruí apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Lago de Tucuruí, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Lago de Tucuruí	**39,02**	**0,58**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico, de 2018, na RI Lago de Tucuruí, 48,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 77,9% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 61,8% das famílias inscritas receberam o Bolsa Família. A região possuía, à época, percentuais menores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Lago de Tucuruí	**48,2**	**77,9**	**61,8**
Breu Branco	43,7	85,3	69,8
Goianésia do Pará	47,3	67,7	56,0
Itupiranga	60,4	81,8	64,0
Jacundá	47,4	83,3	71,2
Nova Ipixuna	54,1	69,6	55,5
Novo Repartimento	40,9	83,7	64,4

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Tucuruí	49,5	70,7	53,3
Breu Branco	43,7	85,3	69,8

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Itupiranga (60,4%) e Nova Ipixuna (54,1%) possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Breu Branco (85,3%), Novo Repartimento (83,7%), Jacundá (83,3%) e Itupiranga (81,8%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Jacundá (71,2%) e Breu Branco (69,8%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Lago de Tucuruí ocupou a 3ª posição entre as regiões de integração com o menor quantitativo de jovens, 127.776, equivalente a, aproximadamente, 30,46% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, os jovens se mostraram em maior número em Tucuruí, 35.032, e Novo Repartimento, 21.808. As maiores participações, em relação ao número de habitantes, ocorreram em Jacundá e Tucuruí, 32,18% e 31,24%, respectivamente, e as menores em Nova Ipixuna e Itupiranga, 28,11% e 29,15%, nesta ordem.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Lago de Tucuruí	**121.728**	**30,37**	**123.757**	**30,39**	**125.706**	**30,40**	**127.776**	**30,46**
Breu Branco	18.451	30,14	18.940	30,19	19.409	30,23	19.585	30,25
Goianésia do Pará	11.798	31,07	12.023	31,09	12.239	31,10	12.401	31,11
Itupiranga	14.882	28,74	14.896	28,75	14.909	28,76	15.503	29,15
Jacundá	17.962	32,07	18.230	32,11	18.487	32,14	18.809	32,18
Nova Ipixuna	4.466	28,20	4.517	28,17	4.566	28,15	4.638	28,11
Novo Repartimento	20.657	29,16	21.119	29,19	21.564	29,22	21.808	29,23
Tucuruí	33.512	31,26	34.032	31,25	34.532	31,25	35.032	31,24

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e 27,98% na RI Lago de Tucuruí, uma das quatro regiões com mais baixo número de vínculos e de jovens em ocupações formais. Os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento concentraram os maiores quantitativos de vínculos de emprego e de jovens no mercado de trabalho, que, juntos, respondiam por, cerca de, 55% dos vínculos ocupados por jovens na RI. Ambos lideravam, também, na participação de jovens, sendo Novo Repartimento com 30,53% e Tucuruí com 28,07%, enquanto Breu Branco, com 25,5%, e Nova Ipixuna, com 26,03%, registraram as menores participações.

Tabela 12: Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Lago de Tucuruí e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Lago de Tucuruí	**30.309**	**8.481,00**	**27,98**
Breu Branco	3.498	892,00	25,50
Goianésia do Pará	3.058	857,00	28,02
Itupiranga	3.110	868,00	27,91
Jacundá	3.509	968,00	27,59
Nova Ipixuna	899	234,00	26,03
Novo Repartimento	4.242	1.295,00	30,53
Tucuruí	11.993	3.367,00	28,07

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Em 2017, do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, dado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, permanece elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em 32%.

Na RI Lago de Tucuruí, esse dado foi de 28,69%, em 2017, o terceiro maior percentual, considerando todas as RI, com diminuição de apenas 2,24 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos de mães menores de 19 anos ocorreram em Novo Repartimento (31,63%) e Breu Branco (30,48%). Nova Ipixuna (24,31%) e Tucuruí (25,83%) demarcaram os menores índices, destacando-se o primeiro por ter demarcado decréscimo de 10,32 p.p. em relação a 2010, o maior dentre os demais municípios.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Lago de Tucuruí (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Lago de Tucuruí	**30,93**	**30,47**	**30,36**	**31,25**	**31,13**	**30,92**	**29,20**	**28,69**
Breu Branco	31,60	32,56	34,92	33,21	34,55	32,57	31,85	30,48
Goianésia do Pará	33,38	31,73	28,57	34,44	34,51	34,54	28,29	27,76
Itupiranga	30,58	29,22	30,40	31,33	34,64	31,92	29,64	30,22
Jacundá	32,94	30,86	29,42	31,84	30,79	31,97	30,86	30,12
Nova Ipixuna	34,63	32,56	34,54	32,86	31,16	29,65	31,80	24,31
Novo Repartimento	32,80	33,13	33,68	33,33	32,30	32,68	31,38	31,63
Tucuruí	27,56	27,69	27,16	28,02	27,01	27,55	26,14	25,83

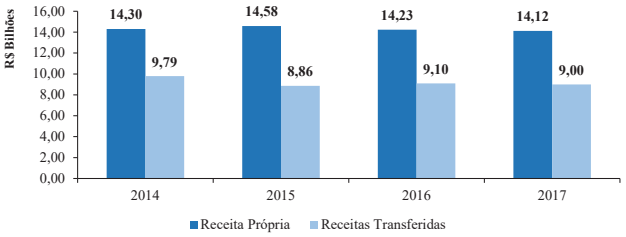
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado mantiveram-se com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

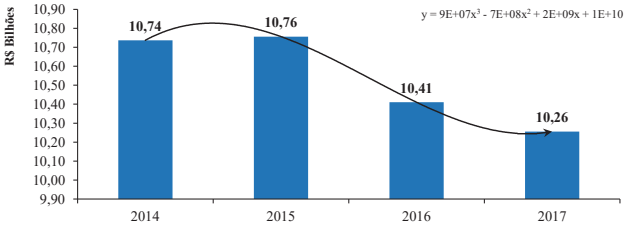
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



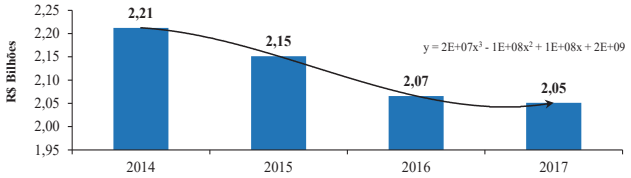
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Lago de Tucuruí cresceu em 16,6%, tendo, em 2017, o município de Tucuruí recebido a maior parcela (70%) do total destinado à RI, seguido por Novo Repartimento (8,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região em estudo representou, em média, cerca de 6,8% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Lago de Tucuruí	**136.713.703,85**	**134.237.567,69**	**148.866.940,11**	**159.371.524,20**
Breu Branco	10.618.540,11	8.820.096,58	8.536.425,94	9.024.899,71
Goianésia do Pará	6.636.587,57	6.453.729,22	6.246.165,33	6.563.563,41
Itupiranga	6.415.368,00	7.529.350,75	8.328.220,42	8.614.676,97
Jacundá	6.636.587,57	6.883.977,84	6.870.781,85	6.563.563,41
Nova Ipixuna	3.318.293,79	3.226.864,60	3.123.082,66	3.692.004,41
Novo Repartimento	10.618.540,11	12.262.085,53	13.741.563,70	13.332.238,20
Tucuruí	92.469.786,70	89.061.463,16	102.020.700,21	111.580.578,09

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Lago de Tucuruí é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (5.682 km²), Terras Indígenas (3.615 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, de 39.903 km², 23,30% correspondem às áreas protegidas e 27,52% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 22.993 km², equivalente a 57,62% da área da região e a 8,68% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, foram registrados em apenas três municípios mais de 70% do desmatamento acumulado na RI: Novo Repartimento, com a maior área de desmatamento acumulado, 7.954 km² ou 34,59%; Itupiranga, 4.880 km² ou 21,22%; e Goianésia do Pará, 3.886 km² ou 16,90%. Da mesma maneira, mais de 70% dos 1.486 focos de calor registrados para a RI Lago de Tucuruí concentravam-se nesses municípios: Novo Repartimento, com 51,88%; Itupiranga, com 17,63%; e Goianésia do Pará, com 11,77%.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Focos de Calor - 2017
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Lago de Tucuruí	**39.903**	**22.993**	**1.486**
Breu Branco	3.942	2.821	120
Goianésia do Pará	7.024	3.886	175
Itupiranga	7.880	4.880	262
Jacundá	2.008	1.476	49
Nova Ipixuna	1.564	1.160	56
Novo Repartimento	15.399	7.954	771
Tucuruí	2.086	816	53

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 86,99% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Sapucaia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (96,02%), seguido por Santana do Araguaia (91,88%) e Ourilândia do Norte (91,73%).

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 80,76% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Itupiranga possuía a maior proporção de área com CAR efetivado (85,98%), seguido por Novo Repartimento (83,08%) e Jacundá (78,87%).

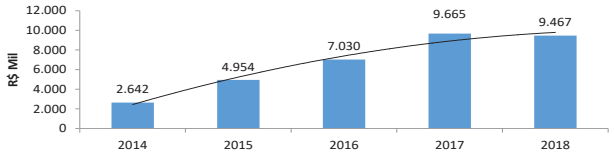
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Lago de Tucuruí, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Lago de Tucuruí	**39.903**	**33.080,12**	**82,92**	**26.716,04**	**80,76**
Breu Branco	3.942	3.690,81	93,63	2.724,19	73,81
Goianésia do Pará	7.024	6.528,75	92,91	5.098,63	78,10
Itupiranga	7.880	6.367,95	80,84	5.475,13	85,98
Jacundá	2.008	1.730,29	86,14	1.364,65	78,87
Nova Ipixuna	1.564	1.482,21	94,74	1.076,81	72,65
Novo Repartimento	15.399	11.942,07	77,60	9.921,72	83,08
Tucuruí	2.086	1.338,04	64,16	1.054,92	78,84

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Lago de Tucuruí teve uma participação média de 5,00% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$9,467 milhões, com o município de Novo Repartimento detendo a maior parcela (15,79%), seguido por Itupiranga (15,52%), Goianésia do Pará (14,88%), Breu Branco (13,25%), Tucuruí (13,15%), Jacundá (12,18%) e Nova Ipixuna (11,97%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Lago de Tucuruí, (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Lago de Tucuruí	**2.642.117,65**	**4.953.791,01**	**7.030.470,69**	**9.664.645,08**	**9.466.985,85**
Breu Branco	363.434,60	730.793,26	1.051.612,71	1.277.168,72	1.254.566,73
Goianésia do Pará	330.471,56	333.391,77	589.005,25	1.277.169,65	1.409.016,75
Itupiranga	512.416,44	1.006.504,50	1.411.930,49	1.549.152,25	1.468.881,42
Jacundá	243.424,41	508.958,74	648.409,00	1.277.167,57	1.153.075,15
Nova Ipixuna	249.967,91	480.912,78	638.596,58	1.277.167,44	1.132.726,34
Novo Repartimento	458.166,28	918.713,62	1.317.946,54	1.729.650,03	1.803.373,04
Tucuruí	484.236,45	974.516,35	1.372.970,11	1.277.169,41	1.245.346,43

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Lago de Tucuruí**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	7.886.072,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.547.185,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	840.000,00
Cultura	312.351,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	28.676.207,00
Direitos Socioassistenciais	5.531.842,00
Educação Básica	264.300.269,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.092.390,00
Educação Superior	6.396.871,00
Esporte e Lazer	1.353.269,00
Governança Pública	26.744.919,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	6.018.124,00
Infraestrutura e Logística	13.102.407,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.149.132,00
Saúde	189.027.067,00
Segurança Pública	47.693.144,00
Trabalho, Emprego e Renda	2.282.475,00
	R$ 606.953.724,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	651.632.601,00
	R$ 651.632.601,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 1.258.586.325,00

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 7.886.072,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 2, 8, 12, 14

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.280.748	06/2019	ADEPARA	2.772.264
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Banana)	Unidade / Hectare	13.698	06/2019	IBGE	16.650

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	358	12/2018	SEDAP	2020	376
					2021	395
					2022	414
					2023	435
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	4.133	12/2018	EMATER	2020	3.060
					2021	3.350
					2022	3.700
					2023	4.146
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.031	12/2018	SEDAP	2020	1.083
					2021	1.137
					2022	1.194
					2023	1.253

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Apoiar os 7 Municípios para Inclusão nos Mercados Institucionais (PNAE, PAA e Compras Públicas)

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.547.185,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	14,28	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	20,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	29,00 57,00 43,00 29,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Implantar Estação Cidadania em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	JUCEPA, POLÍCIA CIVIL, SEJUDH, SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 840.000,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,13

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	0,00 0,00 33,33 33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	SECTET

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 312.351,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	14,29	12/2018	SECULT/FCP	71,43

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 2021 2022 2023	- 900 - 900

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 28.676.207,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,40	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	31,93 31,93 31,93 31,93
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	31,73	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	45,45 67,32 67,32 67,32

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação do Sistema de Governança Metropolitana	Sistema Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Convênio Fiscalizado	Un	ARCON
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 5.531.842,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Garantir o Atendimento Integral ao Socioeducando em Privação de Liberdade e Atenção a Egressos

Compromisso Regional

Implantação de 01 Unidade de Atendimento Socioeducativo no Município de Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Unidade de Atendimento Socioeducativo	Unidade Implantada	Un	FASEPA

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 264.300.269,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,80
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,2	12/2017	INEP/SEDUC	3,8

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,00
					2021	6,40
					2022	6,20
					2023	5,90
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	17,99	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,31
					2021	16,11
					2022	15,91
					2023	15,72
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	87,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	88,60
					2021	89,50
					2022	89,90
					2023	90,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,90
					2021	77,20
					2022	77,50
					2023	77,80
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	4,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,50
					2021	4,10
					2022	3,90
					2023	3,80
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,34	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,79
					2021	6,69
					2022	6,59
					2023	6,48

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Nova Ipixuna e Novo Repartimento.

Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará e Itupiranga

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 10 Escolas nos Municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.092.390,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	-
					2021	33,33
					2022	50,00
					2023	33,33
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	120	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	300
					2021	470
					2022	500
					2023	630

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 6.396.871,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	1,74	12/2018	UEPA	1,01

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-15,00	12/2018	UEPA	2020	22,00
					2021	26,00
					2022	17,00
					2023	19,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional
Ofertar Curso Modular de Turismo e Direito em Tucuruí e de Engenharia Civil em Goianésia do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.353.269,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	341	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	350
					2021	362
					2022	374
					2023	386

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 26.744.919,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	637.725,00	12/2018	SEFA	828.498,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,71	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	2,57
					2021	2,57
					2022	2,57
					2023	2,57

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional
Implantar os Serviços do Iasep no Município de Itupiranga

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRT, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Implantação de Repetidores de TV	Repetidora Implantada	Un	FUNTELPA
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IGEPREV, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 6.018.124,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-2,50	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	12.174,60	12/2018	SETUR	13.774,44

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	4	12/2018	BANPARA	2020	48
					2021	73
					2022	94
					2023	113
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	7	07/2019	SEDEME	2020	26
					2021	33
					2022	36
					2023	36
Número de turistas	Unidade	15.000	12/2018	SETUR	2020	15.759
					2021	16.153
					2022	16.557
					2023	16.971

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 13.102.407,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	100,00	12/2018	SETRAN	100,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	970,70	12/2018	SETRAN	2020	970,70
					2021	970,70
					2022	970,70
					2023	970,70
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	256,31	12/2018	SETRAN	2020	256,31
					2021	256,31
					2022	256,31
					2023	256,31

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 2.149.132,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7,16	12/2018	PRODES/INPE	9,84

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 07 Unidades de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro – Tucuruí, Goianésia do Pará, Jacundá , Itupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco e Nova Ipixuna

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí-Ararão
Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Lago do Tucuruí
Elaborar Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Alcobaça

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 189.027.067,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	5	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,07
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	15,24	12/2018	SIM	12,41
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	248,32	12/2018	MS/SIM	229,04

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	61,81	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	64,90 68,15 71,55 75,13
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	14,20	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,19	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,19 1,19 1,19 1,20
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	60,30	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,11	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,15 0,20 0,25 0,30
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,19	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,20 0,22 0,23 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	11º CRS - Marabá
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	11º CRS - Marabá, ETSUS, HEMOPA, HRT
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Serviço de Hemodiálise com 20 Máquinas no HR Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	11º CRS - Marabá, HRT, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRT, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, SESPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 47.693.144,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	55,10	12/2018	SEGUP	50,80
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	37,90	12/2018	SEGUP	32,90
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	18,36	12/2018	DATASUS	17,70
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	586,20	12/2018	SEGUP	508,30
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	556,10	12/2018	SEGUP	523,50

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	3,91	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	3,50 3,00 2,63 2,29
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	6.408	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	8.330 10.253 12.175 14.098
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	78,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	79,00 80,00 81,00 82,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	36,00 37,00 38,00 39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	31,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	31,00 32,00 33,00 35,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	84,00 84,00 86,00 86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo
Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Construir a 24ª Companhia Independente da Polícia Militar em Itupiranga
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 1.258.586.325,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 2.282.475,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,93	12/2018	MTE/RAIS	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 1,98	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,30
					2021	0,80
					2022	1,30
					2023	1,80
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	7,00
					2021	9,00
					2022	10,00
					2023	11,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	26,40	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	26,50
					2021	27,00
					2022	27,50
					2023	28,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Tucuruí

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

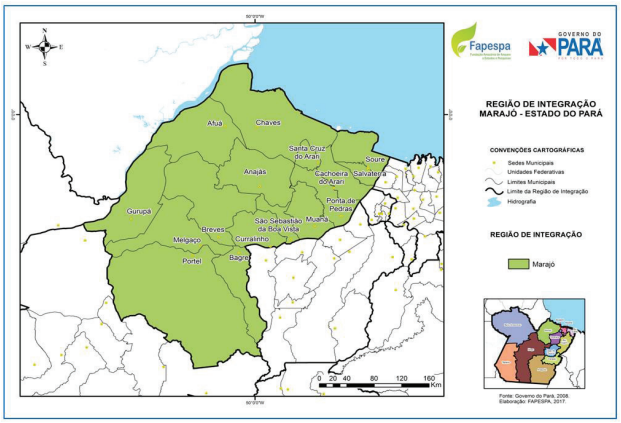
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Lago de Tucuruí

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	5.359.636,00
Concessão de Auxílio Alimentação	67.150.436,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.977.763,00
Concessão de Auxílio Transporte	3.230.685,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.509.721,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	562.404.360,00
	R$ 651.632.601,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO MARAJÓ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Marajó, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Conforme dispõe a Constituição do Estado do Pará, de 1989, em seu Art. 13, parágrafo 2º, o arquipélago do Marajó constitui uma Área de Proteção Ambiental (APA Marajó), incluindo doze (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure) dos dezesseis municípios da RI Marajó.

Localizada na região Norte do Pará, a Região de Integração Marajó abrange uma área de 104.354 km², que representa 8% da área total do Pará, sendo que, 51,91% do total da região são de áreas protegidas. Dispõe de uma grande e complexa rede hidrográfica, com rede de drenagem formada por vários canais recentes, furos, baías, paranás, lagos e igarapés. Encontram-se na região os rios Amazonas, Anapu, Jacundá, Anajás, Tocantins e Pará, que, com seus inúmeros afluentes, forma a Baía do Marajó.

A população da região, em 2018, foi estimada em, cerca de, 567 mil habitantes, correspondendo a 6,7% do total do estado. Breves é o município de maior contingente populacional, equivalente a 18% da população da RI, seguido de Portel, 11%, e Afuá, 7,0%. A taxa de crescimento populacional média da região, de 2010 a 2018, foi de 1,92%, acima da média estadual, 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 4,5 bilhões, o equivalente a 3,2% do PIB paraense, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 9% do PIB Agropecuário do estado. Na composição do PIB, a atividade da Administração Pública contribuiu com 42%, a Agropecuária com 34%, os Serviços com 17%, a Indústria com 4% e, os Impostos sobre produtos com 3%.

O turismo ecológico, religioso e de lazer contribui com a economia local que se destaca pelos monumentos históricos como igrejas, praças e casarões; balneários em praias, rios e igarapés; o artesanato local, manifestações da cultura popular, com danças típicas e festivais e, exposições agropecuárias.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB)[1] da Região de Integração Marajó, em 2016, contribuiu com R$4,46 bilhões, o que corresponde a 3,2% da geração de valor da economia paraense. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o da Administração Pública, com R$1,87 bilhões, ou 42% do total da região, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. A Agropecuária apresentou valor adicionado de R$ 1,5 bilhão, 34% do valor adicionado pela RI, em que se destacam a produção de palmito, equivalente a 70% da produção estadual, manga, 61%, açaí cultivado, 25%, e a pecuária bubalina, 68%.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Marajó, 2016

Composição do PIB	Brasil	Pará	RI Marajó
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**4.458.488**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**4.325.967**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	97,0%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	306.655.000	17.167.980	1.520.048
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	34,09%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	1.150.207.000	31.519.925	191.833
% VA Indústria	18,35%	22,83%	4,30%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	3.015.716.000	47.932.450	741.404
% VA Serviços	48,12%	34,72%	16,63%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	945.121.000	28.168.477	1.872.683
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	42,00%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**132.521**
% Impostos	13,55%	9,62%	2,97%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019

Entre os municípios que compõem a região Marajó, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB regional, em 2016, foram Portel, com participação de 15,6%, tendo como principais atividades o cultivo de açaí e mandioca; Breves, com 15,4%, destacando-se o comércio, atividades imobiliárias, pesca e aquicultura; e Curralinho, com 15%, evidenciando-se a produção de açaí, palmito, manga e mandioca.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Marajó, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Marajó	**Agricultura**	**Pesca e Aquicultura**	**Atividades imobiliárias**	**Produção Florestal**	**Construção civil**
Afuá	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Anajás	Produção Florestal	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Comércio
Bagre	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Construção civil	Comércio
Breves	Comércio	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Cachoeira do Arari	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Produção Florestal
Chaves	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Curralinho	Agricultura	Construção civil	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal
Gurupá	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Melgaço	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Muaná	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária
Ponta de Pedras	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Pecuária	Comércio
Portel	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Salvaterra	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio	Agricultura	Construção civil
Santa Cruz do Arari	Pesca e Aquicultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Produção Florestal
São Sebastião da Boa Vista	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura
Soure	Atividades imobiliárias	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Comércio	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Marajó contabilizou um saldo de US$1,089 milhão. Os principais produtos exportados foram madeiras serradas e frutas conservadas, respondendo por 41% e 26% do valor exportado da região, nesta ordem, sendo Breves e Muaná os principais municípios exportadores.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Marajó	**1.089.200**	**0,0**	**0**	**-**	**1.089.200**
Breves	720.315	66	0	-	720.315
Chaves	85.120	8	0	-	85.120
Muaná	283.765	26	0	-	283.765

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Marajó, registrou-se um total de 26.696 empregos formais, o que representa 2% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detém, cerca de, 60% do total do estoque formal da região, seguido por Serviços, 17%, e Comércio, 8%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Breves, com 25%, Portel, com 15%, e Afuá, com 9%.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de, 136 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 5% do total de ocupados do estado.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Marajó
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	155.113
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,81
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	12,77
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**26.696**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	0
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	871
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	72
Construção Civil	1.838.958	57.880	46
Comércio	9.230.750	203.656	2.027
Serviços	16.772.645	284.360	4.449
Adm. Pública	9.195.215	363.926	18.534
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	697

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/TEM, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.4. Infraestrutura

O principal eixo viário da RI Marajó é a PA-154, interligando Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, municípios que se destacam pela produção bubalina e pelas atividades turísticas. A rodovia PA-368 liga os municípios de Portel e Bagre, embora seu projeto original preveja a ligação com a BR-422, em Oeiras do Pará, permitindo a conexão com outras regiões do estado.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange nove aeródromos/aeroportos, cinco pontes (totalizando 114 m de extensão), quatorze portos de pequeno porte, quatro travessias e sete rodovias.

[1]Soma dos valores de todos os produtos e serviços produzidos, menos o consumo intermediário, mais os impostos sobre líquidos de subsídios.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Marajó

Municípios com Aeródromos/Aeroportos	Afuá, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari E Soure
Rodovias	7 rodovias (total 127km) - 85% pavimentado
Travessias (4)	PA-395 (Ponta de Pedras - Barcarena)
	PA-154 (Salvaterra - Cachoeira)
	PA-154 (Salvaterra - Soure)
	Acesso Camará (Belém - Camará)
Portos (14)	(IP4) Afuá
	(IP4) Anajás
	(IP4) Breves
	(IP4) Camará
	(IP4) Chaves
	(IP4) Cachoeira Do Arari
	(IP4) Curralinho
	(IP4) Melgaço
	(IP4) Muaná
	(IP4) Ponta De Pedras
	(IP4) Salvaterra
	(IP4) Santa Cruz Do Arari
	(IP4) São Seastião Da Boa Vista
	(IP4) Soure
Pontes	5 pontes (total de 0,114 km)

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019

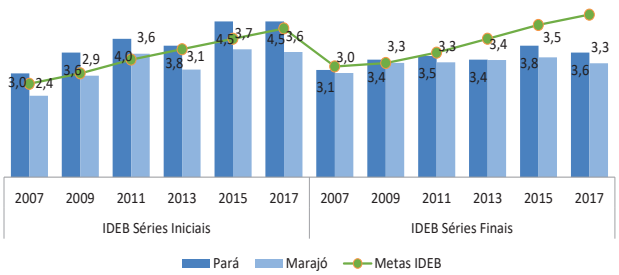
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Marajó, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano) e séries finais (8ª Série/9º Ano), tem ficado abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção do ano de 2011 para as séries iniciais, quando a meta foi alcançada, e para as séries finais no ano de 2009. No Pará, a nota IDEB tem alcançado um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, enquanto a RI Marajó mantém um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios do Marajó, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



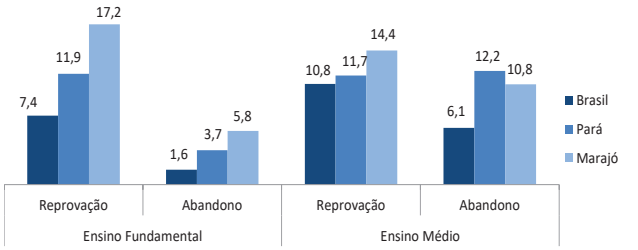
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Marajó.

Em relação à taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 17,2% de reprovados, em 2017, bem acima das taxas do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4%, respectivamente. O município de Curralinho apresentou a maior taxa de reprovação, 23,2%, e Ponta de Pedras, a menor taxa, 12,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Gurupá, 35,5% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Anajás, 4,8%.

Quanto à taxa de abandono no ensino fundamental, a região registrou valores acima dos observados no Pará, 3,7%, e no Brasil, 1,6%, alcançando a taxa de 5,8% de abandono. No entanto, no ensino médio, a taxa no ano de 2017 foi de 10,8%, abaixo do registrado no Pará, 12,2% de abandono. O estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Marajó, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono, no ensino fundamental, foram Portel (10,9%) e Afuá (9,7%), e as menores foram São Sebastião da Boa Vista (2,0%) e Muaná (2,8%). No ensino médio, os municípios que obtiveram as maiores taxas de abandono foram Ponta de Pedras (17,7%) e São Sebastião da Boa Vista (16,8%), e as menores foram Gurupá (0,3%) e Curralinho (2,7%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de 2 anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no Ensino Fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os quatorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nessa situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2%, no ensino fundamental, e 28,2%, no ensino médio). Na região, no ensino fundamental, o município de Portel destacou-se com a maior taxa de distorção (50,0%) e a menor taxa ficou com o município de Ponta de Pedras (28,3%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Gurupá (75,8%) e a menor distorção foi observada em Ponta de Pedras (43,2%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, RI Marajó e Municípios, 2018.

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Marajó	**41,3**	**61,0**
Afuá	46,5	58,6
Anajás	46,4	72,8
Bagre	47,7	73,5
Breves	45,0	65,4
Cachoeira do Arari	34,8	46,5
Chaves	49,3	68,9
Curralinho	47,1	66,8
Gurupá	48,9	75,8
Melgaço	46,3	67,8
Muaná	35,6	63,0
Ponta de Pedras	28,3	43,2
Portel	50,0	60,8
Salvaterra	30,4	55,2
Santa Cruz do Arari	40,2	63,8
São Sebastião da Boa Vista	33,5	46,3
Soure	30,5	47,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Marajó, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, de 14,87 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à taxa apresentada pelo Pará, 15,38. Na região, os municípios com as menores taxas, menos de 10 mortes por mil nascidos vivos, foram Cachoeira do Arari, 3,03; Chaves, 5,48; Bagre, 7,30; e Gurupá, 9,27. Por outro lado, os municípios de Soure, com 34,12, Santa Cruz do Arari, com 23,53, e Muaná, com 20,98, registraram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, constam 1.293 ACS, o que representa uma proporção de cobertura de 96,49%, maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%. Apenas os municípios de Portel, com 66,73%, e Salvaterra, com 77,18%, não possuem 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 89 equipes implantadas na RI Marajó, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 58,15%, inferior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Santa Cruz do Arari alcançou 100% da cobertura, e, entre os municípios com cobertura inferior a 50%, encontravam-se Cachoeira do Arari, com 14,93%, Afuá, com 27,13%, Anajás, com 36,36%, e Curralinho, com 41,21%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Marajó
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,87
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	96,49
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	58,15
Hospitais - 2018	6.687	247	10
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,57
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	0,95

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

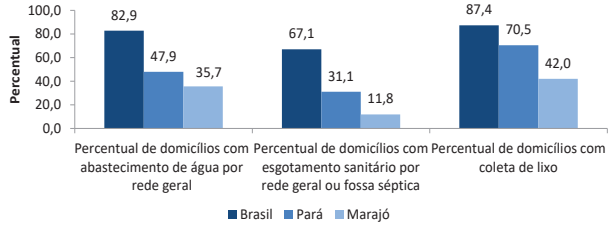
Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Marajó conta com dez hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público do Marajó, inaugurado em 2010, em Breves, que oferece atendimentos ambulatoriais e hospitalares de maior complexidade, nas especialidades de clínica médica, cirurgia geral, obstetrícia de alto risco, neonatologia, pediatria, cardiologia, oftalmologia, traumato-ortopedia, urologia, ginecologia oncológica, mastologia, otorrinolaringologia e medicina intensiva. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 3,57, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, de 0,95, menor que a taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de Censo Demográfico.

O Gráfico 03 mostra os percentuais desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Marajó, em 2010. Observa-se, naquele ano, que no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral; 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Marajó, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35,7% dos domicílios; de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica era de 11,8%; e 42% dos domicílios contavam com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços, na região, encontrava-se abaixo dos percentuais nacional e estadual. A maior preocupação volta-se para o serviço de esgotamento sanitário, inferior a 12% dos domicílios da região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, Estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), introduziu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura incluir indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio para o governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada, na RMB, 97,8%, e Fora da RMB, 69,9%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) está presente em oito (Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure), dos dezesseis municípios que compõem a região Marajó, segundo informações do órgão, de 2017.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios.

Na Região de Integração Marajó, o déficit era de 26,4% do total de domicílios. Em 2010, a componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado e a 56,6% do total da região. "Coabitação familiar" representava 39,2% do total de domicílios no Pará e a 39,8% no Marajó. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit no Pará e 96,4% na região Marajó. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 1,7% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e a 1,9% no Marajó.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Marajó, 2010

INDICADOR	PARÁ		MARAJÓ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	25.309	26,4
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.544	56,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	10.230	39,8
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	438	1,7
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	495	1,9
Total Domicílios	**1.859.165**		**95.768**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

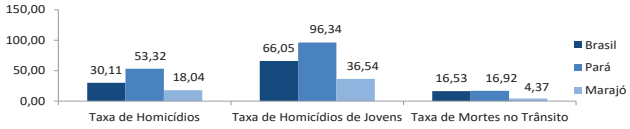
Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), foram analisados três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 18,04. Portel e Breves apresentaram as maiores taxas, 34,81 e 32,03 homicídios, respectivamente, em contraposição a Curralinho e Santa Cruz do Arari, que não apresentaram casos de homicídios.

A taxa de homicídio, com recorte na população jovem, apresentada, em 2017, pela RI Marajó, 36,54 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Novamente Portel e Breves apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 94,29 e 77,03 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Santa Cruz do Arari e Curralinho não apresentaram casos de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.

A taxa de mortes por acidente no trânsito, em 2017, para a RI Marajó foi de 4,37 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Salvaterra, 25,98 mortes, e Cachoeira do Arari, 12,98 mortes, enquanto Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Curralinho, Gurupá e Melgaço não apresentaram casos de mortes no trânsito.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Marajó apresentou taxas muito inferiores às do Pará nos três indicadores. A taxa de homicídios da RI Marajó foi de 14,97 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 2,34 e o Pará, de 9,60. O terceiro indicador que compõe essa síntese, taxa de roubo, registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto na RI Marajó, observou 280,57 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Marajó (2016-2017)

Indicadores Segurança	Pará		RI Marajó	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	14,17	14,97
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	3,09	2,34
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	277,38	280,57

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, quase o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Marajó registrou um total de 57,06% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o dobro do Pará.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Marajó apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e, também, para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Marajó, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Marajó	57,06	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Na RI Marajó, 73,8% da população de seus municípios encontram-se inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 91,9% se declaram com renda igual ou inferior da linha pobreza, e 81,9% das famílias inscritas, recebem o Bolsa Família. A região possui percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Marajó e Municípios – dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Marajó	**73,8**	**91,9**	**81,9**
Afuá	84,5	91,7	81,6
Anajás	86,0	93,0	82,6
Bagre	59,0	96,0	88,0
Breves	74,8	91,9	81,9
Cachoeira do Arari	69,3	93,4	79,7
Chaves	68,5	91,0	79,7
Curralinho	78,2	91,0	85,7
Gurupá	85,3	92,6	83,7
Melgaço	78,2	92,0	85,3
Muaná	71,3	91,7	84,9
Ponta de Pedras	66,4	89,6	82,5
Portel	67,0	90,5	78,3
Salvaterra	72,2	89,1	78,8
Santa Cruz do Arari	63,7	93,5	84,5
São Sebastião da Boa Vista	85,8	95,7	85,0
Soure	63,1	89,8	71,3

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Anajás e Gurupá apresentaram os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 86,0% e 80,9%, respectivamente. Dos inscritos, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Bagre, com 96,0%, e São Sebastião da Boa Vista, com 95,7%. Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que recebem o Bolsa Família foram, também, Bagre, com 88,0%, e Curralinho, com 85,7%.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[2], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará, nos últimos seis anos (2013-2018), tem mantido uma média de 29,44% em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). Em 2018, a RI Marajó ocupava o 7º lugar no ranking das regiões de integração do estado com maior quantitativo de jovens, 164.331 jovens e participação estimada de 29,49% em relação ao seu contingente populacional.

[2] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Marajó	**156.448**	**29,33**	**159.009**	**29,38**	**161.469**	**29,43**	**164.331**	**29,49**
Afuá	11.117	29,73	11.261	29,81	11.400	29,89	11.674	30,04
Anajás	8.048	29,22	8.200	29,27	8.347	29,32	8.474	29,36
Bagre	8.636	30,52	8.898	30,61	9.150	30,70	9.218	30,72
Breves	28.054	28,56	28.312	28,57	28.561	28,59	29.168	28,63
Cachoeira do Arari	5.894	26,26	5.977	26,23	6.056	26,21	6.144	26,18
Chaves	6.287	27,86	6.357	27,86	6.424	27,85	6.538	27,84
Curralinho	9.598	29,76	9.807	29,83	10.008	29,88	10.141	29,92
Gurupá	9.313	29,45	9.459	29,51	9.598	29,57	9.780	29,64
Melgaço	8.142	30,84	8.257	30,98	8.368	31,11	8.602	31,38
Muaná	11.505	30,29	11.716	30,34	11.918	30,38	12.100	30,42
Ponta de Pedras	8.815	30,23	8.995	30,29	9.168	30,34	9.298	30,38
Portel	16.366	28,08	16.674	28,11	16.969	28,13	17.207	28,15
Salvaterra	6.539	29,23	6.664	29,31	6.784	29,37	6.895	29,44
Santa Cruz do Arari	2.984	31,69	3.060	31,76	3.133	31,82	3.166	31,85
São Sebastião da Boa Vista	7.960	31,64	8.106	31,74	8.247	31,84	8.400	31,94
Soure	7.190	29,61	7.266	29,67	7.338	29,73	7.526	29,89

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dentre seus municípios, Breves registrou o maior número de jovens (29.168), correspondente a 28,63% de sua população, seguido de Portel (17.207) com participação de 28,15%. A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em São Sebastião da Boa Vista, 31,94%, e a menor em Cachoeira do Arari, 26,18%. Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2013 a 2018), permanecendo superiores a 25%.

No campo empregatício, em 2017, no Pará, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos, e 18,6% na RI Marajó, o menor percentual dentre as regiões do estado. Os maiores percentuais de participação de jovens no mercado de trabalho regional foi em Curralinho, 23,72%, e Anajás, 22,98%, apesar de, em números, Breves e Portel liderarem com 1.398 e 875, respectivamente, correspondendo a 45,8% dos vínculos ocupados por jovens nessa região.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675,00**	**25,51**
RI Marajó	**26.696**	**4.965,00**	**18,60**
Afuá	2.453	536,00	21,85
Anajás	1.223	281,00	22,98
Bagre	622	67,00	10,77
Breves	6.558	1.398,00	21,32
Cachoeira do Arari	970	61,00	6,29
Chaves	791	152,00	19,22
Curralinho	1.636	388,00	23,72
Gurupá	1.648	301,00	18,26
Melgaço	1.000	152,00	15,20
Muaná	987	60,00	6,08
Ponta de Pedras	1.109	132,00	11,90
Portel	3.979	875,00	21,99
Salvaterra	1.081	223,00	20,63
Santa Cruz do Arari	322	41,00	12,73
São Sebastião da Boa Vista	1.012	124,00	12,25
Soure	1.305	174,00	13,33

Fonte: MTE/RAIS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[3]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Ressalta-se que embora esse resultado tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado se considerarmos proporcionalmente a população jovem estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Marajó, em 2017, o total de nascidos vivos foi de 29,64%, o maior percentual comparado aos das demais regiões de integração do Pará, com diminuição de apenas 1,7 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de mães menores de 19 anos que tiveram filhos nascidos vivos, em 2017, ocorreram em Bagre, 36,13%, e Portel, 33,24%, sendo que este último apresentou incremento de 2,5 p.p. em relação a 2010, o maior do período. Ponta de Pedras é o terceiro com maior percentual, 31,9%, acusando crescimento de 5,5 p.p. em relação ao ano anterior. Os municípios de Chaves e Soure demarcaram os menores índices, 24,38% e 23,88%, respectivamente.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Marajó (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Marajó	**31,41**	**31,26**	**30,87**	**31,13**	**30,15**	**31,42**	**30,57**	**29,64**
Afuá	32,34	30,70	30,68	30,84	29,16	29,39	31,94	30,37
Anajás	32,79	33,61	32,49	34,10	29,72	29,65	29,67	29,08
Bagre	37,14	35,23	38,71	34,57	35,04	34,35	35,41	36,13
Breves	27,81	29,88	28,41	27,67	26,53	27,16	27,00	28,40
Cachoeira do Arari	39,69	41,75	34,75	31,72	34,22	34,48	31,27	30,91
Chaves	30,57	25,84	30,04	28,47	28,07	29,86	28,92	24,38
Curralinho	35,93	34,48	35,50	36,39	33,64	35,98	33,38	30,45
Gurupá	26,29	24,82	29,68	28,59	25,48	30,54	30,16	26,75
Melgaço	28,46	25,94	26,11	27,91	25,25	31,04	28,12	29,08
Muaná	33,67	32,20	32,00	31,56	35,74	33,78	33,88	30,24
Ponta de Pedras	32,36	30,54	32,54	31,21	33,73	29,86	26,42	31,90
Portel	30,77	31,48	29,66	32,45	32,03	34,77	32,03	33,24
Salvaterra	32,39	29,86	30,87	33,24	31,23	32,10	29,40	28,38
Santa Cruz do Arari	38,36	43,06	39,39	31,68	31,82	40,78	29,49	24,71
São Sebastião da Boa Vista	34,08	37,01	31,83	32,26	33,90	34,00	33,21	28,85
Soure	32,57	32,52	31,74	38,17	35,28	33,56	36,65	23,88

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

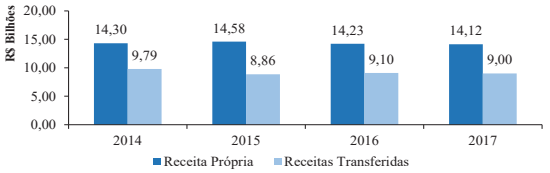
4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

[3] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$ 9,19 bilhões.

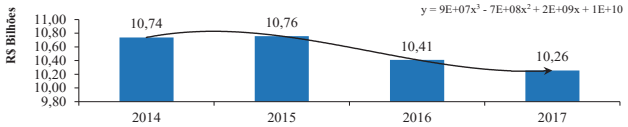
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu reflexos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

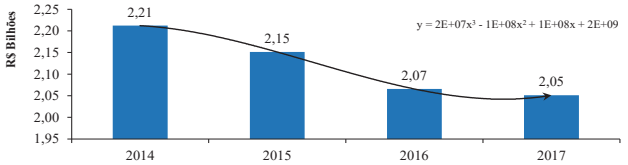
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Marajó retraiu em -4,4%, tendo o município de Breves recebido a maior parcela (11,7%) do total destinado a RI, seguido por Portel (11,4%) e Afuá (6,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 a 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da região representou, cerca de, 3% do total de ICMS destinado aos 144 municípios paraenses.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS (R$) para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Marajó	**63.932.460,24**	**64.967.540,69**	**64.751.913,79**	**61.123.184,26**
Afuá	4.203.172,14	4.302.486,13	4.788.726,74	3.897.115,78
Anajás	3.981.952,55	4.087.361,83	4.164.110,21	3.692.004,41
Bagre	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	3.486.893,06
Breves	7.521.465,88	7.529.350,75	7.703.603,88	7.178.897,48
Cachoeira do Arari	3.981.952,55	4.087.361,83	3.539.493,69	2.666.447,64
Chaves	4.203.172,14	4.302.486,13	4.164.110,21	3.692.004,41
Curralinho	3.318.293,79	3.226.864,60	3.331.288,18	3.486.893,06
Gurupá	3.760.732,96	3.872.237,51	3.747.699,19	3.897.115,78
Melgaço	3.318.293,79	3.441.988,90	3.331.288,18	3.486.893,06
Muaná	3.539.513,38	3.441.988,90	3.539.493,69	3.692.004,41
Ponta de Pedras	3.318.293,79	3.441.988,90	3.539.493,69	3.076.670,35
Portel	7.300.246,32	7.099.102,15	6.454.370,82	6.973.786,13
São Sebastião da Boa Vista	3.318.293,79	3.657.113,23	3.747.699,19	2.871.559,00
Salvaterra	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	3.076.670,35
Santa Cruz Arari	2.433.415,44	2.581.491,68	2.706.671,63	2.256.224,93
Soure	3.539.513,38	3.657.113,23	3.955.904,70	3.692.004,41

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Marajó possui grande parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação que somam 53.730 km², equivalentes a 51,91% da área regional. Apenas 5% do seu território encontra-se desmatado, o que corresponde a uma área de 5.524 km², ou, 2% do desmatamento da área total do estado Pará.

Em relação ao desmatamento acumulado, em 2017, o município de Portel apresentou os maiores índices, com uma área desmatada de 2.076 km², seguido por Cachoeira do Arari, com 1.477km², os quais somam mais de 50% do desmatamento acumulado da região. Da mesma maneira, os registros de focos de calor encontram-se concentrados em poucos municípios, como Portel que reúne 1.527, representando mais de 50% dos registros da RI Marajó.

Tabela 15 – Desmatamento acumulado (km²), Pará, Região de Integração Marajó e Municípios, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km² (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Marajó	**103.502**	**5.524**	**2.871**
Afuá	8.373	29	13
Anajás	6.922	177	14
Bagre	4.397	209	138
Breves	9.551	544	213
Cachoeira do Arari	2.462	1.477	62
Chaves	13.085	100	213

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km² (2017)	Números de Focos de Calor
Curralinho	3.617	203	62
Gurupá	8.540	116	135
Melgaço	6.774	164	96
Muaná	3.766	101	66
Ponta de Pedras	3.365	52	77
Portel	25.385	2.076	1.527
Salvaterra	1.039	117	64
Santa Cruz do Arari	1.077	0	62
São Sebastião da Boa Vista	1.632	124	17
Soure	3.517	35	78

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, a RI Marajó registrou, em 2018, uma parcela de 66,67% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, conforme tabela a seguir. Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Arari possui a maior proporção de área com CAR efetivado (94,40%), seguido por São Sebastião da Boa Vista (89,53%) e Afuá (88,98%).

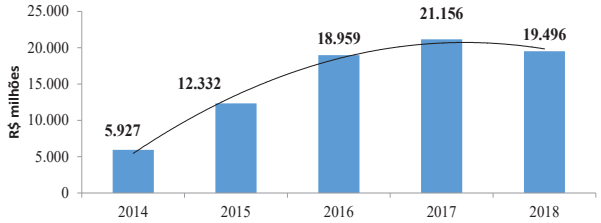
Tabela 16 – Área Territorial, Área Cadastrável e Percentual de Áreas Regularizadas Ambientalmente, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE) km² (A)	Área Cadastrável km² (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR km² (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Marajó	**103.451,91**	**75.468,35**	**72,95**	**50.312,30**	**66,67**
Afuá	8.366,52	4.724,95	56,47	4.204,18	88,98
Anajás	6.909,98	6.819,77	98,69	2.895,91	42,46
Bagre	4.394,73	4.132,12	94,02	1.816,80	43,97
Breves	9.556,00	7.495,69	78,44	5.691,10	75,92
Cachoeira do Arari	2.461,55	2.422,17	98,40	2.286,51	94,40
Chaves	13.080,34	8.984,39	68,69	5.905,85	65,73
Curralinho	3.615,54	2.042,36	56,49	641,82	31,43
Gurupá	8.534,14	5.611,35	65,75	4.486,55	79,95
Melgaço	6.768,97	4.346,81	64,22	2.631,64	60,54
Muaná	3.763,66	3.268,66	86,85	1.568,98	48,00
Ponta de Pedras	3.364,93	2.891,67	85,94	2.016,64	69,74
Portel	25.366,40	17.546,20	69,17	12.450,17	70,96
Salvaterra	1.040,02	725,03	69,71	402,73	55,55
Santa Cruz do Arari	1.076,71	1.059,45	98,40	723,60	68,30
São Sebastião da Boa Vista	1.631,80	789,86	48,40	707,20	89,53
Soure	3.520,62	2.607,86	74,07	1.882,63	72,19

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatuais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08).

Gráfico 08 - Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde (R$) da RI Marajó. 2014-2018



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Em se tratando da RI Marajó, percebe-se que, no período de 2014 a 2018, houve uma participação média de 11,21% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. No ano de 2018, a região contabilizou um montante de R$19,496 milhões, com Portel detendo a maior parcela (10,02%), seguido por Breves (7,63%), Gurupá (7,14%), Soure (7,13%) e Bagre (7,00%). Os onze demais municípios receberam valores inferiores a 7% do total repassado à região.

Tabela 17– Valor de ICMS Verde (R$) repassado para os Municípios da Região de Integração Marajó (2014 a 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Marajó	**5.926.986,66**	**12.331.733,28**	**18.959.391,96**	**21.156.300,52**	**19.496.039,20**
Afuá	260.328,44	597.985,76	1.491.653,98	1.105.077,21	974.721,26
Anajás	387.189,94	771.217,74	1.220.892,71	1.050.554,95	978.003,20
Bagre	236.855,25	531.808,33	762.343,65	1.581.935,09	1.364.490,37
Breves	363.859,81	740.919,98	1.429.422,93	1.613.595,04	1.495.361,96
Cachoeira do Arari	461.803,15	895.622,19	1.216.722,93	772.577,06	768.358,51
Chaves	413.589,34	820.320,73	1.209.763,11	1.110.816,12	1.102.794,79
Curralinho	342.370,51	674.902,88	1.162.476,46	1.555.974,75	1.301.465,53
Gurupá	274.075,15	817.637,44	1.172.269,12	1.619.187,76	1.392.988,64
Melgaço	214.172,39	712.875,59	1.010.900,04	1.596.694,02	1.342.772,54
Muaná	381.090,29	756.670,63	1.162.637,19	1.586.738,50	1.354.919,96
Ponta de Pedras	398.499,82	785.566,85	1.126.601,62	1.006.867,25	905.136,89
Portel	299.375,17	597.181,97	571.675,83	1.614.222,58	1.953.483,50
Salvaterra	608.938,24	1.160.889,40	1.650.307,33	1.020.855,19	1.297.722,67
Santa Cruz do Arari	432.665,04	846.909,42	1.131.853,41	1.277.169,75	1.267.266,28
São Sebastião da Boa Vista	331.616,79	610.601,53	1.224.996,13	1.051.255,12	607.122,30
Soure	520.557,34	1.010.622,84	1.414.875,50	1.592.780,14	1.389.430,80

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Marajó**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	13.033.715,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	5.425.617,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	5.028.469,00
Cultura	7.073.672,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	62.085.604,00
Direitos Socioassistenciais	4.769.650,00
Educação Básica	373.469.820,00
Educação Profissional e Tecnológica	4.058.215,00
Educação Superior	15.654.375,00
Esporte e Lazer	841.613,00
Governança Pública	48.716.194,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	7.398.216,00
Infraestrutura e Logística	63.151.216,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	5.861.333,00
Saúde	299.045.567,00
Segurança Pública	49.175.403,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.353.949,00
	R$ 969.142.628,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	641.527.607,00
	R$ 641.527.607,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 1.610.670.235,00

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 13.033.715,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (bubalino)	Unidade	373.195	06/2019	ADEPARA	453.620
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açaí)	Kg/Hectare	7.151	06/2019	IBGE	8.692

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	0	12/2018	SEDAP	2020	50
					2021	53
					2022	55
					2023	58
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.368	12/2018	EMATER	2020	6.200
					2021	6.500
					2022	6.750
					2023	6.950
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	413	12/2018	SEDAP	2020	434
					2021	455
					2022	478
					2023	502

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Reestruturar 01 Polo Matadouro e Frigorífico para Bovídeos no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 5.425.617,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	20,00 - - -
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	19,00 38,00 31,00 31,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 7 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Implementação da Estação Cidadania	Pessoa Atendida	Un	ARCON, IGEPREV, JUCEPA, PARÁPAZ, POLÍCIA CIVIL, SEPLAD
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 5.028.469,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,06

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	33,33 33,33 66,67 66,67

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 7.073.672,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	11,76	12/2018	SECULT/FCP	41,18

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	5300
					2021	6300
					2022	6800
					2023	7200

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Compromisso Regional

Entregar 4 Bibliotecas Pocket, que Atenderão os Municípios de Breves, Melgaço, Muaná e Chaves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Compromisso Regional

Revitalizar o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT
Revitalização de Espaços Culturais	Espaço Revitalizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Atender 100 Jovens com Práticas e Expressões Culturais como Teatro, Cursos de Iniciação, Música, Audiovisual e Outras na Região
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região

		Unidade	
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 62.085.604,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	43,66
					2021	43,66
					2022	43,66
					2023	43,66
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	51,49	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	57,55
					2021	69,88
					2022	74,76
					2023	84,52

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicilio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 4.769.650,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 373.469.820,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	2,70	12/2017	INEP/SEDUC	3,20
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,20	12/2017	INEP/SEDUC	3,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	7,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	7,00
					2021	6,70
					2022	6,60
					2023	6,50
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,13	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,57
					2021	12,40
					2022	12,12
					2023	11,95
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	78,70
					2021	79,50
					2022	79,90
					2023	80,30
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	79,00
					2021	79,30
					2022	79,70
					2023	80,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	14,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,30
					2021	13,70
					2022	13,50
					2023	13,20
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,11	12/2018	INEP/SEDUC	2020	8,43
					2021	8,30
					2022	8,18
					2023	8,05

Objetivo
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional
Construir 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Chaves, Melgaço, Muaná, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista.
Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Anajás, Bagre, Breves, Portel e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo
Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional
Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 29 Escolas nos Municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 4.058.215,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	42,86
					2021	40,00
					2022	21,43
					2023	17,65
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	444	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	450
					2021	480
					2022	560
					2023	690

Objetivo
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional
Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Breves e Cachoeira do Arari
Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Breves e Cachoeira do Arari
Implantar Educação Profissional, na Modalidade EAD - Educação Profissional sem Fronteiras, nos Municípios de Bagre, Breves, Gurupá, Melgaço e Portel

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	EGPA, SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 15.654.375,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,27	12/2018	UEPA	1,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	1,00	12/2018	UEPA	2020	23,00
					2021	1,00
					2022	0,00
					2023	0,00

Objetivo
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Educação Física em Gurupá, Serviço Social e Pedagogia em Bagre, Contabilidade e Educação Física em Melgaço e Turismo em Portel

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 841.613,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	1, 3, 4, 5, 10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	526	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	530
					2021	536
					2022	542
					2023	565

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 48.716.194,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	71.560,00	12/2018	SEFA	97.817,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,52	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	0,78
					2021	0,78
					2022	0,78
					2023	0,78

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Cachoeira do Arirí, Muaná, Pontas de Pedras, Salvaterra e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	8º CRS - Breves, ADEPARÁ, CRG - Breves, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo

Promover a Gestão Regionalizada

Compromisso Regional

Realizar Anualmente o Governo Itinerante

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Breves
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEPLAD
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo

Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	8º CRS - Breves, CRG - Breves
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Breves, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 7.398.216,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1, 2, 5, 8, 9, 10, 12, 14, 17

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	-4,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	54.406,90	12/2018	SETUR	61.556,41

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1	12/2018	BANPARA	2020	47
					2021	70
					2022	91
					2023	110
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	2	12/2018	JUCEPA	2020	2
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	8	07/2019	SEDEME	2020	20
					2021	30
					2022	38
					2023	50
Número de turistas	Unidade	60.423	12/2018	SETUR	2020	63.482
					2021	65.069
					2022	66.696
					2023	68.363

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 05 Agências do Banpará nos Municípios de Bagre, Chaves, Portel, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 63.151.216,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	54,15	12/2018	SETRAN	64,83

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	113,00	12/2018	SETRAN	2020	113,00
					2021	113,00
					2022	113,00
					2023	113,00
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	101,43	12/2018	SETRAN	2020	101,43
					2021	121,43
					2022	121,43
					2023	121,43
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	6,67	12/2019	CPH	2020	46,67
					2021	80,00
					2022	86,67
					2023	86,67

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Anajás
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Afuá
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Bagre
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Breves
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Cachoeira do Arari
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Chaves
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Curralinho
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Melgaço
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Muaná
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Ponta de Pedras
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Portel
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Santa Cruz do Arari
Reformar e Adequar o Terminal Hidroviário de Passageiros no Município de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Estudos e Pesquisas de Infraestrutura e Logística	Estudo Realizado	Un	CPH
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 5.861.333,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	3,89	12/2018	PRODES/INPE	5,35

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	62,50	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	62,50 62,50 68,75 75,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar o Escritório Regional do Ideflor no Município de Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaborar Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Marajó

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 299.045.567,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	6	12/2018	MS/SIM/SINASC	4,89
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	14,88	12/2018	SIM	12,12
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	221,01	12/2018	MS/SIM	203,85

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	55,21	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	57,97 60,87 63,91 67,11
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	6,20	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,87	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	0,87 0,87 0,87 0,90
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	38,70	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,10	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,15 0,20 0,25 0,30
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	7º CRS - Região das Ilhas
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Breves

Reforma do Hospital Municipal de Portel

Reforma do Hospital Municipal de Soure

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	7º CRS - Região das Ilhas, 8º CRS - Breves, SESPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 49.175.403,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	18,50	12/2018	SEGUP	17,10
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	14,70	12/2018	SEGUP	12,80
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	3,77	12/2018	DATASUS	3,76
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	290,50	12/2018	SEGUP	252,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	1.807,10	12/2018	SEGUP	1.701,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	3,50	12/2018	SEAP	2020	3,02
					2021	3,00
					2022	2,89
					2023	2,89
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	5.894	12/2018	PMPA	2020	7.663
					2021	9.431
					2022	11.199
					2023	12.967
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	66,00	12/2018	DETRAN	2020	67,00
					2021	70,00
					2022	71,00
					2023	72,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	20,00	12/2018	DETRAN	2020	21,00
					2021	22,00
					2022	23,00
					2023	24,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	56,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	56,00
					2021	57,00
					2022	58,00
					2023	59,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	95,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	95,00
					2021	95,00
					2022	95,00
					2023	95,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar 5 Delegacias de Polícia em Afuá, Anajás, Curralinho, Muaná e Salvaterra
Adequar a Superintendência da Polícia Civil em Soure
Ampliar o Videomonitoramento em Breves
Implantar Base Integrada de Segurança de Antônio Lemos em Breves
Implantar Delegacia Fluvial em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Marajó** **R$ 1.610.670.235,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.353.949,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,30	12/2018	MTE/RAIS	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	30,30	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,20
					2021	0,70
					2022	1,20
					2023	1,70
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	2,00
					2021	2,50
					2022	3,00
					2023	3,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	7,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	7,50
					2021	8,00
					2022	8,50
					2023	9,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Breves

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

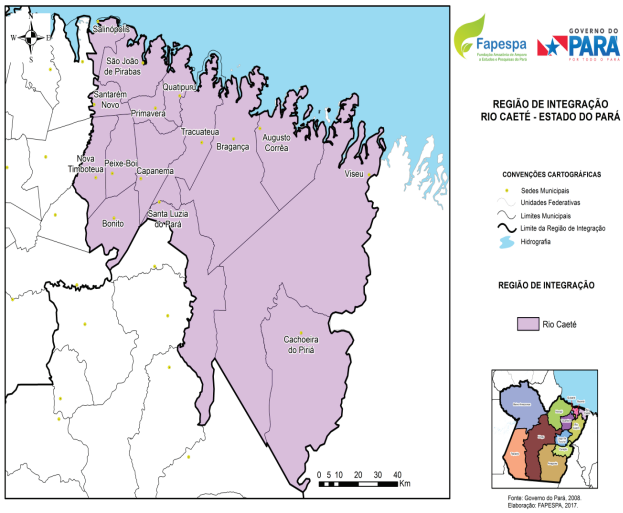
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	11.971.645,00
Concessão de Auxílio Alimentação	106.097.237,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.156.811,00
Concessão de Auxílio Transporte	321.761,00
Operacionalização das Ações Administrativas	10.985.258,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	503.994.895,00
	R$ 641.527.607,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Caeté, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 15 municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

Localizada na região nordeste do Pará e entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-318, a RI abrange uma área de 17.388 km², correspondente a 1,5% da área total do Pará.

A população da RI Caeté, em 2018, foi estimada em 518.866 habitantes, que corresponde a 6% do contingente populacional do estado. Bragança é o município com o maior contingente de pessoas (126.436), seguido por Capanema (68.616) e Viseu (61.049), que, juntos, concentram 49% da população da região. A taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2018, foi de 1,02%, abaixo da média estadual, 1,46%.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 4,7 bilhões, o equivalente a 3,4% do PIB paraense. Na composição do PIB na região, a Administração Pública contribuiu com 35%, os Serviços com 30%, a Agropecuária com 20%, a Indústria com 8% e, os Impostos sobre produtos com 7%.

A RI Rio Caeté integra a região turística Amazônia Atlântica, onde o turismo local também representa fonte de renda para a região com a cultura popular, ruínas históricas, monumentos históricos, festivais regionais, artesanato, praias, dunas, grutas, serra, lugares místicos e paisagens paradisíacas, mangues, culinária, a pesca de aventura, corredeiras e cachoeiras. O município de Salinópolis é considerado o principal balneário do interior, sendo cidade-sede dos principais campeonatos de surfe do País.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Caeté teve sua riqueza valorada em R$4,6 bilhões, o que representou 3% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi a Administração Pública, com R$1,6 bilhão (35%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido do setor de Serviços, com R$1,3 bilhão, equivalente a 30% do PIB da região. Essa região destaca-se na produção de cimento e de óleo vegetal, no setor agropecuário, as principais atividades são agricultura, com os cultivos de dendê, mandioca e pimenta-do-reino, e pesca, em que se destacam os municípios de Bragança, São João de Pirabas e Viseu.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Caeté, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**4.663.654**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**4.354.222**
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	93,4%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**939.091**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	20,14%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**398.419**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	8,54%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.384.716**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	29,69%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**1.631.996**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	34,99%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**309.433**
% Impostos	13,55%	9,62%	6,63%

Fonte: IBGE/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a RI Rio Caeté, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram Bragança, com participação de 23%, tendo como principal atividade a agricultura (cultivos de mandioca, feijão e açaí), Capanema, com 21%, destacando-se o comércio e a indústria de transformação (produção de cimento), e Salinópolis, com 9%, sendo as principais atividades a imobiliária e o comércio varejista.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de integração Rio Caeté, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
Rio Caeté	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Construção civil**	**Indústria de transformação**
Augusto Corrêa	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Bonito	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Comércio
Bragança	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pesca e Aquicultura	Construção civil
Cachoeira do Piriá	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Capanema	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura	Alojamento e alimentação
Nova Timboteua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Construção civil
Peixe-Boi	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio
Primavera	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Atividades profissionais, científicas e técnicas

Item Geográfico	Principais Atividades				
Quatipuru	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Salinópolis	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Alojamento e alimentação	Pesca e Aquicultura
Santa Luzia do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil
Santarém Novo	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Pecuária	Pesca e Aquicultura
São João de Pirabas	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio	Construção civil
Tracuateua	Agricultura	Produção Florestal	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Viseu	Agricultura	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14 bilhões, tendo a RI Rio Caeté contabilizado um saldo de US$ 21 milhões. A pauta exportadora da região é concentrada em peixe congelados (65%), seco (17%) e filés de peixe (14%), sendo Bragança seu principal município exportador. Quanto à importação de produtos, destaca-se o carvão mineral (hulha), insumo energético para atender a indústria de cimento de Primavera, o qual corresponde a 63% das importações da RI.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Rio Caeté	**21.019.779**	**0,1**	**6.382.415**	**0,5**	**14.637.364**
Bragança	21.019.779	100,0	0	0,0	21.019.779
Primavera	0	0,0	6.382.415	100,0	-6.382.415

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Rio Caeté registrou, em 2017, um total de 31 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha, cerca de, 52% do total do estoque formal da região, seguido do Comércio (21%) e Serviços (15%). Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Capanema (24%), Bragança (23%) e Salinópolis (12%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	162.975
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	7,13

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	15,87
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**31.054**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	187
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.318
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	109
Construção Civil	1.838.958	57.880	519
Comércio	9.230.750	203.656	6.636
Serviços	16.772.645	284.360	4.539
Adm. Pública	9.195.215	363.926	16.060
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	1.686

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 137 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,7% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

A RI Rio Caeté conta em sua malha viária com duas rodovias federais e seis rodovias estaduais, além de outras vias de tráfego rodoviário. As principais rodovias são a BR-316 e a BR-308. A BR-316 foi construída na década de 1960, a partir da rodovia Belém-Bragança que havia substituído a Estrada de Ferro de Bragança na década de 1950, é um dos principais eixos rodoviários do estado ligando-o com o nordeste e possibilitando acesso a BR-010. A BR-308 tem objetivo de ligar Belém a São Luís, iniciando no entroncamento com a BR-010, o trecho paraense da rodovia foi originado da PA-242, e na RI Caeté torna-se importante eixo de ligação entre Capanema a Bragança. A rodovia beneficia também Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu, dando acesso às praias de Peri-Mirim (Tracuateua) e Ajuruteua (Bragança).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Caeté

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (3)	Bragança, Salinópolis e Viseu.
Rodovias	26 vias (total 1.234 km) - 42% pavimentado
Travessias (2)	BR-308 Rio Gurupi: Viseu - Carutapera (MA)
	Rio Piriá: Serra - Tamichila (Viseu)
Portos (2)	(IP4) Bragança
	(IP4) Viseu
Pontes	148 pontes (total de 5km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange três aeródromos/aeroportos, 148 pontes (totalizando 5 km de extensão), dois portos de pequeno porte, duas travessias e 26 vias de tráfego rodoviário.

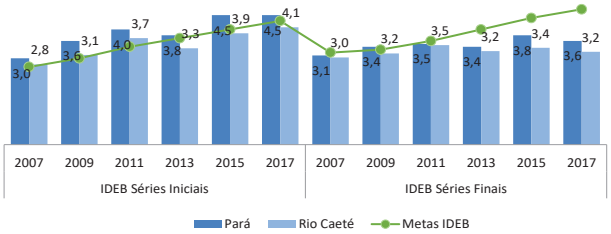
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Caeté, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem ficado abaixo das notas obtidas pelo Pará, assim como abaixo das metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, com exceção dos anos de 2007, 2009 e 2011, quando a meta foi alcançada. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as notas da região ficaram abaixo das metas estabelecidas, em todos os anos do período analisado. O mesmo é notado no estado, um comportamento oscilante, onde o Pará atingiu a meta até o ano de 2011, a partir de 2013, as metas estipuladas não foram alcançadas. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Rio Caeté, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



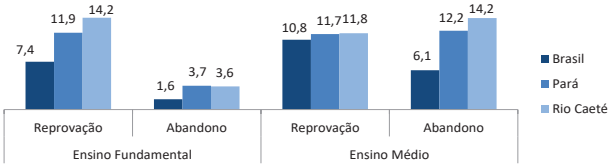
Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Rio Caeté.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região alcançou 14,2% de reprovados, em 2017, bem acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Quatipuru apresentou a maior taxa de reprovação, 21,3%, e Salinópolis, a menor taxa, 10,6%. No ensino médio, o município com a maior taxa foi Viseu, 17% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu em Santarém Novo, 0,6%.

Quanto ao abandono, no ensino fundamental, a região atingiu, em 2017, a taxa de 3,6%, próxima a do Pará, 3,7%, e bem superior à do Brasil, 1,6%. No entanto, no ensino médio, a taxa regional foi de 14,2%, acima da registrada no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. Esses resultados regionais são ainda mais preocupantes quando se considera que o estado do Pará apresenta a pior taxa de abandono, no ensino médio, entre as unidades da federação.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: INEP/Fapespa, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Carajás, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Quatipuru, com 4,9%, e a menor taxa foi registrada pelos municípios de Augusto Corrêa e São João de Pirabas, ambos com 2,3% de abandono. No ensino médio, o município que deteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Viseu, com 19,7%, e a menor, Cachoeira do Piriá, 9,7%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. A região Rio Caeté ficou bem acima dos percentuais apresentados pelo Pará e Brasil, observando 32,3% de distorção escolar, no ensino fundamental, e 57,1%, no ensino médio. No ensino fundamental, o município de Quatipuru destacou-se com a maior taxa de distorção, 36,2%, e a menor taxa ocorreu em Salinópolis, 25,6%. No ensino médio, a menor distorção coube ao município de Nova Timboteua, com 51%, e a pior taxa ao de Primavera, 65,8%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Rio Caeté	**32,3**	**57,1**
Augusto Corrêa	36,1	63,6
Bonito	33,9	62,3
Bragança	30,9	47,0
Cachoeira do Piriá	33,2	54,6
Capanema	29,4	52,1
Nova Timboteua	28,9	51,0
Peixe-Boi	35,1	54,5
Primavera	35,0	65,8
Quatipuru	36,2	63,5
Salinópolis	25,6	52,8
Santa Luzia do Pará	34,1	46,5
Santarém Novo	29,6	59,0
São João de Pirabas	33,4	60,6
Tracuateua	31,5	59,1
Viseu	31,8	64,6

Fonte: INEP/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Caeté, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, foi de 16,37 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à do Pará, 15,38. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Tracuateua (30,04), Bonito (27,17) e Peixe-Boi (26,32), e os que obtiveram os menores índices, Santa Luzia do Pará (5,81), Cachoeira do Piriá (9,65) e Salinópolis (9,88).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 1.288 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI possuíam 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a região contava, em 2018, com 172 equipes implantadas, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 95,03%, superior à do estado, de 59,13%, destacando-se Viseu (63,53%), Quatipuru (78,19%) e Cachoeira do Piriá (83,77%), como os únicos municípios a não atingirem cobertura de 100%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,37
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	95,03
Hospitais - 2018	6.687	247	12
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,87
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,78

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

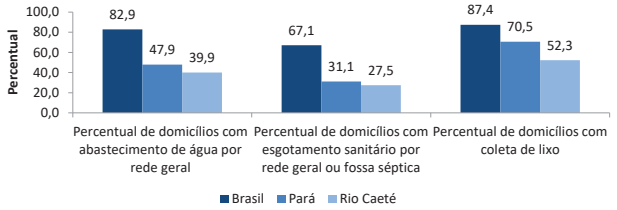
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Caeté conta com doze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso da Silveira, hospital público que dispõe de urgência e emergência, além de oferecer atendimento ambulatorial e hospitalar nas clínicas básicas (clínica médica, obstetrícia, cirurgia e pediatria). Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 3,87, superior à do Pará, de 2,47. No entanto, a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, também de 2018, foi menor na região, 1,78, em comparação à estadual, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Caeté. Observa-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Rio Caeté, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 39,9% dos domicílios, 27,5% de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 52,3% de coleta de lixo. As coberturas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo eram menores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) em 2017, estava presente, em nove (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Salinópolis, Santa Luzia Do Pará, Tracuateua e Viseu) dos 15 municípios que compõem a RI Rio Caeté, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAETÉ	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	36.973	33,1
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.333	72,8
Coabitação Familiar	168.684	39,2	8.676	23,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	959	2,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	586	1,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**111.610**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Caeté, o déficit era de 33,1% do total de domicílios. O componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 72,8% do total da região; coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios, no Pará, e 23,1%, na RI Rio Caeté. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit, no estado do Pará, e 96%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 2,6%, na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no estado do Pará, e 1,6%, na RI.

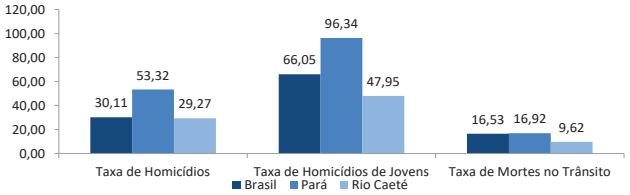
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Caeté apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53, 32 homicídios, enquanto na RI esse número foi de 29,27. Capanema e Santa Luzia do Pará apresentaram as maiores taxas, 47,65 e 41,42 homicídios, respectivamente, em contraposição a Viseu e Nova Timboteua, que figuraram com as menores taxas, 10,04 e 13,39 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem, em 2017, apresentou diferenças significativas entre a média estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) e a da RI (47,95 homicídios a cada 100 mil jovens). Os municípios de Capanema e Peixe-Boi registraram as maiores taxas, 94,41 e 91,68 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e, por outro lado, Santarém Novo não apresentou casos de homicídio de jovens, assim como Viseu observou a menor taxa de homicídios, 11,21.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Caeté foi de 9,62 mortes, inferior à do Pará, 16,92 mortes, em 2017. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Santa Luzia do Pará (31,06 mortes) e Bonito (25,26 mortes), enquanto Peixe-Boi, Primavera e Quatipuru não registraram casos de mortes por acidentes no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Rio Caeté apresentou taxa superior ao Pará apenas para o indicador taxa de homicídios no trânsito, em 2017. A taxa de homicídios da região foi de 25,87 mortes e para o Pará de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,23 e o Pará de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese foi a taxa de roubo, que alcançou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Rio Caeté, 575,05 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Caeté	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	25,25	25,87
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	13,74	11,23
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	561,12	575,05

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Rio Caeté registrou um total de 50,24% de sua população abaixo da linha da pobreza, bem maior que o percentual paraense.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Caeté apresentou um Índice de Gini de 0,57, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Caeté, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Rio Caeté	**50,24**	**0,57**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Rio Caeté, 64,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 73% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Rio Caeté	**64,3**	**82,8**	**73,0**
Augusto Corrêa	81,5	86,6	80,8
Bonito	56,0	78,9	68,2
Bragança	62,9	76,7	66,7
Cachoeira do Piriá	51,9	92,4	83,6
Capanema	49,0	74,9	63,8
Nova Timboteua	56,1	81,4	73,4
Peixe-Boi	69,2	70,6	61,5
Primavera	75,6	81,2	71,6
Quatipuru	64,9	86,9	78,8
Salinópolis	52,6	80,3	66,7
Santa Luzia do Pará	83,7	86,5	77,9
Santarém Novo	104,7	87,6	72,8
São João de Pirabas	68,5	80,2	71,6
Tracuateua	73,9	89,3	80,9
Viseu	70,5	91,8	82,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, o de Santarém Novo era o que possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, 104,7%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Cachoeira do Piriá (92,4%), Viseu (91,8%) e Tracuateua (89,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Cachoeira do Piriá (83,6%) e Viseu (82,5%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Rio Caeté mostrou-se como a 4ª RI com o menor quantitativo de jovens (162.047) e a terceira maior participação estimada (31,23%) em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Bragança destacou-se com o maior número de jovens (39.005), correspondente a 30,85% de participação em sua população, seguido de Capanema (19.320 jovens e participação de 28,16%). A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Santa Luzia do Pará (56,40%), que apresentou elevado aumento (28,88 p.p. em relação a 2015). A menor participação foi registrada em Peixe- Boi (25,93%), que ainda obteve redução de 1,83 p.p. em comparação ao anterior.

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
Rio Caeté	**149.591**	**29,94**	**150.926**	**29,92**	**152.236**	**29,90**	**162.047**	**31,23**
Augusto Corrêa	12.876	29,46	13.070	29,55	13.257	29,64	13.546	29,76
Bonito	4.759	31,14	4.852	31,18	4.942	31,21	5.010	31,24
Bragança	37.241	30,64	37.727	30,70	38.195	30,76	39.005	30,85
Cachoeira do Piriá	10.912	34,86	11.263	35,04	11.602	35,21	11.698	35,26
Capanema	18.928	28,53	18.998	28,46	19.066	28,39	19.320	28,16
Nova Timboteua	3.989	27,26	4.016	27,15	4.042	27,05	4.089	26,87
Peixe-Boi	2.176	27,64	2.179	27,70	2.182	27,76	2.093	25,93
Primavera	2.971	28,34	2.981	28,36	2.991	28,39	3.094	28,67
Quatipuru	3.738	28,66	3.770	28,69	3.800	28,71	3.887	28,77
Salinópolis	11.998	30,70	12.090	30,74	12.178	30,78	12.490	30,90
Santa Luzia do Pará	5.335	27,52	4.897	25,31	4.497	23,28	11.197	56,40
Santarém Novo	1.868	29,02	1.884	29,07	1.901	29,13	1.952	29,29
São João de Pirabas	6.523	29,66	6.613	29,78	6.701	29,90	6.880	30,12
Tracuateua	8.799	29,86	8.923	29,95	9.042	30,03	9.249	30,17
Viseu	17.478	29,60	17.663	29,74	17.840	29,87	18.537	30,36

Fonte: IBGE/Fapespa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 25,51% dos vínculos, no Pará, e 24,3%, na RI Caeté, a 3ª menor dentre as RI. O maior número de jovens no mercado de trabalho ocorreu em Capanema (2.420), Bragança (1.680) e Salinópolis (924), sendo também esses municípios os que lideravam no total de vínculos formais. Ressalta-se, ainda, que Cachoeira do Piriá registrou o mais alto índice de participação de jovens (35,47%), seguido de Bonito (35,5%), enquanto os mais baixos ocorreram em Viseu (5,76%) e Quatipuru (9,11%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Rio Caeté	**31.054**	**7.547**	**24,30**
Augusto Corrêa	1.941	325	16,74
Bonito	1.612	565	35,05
Bragança	7.143	1.680	23,52
Cachoeira do Piriá	654	232	35,47
Capanema	7.455	2.420	32,46
Nova Timboteua	872	159	18,23
Peixe-Boi	496	72	14,52
Primavera	647	142	21,95
Quatipuru	582	53	9,11
Salinópolis	3.590	924	25,74
Santa Luzia do Pará	1.025	184	17,95
Santarém Novo	428	70	16,36
São João de Pirabas	1.248	223	17,87
Tracuateua	1.502	391	26,03
Viseu	1.859	107	5,76

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em 32%.

Na RI Rio Caeté, esse dado foi de 28,99%, em 2017, o segundo maior percentual, comparada às demais RI, com diminuição de apenas 2,47 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Cachoeira do Piriá (37,3%) e Primavera (35,09%), enquanto os menores foram em Capanema (23,46%) e Bragança (27,21%). Considerando o período de 2010 a 2017, o município de Peixe-boi obteve a maior elevação (10,48 p.p.), enquanto Quatipuru foi o que mais conseguiu diminuir esse índice (10,4 p.p.).

Tabela 13- Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Caeté (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Rio Caeté	**31,46**	**31,71**	**30,98**	**30,97**	**30,97**	**29,42**	**29,08**	**28,99**
Augusto Corrêa	31,02	30,37	31,50	31,43	30,51	29,98	28,93	28,08
Bonito	29,27	31,67	31,34	32,31	35,35	31,13	26,92	28,80
Bragança	29,21	28,33	28,72	28,43	29,55	26,69	26,34	27,21
Cachoeira do Piriá	38,61	34,60	39,89	34,37	38,02	35,86	34,59	37,30
Capanema	28,89	27,51	23,83	26,49	26,12	25,48	23,14	23,46
Nova Timboteua	32,26	28,47	30,99	21,77	27,49	25,49	20,00	27,95
Peixe-Boi	21,10	31,25	32,11	32,99	34,45	21,43	31,07	31,58
Primavera	35,09	34,10	32,39	35,19	32,12	34,59	35,47	35,09
Quatipuru	42,35	43,22	41,08	39,44	35,84	27,22	34,52	31,95
Salinópolis	35,21	39,51	33,23	34,80	31,25	31,80	33,89	27,84
Santa Luzia do Pará	32,45	34,24	33,87	29,33	33,43	35,65	30,05	30,81
Santarém Novo	24,17	34,02	38,24	36,67	29,46	31,33	35,24	29,91
São João de Pirabas	38,26	31,10	35,94	33,42	38,10	28,66	32,35	31,17
Tracuateua	31,10	28,83	26,41	32,53	28,40	29,91	29,98	29,68
Viseu	32,23	35,49	34,57	33,74	33,66	33,09	32,73	33,39

Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa/2019.

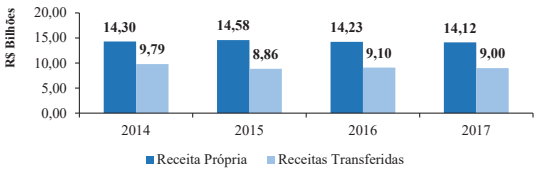
4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

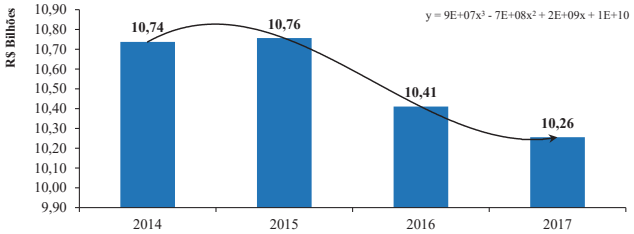
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

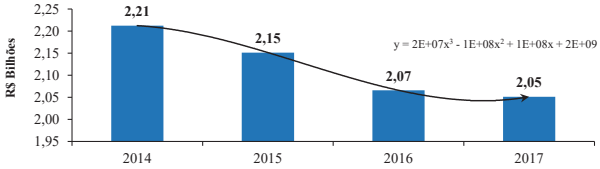
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verifica na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Rio Caeté uma retração da ordem de -10%, tendo, em 2017, o município de Capanema recebido a maior parcela (23%) do total destinado à RI, seguido por Bragança (14%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representou, em média, cerca de 2,7% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Rio Caeté	**60.171.727,24**	**57.868.438,65**	**54.341.638,29**	**54.354.509,55**
Augusto Corrêa	3.097.074,18	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
Bonito	3.097.074,18	2.796.616,00	2.914.877,13	3.076.670,35
Bragança	7.742.685,49	7.314.226,44	7.078.987,36	7.794.231,57
Cachoeira do Piriá	3.318.293,79	3.441.988,90	3.539.493,69	2.871.559,00
Capanema	13.715.614,28	14.198.204,28	12.908.741,64	12.511.792,76
Nova Timboteua	2.654.635,02	2.366.367,40	2.082.055,12	2.256.224,93
Peixe-Boi	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.051.113,57
Primavera	2.433.415,44	2.151.243,08	1.873.849,60	2.051.113,57
Quatipuru	2.433.415,44	2.151.243,08	2.082.055,12	1.640.890,84
Salinópolis	3.981.952,55	4.087.361,83	3.955.904,70	4.307.338,50
Santa Luzia do Pará	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	2.256.224,93
Santarém Novo	2.212.195,86	2.151.243,08	2.082.055,12	1.846.002,20
São João de Pirabas	2.875.854,63	2.581.491,68	2.498.466,12	2.666.447,64
Tracuateua	2.875.854,63	2.581.491,68	2.290.260,62	2.461.336,28
Viseu	4.203.172,14	3.872.237,51	3.539.493,69	3.692.004,41

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Rio Caeté é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.092 km²), Terras Indígenas (393 km²), Territórios Quilombolas (114,64 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, de sua área total, 17.388 km², 9,20% correspondem às áreas protegidas e 6,96% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 11.585 km², correspondente a 63,63% de área desmatada e a 4,38% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, foram registrados mais de 68% do desmatamento acumulado na RI em apenas quatro municípios: Viseu (34,17%), Bragança (16,94%), Cachoeira do Piriá (12,75%) e Santa Luzia do Pará (12,28%). Da mesma maneira, mais de 60% dos registros de foco de calor, em 2017, estavam concentrados em três municípios: Cachoeira do Piriá (25%), Viseu (21%) e Bragança (14,5%).

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Rio Caeté	**17.388**	**11.585**	**867**
Augusto Corrêa	1.092	729	45
Bonito	587	544	41
Bragança	2.092	1.725	126

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
Cachoeira do Piriá	3.100	1.477	216
Capanema	615	518	19
Nova Timboteua	490	379	27
Peixe-Boi	450	364	17
Primavera	259	179	12
Quatipuru	326	82	9
Salinópolis	238	33	10
Santa Luzia do Pará	1.356	1.250	75
Santarém Novo	230	149	11
São João de Pirabas	706	210	43
Tracuateua	934	469	31
Viseu	4.915	3.479	185

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 52,11% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Piriá registrou a maior proporção de área com CAR efetivado (77,61%), seguido por Viseu (67,95%) e Santa Luzia do Pará (67,25%).

Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Caeté, 2018

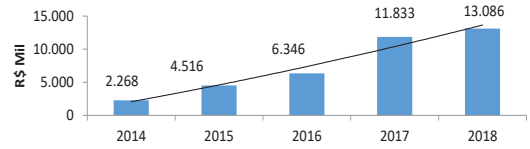
Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Caeté	**17.388**	**14.958,61**	**86,00**	**7.795,36**	**52,11%**
Augusto Corrêa	1.092	679,06	62,22	105,16	15,49%
Bonito	587	586,77	99,92	280,53	47,81%
Bragança	2.092	1.798,20	85,95	411,01	22,86%
Cachoeira do Piriá	3.100	2.672,54	86,15	2.074,17	77,61%
Capanema	615	611,91	99,49	383,99	62,75%
Nova Timboteua	490	488,68	99,67	216,61	44,32%
Peixe-Boi	450	449,52	99,77	190,89	42,47%
Primavera	259	252,39	97,54	87,89	34,82%
Quatipuru	326	299,49	91,80	27,04	9,03%
Salinópolis	238	208,35	87,56	32,81	15,75%
Santa Luzia do Pará	1.356	983,76	72,52	661,60	67,25%
Santarém Novo	230	201,82	87,86	58,23	28,85%
São João de Pirabas	706	690,28	97,77	88,97	12,89%
Tracuateua	934	617,15	66,03	173,82	28,16%
Viseu	4.915	4.418,70	89,91	3.002,66	67,95%

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Rio Caeté teve uma participação média de 7,52% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 13,085 milhões, em que o município de Salinópolis deteve a maior parcela (9,31%), seguido por São João de Pirabas (9,27%), Bonito (8,98%),

Capanema (8,12%), Bragança (8,06%), Augusto Corrêa (8,06%), Cachoeira do Piriá (7,94%), Quatipuru (6,90%), Nova Timboteua (5,17%), Santa Luzia do Pará (4,78%), Primavera (4,75%), Peixe-Boi (4,72%), Santarém Novo (4,66%) e Tracuateua (4,56%) (Tabela 17).

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Caeté (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019. Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Caeté (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Rio Caeté	**2.267.705,30**	**4.515.617,51**	**6.345.823,30**	**11.833.262,76**	**13.085.725,33**
Augusto Corrêa	81.514,81	149.351,85	212.585,79	980.435,07	1.039.102,45
Bonito	135.944,31	257.505,96	189.712,80	519.674,50	1.062.901,47
Bragança	63.894,26	127.627,79	187.100,14	1.014.505,90	1.054.584,64
Cachoeira do Piriá	484.477,02	930.644,37	1.483.996,25	986.389,48	902.786,11
Capanema	52.997,37	110.218,95	151.762,94	1.031.907,84	1.055.337,10
Nova Timboteua	111.743,24	213.622,70	248.950,36	740.836,26	625.815,87
Peixe-Boi	76.888,28	193.602,09	255.320,06	742.399,30	615.905,94
Primavera	71.311,60	136.215,55	186.132,37	728.790,81	617.402,02
Quatipuru	133.615,26	289.871,32	438.018,48	436.333,23	676.727,00
Salinópolis	134.860,91	290.251,20	436.643,58	963.986,12	1.218.520,59
Santa Luzia do Pará	300.219,75	573.729,31	792.889,56	515.979,97	621.099,72
Santarém Novo	68.185,01	400.411,99	585.788,86	721.091,33	610.046,63
São João de Pirabas	148.516,29	315.384,95	473.973,40	986.090,73	1.174.760,45
Tracuateua	104.027,41	212.581,34	269.541,04	729.034,35	597.068,56
Viseu	299.509,78	314.598,14	433.407,68	735.807,88	1.213.666,78

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Rio Caeté**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	8.702.723,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	5.797.149,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	7.528.357,00
Cultura	1.118.760,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	41.654.580,00
Direitos Socioassistenciais	7.079.758,00
Educação Básica	751.282.605,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.926.818,00
Educação Superior	7.466.079,00
Esporte e Lazer	4.515.548,00
Governança Pública	200.989.676,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	27.666.761,00
Infraestrutura e Logística	157.202.647,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.552.570,00
Saúde	479.511.269,00
Segurança Pública	132.175.023,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.447.190,00
	R$ 1.841.617.513,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	888.245.977,00
	R$ 888.245.977,00

TOTAL PARA A REGIÃO : R$ 2.729.863.490,00

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 8.702.723,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	486.896	06/2019	ADEPARA	591.826
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Mandioca)	(kg ou unidades de frutos*) /	13.751	06/2019	IBGE	16.715

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência Índice	Referência Ano	Referência Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	114	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	120 126 132 140
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	8.516	12/2018	EMATER	2020 2021 2022 2023	6.490 6.700 6.994 7.800
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	1.725	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	1.811 1.902 1.997 2.097

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Compromisso Regional

Implantação do Laboratório de Solo em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Rio Caeté** — R$ 2.729.863.490,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — **R$ 5.797.149,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	20,00
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	20,00
					2021	31,00
					2022	33,00
					2023	20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Compromisso Regional

Implantar o Projeto Girândola (autonomia financeira e empoderamento da mulher) em Bragança

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Empoderamento e Autonomia Financeira para Mulheres	Mulher Atendida	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em São João de Pirabas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Compromisso Regional

Realizar Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos em 6 Municípios da Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Rio Caeté** — R$ 2.729.863.490,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação — **R$ 7.528.357,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	1,02	12/2018	SIAFEM/SEFA	1,92

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020	33,33
					2021	33,33
					2022	66,67
					2023	66,67

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 1.118.760,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	20,00	12/2018	SECULT/FCP	46,67

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	18.600	12/2018	FCP/SECULT	2020	41.800
					2021	42.000
					2022	44.100
					2023	44.500

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP, SECULT
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 80 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG, SECULT
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 41.654.580,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	5,73
					2021	5,73
					2022	5,73
					2023	5,73
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	54,45	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	80,87
					2021	83,05
					2022	84,80
					2023	86,28

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 7.079.758,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 751.282.605,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	2,90	12/2017	INEP/SEDUC	3,50
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,40	12/2017	INEP/SEDUC	5,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	4,80 4,60 4,50 4,40
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	11,92	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	10,54 10,41 10,26 10,13
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	81,70	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	82,50 83,30 83,70 84,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	76,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	78,50 78,80 79,10 79,40
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	12,70 12,10 11,80 11,50
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	11,85	12/2018	INEP/SEDUC	2020 2021 2022 2023	10,96 10,79 10,64 10,47

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Reformar/Ampliar 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Augusto Côrrea, Bragança, Capanema, Peixe-Boi, Quatipuru, Salinópolis e São João de Pirabas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 37 escolas nos Municípios de Augusto Correa, Bragança, Cachoeira do Piriá, Bonito, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Quatipuru, Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.926.818,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020 2021 2022 2023	200,00 4,00 7,29 7,14
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	485	12/2018	SEDUC / SECTET	2020 2021 2022 2023	420 470 510 590

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 05 Novos Cursos Técnicos em Capanema, Peixe Boi e Primavera

Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Bragança, Capanema, Peixe Boi e Primavera

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR

Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 7.466.079,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	-	12/2018	UEPA	2020	0,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	50,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional

Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Serviço Social em Capanema, Administração e História em Tracuateua, Administração em Augusto Corrêa, Administração em São João de Pirabas e Serviço Social em Viseu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 4.515.548,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	346	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	352
					2021	364
					2022	375
					2023	382

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 200.989.676,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	154.133,00	12/2018	SEFA	216.489,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	1,06	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,59
					2021	1,59
					2022	1,59
					2023	1,59

Objetivo

Ampliar a Atuação do Regime Próprio de Previdência Social

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Augusto Correa, Nova Timboteua, Peixe-boi, Primavera, Salinópolis, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	4º CRS - Capanema, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRS, SEDAP, SEDUC
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD
Valorização do Servidor	Servidor Beneficiado	Un	EGPA

Objetivo

Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	HRS
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, HRS, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 27.666.761,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,20	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	4,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	61.451,64	12/2018	SETUR	69.526,89

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	11	12/2018	BANPARA	2020	33
					2021	50
					2022	64
					2023	77
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	3	07/2019	SEDEME	2020	43
					2021	57
					2022	63
					2023	67
Número de turistas	Unidade	66.568	12/2018	SETUR	2020	69.938
					2021	71.686
					2022	73.479
					2023	75.316

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploracão e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 157.202.647,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	42,90	12/2018	SETRAN	56,81

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.130,90	12/2018	SETRAN	2020	1.130,90
					2021	1.130,90
					2022	1.130,90
					2023	1.130,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	360,77	12/2018	SETRAN	2020	388,77
					2021	416,77
					2022	461,77
					2023	477,77

Objetivo
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional
Pavimentar a PA-448 Vila Miraselva, Trecho: Entroncamento BR-308 (Capanema-Santa Luzia do Pará) / Entroncamento BR-308 (Capanema-Bragança), no Município de Capanema - 27 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN

Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH, SETRAN
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	DETRAN, SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 2.552.570,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	0,12	12/2018	PRODES/INPE	0,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	73,33	12/2019	SEMAS	2020	80,00
					2021	80,00
					2022	86,66
					2023	93,30

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 479.511.269,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3	12/2018	MS/SIM/SINASC	2,44
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,12	12/2018	SIM	13,13
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	266,21	12/2018	MS/SIM	245,54

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	94,29	12/2018	EGESTOR	2020	99,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	13,30	12/2018	SIPNI	2020	50,00
					2021	60,00
					2022	65,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,46	12/2018	DATASUS(CNES)	2020	1,46
					2021	1,46
					2022	1,46
					2023	1,63
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	57,50	12/2018	SINAN	2020	60,00
					2021	70,00
					2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,24	12/2018	SIA	2020	0,30
					2021	0,35
					2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,06	12/2018	SIA	2020	0,10
					2021	0,15
					2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	4º CRS - Capanema
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	4º CRS - Capanema, ETSUS, HEMOPA, HRS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	HRS
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	4º CRS - Capanema
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Ampliar o Serviço de Hemodiálise para 25 Máquinas no Hospital Santo Antônio Maria Zacarias, em Bragança

Implantar o Centro de Atenção Especializada do Hospital Regional de Capanema

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	HRS
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRS, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRS, SESPA

Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos	Procedimento Realizado	Un	HRS
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	HRS, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, HRS, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	4º CRS - Capanema, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	4º CRS - Capanema, SESPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 132.175.023,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	55,30	12/2018	SEGUP	51,00
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	28,90	12/2018	SEGUP	25,10
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13,49	12/2018	DATASUS	13,21
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	588,40	12/2018	SEGUP	510,20
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	537,20	12/2018	SEGUP	505,70

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	2,37	12/2018	SEAP	2020	2,01
					2021	2,00
					2022	1,78
					2023	1,53
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4.016	12/2018	PMPA	2020	5.221
					2021	6.426
					2022	7.631
					2023	8.836
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	86,00	12/2018	DETRAN	2020	87,00
					2021	88,00
					2022	89,00
					2023	90,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	46,00	12/2018	DETRAN	2020	47,00
					2021	48,00
					2022	49,00
					2023	50,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	40,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	50,00
					2021	41,00
					2022	43,00
					2023	44,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	92,00	12/2018	POL. CIVIL	2020	92,00
					2021	92,00
					2022	92,00
					2023	92,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Salinópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 2.729.863.490,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.447.190,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,78	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	6,92	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	3,00 3,50 4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	8,00 9,00 11,00 12,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	7,90	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	8,00 8,50 9,00 10,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Capanema

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

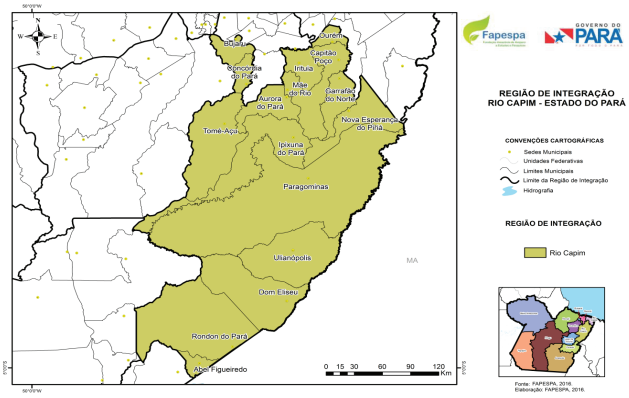
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	10.578.598,00
Apoio Logístico para Atuação Governamental	80.000,00
Concessão de Auxílio Alimentação	148.788.704,00
Concessão de Auxílio Fardamento	7.366.676,00
Concessão de Auxílio Transporte	5.174.414,00
Operacionalização das Ações Administrativas	14.270.815,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	701.986.770,00
	R$ 888.245.977,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAPIM



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Rio Capim, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por 16 municípios: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Localizada na Região Nordeste do Pará, cortada pela malha rodoviária, na qual se destaca a Rodovia Belém-Brasília. A RI Rio Capim abrange uma área territorial de mais de 62 mil quilômetros quadrados, o que representa 5% da área total do estado. Do total da região, 4,3% são de áreas protegidas.

A região, em 2018, registrou uma população de mais de 687.153 habitantes, 8% do total do estado, sendo Paragominas o município de maior contingente populacional com 111.764 habitantes, que corresponde a 16%. Dom Eliseu, Ipixuna do Pará e Tomé-Açu seguem com 9%, cada.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 8,9 bilhões, com destaque para o Valor Adicionado Agropecuário, que responde a 15% do setor do estado. Na composição do PIB, a Agropecuária contribuiu com 29%, os Serviços com 25%, a Administração Pública com 25%, a Indústria com 15% e os Impostos sobre produtos com 6%.

A RI Rio Capim integra a região turística Amazônia Atlântica. Os principais atrativos turísticos da região são eventos religiosos, festivais, culinária e artesanato local, feiras agropecuárias, monumentos históricos, balneários, igarapés, trilhas ecológicas e canoagem.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Rio Capim teve seu PIB valorado em R$8,956 bilhões, o que representou 6,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos o de maior valor adicionado foi a Agropecuária com R$2,6 bilhões, 29% do valor adicionado pela RI, seguido pela Administração Pública, com R$ 2,2 bilhões (25%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal. Essa RI constitui-se na maior produtora de grãos do estado, sendo os principais a soja (65%) e o sorgo (65%). Outros produtos relevantes da agropecuária são a pimenta-do-reino, açaí, mandioca, dendê, cana-de-açúcar, laranja e mel. A indústria destaca-se pela extração de caulim e bauxita.

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Capim, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Capim
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**8.956.451**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**8.461.488**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	94,5%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**2.638.844**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	29,46%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**1.310.175**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	14,63%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**2.235.827**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	24,96%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.276.642**
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	25,42%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**494.964**
% Impostos	13,55%	9,62%	5,53%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Rio Capim, os que apresentaram, em 2016, as maiores contribuições para o PIB da região foram Paragominas, com participação de 30%, tendo como principais atividades a indústria extrativa, o comércio e a agricultura, e Ulianópolis, com 15%, destacando-se as atividades da agricultura (cultivos de soja e cana-de-açúcar) e da indústria de transformação (segmento de fabricação de açúcar e álcool).

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região Rio Capim, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Rio Capim	**Agricultura**	**Indústria extrativa**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Pecuária**
Abel Figueiredo	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Indústria de transformação
Aurora do Pará	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Bujaru	Agricultura	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio	Transporte
Capitão Poço	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Pecuária	Construção civil
Concórdia do Pará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Dom Eliseu	Agricultura	Comércio	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pecuária
Garrafão do Norte	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Construção civil	Comércio
Ipixuna do Pará	Agricultura	Indústria extrativa	Pecuária	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Irituia	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio	Construção civil
Mãe do Rio	Atividades imobiliárias	Comércio	Agricultura	Pecuária	Indústria de transformação

Item Geográfico	Principais Atividades				
Nova Esperança do Piriá	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Ourém	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Paragominas	Indústria extrativa	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Rondon do Pará	Pecuária	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Indústria de transformação
Tomé-Açu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil	Pecuária
Ulianópolis	Agricultura	Indústria de transformação	Construção civil	Atividades imobiliárias	Comércio

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US$14,434 bilhões e da RI Rio Capim contabilizou um saldo de US$346 milhões. Entre os municípios exportadores da RI, Paragominas destaca-se como o maior exportador de soja, com 81% da produção da região e 45% da produção do estado. Na pauta de importação, a demanda da RI é, em grande parte, por máquinas e produtos químicos.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Rio Capim	**440.225.515**	**2,8**	**93.931.128**	**8,0**	**346.294.387**
Abel Figueiredo	1.608.209	0,4	0	0,0	1.608.209
Aurora do Pará	282.791	0,1	0	0,0	282.791
Capitão Poço	2.470.127	0,6	0	0,0	2.470.127
Dom Eliseu	9.430.408	2,1	0	0,0	9.430.408
Ipixuna do Pará	0	0,0	1.244.528	1,3	-1.244.528
Paragominas	418.180.670	95,0	91.804.168	97,7	326.376.502
Rondon do Pará	3.316.230	0,8	38.682	0,0	3.277.548
Tomé-Açu	3.853.056	0,9	0	0,0	3.853.056
Ulianópolis	1.084.024	0,2	843.750	0,9	240.274

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garantem direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Rio Capim, a mesma registrou, em 2017, um total de 59 mil empregos formais, equivalentes a 6% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública participou com, cerca de, 35,6% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 16%, e Agropecuária, 15%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Paragominas (33%), Tomé-Açú (15%) e Dom Eliseu (8%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	220.348
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	8,59
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	25,73
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**59.605**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	1.616
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.162
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	368
Construção Civil	1.838.958	57.880	2.633
Comércio	9.230.750	203.656	9.804
Serviços	16.772.645	284.360	6.552
Administração Pública	9.195.215	363.926	21.213
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	9.257

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 163 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 6% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transporte, o principal eixo viário da RI Rio Capim é a rodovia federal BR-010, Belém-Brasília, a qual atravessa sete municípios e integra a região a Região Metropolitana de Belém e à cidade de Castanhal (RI Guamá). Através da BR-010, tem-se acesso a outra rodovia federal, a BR-222, que inicia em Dom Eliseu e termina na cidade de Marabá (RI Carajás).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Rio Capim

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (2)	Tomé-Açu
	Paragominas
Rodovias	9 rodovias (total 644 km) - 45% pavimentado
Travessias (2)	PA-256 (Santana de Ipixuna - Alto Capim)
	PA-140 (Santa Isabel - Bujaru)
Porto	(IP4) Bujaru
Pontes	57 pontes (total de 1,8 km)

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também dois aeródromos/aeroportos, 57 pontes (totalizando 1,8 km de extensão), um porto de pequeno porte, duas travessias e nove rodovias.

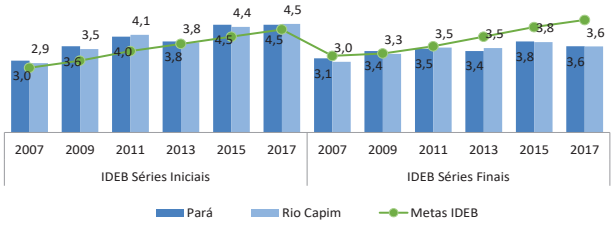
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Capim, a média da nota IDEB dos municípios, entre os anos de 2007 a 2017, alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o estado do Pará, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), no entanto, para as séries finais (8ª Série/9º Ano), com exceção do ano de 2009, não foram cumpridas as metas. No Pará, a nota IDEB alcançou um comportamento de crescimento, na maioria dos anos observados, em especial nas séries iniciais, o qual não é notado na RI Rio Capim, que manteve um comportamento oscilante, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região Integração Rio Capim, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



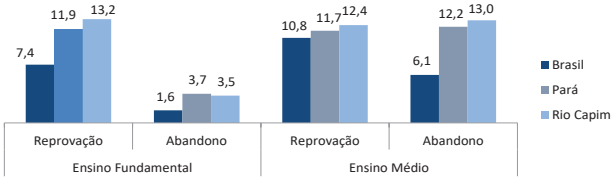
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Rio Capim.

Na taxa de reprovação no ensino fundamental, a região chegou a 13,2% de reprovados, em 2017, bem acima dos valores do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. No ensino fundamental, o município de Nova Esperança do Piriá apresentou a maior taxa de reprovação, 21,1%, e Ulianópolis a menor taxa, 3,5%. No ensino médio, a maior taxa foi observada pelo município de Dom Eliseu, 23,1% de alunos reprovados, e a menor taxa pelo município de Garrafão do Norte, 5,9%.

Em 2017, no que se refere à taxa de abandono no ensino fundamental, a região registrou 3,5%, um pouco abaixo da taxa do estado, de 3,7%. No entanto, no ensino médio, a taxa foi de 13%, acima do registrado no Pará, 12,2%, e no Brasil, 6,1%. O estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios da RI Rio Capim que obtiveram, em 2017, as maiores taxas de abandono no ensino fundamental foram Capitão Poço (6,5%) e Nova Esperança do Piriá (5,8%), e as menores, Ulianópolis (0,6%) e Aurora do Pará (1,8%). No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi Ipixuna do Pará (20,3%), e a menor, Ulianópolis (7,4%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2% respectivamente). Na região, foram registradas taxas superiores às do estado, tanto no ensino fundamental (31,7%), como no ensino médio (55,7%). Especificamente no ensino fundamental, o município de Garrafão do Norte destacou-se com a maior taxa de distorção (42,2%), e Ulianópolis com a menor taxa (16,8%). No ensino médio, a pior taxa ficou com o município de Concórdia do Pará (66,8%), e a menor distorção foi observada em Rondon do Pará (43,9%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2018.

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Rio Capim	**31,7**	**55,7**
Abel Figueiredo	28,9	47,3
Aurora do Pará	33,9	66,0
Bujaru	35,1	58,9
Capitão Poço	34,7	52,3
Concórdia do Pará	40,0	66,8
Dom Eliseu	23,7	53,5
Garrafão do Norte	42,2	58,4
Ipixuna do Pará	37,2	65,7
Irituia	30,6	57,4
Mãe do Rio	32,6	50,3
Nova Esperança do Piriá	34,2	62,6
Ourém	32,8	54,8
Paragominas	25,8	46,2
Rondon do Pará	31,2	43,9
Tomé Açu	26,8	58,1
Ulianópolis	16,8	48,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Capim, a taxa de mortalidade infantil apresentada, em 2017, de 13,16 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), foi ligeiramente inferior à do Pará, 15,38. Os municípios da região com as menores taxas foram Ourém (3,33), Garrafão do Norte (7,32) e Aurora do Pará (9,98), que apresentaram menos de 10 mortes por mil nascidos vivos. Por outro lado, Abel Figueiredo (28,17) e Ipixuna do Pará (20,24) obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada nesta análise a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região constavam, em 2018, 1.434 agentes, número equivalente a uma proporção de cobertura de 97,41%, maior que a do Pará, 81,21%, sendo que apenas os municípios de Ipixuna do Pará (73,91%), Paragominas (89,89%), Ulianópolis (95,96%) e Tomé-Açu (98,77%) estavam abaixo de 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 155 equipes implantadas na RI Rio Capim, correspondentes a uma proporção de cobertura média de 79,19%, superior à apresentada pelo estado, de 59,13%. Dentre seus municípios, apenas Abel Figueiredo, Garrafão do Norte, Mãe do Rio e Ourém alcançaram 100% da cobertura, em contraposição a Tomé-Açu (44,73%), Concórdia do Pará (53,25%) e Aurora do Pará (56,61%), com menores proporção de cobertura.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Capim
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	13,16
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	97,41
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	79,19
Hospitais - 2018	6.687	247	29
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,97
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,80

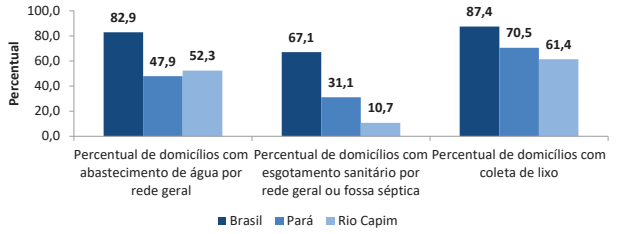
Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Verificando os indicadores de infraestrutura, a RI Rio Capim dispõe de 29 hospitais (hospitais gerais e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional Público do Leste do Pará, inaugurado em 2014, em Paragominas, que oferece clínica médica e cirúrgica, nas especialidades de neurologia/neurocirurgia, traumatologia/ortopedia, cirurgia geral e suporte de anestesia, além de consultas ambulatoriais em cardiologia, clínica cirúrgica, clínica médica, neurologia/neurocirurgia, urologia, endocrinologia, ginecologia, mastologia e traumatologia/ortopedia. Ressalta-se, também, o Hospital Geral de Ipixuna do Pará, com a oferta de consultas em cardiologia, infectologia, clínica médica e cirúrgica, além de exames complementares, cirurgias eletivas, internações e pronto-atendimento 24 h. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa registrada, em 2018, pela RI, foi de 2,97, superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que não se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na região foi de 1,80, inferior à do estado, 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Capim, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Capim. Observou-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% com esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% com coleta de lixo regular. Na RI Rio Capim, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 52,3% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, 10,7%, e coleta de lixo, 61,4%. Destaca-se que a cobertura do serviço de abastecimento de água por rede geral era maior na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicilio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, em apenas três (Capitão Poço, Dom Eliseu e Ourém) dos 16 municípios que compõem a RI Rio Capim, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Pode-se observar na tabela a seguir que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Capim, o déficit era de 27,7% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66% do total da região. Coabitação familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 24,2% na região Rio Capim. Juntas, essas duas componentes representaram, cerca de, 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,5% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,4% na RI.

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Rio Capim, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAPIM	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	40.342	27,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.045	66,0
Coabitação Familiar	168.684	39,2	9.897	24,2
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	2.244	5,5
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	1.791	4,4
Total Domicílios	**1.859.165**		**145.953**	

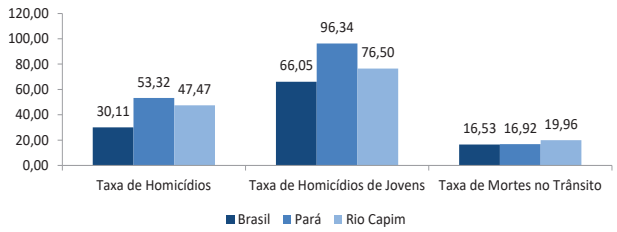
Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.4. Segurança

Na área da segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Rio Capim apresentou taxas inferiores às do estado nos indicadores taxa de homicídios e taxa de homicídios de jovens e taxa superior para o indicador taxa de mortes no trânsito. A taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI esse número foi de 47,47. Nova Esperança do Piriá e Tomé-Açu atingiram as maiores taxas, 91,39 e 76,16 homicídios, respectivamente, em contraposição a Aurora do Pará e Ulianópolis, com as menores taxas, 16,41 e 27,81 mortes, respectivamente.

Em 2017, a taxa de homicídio com recorte na população jovem registrada pela RI Rio Capim, 76,50 homicídios a cada 100 mil jovens, foi inferior à taxa estadual, de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Entre os municípios da região, Nova Esperança do Piriá e Abel Figueiredo alcançaram as maiores taxas, 203,89 e 147,29 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, enquanto Aurora do Pará e Garrafão do Norte apresentaram as menores taxas, 21,20 e 25,70, nesta ordem.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Capim, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Capim, em 2017, foi de 19,96 mortes, superior à do Pará, 16,92 mortes, ressaltando-se os municípios de Abel Figueiredo (41,49 mortes) e Garrafão do Norte (31,54 mortes) com as maiores taxas, e Ipixuna do Pará que não apresentou nenhum caso de morte no trânsito.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Rio Capim apresentou taxas inferiores ao Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo, e taxa superior para o indicador taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da região foi de 43,43 mortes e do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI observou taxa de 12,20 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2017, atingiu um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e na RI, 400,97 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Rio Capim

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Capim	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	41,65	43,43
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	19,03	12,20
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	450,67	400,97

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

No ano de 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%, e na região Rio Capim, 42,39% de sua população estava abaixo da linha da pobreza.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Capim apresentou um Índice de Gini de 0,58, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Rio Capim, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Capim	42,39	0,58

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico, em 2018, na RI Rio Capim, 55,5% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 81,1% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 68,8% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Rio Capim	**55,5**	**81,1**	**68,8**
Abel Figueiredo	67,5	82,3	63,5
Aurora do Pará	53,9	86,6	73,7
Bujaru	80,0	91,0	83,4
Capitão Poço	64,9	78,5	66,2
Concórdia do Pará	65,5	87,2	80,2
Dom Eliseu	40,1	65,5	46,6
Garrafão do Norte	77,6	86,4	78,6
Ipixuna do Pará	36,6	88,8	77,6
Irituia	72,6	88,7	75,6
Mãe do Rio	81,6	84,2	72,0
Nova Esperança do Piriá	84,9	93,8	87,6
Ourém	77,2	82,8	72,2
Paragominas	50,9	67,3	54,6
Rondon do Pará	39,0	69,4	54,7
Tomé-Açu	65,4	88,1	75,2
Ulianópolis	26,4	76,8	68,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Os municípios de Nova Esperança do Piriá, Mãe do Rio e Bujaru, possuíam, na época, os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, com 84,9%, 81,6% e 80%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram os de Nova Esperança do Piriá (93,8%) e Bujaru (95,7%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família também foram o de Nova Esperança do Piriá e de Bujaru, com 87,6% e 83,4%, respectivamente.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a região Rio Capim se mostrou como a 4º RI com o maior quantitativo de jovens (208.931), equivalente a uma participação estimada de 30,41% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Paragominas abrigava o maior número de jovens (35.182), correspondente a 31,48% de sua população, seguido de Ipixuna do Pará (20.001 jovens), participação de 32,02%. Os mais elevados percentuais de participação, no mesmo ano, ocorreram em Concórdia do Pará (31,99%) e Garrafão do Norte (32,29%), enquanto os minoritários foram registrados em Irituia (27,02%) e Abel Figueiredo (27,96%).

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Rio Capim	**199.617**	**30,32**	**202.479**	**30,34**	**205.234**	**30,35**	**208.931**	**30,41**
Abel Figueiredo	2.017	28,30	2.027	28,24	2.037	28,17	2.064	27,96
Aurora do Pará	9.067	30,74	9.253	30,85	9.433	30,96	9.591	31,04
Bujaru	7.856	28,37	7.952	28,38	8.044	28,39	8.192	28,41
Capitão Poço	15.808	30,00	15.844	30,03	15.879	30,05	16.530	30,51
Concórdia do Pará	9.943	31,71	10.144	31,82	10.337	31,91	10.508	31,99
Dom Eliseu	17.220	30,53	17.477	30,53	17.724	30,52	17.991	30,52
Garrafão do Norte	7.746	30,59	7.764	30,63	7.781	30,68	8.403	32,29
Ipixuna do Pará	18.687	31,91	19.319	31,97	19.927	32,02	20.001	32,02
Irituia	8.774	27,72	8.775	27,71	8.775	27,70	8.784	27,02
Mãe do Rio	8.388	28,97	8.414	28,90	8.440	28,84	8.551	28,58
Nova Esperança do Piriá	6.321	30,59	6.349	30,63	6.376	30,67	6.596	30,98
Ourém	4.889	28,57	4.924	28,57	4.958	28,57	5.063	28,57
Paragominas	33.691	31,48	34.173	31,48	34.637	31,48	35.182	31,48
Rondon do Pará	14.799	29,61	14.906	29,54	15.009	29,47	15.225	29,33
Tomé-Açu	18.039	29,84	18.229	29,84	18.412	29,84	18.753	29,84
Ulianópolis	16.372	30,39	16.929	30,37	17.465	30,36	17.497	30,36

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e a 29,49% na RI Rio Capim. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Paragominas (6.303, com participação de 31,98%) e Tomé-Açu (2.965, e 33,66% de participação), enquanto em termos de participação, os maiores percentuais foram registrados em Ulianópolis (35,29%) e Nova Esperança do Piriá (35,13%), e os menores, em Bujaru (13,08%) e Irituia (13,88%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Capim e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Rio Capim	**59.605**	**17.579**	**29,49**
Abel Figueiredo	605	128	21,16
Aurora do Pará	1.659	313	18,87
Bujaru	1.376	180	13,08
Capitão Poço	2.358	818	34,69
Concórdia do Pará	2.883	816	28,30
Dom Eliseu	4.955	1.476	29,79
Garrafão do Norte	1.234	204	16,53
Ipixuna do Pará	2.276	436	19,16
Irituia	1.138	158	13,88
Mãe do Rio	2.877	824	28,64
Nova Esperança do Piriá	837	294	35,13
Ourém	520	101	19,42
Paragominas	19.712	6.303	31,98
Rondon do Pará	4.105	1.059	25,80
Tomé-Açu	8.808	2.965	33,66
Ulianópolis	4.262	1.504	35,29

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, resultado que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Rio Capim, esse dado foi de 28,01%, em 2017, o sexto maior percentual, entre as RI, com diminuição de 3,65 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos de mães menores de 19 anos de idade, sucederam em Nova Esperança do Piriá (36,27%), Ulianópolis (35,27%) e Garrafão do Norte (35,12%), enquanto os menores índices foram em Irituia (22,97%) e Paragominas (23,86%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, notando-se que o município que sofreu mais elevação foi Abel Figueiredo (5,6 p.p.) e o que conseguiu mais êxito na diminuição do índice foi Concórdia do Pará (9,98 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Capim (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Rio Capim	**31,66**	**30,81**	**31,80**	**30,77**	**31,06**	**29,29**	**29,61**	**28,01**
Abel Figueiredo	26,79	33,33	28,07	27,91	36,00	25,17	29,91	32,39
Aurora do Pará	32,94	30,86	32,80	29,67	28,60	32,95	33,67	34,41
Bujaru	28,96	31,64	34,25	30,32	31,94	29,05	33,53	24,95
Capitão Poço	27,77	29,14	32,77	28,25	30,75	28,64	27,63	24,94
Concórdia do Pará	37,55	29,72	31,12	30,05	27,92	27,61	27,60	27,57
Dom Eliseu	26,16	29,99	29,14	30,24	31,63	29,79	28,90	29,91
Garrafão do Norte	33,53	37,50	34,34	37,23	34,25	36,43	31,14	35,12
Ipixuna do Pará	36,87	33,20	30,93	31,53	34,90	30,38	34,56	31,20
Irituia	28,30	29,06	28,75	27,37	26,62	26,84	25,86	22,97
Mãe do Rio	30,79	28,76	28,32	27,55	30,60	27,72	26,90	25,76
Nova Esperança do Piriá	39,81	35,65	34,31	38,99	33,17	36,30	34,83	36,27
Ourém	34,83	31,25	36,25	29,51	32,46	30,75	27,05	27,00
Paragominas	30,87	28,67	29,81	29,21	28,85	25,63	26,34	23,86
Rondon do Pará	31,80	27,02	33,78	29,59	28,42	25,24	29,73	27,68
Tomé Açu	32,44	33,65	33,53	32,15	33,78	29,05	30,43	28,42
Ulianópolis	32,51	34,02	34,75	37,13	34,27	41,54	35,09	35,27

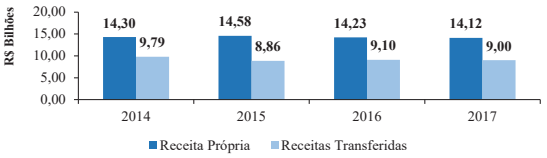
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como à viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

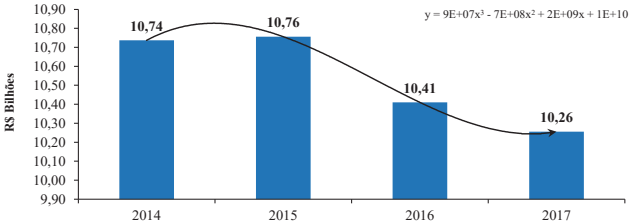
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017).



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



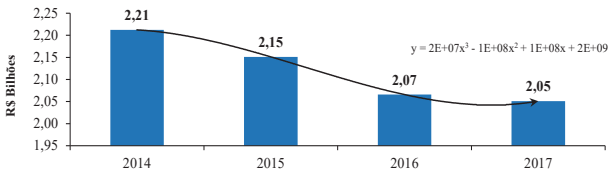
Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Rio Capim cresceu em 12,3%, tendo o município de Paragominas recebido a maior parcela (34%) do total destinado a RI, seguido por Dom Elizeu (9%) e Ulianópolis (8%). Outro ponto a destacar é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo vem representando, no período, em média, cerca de 5,4% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Rio Capim	**109.946.133,99**	**109.283.147,94**	**110.973.537,11**	**123.477.036,85**
Abel Figueiredo	2.654.635,02	2.581.491,68	2.290.260,62	2.666.447,64
Aurora do Pará	3.760.732,96	3.441.988,90	3.331.288,18	3.281.781,72
Bujaru	3.097.074,18	2.796.616,00	2.914.877,13	3.076.670,35
Capitão Poço	4.645.611,31	4.517.610,45	4.372.315,73	4.922.672,56
Concordia do Pará	3.760.732,96	3.441.988,90	3.955.904,70	5.332.895,29
Dom Elizeu	9.512.442,17	9.895.718,12	10.410.275,53	11.486.235,98
Garrafão do Norte	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	2.666.447,64
Ipixuna do Pará	8.848.783,42	7.744.475,05	7.078.987,36	6.973.786,13
Irituia	3.097.074,18	3.011.740,31	2.914.877,13	3.281.781,72
Mae do Rio	4.203.172,14	4.302.486,13	4.580.521,24	4.307.338,50
Nova Esperança Piriá	3.539.513,38	3.872.237,51	4.164.110,21	2.666.447,64
Ourém	2.875.854,63	2.796.616,00	2.498.466,12	2.871.559,00
Paragominas	32.076.839,91	34.204.764,82	35.394.936,81	42.458.050,86
Rondon do Pará	8.406.344,24	7.959.599,36	7.911.809,40	9.024.899,71
Tomé-Açu	8.406.344,24	7.959.599,36	8.120.014,92	8.409.565,62
Ulianópolis	7.963.905,08	7.744.475,05	8.120.014,92	10.050.456,49

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Rio Capim, com área de 62.148 km², possui parte do seu território recoberto por Unidades de Conservação de Proteção Integral (5 km²), Terras Indígenas (2.670 km²), Território Quilombola (20,88 km²) e Projetos de Assentamento (274,35 km²), sendo que as áreas protegidas somam 2.695,88 km², representando 4,33% de sua área total, e os assentamentos representam 0,44% dessa área.

O desmatamento acumulado da RI (38.285 km²), segundo dados de 2017, representa 62% de sua área total e 14% da área desmatada no estado Pará. O município de Paragominas apresentou a maior área desmatada (8.773 km²), seguido por Rondon do Pará (5.572 km²). Juntos, somam 37,5% percentual do desmatamento acumulado total da região. No tocante aos registros de focos de calor, os números encontram-se mais distribuídos entre os municípios da RI, com Paragominas concentrando o maior número de registros (631), conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Área de Desmatamento Acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Rio Capim, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Rio Capim	**62.148**	**38.285**	**3.331**
Abel Figueiredo	614	567	31
Aurora do Pará	1.812	1.558	123
Bujaru	1.005	666	216
Capitão Poço	2.900	2.575	145
Concórdia do Pará	691	613	134
Dom Eliseu	5.269	3.489	222
Garrafão do Norte	1.599	1.436	135
Ipixuna do Pará	5.216	2.773	340
Irituia	1.379	1.216	141
Mãe do Rio	469	450	15
Nova Esperança do Piriá	2.809	1.567	234
Ourém	562	500	23
Paragominas	19.342	8.773	631
Rondon do Pará	8.246	5.572	285
Tomé-Açu	5.145	2.991	322
Ulianópolis	5.088	3.540	334

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, o total de 83,28% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Nova Esperança do Piriá possuiu a maior porção de área com CAR efetivado (93,01%), seguido por Paragominas (92,39%) e Ulianópolis (92,00%).

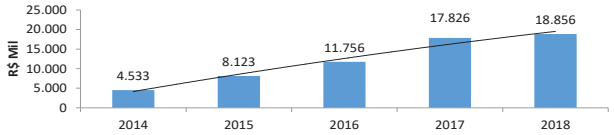
Tabela 16– Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Rio Capim, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (KM²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (KM²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Rio Capim	**62.229,72**	**59.164,27**	**95,07**	**49.273,54**	**83,28**
Abel Figueiredo	614,86	612,32	99,59	352,36	57,55
Aurora do Pará	1.814,53	1.789,32	98,61	1.357,75	75,88
Bujaru	1.006,98	949,37	94,28	293,13	30,88
Capitão Poço	2.901,68	2.896,78	99,83	2.191,40	75,65
Concórdia do Pará	692,26	692,27	100,00	473,63	68,42
Dom Eliseu	5.277,97	5.255,02	99,57	4.626,23	88,03
Garrafão do Norte	1.599,86	1.592,28	99,53	1.100,19	69,10
Ipixuna do Pará	5.225,27	4.973,90	95,19	4.138,09	83,20
Irituia	1.380,69	1.380,52	99,99	815,80	59,09
Mãe do Rio	470,02	470,02	100,00	305,39	64,97
RI Rio Capim	**62.229,72**	**59.164,27**	**95,07**	**49.273,54**	**83,28**
Nova Esperança do Piriá	2.810,25	1.342,25	47,76	1.248,40	93,01
Ourém	562,73	562,73	100,00	346,05	61,50
Paragominas	19.369,07	18.230,18	94,12	16.842,88	92,39
Rondon do Pará	8.256,37	8.227,63	99,65	6.743,88	81,97
Tomé-Açu	5.153,04	5.133,95	99,63	3.786,92	73,76
Ulianópolis	5.094,14	5.055,75	99,25	4.651,46	92,00

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Rio Capim, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 10,84% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios. Em 2018, a região contabilizou um montante de R$18,856 milhões, com o município de Paragominas detendo a maior parcela (11,93%), seguido por Rondon do Pará (8,01%) e Ulianópolis (7,32%), conforme Tabela 17.

Gráfico 08 - Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Capim (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Rio Capim (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Rio Capim	**4.532.899,73**	**8.122.959,77**	**11.756.359,17**	**17.825.553,59**	**18.855.960,08**
Abel Figueiredo	133.346,28	263.240,15	371.502,88	889.631,07	1.065.594,44
Aurora do Pará	197.743,34	386.235,60	581.027,72	764.915,70	660.603,41
Bujaru	187.196,10	145.410,00	618.943,74	1.277.166,58	1.109.917,43
Capitão Poço	198.043,51	376.152,80	488.222,34	1.034.800,74	1.142.502,89
Concórdia do Pará	147.571,12	295.079,18	408.213,37	1.035.074,98	1.074.423,29
Dom Eliseu	396.552,32	778.142,06	1.049.962,28	1.277.170,05	1.363.840,30
Garrafão do Norte	175.961,23	369.329,05	485.580,48	538.435,48	649.424,99
Ipixuna do Pará	387.485,05	761.454,28	1.068.427,56	1.277.169,12	1.370.412,29
Irituia	153.741,39	297.762,81	407.640,54	1.033.599,83	1.089.219,00
Mãe do Rio	189.643,35	349.263,71	518.696,64	1.013.931,60	1.053.072,87
Nova Esperança do Piriá	759.029,02	1.437.198,62	2.024.588,33	766.360,64	736.333,70
Item geográfico	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Rio Capim	**4.532.899,73**	**8.122.959,77**	**11.756.359,17**	**17.825.553,59**	**18.855.960,08**
Ourém	118.685,77	268.999,09	374.312,17	1.028.097,54	1.072.357,26
Paragominas	421.624,42	825.100,48	1.197.508,14	1.788.946,50	2.249.954,98
Rondon do Pará	318.555,11	356.831,60	506.163,90	1.277.169,38	1.509.861,08
Tomé-Açu	322.690,01	383.769,00	523.122,00	1.277.168,39	1.327.785,72
Ulianópolis	425.031,71	828.991,32	1.132.447,09	1.545.916,01	1.380.656,45

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Rio Capim**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	28.295.232,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.542.287,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	1.811.130,00
Cultura	531.121,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	68.200.007,00
Direitos Socioassistenciais	11.172.031,00
Educação Básica	579.893.505,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.771.215,00
Educação Superior	7.000.772,00
Esporte e Lazer	2.062.290,00
Governança Pública	65.043.872,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	7.912.846,00
Infraestrutura e Logística	198.570.972,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.815.950,00
Saúde	429.267.596,00
Segurança Pública	69.881.869,00
Trabalho, Emprego e Renda	4.683.729,00
	R$ 1.483.456.424,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	762.872.818,00
	R$ 762.872.818,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 2.246.329.242,00

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 28.295.232,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.412.990	06/2019	ADEPARA	1.717.498
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Soja)	Kg/Hectare	3.748	06/2019	IBGE	4.556

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	366	12/2018	SEDAP	2020	384
					2021	404
					2022	424
					2023	445
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	7.871	12/2018	EMATER	2020	6.740
					2021	6.990
					2022	7.460
					2023	7.850
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	883	12/2018	SEDAP	2020	927
					2021	974
					2022	1022
					2023	1.073

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação de Área Livre de Pragas Vegetais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	Produto Classificado	T	ADEPARÁ
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 3.542.287,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	-
					2022	20,00
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	20,00
					2021	19,00
					2022	31,00
					2023	25,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 1.811.130,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,16	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020	0,00
					2021	0,00
					2022	33,33
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	SECTET
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 531.121,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	18,75	12/2018	SECULT/FCP	43,75

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	-
					2022	1.800
					2023	-

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional

Implantar 1 Projeto de Fomento à Difusão e Produção Audiovisual para Juventude

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Fomento à Produção e Difusão Audiovisual	Projeto Atendido	Un	FUNTELPA
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 68.200.007,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	3,21	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	9,18
					2021	9,18
					2022	9,18
					2023	9,18
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	67,46	12/2019	COSANPA/IBG E/SNIS/SEDOP	2020	80,70
					2021	80,70
					2022	80,70
					2023	80,70

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 11.172.031,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Atenção à Pessoa Idosa e suas Famílias	Idoso Beneficiado	Un	SEASTER
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 579.893.505,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,10	12/2017	INEP/SEDUC	3,70
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	3,60	12/2017	INEP/SEDUC	4,20

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	5,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	5,20
					2021	4,90
					2022	4,70
					2023	4,60
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,61	12/2018	INEP/SEDUC	2020	13,12
					2021	12,96
					2022	12,79
					2023	12,53
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	85,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	86,20
					2021	87,00
					2022	87,40
					2023	87,90
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	77,70
					2021	78,00
					2022	78,30
					2023	78,70
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	9,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	8,60
					2021	8,10
					2022	7,80
					2023	7,60
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	9,93	12/2018	INEP/SEDUC	2020	9,18
					2021	9,04
					2022	8,91
					2023	8,77

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 7 Escolas Estaduais nos Municípios de Aurora do Pará, Concórdia do Pará, Irituia, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.
Reformar/Ampliar 6 Escolas Estaduais nos Municípios de Abel Figueiredo, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 23 escolas nos Municípios de Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Dom Eliseu, Irituia, Nova Esperança do Piriá, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.771.215,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	100,00
					2021	50,00
					2022	33,33
					2023	18,75
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	558	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	350
					2021	380
					2022	510
					2023	540

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar 03 Novos Cursos Técnicos em Tomé-Açu e Rondon do Pará

Implantar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Tomé-Açu e Rondon do Pará

Implantar Escola de Ensino Técnico em Tomé-Açu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 7.000.772,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	3,61	12/2018	UEPA	2,10

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	3,00	12/2018	UEPA	2020	9,00
					2021	11,00
					2022	10,00
					2023	10,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 2.062.290,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	570	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	572
					2021	583
					2022	590
					2023	612

Objetivo

Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Difusão de Eventos Esportivos	Evento Difundido	Un	FUNTELPA
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 65.043.872,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	549.339,00	12/2018	SEFA	740.446,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,25	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	0,38
					2021	0,38
					2022	0,38
					2023	0,38

Objetivo

Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional

Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Bujaru, Irituia e Mãe do Rio

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE, SEDOP
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	DETRAN, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 7.912.846,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	4,30	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	12.174,60	12/2018	SETUR	13.774,44

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	58	12/2018	BANPARA	2020	142
					2021	212
					2022	276
					2023	331
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	4	07/2019	SEDEME	2020	45
					2021	57
					2022	65
					2023	74
Número de turistas	Unidade	15.000	12/2018	SETUR	2020	15.759
					2021	16.153
					2022	16.557
					2023	16.971

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional
Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá e Ourém

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 198.570.972,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	52,58	12/2018	SETRAN	67,64

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	1.651,90	12/2018	SETRAN	2020	1.731,90
					2021	2.541,90
					2022	2.661,90
					2023	2.672,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	488,74	12/2018	SETRAN	2020	564,74
					2021	603,74
					2022	628,74
					2023	628,74

Objetivo
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional
Construir a Ponte de Concreto sobre o Rio Capim PA-256 (400 Metros)
Pavimentar a PA-256 (Trecho: Entroncamento PA-451 até o Rio Capim no Município de Tomé-Açu- 147 Km)
Pavimentar a Perna Leste, Trecho: Entroncamento da Alça Viária (km 24 Acará) / Entroncamento da PA-140 (km 32 Bujaru), no Município de Bujaru - 45 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Fiscalização dos Serviços de Energia	Fiscalização Realizada	Un	ARCON

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.815.950,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	2,12	12/2018	PRODES/INPE	2,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Compromisso Regional

Implantar 01 Núcleo Regional da Semas no Município de Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Emitir 01 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 429.267.596,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	9	12/2018	MS/SIM/SINASC	7,33
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,16	12/2018	SIM	10,72
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	227,57	12/2018	MS/SIM	209,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	79,77	12/2018	EGESTOR	2020	83,76
					2021	87,95
					2022	92,34
					2023	96,96
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	12,50	12/2018	SIPNI	2020	50,00
					2021	60,00
					2022	65,00
					2023	70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,58	12/2018	DATASUS(CNES)	2020	1,58
					2021	1,58
					2022	1,58
					2023	1,61
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	53,20	12/2018	SINAN	2020	60,00
					2021	70,00
					2022	80,00
					2023	80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,29	12/2018	SIA	2020	0,30
					2021	0,35
					2022	0,40
					2023	0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,08	12/2018	SIA	2020	0,10
					2021	0,15
					2022	0,20
					2023	0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	2º CRS - Santa Izabel, 5º CRS - S. M. do Guamá, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	11º CRS - Marabá, 5º CRS - S. M. do Guamá
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Irituia

Concluir a Reforma do Hospital Municipal de Ourém

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	11º CRS - Marabá, 2º CRS - Santa Izabel, 4º CRS - Capanema, 5º CRS - S. M. do Guamá

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 69.881.869,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	42,50	12/2018	SEGUP	39,20
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	45,30	12/2018	SEGUP	39,20
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	21,68	12/2018	DATASUS	21,05
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	504,00	12/2018	SEGUP	437,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	507,10	12/2018	SEGUP	477,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,01	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	0,90 0,89 0,89 0,75
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	3.920	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	5.096 6.272 8.154 9.330
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	83,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	84,00 85,00 86,00 87,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	44,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	45,00 46,00 47,00 48,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	38,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	38,00 39,00 40,00 40,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	83,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	83,00 83,00 84,00 84,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Compromisso Regional

Construir Cadeia Pública em Tomé-Açu

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Ampliar o Videomonitoramento em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 2.246.329.242,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 4.683.729,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,49	12/2018	MTE/RAIS	1,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	1,71	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	0,40 0,90 1,40 1,90
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	13,10	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	14,00 15,00 17,00 18,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	22,70	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	23,00 23,50 24,00 25,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Paragominas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

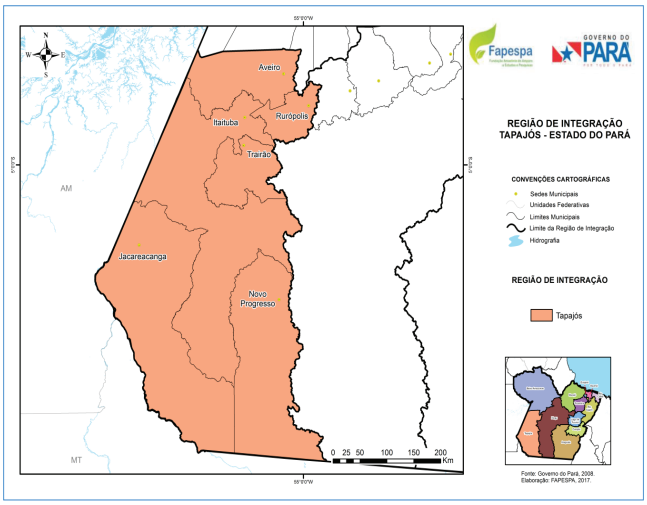
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Rio Capim

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	11.849.393,00
Concessão de Auxílio Alimentação	117.975.433,00
Concessão de Auxílio Fardamento	7.773.198,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.003.805,00
Operacionalização das Ações Administrativas	7.558.468,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	616.712.521,00
	R$ 762.872.818,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TAPAJÓS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tapajós, criada pelo Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, composta por 6 municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

Localizada na região sudoeste do Pará, tendo como marcos referenciais a BR-163 (Transamazônica), BR-230 (Cuiabá-Santarém) e o rio Tapajós. Com uma área de pouco mais de 189 mil km^2, o que representa 15% da área total do Pará. Do total da are da região, 64,4% são de áreas protegidas.

Sua população, em 2018, foi estimada em, cerca de, 253.023 habitantes, equivalente a 3% da população estadual. Itaituba é o município de maior contingente populacional, representando 40% da população da RI, seguido de Rurópolis, 20%, e Novo Progresso, 10%. A taxa de crescimento populacional média, de 2010 a 2018, foi de 0,64%, abaixo da média estadual, de 1,46%, para o mesmo período.

O Produto Interno Bruto (PIB) da região, foi em 2016, cerca de R$ 3 bilhões, que equivale a 2% do PIB Estadual. Na composição do PIB, os Serviços contribui com 33%, a atividade da Administração Pública com 26%, a Agropecuária com 20%, a Indústria com 12%, e os Impostos sobre produtos com 9%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Tapajós, onde as residências e prédios históricos, as festas religiosas, as manifestações folclóricas, festivais e o artesanato local, além das cachoeiras, praias, cavernas com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas, balneários, águas minerais e minero-termais, Tabuleiro de quelônios, Parque Nacional, Floresta Nacional área de proteção ambiental, compõem o potencial turístico.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

O Produto Interno Bruto (PIB) da RI Tapajós, em 2016, contribuiu com R$ 3,2 bilhões para a economia paraense, o que correspondeu a 2,3% do PIB estadual. Entre os setores econômicos que constituem o PIB da RI, o de maior valor adicionado é o de Serviços, com R$1 bilhão (33%). A dinâmica desse setor na economia regional é resultado também dos desempenhos do setor industrial e do agropecuário, os quais são fundamentais para a ampliação do setor terciário. A Administração Pública, que incorpora tanto as atividades do poder municipal como o do estadual e federal, contabilizou uma geração de riqueza de R$815 milhões (26%), enquanto a Indústria e a Agropecuária, em conjunto, contribuíram com agregação de valor de R$1 bilhão, aproximadamente.

Tabela 01 – PIB e Valor Adicionado dos Setores Econômicos – Região de Integração Tapajós, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Tapajós
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**3.173.857**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**2.893.415**
Valor Adicionado Total %	86,4%	90,4%	91,2%
Valor Adicionado Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**656.918**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	20,70%
Valor Adicionado Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**381.166**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	12,01%
Valor Adicionado Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.039.458**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	32,75%
Valor Adicionado Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**815.874**
% VA Administração Pública	15,08%	20,40%	25,71%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**280.441**
% Impostos	13,55%	9,62%	8,84%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre as atividades econômicas da região, em 2016, o setor de Serviços destacou-se com os segmentos de comércio e atividade imobiliária; a Indústria, com a indústria de transformação, em que a produção de cimento, a madeireira e de abate de animais são relevantes na formação do valor adicionado do setor; e, ainda, o Agropecuário, com os cultivos de mandioca, banana, soja, arroz, melancia, cacau e milho.

Entre os municípios que compõem a RI Tapajós, a maior contribuição para o PIB da região originou-se de Itaituba, com participação de 50%, tendo como principais atividades o comércio, as atividades mobiliárias, a indústria de transformação (destaque para fabricação de cimento), agricultura (com os cultivos de mandioca, banana, melancia e laranja) e a extração mineral (com os produtos de cobre e ouro). Novo Progresso contribuiu com 18% e apresentou como principais atividades a pecuária bovina, o comércio e a agricultura, em que ressaltam os cultivos de soja e milho.

Quadro 01: Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Tapajós, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tapajós	**Agricultura**	**Comércio**	**Atividades imobiliárias**	**Pecuária**	**Indústria de transformação**
Aveiro	Agricultura	Pecuária	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura
Itaituba	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Agricultura	Indústria extrativa
Jacareacanga	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio	Pecuária
Novo Progresso	Pecuária	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Rurópolis	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil	Comércio
Trairão	Agricultura	Comércio	Pecuária	Construção civil	Atividades imobiliárias

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

As relações comerciais do Pará com o mercado externo é um componente que possibilita inferir os patamares da atividade produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, como na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,434 bilhões, e a RI Tapajós contabilizou um saldo de US$16 milhões. Em relação ao valor exportado, na região, 62% são relativos à madeira, sendo o município de Itaituba responsável por 60% das exportações desse produto. Os principais produtos importados pela RI são maquinários (escavadeiras e pá mecânica) e veículos para transporte de mercadoria.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Tapajós	**18.592.837**	**0,1**	**2.046.708**	**0,2**	**16.546.129**
Itaituba	14.778.396	79,5	1.793.518	87,6	12.984.878
Novo Progresso	3.715.599	20,0	54.949	2,7	3.660.650
Rurópolis	0	0,00	198.241	9,7	-198.241
Trairão	98.842	0,5	0	0,0	98.842

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

Como importante variável de progresso da sociedade, o emprego formal consolida o vínculo na relação entre empregadores e empregados, além de garantir direitos e deveres entre esses segmentos. De acordo com dados da RAIS/ME, a RI Tapajós registrou, em 2017, um total de 19 mil empregos formais, 2% dos empregos formais gerados no Pará, com maior participação da Administração Pública, 34% do total gerado na região, seguido pelo Comércio, 25%, e Serviços, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estão Itaituba, 58%, Novo Progresso, 19%, e Rurópolis, 9%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tapajós
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	81.489
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	6,62
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	21,18
Empregos Formais (2017)			
Total	46.281.590	1.068.818	19.235
Extrativa Mineral	212.337	19.710	556
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.558
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	202
Construção Civil	1.838.958	57.880	1.255
Comércio	9.230.750	203.656	4.824
Serviços	16.772.645	284.360	3.698
Administração Pública	9.195.215	363.926	6.600
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	542

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em que pese o emprego formal ser um importante indicador de melhoria do bem-estar social, em 2010, cerca de 64 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 2% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Do ponto de vista da infraestrutura, a RI dispõe de aeroportos, rodovias (BR-163 e BR-230) e a hidrovia Teles Pires, com 345 km de trecho navegável, além de portos de passageiros e carga. Ressalta-se a BR-163, trecho Cuiabá-Santarém, que interliga as RI Tapajós e Baixo Amazonas, importante eixo de escoamento agrícola, através dos portos de Santarém (RI Baixo Amazonas) e Miritituba, em Itaituba (RI Tapajós).

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tapajós

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (5)	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Rurópolis
Rodovias	BR-163 e BR-230
Travessias	Itaituba - Miritituba (Itaituba)
	Jardim do Ouro (Transgarimpeira)
Hidrovia	Teles Pires (345 km de trecho navegável)
Portos (3)	Itaituba
	Miritituba (Itaituba)
	Aveiro

Fonte: SETRAN, 2019
Elaboração: Fapespa, 2019.

A RI Tapajós faz parte, de forma mais pontual, das principais zonas de tráfego fluvial do estado do Pará, tendo em vista, principalmente, a circulação desenvolvida nos rios Tapajós e Jamaxin e as atividades do porto de Itaituba, situado na margem direita do rio Tapajós, no distrito de Miritituba, em frente à sede municipal. Sobre a infraestrutura fluvial de menor porte, a RI Tapajós apresenta alguns terminais (terminais IP4), em Aveiro e Itaituba.

No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Tapajós poderá ser contemplada com cerca de R$12,14 bilhões, que representa 9,6% do total para o estado, destacando-se projetos como a ferrovia Sinop/MT-Miritituba/PA, com investimentos previstos de R$10 bilhões, e um terminal em Miritituba, R$45 milhões.

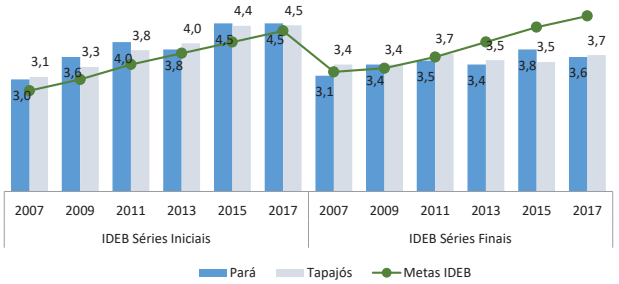
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tapajós, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, sendo esse o mesmo comportamento observado pelo estado. Quanto às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série (2007, 2009 e 2011), tendo, a partir de 2013, uma queda da nota, que, somente em 2017, volta a se recuperar, porém, ficando ainda abaixo das metas. O Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Tapajós, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



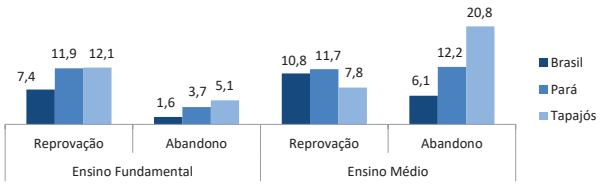
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que demonstram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para chegar ao valor da RI Tapajós.

No ensino fundamental, a região chegou a 12,1% de reprovados, em 2017, estando um pouco acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. O município de Jacareacanga apresentou a maior taxa de reprovação, 16,2%, e Novo Progresso, a menor taxa, de 9,5%. No ensino médio, o município com a maior taxa de reprovação foi Trairão, com 11,2% de alunos reprovados, e a menor taxa ocorreu no município de Jacareacanga, com 3,6%.

Em relação à taxa de abandono, no ensino fundamental, a região ficou acima dos valores do Pará e do Brasil, 3,7% e 1,6%, respectivamente, alcançando a taxa de 5,1% de abandono. Da mesma forma, no ensino médio, a taxa da região foi de 20,8%, muito acima do registrado no Pará. Situação ainda mais preocupante quando se considera que o estado do Pará se destaca com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tapajós, o município que obteve a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi Aveiro, 7,1%, e a menor taxa foi registrada pelo município de Rurópolis, 4,0%. No ensino médio, o município que obteve a maior taxa de abandono foi Trairão, 34,4%, e a menor foi registrada, também, pelo município de Rurópolis, 14,5%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil (17,2% e 28,2%, respectivamente). Na região, que apresenta taxas muito superiores às do estado, o município de Jacareacanga se destaca com a maior taxa de distorção tanto para o ensino fundamental (45,2%), quanto para o ensino médio (77,3%), conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2018

Itens Geográficos	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Tapajós	**34,8**	**53,5**
Aveiro	34,6	46,6
Itaituba	32,2	45,5
Jacareacanga	45,2	77,3
Novo Progresso	25,7	47,5
Rurópolis	34,9	49,4
Trairão	36,3	54,8

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, em 2017, na RI Tapajós, a taxa de mortalidade infantil, de 22,04 mortes infantis a cada mil nascidos vivos, foi superior à apresentada pelo Pará, de 15,38. Os municípios com as menores taxas foram Novo Progresso, 17,71, e Aveiro, 18,87. Por outro lado, Trairão, com 45,25, e Jacareacanga, com 29,36, obtiveram os maiores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. A região conta com 530 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 100% (todos os municípios da RI apresentaram cobertura de 100%), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 81,21%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia quarenta e cinco equipes implantadas na RI, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 75,62%, superior à cobertura apresentada pelo estado, de 59,13%. Até dezembro de 2018, apenas o município de Aveiro possuía 100% da população estimada coberta, com destaque negativo para Rurópolis e Trairão, com apenas 42,16% e 56,04% de cobertura, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tapajós
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	22,04
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	100,00
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	75,62
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,77
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	2,24

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

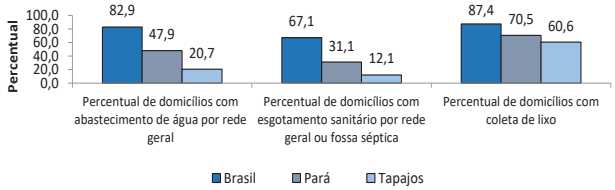
Verificando os indicadores de infraestrutura da saúde, a RI Tapajós dispõe de onze hospitais (todos hospitais gerais), sendo sete pertencentes ao município de Itaituba. Em relação aos postos e centros de saúde por 10 mil habitantes, a taxa apresentada pela RI, em 2018, foi de 2,77, ligeiramente superior à apresentada pelo Pará, de 2,47. Fato este que se repete quando analisada a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes observada na RI, de 2,24, superior à taxa do estado, de 1,93.

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois essa pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tapajós, em 2010. Observa-se que, naquele ano, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará havia, no mesmo ano, 47,9% do total de domicílios contavam com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tapajós, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 20,7% dos domicílios, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,1%, e de coleta de lixo, 60,6%. Ressalta-se que a cobertura regional dos serviços de abastecimento de água por rede geral e esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica estava, em 2010, bem abaixo da proporção nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tapajós, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) estava presente, em 2017, apenas em Itaituba, dos seis municípios que compõem a RI Tapajós, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos); coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo); ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel); e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o Estado do Pará e a Região de Integração Tapajós, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI TAPAJÓS	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	13.240	26,7
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	7.918	58,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	3.888	28,9
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	786	5,8
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	856	6,4
Total Domicílios	**1.859.165**		**49.586**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

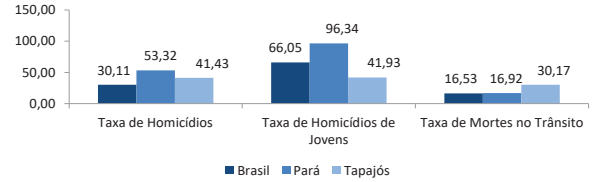
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, equivalente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Tapajós, o déficit era de 26,7% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 58,9% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 28,9% no Tapajós. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no Pará e 88% na região Tapajós. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 5,8% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no estado e, também, para a região do Tapajós.

3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisou-se três indicadores norteadores (Taxa de homicídios por 100 habitantes, Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e Taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Tapajós apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado nos indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 29 anos e taxa superior para o indicador Taxa de Mortes no Trânsito. A Taxa de Homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto que na RI foi de 41,43. Novo Progresso e Itaituba apresentaram as maiores taxas, 75,78 e 71,05 homicídios, respectivamente, em contraposição a Rurópolis e Aveiro, que figuraram com as menores taxas, 4,07 e 12,54 homicídios, nesta ordem.

A taxa de homicídio com recorte na população jovem apresentada, em 2017, pela RI Tapajós (41,93 homicídios a cada 100 mil jovens), foi inferior à taxa estadual de 96,34 homicídios a cada 100 mil jovens. Itaituba e Novo Progresso observaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 77,65 e 69,40 homicídios por cem mil jovens, respectivamente. Os municípios de Aveiro e Trairão não registraram homicídios de jovens.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tapajós, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em 2017, a taxa de mortes por acidente no trânsito para a região foi de 30,17 mortes, superior à registrada pelo estado, 16,92 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Novo Progresso (63,82 mortes) e Itaituba (40,60 mortes), enquanto as menores couberam para Jacareacanga e Aveiro (9,64 e 12,54, respectivamente).

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram Taxa de Homicídios, Taxa de Homicídios no Trânsito e Taxa de Roubo, todos por 100 mil habitantes.

Em 2017, a RI Tapajós alcançou taxa superior à do Pará apenas no indicador Taxa de Homicídios no Trânsito e taxas inferiores para os indicadores Taxa de Homicídios e Taxa de Roubo. A Taxa de Homicídios da região foi de 45,36 mortes e a do Pará de 45,66. Em relação à Taxa de Homicídios no Trânsito, a RI apresentou taxa de 13,25 e o Pará de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a Taxa de Roubo que registrou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, enquanto para a região o total foi de 335,21 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tapajós

Indicadores Segurança	Pará		RI Tapajós	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	40,44	45,36
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	15,77	13,25
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	354,67	335,21

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil,15,20%, e inferior ao registrado na RI Tapajós, 39,72%.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tapajós apresentou um Índice de Gini de 0,59, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e, Região de Integração Tapajós, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Tapajós	39,72	0,59

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2018, na RI Tapajós, 51,3% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 76,8% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 59,9% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região possuía percentuais menores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Tapajós	**51,3**	**76,8**	**59,9**
Aveiro	64,6	80,6	68,1
Itaituba	65,2	76,0	57,4
Jacareacanga	32,6	87,7	76,1
Novo Progresso	46,1	59,3	40,1
Rurópolis	35,3	78,7	66,9
Trairão	55,9	80,3	66,9

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Aveiro e Itaituba possuíam os maiores percentuais de suas populações inscritas no CadÚnico, 64,6% e 65,2%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Jacareacanga (87,7%), Aveiro (80,6%) e Trairão (80,3%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Jacareacanga, com 76,1% do total, e Aveiro, com 68,1% do total.

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

A população estimada de jovens no Pará tem mantido uma média de 29,44% nos últimos seis anos (2013-2018) em relação à população total do estado (FAPESPA, 2018). A RI Tapajós mostrou-se, em 2018, como a região com menor quantitativo de jovens, 72.625, e participação estimada de 28,7% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, o maior número de jovens está em Itaituba (30.902) e Rurópolis (14.744), que juntos correspondem a, cerca de, 62% do total da região, mas, a maior participação foi demarcada em Trairão (32,08%). Por outro lado, o município de Aveiro se destaca com o menor quantitativo (4.369) e participação (26,69%).

Tabela 11- População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
Tapajós	**72.724**	**29,57**	**73.345**	**29,66**	**73.939**	**29,74**	**72.625**	**28,70**
Aveiro	4.174	26,16	4.173	26,16	4.172	26,16	4.369	26,69
Itaituba	29.580	30,05	29.600	30,06	29.619	30,06	30.902	30,57
Jacareacanga*	12.439	29,98	12.439	29,98	12.439	29,98	12.439	29,98
Novo Progresso	6.919	27,53	7.066	28,15	7.205	28,74	4.137**	16,06**
Rurópolis	13.885	29,67	14.257	29,72	14.614	29,77	14.744	29,78
Trairão	5.727	31,67	5.810	31,78	5.890	31,89	6.034	32,08

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
*Nota 1: População não se altera devido decisão judicial. Processo Judicial nº 798-41.2011.4.01.3902, Seção Judiciária de Itaituba-PA.
**Nota 2: O método A_i e B_i não se mostrou eficaz para a estimativa da população de jovens, para o ano de 2018, no município de Novo Progresso.

No campo empregatício, em 2017, os jovens corresponderam a 25,51% dos vínculos paraenses e 32,15% da RI Tapajós. No entanto, a região apresenta o mais baixo número do total de vínculos empregatícios do estado e o segundo menor no que concerne ao número de jovens ocupados dentro do emprego formal (6.185). Os municípios de Itaituba e Novo Progresso concentraram a maior quantidade de vínculos empregatícios da região, equivalente a 77,2%, e, também, lideraram na participação de jovens no mercado de trabalho, 34,12% e 34%, respectivamente. Os menores índices de participação ocorreram em Aveiro, 8,7%, e Trairão, 21,05%.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tapajós e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Tapajós	19.235	6.185	32,15
Aveiro	345	30	8,70
Itaituba	11.226	3.830	34,12
Jacareacanga	1.350	414	30,67
Novo Progresso	3.626	1.233	34,00
Rurópolis	1.729	364	21,05
Trairão	959	314	32,74

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído, cerca de, 3% em relação a 2010, esse percentual continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem do estado, estimada em, aproximadamente, 32%.

Em 2017, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos, na RI Tapajós, foi de 28,33%, o 4º maior se comparado aos das demais RI, embora com diminuição de 2 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais ocorreram em Jacareacanga (32,79%) e Trairão (32,13%), que lideraram em todos os anos analisados (2010 a 2017), enquanto Aveiro registrou o menor índice, 25,79%.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tapajós (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Tapajós	**30,37**	**30,36**	**31,57**	**31,87**	**31,46**	**30,35**	**31,54**	**28,33**
Aveiro	32,31	30,09	31,07	26,51	30,41	26,77	31,22	25,79
Itaituba	30,51	29,90	32,46	32,38	30,87	29,33	30,40	27,26
Jacareacanga	30,86	33,87	31,67	36,91	34,39	31,60	37,65	32,79
Novo Progresso	28,75	28,60	26,40	30,20	31,72	30,97	29,48	27,05
Rurópolis	25,69	28,17	32,31	23,33	29,22	29,50	31,17	28,71
Trairão	38,60	35,27	33,49	39,15	33,63	39,23	31,72	32,13

Fonte: DATASUS/2018
Elaboração: Fapespa/2019.

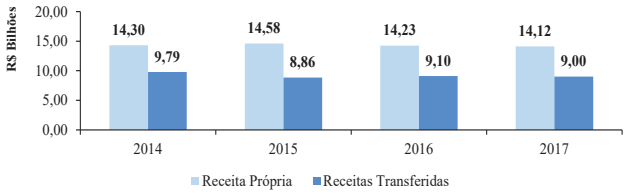
[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$ 9,815 bilhões.

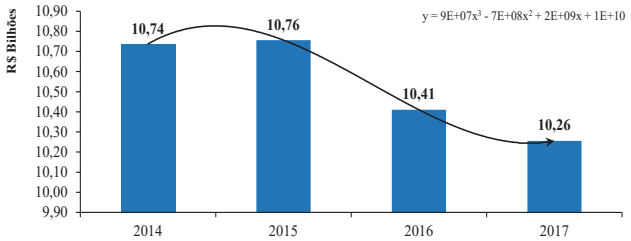
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

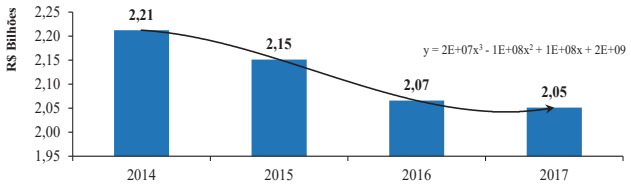
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse contexto, verificou-se no período em exame que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tapajós aumentou em 10,3%, tendo o município de Itaituba recebido a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Novo Progresso (21%) e Jacareacanga (13%). Outro ponto a destacar, com base no período em análise, é o fato de que o total de ICMS repassado aos municípios da região vem representando cerca de 2,6% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 - Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Tapajós	**53.756.359,28**	**54.426.449,74**	**55.590.871,33**	**59.277.182,12**
Aveiro	4.424.391,70	4.517.610,45	4.372.315,73	4.307.338,50
Itaituba	21.015.860,62	20.651.933,49	21.861.578,62	25.023.585,52
Jacareacanga	7.963.905,08	8.174.723,66	8.328.220,42	7.794.231,57
Novo Progresso	11.060.979,27	11.401.588,29	11.867.714,09	12.511.792,76
Rurópolis	4.645.611,31	4.947.859,08	4.580.521,24	4.922.672,56
Trairão	4.645.611,31	4.732.734,77	4.580.521,24	4.717.561,21

Fonte: SEFA, 2019. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A RI Tapajós possui 189.592 km² de área total, sendo grande parte do seu território (122.129,13 km² ou 64,42%) recoberto por Unidades de Conservação de Uso Sustentável (61.638 km²) e Proteção Integral (24.871 km²), e Terras Indígenas (35.620 km²), além de projetos de assentamento da reforma agrária (6.624,76 km² ou 3,49%), dos tipos Projeto de Assentamento (PA) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), sob responsabilidade do INCRA, o que lhe garante um estoque florestal bastante significativo.

No que diz respeito ao desmatamento acumulado, a RI possui um total de 4,00% (7.857 km²) do seu território desmatado, equivalente a 3,00% da área total do estado, segundo dados de 2017. No tocante a Focos de Calor, o município de Novo Progresso apresentou os maiores índices (2.203), seguido por Itaituba (1.523), que, juntos, representam mais de 50% do número de Focos de Calor da RI Tapajós (Tabela 15).

Tabela 15 - Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tapajós, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatamento Acumulado (km²) (2017)	Números de Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Tapajós	**189.592**	**7.857**	**6.306**
Aveiro	17.074	906	516
Itaituba	62.041	91	1.523
Jacareacanga	53.303	274	551
Novo Progresso	38.162	689	2.203
Rurópolis	7.021	328	663
Trairão	11.991	163	850

Fonte: IBGE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou 63,31% de suas áreas destinadas à regularização ambiental com CAR viabilizado, em 2018 (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Novo Progresso é o município com a maior porção de área com CAR efetivado (79,37%), seguido por Rurópolis (78,18%) e Aveiro (68,31%).

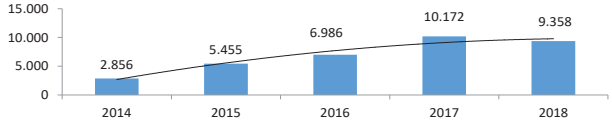
Tabela 16 - Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tapajós, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tapajós	**189.592**	**41.591,95**	**21,94**	**26.330,96**	**63,31**
Aveiro	17.074	4.122,76	24,15	2.816,27	68,31
Itaituba	62.041	13.360,37	21,53	7.416,11	55,51
Jacareacanga	53.303	5.442,04	10,21	2.311,68	42,48
Novo Progresso	38.162	9.791,42	25,66	7.771,66	79,37
Rurópolis	7.021	5.095,04	72,57	3.983,43	78,18
Trairão	11.991	3.780,31	31,53	2.031,82	53,75

Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas governamentais de preservação ambiental, o ICMS Verde, aprovado pelo parlamento estadual em 2012, configurou-se como um incentivo maior dado pelo governo do estado aos municípios, de maneira que esses pudessem ampliar suas áreas protegidas e reduzir seus níveis de desmatamento (Gráfico 08). Em se tratando da RI Tapajós, percebe-se que entre 2014 e 2018, a região teve uma participação média de 5,4% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios (Tabela 17). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$ 9,358 milhões, com o município de Novo Progresso detendo a maior parcela (21,12%), seguido por Itaituba (20,87%) e Jacareacanga (16,55%).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde (R$1.000,00) para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 - Valor de ICMS Verde (R$1,00) repassado para os municípios da Região de Integração Tapajós (2014-2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
RI Tapajós	**2.855.931,35**	**5.455.119,95**	**6.985.800,52**	**10.172.480,11**	**9.358.210,07**
Aveiro	506.735,85	978.447,94	1.119.775,39	1.562.159,94	1.038.718,08
Itaituba	510.145,25	719.110,97	984.532,14	2.074.368,75	1.952.719,53
Jacareacanga	546.528,15	1.288.916,34	1.867.063,98	1.635.785,25	1.549.102,33
Novo Progresso	651.842,41	990.099,84	1.328.292,00	2.085.213,56	1.976.160,62
Rurópolis	257.477,14	756.392,07	690.267,74	1.277.171,48	1.420.177,14
Trairão	383.202,56	722.152,79	995.869,29	1.537.781,14	1.421.332,35

Fonte: SEMAS/PMV, 2018. Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Tapajós**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor (R$1,00) 2020-2023
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	7.631.491,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	2.880.175,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	200.000,00
Cultura	207.470,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	100.602.538,00
Direitos Socioassistenciais	1.281.908,00
Educação Básica	122.510.206,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.797.400,00
Educação Superior	7.655,00
Esporte e Lazer	877.603,00
Governança Pública	14.436.121,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	1.270.910,00
Infraestrutura e Logística	1.684.165,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	2.228.502,00
Saúde	46.935.768,00
Segurança Pública	55.878.399,00
Trabalho, Emprego e Renda	1.739.964,00
	R$ 362.170.275,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2020-2023
Manutenção da Gestão	322.430.814,00
	R$ 322.430.814,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 684.601.089,00

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 7.631.491,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	1.448.681	06/2019	ADEPARA	1.760.881
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Arroz)	Kg/Hectare	3.236	06/2019	IBGE	3.934

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	61	12/2018	SEDAP	2020	64
					2021	67
					2022	70
					2023	73
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	2.288	12/2018	EMATER	2020	2.240
					2021	2.440
					2022	2.740
					2023	3.140
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	226	12/2018	SEDAP	2020	237
					2021	249
					2022	262
					2023	275

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 2.880.175,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	16,66	12/2018	SEJUDH	2020	-
					2021	20,00
					2022	-
					2023	-
Taxa de cobertura dos municípios com políticas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020	17,00
					2021	33,00
					2022	33,00
					2023	33,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 200.000,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,03	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,05

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020	0,00
					2021	0,00
					2022	0,00
					2023	33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 207.470,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	-	12/2018	SECULT/FCP	33,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020 2021 2022 2023	- 300 - 300

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 100.602.538,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	- 2,29 2,29 2,29
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	13,24	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020 2021 2022 2023	13,24 15,57 20,91 75,91

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 1.281.908,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 122.510.206,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	18,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	16,90
					2021	16,61
					2022	16,40
					2023	16,20
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	74,40	12/2018	INEP/SEDUC	2020	76,50
					2021	76,90
					2022	77,20
					2023	77,50
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	7,13	12/2018	INEP/SEDUC	2020	6,60
					2021	6,49
					2022	6,40
					2023	6,30

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 2 Escolas Estaduais no Município de Itaituba.

Reformar/Ampliar 3 Escolas Estaduais nos Municípios de Aveiro, Itaituba e Rurópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 11 Escolas nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Rurópolis e Trairão.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.797.400,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	25,00
					2021	60,00
					2022	37,50
					2023	36,36
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	193	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	300
					2021	520
					2022	630
					2023	670

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Novo Progresso

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 7.655,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Objetivo

Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo

Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 877.603,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	0	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	112
					2021	167
					2022	172
					2023	196

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 14.436.121,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	287.708,00	12/2018	SEFA	440.179,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,98	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,47
					2021	1,47
					2022	1,47
					2023	1,47

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	ADEPARÁ, CRG - Itaituba, EGPA, Enc. CBM, SEDAP, SEDUC
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Itaituba
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	CRG - Itaituba
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Itaituba, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 1.270.910,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	3,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	8.129,17	12/2018	SETUR	9.197,41

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	1	12/2018	BANPARA	2020	11
					2021	17
					2022	22
					2023	26
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	10	07/2019	SEDEME	2020	35
					2021	45
					2022	55
					2023	54
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	-	12/2018	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	10.000	12/2018	SETUR	2020	10.506
					2021	10.769
					2022	11.038
					2023	11.314

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização da Cadeia Produtiva dos Agrominerais	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Fomento ao Setor de Gemas e Metais Preciosos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME
Gestão das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários	Projeto Fiscalizado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 1.684.165,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual		12/2018	SETRAN	4,73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	-	12/2018	SETRAN	2020 2021 2022 2023	9 9 9 9
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020 2021 2022 2023	- 50,00 50,00 50,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Conservada	Un	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH
Restauração de Rodovias	Rodovia Restaurada	Km	SETRAN

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 2.228.502,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	7,67	12/2018	PRODES/INPE	10,55

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Outorga e Monitoramento de Florestas Públicas para Produtos e Serviços Florestais	Área Outorgada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 46.935.768,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	3	12/2018	MS/SIM/SINASC	2,44
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	21,90	12/2018	SIM	17,84
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	210,33	12/2018	MS/SIM	194,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	75,32	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	79,09 83,04 87,19 91,55
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	33,30	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,94	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	0,94 0,94 0,94 1,52
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	50,10	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,34	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,40 0,45 0,50 0,55
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,01	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	9º CRS - Santarém
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	9º CRS - Santarém, ETSUS
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA

Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	9º CRS - Santarém

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 55.878.399,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	10 REDUZIR AS DESIGUALDADES; 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS; 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA; 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	72,60	12/2018	SEGUP	67,00
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	48,10	12/2018	SEGUP	41,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	32,66	12/2018	DATASUS	32,84
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	352,90	12/2018	SEGUP	306,10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	2.152,20	12/2018	SEGUP	2.026,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,98	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	1,89 1,85 1,89 1,72
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	9.529	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	12.387 15.246 18.104 20.963
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	85,00 86,00 87,00 88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	39,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	40,00 41,00 42,00 43,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	62,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	62,00 63,00 63,00 64,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	69,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	69,00 69,00 72,00 72,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Compromisso Regional

Implantar CIRETRAN em Rurópolis

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar Superintendência da Polícia Civil em Itaituba

Adequar Delegacia de Polícia em Aveiro

Implantar Base Integrada Fluvial em Itaituba

Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Itaituba

Implantar Unidade Integrada de Segurança de Moares de Almeida em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	PMPA

Região de Integração: **Tapajós** **R$ 684.601.089,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 1.739.964,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 1,23	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	4,79	12/2018	MTE/RAIS	2020	3,00
					2021	3,50
					2022	4,00
					2023	4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	2,00
					2021	3,00
					2022	3,50
					2023	4,50
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	5,00
					2021	6,00
					2022	7,00
					2023	8,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Itaituba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

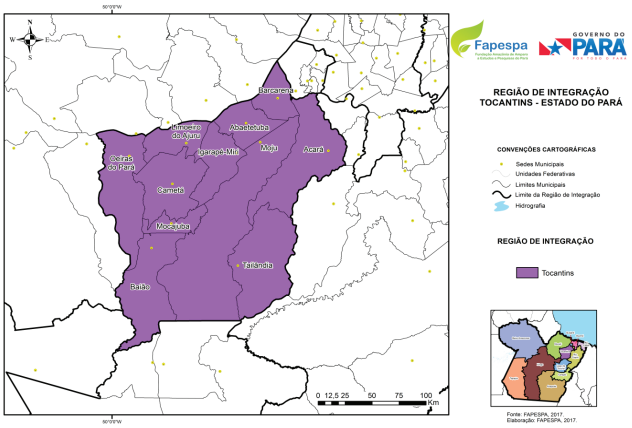
PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Região de Integração: Tapajós

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	6.410.604,00
Concessão de Auxílio Alimentação	43.983.623,00
Concessão de Auxílio Fardamento	4.523.026,00
Concessão de Auxílio Transporte	1.003.270,00
Operacionalização das Ações Administrativas	8.298.375,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	258.211.916,00
	R$ 322.430.814,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Tocantins, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é formada por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Localizada na região nordeste do Pará e cortada pelos rios Tocantins e Pará e pela rodovia PA-150, a RI Tocantins abrange uma área territorial de 35.838 km², equivalente a 3% da área total do Pará. Do total da área da região, 4,9% são de áreas protegidas.

De acordo com o IBGE, a estimativa populacional para a região, em 2018, foi de 855.399 habitantes, 10% da população do estado, sendo Abaetetuba o município mais populoso da região, com 156.292 habitantes (18%), acompanhado de Cametá, com 136.390 habitantes (16%), e Barcarena, com 122.294 habitantes (14%). Sua taxa de crescimento populacional, entre 2010 e 2018, foi de 1,83%, acima da média estadual (1,46%).

O Produto Interno Bruto (PIB) da região foi em 2016, cerca de R$ 11,8 bilhões, que equivale a 9% do PIB Estadual. Na composição do PIB da região, a Administração Pública contribuiu com 24%, a Indústria com 23%, os Serviços com 22%, a Agropecuária com 19%, e os Impostos com 12%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Araguaia/Tocantins, e oferece diversas atrações turísticas, como praias, balneários, festivais regionais, festividades religiosas, artesanato local, sítios arqueológicos e patrimônios históricos.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Tocantins teve sua riqueza valorada em R$11,7 bilhões, o que representou 8,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o da Administração Pública, com R$2,7 bilhões (24%), o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido dos setores da Indústria, com R$2,6 bilhões (23%), em que se destacaram as indústrias de alumínio e alumina, e de óleo de dendê, e Agropecuária, com R$2,2 bilhões (19%), tendo como principais cultivos o dendê (46%), pimenta do reino (20%), açaí (56%), coco-da-baía (62%) e a mandioca (16%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Tocantins, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Tocantins
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**11.786.225**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**10.377.290**
% Valor Adicionado Total	**86,4%**	**90,4%**	**88,0%**
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**2.267.157**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	19,24%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**2.696.973**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	22,88%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**2.624.070**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	22,26%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**2.789.090**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	23,66%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**1.408.933**
% Impostos	13,55%	9,62%	11,95%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Tocantins, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2016, foram: Barcarena, com participação de 43%, tendo como principal atividade a indústria de transformação, ressaltando-se a produção de alumínio e alumina; Abaetetuba, com 11%, destacando-se as atividades de comércio, atividades imobiliárias e cultivo de açaí; e Cametá, 10%, com a produção de açaí e de pescado.

Quadro 01 - Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública - Região de Integração Tocantins, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Tocantins	**Indústria de transformação**	**Agricultura**	**Atividades imobiliárias**	**Comércio**	**Produção Florestal**
Abaetetuba	Comércio	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Construção Civil
Acará	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Construção civil	Comércio
Baião	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Pecuária
Barcarena	Indústria de transformação	Transporte	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil	Comércio
Cametá	Agricultura	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal	Comércio
Igarapé-Miri	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Limoeiro do Ajuru	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil
Mocajuba	Agricultura	Produção Florestal	Atividades imobiliárias	Comércio	Pesca e Aquicultura
Moju	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Produção Florestal
Oeiras do Pará	Agricultura	Produção Florestal	Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Tailândia	Indústria de transformação	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio	Construção civil

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14 bilhões, e a RI Tocantins contabilizou um saldo de US$1,0 bilhão. Os principais produtos exportados da região são hidróxido de alumínio, com 63% do valor exportado da RI, seguido pelo alumínio, com 14%, ambos produzidos e exportados por Barcarena. Nas importações, o destaque é para a demanda de hidróxido de sódio, com 31% das importações da RI, e o coque de petróleo, 12%, sendo, novamente, Barcarena o principal importador.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Tocantins	**1.544.195.438**	**9,9**	**526.637.194**	**44,9**	**1.017.558.244**
Abaetetuba	103.909.405	6,7	45.955	0,01	103.863.450
Acará	30.807.455	2,0	0	0,0	30.807.455
Barcarena	1.332.160.899	86,27	526.406.177	99,96	805.754.722
Cametá	313.581	0,0	0	0,0	313.581
Igarapé-Miri	827.074	0,1	0	0,0	827.074
Moju	69.020.494	4,5	0	0,0	69.020.494
Tailândia	7.156.530	0,5	185.062	0,04	6.971.468

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: FAPESPA, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em se tratando especificamente da Região de Integração Tocantins, a mesma registrou, em 2017, um total de 74 mil empregos formais, equivalentes a 7% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública deteve, cerca de, 43% do total do estoque formal da região, seguido por Agropecuária, 13,23%, e Serviços, 13,22%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados, estavam Barcarena, 31%, Abaetetuba, 16%, e Tailândia, 15%.

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Tocantins
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	273.022
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	9,05
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	20,7
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**74.317**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	380
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	8.693
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	199
Construção Civil	1.838.958	57.880	4.930
Comércio	9.230.750	203.656	8.660
Serviços	16.772.645	284.360	9.824
Administração Pública	9.195.215	363.926	31.797
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	1.501.052	51.468	9.834

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 218 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 8% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

As principais rodovias na RI Tocantins são a PA-150 e PA-475, que integram o eixo norte-sul, permitindo interligar a região, ao norte, com a Região de Integração Guajará, e, ao sul, com a Região de Integração Carajás. Além dessas, a PA-151 liga Barcarena até Baião, integrando vários municípios como Abaetetuba, Igarapé-Miri e Mocajuba. A PA-252 liga Abaetetuba à Mãe do Rio (RI Capim), e conecta a região à BR-010. A PA-483 (Alça Viária), formada por um complexo de estradas e pontes, destaca-se pela integração que possibilita, notadamente, entre a RI Guajará e o nordeste paraense.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Tocantins

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (4)	Abaetetuba
	Baião
	Mocajuba
	Tailândia
Rodovias	18 vias (total 924 km) - 80% pavimentado
Travessias (7)	PA-151 Baia do Marajó (Belém - Arapari)
	PA-481 Baia do Marajó (Barcarena - Ponta de Pedras)
	PA-252 Rio Acará
	PA-256 Rio Acará (Alto Acará)
	PA-151 Rio Meruú (Igarapé Miri)
	PA-469 Rio Tocantins (Cametá - Carapajó)
	PA-256 Rio Moju (Cairari - Alto Moju)
Portos (12)	(IP4) Abaetetuba
	(IP4) Acará
	(IP4) Baião
	(IP4) Igarapé Miri
	(IP4) Maiauatá (Igarapé Miri)
	(IP4) Mocajuba
	(IP4) Moju
	(IP4) São Joaquim do Ituquara (Baião)
	(TUP) Porto de Vila do Conde (Barcarena)
	(TUP) Imerys (Barcarena)
	(TUP) Bunge (Barcarena)
	(TUP) Hidrovias (Barcarena)
Pontes	90 pontes (total de 5,5 km)

Fonte: Setran, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais o conjunto modal de mobilidade da região abrange cinco aeródromos/aeroportos, noventa pontes (totalizando 5,5 km de extensão), doze portos de pequeno porte, sete travessias e dezoito rodovias.

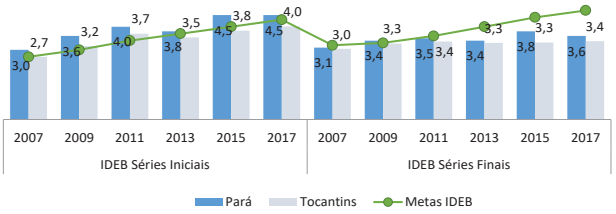
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Tocantins, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará, de 2007 até 2011, contudo, a partir de 2013 a 2017, a média das notas ficaram abaixo da meta estipulada para o Pará (Gráfico 01). Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), a região alcançou a meta IDEB apenas em 2009.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de integração Tocantins, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



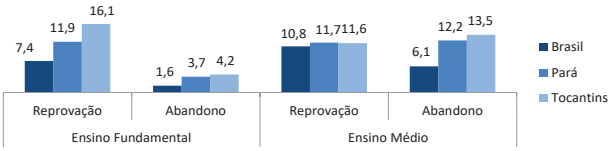
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, as taxas de reprovação e de abandono, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Tocantins.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região atingiu 16,1% de reprovados, em 2017, acima do valor total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4%, respectivamente. Quanto ao ensino médio, a taxa de reprovação na região, 11,6%, manteve-se no mesmo patamar da observada para o Pará, 11,7%, e pouco acima do valor do Brasil, 10,8%. O município de Oeiras do Pará registrou a maior taxa de reprovação, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, de 24,5% e 22,7%, nesta ordem. O município de Moju apresentou a menor taxa de reprovação, no ensino fundamental, 10,5%, enquanto, no ensino médio, a menor taxa registrada foi no município de Acará, 6,1%.

No que diz respeito à taxa de abandono, no ensino fundamental, em 2017, a RI Tocantins obteve valores acima dos do Pará (3,7%) e do Brasil (1,6%), alcançando a taxa de 4,2% de abandono. No ensino médio, a taxa da região foi de 13,5%, acima também do registrado no Pará (12,2%) e no Brasil (6,1%). Esse quadro torna-se mais preocupante quando se observa que o Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do país, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2017



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Na RI Tocantins, em 2017, o município de Acará obteve as maiores taxas de abandono, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, com 6,3% e 21,5%, respectivamente. O município de Barcarena deteve a menor taxa de abandono, no ensino fundamental, com 2,1%, e, no ensino médio, o menor abandono foi registrado no município de Igarapé-Miri, com 6,6%.

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 17,2% e 28,2%, respectivamente. Na região, o município de Oeiras do Pará deteve as maiores taxas de distorções idade-série, no ensino fundamental (45,4%) e no ensino médio (71,3%), contrastando com o município de Abaetetuba, que atingiu as menores taxas de distorção, 25,6%, no ensino fundamental, e 39,2%, no ensino médio, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2018

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Tocantins	**36,0**	**56,5**
Abaetetuba	25,6	39,2
Acará	44,0	63,4
Baião	37,1	59,7
Barcarena	32,0	56,3
Cametá	36,3	49,4
Igarapé-Miri	37,0	53,0
Limoeiro do Ajuru	43,7	50,1
Mocajuba	35,6	60,7
Moju	28,7	61,8
Oeiras do Pará	45,4	71,3
Tailândia	30,6	57,0

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Tocantins, a taxa de mortalidade infantil, em 2017, foi de 16,45 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à apresentada pelo Pará, 15,38. Os municípios com as maiores taxas na RI foram: Mocajuba (28,87), Baião (27,07) e Oeiras do Pará (21,74). Por outro lado, Barcarena (10,22), Limoeiro do Ajuru (14,93) e Acará (15,12) obtiveram os menores índices.

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Em 2018, constavam, na região, 1.563 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 92,16%, maior que a apresentada para o Pará, 81,21%. Destacam-se positivamente os municípios de Abaetetuba, Acará, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, que alcançaram 100% de cobertura, e, negativamente, o município de Tailândia, com proporção de cobertura de 47,30%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a RI Tocantins contava, em 2018, com 124 equipes, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 53,16%, inferior à do estado, de 59,13%, destacando-se Mocajuba (91,16%) e Barcarena (85,40%), municípios com maior proporção de cobertura, e, por outro lado, Tailândia e Moju, cujos percentuais de cobertura são de apenas 33,39% e 25,93%, respectivamente.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Tocantins
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	16,45
Proporção de Cobertura dos ACS - 2018	64,03	81,21	92,16
Proporção de Cobertura das ESF - 2018	64,19	59,13	53,16
Hospitais - 2018	6.687	247	18
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	2,43
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,18

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

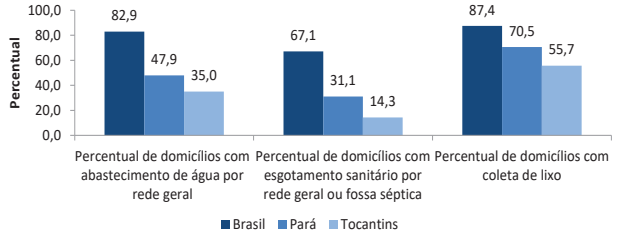
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Tocantins apresenta 18 hospitais (hospital geral e hospital especializado), com destaque para o Hospital Regional de Cametá que atende a população do nordeste paraense, e Hospital Regional Público Materno Infantil de Barcarena, inaugurado em 2018, que presta serviços essenciais para gestantes e recém-nascidos, incluindo partos de alto risco. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI foi de 2,43, inferior à do Pará, de 2,47. Analisando-se a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, a taxa da RI (1,18) também foi menor em comparação à taxa estadual (1,93).

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Tocantins. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Tocantins, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 35% dos domicílios, de 14,3% com esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, e de 55,7% com coleta de lixo. A cobertura dos três serviços era menor na região do que no estado do Pará, no ano em questão, com destaque para a de esgotamento sanitário, que não cobria nem 15% do total de domicílios na região.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, regiões, unidades federativas e regiões metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a Fapespa, em um esforço metodológico para visualizar o Estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do estado que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, em 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, estava presente em sete (Abaetetuba, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia) dos onze municípios da RI Tocantins, segundo informações do órgão.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Tocantins, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI TOCANTINS	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	34.676	21,8
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.059	39,9
Coabitação Familiar	168.684	39,2	17.249	49,0
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.145	3,3
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	2.767	7,9
Total Domicílios	**1.859.165**		**158.865**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

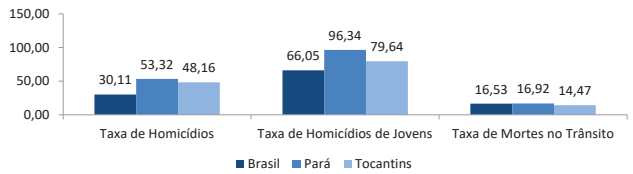
Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era de 423.437 domicílios, correspondente a, aproximadamente, 23% do total de domicílios, e, na Região de Integração Tocantins, o déficit equivalia a 21,8% do total de domicílios. A componente "domicílios precários" correspondia a 46,1% do déficit estadual e 39,9% do regional. Coabitação familiar representava, cerca de, 39% do total de domicílios no Pará e 49% na região Tocantins. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente, 87% do déficit no estado do Pará e 89% da região. O ônus excessivo com aluguel urbano era de 8,3% no estado e 3,3% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 7,9% na RI Tocantins.

3.4. Segurança

Em relação à área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes) foram analisados. Em 2017, a RI Tocantins apresentou taxas inferiores às do estado e do Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 53,32 homicídios, enquanto na RI foi de 48,16. Os municípios de Moju e Igarapé-Miri apresentaram as maiores taxas, 80,18 e 65,58 homicídios, respectivamente, em contraposição a Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, que figuraram com as menores taxas, 10,66 e 12,65 homicídios, nesta ordem.

Em 2017, a taxa de homicídio com recorte na população jovem para o estado (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens) foi superior à apresentada pela RI (79,64 homicídios a cada 100 mil jovens). Novamente os municípios de Moju e Igarapé-Miri apresentaram as maiores taxas entre os municípios da região, com 147,72 e 109,42 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, as menores taxas da RI, 11,34 e 22,36, nesta ordem.

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Tocantins, em 2017, foi de 14,47 mortes. O Pará apresentou taxa superior, registrando 16,92 mortes. Os municípios com as maiores taxas foram Moju (21,30 mortes) e Abaetetuba (19,56 mortes), enquanto Oeiras do Pará (3,16 mortes) e Igarapé-Miri (6,56 mortes) registraram as menores taxas. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores as do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pelo Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Tocantins apresentou, em 2017, taxas inferiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios e taxa de roubo, e superior no indicador taxa de homicídios no trânsito. A taxa de homicídios da RI foi de 38,97 mortes e a do Pará, 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI registrou a taxa de 10,40 e o Pará, de 9,60. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo que, em 2017, indicou um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes no Pará, e para a RI Tocantins, 970,82 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Tocantins

Indicadores Segurança	Pará		RI Tocantins	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	33,47	38,97
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	10,60	10,40
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	1.096,10	970,82

Fonte: SEGUP, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. Ressalta-se que, na região Tocantins, 48,11% de sua população encontrava-se abaixo da linha da pobreza, o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, onde, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída, e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Tocantins apresentou um Índice de Gini de 0,56, indicando uma desigualdade abaixo das registradas para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Tocantins, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	**15,20**	**0,60**
Pará	**32,33**	**0,62**
RI Tocantins	**48,11**	**0,56**

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Ao nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Tocantins, 64,3% da população de seus municípios estava inscrita no CadÚnico. Desses inscritos, 88,1% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza e 78% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Na ocasião, a região apontava percentuais maiores do que o estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios - dezembro/2018

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Tocantins	**64,3**	**88,1**	**78,0**
Abaetetuba	70,3	87,9	79,4
Acará	76,9	92,1	82,0
Baião	52,6	94,0	84,4
Barcarena	54,1	81,4	66,9
Cametá	64,8	90,0	80,5
Igarapé-Miri	72,2	83,7	75,4
Limoeiro do Ajuru	79,5	89,8	85,6
Mocajuba	88,9	90,9	80,4
Moju	65,1	92,5	80,5
Oeiras do Pará	85,6	94,3	87,4
Tailândia	41,8	79,9	68,5

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Dos municípios que compõem a região, Mocajuba e Oeiras do Pará obtiveram os maiores percentuais de população inscrita no CadÚnico, em 2018, com 88,9% e 85,6%, respectivamente. Dos inscritos no cadastro, seis municípios apresentaram percentual de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza maiores ou iguais a 90%, Oeiras do Pará (94,3%), Baião (94%), Moju (92,5%), Acará (92,1%), Mocajuba (90,9%) e Cametá (90%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Oeiras do Pará (87,4%) e Limoeiro do Ajuru (85,6%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a região Tocantins mostrou-se como a 2ª RI com o maior quantitativo de jovens, 269.997, cuja participação estimada é de 31,56% em relação ao seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Abaetetuba detinha o maior número de jovens (51.096), correspondente a segunda maior participação (32,69%), seguido de Cametá (42.918 jovens). O mais elevado percentual de participação ocorreu em Tailândia (33,43%), enquanto os minoritários foram registrados em Oeiras do Pará (28,30%) e Mocajuba (30,03%).

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Tocantins	**255.724**	**31,28**	**260.424**	**31,36**	**264.944**	**31,43**	**269.997**	**31,56**
Abaetetuba	48.662	32,35	49.286	32,44	49.886	32,52	51.096	32,69
Acará	16.005	29,60	16.014	29,61	16.024	29,62	16.843	30,34
Baião	13.363	30,54	13.754	30,59	14.131	30,65	14.231	30,66
Barcarena	36.189	31,26	37.109	31,31	37.994	31,35	38.362	31,37
Cametá	40.656	31,07	41.331	31,19	41.980	31,30	42.918	31,47
Igarapé-Miri	18.901	31,32	19.050	31,40	19.192	31,47	19.801	31,76
Limoeiro do Ajuru	8.513	31,11	8.668	31,22	8.817	31,33	8.992	31,46
Mocajuba	8.757	29,79	8.915	29,87	9.067	29,95	9.230	30,03
Moju	23.552	30,43	23.969	30,48	24.370	30,53	24.760	30,57
Oeiras do Pará	8.726	28,26	8.837	28,27	8.943	28,28	9.104	28,30
Tailândia	32.400	33,35	33.491	33,39	34.540	33,43	34.660	33,43

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

No campo empregatício, os jovens de 15 a 29 anos ocupavam 25,51% dos vínculos, em 2017, no Pará, e 25,44%, na RI Tocantins. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal ocorreram em Barcarena (6.108) e Tailândia (4.036), mas, em termos proporcionais, as maiores participações deram-se em Tailândia (37,37%) e Moju (31,54%).

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Tocantins e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Tocantins	**74.317**	**18.909**	**25,44**
Abaetetuba	11.529	2.490	21,60
Acará	4.279	1.198	28,00
Baião	1.868	262	14,03
Barcarena	23.108	6.108	26,43
Cametá	6.656	1.187	17,83
Igarapé-Miri	3.817	580	15,20
Limoeiro do Ajuru	1.071	108	10,08
Mocajuba	1.674	255	15,23
Moju	8.369	2.640	31,54
Oeiras do Pará	1.145	45	3,93
Tailândia	10.801	4.036	37,37

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade, percentual que, embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, continua sendo elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem, estimada em, cerca de, 32%.

Na RI Tocantins, esse dado foi de 26,15%, em 2017, o quinto menor percentual, comparado aos das demais regiões de integração, com diminuição de 3,26 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade), ocorreram em Oeiras do Pará (32,46%), Limoeiro do Ajuru (31,34%) e Moju (30,11%), enquanto os menores índices foram observados em Abaetetuba (21,09%) e Barcarena (21,69%). Considerando o intervalo de 2010 a 2017, a maioria dos municípios registrou diminuição desse indicador, sendo Barcarena (5,9 p.p.) e Abaetetuba (5,16 p.p.) os municípios que demarcaram maiores êxitos na diminuição do índice.

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude paraense 2018.

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Tocantins (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Tocantins	**29,41**	**30,53**	**29,71**	**29,85**	**28,86**	**29,69**	**27,95**	**26,15**
Abaetetuba	26,25	28,75	26,88	26,95	24,62	25,23	22,12	21,09
Acará	30,70	33,37	32,09	32,15	28,58	32,05	28,61	28,02
Baião	28,84	30,50	29,00	36,65	34,26	31,83	31,39	24,84
Barcarena	27,59	27,63	27,76	26,83	25,46	26,93	24,72	21,69
Cametá	27,99	27,07	24,82	26,69	26,88	28,59	27,02	28,34
Igarapé-Miri	31,02	33,67	31,57	31,60	29,42	31,24	28,91	28,90
Limoeiro do Ajuru	30,99	29,51	32,59	32,71	27,93	34,16	30,48	31,34
Mocajuba	31,60	34,18	37,10	32,43	32,56	32,99	30,43	26,80
Moju	33,13	34,62	35,86	32,83	34,35	32,51	33,47	30,11
Oeiras do Pará	32,16	28,59	31,56	29,69	33,90	34,47	36,67	32,46
Tailândia	32,24	35,46	33,68	34,50	34,35	32,41	31,50	27,85

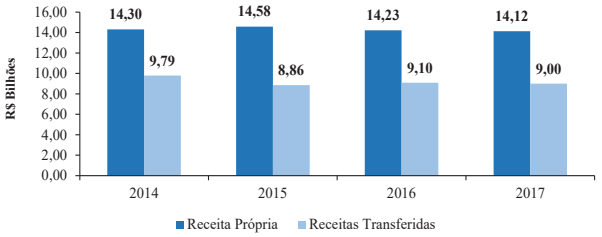
Fonte: DATASUS/2018. Elaboração: Fapespa/2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para a construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

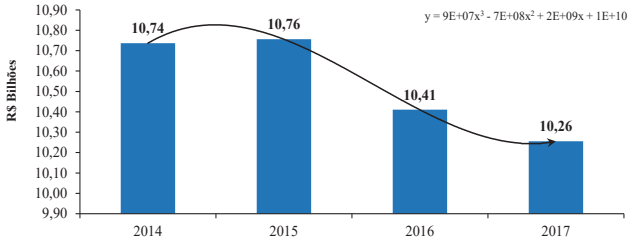
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

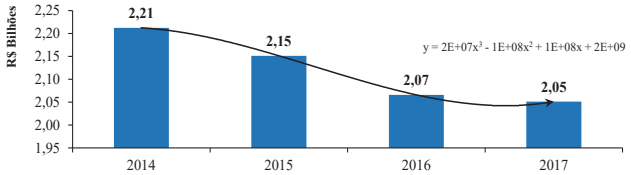
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Tocantins cresceu em 32%, tendo, em 2017, o município de Barcarena recebido a maior parcela (58%) do total destinado a RI, seguido por Abaetetuba (9,4%). Outro ponto a destacar é o fato de que, entre 2014 e 2017, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representava, em média, cerca de 6,5% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
RI Tocantins	**123.661.748,22**	**124.772.098,16**	**140.122.308,61**	**163.268.640,04**
Abaetetuba	11.282.198,84	11.401.588,29	13.325.152,67	15.383.351,77
Acará	5.088.050,45	4.947.859,08	5.205.137,77	5.332.895,29

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Baião	4.203.172,14	4.087.361,83	4.164.110,21	4.307.338,50
Barcarena	62.162.703,50	61.310.427,53	72.455.517,69	94.556.335,47
Cametá	5.530.489,63	5.593.231,99	5.829.754,28	6.153.340,70
Igarapé-Miri	3.981.952,55	3.872.237,51	3.955.904,70	4.307.338,50
Limoeiro do Ajuru	2.875.854,63	2.796.616,00	2.914.877,13	2.666.447,64
Mocajuba	3.097.074,18	3.011.740,31	2.706.671,63	2.666.447,64
Moju	11.060.979,27	13.983.079,96	14.366.180,24	12.306.681,40
Oeiras do Pará	3.097.074,18	3.226.864,60	3.123.082,66	2.871.559,00
Tailândia	11.282.198,84	10.541.091,05	12.075.919,62	12.716.904,13

Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Tocantins é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.540 km²), Terras Indígenas (201 km²), Territórios Quilombolas (1378,87 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, da área total da região, 35.839 km², 8,7% correspondem às áreas protegidas, e 10,36% às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na RI Tocantins, registrou-se, em 2017, o total de 14.629 km², equivalente a 41% da área da região e a 6% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, Moju registrou a maior área de desmatamento acumulado, 4.396 km² (30%), seguido do Acará, 2.385 km² (16,30%), e Tailândia, 2.271 km² (15,52%). Juntos, esses três municípios responderam por mais de 50% do desmatamento acumulado na RI.

Quanto aos focos de calor, em 2017, mais de 30% dos registros da região concentraram-se, no município de Moju (1.079), que somados aos do Acará (761), Cametá (440) e Oeiras do Pará (308), alcançaram, cerca de, 70% do total de registros da RI.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Tocantins, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado Acumulado km²	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**21**
RI Tocantins	**35.839**	**14.629**	**3726**
Abaetetuba	1.611	696	167
Acará	4.344	2.385	761
Baião	3.758	1.613	205
Barcarena	1.310	333	89
Cametá	3.081	1.117	440
Igarapé-Miri	1.997	481	184
Limoeiro do Ajuru	1.490	62	47
Mocajuba	871	493	180
Moju	9.094	4.396	1079
Oeiras do Pará	3.852	781	308
Tailândia	4.430	2.271	266

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, uma parcela de 62,26% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 16). Entre os municípios que compõem a região, Tailândia possui a maior proporção de área com CAR efetivado (88,22%), seguido por Moju (75,23%) e Igarapé-Miri (66,79%).

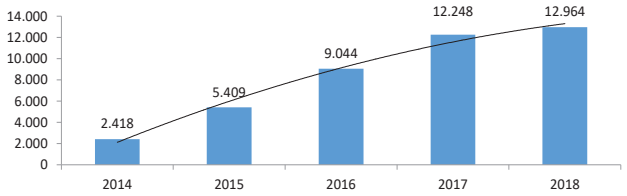
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Tocantins, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Tocantins	**35.839**	**31.284,81**	**87,26**	**19.478,05**	**62,26**
Abaetetuba	1.611	1.201,29	74,55	771,26	64,20
Acará	4.344	4.300,17	98,87	2.597,78	60,41
Baião	3.758	2.841,05	75,62	1.384,72	48,74
Barcarena	1.310	793,93	60,52	325,71	41,03
Cametá	3.081	2.631,88	85,42	860,31	32,69
Igarapé-Miri	1.997	1.686,21	84,42	1.126,15	66,79
Limoeiro do Ajuru	1.490	988,84	66,36	636,12	64,33
Mocajuba	871	798,11	91,66	313,35	39,26
Moju	9.094	8.929,72	98,16	6.717,65	75,23
Oeiras do Pará	3.852	2.706,89	70,30	857,59	31,68
Tailândia	4.430	4.406,71	99,39	3.887,42	88,22

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Tocantins teve uma participação média de 7% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$12,963 milhões, com o município de Moju detendo a maior parcela (11,80%), seguido por Tailândia (10,35%), Abaetetuba (9,89%), Oeiras do Pará (9,67%), Igarapé-Miri (9,58%), Baião (9,55%), Barcarena (9,27%), Acará (9,24%), Cametá (8,94%), Limoeiro do Ajuru (6,75%) e Mocajuba (4,98%) (Tabela 17).

Gráfico 08 – Evolução dos Valores de Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Tocantins (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Tocantins (2014 e 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Tocantins	**2.418.354,78**	**5.409.069,93**	**9.043.966,91**	**12.247.997,75**	**12.963.506,01**
Abaetetuba	110.331,61	542.040,84	924.520,08	1.156.895,89	1.281.492,51
Acará	289.152,94	595.981,91	855.110,72	1.277.168,15	1.197.322,19
Baião	295.012,85	602.765,19	886.190,61	1.277.168,49	1.237.927,05
Barcarena	23.074,26	320.363,73	689.579,19	1.277.168,74	1.201.787,28
Cametá	136.838,19	296.963,96	507.780,37	998.659,19	1.158.498,72
Igarapé Miri	206.824,31	449.496,30	782.638,01	1.277.169,08	1.241.625,58
Limoeiro do Ajuru	246.893,48	510.446,11	980.375,65	1.020.291,92	874.690,14
Mocajuba	172.689,45	386.500,46	582.064,21	725.912,58	645.206,18
Moju	319.161,04	680.042,80	955.444,79	1.277.171,27	1.529.122,84
Oeiras do Pará	241.614,88	511.298,28	782.571,57	683.222,85	1.254.151,53
Tailândia	376.761,77	513.170,35	1.097.691,71	1.277.169,60	1.341.681,99

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Tocantins**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	10.201.750,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	4.520.062,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	10.254.896,00
Cultura	551.552,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	38.415.936,00
Direitos Socioassistenciais	9.624.725,00
Educação Básica	877.053.664,00
Educação Profissional e Tecnológica	2.583.565,00
Educação Superior	13.748.633,00
Esporte e Lazer	1.420.293,00
Governança Pública	37.247.560,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	12.148.733,00
Infraestrutura e Logística	187.666.249,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	3.610.420,00
Saúde	397.325.061,00
Segurança Pública	86.659.356,00
Trabalho, Emprego e Renda	3.500.424,00
	R$ 1.696.532.879,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	918.292.293,00
	R$ 918.292.293,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 2.614.825.172,00

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 10.201.750,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA; 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL; 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO; 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS; 14 VIDA NA ÁGUA

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Efetivo dos principais rebanhos por região (galináceos)	Unidade	634.838	06/2019	ADEPARA	771.649
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Açaí)	Kg/Hectare	6.598	06/2019	IBGE	8.020

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	161	12/2018	SEDAP	2020	169
					2021	178
					2022	186
					2023	196
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	6.080	12/2018	EMATER	2020	5.140
					2021	5.460
					2022	5.696
					2023	5.880
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	392	12/2018	SEDAP	2020	412
					2021	432
					2022	454
					2023	476

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Implantar 01 Entreposto para Hortifruti no Município de Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	NGPR, SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos **R$ 4.520.062,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	9,09	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	- - 10,00 -
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	36,00 45,00 55,00 36,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP
Atendimento Básico de Saúde aos Custodiados do Sistema Penitenciário	Município Apoiado	Un	SESPA

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Promoção de Estratégias e Metodologias Educativas sobre Drogas	Ação Educativa Realizada	Un	PARÁPAZ, SEJUDH
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação **R$ 10.254.896,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,07	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,14

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	0,00	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Compromisso Regional

Implantar 5 Aldeias Sustentáveis nos Municípios da Região Tocantins

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA, SECTET

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento Apoiado	Un	FAPESPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 551.552,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	45,45	12/2018	SECULT/FCP	81,82

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	-	12/2018	FCP/SECULT	2020	1.800
					2021	-
					2022	1.800
					2023	-

Objetivo

Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo

Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão da Educação Patrimonial	Agente Cultural Qualificado	Un	SECULT
Gestão do Patrimônio Material e Imaterial	Patrimônio Gerido	Un	SECULT
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo

Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 38.415.936,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	0,00	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	-
					2021	-
					2022	3,01
					2023	6,72
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	42,57	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	60,29
					2021	63,80
					2022	63,80
					2023	66,73

Objetivo

Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Construção de Parques Urbanos	Parque Implantado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	SEDOP

Objetivo

Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo

Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Compromisso Regional

Concluir as Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Moju

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	COSANPA, SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 9.624.725,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS, SEASTER

Objetivo

Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS

Objetivo

Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Produção Familiar, Aquisição de Alimentos e Consumo Inclusivo	Família Atendida	Un	SEASTER
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA
Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamento Implantado	Un	SEASTER

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 877.053.664,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
IDEB Anos Finais (8º Série/9º Ano)	Índice	3,20	12/2017	INEP/SEDUC	3,90
IDEB Anos Iniciais (4ª Série/5º Ano)	Índice	4,50	12/2017	INEP/SEDUC	5,30

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Fundamental	Percentual	3,50	12/2018	INEP/SEDUC	2020	3,40
					2021	3,20
					2022	3,10
					2023	3,00
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	14,01	12/2018	INEP/SEDUC	2020	12,57
					2021	12,41
					2022	12,15
					2023	11,99
Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental	Percentual	82,60	12/2018	INEP/SEDUC	2020	83,40
					2021	84,30
					2022	84,70
					2023	85,10
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	75,80	12/2018	INEP/SEDUC	2020	78,00
					2021	78,30
					2022	78,70
					2023	79,00
Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental	Percentual	13,90	12/2018	INEP/SEDUC	2020	13,20
					2021	12,60
					2022	12,20
					2023	11,90
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	10,20	12/2018	INEP/SEDUC	2020	9,43
					2021	9,29
					2022	9,15
					2023	9,01

Objetivo

Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional

Construir 9 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará.
Reformar/Ampliar 5 Escolas Estaduais nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, Moju e Oeiras do Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo

Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional

Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 39 escolas nos Municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento da Rede de Atendimento da Educação Especial nas Unidades de Referência	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação em Tempo Integral	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Fundamental	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo

Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 2.583.565,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	22,22
					2021	36,36
					2022	20,00
					2023	16,67
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	602	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	470
					2021	575
					2022	630
					2023	710

Objetivo

Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional

Implantar Escola de Ensino Técnico em Barcarena

Ofertar Cursos de Formação Inicial e Continuada nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri e Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SECTET, SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SECTET, SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SECTET, SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Cursos de Educação Tecnológica	Aluno Atendido	Un	SECTET
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC, SETUR

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 13.748.633,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	12,08	12/2018	UEPA	7,02

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	5,00	12/2018	UEPA	2020	19,00
					2021	14,00
					2022	11,00
					2023	8,00

Objetivo

Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional

Ampliar o Campus da UEPA em Barcarena

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Compromisso Regional
Ofertar Curso Modular de Enfermagem e Direito em Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	FAPESPA, SECTET, UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 1.420.293,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	395	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	398
					2021	412
					2022	423
					2023	438

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL
Realização de Eventos Esportivos e de Lazer	Evento Realizado	Un	SEEL

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 37.247.560,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	790.432,00	12/2018	SEFA	1.041.929,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,28	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	0,42
					2021	0,42
					2022	0,42
					2023	0,42

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Compromisso Regional
Implantar os Serviços do Iasep nos Municípios de Baião e Mocajuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, ADEPARÁ, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, HRCM, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Promoção de Ações e Projetos de Infraestrutura Econômico e Social	Projeto Implantado	Un	FDE
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	DETRAN, HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEFA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 12.148.733,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	6,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	3,00
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	24.349,20	12/2018	SETUR	27.548,88

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	38	12/2018	BANPARA	2020	64
					2021	96
					2022	125
					2023	150
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	21	07/2019	SEDEME	2020	65
					2021	76
					2022	91
					2023	97
Número de novos empreendimentos instalados no Estado	Unidade	2	12/2017	CODEC	2020	1
					2021	1
					2022	1
					2023	1
Número de turistas	Unidade	30.000	12/2018	SETUR	2020	31.519
					2021	32.307
					2022	33.114
					2023	33.942

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional
Implantar a ZPE em Barcarena
Realizar Concessão da Ferrovia Paraense (RI Araguaia ao Tocantins)

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Concessão de Infraestruturas Públicas	Concessão Realizada	Prj	SEDEME
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CAZBAR, CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituída	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo
Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SEDOP, SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 187.666.249,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	69,46	12/2018	SETRAN	73,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	4.767,90	12/2018	SETRAN	2020	5.327,90
					2021	5.327,90
					2022	5.327,90
					2023	5.327,90
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	784,15	12/2018	SETRAN	2020	834,15
					2021	834,15
					2022	834,15
					2023	834,15
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	66,67	12/2019	CPH	2020	66,67
					2021	66,67
					2022	66,67
					2023	66,67

Objetivo
Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional
Pavimentar a PA 407 (Rodovia do Açaí), Trecho: Entroncamento PA-151 / Vila Maiauatá no Município de Igarapé-Miri - 17 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Hidroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Recuperação de Pontes	Ponte Recuperada	M	SETRAN
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo
Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME
Implementação do Serviço de Distribuição de Gás Natural	Sistema Implantado	Un	GAS DO PARÁ

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172.00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 3.610.420,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	1,26	12/2018	PRODES/INPE	1,73

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo
Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade	Família Beneficiada	Un	IDEFLOR-Bio
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	IDEFLOR-Bio

Objetivo
Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional
Emitir 13 Títulos Definitivos para Comunidades Quilombolas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 397.325.061,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	11	12/2018	MS/SIM/SINASC	8,96
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	16,39	12/2018	SIM	13,35
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	202,16	12/2018	MS/SIM	186,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	56,35	12/2019	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	59,17 62,13 65,23 68,49
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	0,00	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	0,94	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,01 1,01 1,01 1,01
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	51,30	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,33	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,40 0,40 0,45 0,45
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,04	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,10 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, ETSUS, HEMOPA, HRCM
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM
Implementação da Humanização na Saúde	Ação Realizada	Un	6º CRS - Barcarena
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	2º CRS - Santa Izabel, SESPA
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Cametá

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	13º CRS - Cametá, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	13º CRS - Cametá, 6º CRS - Barcarena, HRCM, SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	13º CRS - Cametá, 2º CRS - Santa Izabel, 6º CRS - Barcarena, SESPA

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 2.614.825.172,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 86.659.356,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	69,30	12/2018	SEGUP	63,90
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	34,30	12/2018	SEGUP	29,70
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	13,79	12/2018	DATASUS	13,24
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	871,90	12/2018	SEGUP	756,10
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	570,90	12/2018	SEGUP	537,40

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	2,38	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	1,35 1,48 1,63 1,80
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	2.807	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	3.649 4.491 5.333 6.175
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	84,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	85,00 86,00 87,00 88,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	35,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	36,00 37,00 38,00 39,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	34,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	34,00 34,00 36,00 38,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	88,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	88,00 88,00 89,00 89,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo

Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP
Implantação de Unidades Prisionais	Unidade Implantada	Un	SEAP

Objetivo

Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional

Adequar 3 Delegacias de Polícia em Barcarena e Limoeiro do Ajurú
Implantar Base Integrada Fluvial em Abaetetuba
Implantar Delegacia Fluvial em Abaetetuba
Implantar Núcleo do Centro Integrado de Operações em Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo

Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Tocantins** — R$ 2.614.825.172,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda — R$ 3.500.424,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 0,52	12/2018	MTE/RAIS	1,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado	
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	7,46	12/2018	MTE/RAIS	2020 2021 2022 2023	3,00 3,50 4,00 4,50
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	22,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	20,00 21,00 22,00 23,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	29,30	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020 2021 2022 2023	29,58 30,00 30,50 31,00

Objetivo

Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional

Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Abaetetuba

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo

Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

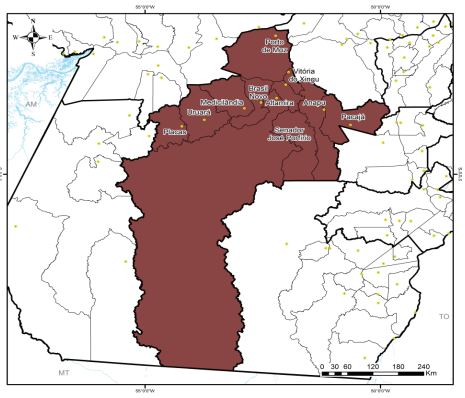
Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	Un	SEASTER
Apoio às Unidades Produtivas	Empreendimento Apoiado	Un	SEASTER
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	12.550.282,00
Concessão de Auxílio Alimentação	163.502.492,00
Concessão de Auxílio Fardamento	8.317.943,00
Concessão de Auxílio Transporte	768.350,00
Operacionalização das Ações Administrativas	10.380.764,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	722.772.462,00
	R$ 918.292.293,00

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO XINGU



I - ASPECTOS GERAIS

A Região de Integração (RI) Xingu, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, é composta por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto do Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Localizada na região sudoeste do estado e entrecortada pela rodovia BR-230 (Rodovia Transamazônica), a RI Xingu abrange uma área territorial de 250.794 km², equivalente a 20% da área do Pará. Do total da área da região, aproximadamente, 70% são de áreas protegidas.

De acordo com o IBGE, em 2018, sua população foi estimada em 376.839 habitantes. Desse contingente, 30% estavam concentrados em Altamira; 12%, em Uruará; 12%, em Pacajá; e 10%, em Porto de Moz. Juntos, esses municípios responderam por 64% da população da região, cuja taxa de crescimento, entre 2010 e 2018, foi de 1,60%, maior que a média do estado, 1,46%.

Na composição do PIB da região, os Serviços contribuem com 29%, a Agropecuária com 23%, a Indústria com 21%, a Administração Pública com 20%, e os Impostos com 8%.

Na divisão turística do Pará, a região integra o Polo Xingu, destaca-se pelas festas religiosas, o artesanato local, balneários, corredeiras d'água, festivais, Feira Agropecuária, praias, cavernas, grutas, tabuleiros, de quelônios como tartaruga, tracajá e pitu, monumentos históricos, pesca esportiva, açudes, cachoeiras.

2. DINÂMICA ECONÔMICA

2.1. Economia

Em 2016, a Região de Integração Xingu teve sua riqueza valorada em R$6,2 bilhões, o que representou 4,5% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi o setor de Serviços (R$1,8 bilhão), com 29% do PIB da RI, seguido pela Agropecuária (R$1,4 bilhão), com 23% ~~do valor adicionado pela RI~~, e a Indústria (R$1,2 bilhão), com 21%. A região destaca-se por sua importância energética, representada através da Usina Hidrelétrica de Belo

Monte, cultivos de cacau (maior produtora do estado - 78%), banana e mandioca, e efetivos de galinhas e bovinos (12%).

Tabela 01 – PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Xingu, 2016

PIB	Brasil	Pará	RI Xingu
PIB (Mil R$)	**6.267.205.000**	**138.068.008**	**6.222.407**
Valor Adicionado Total (Mil R$)	**5.417.699.000**	**124.788.832**	**5.745.306**
% Valor Adicionado Total	86,4%	90,4%	92,3%
VA Agropecuária (Mil R$)	**306.655.000**	**17.167.980**	**1.417.796**
% VA Agropecuário	4,89%	12,43%	22,79%
VA Indústria (Mil R$)	**1.150.207.000**	**31.519.925**	**1.291.148**
% VA Indústria	18,35%	22,83%	20,75%
VA Serviços (Mil R$)	**3.015.716.000**	**47.932.450**	**1.800.734**
% VA Serviços	48,12%	34,72%	28,94%
Administração Pública (Mil R$)	**945.121.000**	**28.168.477**	**1.235.628**
% Administração Pública	15,08%	20,40%	19,86%
Impostos (Mil R$)	**849.506.000**	**13.279.177**	**477.101**
% Impostos	13,55%	9,62%	7,67%

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Entre os municípios que compõem a região Xingu, os que apresentaram, em 2016, as maiores contribuições para o PIB regional foram Altamira, com participação de 40%, tendo como principal atividade a construção civil, em função do empreendimento de Belo Monte; Vitória do Xingu, com 16%, destacando-se as atividades de geração de energia e construção civil; e Medicilândia, tendo o cultivo de cacau à atividade econômica mais importante do município.

Quadro 01- Principais Atividades no VA do Município, excluída a atividade de Administração Pública – Região de Integração Xingu, Pará, 2016

Item Geográfico	Principais Atividades				
RI Xingu	**Agricultura**	**Construção civil**	**Comércio**	**Pecuária**	**Atividades imobiliárias**
Altamira	Construção civil	Comércio	Atividades imobiliárias	Pecuária	Agricultura
Anapu	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação
Brasil Novo	Pecuária	Agricultura	Comércio	Atividades imobiliárias	Construção civil
Medicilândia	Agricultura	Comércio	Pecuária	Atividades imobiliárias	Construção civil
Pacajá	Pecuária	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Placas	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Porto de Moz	Pecuária	Pesca e Aquicultura	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio
Senador José Porfírio	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Pesca e Aquicultura	Comércio
Uruará	Agricultura	Pecuária	Atividades imobiliárias	Comércio	Construção civil
Vitória do Xingu	Produção e distribuição de eletricidade e água	Construção civil	Comércio	Agricultura	Atividades imobiliárias

Fonte e Elaboração: Fapespa, 2019.

2.2. Balança Comercial

A atividade comercial do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2018, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em saldo positivo de US$14,4 bilhões, e a RI Xingu contabilizou um saldo de US$12,8 milhões. Entre os produtos exportados pela região, destaca-se a madeira perfilada, que representou 16% do total exportado pela região.

Tabela 02 – Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2018

Item Geográfico	Exportação (US$)	Part.(%)	Importação (US$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	**239.889.170.206**	**100**	**181.230.568.862**	**100**	**58.658.601.344**
Pará	**15.608.825.106**	**100**	**1.173.984.415**	**100**	**14.434.840.691**
RI Xingu	**12.779.628**	**0,1**	**0**	**0,0**	**12.779.628**
Altamira	11.632.916	91,0	0	0,0	11.632.916
Anapu	599.781	4,7	0	0,0	599.781
Medicilândia	176.373	1,38	0	0,0	176.373
Senador José Porfírio	171.851	1,3	0	0,0	171.851
Uruará	198.707	1,6	0	0,0	198.707

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

2.3. Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. Em 2017, a RI Xingu registrou um total de 31 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública detinha cerca de 38% do total do estoque formal da região, seguido pelo Comércio, 22%, e Serviços, 19%. Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Altamira (50%), Pacajá (10%) e Vitória do Xingu (9%).

Tabela 03 – Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Xingu
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	131.668
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	5,65
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	18,49
Empregos Formais (2017)			
Total	**46.281.590**	**1.068.818**	**31.253**
Extrativa Mineral	212.337	19.710	160
Indústria de Transformação	7.105.206	79.827	1.041
Serviços Industriais de Utilidade Pública	425.427	7.991	401
Construção Civil	1.838.958	57.880	3.932
Comércio	9.230.750	203.656	6.780
Serviços	16.772.645	284.360	6.078
Adm. Pública	9.195.215	363.926	11.771
Agropecuária Extração Vegetal Caca e Pesca	1.501.052	51.468	1.090

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/MTE, 2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 107 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4% do total de ocupados do estado.

2.4. Infraestrutura

Em relação à infraestrutura de transportes, o principal eixo viário na região é a Rodovia Transamazônica (BR-230). Além desse, duas rodovias estaduais, a PA-415 e PA-167, interligam Altamira a Vitória do Xingu e Belo Monte a Senador José Porfírio, respectivamente. De forma geral, as obras de infraestrutura viária, na RI Xingu, estão voltadas para atender à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Quadro 02 - Estrutura Logística da Região de Integração Xingu

Municípios com Aeródromos/Aeroportos (6)	Anapu
	Altamira
	Medicilândia
	Pacajá
	Porto de Moz
	Uruará
Rodovias (3)	BR 230, PA-415 e PA-167
UHE	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Portos (3)	Porto de Moz
	Senador José Porfírio
	Vitória do Xingu

Fonte: SETRAN, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange também seis aeródromos/aeroportos, três portos de pequeno porte e três rodovias.

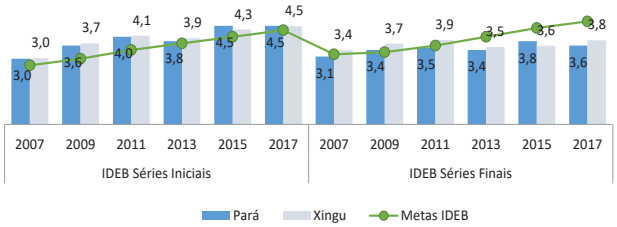
3. DINÂMICA SOCIAL

3.1. Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Xingu, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), tem alcançado as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará em todos os anos observados, assim como o estado, de forma global, alcançou. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as metas foram alcançadas nos três primeiros anos da série, apresentando uma queda a partir de 2013 e voltando a se recuperar somente em 2015, porém, ainda abaixo das metas estabelecidas. O estado do Pará, nas séries finais, também só alcançou as metas até o ano de 2011, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 01 – Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Xingu, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017



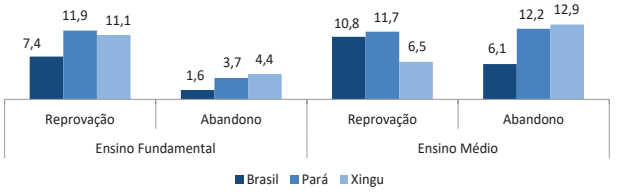
Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

As taxas de rendimento escolar, taxas de reprovação e de abandono, geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar ao valor da RI Xingu.

Em relação à taxa de reprovação, no ensino fundamental, a região alcançou 17,2% de reprovados, em 2017, superior aos resultados total do Pará e do Brasil, 11,9% e 7,4% de reprovação, respectivamente. Os municípios que obtiveram as maiores taxas de reprovação, no ensino fundamental, foram Placas (15,7%) e Medicilândia (14,3%), e as menores, Altamira (4,1%) e Brasil Novo (6,4%). No ensino médio, de maneira oposta, a RI Xingu atingiu a taxa de 6,5%, abaixo das registradas pelo Pará e Brasil, 11,7% e 10,8%, nesta ordem. Nesse nível de ensino, os municípios que obtiveram as menores taxas de reprovação foram Anapu (7,2%) e Vitória do Xingu (3,1%), e as maiores reprovações foram observadas pelos municípios de Medicilândia (13,5%) e Altamira (12,2%).

O estado do Pará destaca-se com a pior taxa de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação, com 12,2% de abandono.

Gráfico 02 – Taxas de Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2017.



Fonte: INEP/FAPESPA, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Quanto à taxa de abandono, no ensino fundamental, na RI Xingu, os municípios que obtiveram as maiores taxas foram Senador José Porfírio (8,4%) e Porto de Moz (7,5%), e as menores, Altamira (4,1%) e Brasil Novo (6,4%). No ensino médio, as maiores taxas de abandono foram alcançadas por Medicilândia (20,4%) e Senador José Porfírio (19,2%).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nessa modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino

médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização, ele acaba repetindo uma série. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série (INEP, 2019).

Em 2017, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental (29,5%), quanto para o ensino médio (48,0%), alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, nesses níveis de ensino, 17,2% e 28,2% respectivamente. Na região, o município de Porto de Moz atingiu as maiores taxas de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental (50,1%), quanto no ensino médio (65,8%). Contrastando, o município de Altamira obteve as menores taxas, 23,6% no ensino fundamental e 34% no ensino médio, conforme a tabela a seguir.

Tabela 04 - Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2018.

Item Geográfico	Ensino Fundamental Total	Ensino Médio Total
Brasil	**17,2**	**28,2**
Pará	**29,5**	**48,0**
RI Xingu	**32,8**	**51,1**
Altamira	23,6	34,0
Anapu	34,8	53,3
Brasil Novo	26,1	40,9
Medicilândia	33,4	56,8
Pacajá	38,9	59,8
Placas	31,2	38,2
Porto de Moz	50,1	65,8
Senador José Porfírio	34,1	59,5
Uruará	26,0	48,3
Vitória do Xingu	29,4	54,2

Fonte: INEP/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.2. Saúde

No que diz respeito à saúde, na Região de Integração Xingu, a taxa de mortalidade infantil de 14,13 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos) apresentada, em 2017, foi ligeiramente inferior à taxa do Pará, 15,38. Os municípios da RI com as maiores taxas foram Anapu (22,54) e Vitória do Xingu (21,28) e os que obtiveram os menores índices, Medicilândia (6,48) e Placas (6,92).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS) foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em 2018, constavam 779 agentes, proporção de cobertura de 93,46%, maior que a do estado do Pará, 81,21%, ressaltando-se que apenas os municípios de Altamira e Vitória do Xingu não possuíam 100% da população estimada coberta.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), em 2018, havia 74 equipes implantadas na região, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 70,28%, superior à apresentada pelo estado, de 59,13%. Dentre os municípios, até dezembro de 2018, apenas Brasil Novo e Senador José Porfírio alcançaram 100% da cobertura, cabendo o destaque negativo para Placas, com cobertura de 11,46%, e Pacajá, com 52,07%.

Tabela 05 – Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Xingu
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) - 2017	12,38	15,38	14,13
Proporção de Cobertura dos ACS (%) - 2018	64,03	81,21	93,46
Indicadores Saúde	**Brasil**	**Pará**	**RI Xingu**
Proporção de Cobertura das ESF (%) - 2018	64,19	59,13	70,28
Hospitais - 2018	6.687	247	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes - 2018	2,22	2,47	3,18
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes - 2018	2,35	1,93	1,62

Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

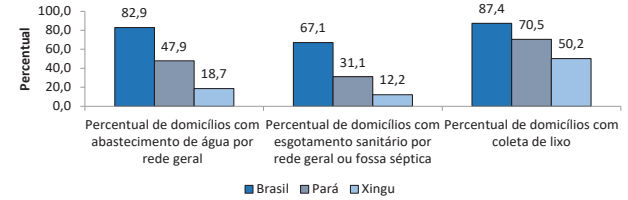
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, a RI Xingu contava, em 2018, com onze hospitais (todos hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Público da Transamazônica, inaugurado em 2006, em Altamira, que possui perfil de atendimento em mais de vinte especialidades médicas, enfatizando-se a oferta de serviços de média e alta complexidade não disponibilizados por outras unidades da rede pública na região. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa observada pela RI, em 2018, foi de 3,18, superior à do Pará, de 2,47. Resultado oposto em relação à taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, que na RI (1,62) foi menor que à taxa do estado (1,93).

3.3. Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem ao acesso que ela tem ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

O Gráfico 03 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Xingu. Observa-se que, em 2010, no Brasil, 82,9 % dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 97% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No Pará havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% contavam com esgotamento sanitário por rede geral, e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na região Xingu, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 18,7% dos domicílios, de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica, de 12,2%, e com coleta de lixo, era de 50,2%. As coberturas dos três serviços eram menores na região do que no estado, no ano em questão, destacando-se os percentuais para abastecimento de água e esgotamento sanitário, que estavam bem abaixo das proporções nacional e estadual.

Gráfico 03 – Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010



Fonte: IBGE – Censo 2010.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) traz uma atualização amostral para esses indicadores, retendo-se as amostras para o Brasil, Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. No Mapa da Exclusão Social 2018, a FAPESPA, em um esforço metodológico para visualizar o estado além da Região Metropolitana de Belém (RMB), incluiu em seus resultados o item geográfico "Fora RMB", que procura trazer indicadores e informações das outras regiões do Pará que não são destaques da pesquisa.

Tabela 06 – Caracterização do Saneamento Básico em Domicílios – Brasil, Pará, RMB e Fora RMB, 2017

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral)	Percentual de domicílios com água encanada	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica)	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba)
Brasil	85,7	97,2	66,0	90,8
Pará	49,1	89,8	12,2	77,1
RMB	66,7	97,8	32,0	96,3
Fora RMB	42,4	69,9	4,8	69,8

Fonte: PNAD, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento ainda é um grande desafio de governo. O indicador percentual de domicílios com água encanada mostra a estrutura mínima que o domicílio possui para receber água, independente da forma como ela chega, seja por rede geral, poço artesiano ou outras formas de abastecimento. No Pará, no ano de 2017, 89,8% dos domicílios possuíam água encanada.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), em 2017, segundo informações do órgão, não estava presente em nenhum dos 10 municípios que compõem a RI Xingu.

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 07 – Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Xingu, 2010

INDICADOR	PARÁ		RI XINGU	
Déficit Habitacional	**Total**	**Percentual**	**Total**	**Percentual**
	423.437	22,78	21.045	25,6
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	14.226	66,6
Coabitação Familiar	168.684	39,2	4.842	22,7
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	1.326	6,2
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	982	4,6
Total Domicílios	**1.859.165**		**82.411**	

Fonte: IBGE/CENSO-2010
Elaboração: Fapespa, 2019.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Xingu, o déficit era de 25,6% do total de domicílios. A componente domicílios precários correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 66,6% do total da região. Coabitação familiar representava aproximadamente 39% do total de domicílios no Pará, e 22,7% na região Xingu. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, aproximadamente 87% do déficit no estado do Pará e 90% na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3% no estado e 6,2% na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios no Pará e 4,6% na RI Xingu.

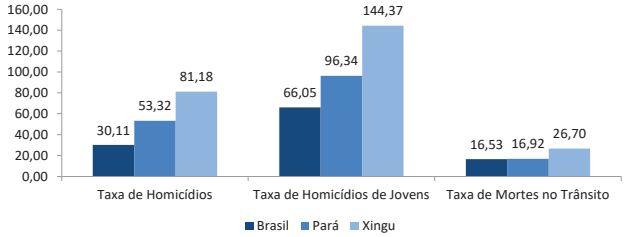
3.4. Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do DATASUS (Departamento de Informática do SUS), analisou-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes). Em 2017, a RI Xingu apresentou, nos três indicadores, taxas superiores às do estado e do Brasil (Gráfico 04).

Em 2017, a taxa de homicídios no Pará atingiu 53,32 homicídios, enquanto na região foi de 81,18. Os municípios de Altamira e Uruará registraram as maiores taxas, 133,71 e 88,12 homicídios, respectivamente, em contraposição a Senador José Porfírio e Placas, que figuraram com as menores taxas, 17,61 e 19,93 homicídios, nesta ordem.

Na região Xingu, a taxa de homicídio com recorte na população jovem (144,37 homicídios a cada 100 mil jovens), dados de 2017, foi superior à taxa estadual (96,34 homicídios a cada 100 mil jovens), já considerada alta. Os municípios de Altamira (283,50 mortes), Vitória do Xingu (189,12 mortes), Uruará (164,35 mortes), Medicilândia (130,57 mortes) e Brasil Novo (103,72 mortes) alcançaram taxas superiores à do estado, enquanto as menores couberam aos municípios de Placas (11,16) e Porto de Moz (32,63).

Gráfico 04 – Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2017



Fonte: IBGE/DATASUS, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Xingu, em 2017, foi de 26,70 mortes, superior à do Pará, 16,92. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Anapu (40,60 mortes) e Medicilândia (35,80 mortes), enquanto Placas (9,96 mortes) registrou a menor e Porto de Moz, nenhum caso de morte.

Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

No que diz respeito às informações fornecidas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

Em 2017, a RI Xingu apresentou taxas superiores às do Pará nos indicadores taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa inferior apenas para o indicador taxa de roubo. A taxa de homicídios da região foi de 66,17 mortes e a do Pará, de 45,66. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 11,39 e o Pará, de 9,60. Outro indicador que compõe essa síntese é a taxa de roubo que registrou, no ano de 2017, um total de 1.423,86 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará. E para a RI Xingu, observou-se a taxa de 423,58 roubos por 100 mil habitantes.

Tabela 08 – Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração Xingu

Indicadores Segurança	Pará		RI Xingu	
	2016	2017	2016	2017
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	43,95	45,66	61,19	66,17
Taxa de Homicídios no Transito (por 100 mil habitantes)	12,06	9,60	9,83	11,39
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	1.546,12	1.423,86	781,84	423,58

Fonte: Segup, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

3.5. Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro observado no Brasil, 15,20%. Por seu lado, a região Xingu registrou um total de 44,34% de sua população abaixo da linha da pobreza, quase o triplo do percentual nacional.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Xingu apresentou um Índice de Gini de 0,60, desigualdade abaixo da registrada para o Pará, de 0,62, e igual à do Brasil, conforme tabela a seguir.

Tabela 09 – Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e Região de Integração Xingu, 2010

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Xingu	44,34	0,60

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.
Elaboração: Fapespa, 2019.

A nível municipal, o Programa Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Com base no CadÚnico de 2018, na RI Xingu, 60,2% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 83,5% se declararam com renda igual ou inferior à da linha pobreza, e 70,3% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. A região obteve percentuais maiores do que o apresentado no estado do Pará, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 10 – População Cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Xingu e Municípios - dezembro/2018.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	**52,6**	**78,6**	**64,2**
RI Xingu	**60,2**	**83,5**	**70,3**
Altamira	49,3	73,6	57,8
Anapu	75,1	93,0	80,1
Brasil Novo	81,4	76,0	60,1
Medicilândia	60,7	85,3	74,8
Pacajá	66,0	89,2	76,6
Placas	45,5	82,5	72,4
Porto de Moz	65,0	92,0	83,6
Senador José Porfírio	114,0	92,2	79,2
Uruará	60,2	84,6	71,2
Vitória do Xingu	48,9	68,3	62,2

Fonte: MDS, 2018.
Elaboração: FAPESPA, 2019.
Nota: A população estimada de pessoas cadastradas no CadÚnico, feita pelo MDS, foi superior à estimada pelo IBGE.

Dos municípios que compõem a região, Senador José Porfírio alcançou o maior percentual da população inscrita no CadÚnico, com 114% do total. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Anapu (93%%), Senador José Porfírio (92,2%) e Porto de Moz (92%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Porto de Moz (83,6%) e Anapu (80,1%).

3.6. Juventude

O governo federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, tem direcionado estudos e incentivado políticas voltadas para a melhoria da situação socioeconômica dos jovens[1], em especial no que diz respeito à segurança, emprego, educação, saúde, cultura e acesso a direitos. No Pará, o governo atua de forma conjunta entre secretarias e fundações e, em 2019, as temáticas relacionadas à juventude se inserem no plano governamental como uma de suas prioridades.

Em 2018, a RI Xingu mostrou-se como a 2ª Região de Integração com o menor quantitativo de jovens (112.802) e participação estimada de 29,93% de seu contingente populacional. Dentre seus municípios, Altamira registrou o maior número de jovens (33.257), correspondente a uma participação de 29,38% de sua população, seguido de Uruará (14.571 jovens), participação de 32,01%. A maior participação de jovens em relação ao número de habitantes ocorreu em Vitória do Xingu (32,49%) e a menor em Senador José Porfírio (26,39%). Todas as participações demarcaram certa estabilidade entre os anos analisados (2015-2018), variando entre 26% e 32%.

Tabela 11 - População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios (2015-2018)

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos							
	Jov 2015	%	Jov 2016	%	Jov 2017	%	Jov 2018	%
Pará	**2.416.773**	**29,45**	**2.444.747**	**29,43**	**2.475.723**	**29,47**	**2.508.928**	**29,36**
RI Xingu	**106.895**	**29,60**	**108.194**	**29,56**	**109.444**	**29,52**	**112.802**	**29,93**
Altamira	32.017	29,54	32.418	29,49	32.804	29,44	33.257	29,38
Anapu	7.576	29,81	7.837	29,83	8.089	29,85	8.109	29,86
Brasil Novo	4.008	26,75	3.931	26,50	3.857	26,26	4.115	27,09
Medicilândia	8.938	29,91	9.067	29,91	9.190	29,91	9.337	29,91
Pacajá	13.274	29,64	13.538	29,69	13.792	29,74	13.986	29,77
Placas	8.488	29,75	8.730	29,76	8.964	29,77	9.019	29,77
Porto de Moz	11.741	30,52	12.004	30,59	12.257	30,65	12.415	30,69
Senador José Porfírio	3.120	26,38	3.036	26,20	2.955	26,02	3.124	26,39
Uruará	13.102	29,45	12.937	29,16	12.777	28,87	14.571	32,01
Vitória do Xingu	4.631	32,14	4.696	32,24	4.759	32,33	4.869	32,49

[1] A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta "o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Prevê ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 19 (dezenove) anos.

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No campo empregatício, em 2017, os jovens de 15 a 29 anos corresponderam a 25,51% dos vínculos no Pará, e 31,15% na RI Xingu. Os maiores quantitativos de jovens no mercado de trabalho formal aconteceram em Altamira (5.621, com participação de 36,06%) e Pacajá (925 jovens e 28,25% de participação), sendo aquele o município com maior participação dentre os componentes da região, seguido de Anapu (561, e 32,41% de participação). Por outro lado, os menores quantitativos ocorreram em Senador José Porfírio (93, e 13,94% de participação) e Porto de Moz (302, e 17,58% de participação). Considerando o total da população jovem (Tabela 12), Altamira registrou o maior percentual de jovens no mercado de trabalho, com 36,06% em 2017.

Tabela 12 - Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Xingu e Municípios, 2017

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	**1.068.818**	**272.675**	**25,51**
RI Xingu	**31.253**	**9.734,00**	**31,15**
Altamira	15.589	5.621,00	36,06
Anapu	1.731	561,00	32,41
Brasil Novo	1.027	330,00	32,13
Medicilândia	1.131	274,00	24,23
Pacajá	3.274	925,00	28,25
Placas	783	174,00	22,22
Porto de Moz	1.718	302,00	17,58
Senador José Porfírio	667	93,00	13,94
Uruará	2.530	743,00	29,37
Vitória do Xingu	2.803	711,00	25,37

Fonte: MTE/Rais, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade, que também se mostra como fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério correspondem a 60,33% da taxa de morbidade no estado (FAPESPA, 2018[2]). Do total de nascidos vivos no Pará, 24,38% são de mães menores de 19 anos de idade. Embora tenha diminuído cerca de 3% em relação a 2010, esse percentual continua elevado quando se considera proporcionalmente a população jovem estimada em cerca de 32%.

Na RI Xingu, esse dado foi de 28,14%, em 2017, o quinto maior percentual dentre todas as regiões de integração do estado, com diminuição de apenas 2,77 p.p. em relação a 2010. De seus municípios, os maiores percentuais de nascidos vivos (de mães menores de 19 anos de idade) ocorreram em Porto de Moz (35,57%) e Senador José Porfírio (34,22%), enquanto os menores índices foram em Brasil Novo (23,65%) e Placas (24,91%). Considerando a série de 2010 a 2017, a maioria dos municípios da região registrou diminuição desse indicador, destacando-se com mais êxito Pacajá (7,37 p.p.) e Brasil Novo (6,42 p.p.).

Tabela 13 - Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Xingu (2010-2017)

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pará	**27,42**	**27,50**	**27,56**	**27,37**	**27,27**	**26,53**	**25,73**	**24,38**
RI Xingu	**30,91**	**31,86**	**32,14**	**30,31**	**31,22**	**30,64**	**28,54**	**28,14**
Altamira	28,91	29,20	31,88	28,63	28,16	28,82	25,72	25,24
Anapu	34,18	34,91	31,51	29,76	35,79	33,50	34,43	30,92
Brasil Novo	30,07	30,80	29,75	31,97	27,93	30,59	27,21	23,65
Medicilândia	32,11	34,11	31,81	28,51	32,87	28,60	32,64	29,59
Pacajá	34,11	32,65	34,51	32,37	32,32	34,55	29,65	26,74
Placas	26,53	28,68	26,42	22,71	30,43	24,18	22,46	24,91
Porto de Moz	32,29	34,63	32,54	35,25	38,67	36,01	31,36	35,57
Senador José Porfírio	34,87	38,19	38,39	32,07	42,80	35,10	32,68	34,22
Uruará	30,34	32,36	30,85	30,34	28,37	30,95	30,71	30,82
Vitória do Xingu	30,05	30,22	33,62	36,36	31,91	25,78	27,02	26,33

[2] FAPESPA. Perfil da Juventude Paraense 2018.

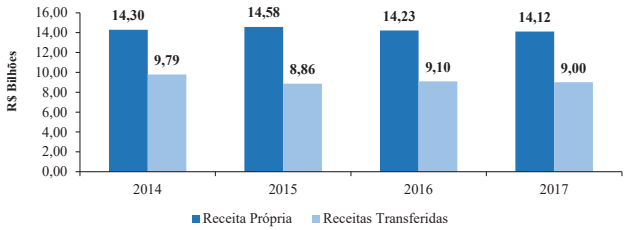
Fonte: DATASUS/2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

4. ARRECADAÇÃO ICMS

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois possibilita a implementação de políticas públicas voltadas para construção de escolas, hospitais, postos de saúde e delegacias, assim como a viabilização de empreendimentos infraestruturais, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2014 e 2017, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R$14,307 bilhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R$9,815 bilhões.

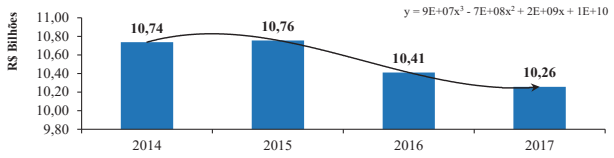
Gráfico 05 – Evolução das Receitas, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Nesse período, os níveis de arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação estadual, retraíram 4,4%, reflexo do conturbado cenário político-institucional verificado à época, que inevitavelmente produziu impactos na estrutura produtiva e na capacidade de consumo da economia paraense.

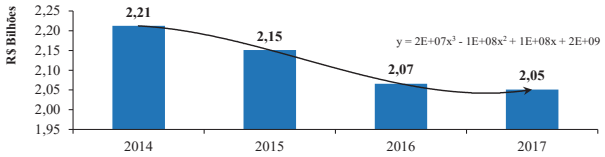
Gráfico 06 – Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará (2014-2017)



Fonte: Balanço Geral do Estado 2014-2017.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Diante do caráter recessivo verificado na principal fonte de arrecadação estadual, por óbvio, uma perda foi verificada na quota-parte de ICMS destinada aos municípios paraenses. Entre 2014 e 2017, o montante desse tributo retraiu em -4,65%, percentual levemente maior que a perda registrada na arrecadação total de ICMS.

Gráfico 07 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)



Fonte: SEFA, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

Neste sentido, verificou-se, no período em exame, que a quota-parte de ICMS total destinada especificamente aos municípios que compõem a RI Xingu cresceu em 22%, ressaltando-se que, em 2017, o município de Altamira recebeu a maior parcela (42%) do total destinado a RI, seguido por Pacajá (10%) e Vitória do Xingu (8,5%). Outro ponto a destacar é o fato de que, no período, o total de ICMS repassado aos municípios da RI em estudo representou, em média, cerca de, 4,5% do total de ICMS destinado aos 144 municípios do estado.

Tabela 14 – Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2014-2017)

Item Geográfico	2014	2015	2016	2017
Pará (Total Repasse)	**2.212.195.854,32**	**2.151.243.071,59**	**2.065.861.819,58**	**2.051.113.567,84**
R Xingu	**84.948.320,78**	**92.718.576,41**	**101.187.878,13**	**103.171.012,48**
ALTAMIRA	36.722.451,19	41.088.742,68	45.180.595,78	43.893.830,35
ANAPU	5.751.709,20	6.668.853,54	7.078.987,36	6.358.452,07
BRASIL NOVO	4.424.391,70	4.302.486,13	4.996.932,26	4.922.672,56
MEDICILANDIA	5.309.270,07	4.947.859,08	6.037.959,82	7.384.008,84
PACAJÁ	7.300.246,32	8.174.723,66	9.161.042,46	10.460.679,20
PLACAS	3.981.952,55	4.302.486,13	3.955.904,70	4.102.227,13
PORTO DE MOZ	4.866.830,86	4.947.859,08	4.996.932,26	4.922.672,56
SENADOR JOSÉ PORFIRIO	4.645.611,31	4.947.859,08	4.788.726,74	4.307.338,50
URUARA	7.521.465,88	7.529.350,75	7.703.603,88	7.999.342,92
VITÓRIA DO XINGU	4.424.391,70	5.808.356,28	7.287.192,87	8.819.788,35

Fonte: Sefa, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2017.

5. DINÂMICA AMBIENTAL

A Região de Integração Xingu, com área de 250.794 km², é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (42.958 km²) e Proteção Integral (36.470 km²), Terras Indígenas (95.683 km²), Territórios Quilombolas (216,52 km²) e Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, na modalidade Projeto de Assentamento (PA). Assim, da área total da região, 175.327 km² (69,90%) correspondem às áreas protegidas; e 54.642,57 km² (21,79%) às destinadas a projetos de assentamentos.

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2017, registrou-se o equivalente a 31.624 km², ou 12,61%, da área da RI, e a 11,95% do desmatamento acumulado do estado do Pará (Tabela 15). Em termos municipais, Altamira, Pacajá e Uruará responderam por, aproximadamente, 57% (17.920 km²) do desmatamento acumulado na RI. Da mesma maneira, mais da metade dos registros de foco de calor concentraram-se, em 2017, em apenas dois municípios, Altamira e Pacajá, que somaram 5.739 focos, ou 61,39%, dos registros para a RI.

Tabela 15 – Área de Desmatamento acumulado e número de Focos de Calor no estado do Pará e municípios da Região de Integração Xingu, 2017

Item Geográfico	Área Total km²	Desmatado (km²) (2017)	Focos de Calor
Pará	**1.247.955**	**264.691**	**49.413**
RI Xingu	**250.794**	**31.624**	**9.348**
Altamira	159.534	8.727	4.482
Anapu	11.896	2.542	583
Brasil Novo	6.363	2.671	161
Medicilândia	8.273	2.191	342
Pacajá	11.832	5.789	1.257
Placas	7.173	2.190	785
Porto de Moz	17.423	1.080	614
Senador José Porfírio	14.420	1.040	467
Uruará	10.791	3.404	587
Vitória do Xingu	3.090	1.992	70

Fonte: INPE/PRODES, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2018, quase 80% de suas propriedades rurais inseridas no CAR (Tabela 16). Os municípios da RI já cadastraram, aproximadamente, 30% da área total no CAR. Entre os municípios da região, Medicilândia possui o maior percentual de área com CAR efetivado (87,99%), seguido por Pacajá (86,48%) e Brasil Novo (86,30%).

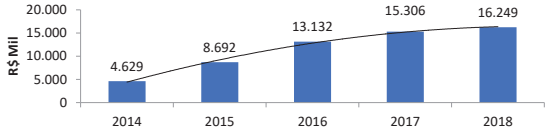
Tabela 16 – Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na Região de Integração Xingu, 2018

Item Geográfico	Área Territorial (IBGE/km²) (A)	Área Cadastrável (km²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR (km²) (C)	% de Área de CAR (C/B)
RI Xingu	**251.103,02**	**76.096,16**	**30,30**	**59.204,60**	**77,80**
Altamira	159.839,66	20.074,94	12,56	13.510,91	67,30
Anapu	11.886,18	6.474,53	54,47	5.218,78	80,60
Brasil Novo	6.363,08	4.780,14	75,12	4.125,37	86,30
Medicilândia	8.278,40	7.966,25	96,23	7.009,45	87,99
Pacajá	11.823,90	11.810,53	99,89	10.213,16	86,48
Placas	7.181,22	5.686,98	79,19	4.677,17	82,24
Porto de Moz	17.422,48	3.141,47	18,03	1.600,03	50,93
Senador José Porfírio	14.411,14	3.942,37	27,36	3.119,79	79,13
Uruará	10.808,98	9.854,41	91,17	7.970,74	80,89
Vitória do Xingu	3.087,98	2.364,53	76,57	1.759,19	74,40

Fonte: IBGE/SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.

No que diz respeito às iniciativas estatais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Xingu teve uma participação média de 9,00% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios, entre os anos de 2014 e 2018 (Gráfico 08). Em 2018, a região contabilizou um montante de R$16,249 milhões, com o município de Altamira detendo a maior parcela (16,74%), seguido por Pacajá (11,33%), Anapu (9,68%), Uruará (9,64%), Senador José Porfírio (9,35%), Medicilândia (9,22%), Porto de Moz (9,01%), Placas (8,93%), Brasil Novo (8,50%) e Vitória do Xingu (7,59%) (Tabela 17).

Gráfico 08 – Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Xingu (2014-2018)



Fonte: SEMAS/PMV, 2019.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

Tabela 17 – Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da Região de Integração Xingu (2014 - 2018)

Item geográfico	2014	2015	2016	2017	2018
Xingu	**4.629.316,44**	**8.692.130,39**	**13.131.816,77**	**15.305.905,26**	**16.249.407,73**
Altamira	461.558,80	656.586,15	2.236.696,43	3.373.319,03	2.720.923,46
Anapu	623.095,41	1.236.558,20	1.733.901,09	1.277.172,21	1.572.319,56
Brasil Novo	514.581,06	803.542,50	1.513.346,36	1.277.170,51	1.381.970,41
Medicilândia	411.631,64	550.199,50	1.186.101,57	708.699,08	1.498.797,65
Pacajá	375.248,41	760.021,99	1.096.780,21	1.688.639,07	1.840.721,83
Placas	359.822,33	950.788,75	937.098,26	1.277.171,67	1.450.275,86
Porto de Moz	433.484,09	855.627,80	1.203.222,31	1.604.572,18	1.463.270,60
Senador José Porfírio	783.781,19	1.494.928,11	1.652.489,80	1.544.821,39	1.519.911,52
Uruará	349.862,64	747.072,20	1.090.825,67	1.277.171,75	1.567.087,00
Vitória do Xingu	316.250,88	636.805,18	481.355,07	1.277.168,35	1.234.129,84

Fonte: SEMAS/PMV, 2018.
Elaboração: Fapespa, 2019.
Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Xingu**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

PROGRAMAS TEMÁTICOS	Valor 2020-2023 (R$1,00)
Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura	35.394.337,00
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	3.357.246,00
Ciência, Tecnologia e Inovação	3.806.702,00
Cultura	563.085,00
Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade	188.673.864,00
Direitos Socioassistenciais	4.482.530,00
Educação Básica	196.916.467,00
Educação Profissional e Tecnológica	1.577.719,00
Educação Superior	4.512.493,00
Esporte e Lazer	774.288,00
Governança Pública	79.514.289,00
Indústria, Comércio, Serviços e Turismo	3.435.181,00
Infraestrutura e Logística	64.177.697,00
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	4.142.007,00
Saúde	409.248.275,00
Segurança Pública	71.423.341,00
Trabalho, Emprego e Renda	2.749.209,00
	R$ 1.074.748.730,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão	554.273.471,00
	R$ 554.273.471,00
TOTAL PARA A REGIÃO :	R$ 1.629.022.201,00

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura **R$ 35.394.337,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	1 ERADICAÇÃO DA POBREZA; 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL; 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO; 12 CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS; 14 VIDA NA ÁGUA

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Efetivo dos principais rebanhos por região (bovino)	Unidade	2.594.285	06/2019	ADEPARA	3.153.370
Rendimento Médio das principais culturas por região (produtividade - Cacau)	Kg/Hectare	1.056	06/2019	IBGE	1.284

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Atendimentos com Ações de Fomento para o setor pesqueiro	Unidade	0	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	50 53 55 60
Número de Atendimentos com Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural	Unidade	4.398	12/2018	EMATER	2020 2021 2022 2023	4.580 4.640 4.984 5.382
Número de Atendimentos com Ações de Fomento para o Setor Agropecuário	Unidade	2.464	12/2018	SEDAP	2020 2021 2022 2023	2.587 2.717 2.852 2.995

Objetivo

Desenvolver a Produção, Promover a Sanidade Vegetal e Animal, e Fortalecer a Comercialização da Agropecuária, Pesca e Aquicultura

Compromisso Regional

Obter a Certificação Internacional de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação em 2022

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento da Produção Aquícola e Pesqueira	Pescador Atendido	Un	SEDAP
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal	Produtor Atendido	Un	SEDAP
Fiscalização e Inspeção Agropecuária	Fiscalização Realizada	Un	ADEPARÁ
Manutenção da Zona Livre de Febre Aftosa	Rebanho Vacinado	Prc	ADEPARÁ
Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e de Pragas de Vegetais	Propriedade Atendida	Un	ADEPARÁ
Promoção da Comercialização Agrícola	Evento Apoiado	Un	EMATER, SEDAP
Promoção da Comercialização da Pesca e Aquicultura	Evento Apoiado	Un	SEDAP
Realização de Ações de Educação Sanitária	Evento Realizado	Un	ADEPARÁ

Objetivo

Promover o Desenvolvimento Rural com Ênfase na Agricultura Familiar com Base nas Diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Crédito para Produtores Rurais	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Agricultor Atendido	Un	SEDAP
Fortalecimento Operacional das Unidades de ATER	Unidade Adequada	Un	EMATER
Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural	Atendimento Realizado	Un	EMATER

Região de Integração: **Xingu** — R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos — R$ 3.357.246,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de cobertura das ações de capacitação sobre drogas	Percentual	10,00	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	- - - 20,00
Taxa de cobertura dos municípios com politicas de atendimento às mulheres	Percentual	-	12/2018	SEJUDH	2020 2021 2022 2023	20,00 20,00 20,00 20,00

Objetivo

Promover a Reinserção Social dos Custodiados do Sistema Penitenciário

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Integrada ao Preso, Interno e Egresso	Custodiado Assistido	Un	SEAP

Objetivo

Promover Ações de Atendimento Integral, Qualificação e Direitos Humanos às Mulheres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento Integrado de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ
Implantação de Conselhos Municipais de Defesa de Direitos da Mulher e Organismo Municipal de Política para Mulheres	Instrumento Implantado	Un	SEJUDH
Monitoramento da Rede de Atendimento à Mulher	Unidade de Rede Monitorada	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover Ações Inclusivas de Jovens, Adolescentes e Crianças

Compromisso Regional

Implantar Polo de Inclusão PARÁPAZ em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGDCA)	Pessoa Capacitada	Un	PARÁPAZ
Implementação do Pará Jovem	Jovem Atendido	Un	PARÁPAZ
Implementação do Projeto Escolas da Paz	Aluno Atendido	Un	PARÁPAZ
Polo de Inclusão PARÁPAZ	Criança/Adolescente Atendido	Un	PARÁPAZ

Objetivo

Promover Ações Intersetoriais de Prevenção e Atenção ao Uso de Alcool e Outras Drogas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Rede de Atenção Psicossocial	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira
Implementação das Ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Pessoa Certificada	Un	PMPA
Realização de Eventos Intersetoriais e Regionais de Políticas sobre Drogas	Evento Realizado	Un	SEJUDH

Objetivo

Promover os Direitos Humanos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Eventos de Promoção Étnico Racial e Social	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio a Eventos Direcionados à População Orgulho LGBTI	Evento Apoiado	Un	SEJUDH
Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	Conselho Apoiado	Un	SEJUDH
Atendimento e Orientação ao Consumidor	Atendimento Realizado	Un	FEDDD
Capacitação em Direitos Humanos	Pessoa Capacitada	Un	SEJUDH
Emissão de Identificação Civil	Documento Emitido	Un	POLÍCIA CIVIL
Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	Fiscalização Realizada	Un	FEDDD, IMETROPARÁ
Operacionalização do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Nascimento	Registro Civil de Nascimento Emitido	Un	SEASTER
Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	Evento Realizado	Un	SEJUDH
Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	Atendimento Realizado	Un	SEJUDH
Realização do PARÁPAZ Itinerante	Pessoa Atendida	Un	PARÁPAZ

Região de Integração: **Xingu** — R$ 1.629.022.201,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Ciência, Tecnologia e Inovação — R$ 3.806.702,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de dispêndio estadual em CT&I	Percentual	0,09	12/2018	SIAFEM/SEFA	0,17

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Cobertura de ações em Ciência, Tecnologia e Inovação	Percentual	33,33	12/2018	FAPESPA	2020 2021 2022 2023	33,33 33,33 33,33 33,33

Objetivo

Ampliar a Inclusão Digital e o Acesso a Comunicação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Árvores Digitais e Aldeias Sustentáveis para Acesso Público à Internet e Cominicação de Dados	Árvore Digital Implantada	Un	SECTET
Promoção ao Acesso Público a Internet	Hot Zone Implantado	Un	FAPESPA

Objetivo

Fomentar a Produção do Conhecimento para o Desenvolvendo da Ciência, Tecnologia e Inovação

Compromisso Regional
Implantação de 1 Centro Tecnológico do Cacau em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Bolsas de Pesquisa	Bolsa Contratada	Un	FAPESPA, SECTET
Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica	Projeto Apoiado	Un	FAPESPA
Manutenção dos Parques e Polos Tecnológicos	Espaço Mantido	Un	SECTET

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Cultura **R$ 563.085,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Regionalização das Ações Culturais	Percentual	-	12/2018	SECULT/FCP	20,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas com ações de fomento à leitura	Unidade	5.000	12/2018	FCP/SECULT	2020	10.000
					2021	12.300
					2022	12.600
					2023	13.100

Objetivo
Ampliar o Acesso a Informação, a Leitura e a Produção Artístico-Cultural com Ênfase na Cultura Amazônica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Fomento à Leitura e Informação	Pessoa Atendida	Un	FCP
Implementação de Espaços de Leitura	Espaço Atendido	Un	FCP

Objetivo
Promover a Identificação, Qualificação e Preservação do Patrimônio Material e Imaterial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação do Sistema Unificado do Inventário do Patrimônio Cultural	Sistema Digital Implantado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Participação da Comunidade e o Controle Social nas Políticas Culturais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração do Plano Estadual de Cultura	Plano Elaborado	Un	SECULT
Implementação do Conselho Estadual de Política Cultural	Conselho Implementado	Un	SECULT
Realização do Inventário Cultural	Inventário Realizado	Un	SECULT

Objetivo
Promover a Valorização das Expressões Artístico-Culturais como Instrumento de Identidade, Diversidade e Sustentabilidade

Compromisso Regional
Fortalecer a Economia Criativa Atendendo 40 Empreendedores na Região

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio às Expressões Artístico-Culturais	Expressão Cultural Apoiada	Un	FCG
Fomento à Economia Criativa	Empreendedor Atendido	Un	FCP, SECULT
Realização de Ações de Qualificação em Arte e Cultura	Pessoa Atendida	Un	FCP
Realização de Eventos Culturais	Pessoa Atendida	Un	SECULT

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Desenvolvimento Urbano - Habitação, Saneamento e Mobilidade **R$ 188.673.864,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de atendimento em esgotamento sanitário nas regiões de integração	Percentual	-	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	2,91
					2021	2,91
					2022	2,91
					2023	2,91
Taxa de cobertura em abastecimento de água nas regiões de integração	Percentual	32,70	12/2019	COSANPA/IBGE/SNIS/SEDOP	2020	35,73
					2021	44,76
					2022	64,95
					2023	96,63

Objetivo
Disponibilizar o Acesso aos Serviços Urbanos de Mobilidade e Ordenamento Territorial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio Técnico-Institucional na Elaboração e Implementação de Instrumentos de Desenvolvimento Urbano	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Pavimentação, Recuperação e Drenagem de Vias Urbanas	Via Pavimentada	Km	DETRAN, SEDOP

Objetivo
Melhorar as Condições de Habitabilidade de Famílias com Renda, Prioritariamente, até 03 Salários Mínimos

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Melhoria de Unidade Habitacional - Cheque Moradia	Domicílio Atendido	Un	COHAB

Objetivo
Promover e Disponibilizar aos Usuários o Acesso a Serviço Público de Saneamento Básico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Implementação da Política Estadual de Saneamento Básico	Instrumento Elaborado	Un	SEDOP
Implantação de Aterros Sanitários	Aterro Implantado	Un	SEDOP
Realização de Obras de Abastecimento de Água	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP
Realização de Obras de Esgotamento Sanitário	Ligação Domiciliar Realizada	Un	SEDOP

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Direitos Socioassistenciais **R$ 4.482.530,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Objetivo
Fortalecer a Gestão do SUAS, SINASE e SISAN

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Gestão e aos Serviços Socioassistenciais	Município Apoiado	Un	FASEPA, FEAS
Capacitação de Trabalhadores do SUAS, SINASE e SISAN	Pessoa Capacitada	Un	FASEPA, FEAS

Objetivo
Fortalecer a Proteção Social Básica e Especial

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Enfrentamento à Violação Sexual e ao Trabalho Infantil	Evento Realizado	Un	FEAS, SEASTER
Apoio aos Municípios para Execução de Busca Ativa	Município Apoiado	Un	FEAS
Cofinanciamento da Gestão, Serviços e Benefícios Socioassistenciais	Município Cofinanciado	Un	FEAS
Concessão de Benefícios Socioassistenciais	Pessoa Beneficiada	Un	FEAS
Implementação de Serviços de Alta Complexidade	Pessoa Atendida	Un	FEAS

Objetivo
Promover a Inclusão Socioprodutiva das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa Atendida	Un	SEASTER, SESPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Básica **R$ 196.916.467,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Abandono do Ensino Médio	Percentual	16,72	12/2018	INEP/SEDUC	2020	14,80
					2021	14,58
					2022	14,35
					2023	14,02
Taxa de Aprovação do Ensino Médio	Percentual	78,00	12/2018	INEP/SEDUC	2020	80,30
					2021	80,60
					2022	80,90
					2023	81,30
Taxa de Reprovação do Ensino Médio	Percentual	5,30	12/2018	INEP/SEDUC	2020	4,90
					2021	4,82
					2022	4,75
					2023	4,68

Objetivo
Assegurar a Expansão e a Qualidade da Cobertura da Rede Estadual de Educação Básica

Compromisso Regional
Construir 2 Escolas Estaduais nos Municípios de Brasil Novo e Uruará.
Reformar/Ampliar 4 Escolas Estaduais nos Municípios de Altamira, Anapu, Pacajá e Placas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidade Administrativa	Unidade Atendida	Un	SEDUC
Construção de Unidade Escolar	Unidade Escolar Construída	Un	SEDUC
Implementação da Alimentação Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Transporte Escolar	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Modernização Tecnológica e Aparelhamento de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC
Reforma e Ampliação de Unidade Escolar	Unidade Escolar Atendida	Un	SEDUC

Objetivo
Garantir com Qualidade o Acesso e a Permanência do (a) Aluno (a) na Educação Básica e Educação Profissional

Compromisso Regional
Ampliar o Tempo Pedagógico (Novo Ensino Médio) em 12 Escolas nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Porto de Moz e Senador José Porfírio.

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio à Educação Infantil	Município Apoiado	Un	SEDUC
Apoio e Fomento as Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação na Educação Básica	Projeto Apoiado	Un	SEDUC
Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implantação da Educação em Tempo Ampliado	Escola Atendida	Un	SEDUC
Implementação da Avaliação e Monitoramento da Aprendizagem	Avaliação Implementada	Un	SEDUC
Implementação da Educação no Campo	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação das Ações de Diversidade e Inclusão Educacional	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Implementação do Ensino Médio e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	Aluno Atendido	Un	SEDUC

Objetivo
Promover a Valorização dos Profissionais da Educação Básica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica	Servidor Atendido	Un	SEDUC
Fortalecimento de Ações de Fomento à Leitura	Servidor do Magistério Atendido	Un	SEDUC
Qualificação da Gestão Educacional	Pessoa Atendida	Un	SEDUC

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Profissional e Tecnológica **R$ 1.577.719,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do número de vagas à educação profissional integrada subsequente	Percentual	-	12/2018	SEDUC	2020	-
					2021	66,67
					2022	40,00
					2023	28,57
Número de pessoas qualificadas em educação profissional e tecnológica	Unidade	785	12/2018	SEDUC / SECTET	2020	350
					2021	430
					2022	460
					2023	540

Objetivo
Dinamizar a Oferta de Cursos de Educação Profissional e Tecnológica

Compromisso Regional
Implantar Escola de Ensino Técnico em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação e Melhoria da Infraestrutura	Unidade Adequada	Un	SEDUC
Implementação da Educação Profissional Subsequente e Concomitante	Pessoa Atendida	Un	SEDUC
Implementação de Escolas Tecnológicas	Escola Implementada	Un	SEDUC
Qualificação Profissional às Potencialidades Locais	Pessoa Qualificada	Un	FCG, SECTET, SEDUC, SETUR
Realização de Parcerias Interinstitucionais	Parceria Realizada	Un	SECTET, SEDUC

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Educação Superior **R$ 4.512.493,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de evasão do ensino superior	Percentual	0,78	12/2018	UEPA	0,45

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Taxa de Crescimento global anual da matrícula do ensino superior público estadual	Percentual	12,00	12/2018	UEPA	2020	35,00
					2021	35,00
					2022	21,00
					2023	23,00

Objetivo
Garantir a Adequação e Modernização da Infraestrutura Física e Tecnológica no Âmbito Acadêmico e Administrativo

Compromisso Regional
Ampliar o Campus da UEPA em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento Físico e Tecnológico de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Aparelhada	Un	UEPA
Construção de Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Construída	Un	UEPA
Reforma e Ampliação das Unidades Acadêmicas e Administrativas	Unidade Reformada	Un	UEPA

Objetivo
Garantir a Produção e a Difusão de Conhecimento

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pessoa Envolvida	Un	UEPA
Incentivo a Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Projeto Implementado	Un	UEPA

Objetivo
Garantir o Acesso aos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Desenvolvimento dos Campi da Universidade do Estado do Pará	Campi Atendido	Un	UEPA
Implementação da Avaliação de Desempenho Institucional	Avaliação Realizada	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Cursos de Pós-graduação	Curso Ofertado	Un	UEPA
Implementação de Políticas de Atendimento aos Discentes	Aluno Atendido	Un	UEPA
Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnicos e Docentes	Servidor Atendido	Un	UEPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Esporte e Lazer **R$ 774.288,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Pessoas atendidas em ações diversas de esporte e lazer	Unidade	18	12/2018	SEDUC/SEEL	2020	167
					2021	172
					2022	177
					2023	182

Objetivo
Ampliar o Acesso ao Esporte e ao Lazer, Promovendo a Cidadania e a Inclusão Social

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio ao Desenvolvimento de Ações e Eventos de Esporte e Lazer	Instituição Atendida	Un	SEEL
Capacitação de Agentes Esportivos	Agente Capacitado	Un	SEEL
Construção de Equipamentos de Esporte e Lazer	Equipamento Construído	Un	SEEL
Fomento às Ações e Projetos Socioesportivos	Pessoa Atendida	Un	SEEL
Implementação de Ações Esportivas Educacionais	Aluno Atendido	Un	SEDUC
Incentivo à Formação de Atletas	Atleta Atendido	Un	SEEL

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Governança Pública **R$ 79.514.289,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Gestão Pública Presente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
ICMS arrecadado	R$ em milhares	388.455,00	12/2018	SEFA	550.884,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Índice de Agentes Públicos Certificados por Região	Percentual	0,77	06/2019	SEPLAD/EGPA	2020	1,16
					2021	1,16
					2022	1,16
					2023	1,16

Objetivo
Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Servidor Beneficiado	Un	UEPA
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	10º CRS - Altamira, ADEPARÁ, CRG - Altamira, EGPA, Enc. CBM, HEMOPA, SEDAP, SEDUC, UEPA
Gestão do Plano de Assistência à Saúde do Servidor - Plano IASEP	Serviço Disponibilizado	Un	IASEP
Promoção da Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida do Servidor	Servidor Atendido	Un	SEPLAD

Objetivo
Incrementar a Receita Estadual e Aprimorar a Gestão Fiscal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gestão Fazendária	Unidade Mantida	Un	SEFA
Transparência, Cidadania e Conformidade Fiscal Aperfeiçoada	Evento Realizado	Un	SEFA

Objetivo
Promover a Gestão Regionalizada

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Rede de Telecomunicação de Dados	Município Implantado	Un	PRODEPA
Apoio a Construção e Adequação de Espaços de Utilização Pública	Obra Realizada	Un	SEDOP
Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Plano Xingu Sustentável	Município Atendido	Un	FDE
Implementação dos Centros Regionais de Governo	Centro de Governo Implementado	Un	Casa Civil, CRG - Altamira
Produção e Difusão da Informação	Município Atendido	Un	FUNTELPA, SECOM
Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	Un	HEMOPA, IASEP, SESPA

Objetivo
Prover a Governabilidade do Poder Executivo

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	SEFA
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	Casa Civil, IASEP, IGEPREV, SEDAP, SEFA
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	10º CRS - Altamira, CRG - Altamira
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	CBM, CRG - Altamira, DETRAN, EMATER, PMPA, SEAP, SEDAP, SEFA, SEMAS

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Indústria, Comércio, Serviços e Turismo **R$ 3.435.181,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento de empregos formais gerados pela indústria, comércio e serviços no	Percentual	0,10	12/2017	MIN. ECONOMIA/RAIS	1,50
Receita gerada pelo turismo	R$ em mil	9.307,55	12/2018	SETUR	10.530,64

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de Créditos concedidos para produção	Unidade	8	12/2018	BANPARA	2020	12
					2021	18
					2022	24
					2023	28
Número de dias para obtenção do Registro Mercantil	Unidade	1	12/2018	JUCEPA	2020	1
					2021	0
					2022	0
					2023	0
Número de Empreendedores apoiados pela Sedeme	Unidade	41	07/2019	SEDEME	2020	36
					2021	44
					2022	49
					2023	49
Número de turistas	Unidade	12.289	12/2018	SETUR	2020	12.911
					2021	13.234
					2022	13.565
					2023	13.904

Objetivo
Induzir o Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, Conforme Vocação das Regiões de Integração

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	Município Apoiado	Un	SEDEME
Fomento à Verticalização das Cadeias Produtivas dos Minerais Metálicos e Não Metálicos	Empreendedor Apoiado	Un	SEDEME

Objetivo

Induzir o Desenvolvimento de Empreendimentos Industriais, Comerciais e de Serviços para o Estado do Pará

Compromisso Regional

Instalar 04 Agências do Banpará nos Municípios de Brasil Novo, Pacajá, Placas e Uruará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Micro e Pequenas Empresas	Empresa Apoiada	Un	SEDEME
Apoio ao Setor de Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento Realizado	Un	SEDEME
Concessão de Crédito	Crédito Concedido	Un	BANPARÁ
Concessão de Incentivos Fiscais e Financeiros	Empresa Incentivada	Un	SEDEME
Expansão da Rede de Atendimento Bancário	Agência Inaugurada	Un	BANPARÁ
Incentivo a Áreas Industriais	Área Industrial Incentivada	Prc	CODEC
Modernização do Acesso ao Registro Mercantil	Empresa Constituida	Un	JUCEPA
Operacionalização do Crédito do Produtor	Carta Consulta Analisada	Un	SEDEME
Promoção de Produtos Paraenses no Mercado Interno e Externo	Produto Promovido	Un	SEDEME
Promoção do Estado como Destino para Investimento Econômico	Instituição Apoiada	Un	CODEC

Objetivo

Promover o Turismo como Atividade Econômica

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Gestão Municipal do Turismo	Município Apoiado	Un	SETUR
Apoio Técnico à Estruturação de Produtos Turístico	Produto Turístico Apoiado	Un	SETUR
Implantação de Equipamentos Turísticos	Equipamento Implantado	Un	SETUR
Promoção e Divulgação de Produtos Turísticos	Ação Realizada	Un	SETUR
Qualificação/Capacitação dos Prestadores de Serviços Turísticos	Pessoa Capacitada	Un	SETUR
Realização de Estudos e Pesquisas Regional, Nacional e Internacional	Pesquisa Realizada	Un	SETUR

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Infraestrutura e Logística **R$ 64.177.697,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Malha Rodoviária Pavimentada	Percentual	18,16	12/2018	SETRAN	40,33

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Quantidade de pontes em concreto construída	Metro	172,00	12/2018	SETRAN	2020	232,00
					2021	232,00
					2022	232,00
					2023	232,00
Quantidade de Rodovias Pavimentadas	Quilômetro	47,50	12/2018	SETRAN	2020	59,50
					2021	73,50
					2022	85,50
					2023	105,50
Terminais hidroviários de passageiros homologados pela ANTAQ no Estado	Percentual	-	12/2019	CPH	2020	-
					2021	-
					2022	50,00
					2023	50,00

Objetivo

Ofertar Infraestrutura de Serviço nos Modais de Transporte Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário de Forma Integrada

Compromisso Regional

Pavimentar a Vicinal Transuruará, Trecho Entroncamento BR-230 na Sede do Município Uruará /PA-370 - 88 Km

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Conservação de Rodovias	Rodovia Conservada	Km	SETRAN
Construção de Infraestrutura Aeroviária	Infraestrutura Construída	Un	SETRAN
Construção de Pontes	Ponte Construída	M	SETRAN
Construção de Rodovias	Rodovia Construída	Km	SETRAN
Controle dos Serviços de Transportes Intermunicipal de Passageiros	Demanda Finalizada	Un	ARCON
Fiscalização dos Serviços de Transportes Intermunicipais de Passageiros	Fiscalização Realizada	Un	ARCON
Reforma e Adequação de Infraestrutura Hidroviária	Instalação Reformada	Un	CPH

Objetivo

Promover o Acesso às Fontes de Energia, com Forte Potencial para o Desenvolvimento Socioeconômico

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Articulação e Acompanhamento de Projetos Estruturantes	Projeto Acompanhado	Un	SEDEME

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial **R$ 4.142.007,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Percentual de Redução Relativa do desmatamento	Percentual	17,65	12/2018	PRODES/INPE	24,27

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Percentual de Municípios Aptos a Exercer a Gestão Ambiental	Percentual	100,00	12/2019	SEMAS	2020	100,00
					2021	100,00
					2022	100,00
					2023	100,00

Objetivo

Fomentar e Promover o Uso Sustentável dos Recursos Ambientais

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio e Fortalecimento da Municipalização da Gestão Ambiental e da Educação Ambiental	Apoio Realizado	Un	NEPMV, SEMAS
Gestão dos Recursos Hídricos, Clima e Serviços Ambientais	Atendimento Realizado	Un	SEMAS
Licenciamento, Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Processo Analisado	Un	SEMAS
Produção e Recomposição Florestal	Área Plantada	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio

Objetivo

Realizar o Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental

Compromisso Regional

Elaboração do Plano de Manejo da APA Floresta Estadual do Iriri

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Elaboração de Estudo e Instrumento Legal para a Conservação e Monitoramento da Biodiversidade	Estudo Elaborado	Un	FCA, IDEFLOR-Bio
Gestão de Unidades de Conservação	Área Protegida	Ha	FCA, IDEFLOR-Bio
Regularização e Ordenamento Ambiental de Imóveis Rurais	CAR Analisado	Un	SEMAS
Regularização Fundiária	Documento Expedido	Un	ITERPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Saúde **R$ 409.248.275,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Nº de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Nº Absoluto	1	12/2018	MS/SIM/SINASC	0,81
Taxa de mortalidade Infantil	Percentual	13,76	12/2018	SIM	11,21
Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais	Percentual	270,94	12/2018	MS/SIM	249,91

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	Percentual	70,70	12/2018	EGESTOR	2020 2021 2022 2023	74,24 77,95 81,84 85,94
Homogeneidade da Cobertura Vacinal do Calendário Básico	Proporção	30,00	12/2018	SIPNI	2020 2021 2022 2023	50,00 60,00 65,00 70,00
Número de Leitos Hospitalares do SUS por Mil Habitantes	Percentual	1,36	12/2018	DATASUS(CNES)	2020 2021 2022 2023	1,36 1,36 1,36 1,41
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em 60 dias após a notificação	Proporção	56,30	12/2018	SINAN	2020 2021 2022 2023	60,00 70,00 80,00 80,00
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população da mesma faixa etária.	Razão	0,62	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,64 0,66 0,68 0,70
Razão de exames de mamografias de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	Razão	0,09	12/2018	SIA	2020 2021 2022 2023	0,12 0,15 0,20 0,25

Objetivo

Fortalecer a Gestão do SUS para Governança da Rede de Atenção à Saúde

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio a Ações dos Conselhos de Saúde	Conselho Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Articulação Interfederativa	Comissão Intergestora Implementada	Un	10º CRS - Altamira
Educação na Saúde	Pessoa Qualificada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, ETSUS, HEMOPA
Implementação da Rede de Ouvidorias do SUS	Demanda Finalizada	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Implementação do Planejamento do SUS	Instrumento de Gestão Implementado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém
Realização de Auditoria do SUS	Auditoria Realizada	Un	9º CRS - Santarém, SESPA
Reestruturação de Unidades Administrativas da Saúde	Unidade Reestruturada	Un	9º CRS - Santarém
Regulação em Saúde	Serviço/Acesso Regulado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção a Saúde dos Serviços de Média e Alta Complexidade

Compromisso Regional

Implantar o Centro de Atenção Especializada no Hospital Regional de Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Média e Alta Complexidade	Município Atendido	Un	FES
Contratualização de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde	Prestador de Serviço Pago	Un	FES
Gestão de Estabelecimentos de Saúde por Organizações Sociais de Saúde	Repasse Realizado	Un	SESPA
Implantação de Estabelecimento Assistencial de Saúde	Estabelecimento Implantado	Un	SESPA
Implementação da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência	Pessoa Atendida	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação da Rede de Atenção a Urgência e Emergência	Município Apoiado	Un	SESPA
Implementação de Tratamento Fora de Domicílio	Usuário Beneficiado	Un	10º CRS - Altamira, SESPA
Implementação dos Serviços de Média e Alta Complexidade	Procedimento de Saúde Realizado	Un	SESPA
Realização de Serviços de Hemoterapia	Bolsa de Hemocomponente Distribuída	Un	HEMOPA
Requalificação de Estabelecimento de Saúde	Estabelecimento Requalificado	Un	HEMOPA

Objetivo

Fortalecer a Rede de Atenção Primária

Compromisso Regional

Realizar 01 Evento da Saúde por Todo o Pará

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Apoio aos Serviços de Atenção Primária	Município Apoiado	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA
Cofinanciamento da Atenção Básica	Município Atendido	Un	FES
Saúde por Todo o Pará	Atendimento Realizado	Un	SESPA

Objetivo

Reduzir os Riscos e Agravos a Saúde da População

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Cofinanciamento da Vigilância em Saúde	Município Atendido	Un	FES
Vigilância e Controle a Agravos Transmissíveis Agudos e Endêmicos	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, LACEN, SESPA
Vigilância em Saúde do Trabalhador, Ambiental e Sanitária	Município Atendido	Un	10º CRS - Altamira, 9º CRS - Santarém, SESPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Segurança Pública **R$ 71.423.341,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Taxa de Homicídio de Jovens por 100 mil (15 a 29 anos)	Taxa por 100 mil habitantes	35,50	12/2018	SEGUP	32,70
Taxa de Homicídio por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	60,50	12/2018	SEGUP	52,50
Taxa de mortes por acidentes de trânsito por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	24,41	12/2018	DATASUS	23,49
Taxa de Roubos por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	487,70	12/2018	SEGUP	423,00
Taxa de Violência contra a Mulher por 100 mil habitantes	Taxa por 100 mil habitantes	891,20	12/2018	SEGUP	838,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Densidade Carcerária	Percentual	1,77	12/2018	SEAP	2020 2021 2022 2023	1,09 1,00 1,00 0,95
Indice de Atendimento Policial por 100 mil Habitantes	Atendimento por 100 mil Habitantes	4.981	12/2018	PMPA	2020 2021 2022 2023	6.476 7.970 9.465 10.959
Índice de Regularização de Condutores - IRC	Percentual	82,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	83,00 84,00 85,00 86,00
Índice de Regularização de Veículos - IRV	Percentual	34,00	12/2018	DETRAN	2020 2021 2022 2023	35,00 36,00 37,00 38,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)	Percentual	46,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	46,00 48,00 48,00 49,00
Taxa de identificação de autoria do procedimento (TIAP) Roubo	Percentual	84,00	12/2018	POL. CIVIL	2020 2021 2022 2023	84,00 84,00 86,00 86,00

Objetivo

Gerenciar Situações de Risco Coletivo e Desastres

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do CBM	Unidade Adequada	Un	CBM, FISP
Operações de Combate a Incêndios, Busca e Salvamento e Atendimento Pré-hospitalar	Ocorrência Atendida	Un	CBM
Prevenção a Riscos e Desastres	Município Apoiado	Un	Enc. CBM
Resposta a Situações de Emergência e/ou estado de Calamidade Pública	Município Atendido	Un	Enc. CBM
Segurança Contra Incêndios e Emergências	Imóvel Licenciado	Un	CBM

Objetivo

Prevenir Acidentes de Trânsito

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades do Detran	Unidade Adequada	Un	DETRAN
Educação de Trânsito	Ação Educativa Realizada	Un	DETRAN
Fiscalização de Trânsito	Operação Realizada	Un	DETRAN
Habilitação de Condutores de Veículos	Habilitação Expedida	Un	DETRAN
Implementação das Unidades do Detran	Unidade Implementada	Un	DETRAN
Realização de Pesquisas e Projetos para Segurança de Trânsito	Pesquisa Realizada	Un	DETRAN
Regularização de Veículos	Veículo Regularizado	Un	DETRAN
Sinalização de Trânsito	Projeto de Sinalização Implantado	Un	DETRAN

Objetivo
Realizar a Custódia Penal

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Gerenciamento do Serviço Penitenciário	Custodiado Atendido	Un	SEAP

Objetivo
Reduzir a Violência e a Criminalidade

Compromisso Regional
Adequar Delegacia de Polícia em Medicilândia
Ampliar o Videomonitoramento em Altamira
Construir a 13ª Companhia Independente da Polícia Militar em Uruará
Implantar Núcleo Regional de Operações Aéreas em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Adequação de Unidades Policiais	Unidade Adequada	Un	FISP, PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações de Informação e Produção do Conhecimento	Relatório Emitido	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública	Ação Gerenciada	Prc	SEGUP
Implementação de Serviços de Perícias Técnico-científicas	Perícia Realizada	Un	CPC
Realização das Ações da Corregedoria do SIEDS	Processo Concluído	Un	DETRAN, PMPA, POLÍCIA CIVIL, SEAP
Realização das Ações do Centro Integrado de Operações	Ocorrência Atendida	Prc	SEGUP
Realização de Ações da Polícia Administrativa	Fiscalização Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária	Procedimento Concluído	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Ações da Polícia Judiciária Militar	Procedimento Concluído	Un	PMPA
Realização de Ações de Combate à Corrupção	Procedimento Instaurado	Un	POLÍCIA CIVIL
Realização de Missões do Grupamento Aéreo e Fluvial	Missão Realizada	Un	SEGUP
Realização de Missões Especiais de Alta Complexidade	Missão Realizada	Un	PMPA, POLÍCIA CIVIL
Realização de Policiamento Ostensivo	Atendimento Realizado	Un	PMPA

Objetivo
Valorizar os Agentes de Segurança Pública

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência aos Agentes de Segurança Pública	Atendimento Realizado	Un	FASPM, FUNSAU, PMPA, SEAP
Capacitação dos Agentes de Segurança Pública	Agente Capacitado	Un	PMPA, SEAP
Formação Inicial de Agentes de Segurança Pública	Agente Formado	Un	CBM, PMPA

Região de Integração: **Xingu** **R$ 1.629.022.201,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Trabalho, Emprego e Renda **R$ 2.749.209,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos	

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Incremento do número de empregos formais	Percentual	- 2,33	12/2018	MTE/RAIS	0,90

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado	
		Índice	Ano	Fonte		
Incremento do Emprego Formal de Jovens (18 a 29 anos)	Percentual	- 15,36	12/2018	MTE/RAIS	2020	0,50
					2021	1,00
					2022	1,50
					2023	2,00
Taxa de Aproveitamento de Pessoas com Deficiência Encaminhadas ao Mercado de Trabalho	Percentual	0,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	4,00
					2021	4,00
					2022	5,00
					2023	6,00
Taxa de Aproveitamento dos Trabalhadores Encaminhados ao Mercado de Tarbalho	Percentual	33,00	12/2018	PORTAL MAIS EMPREGO	2020	27,00
					2021	28,00
					2022	29,00
					2023	30,00

Objetivo
Promover a Inserção e Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho

Compromisso Regional
Implantar o 1º Ofício no Estado do Pará em Altamira

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Atendimento dos trabalhadores nos Centros de Trabalho e Cidadania	Atendimento Realizado	Un	SEASTER
Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	Un	SEASTER
Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	Un	SEASTER

Objetivo
Promover o Empreendedorismo e a Economia Solidária

Ações	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Empreendimento Financiado	Un	FDE
Implantação do CREDTRABALHO	Pessoa Beneficiada	Un	SEASTER

Região de Integração: Xingu

Programa Manutenção da Gestão Poder Executivo

Objetivo / Ação	
Objetivo: Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	(R$1,00)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	10.778.492,00
Concessão de Auxílio Alimentação	72.946.039,00
Concessão de Auxílio Fardamento	6.150.241,00
Concessão de Auxílio Transporte	4.014.546,00
Operacionalização das Ações Administrativas	11.909.500,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	448.474.653,00
	R$ 554.273.471,00

PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Desenvolvimento Pro Pará. Pra Todo o Pará.

VOLUME II

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
Atuação Jurisdicional	486.923.190,00
Atuação Legislativa	2.038.420.194,00
Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais	796.599.736,00
Controle Externo Municipal	732.882.594,00
Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará	114.163.555,00
Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo	156.458.953,00
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	2.461.163.801,00
O Acesso a Justiça	544.612.873,00
	R$ 7.331.224.896,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 -2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	239.207.140,00
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	5.089.168.926,00
	R$ 5.328.376.066,00

Total para o Estado: R$12.659.600.962,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — R$ 486.923.190,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15, 16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Índice de execução do Planejamento estratégico de TIC (IPETIC)	Percentual	70,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	-
Índice de execução do Plano de Gestão (IEPG)	Percentual	81,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	85,00
Índice de melhoria nos temas do Plano de Logística Sustentável (IPLS)	Percentual	85,00	12/2017	COORD. DE ESTATÍSTICA	100,00
Índice de processos judiciais eletrônicos novos (ProcEL)	Percentual	77,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	100,00
Números de Acordos pré-processuais celebrados nos Cejuscs (AcorPre)	Percentual	9.362,00	12/2018	COORD. DE ESTATÍSTICA	45,00

Objetivo

- Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica
- Aprimorar a Gestão Judiciária
- Promover a Governança Judiciária

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa — R$ 2.038.420.194,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Número de eventos realizados	Unidade	-	06/2019	ALEPA	320
Percentual de Produção Legislativa	Percentual	8,86	06/2019	ALEPA	21,00

Objetivo

- Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas
- Promover Ações de Cidadania e Prestação de Serviços a População
- Viabilizar a Gestão Administrativa

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais — R$ 796.599.736,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	3, 4, 8, 9, 16

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Unidade Medida 2023
Índice de fiscalização concomitante realizada na gestão dos órgãos/entidades estaduais	Percentual	4,00	12/2018	SECEX	20,00

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Índice de celeridade na instrução processual preliminar	Percentual	12,00	12/2018	SECEX	40,00
Índice de processos de prestação de contas de gestão instruídos	Percentual	22,00	12/2018	SECEX	0,00

Objetivo

- Aperfeiçoar a Governança do TCE
- Assegurar a Eetividade das Ações de Controle Externo
- Desenvolver a Governança, a Gestão e o Uso da Tecnologia da Informação (TI)
- Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública
- Modernizar a Gestão de Pessoas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal — R$ 732.882.594,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Capacitação de Servidores e Jurisdicionados	Percentual	100,00	12/2018	ESCOLA DE CONTAS	80,00
Julgamento de Processos	Percentual	100,00	12/2018	DIPLAN/TCM	51,00

Objetivo

- Fortalecer a Gestão Estratégica
- Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica
- Otimizar as Atividades de Controle Externo
- Viabilizar a Gestão Administrativa

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará — R$ 114.163.555,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índice Esperado 2023
Tempo médio dos processos eletrônicos no MPCM-PA	Dia	21	12/2018	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	15
Tempo médio dos processos físicos no MPCM-PA	Dia	21	12/2018	DIVISÃO DE INFORMÁTICA	15

Objetivo

- Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA
- Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo — R$ 156.458.953,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Indicador de Resultado	Unidade Medida	Referência			Unidade Medida 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Índice de Execução do Plano de Ação para Estímulo e Promoção do Controle Social	Percentual	-	12/2019	CAO	75,00
Tempo Médio de Permanência dos Processos em que o MPC atua como Custos Legis	Dia	15	12/2018	SECRETARIA PROCESSUAL	15

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Quantidade de Procedimentos Apuratórios Autuados	Unidade	8	12/2018	MPC-PA	12

Objetivo

- Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção
- Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo
- Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)
- Modernizar a Governança de Pessoas

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos — R$ 2.461.163.801,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,61	12/2018	SIAMP	3,17
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	34,67	12/2018	SIAMP	34,81
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	100,00

Objetivo

- Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional
- Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça — R$ 544.612.873,00

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índice Esperado 2023
		Índice	Ano	Fonte	
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.937	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	39.390
Número de participantes em eventos e capacitações	Percentual	00,-	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	5,00

Objetivo

- Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional
- Promover o Acesso a Justiça

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Araguaia**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.037.764,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	131.023.140,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	31.954.264,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	866.354,00
	R$ 165.881.522,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	163.259.477,00
	R$ 163.259.477,00

TOTAL GERAL: **R$ 329.140.999,00**

Região de Integração: **Araguaia** — **R$ 329.140.999,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional — **R$ 31.954.264,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 16

Objetivo

- Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

- Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 329.140.999,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo
Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 329.140.999,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 866.354,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo
Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional
70% das Ações de Publicidade Efetivadas 70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo
Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional
70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 329.140.999,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 131.023.140,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,61	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	2,74 2,88 3,02 3,17
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	34,67	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	34,71 34,74 34,78 34,81
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Araguaia** **R$ 329.140.999,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 2.037.764,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.937	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	29.334 32.098 33.433 39.390

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Araguaia

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	34.488.578,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	111.937.054,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	339.240,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	508.990,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	10.739.404,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	3.416.222,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.133.592,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	5.942.612,00
	R$ 169.505.692,00

Região de Integração: **Baixo Amazonas**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor (R$ 1,00) 2020-2023
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.875.487,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	214.918.081,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	22.678.651,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	911.772,00
	R$ 241.383.991,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor (R$ 1,00) 2020 - 2023
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	247.804.648,00
	R$ 247.804.648,00

TOTAL GERAL:	**R$ 489.188.639,00**

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 489.188.639,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 22.678.651,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15, 16

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 489.188.639,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 489.188.639,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 911.772,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 489.188.639,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 214.918.081,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	5,50	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	5,78 6,06 6,37 6,69
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,54	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	16,55 16,57 16,59 16,60
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	97,88	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	97,07 98,07 98,17 98,27

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Baixo Amazonas** **R$ 489.188.639,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 2.875.487,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	40.744	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	42.781 45.482 51.984 54.880

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Baixo Amazonas

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	53.059.346,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	163.654.796,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	521.908,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	783.064,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	16.772.564,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	5.719.688,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	3.299.822,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	13.428.872,00
	R$ 257.240.060,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Carajás**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	8.543.839,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	179.743.230,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	27.276.168,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	700.737,00
	R$ 216.263.974,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	252.794.996,00
	R$ 252.794.996,00

TOTAL GERAL: **R$ 469.058.970,00**

Região de Integração: **Carajás** **R$ 469.058.970,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 27.276.168,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 VIDA TERRESTRE 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Carajás** **R$ 469.058.970,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Carajás** **R$ 469.058.970,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 700.737,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Carajás** **R$ 469.058.970,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 179.743.230,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	4,06	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	4,26 4,48 4,70 4,93
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	20,02	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	20,04 20,06 20,08 20,10
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Carajás** **R$ 469.058.970,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 8.543.839,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	90.219	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	94.730 98.103 105.055 109.723

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Civel e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Carajás

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	66.324.186,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	160.820.952,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	652.384,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	978.830,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	16.507.570,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	5.637.864,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	3.249.328,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	8.363.456,00
	R$ 262.534.570,00

Região de Integração: Guajará

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS	
Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	511.541.064,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	1.028.123.550,00
PODER: ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS INDEPENDENTES	
Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo	156.458.953,00
Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará	114.163.555,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	245.300.837,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	725.159.150,00
Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais	796.599.736,00
Atuação Legislativa	2.038.420.194,00
	R$ 5.615.767.039,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão da Defensoria Pública	239.207.140,00
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	3.223.988.015,00
	R$ 3.463.195.155,00
TOTAL GERAL:	**R$ 9.078.962.194,00**

Região de Integração: Guajará

R$ 9.078.962.194,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Jurisdicional	**R$ 245.300.837,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 16

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária e ou Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 2º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 2º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 2º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional - 2º Grau	Nomeação Efetivada	Un	TJE
Ampliação do Quadro Funcional de Magistrados - 1º Grau	Magistrado Nomeado	Un	TJE
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Implementação das ações da Justiça Criminal	Pessoa Atendida	Un	TJE-FRJ
Modernização do Sistema de Precatórios	Sistema Implantado	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Capacitação de Magistrados e Servidores - 2º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Capacitação de Magistrados e Servidores - Apoio Indireto à Atividade Judicante	Servidor Capacitado	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Área Socioambiental	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações de Comunicação e Publicidade	Notícia Divulgada	Un	TJE-FRJ
Implementação do Registro Civil pelos Ofícios de Cidadania	Ressarcimento Realizado	Un	TJE
Otimização da Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ
Promoção da Política de Saúde de Magistrados e Servidores	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: Guajará

R$ 9.078.962.194,00

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA	
Programa Temático: Atuação Legislativa	**R$ 2.038.420.194,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção da Nova Sede da ALEPA	Obra Realizada	Un	ALEPA
Desenvolvimento das Atividades Parlamentares	Proposição Apreciada	Un	ALEPA
Interiorização do Processo Legislativo	Município Atendido	Un	ALEPA
Publicidade das Ações da ALEPA	Divulgação Realizada	Un	ALEPA

Objetivo

Promover Ações de Cidadania e Prestação de Serviços a População

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica, Odontológica, Ambulatorial e Psicosocial	Atendimento Realizado	Un	ALEPA
Gestão da Creche	Criança Atendida	Un	ALEPA
Gestão do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	Atendimento Realizado	Un	ALEPA

Objetivo

Viabilizar a Gestão Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	ALEPA
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	ALEPA
Gestão da Escola do Legislativo	Treinamento Realizado	Un	ALEPA
Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	Plataforma de Sistema Implementado	Un	ALEPA
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	ALEPA
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	ALEPA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais **R$ 796.599.736,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	3, 4, 8, 9, 16

Objetivo

Aperfeiçoar a Governança do TCE

Compromisso Regional

Manter em 10% o Índice de Investimento Destinado à Modernização da Infraestrutura do TCE até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Modernização da infraestrutura do TCE	Unidade Administrativa Modernizada	Un	TCE
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Operacional Realizado	Prc	TCE

Objetivo

Assegurar a Eetividade das Ações de Controle Externo

Compromisso Regional

Fiscalizar Concomitantemente 20% das Unidades Jurisdicionadas até 2023

Padronizar 80% dos Processos Internos de Trabalho até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação de Mecanismos de Fiscalização com Base nos ODS 08 e 16	Fiscalização Realizada	Un	TCE

Objetivo

Desenvolver a Governança, a Gestão e o Uso da Tecnologia da Informação (TI)

Compromisso Regional

Implantar 60% dos Projetos de TI, Ano a Ano, até 2023

Manter 80% das Soluções de TI, Ano a Ano, até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implantação de Projetos de Tecnologia da Informação (TI)	Projeto Implantado	Prc	TCE
Manutenção de Soluções de Tecnologia da Informação (TI)	Solução de TI Mantida	Prc	TCE

Objetivo

Fomentar a Transparência, o Controle Social e o Aprimoramento da Gestão Pública

Compromisso Regional

Alcançar 100% das Ações de Promoção ao Controle Social até 2023

Alcançar 100% o Número de Jurisdicionados Capacitados até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Jurisdicionados	Unidade Jurisdicionada Atendida	Prc	TCE
Implementação de Ações de Promoção ao Controle Social	Programa Executado	Prc	TCE
Implementação de Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Executada	Prc	TCE

Objetivo

Modernizar a Gestão de Pessoas

Compromisso Regional

Capacitar 80% dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores até 2023

Executar 70% do Programa Teletrabalho até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Administração de Recursos Humanos dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores do TCE	Pessoa Atendida	Un	TCE
Capacitação para Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores do TCE	Pessoa Capacitada	Un	TCE
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	TCE
Implementação de Ações de Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Atendida	Un	TCE
Implementação de Ações de Qualidade de Vida	Projeto Executado	Prc	TCE
Implementação do Teletrabalho	Programa Executado	Prc	TCE

Região de Integração: **Guajará** **R$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 725.159.150,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% dos Jurisdicionados Capacitados

90% das Ações de Publicidade Efetivadas

90% dos Servidores do TCM Capacitados

Cumprir 70% das Ações Relacionadas à Gestão Estratégica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM
Operacionalização do Plano Estratégico	Plano Implementado	Un	TCM
Publicidade Institucional	Notícia Vinculada	Un	TCM

Objetivo

Modernizar a Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

80% da Infraestrutura Aparelhada e Modernizada

90% do Parque Tecnológico Modernizado

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento e Adequação das Instalações Físicas	Unidade Atendida	Un	TCM
Modernização do Parque Tecnológico/TIC	Parque Modernizado	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Objetivo

Viabilizar a Gestão Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Atendida	Un	TCM
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	TCM
Operacionalização da Gestão Administrativa	Unidade Mantida	Un	TCM
Operacionalização da Gestão de Pessoas	Servidor Beneficiado	Un	TCM

Região de Integração: **Guajará** **R$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Controle Externo dos Municípios do Estado do Pará **R$ 114.163.555,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo

Implementar Ações que Viabilizam a Gestão Administrativa do MPCM-PA

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	MPCM
Auxílio Saúde	Servidor Beneficiado	Un	MPCM
Capacitação e Valorização de Servidores e Membros	Servidor e Membro Capacitado	Un	MPCM
Implementação de Ações de Infraestrutura MPCM	Obra Realizada	Un	MPCM
Operacionalização de Ações Administrativas	Ação Realizada	Un	MPCM

Objetivo

Promover e Fiscalizar o Cumprimento e a Guarda da Constituição e das Leis na Defesa dos Bens e Valores Públicos

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações de Defesa dos Bens e Valores Públicos	Processo Analisado	Un	MPCM

Região de Integração: **Guajará** **R$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo **R$ 156.458.953,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo

Contribuir para a Prevenção e o Combate a Má Gestão e Corrupção

Compromisso Regional

Analisar, em no Máximo 15 Dias, 80% dos Processos Recebidos no Ano, até 2023

Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Ações de Defesa da Ordem Jurídica de Combate à Corrupção e Má Gestão	Procedimento Apuratório Autuado	Un	MPC/PA
Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada	Un	MPC/PA
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Realizado	Prc	MPC/PA

Objetivo

Estimular o Controle Social e a Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

Compromisso Regional

Executar 75% do Plano de Ação para Estímulo e Promoção do Controle Social até 2023

Implementar 80% da Política de Comunicação, até 2023

Implementar 80% das Ações de Publicidade Institucional até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação da Política de Comunicação	Política de Comunicação Implementada	Prc	MPC/PA
Implementação das Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada	Prc	MPC/PA
Implementação de Projetos para Estímulo e Promoção do Controle Social	Projeto Realizado	Un	MPC/PA

Objetivo

Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Compromisso Regional

Disponibilizar 80% das Soluções de TI Planejadas até 2023

Modernizar 85% do Parque Tecnológico, até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada	Prc	MPC/PA
Modernização da Infraestrutura de TI	Unidade Modernizada	Un	MPC/PA

Objetivo

Modernizar a Governança de Pessoas

Compromisso Regional

Executar 90% das Ações do Plano de Capacitação até 2023

Implementar 80% do Projeto de Promoção da Qualidade na Vida do Trabalho até 2023

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Administração de Recursos Humanos de Membros e Servidores	Pessoa Atendida	Un	MPC/PA
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Capacitação de Membros e Servidores	Pessoa Capacitada	Un	MPC/PA
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA
Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho	Pessoa Beneficiada	Un	MPC/PA

Região de Integração: **Guajará** **R$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 1.028.123.550,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	17,39	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	18,26 19,17 20,13 21,14
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	65,80	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	65,87 65,93 66,00 66,07
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,16	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	98,28 98,38 98,47 98,57

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Comunicação Institucional e Diálogo com a Sociedade	Ação Realizada	Un	MP
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP
Valorização de Pessoas	Ação de Valorização Realizada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Articular a Auação da Rede na Proteção Integral da Primeira Infância à Adolescência

Atuar Judicialmente e Extrajudicialmente na Responsabilização pela Prática de Infrações Penais

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP
Serviço de Inteligência e Combate a Criminalidade Organizada e a Improbidade Administrativa	Operação Realizada	Un	MP

Região de Integração: **Guajará** **R$ 9.078.962.194,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 511.541.064,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	281.312	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	295.378 312.606 321.409 337.480

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública
Nomeação de Defensores e Servidores Públicos	Pessoa Nomeada	Un	Defensoria Pública
Realização de Eventos e Capacitação pela ESDP	Número de Participante	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Defensoria

Objetivo / Ação	
Objetivo: Gerenciar as Atividades Relativas aos Recursos Humanos e as Ações Administrativas da Defensoria Publica	(R$1,00)
Concessão de Auxílio Alimentação	101.688.195,00
Concessão de Auxílio Transporte	9.590.628,00
Operacionalização das Ações Administrativas	172.534.104,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	433.808.493,00
	R$ 717.621.420,00

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	439.999.580,00
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 2º Grau	102.530.920,00
Administração de Recursos Humanos dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário - Justiça Militar	14.489.632,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	1.119.321.280,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 2º Grau	330.563.562,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	727.178.238,00
Assistência Médica e Odontológica	1.500.550,00
Concessão de Auxílio Alimentação - Apoio Indireto à Atividade Judicante	95.744.464,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	4.210.594,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	23.146.414,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 2º Grau	2.037.032,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	125.096.460,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 2º Grau	27.243.796,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	45.325.090,00
Concessão de Auxílio Transporte - 2º Grau	2.227.808,00
Concessão de Auxílio Transporte - Apoio Indireto à Atividade Judicante	4.717.070,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	20.682.410,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 2º Grau	3.902.308,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - Apoio Indireto à Atividade Judicante	19.730.756,00
Operacionalização das Ações Administrativas da Escola Judicial	1.019.674,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Justiça Militar	447.408,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	76.646.834,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 2º Grau	33.755.418,00

Região de Integração: Guajará

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade Judicante	109.915.322,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos magistrados Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	38.924.098,00
Pagamento de Obrigações Patronais dos Servidores Inativos e Pensionistas do Poder Judiciário Estadual	43.606.572,00
	R$ 3.413.963.290,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Guamá**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	3.529.128,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	152.409.166,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	30.663.092,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	1.064.782,00
	R$ 187.666.168,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	242.709.340,00
	R$ 242.709.340,00

TOTAL GERAL: **R$ 430.375.508,00**

Região de Integração: **Guamá** **R$ 430.375.508,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 30.663.092,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15, 16

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Guamá** **R$ 430.375.508,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Guamá** **R$ 430.375.508,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 1.064.782,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas
70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Guamá** **R$ 430.375.508,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 152.409.166,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência: Índice	Referência: Ano	Referência: Fonte	Índices Esperados	
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,09	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	3,24 3,41 3,58 3,76
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	21,99	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	22,01 22,04 22,06 22,08
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Guamá** **R$ 430.375.508,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 3.529.128,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	43.739	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	45.926 47.651 55.479 57.549

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Guamá

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	42.447.478,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	174.990.196,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	417.526,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	626.450,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	16.635.584,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	5.236.832,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.820.174,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	8.757.804,00
	R$ 251.932.044,00

Região de Integração: **Lago de Tucuruí**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.570.499,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	76.775.607,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	7.813.890,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	547.727,00
	R$ 87.707.723,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	91.550.165,00
	R$ 91.550.165,00

TOTAL GERAL: **R$ 179.257.888,00**

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 179.257.888,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 7.813.890,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 16

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional
Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional
Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC
Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 179.257.888,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 179.257.888,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 547.727,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 179.257.888,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 76.775.607,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,11	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	3,27 3,43 3,60 3,78
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	18,45	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	18,47 18,48 18,50 18,52
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,06	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	98,16 98,26 98,36 98,46

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Lago de Tucuruí** **R$ 179.257.888,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 2.570.499,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	37.189	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	39.048 42.919 38.339 40.257

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Lago de Tucuruí

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	21.223.740,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	61.636.220,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	208.762,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	313.226,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	5.763.678,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	1.779.698,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.150.030,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	2.989.040,00
	R$ 95.064.394,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Marajó**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.041.345,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	110.367.875,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	17.834.506,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	686.186,00
	R$ 130.929.912,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	139.678.119,00
	R$ 139.678.119,00

TOTAL GERAL:	**R$ 270.608.031,00**

Região de Integração: **Marajó** **R$ 270.608.031,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 17.834.506,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 VIDA TERRESTRE, 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Participação em Eventos Institucionais	Pessoa Beneficiada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Marajó** **R$ 270.608.031,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Marajó** **R$ 270.608.031,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 686.186,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Marajó** **R$ 270.608.031,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 110.367.875,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	8,11	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	8,52 8,94 9,39 9,86
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	28,99	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	29,02 29,05 29,08 29,11
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Articular a Atuação da Rede na Proteção Integral da Primeira Infância à Adolescência

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Marajó** **R$ 270.608.031,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 2.041.345,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	29.000	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	30.450 27.947 29.434 36.473

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Marajó

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	34.488.578,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	91.391.644,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	339.240,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	508.992,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	8.818.180,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	2.822.990,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.751.432,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	4.926.474,00
	R$ 145.047.530,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Rio Caeté**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	3.309.706,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	109.668.761,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	20.197.741,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	686.186,00
	R$ 133.862.394,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	153.231.010,00
	R$ 153.231.010,00

TOTAL GERAL: **R$ 287.093.404,00**

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 287.093.404,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 20.197.741,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 16

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Compromisso Regional

Prover a Acessibilidade de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional

Instalação de 1 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 287.093.404,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 287.093.404,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 686.186,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 287.093.404,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 109.668.761,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,08	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	2,18 2,29 2,41 2,53
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	15,46	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	15,47 15,49 15,50 15,52
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	99,47	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	99,57 99,67 99,77 99,87

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Rio Caeté** **R$ 287.093.404,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 3.309.706,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	48.874	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	51.318 53.911 55.893 63.916

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública
Construção e Reforma das Unidades da Defensoria Pública	Obra Concluída	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Rio Caeté

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	39.794.512,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	99.184.726,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	391.432,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	587.298,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	9.274.882,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	2.863.882,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.851.564,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	5.185.198,00
	R$ 159.133.494,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Rio Capim**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.708.983,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	150.090.024,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	28.479.263,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	686.186,00
	R$ 181.964.456,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	199.978.876,00
	R$ 199.978.876,00

TOTAL GERAL: **R$ 381.943.332,00**

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 381.943.332,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 28.479.263,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 VIDA TERRESTRE 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional
Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 381.943.332,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 381.943.332,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 686.186,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 381.943.332,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 150.090.024,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,74	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	3,93 4,12 4,33 4,55
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	16,17	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	16,18 16,20 16,21 16,23
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	96,17	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	96,27 96,36 96,46 96,56

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Rio Capim** **R$ 381.943.332,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 2.708.983,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	27.692	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	29.692 28.792 32.031 39.841

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Rio Capim

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	50.406.380,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	131.773.996,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	495.812,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	743.910,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	12.322.344,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	3.804.872,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.459.524,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	5.674.236,00
	R$ 207.681.074,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Tocantins**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	1.637.752,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	125.210.627,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	31.874.226,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	597.996,00
	R$ 159.320.601,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	189.004.896,00
	R$ 189.004.896,00

TOTAL GERAL: **R$ 348.325.497,00**

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 348.325.497,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 31.874.226,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15, 16

Objetivo

Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação da Infraestrutura Física do Poder Judiciário - 1º Grau	Obra Realizada	Un	TJE-FRJ
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Aprimorar a Gestão Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Operacionalização das Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	Evento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo

Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ
Fortalecimento da Gestão das Unidades Administrativas e Judiciais	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 348.325.497,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 348.325.497,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 597.996,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 348.325.497,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 125.210.627,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	2,82	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	2,96 3,11 3,26 3,43
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	17,71	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	17,73 17,75 17,76 17,78
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	98,55	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	99,61 99,71 99,81 99,91

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo
Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional
Atuar na Prevenção de Riscos e na Responsabilização de Impactos no Meio Ambiente
Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Tocantins** **R$ 348.325.497,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 1.637.752,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	24.122	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	24.122 24.533 29.501 20.836

Objetivo
Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo
Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional
Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Tocantins

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	42.447.478,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	128.231.684,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	417.526,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	626.450,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	11.991.096,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	3.702.590,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	2.392.302,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	6.434.792,00
	R$ 196.243.918,00

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Estado de Planejamento e Administração

PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023

Região de Integração: **Xingu**

QUADRO SÍNTESE DE PROGRAMAS

Programas Temáticos	Valor 2020-2023 (R$ 1,00)
PODER: DEFENSORIA PÚBLICA	
O Acesso a Justiça	2.471.705,00
PODER: MINISTÉRIO PÚBLICO	
Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos	120.717.732,00
PODER: PODER JUDICIÁRIO	
Atuação Jurisdicional	13.062.325,00
PODER: PODER LEGISLATIVO	
Controle Externo Municipal	509.807,00
	R$ 136.761.569,00

Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	Valor 2020 - 2023 (R$ 1,00)
Manutenção da Gestão do Poder Judiciário	133.578.283,00
	R$ 133.578.283,00

TOTAL GERAL:	**R$ 270.339.852,00**

Região de Integração: **Xingu** **R$ 270.339.852,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Jurisdicional **R$ 13.062.325,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	15 VIDA TERRESTRE 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Objetivo
Aperfeiçoar a Gestão da Infraestrutura Física e Tecnológica

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades Judiciárias - 1º Grau	Unidade Equipada	Un	TJE-FRJ
Atualização, Expansão e Manutenção da Infraestrutura de Tecnologia do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação do Programa de Segurança e Acesso aos Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE,TJE-FRJ
Reforma e Manutenção de Prédios do Poder Judiciário - 1º Grau	Unidade Atendida	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Aprimorar a Gestão Judiciária

Compromisso Regional
Instalação de 1 Unidade Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ampliação do Quadro Funcional de Servidores - 1º Grau	Servidor Nomeado	Un	TJE
Implantação do Processo Judicial Eletrônico	Unidade Judiciária Atendida	Un	TJE-FRJ
Implementação das Ações da Corregedoria das Comarcas da RMB e Interior	Correição Realizada	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações de Cidadania e Direitos	Atendimento Realizado	Un	TJE-FRJ
Promoção de Ações para Resolução de Conflitos	Acordo Homologado	Un	TJE-FRJ

Objetivo
Promover a Governança Judiciária

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Capacitação de Magistrados e Servidores - 1º Grau	Pessoa Capacitada	Un	TJE-FRJ
Fiscalização das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	Fiscalização Realizada	Un	TJE-FRJ

Região de Integração: **Xingu** **R$ 270.339.852,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Atuação Legislativa

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Crescimento Inteligente Sociedade de Direitos Trabalho com Responsabilidade	16

Objetivo

Exercer a Representação da Sociedade na Elaboração das Leis Estaduais e na Avaliação de Políticas Públicas

Região de Integração: **Xingu** **R$ 270.339.852,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Controle Externo Municipal **R$ 509.807,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Gestão Pública Presente	16

Objetivo

Fortalecer a Gestão Estratégica

Compromisso Regional

70% das Ações de Publicidade Efetivadas

70% dos Jurisdicionados Capacitados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização da Escola de Contas	Pessoa Capacitada	Un	TCM

Objetivo

Otimizar as Atividades de Controle Externo

Compromisso Regional

70% dos Municípios Fiscalizados

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Operacionalização e Modernização das Ações de Controle Externo Municipais	Unidade Fiscalizada	Un	TCM

Região de Integração: **Xingu** **R$ 270.339.852,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: Defesa da Sociedade, do Regime Democrático, da Ordem Jurídica e da Garantia de Direitos **R$ 120.717.732,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Acesso da População ao Ministério Público (Número de Acessos para cada 1.000 Habitantes)	Percentual	3,48	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	3,65 3,84 4,03 4,23
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera extrajudicial	Percentual	17,62	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	17,64 17,66 17,67 17,69
Percentual de atuação do Ministério Público na esfera judicial	Percentual	100,00	12/2018	SIAMP	2020 2021 2022 2023	100,00 100,00 100,00 100,00

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Governança e Gestão	Unidade Apoiada	Un	MP

Objetivo

Garantir os Direitos Fundamentais do Cidadão

Compromisso Regional

Atuar na Prevenção de Riscos e na Responsabilização de Impactos no Meio Ambiente

Atuar no Combate à Corrupção e na Responsabilização pela Prática de Improbidade Administrativa

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais	Processo Movimentado	Un	MP

Região de Integração: **Xingu** **R$ 270.339.852,00**

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA

Programa Temático: O Acesso a Justiça **R$ 2.471.705,00**

Diretriz	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
Sociedade de Direitos	16

Indicador de Processo	Unidade Medida	Referência			Índices Esperados	
		Índice	Ano	Fonte		
Número de atendimentos realizados na área de atuação da Defensoria Pública	Unidade	31.914	12/2018	DEFENSORIA PUBLICA	2020 2021 2022 2023	33.510 36.579 41.165 3.3063

Objetivo

Estabelecer Ações de Fortalecimento Institucional

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Aparelhamento das Unidades da Defensoria Pública	Unidade Atendida	Un	Defensoria Pública

Objetivo

Promover o Acesso a Justiça

Compromisso Regional

Executar Anualmente 3 Ações de Cidadania

Ação	Produto	Unidade Medida	Órgão Executor
Ações de Cidadania: Atuação Extrajudicial e Educação em Direito	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Cível e Especializada	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área Criminal e Penitenciária	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública
Atuação na Área da Família	Número de Atendimento	Un	Defensoria Pública

Região de Integração: Xingu

Programa Manutenção da Gestão Poder Judiciário

Objetivo / Ação	
Objetivo: Implementar Ações de Gestão Administrativa	(R$1,00)
Administração de Recursos Humanos da Magistratura - 1º Grau	29.182.642,00
Administração de Recursos Humanos dos Servidores do Poder Judiciário - 1º Grau	88.557.792,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	287.050,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Magistrados - 1º Grau	430.686,00
Concessão de Auxílio Alimentação aos Servidores - 1º Grau	8.389.960,00
Concessão de Auxílio Transporte - 1º Grau	2.630.690,00
Contribuição do Poder Judiciário ao Plano de Assistência à Saúde - 1º Grau	1.670.404,00
Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	7.520.596,00
	R$ 138.669.820,00

Protocolo: 531846

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 11 de março de 2020 às 22:19:19.